

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

DESIGN E URBANIDADE

CumpliCidades do Programa Polis

Bartolomeu Adalberto Figueiredo Paiva

TESE DE DOUTORAMENTO EM DESIGN

ORIENTADOR **Doutor Rui Barreiros Duarte**

CO-ORIENTADOR **Doutor Fernando José Carneiro Moreira da Silva**

JÚRI

PRESIDENTE **Reitor da Universidade Técnica de Lisboa**

VOGAIS **Doutor Rui Barreiros Duarte**
Professor catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Doutora Idália da Silva Carvalho Sá-Chaves
Professora associada aposentada da Universidade de Aveiro

Doutor Fernando José Carneiro Moreira da Silva
Professor associado com agregação da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Doutora Margarida Maria de Oliveira Allen Gamito
Professora auxiliar aposentada da Escola Superior de Design do Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing (IADE)

Doutor Pedro Filipe Pinheiro de Serpa Brandão
Professor auxiliar do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa

Doutora Maria Dulce Costa de Campos Loução
Professora auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

À minha Família

Aos meus Professores

Aos meus Alunos

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Doutores Rui Barreiros Duarte e Fernando Moreira da Silva manifesto a minha gratidão e o meu profundo reconhecimento pela sua generosidade científica e humana.

À Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa pelo Curso de Doutoramento em Design, o qual me facultou um novo quadro de formação e valorização pessoais.

Ao Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design e ao seu Presidente, Professor Doutor Fernando Moreira da Silva, pelo apoio, confiança e acolhimento no grupo de investigadores, garantindo-me novas vias de enriquecimento científico e profissional.

Ao Instituto Politécnico de Coimbra / Escola Superior de Educação pelo reconhecimento institucional e viabilização deste processo de formação.

Ao Gabinete Coordenador do Programa Polis, entidade decisiva na cooperação, desenvolvimento e concretização do estudo que suporta esta tese.

À Câmara Municipal de Coimbra pela abertura e apoio institucionais que protagonizou em diferentes âmbitos e fases da investigação.

À Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano pela permissão de consulta do seu acervo documental e bibliográfico.

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro pela disponibilização de material bibliográfico.

Aos responsáveis do Programa Polis das cidades que integraram o *estudo de caso*, pela colaboração diligente e informação essencial à realização e validação da investigação.

Aos arquitectos Camilo Cortesão, Gonçalo Byrne e José Manuel Laranjeira pela informação e opinião concedidas sobre os espaços do Programa Polis de Coimbra.

A todas as entidades e pessoas que viabilizaram a recolha de informação e disponibilizaram as suas opiniões nos âmbitos das fases de entrevista, teste e administração dos vários questionários.

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao Ministério da Educação e Ciência, pelo apoio a esta investigação através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e do PROTEC - Programa de Formação Avançado de Docentes do Ensino Superior Politécnico.

A colegas, amigas e amigos, pelas suas palavras de incentivo, presença e acção cooperantes.

Especialmente, à minha Família, pessoas e causas da vida que habita em mim.

Por fim, à paisagem das cumpliCidades do Olhar!



RESUMO

A presente tese insere-se na área científica de Design, e pretende contribuir para um (re)conhecimento e compreensão aprofundados da sua participação disciplinar na qualificação e valorização de contextos patrimoniais e culturais de cidades portuguesas, tendo como pano de fundo os novos paradigmas e modelos de comportamento sócio-urbano e, concomitantemente, as novas manifestações de urbanidade.

Fundados na estrutura temática da tese, recuperamos a matriz conceptual de urbanidade, numa perspectiva centrada no quadro evolutivo das complexidades urbanas, tendo por objecto fundamental a reflexão sobre a cidade física e social, na qual se fundamentam valores históricos, simbólicos e culturais.

Convocamos o design, como disciplina central desta investigação, e dissertamos sobre o seu papel socializante no quadro do respeito pela cidade nas suas múltiplas dimensões, designadamente, na responsabilidade pela inclusão, na criatividade e inovação e na defesa da identidade cultural, a que associamos os contributos da sociologia, do ambiente e da educação.

Em complementaridade aos núcleos teórico-conceptuais e visando-se o aprofundamento do campo de estudo, procedemos a uma abordagem transversal ao Programa Polis, tendente a clarificar o seu alcance e influência na qualificação urbana e valorização ambiental das urbes portuguesas, tendo subjacentes a participação e contributos do design.

A complexidade de que se revestem os âmbitos e as perspectivas enunciadas encontra eco numa visão aparentemente não consciencializada dos cidadãos relativamente aos espaços e objectos determinados pelo design, problemática que justifica a investigação e a produção de novo conhecimento sobre o seu estatuto participativo e a sua dimensão cultural(izante) em espaço público.

Metodologicamente, embora o estudo constitua essencialmente uma abordagem de tipo qualitativo, recorre também a informação quantitativa complementar, pelo que remete para uma metodologia mista não-intervencionista – dinâmica metodológica que, associada a múltiplos contextos e participantes, justificam a inclusão dos paradigmas *construtivista* e da *complexidade* no quadro desta investigação, que se assume ainda como um *estudo de caso* na *variante multicaso*.

A conclusão geral do estudo permite considerar que o Programa Polis promoveu a requalificação do património urbano e contribuiu para a revalorização ambiental e usufruição de um expressivo número de lugares de cidades portuguesas. Essa evidência decorre do envolvimento de múltiplas entidades e agentes que potenciaram o carácter multidisciplinar das intervenções, destacando-se neste âmbito o design, o qual concorreu para novas estéticas e funcionalidades do espaço público - factores que induziram a novos usos e apropriações, reforçaram a identidade das cidades, favoreceram a qualidade de vida dos cidadãos e propiciaram a fundação de novas urbanidades.

PALAVRAS-CHAVE

Design, cidade, sociedade, património, espaço público, cidadania, identidade cultural, ambiente, Programa Polis, urbanidade.



ABSTRACT

The scope of this thesis is part of the scientific area of Design, and aims at contributing to a deep (re)acknowledgment and understanding of its disciplinary participation in the qualification and evaluation of patrimonial and cultural contexts of Portuguese cities, having as background the new socio-urban behavior paradigms and models, concurrently, the new manifestations of urbanity.

Founded in the thematic structure of this thesis, we recover the conceptual matrix of urbanity, in a perspective focused in the evolving framework of urban complexities, having as main target the reflection on the social and physical city, in which the historical, symbolic and cultural values are based upon.

We recall and discuss design and its socializing role in the framework of respect for the city in its multiple dimensions, namely, the responsibility for inclusion, creativity and innovation and in the defense of cultural identity, to which we associate the contributions of sociology, environment and education.

As a complement to the theoretical and conceptual cores and aiming at deepening the study field, a cross approach to the Polis Programme takes place, aiming at clarifying its scope and (actual) influence in the urban qualification and environmental valuing of cities in Portugal, with the underlying participation and contributions of design.

The complexity surrounding the scopes and the perspectives outlined are reflected in the vision of citizens apparently not aware of certain objects and spaces determined by design, an issue that justifies the research and production of new knowledge about the participation status and cultural(izing) dimension of design of public space.

Methodologically, although the study serves mainly a qualitative approach it uses quantitative complementary information, that leads to a mixed non-interventionist methodology – dynamics that associated with multiple contexts and participants, justify the inclusion of *constructivist* paradigms and *complexity* within this investigation, being even considered as a *case study* in the *multicase variant*.

The conclusion of the cross investigation allows us to consider that the Polis Programme promoted the rehabilitation of urban heritage and contributed to the revaluation and environmental fruition of a significant number of places of Portuguese cities. This is due to the involvement of multiple entities and agents that promoted the multidisciplinary nature of interventions, especially in this context the presence of design, which contributed to new aesthetics and functionality of public space - factors that led to new uses and appropriations, reinforced the identity of the cities, improved the citizens quality of life and allowed the foundation of new urbanities.

KEY-WORDS

Design, city, society, heritage, public space, citizenship, cultural identity, environment, Polis Programme, urbanity.



ÍNDICE GERAL

Volume I e II

Lista de abreviaturas e acrónimos.....	xvii
Lista de figuras	xviii
Lista de tabelas	xix
Lista de quadros	xx
Lista de gráficos.....	xxii
Lista de anexos	xxiii
 INTRODUÇÃO	 1
 PARTE 1	
TEORIA E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO.....	11
 CAPÍTULO 1	
URBANIDADE – Cidade, Património e Cultura	12
1.1 CIDADE – génese e (r)evolução	16
1.1.1 (Pré)Conceito e biografia da cidade	17
1.1.2 Emergência crescente das ecologias urbanas.....	23
1.1.3 Globalização e futuro(s) da cidade	26
1.2 PATRIMÓNIO – sociedade e memória	29
1.2.1 (Re)Fundação patrimonial e social das cidades.....	29
1.2.2 Tempo e memória da cidade.....	32
1.2.3 (Re)Valorização contemporânea do património cultural	35
1.3 CULTURA – espaço público e cidadania	37
1.3.1 Espaço público e identidade urbana.....	37
1.3.2 Socialização e cultura urbanas.....	40
1.3.3 Democracia e cidadania urbanas.....	43
Referências bibliográficas.....	46
Referência webgráfica	47
 CAPÍTULO 2	
DESIGN – Espaço(s) e Objecto(s) da Cultura Urbana.....	48
2.1 ESPAÇO(S) E OBJECTOS URBANO(S) – morfologias e poéticas.....	53
2.1.1 Design e comunicação urbana	53
2.1.2 Design e paisagem urbana	57
2.1.3 Arte e design em espaço urbano.....	62
2.2 DESIGN E IDENTIDADE – uso e apropriação da cidade.....	65
2.2.1 Design e qualificação do espaço público	66
2.2.2 Design e indução de comportamentos urbanos.....	69
2.2.3 Dimensão urbana e cultural(izante) do design	72
2.3 (INTER)DISCIPLINARIDADE DO DESIGN – ética e responsabilidade.....	75
2.3.1 Design e interdisciplinaridade em espaço público	76
2.3.2 Ética e responsabilidade do design(er)	79
2.3.3 Educação e Formação – para uma cultura urbana do design	81
Referências bibliográficas.....	85
Referências webgráficas.....	86



CAPÍTULO 3	
PROGRAMA POLIS – <i>requalificação e valorização</i> de cidades portuguesas	88
3.1 PROGRAMA POLIS – enquadramento e caracterização.....	91
3.1.1 Génese e fundamentos do Programa Polis	92
3.1.2 <i>Objectivos e princípios orientadores</i> do Programa Polis	99
3.1.3 <i>Componentes, Linhas e Tipologias</i> do Programa Polis.....	101
3.2 PROGRAMA POLIS – manifestações no património urbano	103
3.2.1 Intervenção nos patrimónios histórico e natural	103
3.2.2 Fundação de novos contextos urbanos	105
3.2.3 Dinâmicas de conhecimento, cultura e lazer	107
3.3 PROGRAMA POLIS – design e urbanidade.....	108
3.3.1 Design e processos de (re)qualificação da cidade	108
3.3.2 Design e (re)integração patrimonial.....	111
3.3.3 Design e factores geradores de novas identidades	112
Referências bibliográficas.....	116
PARTE 2	
METODOLOGIA, CONTEXTUALIZAÇÃO E ESTUDO DE CASO	119
CAPÍTULO 4	
Metodologia geral do processo investigativo	120
4.1 Tema, definição e campo de estudo	125
4.2 <i>Estudo de Caso</i> – definição e abrangência	126
4.3 Objectivos – geral e específicos	127
4.4 Problemática e enunciado do problema	128
4.5 Questões de pesquisa e hipótese de investigação	129
4.6 <i>Estudo de caso na variante multicaso</i>	130
4.6.1 Identificação dos <i>casos</i> e sua justificação	131
4.6.2 Estatuto e função dos participantes no estudo	132
4.6.3 Dinâmicas do processo de investigação	134
Referências bibliográficas.....	137
CAPÍTULO 5	
CIDADES E PROGRAMA POLIS	138
5.1 AVEIRO E PROGRAMA POLIS	141
5.1.1 Incidências da intervenção.....	145
5.1.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	149
5.1.3 Apreciação global da intervenção	150
5.2 BEJA E PROGRAMA POLIS.....	151
5.2.1 Incidências da intervenção.....	153
5.2.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	157
5.2.3 Apreciação global da intervenção	158
5.3 BRAGANÇA E PROGRAMA POLIS	159
5.3.1 Incidências da intervenção.....	161
5.3.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	165
5.3.3 Apreciação global da intervenção	166



5.4 CASTELO BRANCO E PROGRAMA POLIS	167
5.4.1 Incidências da intervenção.....	169
5.4.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	173
5.4.3 Apreciação global da intervenção	174
5.5 GUARDA E PROGRAMA POLIS.....	175
5.5.1 Incidências da intervenção.....	177
5.5.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	181
5.5.3 Apreciação global da intervenção	182
5.6 LEIRIA E PROGRAMA POLIS	183
5.6.1 Incidências da intervenção.....	185
5.6.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	189
5.6.3 Apreciação global da intervenção	190
5.7 VIANA DO CASTELO E PROGRAMA POLIS	191
5.7.1 Incidências da intervenção.....	193
5.7.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	197
5.7.3 Apreciação global da intervenção	198
5.8 VILA NOVA DE GAIA E PROGRAMA POLIS.....	199
5.8.1 Incidências da intervenção.....	201
5.8.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	205
5.8.3 Apreciação global da intervenção	206
5.9 VILA REAL E PROGRAMA POLIS	207
5.9.1 Incidências da intervenção.....	209
5.9.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	213
5.9.3 Apreciação global da intervenção	214
5.10 VISEU E PROGRAMA POLIS	215
5.10.1 Incidências da intervenção.....	217
5.10.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	221
5.10.3 Apreciação global da intervenção	222
Referências bibliográficas.....	223
Referências webgráficas.....	224
CAPÍTULO 6	
COIMBRA E PROGRAMA POLIS.....	226
6.1 Cidade e história	228
6.2 Geografia e ambiente.....	231
6.3 Economia e desenvolvimento	232
6.4 Património e cultura.....	233
6.5 Objectivos do Programa e linhas de intervenção	233
6.6 Incidências da intervenção.....	238
6.7 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador	253
6.8 Apreciação global da intervenção	258
Referências bibliográficas.....	259
Referências webgráficas.....	259



PARTE 3	
RESULTADOS, DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES.....	261
 CAPÍTULO 7	
Procedimentos de recolha da informação e apresentação de resultados.....	262
7.1 Caracterização e justificação dos instrumentos de recolha da informação.....	266
7.1.1 Registo da análise documental.....	266
7.1.2 Ficha de observação.....	266
7.1.3 Fichas de levantamento e avaliação.....	266
7.1.4 Registo fotográfico.....	267
7.1.5 Questionários.....	268
7.1.6 Entrevistas.....	270
7.2 Apresentação e análise de resultados.....	271
7.3 Entrevistas ao Gabinete Coordenador do Programa Polis e à Câmara Municipal de Coimbra – enquadramento.....	272
7.4 Entrevista ao <i>Gabinete Coordenador do Programa Polis</i> (MAOT).....	273
7.4.1 <i>ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA POLIS</i> (Categoria B).....	273
7.4.1.1 <i>CIDADE e PROGRAMA POLIS</i> - objectivos, princípios orientadores e componentes fundamentais (Sub-categoria B1).....	273
7.4.1.2 <i>CIDADE e PROGRAMA POLIS</i> - recuperação e valorização da <i>imagem de marca</i> das cidades portuguesas (Sub-categoria B2).....	274
7.4.1.3 <i>CIDADE e PROGRAMA POLIS</i> - valorização e reintegração do património histórico e natural (Sub-categoria B3).....	275
7.4.1.4 <i>CIDADE e PROGRAMA POLIS</i> - balanço do programa para o futuro das cidades portuguesas (Sub-categoria B4).....	276
7.4.2 <i>DESIGN EM ESPAÇOS PÚBLICOS INTEGRADOS</i> <i>NO PROGRAMA POLIS</i> (Categoria C).....	277
7.4.2.1 <i>DESIGN e PROGRAMA POLIS</i> - espaços e objectos urbanos (Sub-categoria C1).....	277
7.4.2.2 <i>DESIGN e PROGRAMA POLIS</i> - dimensões inclusiva, ecológica e criativa (Sub-categoria C2).....	277
7.4.2.3 <i>DESIGN e PROGRAMA POLIS</i> - atributos e contributos técnicos e estéticos (Sub-categoria C3).....	278
7.4.2.4 <i>DESIGN e PROGRAMA POLIS</i> - (re)invenção e (re)valorização do património urbano (Sub-categoria C4).....	279
7.4.3 <i>IDENTIDADE DOS LUGARES</i> – indutora do uso e apropriação dos espaços do Programa Polis (Categoria D).....	280
7.4.3.1 <i>IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS</i> - uso e apropriação dos lugares (Sub-categoria D1).....	280
7.4.3.2 <i>IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS</i> - revitalização social e qualidade de vida (Sub-categoria D2).....	281
7.4.3.3 <i>IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS</i> - exigência cívica e ambição social (Sub-categoria D3).....	282
7.4.3.4 <i>IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS</i> - indução, promoção e criação de nova(s) urbanidade(s) (Sub-categoria D4).....	283
7.5 Entrevista à Câmara Municipal de Coimbra.....	283
7.5.1 <i>COIMBRA E O PROGRAMA POLIS</i> (Categoria B).....	284



7.5.1.1	COIMBRA - história, geografia e ambiente (Sub-categoria B1).....	284
7.5.1.2	COIMBRA e PROGRAMA POLIS - objectivos e estratégia de intervenção (Sub-categoria B2).....	286
7.5.1.3	COIMBRA e PROGRAMA POLIS - recuperação e valorização da <i>imagem de marca</i> de Coimbra (Sub-categoria B3)	287
7.5.1.4	COIMBRA e PROGRAMA POLIS - valorização e reintegração do património histórico e natural (Sub-categoria B4)	288
7.5.1.5	COIMBRA e PROGRAMA POLIS - balanço do Programa para o futuro da cidade (Sub-categoria B5)	289
7.5.2	DESIGN EM ESPAÇOS PÚBLICOS INTEGRADOS NO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA (Categoria C)	290
7.5.2.1	RIO MONDEGO e MARGENS - antecedentes do Programa Polis (Sub-categoria C1)	290
7.5.2.2	DESIGN e PROGRAMA POLIS - espaços e objectos urbanos (Sub-categoria C2)	291
7.5.2.3	DESIGN e PROGRAMA POLIS - dimensões inclusiva, ecológica e criativa (Sub-categoria C3).....	292
7.5.2.4	DESIGN e PROGRAMA POLIS - atributos e contributos técnicos e estéticos (Sub-categoria C4)	293
7.5.2.5	DESIGN e PROGRAMA POLIS - (re)invenção e (re)valorização do património urbano (Sub-categoria C5)	294
7.5.3	IDENTIDADE DOS LUGARES – indutora do uso e apropriação dos espaços do Programa Polis de Coimbra (Categoria D)	295
7.5.3.1	RIO MONDEGO e MARGENS – história, património e memória (Sub-categoria D1)	295
7.5.3.2	IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS – uso e apropriação dos lugares (Sub-categoria D2)	296
7.5.3.3	IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS – revitalização social e qualidade de vida (Sub-categoria D3)	297
7.5.3.4	IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS – exigência cívica e ambição social (Sub-categoria D4)	297
7.5.3.5	IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS – indução, promoção e geração de nova(s) urbanidade(s) (Sub-categoria D5)	298
7.6	Questionários – breve enquadramento do tratamento estatístico	299
7.6.1	Responsáveis do Programa Polis – caracterização académica e funcional	300
7.6.1.1	QUESTIONÁRIO R/T – PP – análise descritiva e inferencial dos resultados	301
7.6.2	Responsável do Programa Polis de Coimbra – análise descritiva dos resultados do questionário R/T – PP 05.....	314
7.6.3	Projectistas dos planos de pormenor do Programa Polis de Coimbra – análise descritiva dos resultados do questionário P – PP 05.....	320
7.6.4	Utilizadores do Programa Polis de Coimbra – caracterização sócio-demográfica e académica.....	324
7.6.4.1	QUESTIONÁRIO U – PP 05 – análise descritiva e inferencial dos resultados	324
7.6.4.2	Questionário U – PP 05 / Bloco 5 – Análise de conteúdo.....	335
	Referências bibliográficas.....	340
	Referência webgráfica	340



CAPÍTULO 8	
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES	342
8.1 Discussão – Representações comuns dos intervenientes	344
8.1.1 Do Gabinete Coordenador do Programa Polis e dos responsáveis dos casos Polis	344
8.1.2 Do Gabinete Coordenador do Programa Polis e do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal.....	347
8.1.3 Do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal e dos responsáveis dos restantes casos.....	350
8.1.4 Do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal e dos projectistas do Programa Polis de Coimbra	354
8.1.5 Do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal e dos utilizadores do Programa	355
8.1.6 Dos projectistas e utilizadores dos espaços do Programa Polis de Coimbra.....	357
8.2 Discussão – transversalidades do multicaso ao caso de Coimbra	358
CONCLUSÕES	362
Conclusões - consecução dos objectivos do estudo.....	363
Conclusões - da problemática ao recorte final da investigação.....	364
Conclusões - roteiro de respostas da investigação	365
Disseminação da investigação e formação	368
Limitações à investigação e recomendações para futuros estudos.....	371
BIBLIOGRAFIA.....	371
Webgrafia.....	385



LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AEA - Agência Europeia de Desenvolvimento

CMC - Câmara Municipal de Coimbra

DR - Diário da República

EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário

GCPP - Gabinete Coordenador do Programa Polis

MAOT - Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

MAOTDR - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

MEPAT - Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

P - PP 05 - Projectistas do Programa Polis de Coimbra

PACE - Programa de Ambiente da Comunidade Europeia

PDM - Plano Director Municipal

PDR - Plano de Desenvolvimento Regional

PNDES - Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

PP - Programa Polis

PP - PRUVAC - Programa Polis - Plano de Requalificação Urbana
e Valorização Ambiental das Cidades

PROSIURB - Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional
e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais

PU - Plano de Urbanização

PUC - Plano de Urbanização da Cidade

QCA - Quadro Comunitário de Apoio

R/T - PP - Responsáveis/Técnicos do Programa Polis

R/T - PP 05 - Responsável/Técnico do Programa Polis de Coimbra

U - PP 05 - Utilizadores do Programa Polis de Coimbra

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organigrama da investigação.....	7
Figura 2 - Localização geográfica dos casos Polis em estudo	139
Figura 3 - Área de influência do Programa Polis de Aveiro	143
Figura 4 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Aveiro ...	146
Figura 5 - Imagens do Programa Polis de Aveiro	148
Figura 6 - Área de influência do Programa Polis de Beja	152
Figura 7 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Beja.....	154
Figura 8 - Imagens do Programa Polis de Beja	156
Figura 9 - Área de influência do Programa Polis de Bragança	160
Figura 10 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Bragança	162
Figura 11 - Imagens do Programa Polis de Bragança	164
Figura 12 - Área de influência do Programa Polis de Castelo Branco.....	168
Figura 13 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Castelo Branco	170
Figura 14 - Imagens do Programa Polis de Castelo Branco.....	172
Figura 15 - Área de influência do Programa Polis da Guarda	176
Figura 16 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis da Guarda	178
Figura 17 - Imagens do Programa Polis de Guarda	180
Figura 18 - Área de influência do Programa Polis de Leiria	184
Figura 19 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Leiria ...	186
Figura 20 - Imagens do Programa Polis de Leiria	188
Figura 21 - Área de influência do Programa Polis de Viana do Castelo.....	192
Figura 22 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Viana do Castelo	194
Figura 23 - Imagens do Programa Polis de Viana do Castelo.....	196
Figura 24 - Área de influência do Programa Polis de Vila Nova de Gaia.....	200
Figura 25 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Vila Nova de Gaia.....	202
Figura 26 - Imagens do Programa Polis de Vila Nova de Gaia.....	204
Figura 27 - Área de influência do Programa Polis de Vila Real	208
Figura 28 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Vila Real	210
Figura 29 - Imagens do Programa Polis de Vila Real	212
Figura 30 - Área de influência do Programa Polis de Viseu	216
Figura 31 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Viseu...	218
Figura 32 - Imagens do Programa Polis de Viseu	220
Figura 33 - Imagens do quotidiano antigo da cidade ribeirinha	231
Figura 34 - Área de influência do Programa Polis de Coimbra	234
Figura 35 - Delimitação do Planos de Pormenor do Programa Polis de Coimbra....	235
Figura 36 - Margem direita do Mondego antes da intervenção do Programa Polis.....	236
Figura 37 - Margem esquerda do Mondego antes da intervenção do Programa Polis	236
Figura 38 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Coimbra	238
Figura 39 - Planta esquemática das predominâncias funcionais dos espaços do Programa Polis de Coimbra	240
Figura 40 - Localização esquemática do equipamento e acessibilidades do Parque Dr. Manuel de Braga	242



Figura 41 - Localização esquemática do equipamento e acessibilidades da margem direita do Parque Verde do Mondego	244
Figura 42 - Localização esquemática do equipamento e acessibilidades da margem esquerda do Parque Verde do Mondego.....	247
Figura 43 - Localização esquemática do equipamento e acessibilidades da entrada poente do Parque Verde do Mondego.....	249
Figura 44 - Planta esquemática dos níveis de uso/apropriação dos espaços do Programa Polis de Coimbra	251
Figura 45 - Imagens do Programa Polis de Coimbra	252
Figura 46 - Imagens do Programa Polis de Coimbra	254
Figura 47 - Imagens do Programa Polis de Coimbra	256

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - FORMAÇÃO ACADÉMICA DE RESPONSÁVEIS DO PROGRAMA POLIS	300
Tabela 2 - FUNÇÕES DE RESPONSÁVEIS DO PROGRAMA POLIS	300
Tabela 3 - CIDADES E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS	
Opinião de responsáveis do Programa	302
Tabela 4 - CIDADES E PROGRAMA POLIS	
Opinião de responsáveis do Programa	303
Tabela 5 - ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS DO PROGRAMA POLIS	
Comparação das opiniões de responsáveis do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa.....	304
Tabela 6 - DESIGN E PROGRAMA POLIS	
Opinião de responsáveis do Programa	304
Tabela 7 - PROGRAMA POLIS E CONTRIBUTOS DO DESIGN	
Comparação diferida da opinião de responsáveis do Programa	305
Tabela 8 - IDENTIDADE - indutora do uso e apropriação dos lugares do Programa Polis - Opinião de responsáveis do Programa.....	306
Tabela 9 - ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS E IDENTIDADE	
Comparação das opiniões de responsáveis do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa.....	307
Tabela 10 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS	
Opinião de responsáveis do Programa	308
Tabela 11 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – equipamento e acessibilidade.....	309
Tabela 12 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – imagem e inovação	310
Tabela 13 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – funcionalidade e segurança.....	311
Tabela 14 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – ambiente e sustentabilidade	312
Tabela 15 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – espaço público e identidade	313
Tabela 16 - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DOS UTENTES	324



Tabela 17 - ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Opinião de utilizadores de espaços e equipamentos do Programa	325
Tabela 18 - COIMBRA E PROGRAMA POLIS - Opinião de utilizadores	
de espaços e equipamentos do Programa	326
Tabela 19 - ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS DO PROGRAMA POLIS	
DE COIMBRA - Comparação das opiniões de utilizadores	
do Programa na fase anterior e na fase posterior	
de implementação do Programa	327
Tabela 20 - DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Opinião de utilizadores de espaços e equipamentos do Programa	328
Tabela 21 - PROGRAMA POLIS DE COIMBRA E CONTRIBUTOS	
DO DESIGN - Comparação das opiniões de utilizadores de espaços	
e equipamentos do Programa	328
Tabela 22 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA	
POLIS DE COIMBRA - Opinião de utilizadores de espaços	
e equipamentos do Programa	329
Tabela 23 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – equipamento	
e acessibilidade.....	330
Tabela 24 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – imagem e inovação	331
Tabela 25 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – funcionalidade	
e segurança.....	332
Tabela 26 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – ambiente	
e sustentabilidade.....	333
Tabela 27 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – espaço público	
e identidade	334

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Calendário de visitas realizadas aos casos do Programa Polis	135
Quadro 2 - Áreas, elementos e valores de design predominantes	
no Programa Polis de Aveiro.....	147
Quadro 3 - Áreas, elementos e valores de design predominantes	
no Programa Polis de Beja.....	155
Quadro 4 - Áreas, elementos e valores de design predominantes	
no Programa Polis de Bragança	163
Quadro 5 - Áreas, elementos e valores de design predominantes	
no Programa Polis de Castelo Branco	171
Quadro 6 - Áreas, elementos e valores de design predominantes	
no Programa Polis da Guarda.....	179
Quadro 7 - Áreas, elementos e valores de design predominantes	
no Programa Polis de Leiria.....	187
Quadro 8 - Áreas, elementos e valores de design predominantes	
no Programa Polis de Viana do Castelo	195
Quadro 9 - Áreas, elementos e valores de design predominantes	
no Programa Polis de Vila Nova de Gaia	203



Quadro 10 - Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Vila Real	211
Quadro 11 - Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Viseu	219
Quadro 12 - Elementos/acções em áreas de intervenção do Programa Polis de Coimbra	241
Quadro 13 - Elementos/acções em áreas de intervenção do Programa Polis de Coimbra	243
Quadro 14 - Elementos/acções em áreas de intervenção do Programa Polis de Coimbra	246
Quadro 15 - Elementos/acções em áreas de intervenção do Programa Polis de Coimbra	248
Quadro 16 - Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Coimbra	250
Quadro 17 - CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS - Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra	314
Quadro 18 - CIDADE DE COIMBRA E PROGRAMA POLIS Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra	315
Quadro 19 - ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA - Comparação das opiniões do responsável do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa	315
Quadro 20 - DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra	316
Quadro 21 - PROGRAMA POLIS DE COIMBRA E CONTRIBUTOS DO DESIGN - Comparação diferida da opinião do responsável do Programa Polis de Coimbra	317
Quadro 22 - IDENTIDADE – indutora do uso e apropriação dos lugares do Programa Polis - Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra	317
Quadro 23 - ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS E IDENTIDADE Comparação das opiniões do responsável do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa	318
Quadro 24 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra	319
Quadro 25 - CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS - Opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor	320
Quadro 26 - CIDADE DE COIMBRA E O PROGRAMA POLIS - Opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor	321
Quadro 27 - ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA - Comparação das opiniões dos projectistas do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa	321
Quadro 28 - DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA - Opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor	322



Quadro 29 - PROGRAMA POLIS DE COIMBRA E CONTRIBUTOS DO DESIGN - Comparação da opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor	322
Quadro 30 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA Opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor	323

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN equipamento e acessibilidade	309
Gráfico 2 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN imagem e inovação	310
Gráfico 3 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN funcionalidade e segurança	311
Gráfico 4 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN ambiente e sustentabilidade	312
Gráfico 5 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN espaço público e identidade	313
Gráfico 6 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN avaliação por área.....	313
Gráfico 7 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN equipamento e acessibilidade	330
Gráfico 8 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN imagem e inovação	331
Gráfico 9 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN funcionalidade e segurança	332
Gráfico 10 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN ambiente e sustentabilidade	333
Gráfico 11 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN espaço público e identidade	334
Gráfico 12 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN avaliação por área.....	334



LISTA DE ANEXOS

Volume II

ANEXO 1 - Requerimento ao Gabinete Coordenador do Programa Polis do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	006
ANEXO 2 - Requerimento à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	008
ANEXO 3 - Requerimento à Câmara Municipal de Coimbra	010
ANEXO 4 - Ofício/resposta do Gabinete Coordenador do Programa Polis do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	012
ANEXO 5 - Ofício/resposta da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	013
ANEXO 6 - Ofício/resposta da Câmara Municipal de Coimbra	014
ANEXO 7 - Ficha de observação do Programa Polis de Aveiro	015
ANEXO 8 - Ficha de observação do Programa Polis de Beja.....	017
ANEXO 9 - Ficha de observação do Programa Polis de Bragança	019
ANEXO 10 - Ficha de observação do Programa Polis de Castelo Branco.....	021
ANEXO 11 - Ficha de observação do Programa Polis de Coimbra	023
ANEXO 12 - Ficha de observação do Programa Polis da Guarda.....	025
ANEXO 13 - Ficha de observação do Programa Polis de Leiria.....	027
ANEXO 14 - Ficha de observação do Programa Polis de Viana do Castelo.....	029
ANEXO 15 - Ficha de observação do Programa Polis de Vila Nova de Gaia.....	031
ANEXO 16 - Ficha de observação do Programa Polis de Vila Real	033
ANEXO 17 - Ficha de observação do Programa Polis de Viseu.....	035
ANEXO 18 - Formulário de levantamento dos contextos do Programa Polis.....	037
ANEXO 19 - Formulário de avaliação de elementos e valores de design nos espaços Polis.....	045
ANEXO 20 - Ficha de levantamento do Parque Dr. Manuel de Braga do Programa Polis de Coimbra	048
ANEXO 21 - Ficha de levantamento do Parque Verde do Mondego (margem direita) do Programa Polis de Coimbra	050
ANEXO 22 - Ficha de levantamento da Praça da Canção do Parque Verde do Mondego (margem esquerda) do Programa Polis de Coimbra.....	052
ANEXO 23 - Ficha de levantamento da parque de lazer e apoio às actividades náuticas do Parque Verde do Mondego (margem esquerda) do Programa Polis de Coimbra	054
ANEXO 24 - Ficha de levantamento da zona do Exploratório Ciência Viva e Rotunda das Lajes do Parque Verde do Mondego (margem esquerda) do Programa Polis de Coimbra.....	056
ANEXO 25 - Ficha de levantamento da Ponte Pedonal Pedro e Inês do Programa Polis de Coimbra	058
ANEXO 26 - Ficha de levantamento da Entrada Poente do Parque Verde do Mondego do Programa Polis de Coimbra	060



ANEXO 27 - Guião da entrevista ao Gabinete Coordenador do Programa Polis do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	062
ANEXO 28 - Guião da entrevista ao Responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal	067
ANEXO 29 - Transcrição da entrevista ao Gabinete Coordenador do Programa Polis do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	072
ANEXO 30 - Transcrição da entrevista ao Responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal	090
ANEXO 31 - Quadro da análise de conteúdo da entrevista ao Gabinete Coordenador do Programa Polis do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.....	117
ANEXO 32 - Quadro da análise de conteúdo da entrevista ao Responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal.....	126
ANEXO 33 - Questionário a responsáveis dos casos de estudo do Programa Polis....	146
ANEXO 34 - Questionário à Câmara Municipal de Coimbra	154
ANEXO 35 - Questionário a projectistas do Programa Polis de Coimbra	162
ANEXO 36 - Questionário a utilizadores de espaços e equipamentos do Programa Polis de Coimbra	170
ANEXO 37 - Formulário de perguntas e objectivos gerais do questionário a administrar aos responsáveis dos casos do Programa Polis.....	179
ANEXO 38 - Formulário de perguntas e objectivos gerais do questionário a administrar à Câmara Municipal de Coimbra	182
ANEXO 39 - Formulário de perguntas e objectivos gerais do questionário a administrar a projectistas do Programa Polis de Coimbra	185
ANEXO 40 - Formulário de perguntas e objectivos gerais do questionário a administrar a utilizadores de espaços e equipamentos do Programa Polis de Coimbra	188
ANEXO 41 - Transcrição dos comentários de utilizadores do Programa Polis de Coimbra no âmbito	190
ANEXO 42 - Quadro de unidades de registo no âmbito da análise dos comentários do Bloco 5 do questionário administrado a utilizadores do Programa Polis de Coimbra.....	196
ANEXO 43 - CIDADES E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS Comparação da opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra com a tendência de opinião dos responsáveis dos restantes casos.....	206
ANEXO 44 - CIDADES E PROGRAMA POLIS Comparação da opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra com a tendência de opinião dos responsáveis dos restantes casos.....	207
ANEXO 45 - DESIGN E PROGRAMA POLIS Comparação da opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra com a tendência de opinião dos responsáveis dos restantes casos.....	208
ANEXO 46 - Identidade – indutora do uso e apropriação dos lugares Comparação da opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra com a tendência de opinião dos responsáveis dos restantes casos.....	209



ANEXO 47 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Comparação da opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra com a tendência de opinião dos responsáveis dos restantes casos.....	210
ANEXO 48 - CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS	
Comparação das opiniões do responsável do Programa e dos projectistas dos planos de pormenor	211
ANEXO 49 - CIDADE DE COIMBRA E O PROGRAMA POLIS	
Comparação das opiniões do responsável do Programa e dos projectistas dos planos de pormenor	212
ANEXO 50 - DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Comparação das opiniões do responsável do Programa e dos projectistas dos planos de pormenor	213
ANEXO 51 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Comparação das opiniões do responsável do Programa e dos projectistas dos planos de pormenor	214
ANEXO 52 - CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS	
Comparação da opinião do responsável com a tendência de opinião dos utilizadores.....	215
ANEXO 53 - CIDADE DE COIMBRA E O PROGRAMA POLIS	
Comparação da opinião do responsável com a tendência de opinião dos utilizadores.....	216
ANEXO 54 - DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Comparação da opinião do responsável com a tendência de opinião dos utilizadores.....	217
ANEXO 55 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Comparação da opinião do responsável com a tendência de opinião dos utilizadores.....	218
ANEXO 56 - CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS	
Comparação das tendências de opinião dos projectistas e dos utilizadores	219
ANEXO 57 - CIDADE DE COIMBRA E O PROGRAMA POLIS	
Comparação das tendências de opinião dos projectistas e dos utilizadores	220
ANEXO 58 - DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Comparação das tendências de opinião dos projectistas e dos utilizadores	221
ANEXO 59 - ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA	
Comparação da opinião dos projectistas com a tendência de opinião dos utilizadores	222



“A cidade suscita as paixões mais contraditórias (...). Nos delírios da razão ou nos sonhos da desrazão, todas as dimensões do espaço e do tempo se interpenetram, fazendo emergir memórias e sensações de urbanidade. Se a memória não desiste de renovar o passado, a sensação convida a uma experiência estética, a um mergulho no caos da cidade contemporânea, para deste extrair seus mundos diferenciais. Longe das utopias consoladoras, os autores das cidades constroem espaços urbanos heterotópicos em permanente processo de criação. E os amantes das cidades se deslocam por tais espaços sempre perseguindo o prazer da aventura, sempre tentando descobrir realidades invisíveis nas cidades visíveis.” (Schulz, 2008, p. 243).

O referente discursivo de Sónia Schulz acentua a amplitude da díade *cidade e urbanidade*, a que associamos o *design* enquanto conceito fundador de um estudo que concilia e convoca o *património*, a *identidade* e a *cultura* como lastro epistemológico, no qual esta tese se revê, e que retoma sob o propósito de um tempo modelador que redundou na confluência de novas perspectivas que marcaram o sentido da investigação.

Em coerência com o intróito anterior, importa considerar conceitos e pressupostos que conferem sentido à cidade, para desde logo a declarar enquanto ecologia¹ sujeita aos desafios que os novos tempos aduzem aos seus espaços e às suas sociedades, o que obriga a um novo

1 *Ecologia* deriva da integração dos termos gregos, *oikos* e *logos*, que significando *casa* e *estudo*, respectivamente, remete para o conhecimento das relações entre os seres vivos e o ambiente em que se inscrevem – conceito que sendo objecto de adopção por várias áreas do conhecimento científico, nos permite, no âmbito deste estudo, avançar para o conceito de *ecologia humana*, que partindo da base inicialmente formulada, integra também as dinâmicas que decorrem das relações e influências sociais, económicas e culturais sobre os sistemas urbanos que integram os espaços naturais e humanizados em evolução.



aprofundamento do conhecimento sobre identidades emergentes e sobre o desvelar da sua influência nos novos usos e apropriações do espaço urbano.

Aquela condição remete para os desígnios físico, social e simbólico da cidade integradora, qualificada e qualificante dos comportamentos dos cidadãos, que se revendo nela, a adoptam na materialidade e na imaterialidade que fundamentam a sua urbanidade.

O âmbito anterior permite-nos sublinhar a dimensão e alcance cultural do design no universo conceptual e concreto do espaço público, estatuto que lhe confere particular relevância no contexto das cidades. Trata-se de uma inferência que não ignora o tempo e a acção do homem no desenho da cidade plural, feita de espaços, objectos e pessoas, e cujo contributo essencial do *desenho* será tão antigo quanto a ancestralidade dos próprios aglomerados urbanos.

Desse desígnio resultou a crescente complexidade das cidades e a alteração dos níveis de exigência social urbana, que induziram a novas soluções de design e que, gradualmente, foram povoando o universo das urbes, gerando novas funcionalidades e novas estéticas compelidas pela evolução e influência da ciência, da arte e da técnica.

O reconhecimento daquela circunstância inscreve o design na complementaridade da matéria e das subjectividades da ética, a partir da qual se pode tecer o conceito de urbanidade – entendido como desígnio material e imaterial das cidades, capaz da instauração de uma cultura social e ecológica de referência, que elege o espaço público como património de democracia urbana, no qual radica a noção cultural de cidadania.

Sustentados nas ideias anteriores e recuperando o Programa Polis enquanto domínio de investigação, salienta-se a sua influência na requalificação e revalorização de cidades portuguesas, pressuposto fundamentado no estudo que indicia aquela iniciativa pública como promotora da melhoria da qualidade de vida, da inclusão e da identidade urbanas - factores que justificam a pertinência da investigação e estabelecem a possibilidade de uma nova relação dialéctica entre *design* e *urbanidade*.

Na sequência do intróito anterior e prévio ao quadro teórico desta tese, apresenta-se síntese enquadadora do tema e problemática, objectivo geral, questões de investigação, hipótese e metodologia – aspectos que, antecipando o estudo empírico, serão objecto de tratamento aprofundado no capítulo referente à metodologia geral do processo investigativo.

Tema e problemática

O núcleo conceptual que concorreu para a definição da temática desta tese de doutoramento decorreu da problemática a que subjazem as seguintes palavras-chave: design, cidade, sociedade, património, espaço público, cidadania, identidade cultural, ambiente, Programa Polis e urbanidade.



Desse núcleo conceptual, elegeu-se o design como disciplina e a cidade como espaço de acção, mais precisamente os espaços do Programa Polis, a partir dos quais se pretendeu investigar sobre a implicação do design na (re)²qualificação e (re)valorização das urbes portuguesas.

A investigação, que encontra no design e na cidade os seus pontos de ancoragem, exigiu ainda que se considerassem o património, a identidade e a cultura nos processos de pesquisa e aprofundamento tendentes à confirmação ou infirmação de novos focos de urbanidade em Portugal, designadamente em contextos do Programa Polis.

Do núcleo conceptual que enforma o quadro temático do estudo, e prévio à definição do título da tese, importa sintetizar os conceitos que lhe estão associados:

- Design – área disciplinar participante na (re)invenção e (re)valorização do património urbano;
- Urbanidade – conceito e ‘espaço’ de confluência da cidade física, simbólica e social;
- Programa Polis – ‘território’ de investigação no quadro dos processos de requalificação urbana e valorização ambiental de cidade portuguesas.

Sintetizados os conceitos, delimita-se o título e o subtítulo da tese:

- DESIGN E URBANIDADE – CumpliCidades do Programa Polis.

DESIGN E URBANIDADE, pela pertinência do entrelace que concilia a área disciplinar em causa com um conceito que remete para a socialização de espaços e objectos qualificados no quadro evolutivo das complexidades urbanas. *CumpliciCidades do Programa Polis*, que, recorrendo ao uso de dois “C” maiúsculos no primeiro termo, integra a dupla subtileza do ser *cúmplice* da, e na *cidade*, do *design* e da *urbanidade* – no quadro do Programa Polis.

Considerando as ideias expressas e detalhando os pressupostos associados à temática desta tese, enuncia-se o *problema*:

- *A participação do design na concepção e realização do espaço público de cidades portuguesas, no quadro amplo das actuais relações de (inter)disciplinaridade e influência críticas, não parece determinar ainda um reconhecimento público que legitime o seu estatuto participativo, a sua qualidade e a sua dimensão cultural(izante), em face da sua possível influência nos novos usos e apropriações, logo na indução de novas urbanidades.*

Assim, a problemática, cuja estrutura se centra nos domínios conceptuais da *cidade*, do *design* e da *urbanidade*, enquadrados no *Programa Polis*, surge legitimada por uma visão não consciencializada dos cidadãos relativamente aos espaços e objectos determinados pelo design que reivindica a sua usufruição colectiva e pretende contribuir para a *urbanidade* das cidades.

São convicções que radicam na complexidade de que se revestem as relações sociais no quadro das cidades contemporâneas, e na necessidade de participação do design no (re) desenho de comportamentos sociais – pelo que se justificam novos contributos reflexivos

2 O isolamento do prefixo “re” entre parêntesis é um recurso adoptado ao longo do texto desta tese, que abre a possibilidade de adequação e/ou interpretação alternativa da ideia expressa, face à diversidade da natureza dos fenómenos, contextos e/ou das dinâmicas em processo de análise e reflexão.



que, enquadrados na temática e problemática deste estudo, possam ser geradores de novas concepções sobre o espaço público.

Objectivo geral

A natureza da investigação e os níveis de clarividência exigidos no âmbito das problemáticas associadas ao design e à urbanidade, tendo por referência as unidades morfológicas urbanas³ integradas no Programa Polis de cidades portuguesas, permitiu definir o seguinte objectivo geral:

- *Contribuir para o reconhecimento e promoção do design nos processos de qualificação e valorização de contextos patrimoniais e culturais de cidades portuguesas contemporâneas – tendo como pano de fundo os novos paradigmas e modelos de comportamento sócio-urbano, e concomitantemente, as novas manifestações de urbanidade.*

Consiste num objectivo integrador e transversal aos pressupostos que justificam a problemática geral do estudo que, em síntese, suscitam as questões da requalificação e revalorização do património urbano visando a qualidade de vida e o sentido de cidadania; da participação do design nos processos de inovação e renovação do espaço público; dos novos usos e apropriações de espaços e objectos urbanos – enquanto factores geradores de identidade cultural.

Questões de investigação

Assumidos os pressupostos teóricos, definido o objectivo geral e enunciado o problema, formularam-se questões de pesquisa orientadoras do processo investigativo, de acordo com os seguintes âmbitos:

- Importância estratégica do Programa Polis no quadro global da *requalificação urbana e valorização ambiental* de cidades portuguesas;
- Importância da participação e influência (inter)disciplinares⁴ do design nos processos de reinvenção e revalorização dos patrimónios material e imaterial de cidades associadas ao Programa Polis;
- Definição dos principais atributos e contributos técnicos, estéticos e simbólicos do design, promotores da inovação e renovação de espaços integrados no Programa Polis;
- Identificação da relevância da participação do design no Programa Polis, designadamente, aos níveis do desenvolvimento e materialização de objectos, equipamentos e ambientes utilizáveis por todos;
- Determinação da influência do design na (re)identificação de espaços e objectos urbanos do Programa Polis, designadamente, através do seu uso e apropriação cívica;
- Dada a ambicionada qualificação da cidade física e social, pretende-se ainda a verificação da dimensão e alcance cultural do Programa Polis nos processos de indução, promoção e geração de novas urbanidades.

3 Na linha da definição de *morfologia urbana* de Lamas (2007), a *unidade morfológica urbana* remete para um núcleo específico cujas características, designadamente, a configuração exterior, tipologia e relação dos seus elementos entre si e com outros similares, se afirma no meio urbano em que se inscreve.

4 Recurso terminológico que recorrendo à “fragmentação” da palavra através do uso de parêntesis, lhe confere a dupla possibilidade de leitura e/ou interpretação em função da ideia expressa.



O elenco de questões associadas ao objecto transversal desta investigação veio reiterar a necessidade e sublinhar a preocupação de um aprofundamento e compreensão mais abrangentes do papel, contributos, importância e implicação do design na qualificação das ecologias urbanas⁵ contemporâneas.

Hipótese

O estudo, embora tendencialmente do tipo qualitativo, considera a admissão da seguinte hipótese, entendida como base de trabalho, que toma por referência o objectivo, o problema e as questões de investigação:

- *O design assume no contexto das realizações urbanas contemporâneas, designadamente nas intervenções integradas no Programa Polis, uma participação efectiva na (re)qualificação e (re)valorização de cidades portuguesas, ao mesmo tempo que contribui para uma cultura identitária que pode vir a revelar-se determinante para a fundação de novas urbanidades.*

A hipótese formulada, centrada sobre problemáticas associadas ao design e à urbanidade, sublinha o interesse da investigação sobre a cidade, enquanto ecologia patrimonial e social, com influência directa no desenvolvimento das sociedades, que, sob o espectro das actuais interferências e determinações globalizadoras, importa trazer ao debate para que se salvaguardem positivamente as relações intersistémicas de natureza material, social e cultural.

Metodologia

O estudo recupera os contributos de vários autores que se têm debruçado reflexivamente sobre a *cidade*, o *design* e a *urbanidade*, enquadrando-se numa abordagem que, embora recorra a dados quantitativos, constitui essencialmente um estudo de tipo qualitativo, enquadrando-se assim numa metodologia mista não-intervencionista. A investigação cabe ainda no âmbito dos paradigmas *construtivista* e da *complexidade*, assumidos numa perspectiva fundamentada no *pensamento holístico*.

Metodologicamente, adoptou-se ainda o *estudo de caso* na *variante multicaso*, pela pluralidade de casos Polis integrados no estudo e por se considerar que o conjunto de acções implicadas exigia flexibilidade e adaptabilidade às alternâncias contextuais – apresentando-se assim como um método de investigação que, a partir de situações concretas para o estudo de determinados fenómenos, garantem adequabilidade a esta investigação (Paiva, 2009).

Quanto às técnicas de investigação predefinidas e destinadas à colecta de dados por parte do investigador, privilegiaram-se as observações directa e indirecta, suportadas em fichas de registo, observação e levantamento, e recurso a meios técnicos de captação de imagens,

⁵ O conceito de *ecologia urbana* supera as teorias tradicionais de *ecologia* ou mesmo de *ecologia humana*. De acordo com Trigo (2010), “El enfoque ecológico postula la existencia de relaciones significativas entre la población de las diferentes áreas de la ciudad y sus rasgos morfológicos, esto es, que las ciudades no crecen al azar sino con las características del medio ambiente, y de acuerdo a un mecanismo de selección se organizan en áreas naturales, áreas centrales, barrios antiguos, suburbios por medio de procesos ecológicos de competición, invasión y sucesión.” p. 165. Conceito que convoca diferentes condições, disciplinas e escalas da cidade, a qual Rossi (2001) define como *coisa humana por excelência* e a remete para uma *ecologia urbana* em cuja “[...] pesquisa tem somente sentido quando a cidade é vista em toda a sua plenitude: como uma estrutura complexa.” p. 163.



que traduziram com rigor a natureza dos acontecimentos mais significativos nos processos de recolha de informação em situações concretas.

Em complementaridade, o processo de investigação considerou ainda a realização de entrevistas semi-estruturadas a entidades públicas, o que permitiu o aprofundamento do conhecimento acerca dos contextos e das representações que os intervenientes detêm dos mesmos, bem como a inquirição através de questionários, administrados a responsáveis do Programa Polis, projectistas e utilizadores, assumindo-se como instrumentos complementares de recolha de dados, que permitiram ao investigador proceder às respectivas inferências no campo do design, da urbanidade e do Programa Polis.

Decorrente da aplicação dos instrumentos anteriores, a informação obtida foi objecto de um conjunto diverso de estratégias e de técnicas de tratamento, que, pelo efeito de complementaridade, facultaram a edificação de uma visão integrada e complexa do objecto de estudo, tendo em vista a obtenção de informações diversificadas e relevantes, as quais, sujeitas a técnicas de triangulação⁶, facultaram a validação da investigação.

No que concerne ao enquadramento teórico-conceptual, no qual se apoia esta tese, ele decorre de uma pesquisa centrada numa rigorosa *revisão de literatura* no âmbito transversal da temática em estudo, assim como das problemáticas que lhe estão associadas.

Complementando o enquadramento metodológico, apresenta-se a estrutura sequencial do design investigativo, a qual sintetiza o roteiro de acções e procedimentos constantes no corpo desta tese.

⁶ Conceito metodológico integrador que permite, de acordo com Flick (2005) e Fielding & Schreier (2001), proceder à análise e discussão articuladas de resultados decorrentes de métodos qualitativos e quantitativos.

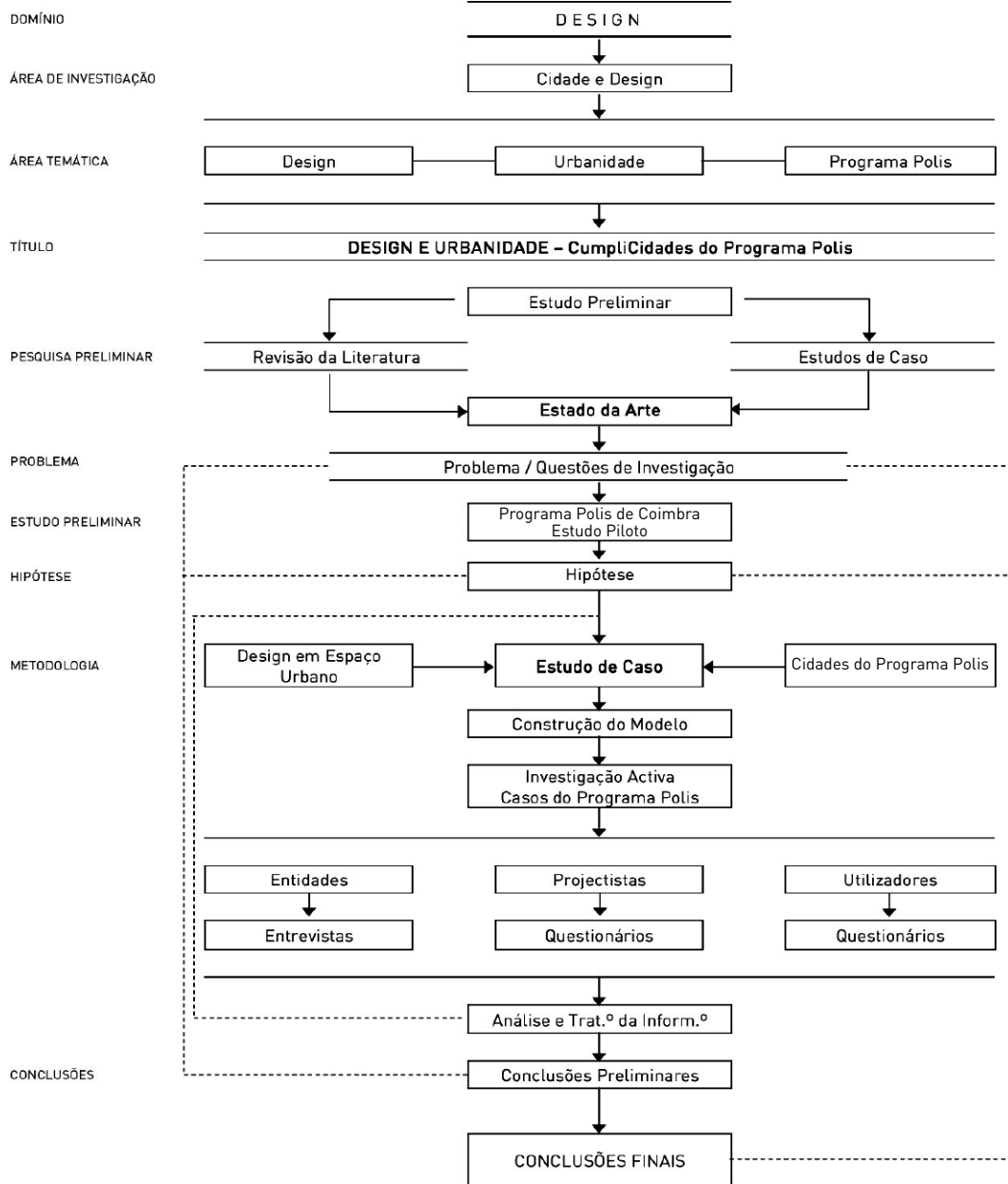


Figura 1 – Organigrama da investigação

Estrutura da tese

O corpo textual desta tese foi estruturado em três partes fundamentais:

Parte 1 – *Teoria e fundamentação do estudo* – que integra três capítulos que remetem respectivamente para a teoria e reflexão sobre os conceitos *design* e *urbanidade*, e para uma abordagem clarificadora sobre diferentes dimensões do *Programa Polis*;

Parte 2 – *Metodologia, contextualização e estudo de caso* – integra a componente empírica do estudo e remete para três capítulos em que é explanada, respectivamente, a metodologia adoptada, contextualizado e explicitado o *estudo de caso* na *variante multicaso* objecto de investigação.

Parte 3 – *Discussão geral e conclusões* – remete para dois capítulos em que são enunciados os procedimentos de recolha da informação, apresentados e analisados os resultados objecto de discussão posterior, finalizando-se com as conclusões da investigação.

Dando sequência às notas sinópticas sobre as três partes que estruturam a tese, procede-se seguidamente a uma síntese dos capítulos que as integram.

A *urbanidade*, como conceito, abre o primeiro capítulo, aludindo-se à sua dimensão filosófica e antropológica e enquanto paradigma ético e estético no quadro dos desígnios físico, social e simbólico das cidades, no qual o espaço público e a cidadania são assumidos como ideia de cidade democrática, aberta à compreensão e responsabilidade colectivas, face ao espectro da actual globalização.

O *design* constitui, no capítulo seguinte, o conceito sobre o qual gravitam um conjunto de argumentações teóricas centradas na morfologia e estética das cidades, das quais fazem parte as coreografias, metamorfoses e utopias múltiplas em que o design é tendencialmente cúmplice – factores influenciadores do comportamento e da cultura formativa dos cidadãos por via do seu papel didáctico e pedagógico.

A caracterização e enquadramento do Programa Polis constituem o objecto inicial do terceiro capítulo que alude à sua génese, fundamentos, objectivos e princípios orientadores, transitando nessa sequência para a contextualização dos conceitos *design* e *urbanidade* no quadro dos pressupostos daquele Programa.

Abrindo a segunda parte do texto da tese, o quarto capítulo enuncia o quadro metodológico da investigação, procedendo-se desde logo a uma breve perspectiva epistemológica, a que se segue um enquadramento das etapas e procedimentos adoptados, assim como o aprofundamento do campo temático, objectivos, problemática, questões e hipótese – aspectos que precedem a contextualização do *estudo de caso* na *variante multicaso* e a referência aos participantes no processo investigativo.

O capítulo cinco apresenta a análise dos vários casos identificados no capítulo anterior, de acordo com a seguinte estrutura de abordagem: caracterização genérica de cada cidade e contextos Polis; objectivos programáticos; incidências e participação do design na concretização de espaços e equipamentos; leituras e induções do investigador e apreciação global de cada intervenção.



O caso de Coimbra fecha a segunda parte da tese, o qual foi objecto de um estudo mais aprofundado, e que remete para uma abordagem caracterizadora da cidade, designadamente, das suas história, geografia, ambiente, economia, património e cultura – seguindo-se a apresentação dos objectivos do Programa e linhas de intervenção; incidências e participação do design nas concretização dos vários projectos; leituras e induções do investigador; avaliação global final da intervenção.

A terceira parte da dissertação inicia-se com o capítulo sete, no qual se enunciam e explicitam os procedimentos de recolha da informação, previamente a um breve enquadramento do seu tratamento, a que se segue a apresentação e análise dos resultados obtidos por recurso a instrumentos também identificados e caracterizados.

O capítulo oito remete para a discussão dos resultados obtidos na sequência dos vários contributos e representações, em coerência com os pressupostos enunciados e defendidos ao longo do texto da tese, a que se aduz a opinião crítica do investigador, que, sendo conhecedor das realidades em estudo, assume a *moderação* da própria discussão.

Culminando o texto da tese, são apresentadas as conclusões, limitações e recomendações para futuras investigações, decorrentes do processo investigativo e tendo por referentes os resultados que facultarão a verificação do cumprimento dos objectivos, da resposta às questões de investigação e da confirmação ou infirmação da hipótese inicialmente formulada.

Como nota final desta introdução, merece particular referência a amplitude e complexidade deste estudo focado na área disciplinar do design em contextos do Programa Polis, cuja concretização apenas foi possível mediante a abertura e cooperação activa das várias instituições e responsáveis intervenientes, e de um forte investimento por parte do investigador sob a supervisão científica dos seus orientadores.

Referências bibliográficas

PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. (2000a). Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

SCHULZ, S. (2008) *Estéticas urbanas. Da Polis grega à metrópole contemporânea.* Rio de Janeiro: LTC Editora.

PARTE **1**

TEORIA E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO



CAPÍTULO 1

URBANIDADE – Cidade, Património e Cultura



A urbanidade⁷ constitui um conceito complexo e subjectivo nas suas multideterminações e abrangências, situado na transição entre as aptidões físicas do espaço urbano e os comportamentos dos agentes que o valorizam, o dignificam e lhe conferem o estatuto de espaço vivencial.

Assim, a urbanidade, enquanto paradigma distintivo e enquadrador dos espaços de vivências comuns, aponta para um normativo sem norma que é resultante das diversidades culturais que povoam as cidades – espaço físico e humano – ou seja, uma perspectiva que se fundamenta na cultura de cada terra e de cada gente. Tal ideia paradigmática, afastada da exclusiva preponderância sobre a coisa física, reconhece na participação humana a sua principal justificação e virtude – na linha do que Innerarity (2007) defende, quando afirma que a urbanidade, mais do que uma forma de cidade, é uma forma urbana de viver.

Reflectir sobre a urbanidade das cidades remete-nos para uma abordagem prévia à sua fisiografia, estratégia que deve situar-nos no plano da história das urbes, nomeadamente da sua fundação, tendo por princípio a opção do homem em dominar a natureza, transformando o espaço natural em espaço humanizado, destinado a criar condições de dignidade social.

A *fundação da urbanidade*, no seu sentido mais genérico, deve por isso ser considerada desde os primórdios das civilizações grega e romana, e reconsiderada ao longo dos demais períodos da história, dadas as variabilidades temporais e culturais no quadro das reflexões

⁷ *Urbanidade* deriva do latim, *urbanitate*, que significa: qualidade do ser urbano que observa a boa educação, a cortesia, a civilidade.

aprofundadas de carácter literário, antropológico e filosófico, sem excluir a pluralidade de outras disciplinas que objectiva ou subjectivamente, directa ou indirectamente se imiscuíram positivamente na discussão sobre a evolução das cidades.

Como tal, “Influenciados pelas teorias literárias – estruturalismo, semiologia e linguística – os arquitectos passaram a considerar a cidade a confluência de significantes e significados, e não mais um conjunto de funções associadas a formas. Em vez da máquina, a metáfora para a cidade era o texto”. (Schulz, 2008, p. 194).

Assim, e de acordo com a mesma autora, “(...) os enfoques literários, antropológicos e sociológicos emprestaram um perfil analítico e interpretativo ao estudo da urbanidade.” (p. 193).

Ideias que devem propiciar a reflexão sobre a relevância das condições que estão para além das carências básicas da vida na cidade – um desígnio de qualificação do espaço físico que se revê e se reconhece como entidade que pugna pelo reequilíbrio ecológico e pela sustentabilidade dos sistemas, contrariando uma urbanidade que provocou “(...) a fragmentação e deterioração da experiência do mundo exterior e conferiu primazia ao mundo interior, fundamento de uma memória que era, sobretudo, um esquecimento: a *mémoire involontaire* proustiana.” (Schulz, 2008, p. 155).

Reclama-se como tal, uma cidade que se revê numa “(...) unanimidade gerada em torno da qualidade espacial e cultural da(s) cidade(s) histórica(s)” e que radica “(...) principalmente, na saudável acumulação e multiplicidade de significados, funções, marcas e propostas que ela exhibe quando cotejada com bocados incoerentes e demasiado novos da “cidade contemporânea.” (Dias, 2004, p. 64). Uma cidade que garantirá uma vida digna aos seus cidadãos, cumprindo os propósitos de uma urbanidade que enaltece os valores de uma sociedade próspera, identificada com o tempo em que, passado, presente e futuro hão-de reverter em memória, pelo respeito que essa cidade humanizada merece.

É imperioso que se viva a cidade com o sentido de respeito profundo, para lá das normas sociais estatuídas, tradutoras da civilidade das relações, porque de uma afinidade mais profunda e pessoal se trata. Sentido que remete para uma intimidade em que a interlocução se funde com espaços e objectos e se redime pela consideração plural que retemos deles, como seres que povoando o espaço da nossa alma, do nosso gozo, se tornam sagrados – assim, inseparáveis e reconhecidos como prolongamento de nós próprios, e de outros, autores da sua criação.

A urbanidade fundada nas mais profundas convicções culturais de uma sociedade, parece advir da sua capacidade em reconhecer nos testemunhos do tempo e dos seus antepassados, doadores do bem à cidade, a *epistème* das razões e das emoções que fecundaram o espaço comunitário como bem perene. É uma dimensão que poderemos associar ao mais intenso dos afectos, já que traduz o bem corpóreo capaz da imaterialidade, tornado parte da existência que nos desenha o sentido da vida.

Cidade imaterial mediada por espaços e objectos, povoados pelo estar e pelo olhar de gente anónima que (in)conscientemente são objecto de uma sedução intensa, cujo enamoramento remete para um processo intimista de relações feitas de passos e silêncios, passivos e activos – um ser cidadão que habita a cidade com o prazer reiterado de a voltar a amar sempre,



porque reconhece na silhueta dos seus gestos, o contorno dos seus desejos e o prazer de ser gente na cidade.

Desta demanda sobre os territórios do desejo feito prazer, desocultamos realidades que dialogam entre si – a leitura consciente dos seus discursos povoam-nos o espírito e mobilizam-nos à redescoberta de outros espaços e objectos cujo léxico confirma que o *sagrado* não se funda no único, mas no múltiplo – porque só assim se poderá aceitar a possibilidade de amarmos de outra forma essa cidade que, dissertando sobre temas e tons alternativos, farão com que outros se juntem a nós e participemos do aplauso que nos merecem.

É uma cidade receptiva ao uno e ao múltiplo, potenciadora de uma cultura firmada nos direitos e deveres dos cidadãos e por estes aceite, como garantia de uma sociedade urbana mais próxima das relações de civilidade⁸ que devem regular as suas interações – não se trata apenas de ser física, exige-se que a cidade corresponda seguramente a um projecto social inscrito num território e cultura próprias, cuja “(...) urbanidade emerge da confluência de múltiplos factores, às vezes imponderáveis, porém tão atraentes e fundamentais para a vida civilizada” (Schulz, 2008, p. 10).

A urbanidade assim reflectida, tendo como cenografia os patrimónios físico e humano, é uma urbanidade que na sua essência reconhece o contributo singular dos seus cidadãos e se revê nela como matriz da sua identidade cultural – é a cidade povoada de símbolos, testemunho da história revisitada e marcada pelo tempo.

São obras de arquitectura, arte e design que trazem consigo a pedagogia e a didáctica para um novo fazer – acenos que mobilizam os sentidos e nos convidam a novas percepções que um mundo em mudança nos obriga a recontinuar, para que outros mais tarde possam reeditar novas gestualidades.

Uma cidade que assim se declara, promotora dos desígnios físico, social e simbólico dos seus contextos, é uma cidade que privilegia uma urbanidade fundamentada numa perspectiva integradora, qualificante e certamente protagonista da aceitação dos seus cidadãos que assim se revêem nela e a adoptam no quadro da materialidade e imaterialidade das suas vivências.

Ideias que encontram eco nas palavras de Pedro Brandão (2005), quando refere que “A “fundação da urbanidade”, seja em sítio “virgem” seja em sítio “contaminado”, ou por outras palavras, seja nos domínios de expansão para novos territórios, seja no da reciclagem ou reabilitação de elementos da cidade histórica, envolve a produção de um novo tipo de espaços, supostos de possuir qualidades de centralidade, socialização e simbolização – a “Vida Boa.”” (p. 196).

É um desígnio que desde logo parece evidenciar a preocupação de salvaguarda das melhores condições de sustentabilidade para a cidade física e para as comunidades em perspectiva, tendo por referente primário a própria natureza como recurso e como meio indispensáveis – natureza, assumida como meio de inserção, reserva de sobrevivência e desenvolvimento, e como entidade à qual o homem se rende face à subjectividade dos seus (e)feitos.

8 “[...] as boas maneiras em uso num grupo social” (Ascher, 1998, p. 101).



As perspectivas enunciadas apelam ainda à ética e à estética, por indução dos princípios resultantes das diversidades culturais que povoam as cidades em metamorfose⁹, para as quais se reclama humanidade. Assim, a ética poderá ser vista, no contexto em reflexão, como um conjunto de práticas que, perseguindo o bem comum, remete para os deveres de profissionalidade e participação cívica na (re)invenção e recontinuação da cidade, tendo por referente uma moral do espaço público, representante e reprodutora da acção qualificada do homem.

Na óptica da ideia anterior, deveremos considerar igualmente a importância e participação da estética, enquanto objecto da crítica e para a crítica, tendente a uma dignificação do espaço público sujeito às manifestações que colocam em confronto o belo e o feio – tensão sensível, cujos contributos nos permitirão aferir do carácter e dos atributos das intervenções, sob o espectro de uma urbanidade ansiada.

Como consequência, esta urbanidade, resultante de uma ética que encontra fundamentos na estética, remete para a cidade bela, intermutável, humana, que se ama e que se deseja amada – cidade que desperta o desejo de a tomarmos e dela nos apropriarmos, como entrega a uma urbanidade que gerando história em cada um, impede que se dissocie passado, presente e futuro na precisão do mesmo lugar.

Desta cidade do discurso múltiplo, renascida a cada olhar, emergem novos cidadãos que a veneram e se sentem convertidos a uma estranha, mas nova forma de vida induzida pela cidade culta – um estado de alma colectivo assumido “(...) como um todo em que nenhum desejo se perde e de que nós fazemos parte, e como ela goza tudo de que nós não gozamos, só nos resta habitar esse desejo e satisfazer-nos com ele” (Calvino, 2006, p. 16)

1.1 CIDADE – génese e (r)evolução

A reflexão sobre a génese e evolução da cidade, enquanto processo condicionado pelas variabilidades que lhe são subjacentes, induz a uma abordagem que promove a tentativa de definir conceitos e enunciar aspectos ‘biográficos’ circunscritos às principais fases da história das cidades, desde as civilizações clássicas à contemporaneidade.

Do ensaio sobre a possibilidade de enunciação do percurso do *urbanita*, considerou-se a pertinência da reflexão sobre a emergência da cidade, pela acentuação dos problemas que redundaram das (r)evoluções consentidas e dos desafios daí imanentes para as sociedades sujeitas a processos de reequilíbrio dos sistemas urbanos.

Concluindo o breve polígono de abordagem, considerou-se incontornável, pela sua contemporaneidade e complexidade, um olhar crítico sobre a *globalização*, enquanto processo influenciador da cultura urbana do presente e certamente do futuro.

⁹ Associada ao processo de transformação ou modificação que ocorre no espaço urbano e que em síntese traduzem a história e a forma mutável da própria cidade.



1.1.1 (Pré)Conceito e biografia da cidade

A cidade é um facto histórico e cultural (re)desenhado no(s) tempo(s) e no(s) espaço(s) da(s) natureza(s) sujeita(s) à acção humana – um conceito dinâmico e complexo de matriz ideológica, política e social que nos impõe um distanciamento preliminar da noção cultural que dela (de)temos, para que a percebamos na sua essência.

É um distanciamento (re)feito de indagação e questionamento sobre a origem e a evolução das urbes, registadas nas feições de patrimónios (in)quietos que povoam livros ou se revelam explicitamente perante o olhar crítico do leitor do seu *território* físico e conceptual, já que “(...) a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão (...)” (Calvino, 2006, p. 14).

Antecipando a abordagem transversal¹⁰ à evolução histórica e morfológica da cidade, que adiante apresentaremos, importa, com base no lastro conceptual que circunscreve diferentes perspectivas da realidade urbana, explicitar o léxico que a define.

Assim, *polis* e *civitas* são termos que, genericamente, se reportam à *cidade* ou à *urbe*, contudo, *polis*, refere-se “(...) aquel lugar donde una gente determinada, específica por sus tradiciones, por sus costumbres, tiene su sede, su próprio *ethos* (...) su morada tradicional.” (Cacciari, 2010, pp. 9-10) e no qual as componentes étnica e religiosa estão muito presentes. Determinação ontológica que não se encontra no termo *civitas*, procedente de *civis*, indivíduos que determinaram a vida de uma cidade, e como tal, “(...) la *civitas* era aquello que se produce cuando diversas personas se someten a las mismas leyes, independientemente de su determinación étnica o religiosa.” (Cacciari, 2010, p. 10).

Ainda de acordo com o mesmo autor, são claras as diferenças, já que a *polis* grega propiciou a autenticidade de uma relação social de natureza orgânica e igualitária que valorizou o *polites*, o cidadão. A civilização romana, produtora da *civitas*, resultante da confluência de gentes de diversas religiões e etnias, concedeu à lei a virtude reguladora e a artificialidade das relações sociais – constatações que nos permitem ampliar a compreensão da influência sobre as diferentes formas de realizar a urbe e exercer a cidadania urbana, num passado histórico tão importante para a génese e proliferação da cidade.

Deste lastro conceptual, enquanto recurso e discurso em (des)construção, importa ainda referir o *território* que, de acordo com Deleuze y Guattari, citados por Pezzi (1998) “(...) no es un médio, ni siquiera un médio suplementário, ni un ritmo o paso entre medios. De hecho, el territorio es un acto que afecta a los medios ya a los ritmos, que los territorializa (...)”. Acentuando a sua significação, trazemos Rossa (2003) que, clarificando a subordinação das diferentes componentes implícitas e explícitas da realidade, assevera que “O território é um dos elementos mais integrados de qualquer manifestação humana. (...) É-o ao ponto disso raramente termos consciência, ignorando a sua relevância para a formação, desenvolvimento e vivência do ambiente natural do homem civilizado: a cidade.” (p. 6).

Trata-se da *cidade* que Ferrara (2002) contrapõe ao *urbano*, considerando-a *o particular, o concreto, o interno* – o urbano é em seu entender *o abstracto, o geral, o externo*. Complementando, Correia (2002) diverge para convergir, afirmando que “A cidade ideal é um eterno

¹⁰ Dado o âmbito disciplinar do estudo, não se pretende uma abordagem aprofundada sobre os fundamentos teóricos da forma da cidade e do desenho urbano, mas antes uma perspectiva enquadradora da sua evolução.



projecto que trata, quase sempre, da sobreposição da polis e da urbe, isto é, de um modelo político e de um modelo urbanístico.” (p. 5) – argumentos que tecem a malha conceptual que define a complexidade da própria cidade.

Dos conceitos e significados ao rasto histórico e patrimonial da cidade, retemos circunstâncias e objectos que, por mediação das suas próprias sociedades, determinaram a evolução das urbes, a partir da fixação do homem nos territórios que elegeu como ecologias preferenciais.

Foram condições que fomentaram o crescimento de nódulos primários de ocupação por via das condições naturais, da transformação da terra e do aumento demográfico, que conduziram a processos complexos de investimento e desenvolvimento, que tornaram incontornável a radicação humana e o progresso das cidades.

Essa evolução dos contextos de fixação, como bem revela a história das grandes civilizações clássicas¹¹, compeliu os seus habitantes a que se organizassem de forma a resolverem não só os problemas resultantes das limitações e ocorrências naturais, mas também de outros, que situados nos campos emergentes da técnica, foram geradores de novas ambições sobre a urbe. É neste contexto que Serra (2003) citado por Paiva (2009), afirma que “A cidade é um contínuo de gerações em que cada um herda e acrescenta à herança o seu próprio sonho, o seu desejo de futuro intemporal” (p. 75).

Essa disponibilidade contínua, intensa e solidária para um futuro sonhado não abdicou da cidade e da sociedade como projecto inteiro. Esse desígnio permite-nos concordar com Portas et al (2007) quando referem uma dada coincidência entre a história da cidade e a história da humanidade, ideia complementada por Fortuna (1999) quando afirma que “As cidades não têm história, elas são a sua própria história.” (p. 58) – porque das sociedades emergem e a estas se rendem no tempo.

Falamos da organização social enquanto componente não confinada exclusivamente aos problemas da *physis*¹², mas antes debruçada sobre as questões que (pre)ocupavam aqueles que viam na cidade um espaço possível de desenvolvimento de uma sociedade mais próspera, igualitária e merecedora de espaços qualificados de convivialidade social – atitude política que induziu à formação de organizações representativas de ideais filosóficos fundadores de soluções para uma cidade em devir.

Desde então, falar de cidade pressupõe falar de política e de poder, que, em momentos diversos da história, têm tido um papel determinante na forma de (re)produzir cidade. Do domínio religioso ao poder democrático, transitando pelos regimes totalitários, a cidade e as suas marcas vêm testemunhando o papel desses poderes pela explicitação de linguagens dotadas de signos e simbologia própria – códigos de comunicação e valor psicológico indutores de comportamentos sociais forçados ou identificados com os poderes vigentes.

Actualmente, a cidade, produto de uma evolução fragmentada e heterogénea, exige a pre-mência da intervenção de um poder socialmente legitimado que promova a resolução dos problemas decorrentes dessa condição. Ao mesmo tempo, deve perspectivar novos modos

11 Civilizações clássicas, aqui remetidas para as civilizações grega e romana.

12 Termo grego que significa *natureza* e que aqui consideramos como conceito dinâmico de desenvolvimento humanista e transformação cultural, tendo por referente a recursiva generosidade da própria natureza.



de (re)fazer a cidade racional e emocional que resgate a humanização dos contextos, e como tal, possa ser geradora de uma cultura identitária na qual a sociedade contemporânea se reveja. Uma cidade que “(...) resiste às idealizações, desencadeando forças que transgridem e desintegram, no espaço e no tempo, todos os modelos canónicos.” e cuja “(...) matriz urbana labiríntica, de centros e periferias imprecisos, referências e limites fluidos, dimensões e posições instáveis, estimula a investigação dos mistérios da urbanidade.” (Schulz, 2008, p. 14).

Complementando o quadro genérico anterior e no âmbito da análise e reflexão sobre esta problemática, é essencial que, em síntese prévia às abordagens subsequentes deste capítulo, se clarifiquem aspectos essenciais sobre a história e a morfologia da cidade.

Assim, da civilização grega retemos a expressiva complementaridade social e política, projectada sobre a cidade enquanto espaço de religião e democracia, cujas influências foram determinantes para a organização e racionalização espaciais e para os princípios fundadores do espaço público.

Os edifícios singulares, dotados de forma e função próprias, ocupavam locais simbólicos e organizavam estrategicamente a cidade, desenhando a organicidade assimétrica da paisagem urbana e proporcionando uma fruição monumental e cenográfica indisfarçáveis. As zonas residenciais, numa atitude ambivalente de anti e pró-topografia, eram dotadas de uma matriz construtiva e arquitectónica baseada na simplicidade técnica e formal e na quase ausência decorativa (Lamas, 2007).

A evolução do planeamento e estética da cidade grega vem remeter para a introdução de elementos perspectivísticos e para a inauguração do sentido simbólico dos lugares, designadamente do *àgora*¹³. Estes factos vão influenciar a monumentalidade das cidades romanas, e mais tarde a gramática das cidades barrocas, pela reinterpretação que fazem da referência grega.

A cidade extensa, massiva e monumental, representou o poder e a intenção imperiais da civilização romana em colonizar o mundo – um desígnio globalizador de outros tempos.

O espaço público era funcional e simbolicamente protagonizado pela grandiosidade de teatros, termas, mercados e circos que, em diálogo com o sítio e à semelhança da cidade grega, estruturavam a rede de espaços urbanos, promovendo categorias e elementos morfológicos, como a rua, a praça, o lugar de comércio ou de circulação, numa preocupação orientada para a promoção da condição de lugar na cidade.

Aos romanos é atribuída a invenção da *obra de arte*, objectos identitários que, como a ponte ou o aqueduto, desenharam a paisagem urbana e adquiriram o estatuto de monumentos legitimado pelo tempo.

A ocupação geometrizada e distributiva de cidades orientadas segundo o eixo Este/Oeste, era representativa da ordem cósmica e universal – o Decumanos maximus (O/E) e o Cardus (N/S) encontravam-se no centro geométrico da urbe, que mais tarde e por racionalização do espaço, adoptou o uso da quadrícula urbana, mais tarde recuperada por Le Corbusier (Lamas, 2007).

13 Lugar da *polis*, elemento da urbanística da cidade grega da Antiguidade Clássica, tradutor do espaço público e democrático aberto à acção e participação cívica dos seus habitantes.

A compreensão das civilizações grega e romana reflectidas pelas suas cidades é de extrema importância para se perceber a história e o carácter fundacional da cidade em diferentes tempos e espaços do mundo, mas também da civilização egípcia que

“(...) representaba la ciudad com un círculo y una cruz. El círculo era el lugar, es decir, la comunidad de personas, la organización política y la identidad cultural. La cruz simbolizaba los flujos, o sea, el intercambio de bienes, servicios e informaciones, las movilidades, las relaciones com el exterior. En el espacio público se realiza la síntesis de lugares y flujos. Y la ciudad es el espacio público, lugar de cohesión social y de los intercambios.” (Borja, 2003, p. 119).

O declínio daquelas civilizações, com particular interesse para o declínio da civilização romana, marca a história da cidade que, de forma concisa e apenas enquadadora, apresentamos de seguida, cronológica e retrospectivamente.

A cidade medieval materializa uma nova atitude urbana resultante da queda do império romano e do estado de crise latente que caracteriza a Idade Média. A sua origem e desenvolvimento decorrem da recuperação de antigas cidades romanas e de burgos adjacentes, de núcleos urbanos e santuários periféricos às urbes, do crescimento de espaços rurais e ainda de novas cidades fundadas a partir de bases comerciais e militares (Lamas, 2007).

Ao traçado ortogonal romano sobrepôs-se o traçado radiocêntrico da Idade Média, determinado por eixos que ligaram destinos, ao mesmo tempo que se abandonou a escala monumental e se incrementaram espaços intimistas influenciadores de novas formas de relacionamento e proximidade social, mas também geradoras de conflitos e epidemias que colocaram em crise a própria cidade.

A muralha que caracterizou a sua imagem e a protegeu do exterior, desenhou o seu perímetro – a malha orgânica, que incluía os espaços de habitação, o castelo, o palácio, a torre senhorial ou a câmara municipal, determinaram o quarteirão medieval delimitado por ruas estreitas que permitiam o acesso mínimo aos edifícios e conduziam a praças geralmente irregulares onde acontecia o mercado ou se situava a igreja.

De acordo com Mumford, referido por Lamas (2007), e contrariando outros teóricos, a cidade medieval já tinha preocupações estéticas e de perspectiva formal, que Sitte designou por efeitos cénicos, volumétricos e visuais de cariz pitoresco.

Da obscuridade da Idade Média para o espaço urbano renascentista e barroco, salienta-se a ruptura com o misticismo medieval e a recuperação das formas das artes grega e romana, curiosamente, e com particular ênfase, em territórios originariamente romanos.

Dos séculos XV a XVIII as teorias estéticas e os princípios do urbanismo protagonizados pela arquitectura passam a obedecer ao desejo de ordem e disciplina geométrica transformada em prazer, a que não é diversa a fusão de diversas formas de arte da qual resulta a descoberta da perspectiva.

Constituiu um factor indutor de novas visões sobre o espaço, de novas noções sobre o estático e o dinâmico, e conseqüentemente, de novas intervenções que passaram pela abertura de ruas e construção de novos bairros recorrendo à quadrícula regular – uma nova era estética e cultural cujos princípios só viriam a ser abandonados no Movimento Moderno.



De entre os vários elementos da morfologia urbana¹⁴, mereceram particular referência, a rua, que deixa o estrito carácter funcional, para se afirmar como percurso visual, cénico e estético; a praça, lugar que não é sobra ou vazio urbano, antes, lugar público de valor social, político e teatral; o monumento, peça nobre de várias origens e funções e que torna simbólico e significativo o espaço público; e por fim, os espaços verdes, testemunhos da natureza disseminados pelas ruas, praças e jardins da cidade, potenciando o lazer e promovendo uma nova cultura social.

O século XIX marca a transição do clássico para o modernismo, impulsionada pela expansão industrial e pelo crescimento demográfico. A compressão urbana derruba muralhas e retira às cidades o contorno característico da sua imagem, provocando a sua pulverização para a periferia imediata, numa tentativa de relação entre a natureza e a habitação qualificada, o que propiciou o surgimento do subúrbio e a alteração das relações e morfologia urbanas. A rua passou a percurso, a praça a largo, o quarteirão perdeu sentido, a fachada deu lugar ao muro separador dos domínios público e privado.

A nova dinâmica urbanística promove a especulação fundiária, desde logo incompatível com o desenho urbano¹⁵, assistindo-se a extensões urbanísticas desreguladas e bairros operários que motivarão o pensamento higienista do século XX.

Essa realidade foi contrariada pela *experimentação urbanística*¹⁶ tendente a qualificar a cidade e o sentido de futuro da vida urbana, a partir do desenvolvimento tecnológico e dos novos modos de vida, promotores de grandes intervenções, entre as quais se destacam os planos de Haussmann para Paris e de Cerdá para Barcelona. O primeiro pretendeu reordenar e adaptar a cidade existente às exigências de circulação, salubridade e revalorização patrimonial; o segundo organizou o crescimento em expansão, tendo subjacentes preocupações funcionais, sociológicas e administrativas – factores que marcaram a imagem que ainda hoje persiste nesses contextos históricos.

Essas ocorrências e factores vieram determinar uma grande complexidade estrutural e morfológica nas cidades no século XX, fomentando tratados e investigações na área do urbanismo e o surgimento de uma *urbanística formal*¹⁷ entre as 1.^a e 2.^a Grandes Guerras Mundiais, que (re)valoriza o espaço urbano (re)centrado a partir de *edifícios singulares*.

Foi uma *urbanística formal* contestada por historiadores de arquitectura, como Zévi e Benévolo, por estar associada às *marcas do poder*¹⁸, designadamente dos regimes fascistas, o que vem promover um modelo de cidade identificado com uma organicidade marcada pela sua morfologia, a sua paisagem e o seu ambiente.

14 Sistema de estruturas e formas complexas que compõem a cidade, na qual se inscrevem significados, relações e práticas culturais.

15 “O desenho urbano é um processo de análise e síntese que visa a concepção não só de objectos mas, principalmente, de sistemas espaciais que tenham o predicado de estarem adaptados a determinadas funções e actos, entendidos como conjuntos integrados de relações. No essencial, trata-se da arte de criar e transformar objectos definidores de espaços.” (Pardal et al, 1991, p. 3).

16 Temática abordada por Lamas (2007) em que se refere, entre outros, aos tratadistas do início do século XX, como Stubben e Sitte, à Escola Francesa e à urbanística formal portuguesa [pp. 229-292].

17 Propostas de organização e forma urbana alternativas à cidade burguesa e industrial, na segunda metade do século XIX, decorrentes das transformações sociais, económicas e demográficas provocadas pelo desenvolvimento tecnológico e industrial (Lamas, 2007).

18 Marcas que assumem tendencial e marcadamente um cunho simbólico.



A evolução da cidade traz a emergência da *cidade moderna* que marca uma ruptura na estrutura, na forma, na organização e nos propósitos do urbanismo, a partir de experimentações e formulações teóricas que irão colocar em causa a cidade histórica e tradicional.

Genericamente, o bloco, a torre, o conjunto, protagonizaram novas tipologias formais e construtivas, e a funcionalização da cidade determinou uma nova cultura de uso, acelerada por ruas convertidas em vias de acesso rápido - na linha paradigmática de Le Corbusier.

Constituíram factores e determinações acentuadas pela Carta de Atenas que, com a preocupação complementar de salubridade e desafio visual, trouxeram a desagregação da cidade tradicional e consequentemente uma nova lógica vivencial potenciada pela designada *unidade de vizinhança*¹⁹ - com o argumento de democratização do espaço de habitar.

As novas linguagens despojadas, associadas ao abstraccionismo e aos contributos da Bauhaus²⁰, favoreceram diferentes sistemas construtivos viabilizados pela utilização de materiais como o aço, o betão armado e o vidro, o que permitiu edifícios que, de acordo com a Carta de Atenas, referida por Lamas (2007), conquistavam a vista, a luz, o ar e o espaço, tornando-os na única forma correcta de construção.

Os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM²¹) constituíram eventos importantíssimos para a discussão sobre a cidade, sendo de registar que a sua terceira fase vem colocar em causa a “(...) abstracta «cidade funcional», apontando a necessidade de um ambiente físico que satisfizesse as necessidades emocionais e materiais do homem.” (Lamas, 2007, pp. 337-338) - o que atesta da consciencialização da crescente artificialização da vida e da mimetização dos contextos urbanos protagonizadas pela *cidade moderna*.

Do modernismo à contemporaneidade vários têm sido os contributos de teóricos como, Pierre Francastel, Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Aldo Rossi para a discussão e mudanças produzidas na cidade, ou ainda da leitura circunstanciada da cultura urbana e do desejo de recuperação da memória para a re-identificação das cidades, como Gordon Cullen e Kevin Lynch²². Opiniões que vieram contribuir para a introdução de um *novo urbanismo* materializado em vários países europeus e que aponta para a “(...) aceitação da FORMA URBANA no desenho da cidade (...) um significativo interesse que se vem dedicando às cidades, aos ambientes construídos e ao planeamento urbano.” (Lamas, 2007, p. 439).

Dessa intenção, registam-se múltiplas intervenções em variados contextos urbanos, gradual e tendencialmente pressionadas pelas vicissitudes da *cidade-panorama* à *cidade-espectáculo*²³, objecto de consumo e território globalizado, assunto sobre o qual reincidiremos nos meandros deste quadro teórico.

19 Perspectiva ideológica determinante do desenho da cidade por via de uma planificação urbana indutora do estabelecimento espontâneo de relações sociais e comunitárias - explanada por Lamas (2007, pp. 317-322).

20 Escola alemã, fundada em 1919 por Walter Gropius, um dos mais importantes e vanguardistas centros do Modernismo europeu que integrou o ensino do design, das artes plásticas e da arquitectura - tendo perdurado até 1933 e feito escola sobretudo na área do design.

21 Os CIAM foram protagonizados pelos nomes mais relevantes da arquitectura modernista internacional e pela discussão sobre temas e problemáticas que da arquitectura, se alargavam a outras áreas influentes e participantes na realização da cidade.

22 Referidos em LAMAS, J. (2007) *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

23 Referida por Brandão (2008) em *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento urbano, p.16-17.



Da breve 'viagem' pelo tempo histórico e pela morfologia das urbes, sustentada na síntese contida de ideias e factos essenciais, parece justificar-se a inclusão da definição de Borja (2003) sobre a cidade:

“Una aventura y una conquista de la humanidad, nunca plena del todo, nunca definitiva. El mito de la ciudad es prometeico, la conquista del fuego, de la independencia respecto a la naturaleza. La ciudad es el desafío a los dioses, la torre de Babel, la mezcla de lenguas y culturas, de oficios y de ideas. La «Babilónia», la «gran prostituta» de las Escrituras, la ira de los dioses, de los poderosos y sus servidores, frente al escándalo de los que pretenden construir un espacio de libertad y de igualdad.” (pp. 25-26).

1.1.2 Emergência crescente das ecologias urbanas

Da cidade antiga à cidade contemporânea, desde os sinais de ocupação restrita do território às metrópoles instaladas, a cidade, independentemente das suas crises existenciais, tem evidenciado sinais de uma emergência suportada pela sua capacidade estratégica de gerar condições e protagonizar apelos a que o homem migrante não tem resistido.

Desde logo, o homem renunciou a sua vocação para operar selectivamente sobre o território, revelando aparente facilidade na forma como dele se apropriou preferencialmente e o transformou, para inaugurar um dos seus intentos primários – a vida em comunidade, pelo que “(...) a cidade representa o esforço mais notável da actividade humana, para uma transformação completa do ambiente natural, a passagem mais radical do estado de natureza ao estado de cultura.” (Nunes, 2003, p. 4).

Tal desígnio, parece desde logo evidenciar uma preocupação em salvaguardar as melhores condições de sustentabilidade para si e para as comunidades em perspectiva, tendo por referente primeiro a própria natureza enquanto recurso e condicionante – entidade material e divina à qual tantas vezes se rendeu perante a aparente subjectividade dos seus actos.

Dos intentos primários à condição social das urbes actuais processaram-se evoluções aceleradas pelo crescimento populacional, pela evolução tecnológica e pelos problemas que, decorrentes das grandes conglomerações urbanas, redundaram em crise da cidade que retrata a crise da própria sociedade. Dessa demanda evolutiva, predomina actualmente a cidade de variabilidades múltiplas geradoras de tensões que (re)produziram organismos que, não invariavelmente, se nos afiguram destituídos da coesão que caracterizou a cidade durante largos períodos da história, e que de acordo com Borja (2003) se devem a três ordens de razões: fragmentação espacial, desconstrução social e debilidade do papel do Estado.

As mudanças a que assistimos, com origem na pretensão grega em produzir a cidade democrática para a democracia das vivências, pretensamente coesa e interessada no bem dos cidadãos, transitou gradualmente para um espaço heterogéneo e difuso que vem conciliando positiva e negativamente a diversidade da condição de cidade dentro de si própria, numa atitude de sujeição a outras culturas, face à cidade que persegue os desígnios da urbanidade.

Assim o “(...) crescimento das cidades modificou progressivamente a natureza e a escala das segregações, combinando sob diversas formas as especializações espaciais/funcionais e espa-



ciais/sociais (...)” (Ascher, 1998, p. 54) - daí o empenho do homem em estabelecer relações de equilíbrio com o território, como resposta aos problemas das cidades e às necessidades das populações, encontrando na ambição humana a principal inimiga.

A sua propensão para a conquista e ocupação fortuita do território tem contribuído para uma desqualificação das cidades, através de processos de instalação de equipamentos, serviços e indústrias que embora garantindo a produção de riqueza, de acordo com as teorias e objetivos da economia vigente, originaram a proliferação da cidade sem regras, comprometedora de uma cultura de gestão e organização territoriais.

Por sua vez, e na linha de tentativas múltiplas de requalificar a imagem e sobretudo o funcionamento da cidade, tem-se assistido a projectos conotados com as manifestações do poder, comprometendo uma estratégia que olhe a cidade como organismo integrador que visa o funcionamento equilibrado dos sistemas urbanos. Diremos que da cidade idealizada à cidade realizada ficam testemunhos e marcas desses poderes, correspondendo por vezes a intervenções de qualidade reconhecida, mas descontextualizadas do efectivo e global interesse da sociedade.

Constituem paradoxos tantas vezes questionados ao longo da história da cidade, numa tentativa de recuperação de urbanidades perdidas, decorrentes da formulação de projectos de recontinuação da cidade, os quais têm vindo a encontrar a oposição de fenómenos diversos, entre os quais a crescente migração para os centros urbanos, conforme comprovam as estatísticas e previsões das organizações nacionais e internacionais.

“En 1950 había ochenta y tres ciudades en el mundo com más de un millón de habitantes, y de ellas cincuenta se encontraban en los países industrializados. En la actualidad, hay trescientas ciudades com más de un millón de habitantes y en su mayor parte se encuentran en los países pobres. En 2015 habrá treinta y tres ciudades com una población superior a los veinte millones de habitantes y veintisiete de ellas se encontrarán en los países pobres.” (Cacciari, 2010, p. 34).

É uma realidade que nos impele a retomar a reflexão sobre a actualidade da emergência e importância das cidades no quadro dos níveis de fixação das populações, e da política tendencial do Estado central em reunir nas principais cidades os mais importantes centros de decisão, com repercussão nos níveis de empregabilidade, migração dos cidadãos, e ainda, de factores influenciadores do comportamento e da qualidade de vida dos seus habitantes.

Mas, se a importância dos factores de organização do Estado e do comportamento das comunidades urbanas tem influência determinante na evolução das cidades, isso não pode ser separado da realidade física gerada pelo e para o Homem, na linha da história e morfologia evolutivas dos contextos, que aponta para uma cidade física e social que se foi recriando em acções enquadradas no seu contexto histórico de desenvolvimento, crescentemente influenciadas pelas tendências de um desenvolvimento que vem cruzando os interesses dos cidadãos e a evolução dos espaços construídos.

Fica contudo a percepção de uma cidade que, antes reflexiva, sustentada na participação assertiva dos seus autores, se viu transformada numa tessitura cujas linhas são reveladoras de afinidades contraditórias, pela ausência de auto-regulação, sustentabilidade e cultura



ecológica. Afinal, a ausência de compromisso entre os *sítios*, a cidade das existências, *as redes*, a cidade dos fluxos, e o *espírito cosmopolita* que sustenta a cidade cognitiva, que pensa, intui e sente proporcionando-lhe a alma que lhe garante sentido interno e, ao mesmo tempo, distinção face às restantes aglomerações urbanas, como se de organismo vivo, sensível e dotado de inteligência se tratasse (Portas et al, 2007).

Será, entre outras, uma razão pela qual a cidade se vê confrontada consigo própria na resolução dos seus problemas – no anseio em tornar os seus espaços mais amigáveis para os cidadãos, e sobretudo, mais próximos de um ideal condicionado por uma globalização que parece adiar essa pretensão, ao promover metrópoles nas quais é difícil a coexistência positiva de cidades e culturas várias no seio dessas grandes conglomerações urbanas.

É esta a cidade que vem confrontando o espaço público como desejo, com o espaço urbano como margem e vazio, que caracteriza a realidade da maioria das cidades contemporâneas. Cidades que são o reflexo da ambição humana em prefigurar a cidade como representação inteira do mundo, contrariando uma autenticidade cultural, fundada na natureza que lhe determinou o *adn* e logo mais a sua forma e a sua imagem.

Representa um processo longo, tantas vezes abreviado pela capacidade técnica que tudo submeteu ao efeito multiplicador de acções fantasiosas que a realidade parece atestar como adversa e desumana – geradora de espaços de nada nem de ninguém, tomados por centros de consumo que pouco ou nada acrescentam à urbanidade das cidades (Borja, 2003).

A cidade que assim nasceu, cresceu e chega até hoje, é produto de muitas sobreposições que resultaram na densa estratificação material e imaterial que caracteriza as nossas urbes – ecologias complexas cuja matriz resulta dos estratos que, sobrepostos, nos deixam sem braços para levantar as camadas da história que ao longo do tempo a transformou, como resposta aos apelos dos seus cidadãos, e de outros que, afastados dos desígnios cívicos, inventaram a cidade ausente.

A cidade contemporânea surge-nos assim feita dessa atitude difusa, testemunhada pelos contextos – o confronto entre a cidade humanizada e a cidade incógnita que não qualifica a possibilidade de a adoptarmos como espaço integrador e que Borja (2003) atribui a três hipóteses principais:

- a) No existe un modelo formal dominante de ciudad del siglo XXI (...);
- b) Coexistem por lo tanto la integración o cohesión ciudadanas con la fragmentación del tejido urbano y social (...);
- c) Los fenómenos de privatización de la vida social urbana se multiplican (...).” (pp. 72-73).

As possibilidades que sustentam as ideias anteriores revelam-nos uma alteração substancial do panorama físico e social da cidade, alternativo à vida rural. A forma como se organizou ou desorganizou, as alterações profundas que se operaram nos territórios natural e humanizado, ou ainda como se modificou a caminho de uma qualificação ou desqualificação que os destroços, deixados por um tempo indeterminado, não suportaram.

Dessa condição, resta-nos aquilo que hoje entendemos como sendo a cidade dispersa, feita de policentrismos e zonas de tensão múltiplas, sejam elas sociais ou de risco ecológico, colocando as grandes urbes sob a dificuldade de se equilibrarem, com consequências complexas sobre a condição e a relação humanas.

1.1.3 Globalização e futuro(s) da cidade

Da emergência e evolução da cidade, importa reflectir agora sobre os processos globalizadores que comprometem o seu património, a sua imagem e fundamentalmente o cidadão – sujeito a novas formas de vida na propalada *aldeia global*²⁴, cuja matriz parece residir nos antípodas da cultural vida comunitária.

A formação das cidades e o seu processo evolutivo, quando sujeitos a uma reflexão mais aprofundada, evidenciam sinais e dinâmicas que, enquadrados no contexto próprio de cada fase da história, poderão estar próximos de fenómenos que hoje designamos por *globalização* – à escala do seu tempo e do seu espaço.

Dessa evolução do mundo, promovida por um desenvolvimento resultante de múltiplas mudanças sociais, económicas e culturais operadas nas mais diversas latitudes do planeta e aceleradas pelas grandes (r)evoluções tecnológicas e financeiras, reconhecemos a cidade enquanto intérprete das instabilidades (re)produzidas por esses fenómenos.

Reconhecidamente, é um problema global com focos de maior preocupação em zonas sensíveis do planeta, com particular destaque para as grandes conglomerações urbanas, onde a existência de cidades inclusas na grande cidade se tornou num fenómeno gerador de tensões culturais com consequências que se conhecem, e outras que a teimosia da *globalização* há-de continuar a fazer emergir – caso a sociedade não adopte uma inversão de políticas que definitivamente contribuam para a dignificação e reequilíbrio sustentável da vida humana.

A aceitação desta constatação remete para o pressuposto de que a evolução das cidades, sujeitas inicialmente a processos de troca material, e mais recentemente sob a pressão das economias liberalizadoras, foram e são responsáveis pela alteração profunda dos contextos urbanos, ideia que conforme Ascher (1998) “(...) transformou a grande urbe em hipermercado de modos de vida” (p. 79).

Da indagação sobre a evolução recente das cidades, constatamos que de uma forma gradual esses territórios deixaram de estar exclusivamente dependentes de si próprios, para estarem interdependentes de outras cidades, de outros países, de outros ‘mundos’, gerando formas alternativas de vida social, económica e política, com consequências que hoje reconhecemos como sendo, na sua generalidade, negativas para as sociedades que as habitam e que delas dependem.

Pois “Sin embargo, se trata de un problema grave porque entonces nuestra ciudad no es una *polis* ni una *civitas*, sino, como decía Paltón, una *sinoiquia*, una cohabitación. (...) Pêro, si es así, nos “movemos” en algo que nos obstinamos en llamar ciudad, pêro nos “paramos”, vivimos en un condominio.” (Cacciari, 2010, p. 51).

A grande cidade ficou, assim, sob a pressão de prescindir de vida própria e de uma identidade que a distingue de todas as outras, face à parafernália de influências que directa ou indirectamente a vem sujeitando a processos de re-identificação forçada e a mudanças que não são consentâneas com a cultura que os habitantes desses espaços foram paulatinamente reconhecendo e reelaborando ao longo da história – contra os artificialismos que a modernidade acelerada hoje lhe quer impor sob a etiqueta de produto globalizado.

24 Conceito e expressão de Herbert McLuhan (1911-1980), professor de origem canadiana, que remete para a ideia de um mundo interligado aos mais diversos níveis, por influência e determinação das *tecnologias de informação e comunicação*, e na linha dos paradigmas globalizadores de organização e controle mundiais.



Segundo Ferrara (2002), e de acordo com estes efeitos, a globalização tendencialmente hegemónica que se abate sobre a urbe contemporânea pretende uma padronização com reflexos sobre um conjunto de cidades, que face à impossibilidade de responder aos seus desafios e exigências radicais, ficarão remetidas a estádios de um novo subdesenvolvimento, capaz de lhe hipotecar o seu futuro mais próximo, à excepção daquelas que não renegando a sua história, (re)afirmam a sua cultura e a sua identidade.

As marcas internacionais que consigo arrastam grandes grupos de interesse económico, contaminam as cidades, colando-lhes uma imagem que recuperam incessante e calmamente de outras cidades do mundo, descaracterizando contextos culturais urbanos de valor reconhecidamente singular e banalizando a ideia de que a diferença teve um tempo e um espaço passados, não mais compatível com esta nova era.

É uma intenção delineada à imagem e semelhança de um restrito grupo de interesses a quem tudo interessa vender, enquanto produto pronto e fácil – estratégia indutora de uma (in)cultura capaz de subverter as mais elementares pretensões de promoção da inteligência humana, impondo uma “(...) globalização dos mercados, inclusivamente no domínio dos bens culturais” (Warnier, 2002, p. 42).

Chegados ao século XXI, “La globalización ya no es lo que era, o lo que pensamos en la década de los noventa que era o podría ser. Ni los optimistas ni los pesimistas, ni los neoliberales ni los críticos fuimos suficientemente lúcidos para apreciar lo que se venía encima. Este inicio de siglo es también el fin de la ingenuidad global.” (Borja, 2003, p. 312), relativamente aos propalados valores da *globalização* a favor de um mundo melhor.

Reclama-se o retorno ao pensamento filosófico que caracterizou as bases da democracia, contra a imposição de uma cultura global que tudo pretende vender sob a etiqueta do prestígio que oculta o convite subliminar ao *não-pensar* – ou seja, não sermos mais nós, sermos outrem que pela sedução da facilidade prática e imediata nos reduz a pouco.

Certos da importância da cidade enquanto espaço de radicação de milhões e milhões de cidadãos, a imagem e os efeitos da *globalização* estão gerando uma cultura anónima, desprovida da necessidade de participação nos processos de continuidade da cidade física e social, como resposta aos seus anseios, mas também, impedindo que cada um a assuma como sua, porque dela depende e a pretende reinventar com os seus pares nos fóruns de discussão pública.

Fóruns que devem assumir-se como movimentos cívicos que não podem compadecer-se com a virtualidade das *redes sociais*²⁵, enquanto manobra globalizadora sobre a cultura própria de um povo, de um país, de uma cidade que reconhece no seu espaço público a possibilidade de se reencontrar, contrariando a dúvida de Innerarity (2007) quando argumenta:

“La cuestión es saber si el espacio público, como espacio de experiencia humana intersubjetiva, esencial a la democracia, necesita un tipo de espacio físico sobre el modelo griego, medieval, renacentista y burgués, o si esa antigua relación entre civilización y urbanidade puede realizarse fuera de los espacios de la ciudad clásica europea.” (p. 102) – distante dos espaços, das vivências e dos problemas apenas reconhecíveis pelos seus cidadãos.

25 Conceito aqui remetido para as comunidades de naturezas e objectivos diferenciados, que estabelecem relações de diversa ordem e que operam em diferentes níveis no espaço virtual da Internet.



Na senda desta reflexão, merecem ainda referência os fenómenos migratórios resultantes de processos globalizadores que geraram novas culturas urbanas, com consequências que transitam entre a positividade do fenómeno e os efeitos resultantes do desenraizamento cultural daqueles que decidem demandar paragens desconhecidas, traduzindo-se quase sempre em dificuldades de aculturação, com consequências para si e para os que consigo passam a coabitar. São processos geradores de ‘ilhas’ sócio-urbanas sem margens de recolagem cultural, originando fenómenos que resultando do contacto intercomunitário suscitam “(...) as reacções mais diversas: idealização do outro, atracção pelo exótico, do «belo selvagem», mas também o desprezo, a incompreensão, a rejeição que pode desembocar na xenofobia e na humilhação” (Warnier, 2002, p. 13).

A *globalização* enquanto ideologia percebeu na origem que os seus efeitos iriam ter um reflexo particular nas cidades, sobretudo nas grandes metrópoles, pela incidência massiva de interesses de vária ordem que sobre elas iriam impender.

Tal como defende Ferrara (2002), trata-se em síntese de uma estratégia que insiste numa ideia totalitária e transfiguradora das culturas, com representações e experiências próprias – uma espécie de clonagem aplicada segundo fórmulas que apenas têm uma visão unitária do mundo, tendentes a uma abstractização das realidades, como se tal, representasse o bem definitivo da humanidade.

Os receios que decorrem destas preocupações, levam a temer que a globalização se converta definitivamente na reinvenção premeditada de novas formas de exploração da dignidade humana, com a extinção de direitos fundamentais da condição individual e colectiva das sociedades, pretendendo-se uma artificialização, *quicá* uma uniformização dos sistemas e da vida das pessoas - com consequências particularmente negativas nas grandes urbes, contentoras da esmagadora maioria da população mundial.

É uma reserva preocupante quando, concomitantemente, Borja (2003) vê a cidade do futuro caracterizada por uma construção urbana progressiva, baseada em redes físicas e virtuais, descontínua, diversa e múltipla; um território de geometrias variáveis dotado de sistemas de governo não tradicionais, promotores de políticas urbanas conducentes a novas fracturas e desigualdades sociais.

Contudo, a cidade, independentemente da mudança que lhe vem esculpindo o presente, continuará a afirmar-se como espaço de radicação preferencial da população mundial, devendo reclamar uma cultura que, embora sujeita a novos códigos, deverá reservar para si uma imagem própria, resultado da especificidade da sua relação com o contexto primário e regulada pelos seus gestores, autores e cidadãos.

Mais do que nunca e por todas as inquietações latentes “Los elementos básicos de la vida, definidos desde la Edad Antigua, parecen hoy más necesarios que nunca: el agua, el Aire, la tierra y el fuego (la energía). Estes bienes, en el marco de la globalización, deben ser de propiedad pública, no ser objeto de comercialización y su acceso debe estar garantizado a todos los habitantes del planeta.” (Borja, 2003, p. 314).

Razões e direitos que devem exigir uma inversão de políticas que promova a cidade inclusiva, culta e diversa, condomínio aberto a todos aqueles que colectivamente a querem rever na qualificação de uma democracia partilhada, fundada numa urbanidade que espelhe o respeito e a responsabilidade e realize uma sociedade urbana mais justa consigo própria.



1.2 PATRIMÓNIO – sociedade e memória

A convocação do património e a sua explicitação conceptual, alargada às suas dimensões material e imaterial, constituem o princípio de uma reflexão sobre o seu papel histórico, cultural e pedagógico centrado nas urbes e mediado por diferentes tempos, cúmplices da sua perenidade e mais recentemente da sua efemeridade.

Património, cuja relevância decorre da disponibilidade humana para o legitimar, questionando o tempo e a memória nos meandros de uma *nova era* que abreviou a duração da vida das cidades e dos cidadãos. Tal condição, não sendo sinónimo de rendição, exige que se encontrem novas vias criativas que, reverenciando o passado e o presente, projectem um futuro dotado de novos registos conceptuais, novas linguagens e diferentes disponibilidades para aceitar outros patrimónios e culturas urbanas.

São ideias que definem o contorno da reflexão que a seguir se apresenta, e que pretende sublinhar a pertinência dos diferentes patrimónios no quadro das (in)disponibilidades suscitadas pelos novos tempos.

1.2.1 (Re)Fundação patrimonial e social das cidades

A visão integradora da condição e estatuto patrimonial da cidade tem sido objecto de escrutínio e reflexão no quadro interdisciplinar, o que tem vindo a originar novas reinterpretações do conceito, promovidas por sua vez pela crescente complexidade que a materialidade e imaterialidade dos espólios do passado e do presente e a sua natureza têm suscitado – daí que é difícil definir *património* “(...) por se tratar de um conceito evolutivo e dinâmico, como o é a própria cultura.” (Mourão, 2000, p. 82).

Como apontamento preliminar e tendo por objectivo a clarificação do conceito *património*, importa referir que deriva do termo latino *patrimonium*, cujo significado se funda na ideia que associa o *bem* (i)material à *herança* (i)material, dimensões não dissociáveis da cultura e da memória, pelas implicações que os valores patrimoniais projectam sobre a história das sociedades.

Na sua origem e tendo por referência a definição anterior, a condição patrimonial estava exclusivamente relacionada com o *monumento*²⁶, ou seja, não dispensava o reconhecimento de personagens ou acontecimentos materializado pelas obras monumentais de arquitectura e escultura antigas.

(Re)Produzidas fundamentalmente a partir da obra arquitectónica, os autores da cidade rapidamente reconheceram a importância complementar da participação da arte na valorização da imagem e identidade da cidade, representativa de aspectos e testemunhos simbólicos, bem como produto didáctico e pedagógico para as gerações presentes e devir para as gerações futuras.

Contudo, e perante uma crise identitária a que não é diversa a reconfiguração e o redimensionamento do tempo protagonizados pelos novos paradigmas do efémero e descomprome-

²⁶ Termo derivado do latim *monumentum*, por sua vez de *monere*, que significa *lembrar, recordar* - segundo Amado (2009).

tidos com a noção clássica de memória, tem vindo a assistir-se a uma ampliação do espectro conceptual de *património*.

Assim, no campo estritamente material, do qual não podem excluir-se os contextos naturais, o património compreende hoje o produto de múltiplas áreas disciplinares que, oriundas do artesanato à mais recente tecnologia, têm vindo a afirmar-se no contexto das actuais circunstâncias culturais, o que redundou na garantia do seu estatuto e reconhecimento diversos. Convicção reforçada pela opinião de Warnier (2002), quando refere que a noção moderna de património decorre de uma confrontação entre práticas progressistas e individualistas, por um lado, e a relação ancestral com a herança comum, por outro.

Em face da perspectiva enunciada, merecem referência acrescida as actividades de carácter artístico e/ou artesanal integradas nas acções em contexto, pelas dinâmicas sociais e formativas que promovem e estabelecem, suscitando novas formas de materialização da cultura, sejam elas de carácter efémero ou perene.

Sendo a cidade o território cultural que importa aprofundar neste estudo, convirá perceber o alcance do património nos seus contextos, estabelecendo relações entre as variabilidades referidas e tidas como válidas no âmbito conceptual das realidades e vivências urbanas. Assim, a aceitação de um leque tendencialmente abrangente de actos e objectos residirá na sua relevância simbólica e na importância que têm na afirmação cultural de uma comunidade ou de um país, que revendo-se neles, os legitimam e lhe conferem valor.

Contudo, é uma convicção que deverá ser questionada tendo por referência Fortuna (2001), quando refere a desvalorização do papel dos monumentos no quadro das diversas formas de socialização, particularmente quando propiciam experiências de forte pendor mimético, proporcionando apenas processos de identificação circunstancial e efémera entre os indivíduos em contexto - o que leva o autor a afirmar que “Apesar da resistência ou do desconforto que isso possa provocar, o monumento histórico nas sociedades contemporâneas apresenta-se como simples objecto de consumo.” (p. 39).

Ideia que importa ser considerada no quadro da reflexão sobre políticas culturais de divulgação e promoção pedagógicas do património, particularmente nos currículos escolares, os quais deverão estabelecer conteúdos e definir objectivos orientados para uma consciencialização aprofundada da herança que representa o passado histórico e cultural do país.

Na sequência das ideias anteriores e estribados numa perspectiva mais abrangente de entendimento sobre o património, designadamente o da escala urbana como determinante patrimonial, importa considerar que a génese da cidade, cuja expressão já foi objecto de circumscribida reflexão, constituiu um factor incontornável na cogitação sobre o património cultural urbano.

Com efeito, as condicionantes e virtudes da natureza determinaram, por mediação humana, o embrião de cidades, que, de cada contexto como condição, e da utopia como sonho, se foram convertendo em processos, ora de adição, ora de subtracção, orientados para a reinvenção do futuro sobre o território.

Da génese ao efeito aditivo, o homem, apoiado no divino como referência primária, foi gerando novos espaços físicos, sociais e simbólicos, enquanto processo recursivo determinante



da cultura patrimonial desde os primórdios civilizacionais. As divindades naturais – o sol, os rios, o mar, entre outros elementos, foram, pela força objectiva e subjectiva que representavam, factores decisivos nos processos de fixação humana e consequente patrimonialização.

Consideramos, assim, que a génese de cada cidade foi referente para o seu processo evolutivo, e consequentemente, para o seu futuro - asserção confirmada pelas utopias e heterotopias²⁷ que redundaram na cidade amada, na cidade odiada, na cidade possível.

Cidade que no decurso da sua história se vem reelaborando e, no centro dessa história, vem registando a biografia das suas sociedades, o que permitirá, de acordo com vários autores, estabelecer paralelo entre a história da cidade e a história da humanidade – perspectiva que encontra correspondência em Fortuna (2001), quando refere que a “Cidade é a imagem alegórica da sociedade” (p. 27).

A complexidade de que se reveste este fenómeno assume influência capital na evolução das urbes, e consequentemente, no (re)desenho patrimonial da sua forma, pelas tensões oriundas das exigências urbanas que o homem foi estabelecendo para si próprio como meta e desenvolvimento.

Pressuposto que a história e o nosso tempo vieram contraditar em face dos fenómenos e das realidades urbanas que hoje se (re)conhecem, ou seja, a forma da cidade e as múltiplas manifestações que hoje nela se identificam são fruto de acções, sendo que é inquestionável a ideia de que o desenho da cidade, constitui em diversos casos um produto sem rosto e sem futuro, face à exacerbada ambição humana.

O carácter da cidade, traduzido pelas suas formas, decorre como tal de uma decisão sustentada na reiterada decisão do homem em se assumir como principal actor e inventor das cenografias urbanas, condicionando o seu desenho ou projectando a sua própria imagem. Citando Durán (1998), “La forma de la ciudad contribuye a formar el plano de contemplación del habitante; por la posibilidad de distancia y perspectiva, potencia los planos largos, los intermedios o los inmediatos, casi encrustados en el volumen construído.” (p. 135) – resultando tantas vezes em apelos que não são mais do que a materialização dos seus próprios desejos e da sociedade que, querendo rever-se na sua cidade, a admite como irrepetível.

Em face das ideias expressas, a refundação da condição patrimonial da cidade, tendo por pressuposto o carácter eclético que os conceitos de património e cultura hoje encerram, exige e determina que olhemos com respeito o passado e projectemos o futuro tendo em conta os valores que a história e a memória nos lega, e os contributos que as novas formas de fazer e agir podem aduzir para a recontinuação da cidade física e social.

Desse modo poderemos vir a ter a garantia de uma cidade identificada com as actuais e as próximas gerações de cidadãos, e como tal, mais disponível para novas formas de reinterpretação e aceitação – condição e garantia primeiras para a formação de cidadãos mais conscientes da sua história, dos seus espaços, dos seus objectos e acções colectivas que caracterizam e conferem valor ao património.

27 No contexto em reflexão, consideramos as *heterotopias*, e na linha de Foucault (2007), as espacialidades alternativas promovidas e apropriadas pelo homem, resultantes de ambições cujas subjectividades são geradoras de diferentes significações ou interpretações, presentes nas suas diferentes componentes sociais, políticas e culturais, tão presentes na identidade mutável das cidades contemporâneas.

1.2.2 Tempo e memória da cidade

A cidade constitui um feito civilizacional que a torna uma das maiores criações do homem e talvez aquela que, como reserva social e cultural, assume o carácter integrador das dimensões *tempo* e *espaço* no seu sentido mais abrangente (Paiva, 2009). Esta convicção vista à luz da realidade contemporânea, impele-nos a acentuar particularmente a dimensão *tempo*, já que “A cidade é no tempo, está no tempo, está em permanente devir. Mas o tempo não existe, apenas insiste ou persiste. O tempo é uma realidade imaterial, uma intensidade, dependente de um substrato material para se expressar (...)” (Schulz, 2008, p. 206).

Assim, a reverência que nos merece o *tempo* da cidade do passado face à cidade do presente, revela-nos que a sua cronologia é lenta e justifica a delonga para que lhe possamos perceber o tempo e as razões da existência, que nos primórdios não tinha no tempo razão para a inexistência.

Essa cidade mais próxima dos códigos culturais fundados na possibilidade de não ser ultrapassada por uma temporalidade sem rosto, permitiu a inscrição do tempo sobre o seu espólio, representando hoje um património inestimável face às novas cronologias da vida urbana.

São códigos cerzidos pelo natural pulsar de um quotidiano social com tempo – ritmos humanizados que o deambular dos mundos converteu em sinais perenes sobre a superfície implícita do visível. Um gozo supostamente irrepetível face a um tempo novo, incógnito, anónimo que se abeira de nós sem relógio e nos obriga a que sem tempo realizemos objectos que reproduzam os limites da temporalidade – já que, como afirmam Gehl & Gemzoe (2000), “O mundo está em mudança feita de descontinuidades entre as escalas e os fenómenos, uma estranha fluidez onde actuam em silêncio, comprometendo o tempo.” (p. 15).

Deste nosso tempo sem tempo ficam os gestos de uma cidade actual feita de passos sonoros e olhares fugazes – a artificialização da vida que coloca em crise a humanização da urbe do tempo do olhar, do tempo de ver, do tempo de observar – do tempo que valida a substância da paisagem física e humana.

A cidade que assim se impõe, altera o modo e o sentido da vida – não somos mais nós, somos outros gestos, outras atitudes, outros fazeres – formas obrigadas de comportamento cujo fim resulta em morte antecipada do prazer de viver e fruir a cidade.

Máquinas velozes, semáforos imediatos, reclamos obsessivos, objectos que nos concedem um tempo erróneo denunciado pela natureza que ciclicamente nos visita – uma cidade sujeita a pressões que uma dada ‘sociedade’ reclama e nos impõe como essência de um progresso hipotético. Assim, “Sem capacidade para ordenar quer o tempo quer o espaço, a sociedade perdeu os seus guiões e desafia-nos a desaprender a História e a Geografia para que as aprendamos de novo, de modo diferente.” (Fortuna, 2001, p. 27).

A consequência deste novo paradigma inferencial do tempo imposto pelo novo mundo e pela nova engrenagem global remete para uma cidade alternativa, fugaz, qual imagem em dissipação que gera espaços e objectos que se assumem como novos, e simultaneamente capazes de despertar reacções alternativas – a sua apropriação no quadro do novo tempo, ou a sua rejeição face à incapacidade da natureza humana em aceitar a vertigem desse tempo risível. São espaços e objectos desprovidos de alma perante a diversidade de mortais, que



conscientes da sua finitude, renunciam o que, sem tempo, reivindica o estatuto utópico de eternidade finita.

A usurpação da condição temporal da cidade, entendida como espaço antropológico de apropriação, atenta ainda contra as formas de ser e de estar dos cidadãos, confisca-lhe a dignidade da sua identidade vivencial e a expressão do seu interesse pela sua cidade que está agora “(...) sempre se diferenciando de si mesma, sempre se transformando em uma outra cidade, as formas e funções entram em colapso e as paisagens urbanas revelam, então, reflexos mutáveis no fluxo do tempo.” (Schulz, 2008, p. 14).

As perspectivas enunciadas levantam com pertinência o âmbito e as repercussões sociais que esta adulteração do tempo tem sobre a qualidade das cidades e da vida dos cidadãos, havendo necessidade de se reequacionar, cívica e democraticamente, o papel que o Estado e as organizações cívicas devem assumir em favor de uma nova regulação do tempo das cidades e nas cidades. Regulação a favor da qualificação das condições existentes nos espaços destinados ao trabalho, à cultura, à mobilidade e a outras funções em que a marca do tempo é condição primária para o exercício da vida.

Esta alusão acentua a importância do espaço e do tempo na construção do lugar, contrária ao carácter anónimo do seu oposto, que Augé (2005) traduz por *não-lugar*, e que Ferrara (2002) define como espaço sem nome, genérico e ambíguo, e que ao mesmo tempo o reporta criticamente ao espaço supermoderno, como origem de uma *etnologia da solidão*.

No quadro da formulação conceptual que chama o tempo e integra os conceitos de espaço e lugar, a oposição destes “(...) só se concretiza quando percebemos que o primeiro é uma abstracção, em confronto com a capacidade que o segundo tem para produzir significados, acções e comportamentos (...)” (Ferrara, 2002, p. 22), possibilidade que justifica a adição do pensamento de Hall (1986), quando refere que “(...) espaço e tempo são instrumentos através dos quais todos os seres humanos podem transmitir mensagens.” (p. 186).

É na confluência destas asserções que merece referência Sá-Chaves (2005c) quando defende que a “(...) determinação topológica dos lugares constitui-se como um conjunto de referentes que, quando correspondentes com as determinações temporais, se conjugam na construção de um referencial comum aos sujeitos, assim, dupla e concomitantemente determinados.” (p.26).

Da abordagem genérica aos meandros para-conceptuais do tempo, transitemos para as subjectividades da *memória*, a qual nos deixa perante a dificuldade de uma definição situada e concreta – ou seja, capaz de a converter num conceito mensurável e generalizável a todas as culturas urbanas.

A memória funda-se na génese das realidades sensíveis e é validada pela história que regista no tempo os actos e os objectos que permitem invocá-la enquanto recurso revelador da mais profunda razão de ser das gentes e das coisas, já que “(...) a memória histórica é baseada no isolamento de um momento ou período, na busca do que o diferencia do anterior e do posterior, para compreender a transformação, enquanto a memória colectiva trata da permanência e continuidade.” (Brandão, 2008, p. 14).

A memória legitima o tempo e as acções, num apelo ao respeito pelos testemunhos do passado, como referência e fundamento para, racionalmente, se reequacionar em constância o futuro, tendo por referentes os contributos que, de forma indelével, mas marcadamente assumidos, povoam os espaços de sociabilidade, em que a fusão entre espaço físico e acção humana se vêm processando ao longo do tempo, convertendo-os em lugares de cidadania – subtil certeza que Ferrara (2002) sintetiza assim: “O lugar detém a memória da cidade e demonstra como o tempo é a medida do espaço.” (p. 129).

Ensaçando uma outra perspectiva e de acordo com (Brandão, 2008), “(...) a memória colectiva é contínua, definida por adição de referências e por enlances entre várias memórias:

- Ligadas ao passado: antepassados (história pessoal, local, familiar);
- Ligadas a pessoas e acontecimentos especiais (desastres, guerras);
- Ligadas a alterações técnico-económicas (a fabrica, a energia, o transporte);
- Ligadas a hábitos culturais ligados ao espaço (festa, religião, desporto, gastronomia).” (p. 14).

Perspectiva que vem confirmar que a memória é uma marca que não se confina ao registo material sobre as coisas num qualquer lugar e tempo, a memória sobrevive para lá das dimensões explícitas e implícitas – ela está presente e é cúmplice na formação da sociedade que não rejeita a sua história, enquanto texto e contexto que reconta o seu passado e o (re) conduz ao futuro.

Constitui um recurso essencial às dinâmicas de evolução das cidades, conferindo-lhes alma e viabilizando processos de humanização, já que “(...) a memória e o património são um elemento do metabolismo das cidades, não um entrave ao progresso. (...) é por isso que não há cidade histórica sem cidade imaginária. A cidade imaginária é dinâmica porque reflecte, é reflexiva, não é puro reflexo.” (Serra, 2003, p. 87).

Atentemos, contudo, aos factores de risco a que a memória está sujeita actualmente por via da promoção dos novos paradigmas da virtualidade, que Pezzi (1998) refere:

“La destrucción de la memoria es una parte inseparable del proceso de creación del espacio virtual, ya que al desaparecer el lugar de recuerdo, en el subconsciente colectivo de los ciudadanos se pierde el continente de los hechos urbanos. Los elementos primários de la ciudad desaparecen en la epidermis, la memoria se refleja en el imaginario colectivo mediante un maquillaje escenográfico visual.” (p. 100) – assunto já antes evocado aquando da abordagem à tríade, *tempo, espaço e cidade*.

Fundados nesta miríade de possibilidades (in)finitas, ricas de (e)feitos e de uma insondável natureza, porque apropriado e designado por cada um de forma desigual, reconhecemos no tempo essa virtude difícil de cada um se tornar eterno enquanto autor e actor nos cenários que, parados no tempo, constituem a imagem instantânea de um tempo legitimador da dimensão (in)temporal do património colectivo – porque, “(...) ser com tempo é condição essencial para ser sem tempo” (Sá-Chaves, 2005a, p.113).



1.2.3 (Re)Valorização contemporânea do património cultural

O património das cidades interage num diálogo feito de diferentes léxicos²⁸, enriquecendo o seu espaço cultural e vivencial, prossequindo a história e abrindo a possibilidade de promoção de linguagens alternativas, num processo de renovação da arte, da arquitectura e do design.

A aceitação de linguagens contemporâneas situadas em espaços de diferentes registos temporais, designadamente em centros históricos classificados, tem sido alvo de discussão, questionando-se a legitimidade de as novas correntes da arquitectura, da arte ou do design se imiscuírem em espaços tidos como sagrados, pela sua antiguidade e riqueza patrimonial, e fundamentalmente, pela marca e reconhecimento do seu valor patenteado junto dos seus fruidores directos.

É uma problemática de difícil clarificação, já que contrapõe registos e visões de um passado entendível, realista, à propensa divergência do discurso contemporâneo, para o qual a generalidade da sociedade não está devidamente (in)formada.

Aceitamos, contudo, a ideia que o património resulta tendencialmente de dinâmicas sociais em que as artes interpretam o presente e antevêem um futuro influenciador da forma como os objectos e os espaços se reelaboram, determinados pelas alterações sociais e materiais em diferentes momentos da história.

Essas reinterpretações por reacção, provocação ou aceitação, foram tendo ao longo do tempo um reflexo que, embora nem sempre compreendido, transferiu para o espólio patrimonial da cidade atmosferas de crise, incitação ou progresso, como representação e resposta a fenómenos da vida das sociedades.

Julgamos, assim, que compete à sociedade assumir e respeitar o seu espólio de acções, mas sobretudo, desenvolver competências para novas formas de olhar, interpretar e participar na realização culta das cidades, numa atitude que remete para a possibilidade plural de considerar outros campos de influência temporal, social e cultural²⁹.

Assumido e entendido nesta perspectiva, e tendo em conta a abertura que os cidadãos parecem hoje evidenciar relativamente a diferentes formas de expressão, antigas e contemporâneas, considera-se que a cidade e a sociedade devem estar mais aptas a promover novas formas de diálogo e interacção patrimoniais, que, resultantes de diferentes perspectivas, podem coexistir nos actuais espaços contemporâneos.

Consiste numa noção ampla de aceitação do património que deve remeter-nos também para a admissão de novas e alternativas formas de legitimação social situadas no campo do efémero, como a música, o teatro ou outras formas de expressão artística, que assumem o espaço público como palco das suas actuações – estabelecendo diálogos e entendimentos

28 Em sentido lato, pretende-se enfatizar o carácter semântico do discurso sobre as cidades, propiciado pelas mudanças operadas no seu espaço e no seu tempo, e que em Fortuna & Leite (2009) são remetidas para a presença e percepção da vida urbana ou para a sua (in)visibilidade – o que obriga a novas abordagens e recursos para cumprir a sua sempre complexa (re)interpretação.

29 O que colocará o património urbano “[...] sujeito a um processo de invenção social e cultural, que decorre, precisamente, de própria divergência civilizacional, dando assim “continuidade” ao que, a cada momento, identificamos como contemporâneo.” (Ferreira, 2004, pp. 115-116).

em lugares de aceitação e de mútua implicação das novas concepções de valorização e dinamização das cidades.

Como tal, a relevância do património no quadro do reconhecimento das culturas que o protagonizaram, reconfigura a necessidade não só de o preservar e revalorizar, mas (re)considerá-lo também no âmbito da acção humana, tendo em conta a sua reinvenção, já que a “(...) a cultura fez-se sempre particular e localmente, em função do isolamento e da distinção dos grupos. Em oposição, ela incorpora-se em função do entrelaçamento das comunidades locais e das suas composições.” (Warnier, 2002, p. 24).

No quadro actual de proliferação dos *media* e de instauração das redes sociais na *Internet*, instrumentos e desafios colocados à sociedade e à cultura, julga-se essencial um contraponto que conduza à reconciliação com um passado mais humano e próximo do ritmo do homem, sem contudo se rejeitarem os contributos geradores de equilíbrios trazidos pelas novas éticas e pelas novas estéticas, que as novas linguagens artísticas e tecnológicas têm vindo a incorporar.

Pois como refere Borja (2003), “La dimensión cultural del espacio público no se limita a la monumentalidad y a los espacios no construídos, sino al conjunto de los edificios, equipamientos e infraestructuras de la ciudad. Las formas siempre transmiten valores, y, por lo tanto, como ya hemos dicho, la estética es también una ética.” (p. 178), contudo, deverá ser tido em conta que “O aspecto visual, a estética e a enenação da cidade progrediram certamente, mas a qualidade urbana reduz-se muitas vezes à imagem (...)” (Ascher, 1998, p.178) – ou seja, é importante que se questione a promoção da visualidade em detrimento da visibilidade.

Caberá às entidades gestoras das cidades, aos investigadores e aos autores dos novos espaços urbanos, reflectir sobre estratégias que (re)conduzam a diálogos e discursos consentâneos com os diferentes registos patrimoniais em presença, potenciando a cidade comunicativa e integradora do passado e do presente, promotora de novas realidades urbanas que correspondam às necessidades do presente e se afirmem como referência para os vindouros.

Estaremos perante uma discussão pertinente em face dos novos argumentos e perspectivas de mudança accionadas por um desenvolvimento global e tecnológico que toma o tempo e a história como reféns e os transfigura noutras entidades, em nosso entender substantivamente diferentes daquelas que ditaram a concepção e o regular desenvolvimento do património antigo, e que poderão condicionar as abordagens qualificadoras e legítimas do presente.

São preocupações e reconfigurações paradigmáticas que sendo recursivas, como se depreende dos múltiplos eventos críticos ocorridos ao longo da história neste domínio, reivindicam novos momentos de discussão e reflexão sobre a integração, conservação e valorização dos patrimónios urbanos.

Será por isso que, entre outras razões, a preservação e reanimação da paisagem patrimonial é um assunto em debate, desejavelmente numa atitude de distanciamento ideológico e de respeito pela história, permitindo-nos desse modo uma consciencialização mais apurada das razões que deram lugar ao património antigo, e aceder a novos entendimentos que favoreçam o diálogo sobre a (re)valorização do património na contemporaneidade.



1.3 CULTURA – espaço público e cidadania

Na tentativa de concluirmos o triângulo que encerra a sub-temática *urbanidade*, consideramos o espaço público e a cultura como factores identitários associados a manifestações de sociabilidade e cidadania, viabilizadoras da qualificação da vida urbana.

Constituem propósitos cujo cumprimento apenas será possível através da implicação social na geração de novos contextos culturais e apoiados por políticas e soluções capazes de propiciar o retorno a uma ideia cívica de cidade, que se regenera face à emergência de um futuro incerto.

Estaremos perante problemáticas que deverão (re)considerar o papel da democracia na (re) construção da cidade física e social e apelar à participação cívica de diferentes agentes na prossecução dos desígnios da urbanidade.

1.3.1 Espaço público e identidade urbana

Dando sequência a ideias anteriores, a condição patrimonial do espaço público reveste-se de particular relevância no contexto desta reflexão, tendo em conta que a sua aceitação e legitimação perpassam fundamentalmente da interacção e da participação cívicas.

Baseados nesta convicção e na necessidade de promoção da discussão à volta da qualidade dos espaços de vivência comuns, “El espacio público nos interesa principalmente (...) porque es donde se manifiesta, con mayor fuerza y mayor frecuencia, la crisis de «ciudad» y de «urbanidad».” (Borja, 2003, p. 129).

O espaço público é conceptualmente um território plural, aberto à manifestação de opiniões e acções de convergência e divergência, assumindo na contemporaneidade uma relevo acrescido, tendo em devida conta o incremento e as novas lógicas de (re)conceptualização física e social das cidades.

São convicções que nos levam a secundar Correia (2007b), quando refere que “O espaço público é por definição um espaço de encontros e, por isso, é imprescindível recuperar praças, revitalizar centros históricos, reabilitar espaços degradados, valorizar elementos do património que são a alma das cidades. Aí se afirmam, com particular vigor, os desígnios inter-classistas, inter-geracionais e inter-culturais (...)” (pp. 6-7).

A amplitude desta definição reitera e revaloriza a urgência da discussão sobre a necessidade de se eleger o espaço público como tema de debate, dadas as condicionantes que actualmente reconfiguram a vida dos cidadãos e se reflectem na qualidade de vida das cidades.

Há assim a necessidade de se eleger a qualificação do espaço físico convertendo-o em espaço de relação, e desse modo aceder ao estatuto de espaço público – longe da ideia de espaço anónimo, fora dos roteiros sociais e dos fenómenos de apropriação, porque “(...) no es posible habitar la ciudad si esta no se dispone para el habitar; es decir, si no “proporciona” lugares. El lugar es allí donde nos paramos: es pausa; es algo análogo al silencio en una partitura. La música no se produce sin el silencio.” (Cacciari, 2010, p. 35).

O espaço público assim sentido e entendido, de relação e exigência sociais, deve fundar-se em projectos que lhe garantam uma multifuncionalidade geradora de dinâmicas nos domínios das actividades institucionais, públicas e privadas, e simultaneamente, possam garantir espaços abertos à multiculturalidade.

De acordo com Brandão (2002), o bom desenho do Espaço Público, além de poder assegurar um adequado contributo para a valorização do património urbano, através da reconversão de diversas zonas e funções da cidade, deve tornar-se cada vez mais um factor de cultura e cidadania urbanas.

Será uma estratégia tendente ao desenvolvimento de uma cidade de equilíbrios, afastada das tensões a que hoje se assiste, decorrentes de um planeamento zonificado, exclusivo e não inclusivo de funções sociais e culturas, gerador de zonas de conflito urbano, físico e social e protagonizado de acordo com (Borja, 2003), pela dispersão, fragmentação e privatização, o que contribui na prática para o enfraquecimento do espaço público como centro cívico, e para o surgimento de margens de desigualdade e marginalidade social.

O espaço público, produto da exigência social, estará mais próximo de se assumir como reserva e património dos cidadãos, dado que desse modo, é não só possível a sua usufruição, como ainda a instauração de um património democrático “(...) associado ao exercício de cidadania, no quadro de interacção aberta à livre discussão e ao exercício de crítica com vista à tomada de decisões que interessem à vida colectiva.” (Rodrigues, 2007, p. 23).

Será nesse quadro que adquirirá tanto mais corpo, quanto mais significativa for a representação que o espaço público faz dos seus cidadãos – decorrente da sua participação na construção e no espírito de pertença da cidade (Providência, 2004).

Será neste particular que importará responsabilizar os seus autores quanto à forma de o conceber, ou seja, que constitua um espaço público “(...) funcional polivalente que relacione todo com todo, que ordene las relaciones entre los elementos construídos y las múltiples formas de movilidad y de permanência de las personas” (Borja, 2003, p. 29).

É um processo de consciencialização crítica promotor de uma cidade em mudança, atenta às necessidades dos habitantes e à evolução que os novos tempos colocam aos espaços de vivência colectiva – um processo exigente que não dispensa a legitimação dos cidadãos, pelo que “A responsabilidade de intervir na cidade ou no território, envolve a capacidade de fazer sínteses sobre os significados, os factores e os valores que constituem elementos de identidade, de identificação, de apropriação, de vivências.” (Duarte, 2008, p. 63).

Ora, a cidade participada pelos seus cidadãos reforça a sua identidade – imagem, anatomia, história, vivências e um grupo incontável de outros factores cuja subjectiva diversidade vem fazendo de cada cidade um espaço único.

Da realidade material à verdade imaterial, a narrativa urbana apresenta-nos, assim, um património múltiplo de contributos, no qual a cidade se espelha e os cidadãos se reconhecem, pela consciencialização que parecem reter das “(...) características tipológicas e morfológicas do espaço público mas também os significados, através dos elementos que transmitem informação simbólica, tanto nas formas tradicionais como nas novas tendências, configurando uma crescente diversidade e complexidade da identidade” (Brandão, 2008, p. 18).



É dessa memória do contável e do incontável que se realiza e se revela a identidade das cidades nas entrelinhas da sua tecitura material e imaterial – no fluir colectivo das multidões, na triste passividade do solitário, no património que reconta sem tempo a sua história a quem passa, ou daquele cujo destino lhe doou o abandono.

São testemunhos que marcam de forma indelével a identidade da cidade, a marca que determina acontecimentos e comportamentos e redefine a cidade física e social nos espaços públicos “(...) do “visível”, o que lhes confere um certo parentesco, com os espaços do espectáculo e, mais particularmente do espaço teatral. (...) “passantes” que, pelas suas actividades e “interacções”, atribuem ao espaço o seu carácter público, nomeadamente através de “micropráticas” feitas de movimentos, de trejeitos e posturas de corpo, de orientações de olhar.” (Ascher, 1998, p. 174) – cenografia feita de palco e acção tendo como pano de fundo as malhas da urbanidade.

Assim, uma cidade que respeita a sua identidade e presta tributo aos seus cidadãos pelo espólio de acções que lhe legaram, é uma cidade que olha o futuro com a expectativa e o respeito que lhe merece o passado e o presente, como transição e continuidade para a construção de um futuro feito da marca e da cultura, que em mudança, reivindicará novas formas de fazer cidade e, sobretudo, fundar novas formas de vida.

Fundamentos que encontram correspondência nas palavras de Serra (2003) quando afirma que “(...) o património é um elemento do qual não podemos prescindir para podermos criar o nosso futuro” (p. 87) – património cuja identidade manifesta a sua (in)tangibilidade no espaço público “(...) como o valor de pertença, o valor emocional, o valor estimativo ou sentimental, o valor estético e simbólico.” (Brandão, 2008, p. 25).

Tais concepções são, contudo, contrariadas por Koolhaas (2008), quando refere:

“En la medida en que la identidad deriva de la sustancia física, de lo histórico, del contexto y de lo real, en cierto modo no podemos imaginar que nada contemporáneo – hecho por nosotros – le aporte algo. Però el hecho de que el crecimiento humano sea exponencial implica que el pasado se volverá en cierto momento demasiado “pequeño” para ser habitado y compartido por quienes estén vivos. Nosotros mismos lo agotamos.” (p. 6).

Ao que acrescenta, “Cuanto más poderosa es la identidad más aprisiona, más se resiste a la expansión, la interpretación, la renovación y la contradicción.” (p. 8) – atributos defendidos por agentes que pairam no espectro das novas dinâmicas globalizadoras e que não encontram limites para cumprir objectivos destituídos de sentido humanista.

Concepções inscritas no âmbito de um espaço público em crise, sujeito à concorrência do ciberespaço, virtual³⁰ e informacional – concorrência que impõe relações sociais que se cumprem em espaços e tempos de naturezas diferenciadas – no entanto, estamos certos que um não substitui o outro, já que a cidade ainda existe e o homem é uma realidade.

30 Gilles Deleuze citado por Solà-Morales (2002) defende que o “[...] virtual no significa irreal, inexistente sino outra forma de realidad no menos consistente que la que solemos aceptar como tal. Lo virtual y lo real forman un circuito en dos direcciones. La relación permanente entre lo virtual y lo real define un cristal.” (p.143).



Das oportunidades referidas nesta reflexão e inscritas no domínio do público, deseja-se gente – do *não-lugar* reivindicamos o lugar de encontro – espaço de (re)ligação física, mas fundamentalmente de convergência humana na conjugação e requalificação de contextos.

Desta possibilidade de um território de significações várias, parece restar a mobilização da razão e da emoção, enquanto conciliação orientada para uma compreensão dos anseios da humanidade em se rever numa cidade identitária, que reconhece nesse equilíbrio a oportunidade para a refundação de novas urbanidades.

1.3.2 Socialização e cultura urbanas

Os discursos emergentes da cidade deixam-nos perante territórios que nos surpreendem pela sua capacidade de nos convocar para os campos da reflexão sobre a cidade social, ora pela sua capacidade de nos abstrair, ora pela sua capacidade de nos (re)converter em seres urbanos, pelo que “No cabe duda de que el territorio donde vivimos constituye un desafío radical a todas las formas tradicionales de la vida comunitaria.” (Cacciari, 2010, p. 35).

São influências da paisagem rica de diversidade, projectada para além da nossa capacidade de a perceber, porque dela não fizemos parte e dela não constituímos cultura. São testemunhos de um tempo que não sendo o nosso, nos confronta com as acções de um passado difuso, do qual nos restam as *pedras* cujo discurso nem sempre é compatível com o léxico que nos desenhou o saber e a competência para incorporar outras literacias.

Certos de que a cultura urbana há-de decorrer daqueles e de outros factores, por sua vez associados às incertezas e influências a que os novos tempos nos habituaram, acabarão por reverter em novas ideias para a cidade, em face da crise de valores instalada e das vicissitudes dela resultante, da qual hão-de emergir novas soluções que contrariem o apocalipse que se vem anunciando – pois, segundo Portas et al. (2007), do ponto de vista sociológico, a cidade qualificada e qualificante passa pela capacidade de cada um gostar dela, por apropriação pessoal e investimento colectivo.

Conscientes da gravidade das consequências que uma cidade ausente dos seus cidadãos pode representar, é portanto urgente que se redefinam políticas e soluções capazes de accionar o retorno a uma ideia de cidade cívica, próxima e participada pelos cidadãos, dotada de um projecto que contribua para a sua socialização e humanização – um processo dinâmico que, de acordo com Providência (2004), constitua uma forma positiva de *modelação social de comportamentos*.

Ideias que rejeitam a aceitação da suficiência de uma paisagem urbana estritamente cenográfica, (re)feita de objectos que a despropósito se disseminam no espaço e interpelam os passantes numa atitude sobranceira, incapaz da relação empática, geradora de interações que caracterizam as cidades mais próximas das carências e do quotidiano dos cidadãos.

Pressupostos conducentes a uma estratégia que, no quadro actual, há-de resultar no estreitamento de laços afectivos entre espaço físico e acção humana, muito próxima das relações que caracterizam o afecto pela cidade que passamos a assumir como nossa, porque dela dependemos e à qual queremos pertencer.



É uma ideia feita desejo que remete por sua vez para uma perspectiva conceptual de socialização da cidade, indutora de uma cultura urbana que, recusando a imposição do pensamento único, aposta na liberdade individual dos cidadãos e na possibilidade da divergência confluyente, aberta à diversidade e promotora do respeito entre cidadãos na relação directa com os espaços e objectos assumidos como pertença e devir.

A cidade assim desejada corresponderá à cidade social, feita da aceitação mútua do gesto do outro, de gente que encontra nos espaços indutores de pacificação interior os lugares que correspondem à cidade por si ansiada, com outros partilhada e em comunidade respeitada – a cidade-lugar de encontro.

É imperioso pensar actualmente a evolução da cidade a partir da ideia de que, enquanto objecto físico, poderá por via da sua apropriação, transcender-se e reclamar uma alma capaz de despoletar nos seus cidadãos o sentido de partilha, num processo simbiótico indutor de metamorfoses urbanas situadas no cruzamento de múltiplos discursos e lugares.

A cidade cujo objecto se centra nessa apetência de se renovar, oferecendo a sua imagem e o seu corpo à diligência regulada dos seus cidadãos, é uma cidade reflexiva disponível para se interrogar, que recusa o arbítrio de um futuro sem data – garantindo a reedição da história daqueles que a vivendo se identificam com ela.

Perspectiva que passa pela assunção da crítica como atitude que, complementar à reflexão, é geradora de uma ideia de cidade evolucionária, atenta às necessidades dos seus cidadãos e à evolução que os novos paradigmas sociais exigem dos espaços de vivência colectiva, designadamente, novas formas de usar a cidade e consequentemente, novas exigências de cidadania.

Uma cidade que assim se assume está mais própria de se recriar a si própria, se renovar e se transformar naturalmente, no fluir do tempo e das mudanças sociais, ou seja, capaz de se tornar em entidade criativa e simultaneamente recreativa, pela possibilidade que esta duplicidade tem em garantir vivências de excepcionalidade, tendo em conta a predisposição natural do homem em aceitar a renovação qualificada dos contextos, seja essa renovação no estrito plano físico, ou, não menos relevante, no plano das possibilidades de qualificação da vida pelo lazer e pelo prazer que o espaço público pode e dever proporcionar.

A ideia de cidade crítica que se reinventa e se renova face à emergência de um futuro que quer aceitar aponta para uma perspectiva situada no campo da cognição urbana, que nada mais é do que a capacidade de se projectar a partir do conhecimento que tem de si própria, no plano dos valores que elege o cidadão como figura central, na senda da possibilidade de instauração de processos que reiterem a ideia de cidade ideal³¹.

Estamos perante ideias e confluências que sublinham a relação interdiscursiva entre território e sociedade, dado que incorporam uma das preocupações centrais da democracia das e nas cidades, pela possibilidade que a dualidade destes conceitos representa no espectro mais vasto das coexistências entre espaços humanizados e natureza, numa perspectiva de sustentabilidade que há muito vem sendo adiada.

31 Segundo Ribeiro (2004) essa cidade “[...] corresponderá, talvez, a uma cidade feita de colagem de cidades que, com a proliferação da informação e a emergência das intervenções, poderá tornar-se possível no século XXI” (p. 79) – mas que em nossa opinião poderá corresponder a uma efectiva perda de identidade.

É um problema que constitui hoje uma das preocupações centrais das sociedades contemporâneas face ao risco de colapso do equilíbrio ecológico do planeta, no qual as cidades têm particular responsabilidade e que por isso mesmo são convocadas para a procura de soluções que conduzam à resolução do problema, ou que, no mínimo contribuam para a sua atenuação.

Numa perspectiva complementar desta problemática importa referir que a pressão resultante dos fenómenos de expansão desregulada das cidades, foi geradora de comportamentos desviantes, evidência que se tem vindo a adensar perigosamente nos grandes centros urbanos, com o surgimento de zonas exclusivas, induzidas por grupos sociais que transformam núcleos do território urbano em guetos. Condomínios em que impera a desigualdade social e comportamentos em sentidos absolutamente contrários – o rico, que se protege no seu condomínio fechado, o pobre que se defende no seu condomínio aberto.

É esta a sociedade que habita as cidades do mundo, territórios em processo de privatização material e cultural, que dita as novas formas de as habitar, de as ocupar, de as dinamizar, de as fazer progredir e de as fazer regredir, quiçá asfixiar – novos paradigmas de comportamento providos de modelos alternativos, compatíveis e incompatíveis, que participam no redesenho das cidades.

Depois, importa reconhecer que a cidade constitui um espaço de liberdade, longe do controlo característico da vida das pequenas comunidades, fenómeno que tem contribuído para uma cultura de autonomia e liberdade individual, mas também e simultaneamente de um maior isolamento por parte de quem, pretendendo a liberdade e a privacidade, se vê numa situação de solidão colectiva, constatável nas grandes metrópoles contemporâneas.

Da evolução das cidades, que decorre em muito das grandes mudanças sócio-geográficas e demográficas, accionadas pelos fluxos migratórios, gerou-se uma cultura híbrida resultante do confronto entre os seus autóctones e a diversidade dos seus novos habitantes, produzindo um novo espectro cultural influenciador de mudanças sensíveis – “A imagem das grandes urbes onde teria reinado uma miscigenação total, funcional e social está mais associada a uma mitologia comunitária aldeã do que a referências históricas concretas.” (Ascher, 1998, pp. 93-94).

Na senda do quadro conceptual deste estudo, e na linha das preocupações que regulam a cultura e as relações entre cidadãos, será importante retomar a pertinência da definição de urbanidade, agora proposta por Ascher (1998):

“(...) a urbanidade é simultaneamente um estado de espírito e um modo de vida, um código de conduta (...). É uma urbanidade que torna possível o anonimato e que, no entanto, está na origem de uma sociabilidade alargada e renovada, eventualmente descontínua ou episódica, cidadina que alimenta e necessita de uma plasticidade de cidade e de uma adaptabilidade a modos de vida múltiplos.” (Ascher, 1998, p. 100).

Definição que sintetiza a cidade enquanto factor determinante para o desenvolvimento social e para a forma como a sociedade se organizou e evoluiu face a um mundo que, em permanente mudança, viu nela uma oportunidade alternativa à vida ruralizante, o que propiciou alterações profundas nos territórios natural e humanizado e transformou a paisagem sócio-urbana num quadro de grande complexidade.



1.3.3 Democracia e cidadania urbanas

Na origem da cidade reconhecemos a participação social na sua fundação - a disponibilidade para a interacção cívica, mediada pelos poderes que no tempo foram redefinindo os seus contornos físico e conceptual, contribuíram decisivamente para a sua evolução e afirmação culturais. Convicção que remete para a ideia de cidade democrática, chegada aos nossos dias perante a dificuldade em estabilizar o seu quadro sistémico e viabilizar a cidadania urbana.

Perante esse risco, a cidade, palco de dinâmicas geradoras de mudança, equilíbrios e desequilíbrios, deve reconhecer nos seus cidadãos a capacidade livre de produzir mutações que confluem para o bem das comunidades urbanas.

A abertura a essas mudanças, como réplica aos desafios actuais, só é possível se a própria cidade, governada pelas instituições representativas que exercem o poder, se abrir à participação crítica dos cidadãos e ao direito que lhes assiste de projectar as suas opiniões, na linha da definição de Borja (2003), que partilhamos: “La ciudad es una realidad histórico-geográfica, sociocultural, incluso política, una concentración humana y diversa (urbs), dotada de identidad o de pautas comunes y com vocación de autogobierno (civitas, polis).” (p. 21).

Na cidade contemporânea, a participação democrática na construção da cidade, tem, contudo, vindo a revelar-se tendencialmente complexa e de difícil consecução, dada a expansão a que tem sido sujeita por determinação de interesses instalados e pela adopção de políticas que tornaram as cidades em territórios de grande concentração populacional, comercial e industrial – nos quais a participação dos cidadãos tem ficado condicionada.

Em face dos pressupostos enunciados, vislumbramos a possibilidade do exercício de cidadania em núcleos de diferentes escalas dessas grandes urbes, sem constrangimentos ou recriminações sociais, como condição e forma de validação da cidade enquanto fórum cívico e democrático legitimador da instauração da urbanidade.

Importa por isso acentuar que a partilha de diferentes perspectivas sobre a cidade e sobre os espaços de convivialidade, estando aberta a esta possibilidade de diálogo, é passível de acolhimento - sendo na confluência destas interacções que descortinamos episódios da sua evolução histórica e democrática, marcada por manifestações de *civilidade* e *cidadinidade*.

Ascher (1998), começou por definir *civilidade* como a manifestação de *boas maneiras em uso num grupo social*. Mas ao enquadrar a problemática e o exercício da cidadania nos novos e amplos contextos urbanos prefere “(...) falar de “cidadinidade”, na medida em que a cidadania remete para a pertença à nação: ora, esta é una e indivisível, e tem como projecto transcender os particularismos de todas as espécies, nomeadamente as especificidades locais.”, ao que acrescenta, “Citadinidade, civilidade e urbanidade aparecem assim como qualidades interdependentes, indispensáveis à vida metropolitana.” (p. 102) – clarificação conceptual que vem reforçar e validar o discurso sobre a temática em processo de reflexão.

Mas, retomando o pensamento anterior, diremos que a crise que assolou as cidades ao longo da sua história e se acentua actualmente por via das alterações bruscas (re)produzidas na sociedade, decorre em grande parte da imposição de novos poderes, públicos e privados, e da falta de envolvimento dos cidadãos e de outros agentes interdisciplinares no (re)desenho do seu desenvolvimento democrático.

Quando existentes e viabilizadas, as disponibilidades e as perspectivas enunciadas concorrerão certamente para o desenvolvimento da cidade, assumindo-se como processo e produto da participação cívica e democrática dos cidadãos em cooptação com o poder, mediador e promotor de projectos nos quais as populações se possam rever, na linha do que defende Brandão (2008):

“(...) o poder político democrático deve reconhecer as necessidades de expressão individual e colectiva no espaço público, de maiorias e minorias, e oferecer-lhes meios, canais e agentes (intérpretes, técnicos, artistas, facilitadores) para assegurar a equidade, com pluralismo estético e de forma qualificada, construindo o espaço público com códigos simbólicos da cidadania. São estas as marcas de uma arte participativa e interveniente no meio urbano, fundada a partir da vida quotidiana e da sua relação com o lugar.” (p. 17).

A materialização desta possibilidade poderá motivar e abrir novos percursos de acção e participação conjunta dos cidadãos e das instituições, e desse modo, ser reconhecida a importância da necessidade de participação cívica na realização da sua cidade recuperando-se, “(...) a *polis*, a *civitas*, o lugar supremo no qual acontecia a participação, a vida colectiva, a civilização e a cultura” (Gómez-Granell & Vila, 2003, p. 17).

A amplitude desta problemática recupera e revaloriza a discussão sobre o espaço público como tema de debate, “(...) o espaço público por excelência, a *àgora*, onde se tomam as decisões que dizem respeito à vida colectiva e se exercem, por conseguinte, os direitos e os deveres de cidadania” (Rodrigues, 2007, p. 22), a qual “(...) é também, e sobretudo, a possibilidade do conhecimento e da educação, enquanto consciência do saber e do uso social que dele se faz.” (Sá-Chaves, 2005a, p.119).

Como tal, as perspectivas enunciadas não podem dispensar na sua formulação o papel participativo dos cidadãos, logo da democracia enquanto fundação das relações sociais conducentes à resolução participada de problemas que emergiram dos sistemas complexos em que, gradual e rapidamente, se foram tornando as cidades no mundo.

A cidade crítica, que se revê nas suas virtudes e nos seus problemas, é, assim, aquela que mais conscientemente poderá estar preparada para contribuir efectivamente para a renovação das sociedades, e como tal, revelar-se mais exigente relativamente às condições que suportam a sua existência no espaço físico, e que Borja (2003) assim define:

“Desde una dimensión más cultural y política, la ciudad, mito o realidad, aparece como el lugar de las oportunidades, de las iniciativas y de las libertades individuales y colectivas; el lugar de la privacidad y de la intimidad, però también de la participación política, la rebelión social y el autogobierno; de la innovación y del cambio. La ciudad es el continente de la historia, el tiempo concentrado en el espacio, la condensación del pasado y la memoria, es decir, el lugar desde donde se «inventan» los proyectos de futuro que dan sentido al presente. La ciudad es un patrimonio colectivo en el que tramas, edificios y monumentos se combinan con recuerdos, sentimientos y momentos comunitarios. La ciudad es, sobre todo, espacio público, y no parece que los que allí viven puedan renunciar a ella sin perder vínculos sociales y valores culturales, sin empobrecerse.” (p. 165).



Referências bibliográficas

- AMADO, J. (2009) *Estudos do património – museus e educação*. Coimbra: IUC.
- ASCHER, F. (1998) *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*. Lisboa: Celta Editora.
- AUGÉ, M. (2005) *Não-Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- BORJA, J. (2003) *L'espai públic: Ciutat i Ciutadania*. Barcelona: Dipotació de Barcelona.
- BRANDÃO, P. (2008) *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- BRANDÃO, P. (2005) *Ética e profissões no design urbano – convicção, responsabilidade e interdisciplinaridade. Traços da identidade profissional no desenho da cidade*. Tese de Doutoramento. Universidade de Barcelona.
- BRANDÃO, P. (2004) Introdução. In Brandão, P. & Remesar, A. (eds.) *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 5-14.
- CACCIARI, M. (2010) *La ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- CALVINO, I. (2006) 4.^a ed. *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.
- CORREIA, N. (2002) O Polis e a arte urbana. In *Projectos de referência – Programa Polis – Viver as cidades*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, p. 2.
- DIAS, M. (2004). A organização de bocados da cidade. Mobilidade e densidade. In Brandão, P & Remesar, A. (eds.). *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 64-65.
- DUARTE, R. (2008) *O Voo da Fénix*, Papiro Editora, Lisboa.
- DURÁN, M-A. (1998) *La ciudad compartida. Conocimiento, afecto y uso*. Santiago do Chile: Ediciones SUR.
- FERRARA, L. (2002) *Design em espaços*. São Paulo: Edições Rosari.
- FERREIRA, V. (2004) Espaços públicos urbanos e espaços públicos da cidade. In Brandão, P. & Remesar, A. (eds.). *Design Urbano Inclusivo – uma experiência de projecto em Marvila*. Lisboa: Centro Português de Design.
- FLICK, U. (2005) *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Editora Monitor
- FORTUNA, C. (org) (2001) 2.^a ed. *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- FORTUNA, C. (1999) *Identities, Percursos e Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta Editora.
- FORTUNA, C. & PROENÇA, R. (Orgs.) (2009) *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina.
- FOUCAULT, M. (2007) *Space, Knowledge and Power - Foucault and Geography*. UK: Ed. Jeremy Crampton and Stuart Elden.
- GEHL, J. & GEMZOE, (2000) *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.



- GÓMEZ-GRANELL, C., & VILA I. (Org.). (2003). *A cidade como projecto educativo*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- HALL, E. T. (1986) *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio de Água.
- INNERARITY, D. (2007) La experiencia urbana de la diversidad. In Pires, E. (Org.), *Espaços públicos, poder e comunicação*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 87-106.
- KOOLHAAS, R. (2008) *La ciudad genérica*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- LAMAS, J. (2007) 4.^a Ed. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MOURÃO, T. (2000) *Santa Clara-a-Velha – reflexos do património*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.
- NUNES, J. (2003, Novembro) *O imperativo territorial*. Lisboa: Revista Ano Nacional da Arquitectura '03, pp.4-5.
- PAIVA, B. (2009) *Urbanidade e Educação Cultural – Supervisão e Formação em Educação Artística e Tecnológica*. Penafiel: Editorial Novembro.
- PEZZI, C. (1998) *La ciudad compartida. El género de la arquitectura*. Madrid: Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España.
- PORTAS, N. et al. (2007) *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PROVIDÊNCIA, F. (2004) Porto, comunicar a cidade. In Brandão, P & Remesar, A. (eds.) *Design Urbano Inclusivo*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 37-50.
- RIBEIRO, A. (2004) *Abrigos – condições das cidades e energia da cultura*. Lisboa: Edições Cotovia.
- RODRIGUES, A. (2007) *As novas configurações do público*. In Pires, E. (Org.), *Espaços públicos, poder e comunicação*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 21-34.
- ROSSA, W. (2006). O espaço de Coimbra – da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime. Em: Rebelo, J. (Coord.). *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- SCHULZ, S. (2008) *Estéticas urbanas. Da Polis grega à metrópole contemporânea*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- SERRA, J. (2003, Novembro) *A cidade imaginária*. Lisboa: Jornal arquitectos – OA, 213, pp.85-91.
- WARNIER, J-P. (2002) *A Mundialização da Cultura*. Lisboa: Editorial Notícias.

Referência webgráfica

- FIELDING, N. & SCHREIER, M. (2001) Introduction: On the Compability Between Qualitative and Quantitative Research Methods. In Forum Qualitative Sozialforschung/ Forum: Qualitative Social Research. [Internet] Disponível em: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm> [Consultado em 11 de Maio de 2012]



CAPÍTULO 2

DESIGN – Espaço(s) e Objecto(s) da Cultura Urbana



Das cidades contemporâneas, influenciadas pelas dinâmicas sociais e pelas transições paradigmáticas nos campos científico, artístico e tecnológico, vimos assistindo a um léxico abundante transposto para objectos e contextos do património urbano, em processos recursivos a que não é alheia a renovação interdisciplinar - na qual destacamos o design.

A sua afirmação cultural tem vindo a conferir-lhe gradualmente o estatuto de disciplina do foro público, pela promoção e desenvolvimento de novas soluções estéticas, formais e funcionais, determinantes na produção de novas ecologias urbanas, com influência positiva nos níveis de civilidade e na redefinição do conceito de espaço público (Paiva, 2011).

No âmbito deste capítulo, a relevância dos pressupostos enunciados intima-nos a uma abordagem preliminar sobre o campo em que gravitam diferentes entendimentos sobre design, para, nessa sequência, centrarmos a nossa reflexão sobre a temática que designa este capítulo – o que deve orientar-nos tendencialmente para o significado, a definição e princípios de design situados no espectro das realidades urbanas.

Etimologicamente, *design* deriva da palavra latina *designare*, projectar como um todo, tendo sido adoptada e apropriada pela língua inglesa como substantivo e como verbo. Enquanto substantivo significa *propósito, intenção, plano*; enquanto verbo, *to design*, significa, entre outras possibilidades, *simular, projectar, esquematizar* (Flusser, 2008). Sob o ponto de vista semântico, e de acordo com Flusser (2008), a palavra design “(...) exprime a conexão interna entre técnica e arte. E por isso design significa aproximadamente aquele lugar em que arte e técnica (e, conseqüentemente, pensamentos, valorativo e científico) caminham juntas, com pesos equivalentes, tornando possível uma nova forma de cultura.” (pp. 183-184).



Contudo, a definição geral de design, pela diversidade de agentes, operações e campos em que acontece, torna inviável uma única definição – o que nos leva a concordar com Heskett (2005), quando refere que o “«Diseño» tiene tantos niveles de significado que constituye una fuente de confusión.” (p. 5).

Mas, avançando para uma formulação abrangente e de acordo com o International Council of Societies Of Industrial Design, o design é uma actividade criativa cujo objectivo é promover a qualidade de produtos multifacetados, processos, serviços e sistemas associados em ciclos de vida completos, ao mesmo tempo que deve afirmar-se como factor de humanização das tecnologias e contribuir para as dinâmicas económicas e culturais (ICSID, 2011). Ou seja, considera o design no plano aberto dos produtos, dos processos e dos serviços, afinal, aquilo que Papanek (1995) sintetiza enquanto “(...) satisfação profunda que provém apenas de levar uma ideia a bom termo e ao seu desempenho efectivo.” (p. 9).

Entendimentos que deveremos (re)considerar no espectro globalizador contemporâneo, em que “(...) o design tem a possibilidade de regenerar as tradições e os materiais locais, de impor a modernidade, a cultura do objecto face ao “kitsch”, reflexo de um gosto adulterado que flutua sem sentido sobre as cedências, a relativização dos valores e os padrões de conduta com que se subverte quotidianamente a cultura.” (Duarte, 2008, p. 19).

Concisão reflexiva que suscita a definição de um conceito integrador de design, orientado segundo uma convergência de agentes e factores em processos de inteligência cooptada, que validam ideias e as convertem em coisa nova - que não podendo renegar a tradição como base do desenvolvimento e afirmação do design, hão-de garantir o seu devir, influenciado ou determinado por factores sociais, económicos, tecnológicos e culturais.

Aproximando a definição de design do âmbito e intenção temática deste estudo, citamos Heskett (2005), quando refere que “(...) el diseño, despojado hasta su esencia, puede definirse como la capacidad humana para dar formas y sin precedentes en la naturaleza a nuestro entorno, para servir a nuestras necesidades y dar sentido a nuestras vidas.” (p. 7) - definição que elege como objecto fundamental a dimensão pública dos espaços de vivência, natural e humanizada, e nos quais assume relevo a presença do design.

Complementando a definição anterior e considerando a dimensão inclusiva, registamos o contributo de Simões & Bispo (2006) quando afirmam que “O Design Inclusivo pode (...) ser definido como o desenvolvimento de produtos e de ambientes, que permitam a utilização por pessoas de todas as capacidades.” (p. 8), tendo, na opinião dos mesmos autores, o objectivo de garantir a realização do *meio* social, na linha dos pressupostos que defendem e convertem os espaços das cidades em lugares.

Em síntese, e no quadro próprio da sua vocação urbana, poderemos definir ainda o design como área disciplinar socializante, promotora da inclusão, da criatividade e da inovação, orientadas para a defesa da (re)valorização e (re)invenção do património cultural, numa abordagem transdisciplinar que integra a sociedade, a economia, o ambiente, a cultura – e o futuro.



Dando sequência a esta perspectiva reflexiva, e no âmbito dos 125 princípios universais de design propostos por Lidwell et al (2011), adoptamos quatro³² que nos parecem delimitar aspectos essenciais e adequados ao âmbito da sua participação na realização do espaço público – entendido aqui enquanto contexto no qual se incluem objectos, pessoas e decisões estratégicas.

O primeiro princípio adoptado, *a forma segue a função*, é-nos apresentado segundo a ideia que “La belleza de un diseño constituye el resultado de la pureza de su función” (Lidwell et al, 2011, p. 106). Segundo os autores, esta ideia aponta para duas interpretações complementares: uma interpretação descritiva que considera a beleza resultante da pureza e da ausência de ornamentação; uma interpretação prescritiva, que secundariza e submete os atributos estéticos aos atributos funcionais – interpretação que fez escola nos princípios do século XX e que tem vindo a merecer aceitação, embora menos convicta, em face dos novos apelos da estética.

Apelos que nos levam a considerar o segundo princípio, *a estética na facilidade de uso*. No entendimento dos autores, “Los diseños estéticos parecen más fáciles de utilizar que los diseños poco estéticos” (p. 20), em resultado de uma melhor aceitação durante mais tempo, promovida por uma imagem que favorece o pensamento criativo e a indução de relações empáticas que aumentam os níveis de tolerância face a eventuais problemas funcionais – transição paradigmática que alguns autores designam por, *a forma segue e fruição*.

Convergência é o terceiro princípio considerado, tendo em conta a sua relação com as mutações espaciais, com particular destaque para o património urbano. Sendo um “Proceso en el cual una serie de características similares evolucionan de forma independiente en diferentes sistemas.” (Lidwell et al, 2011, p. 66), os autores consideram que um grau elevado de *convergência* de uma dada ecologia, natural ou humanizada, é indicativa da sua estabilidade e receptividade a diferentes tipos de inovação – alterações contudo não admissíveis, quando se verifica uma radicalização das soluções face ao contexto a intervir.

Fechando o núcleo dos quatro princípios adoptados, considerámos a pertinência da *hierarquia de necesidades*, em face da carência de processos de reequilíbrio dos diferentes sistemas com os quais as sociedades contemporâneas estão confrontadas. Na opinião de Lidwell et al (2011), “Para que un diseño tenga éxito, debe satisfacer las necesidades básicas de las personas antes de intentar satisfacer otras necesidades más elevadas.” (p. 124).

Assim, e tomando como referência a *hierarquia de necesidades de Maslow*, os autores definem uma pirâmide com cinco níveis ascendentes – *funcionalidade, fiabilidade, facilidade de uso, competência e criatividade*, os quais devem corresponder a necessidades específicas que uma determinada solução de design deve garantir, antes que se reconheçam outras necessidades de nível seguinte.

Constituem princípios cuja referência se justifica, considerando o quadro teórico e o estudo empírico desta tese, em que os problemas formais, funcionais e estéticos, aliados à inovação

32 Entre outros que se enquadram no âmbito deste estudo, designadamente, a *accesibilidad*, os *costes-benefícios*, o *panorama-refugio* e a *preferencia por la sabana* - cuja abordagem consideramos dispensável, dada a sua redundância no texto.



e à necessidade de soluções de reequilíbrio ecológico e de sustentabilidade dos sistemas, merecem reflexão no âmbito dos casos do Programa Polis.

Da abordagem aos entendimentos sobre design, seu significado, definição e princípios, importará delimitar a nossa reflexão sobre aspectos gerais, tendo por referentes os espaços e objectos da cultura urbana, que afinal constituirão o mote fundamental do presente capítulo.

Assim, o advento dos novos tempos e desafios, complementado pelos comportamentos sociais e contextos em mudança, justificam a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre a participação (inter)disciplinar do design na realização da cidade conciliadora das paisagens natural e artificial, do desenho contemporâneo e do património cultural antigo, entre outras convergências a que não é alheia a implicação da arte.

Das possibilidades múltiplas na realização das urbes, acentua-se a importância da reflexão sobre o design e a identidade urbana, designadamente, na tentativa de perceber e escrutinar os seus níveis de implicação na qualificação da cidade enquanto cenografia social da vida. Ou seja, uma ponderação sobre a dimensão e influência cultural(izante) do design nas novas formulações da vida urbana, materializadas no uso e apropriação social das cidades, e desse modo, redesenhar comportamentos que concorram para a existência de fenómenos integrados de relação social.

A relevância que assumem aquelas possibilidades exige e determina a existência de estratégias inter e intradisciplinares, fundadas na ética e responsabilidade profissionais, dado que estão em causa factores com forte impacto sobre a qualidade da vida urbana, da qual dependerá uma cultura projectual atenta às problemáticas da diversidade do uso, da inclusão e do ambiente - perspectiva que coloca a valorização do património físico e imaterial da cidade na confluência de outros agentes e disciplinas, *interessantes e interessadas*.

O design deve, como tal, afirmar-se na harmonização do espaço urbano, quando estão em causa a conciliação equilibrada entre a *cidade herdada*³³ e a *cidade emergente*³⁴ – conciliação que coloca aos projectistas o desafio de, perante as adversidades da *cidade informal*³⁵, os obrigar ao sentido ético da sua acção. Ou seja, assumir essa realidade como contexto dinâmico que remete para a construção de uma cidade (re)qualificada, integradora dos objectos que garantem a funcionalidade e a estética. Papel que, apontando para a necessidade de (re)congregação das urbes, exigirá uma nova dialéctica disciplinar na construção da cidade, deixando ao design e seus autores o devir ético da sua implicação criativa na qualificação e (re)invenção do espaço urbano.

33 Conceito de cidade cujo património sucessório é resultante de dinâmicas que convocaram as suas componentes física, social e cultural, e cuja consciencialização histórica é essencial à compreensão da memória colectiva.

34 Cidade cuja evolução resulta de processos complexos accionados por factores económicos, demográficos, tecnológicos ou outros, os quais, sob descontrolo, podem ser condicionadores da coesão social e do equilíbrio urbano – à semelhança do que se verifica nas grandes metrópoles sob influência da *globalização*.

35 Cidade que cresceu sob iniciativas difusas, apoiadas em referentes urbanísticos arbitrários ou expedientes ilegais, contrariando os valores patrimoniais, históricos e naturais – e que exige intervenção conducente à sua qualificação física e social.



Nesta perspectiva, o design, tantas vezes protagonista das *poéticas*³⁶ de transformação de espaços e objectos, deverá contribuir para a proclamação do estatuto de *lugares de culto*³⁷ social aos espaços que predestina ao encontro efémero, à contemplação, ao lazer, à leitura... em que a coreografia protagonizada pela dimensão física, social e simbólica dos contextos, os reverta em lugares ‘sagrados’ para os utilizadores das cidades, pelo seu carácter (in)temporal e pela possível participação do design na (re)aproximação social e na apropriação da(s) cidade(s).

Num quadro mais amplo das ideias enunciadas, considera-se incontornável, porque determinante para o futuro da qualidade do design, convocar a educação e a formação para a discussão de uma temática que, sendo na sua origem transversalizante, merece um lugar particular no desenvolvimento das actuais e futuras gerações – dada a influência que o papel didáctico e pedagógico do design terá na sua cultura formativa, e por consequência na cidade cívica e cultural que o legitima e reconhece.

2.1 ESPAÇO(S) E OBJECTOS URBANO(S) – morfologias e poéticas

A reflexão sobre as contextualizações do design na cidade, com particular interesse sobre as morfologias e poéticas imanentes das objectividades e das subjectividades em permanente devir, desenham em síntese o polígono de abordagem seguinte.

Da cidade, reclamam-se os seus espaços e a sua propensão disciplinar para ponderarmos o design como recurso potencialmente comunicante, protagonista de uma semiótica disponível para diferentes entendimentos.

A paisagem urbana, propiciadora da visualidade e da visibilidade das coisas, entendida como texto e não como contexto, reivindica a civilidade para legitimar o seu discurso activo, sublimado pelas suas afinidades física e humana.

Da arte e do design reconhecemos as linhas com que se tecem as suas cumplicidades, num mundo em que o eclectismo nos convida para disponibilidades apenas possíveis nos meandros da imaginação e da criação, e pelas quais a cidade vem respondendo com novas realidades identitárias.

2.1.1 Design e comunicação urbana

O design e a comunicação urbana³⁸ convocam-nos para uma reflexão cuja aparência discursiva parece desde logo dissociada das matérias sinalizadas para este estudo, pela ambiguidade que a invocação plural da cidade, da estética e do design converte positivamente em coisa

³⁶ Recurso apoiado em princípios estéticos, explícitos ou implícitos, indutores da reinterpretação semântica de elementos ou contextos, conferindo-lhe novos sentidos.

³⁷ Lugares que pela sua natureza e intensidade objectiva ou subjectiva, se assumem como espaços de grande atracção, identificação e consequente apropriação.

³⁸ A comunicação urbana, aqui considerada ao nível das linguagens, dos suportes e dos espaços, como recurso funcional, simbólico e cultural.



subjectiva – o que nos exigirá a alternância de um outro olhar para um novo entendimento sobre as transitoriedades entre a cidade conceptual e a cidade real.

Da cidade conceptual à cidade real (re)emergem imagens nativas de uma inventiva partilhada entre a natureza e o próprio homem – narrativas infindas protagonizadas pela presença teatral de espaços e objectos que convertem as morfologias contextuais das cidades em estados de cultura capazes de reinventar o seu sentido. Mediação transitória que a razão e a emoção fundem em realidade (in)tangível, já que “(...) a captação das poéticas subjacentes ao quotidiano feitas a partir dos imaginários, de inquietos olhares críticos, ou de sensibilidades que recodificam as leituras da realidade, correspondem a atitudes não conformistas que questionam o mundo nas suas diversas manifestações e valências.” (Duarte, 2008, p. 97).

Das feições públicas da realidade urbana retemos momentos físicos que denunciam a presença do homem e de criações, que o tempo vem suportando de forma desigual, enquanto testemunhos de fertilidades múltiplas geradas na alma da cidade.

São estéticas da modéstia e da opulência urbanas não comprometidas com o design material dos objectos e contextos, mas antes daquilo que neles e a partir deles ocorre, validando formas alternativas de ser e de estar do homem e para o homem, na relação dialéctica com a cidade incerta – um enigma cultural que vem tornando mais abundante a vida dos seres urbanos.

A alma das cidades representará, por isso, a alma colectiva dos seus autores, cidadãos e fruidores – essa possibilidade de a podermos contemplar e dela retermos ápices que a nossa retina transforma na imaterialidade temporal da sua paisagem, ou talvez, na materialidade das funções dos objectos que nos servem enquanto habitantes de um território (des)humanizador de tantas formas de vida e de ser (indi)gente³⁹ na cidade.

Do corpo dessa cidade fica-nos, talvez para sempre, a mensagem da sua anatomia diversa – superfície de um erotismo disponível, posse e possibilidade de múltiplas formas de relação que soltam o inesperado. Objectos e sítios da explícita intimidade da cidade entregam-se nas mãos dos cidadãos que a tocam ou simplesmente não a sentem – gratidão ou indiferença, possíveis formas de a perceber ou simplesmente ignorar o seu desígnio.

A cidade está prenhe desta morfologia afável, antagonica, desejada ou simplesmente refém do seu passado político, consumada pela acção de homens, artistas, gente sem profissão, cidadãos de cores conceptuais tão diversas quanto a miscigenação das ideias que se vislumbram no desenho do seu chão e na luz da sua silhueta.

Uma cidade que se permite comunicar sob a forma de linguagens múltiplas, capaz de se fazer entender no âmago duro da sua *epistème* e na mais solar da sua *facies* – é prosa e poesia numa simultaneidade lexical que surpreende e desafia quem a quer entender nos seus mais profundos intentos, já que a sua “(...) natureza é, em si mesma, um tecido ininterrupto de palavras e de marcas, de narrativas e de caracteres, de discursos e de formas.” (Foucault,

39 Pretendemos traduzir a possibilidade de uma leitura dúplice, capaz de ampliar e adequar o nosso entendimento e a nossa reflexão à volta das virtudes e dos problemas da, e na cidade – enquanto lugar de dignidade social ou do seu contrário.



2005, p. 95), sendo que “É a palavra, a *lexis* que é «ouvida» como entendimento, como persuasão, não o ver cénico.” (Cauquelin, 2008, P.39).

São fundamentos que nos permitem inferir da complexidade da sua grafia e da sua fala, do vocabulário que se completa nas palavras e nos actos daqueles que a inventando, lhe foram acrescentando significados que a sedimentação da história tornaram mais espessa, mais complexa.

Esta cidade que nos (co)move, é a cidade dos homens, feita da generosidade das suas mãos – a sua matéria deixou-nos a sedimentação histórica dos seus olhares, ou talvez a irreflexão dos seus gestos incontidos, ferindo a harmonia possível das cidades que, musicando os passos das suas gentes, suspenderam a (im)possibilidade de a olharem sempre, e da mesma forma.

Na senda do olhar, ou melhor, desse desejo, partimos à descoberta da cidade num processo de mútua sedução cujo fim se desconhece, porque as luzes do tempo não nos permitem reter as singularidades que lhe desenham a fímbria das razões que residiram nas mãos de quem já foi, e se desconhece o alcance dos actos dos vindouros – é por isto mágica a cidade comunicante dos homens que resultou de si e redundou da natureza.

São testemunhos da história e da cultura urbanas, a expressão mais genuína da evolução da cidade, mais precisamente da relação dos seus lugares, porque são essas entidades restritas que mais intensamente registam o pulsar social. Gestos do tempo que o sonho humano veio disseminando ao longo da história, reinventando formas e atitudes que vêm transformando as cidades nesses lugares, que, em ritmos diferenciados, tentam responder à mudança conferindo-lhes novas gramáticas para uma nova simbólica⁴⁰, da qual emergem novas poéticas que conferem novo sentido aos lugares.

É da emergência desses novos lugares dotados de novas disponibilidades que se estabelecem novas relações entre objecto e utilizador, entre contexto e expressão dramática, a que não é diversa a implicação do design na reelaboração desses novos comportamentos que materializam as novas coreografias urbanas⁴¹.

Da natureza eminentemente simbólica do espaço e do objecto emergem novas realidades que, latentes no centro das subjectividades comportamentais dos sujeitos urbanos, remetem para a *poesis* tão próxima da natureza íntima de cada sujeito, de cada usufruidor, que vê no lugar o efeito hologramático da sua atitude.

Estamos perante uma perspectiva que suscita a possibilidade de novos símbolos feitos da objectividade material do design nos contextos da cidade, qual manifestação alegórica, entendida para além da mera expressão plástica e realista da coisa - mas também, da participação efectiva numa nova existência que faz da abstracção um recurso lexical que dota a obra de design de valor próprio, por sua vez reforçado pelo contexto e pelos sujeitos que, quando participantes na sua qualificação, lhe validam a existência e lhe dão sentido.

40 Entendida como estrutura formada por símbolos evocativos de realidades cujo significante antecede e determina o significado.

41 Conceito que aqui relacionamos com configurações e dinâmicas que ocorrem em diferentes tempos e espaços da cidade, traduzidas por intervenções duradouras ou efémeras, materiais e imateriais, e que transferem para a atmosfera urbana um estado mutável que se manifesta com quem a vive.



É a cidade viva que se comunica, se insinua, dando-nos o prazer da partilha, proporcionando-nos a possibilidade de a conhecermos nos gestos e na atitude que residem na mais profunda da sua essência e se revela através da sua imagem.

Essa capacidade de se representar e fazer perceber visualmente numa parafernália de figurações só possíveis pela influência de uma cultura em reelaboração, que, não colocando em causa a sua identidade, responde à deriva dos tempos como se obra de arte se tratasse, repercutindo o fluxo das mudanças no objecto e no sujeito – por isso, “O design de uma cidade é, assim, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas de outras artes temporais como (...) a música.” (Lynch, 2000, p. 11).

Depois, o espectro visível da cidade, domínio da semiótica, dessa faculdade de comunicação feita de sinais e símbolos presentes na (i)materialidade urbana, densifica o carácter público dos seus espaços. Uma semiótica que, perspectivada para além dos objectos, se projecta a partir e para além dos actos que os seus autores protagonizam, como resposta às interrogações que se colocam a si próprios para entender a sua cidade, mas simultaneamente, a possibilidade dela própria se auto-questionar sobre a sua capacidade de se explicitar perante o cidadão.

“Essa semiótica escreve uma história da socialização na cidade que, na cultura, produziu e produz objectos materiais travestidos em formas e ícones com decisivo carácter intencional e responsável pela construção da cidade ou dos espaços que a representam (...). Do rito à mídia, a semiótica visual da cidade é um jogo onde se embaralham o visual e o tátil, a imagem e o imaginário.” (Ferrara, 2002, p. 122).

É um processo partilhado por múltiplas disciplinas na realização da cidade, em que “A comunicação exerce uma forte influência na relação com o público e, cada vez mais intensamente, vai introduzindo múltiplas imagens quotidianas que vão tomando conta da imagem da cidade (...).” (Duarte, 2011, p. 50). Imagens nas quais pontua o design, promotor de diferentes formas de enunciar a cidade, pela natureza das argumentações que residem na sua forma particular de reforçar ideias que ampliam o panorama comunicativo, visando formas alternativas de interacção e percepção⁴².

Reitera-se, assim, essa capacidade que a cidade reivindica em se comunicar objectiva e subjectivamente a partir das mudanças que residem na atitude do homem em restituir à cidade o direito de se reinventar e se apresentar de novo aos seus leitores, dando continuidade a processos de legibilidade e de argumentação centradas nas exigências e nas mudanças operadas nas e pelas sociedades.

Dessas dinâmicas plausíveis, o reconhecimento da marca de uma cidade traduz a consciencialização da sua capacidade em se revelar através seus próprios símbolos, diferentes dos de outras cidades que as singularizam e as tornam dignas da ânsia de serem demandadas, conhecidas, fruídas – ou descritas pela literatura, pela fotografia, pelo cinema e pelas ciências sociais e humanas.

42 De acordo com Brandão (2008), a “Construção de mapas e itinerários podem ser geridos como processos identitários em si mesmos, com funções de orientação, evocação e significação. A nomeação de lugares, a construção de símbolos, exigem interacção. (...) O significado temporal e adequação ao sítio, justificam um processo comunicativo próprio.” [p. 31].



As ideias e pressupostos enunciados convidam-nos a uma reflexão sobre as coreografias urbanas que convocam o simbólico⁴³ e a poética, adutoras de novas premissas em face dos novos discursos sobre os espaços e os objectos de design – por sua vez decorrentes de conceitos que validam a necessidade de recriar e promover novas interações espaciais e objectuais, tendo por referência os novos problemas colocados à sustentabilidade dos sistemas, sejam eles de natureza material ou humana - reivindicam agora algumas referências objectivas.

Assim, no âmbito da imagem e comunicação urbanas e dando (con)sequência ao discurso, consideramos, de acordo com Lynch, citado por Ferrara (2002), três elementos ou parâmetros fundamentais: *visualidade*, *legibilidade* e *funcionalidade*.

Centrando a nossa atenção sobre a *legibilidade* e a *funcionalidade*, já que o parâmetro *visualidade* merecerá abordagem posterior, definimos de forma integrada aqueles parâmetros como: clareza, facilidade de compreensão e uso de espaços e equipamentos presentes no espaço urbano, nas suas diferentes tipologias.

Especificamente e de acordo com Mitzi Sims, referido por Brandão (2002), os sistemas de comunicação urbana codificada obedecem, por sua vez, a seis tipos de elementos: orientação, informação, direcção, identificação, regulação e ornamentação, a que podem agrupar-se ainda e segundo o autor, os elementos destinados a pessoas com capacidade visual diminuída, informação comercial e publicidade, e outros elementos de *informação ao cidadão*.

São elementos e estruturas de design, cuja qualidade é essencial na cidade que se pretende comunicante – pelo que se vem colocando a discussão ao nível das relações de escala dos objectos e dos contextos, conceito e forma, imagem e estética, conforto e ergonomia, entre outros aspectos – no sentido de garantir todas as possibilidades de diálogo e de legitimação da presença e participação do design em interacção com os seus utilizadores.

Da diversidade que resulta das ideias expressas resta considerar o papel dos profissionais que deixam os seus gestos no espaço público, atestando dos desígnios do design, materializados na abrangência das suas formas e das suas funções, por sua vez abertas a novas dinâmicas urbanas feitas de feitos e efeitos, cujas cumplicidades encontrem legitimação na visualidade e visibilidade das coisas – uma plástica teatral, cuja cultura resida no sentido de paisagem a que aludiremos a seguir.

2.1.2 Design e paisagem urbana

A cidade inclusa na paisagem urbana de que vimos dizendo, integra um sistema complexo oriundo do espectro da imagem, cujos detalhes apenas estão ao alcance do olhar clínico – inferindo, diremos que a validação da paisagem urbana está refém da disponibilidade do olhar “(...) do leitor capaz de superar o hábito e perceber as diferenças: um olhar que se debruça sobre a cidade para perceber suas dimensões e sentidos, que estabelecem o lugar como fronteira entre a cidade e o sujeito atento.” (Ferrara, 2002, p. 129).

⁴³ Carácter alegórico e representativo da realidade a partir de representações, narrativas, imagens ou outras formas de comunicação e interpretação - que Peirce (1839-1914) adoptou no campo da semiótica.



Daí inferimos que das camadas da paisagem manifesta subestimadas pelo olhar genérico, ficam as invisibilidades que se tecem no meandrar oculto da cidade hedonista⁴⁴ de que já dissemos, e que assume importância fundamental na identidade dos contextos cuja imagem estática não retrata – pela ausência explícita de rituais urbanos.

Olhar a cidade é um exercício silencioso, talvez de matizes e texturas que nos falam do belo e do outro. Esse juízo de apreciação sempre controverso do espaço e do tempo, enquanto entidades que apelam à racionalidade do sensível – constitui condição estrita para percebermos o lastro oculto da cidade.

Mas, o que é a paisagem?

Recorremos a três autores para desvelarmos o seu significado, sendo que a sua definição imediata nos pareceu improvável. Anne Cauquelin (2008) afirma que “A paisagem não é uma metáfora da natureza, uma forma de a evocar, mas é efectivamente a natureza.” (p. 30), que não sendo uma construção mental, acrescenta, “A paisagem é uma substância.” (p. 30).

São contributos que, não configurando a cidade como elemento da paisagem, nos questionaram sobre o termo composto *paisagem urbana*. A reincidência da pesquisa na obra, *A invenção da paisagem*, da mesma autora, permitiu responder à nossa dúvida. Cauquelin (2008) refere que “(...) a paisagem urbana é mais claramente paisagem do que a paisagem agreste e natural (...)” (p. 110).

Mas, ainda nos ficava uma dúvida fundamental. A paisagem urbana contém gente?

A autora considera que a paisagem, não preexistindo à imagem, “(...) não é dirigida para manifestações territoriais singulares, mas para o acontecimento que lhe solicita a presença. E, tal como o local (*topos*), de acordo com a definição aristotélica, é o invólucro dos corpos que ele limita, também a pretensa «paisagem» (localzinho: *topion*) nada seria sem os corpos em acção que a ocupam.” (Cauquelin, 2008, p. 37).

Esta convicção está também presente em Lynch (2000), quando refere que “Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espectáculo, mas sim uma parte activa dele, participando com os outros num mesmo palco.” (pp. 11-12). Ou seja, de acordo com Galofaro (2004), a paisagem constitui um campo de acção em que as pessoas deixam de ser simples destinatários, para se tornarem indispensáveis à sua definição.

Perspectivas que sustentam a ideia de que a paisagem urbana supera as meras circunstâncias físicas da cidade – convicção que acentua a urbe enquanto ecologia conciliadora das paisagens natural e humanizada e dos domínios do social e do simbólico – uma simbiose cuja complexidade se inscreve na cultura do urbano, próxima das relações de cortesia entre cidadãos, e destes no respeito pelo património e cultura da sua própria cidade.

⁴⁴ Palavra que deriva do termo grego *edonê*, que significa *prazer*, e que aqui remetemos para a cidade “feliz” - ecologia indutora de uma ética da fruição orientada para a busca do prazer em espaços destinados à vida social.



Num planeta (in)consciente dos problemas que emergem da celeridade da mudança, a necessidade de acordo entre sistemas, que deixaram há muito de se conjugar, surge como compromisso urgente a bem de uma harmonização que (re)concilie a natureza, enquanto referencial primário, com as artificialidades (re)produzidas pelo homem.

Essa necessidade constitui um desígnio resultante da imperiosa carência de (re)humanização dos contextos, promovendo-se a racionalidade fundada em pressupostos que deverão obrigar à regulação da intervenção nos territórios naturais e naturalizados, incluindo ainda todos aqueles que, qualificados e integrados em espaços urbanizados, merecem um continuado sentido de preservação e conservação.

Desta problemática, que reside fundamentalmente no estado de crise territorial e social a que chegaram algumas cidades e metrópoles, existe a convicção da necessidade do reforço da presença da natureza na cidade, como reserva para a renovação da qualidade ambiental e paisagística. Esta estratégia e desafio que se coloca às cidades e aos cidadãos, como condição e contributo para a qualificação da vida, pretende contrariar o caos ambiental que transformou muitas cidades em lugares de partida e consequente crise.

Perante as evidências latentes, a ideia de humanização das cidades vem introduzir novas formas de as habitar ou de as ocupar, sendo essencial que o recurso a soluções de design inovadoras e simultaneamente sustentáveis sejam uma realidade, já que “O meio e a paisagem são condição e espaços que nascem incompletos, que estão presentes numa realidade não virtual, tão mutante e tão idêntica a si mesma que não deixa lugar ao cenário que em mudança permite pensar o mundo, o futuro”. (Gehl & Gemzoe, 2000, p. 15).

A paisagem urbana contemporânea protagonizada pelo envolvimento disciplinar encontra no design um contributo essencial à consecução da realidade vivenciável – a paisagem não como pura visualidade, mas como realidade visível assumida e reconhecida conscientemente pelo homem nas qualidades de observador e actor dessa mesma paisagem. Clarificando, a visualidade corresponderá “(...) à constatação visual de uma referência e, mais passiva, limita-se ao registro decorrente de estímulos sensíveis. A visibilidade, ao contrário, é propriamente semiótica, pois é compatível com a cognição perceptiva como alteridade que caracteriza e desafia a densidade sígnica.” (Ferrara, 2002, p. 101).

Neste âmbito, e remetidos para as contextualizações urbanas, “O espaço ultrapassa o passivo signo visual para aderir à complexidade do design, que exige uma perspicácia que ultrapassa todos os programas e transforma a visualidade em visibilidade, uma cognição disponível ao sentido.” (Ferrara, 2002, p. 114).

Trata-se de uma ideia que nos permitirá falar de co-autoria ética e cívica na realização da paisagem qualificada e qualificante – afastando-se assim a ideia (r)estrita e elementar de que a paisagem é exclusivo objecto do olhar, mas antes, uma ecologia que reivindica outros sentidos – uma cosmologia da percepção onde actuam “(...) a visão (cores e formas, distâncias e perspectiva), o tacto (liso, rugoso, frio, húmido, quente, seco), a audição (o som cristalino da água, rangente do metal) e o odor (as estações dos elementos têm todas o seu cheiro)” (Cauquelin, 2008, p. 110).

Tal complexidade, comprometendo o design, deve levar à consciencialização cívica da paisagem, dado que, não sendo produto do acaso, ela resultará da contenção ou acção do homem orientada para a sua preservação, invenção, qualificação ou dos seus opostos.

Neste âmbito, merece referência Franch et al (1999), quando referem que a distinção “(...) entre planificación del paisaje y diseño del paisaje, en tanto que actividades independientes, no debería implicar la conclusión de que el diseño es un mero ingrediente añadido que se preocupa únicamente de la estética, de hacer los espacios amenos y de los detalles, en lugar de ocuparse de todo el conjunto.” (p. 25).

A conciliação entre natureza, paisagem e artificialidade promovida e desenvolvida pelo homem passará também por novas formas de mobilidade, de recursos energéticos, de recolha e tratamento de resíduos, de sustentabilidade - estratégia que deverá convocar diferentes áreas científicas e tecnológicas, nas quais se deverá integrar o design, aliando atributos que contrariem a exacerbação exclusiva da técnica ou da estética, num exercício de equilíbrios que valorize a responsabilidade social.

Esses factores, em nosso entender, potenciam a qualificação da paisagem entendida como abordagem mais abrangente, porque plástica, funcional e simbólica na constituição de um património aberto à leitura e usufruição cívicas. Um património que considere a paisagem como reduto dos cidadãos, autores e críticos dessa mesma paisagem, ou seja, “Da cultura material construída na cidade passamos à informalidade da apropriação social da cidade como espaço de troca de valores e crenças. Vamos da visualidade da cultura à visibilidade da cidade como lugar de cultura.” (Ferrara, 2002, p. 141).

É com base nestes pressupostos que se considera a importância da participação de várias áreas disciplinares na regeneração e revitalização da cidade, a que não poderá estar alheia a convocação do design, pela ampla cobertura de contributos que aquele pode garantir e dos quais a paisagem urbana contemporânea não pode prescindir nos seus múltiplos espaços e tempos, já que “(...) uma paisagem é o fruto de uma longa, paciente e complexa aprendizagem, e (...) depende de múltiplos sectores de actividade.” (Cauquelin, 2008, p. 8).

Com tal, a disponibilidade do design para participar nos processos de requalificação ou reinvenção da paisagem urbana remete para áreas tão diversas e essenciais como a comunicação, o equipamento, os ambientes, entre outras variantes, convertendo-o num contributo coerente e integrador de espaços naturais e artificiais da cidade.

Dessa participação na paisagem urbana contemporânea vimos retendo intervenções de escalas macro, meso e micro⁴⁵, em que a participação do design surge nos planos funcional, estético e simbólico no âmbito das vivências e necessidades da própria urbe. Realidades explícitas na obra de Cullen (1996), quando numa lógica cartográfica⁴⁶, sinaliza a cidade enquanto objecto

45 Escalas macro, meso e micro correspondentes a níveis que pretendem traduzir a noção de grande, médio e pequeno, respectivamente - e nas quais o design participa com objectos isolados ou de forma agrupada, determinando a amplitude da sua presença à escala da rua, do bairro ou da cidade - a que associamos ainda os factores de mobilidade que por sua vez influenciam a escala do tempo.

46 Mapeamento narrativo dos elementos da morfologia urbana a partir de uma lógica que cruza a sua leitura e interpretação, posteriormente remetidas para a escrita nas suas diferentes formas, não excluindo a sua representação imagética.



do desenho que faculta leituras e atmosferas diferenciadas, conciliando objecto, contexto e sujeito, tangibilidades e intangibilidades, afinidades e rupturas, nostalgia e ilusão – para se deter na escala que atenta aos detalhes de um design próximo: a caligrafia metálica de protecções e bancos, a publicidade riscando paredes, degraus que esculpem o chão, cores que pintam a preto e branco, texturas que atijam os dedos e outros que, de acordo com o mesmo autor, remetem a escala não para a dimensão concreta dos objectos, mas sim para a justaposição e a relação dimensional que esses elementos estabelecem em contexto.

Constatação que atesta do crescente papel cultural que o design vem aduzindo para a transformação da paisagem urbana nas suas dimensões física e humana. Do objecto isolado de pequena escala e uso imediato, como o banco de jardim, à operação de grande escala, integradora de vários objectos que redesenham a vida dos urbanos - o design está para a configuração da paisagem urbana de forma tão intensa, quanto outras áreas disciplinares que actuam no *teatro* citadino.

Dessa participação alargada e em coerência com o estudo que suporta esta tese, são de referir, de acordo com a classificação de espaços público de Brandão (2002), os parques urbanos, os jardins públicos, as zonas verdes de enquadramento, as estruturas viárias, pedonais, cicláveis e rodoviárias – sendo de destacar as avenidas e ruas urbanas, também as praças, largos e outros recintos multifuncionais, as frentes ribeirinhas e de mar, os parques de estacionamento, entre outros espaços públicos⁴⁷.

Unidades tendencialmente integradas pelo mesmo autor em *estruturas e elementos do espaço público* - designadamente: elementos e estruturas naturais, elementos de expressão artística, elementos e sistemas de comunicação urbana, equipamentos e mobiliário urbano, estruturas e elementos de iluminação, infra-estruturas subterrâneas e infra-estruturas viárias/transportes⁴⁸ - unidades em que a presença do design foi e é fundamental na realização da paisagem urbana em diferentes escalas.

Efectivamente, o reconhecimento historicamente recente da condição e estatuto do design tem impedido que as suas múltiplas participações em espaço urbano mereçam a notoriedade e papel que lhes são devidos – já que o âmbito e atribuições desta área disciplinar, considerada no quadro interdisciplinar das urbes, comprova que tem tido uma participação importantíssima na realização das cidades, com particular relevância no quadro da sua vocação socializante.

Esta vocação social tem suscitado a intensificação da sua participação face às novas exigências impostas pelo apelo ecológico e pela sustentabilidade dos sistemas e equipamentos urbanos integrantes da paisagem urbana, apresentando novas soluções que conciliam a imagem, a estética, a inovação, a renovação, a diversidade, a funcionalidade, o conforto, a ergonomia e a integração ambiental. Participação e soluções que têm vindo a contar com os contributos do eco-design na realização de soluções mais sustentáveis e mais próximas do paradigma ecológico, de preservação da natureza e de promoção da qualidade da vida na cidade.

47 Classificação tipológica explicitada em Brandão et al (2002) *O chão da cidade – guia de avaliação do design de espaço público*. Lisboa: CPD, pp. 24-29

48 Informação detalhada em Brandão et al (2002) *O chão da cidade - guia de avaliação do design em espaço público*. Lisboa: CPD, pp. 46-94.

O design, participante na e da paisagem urbana, pelo legado de espaços e objectos e pela relação que estabelece entre eles, deve assim, mobilizar as energias dos seus autores e actores, designers da paisagem, cuja natureza não deve residir apenas na técnica e na estética, mas acentuar sobretudo o carácter social da cidade.

2.1.3 Arte e design em espaço urbano

A reflexão sobre a comunicação na e da cidade, e a invocação da paisagem como reduto plausível das sociedades urbanas, impele-nos a considerar as territorialidades difusas em que se cruzam a arte e o design na urbe contemporânea. Abordagem que encontra fundamento nas cumplidades disciplinares que as duas áreas protagonizam e na sua implicação histórica, estética e cultural na identificação de espaços das cidades.

Previamente à análise crítica do papel e da relação simbiótica entre a arte e o design em contexto urbano, reconhece-se a necessidade preliminar de explorar alguns aspectos conceptuais clarificadores da relação entre as duas áreas. Recorremos a Bruno Munari, mais precisamente à sua obra *Artista e Designer*, para desvelarmos diferenças e afinidades capazes de ampliar a nossa compreensão sobre a sua participação e presença no espaço público.

De acordo com o autor, e na linha de D'Orey (2007), definir *arte* constitui uma tarefa quase paradoxal “(...) em grande parte devido às surpreendentes e filosoficamente perturbantes mutações (...)” (p. 9) que vêm acontecendo na prática artística nas últimas décadas. Asserção que leva Munari (2004) a referir-se à evolução de práticas difíceis de definir, talvez por culpa da Bauhaus, em que da relação entre arquitectos, pintores e escultores surgiu aquilo a que alguns artistas designaram como *design artístico* e que mais não seria que *antidesign* - “(...) ou seja, projectos de objectos de uso corrente cheios de fantasia mas destituídos de técnica.” (p. 10).

O autor contrapõe, ainda, o artista puro ao designer, referindo o primeiro como dotado de “(...) ideias subjectivas, absolutas, indiscutíveis (...)”, e o segundo de carácter “(...) objectivo, racional, exacerbadamente lógico (...)” (p. 12). Contudo, admite que o design revela a “(...) incorporação de elementos de actividades artísticas (...)” (p. 25), o que nos permitirá inferir da permeabilidade entre as duas áreas, nas quais e segundo Munari existe a imaginação, propriedade e ferramenta do artista, e a criatividade, qualidade e recurso do designer.

Do sonho do artista em aceder ao museu e do designer em ver materializado o seu projecto em objecto físico, cujo acesso ou aquisição foi durante tempos reservado às elites, assistimos hoje e em síntese à transferência das produções artísticas e de design para o domínio público – sendo que no limite “Um objecto pode simbolizar coisas diferentes em momentos diferentes, e nada noutros momentos. Um objecto inerte ou puramente utilitário pode vir a funcionar como arte, e uma obra de arte pode vir a funcionar como objecto inerte ou puramente utilitário.” (Goodmann, 2007, p.133).

A amplitude desta afirmação permitir-nos-á, desde já, adiantar uma definição de arte pública que a reitera nos seus aspectos essenciais, e coloca a arte e o design num plano que clarifica o âmbito da nossa reflexão.



Assim, Remesar (2003) define arte pública como “(...) a prática social cujo objecto é o sentido da paisagem urbana mediante a actividade de objectos/acções de uma marcada componente estética, sendo assim que uma parte dos elementos de mobiliário urbano encaixariam nesta definição. Se o objecto de Arte Pública é produzir sentido para áreas territoriais, o seu objectivo é co-produzir o sentido de lugar em consonância com as práticas de design urbano que formam a morfologia do espaço público” (p. 39).

São referências e fundamentos que nos permitem desvelar algumas confluências possíveis entre a arte e o design no contexto das cidades historicamente disponíveis para abordagens resultantes das variabilidades de cariz social, político e cultural.

Assim, a cidade antiga foi capaz de conferir carácter simbólico aos seus espaços integrando objectos que da mitologia à genealogia ilustre dos seus heróis, transitando pela religião ou pelas grandes efemérides, foram capazes de instituir lugares a partir da dignidade e nobreza que as suas obras de arte representavam.

A densidade desses lugares urbanos, validada pela erudição das suas obras e complementada pelo desenho e escala dos espaços que as integravam, a que não foi diversa a relação íntima entre a escultura e a arquitectura, indutoras de respeito e propiciadoras de fenómenos de reconhecimento e apropriação pública. A arte, recurso tendencialmente realista e facilmente entendível, remeteu-se posteriormente a uma perspectiva mais abstraccionista, aberta a múltiplas relações e interpretações.

Pois, “Em todos os períodos históricos, a cidade, o território e as suas relações reflectem a sua condição hierárquica e simbólica, pelo que o poder em determinados períodos históricos se tenta identificar com os mitos e enquadrar o imaginário colectivo, pois encontra aí a validação da sua dimensão transcendental.” (Duarte, 2008, p. 129).

A cidade contemporânea, subordinada a lógicas diferenciadas, revela-se como território disponível para múltiplas metamorfoses⁴⁹ geradas nos campos de uma materialidade (in) certa, com consequências sensíveis no comportamento urbano, e por consequência, no entendimento que sobre a *cidade espectáculo*⁵⁰ parece (re)desenhar-se.

Os hibridismos contemporâneos promovido pelas artes, pela arquitectura e pelo design têm tornado assim, possível, a concretização de soluções até há pouco inviáveis ou supostamente inimagináveis – projectos e objectos que desvendam novas experiências e diferentes níveis de fruição resultantes das mudanças operadas no campo científico, tecnológico e social – e que têm convertido a cidade em ecologia experimental.

É a cidade, cuja imagem passou a conviver com uma semântica efémera, agitando as novas linguagens do tecno-digital, autónomas ou sobrepostas sobre cenários patrimoniais que alteram as relações de aproximação entre espaço e tempo, pela (re)criação de novas imagens e de novos rituais urbanos. Realidade que Warnier (2002) parece contrariar quando assevera

49 Associadas ao processo de transformação ou modificação que ocorre no espaço urbano e que em síntese traduzem a história da própria cidade.

50 Referida por Brandão (2008, p.16).

que “A produção de conteúdos efémeros constantemente renovados é uma actividade de risco.” (p. 55).

Efemeridade e utopia que vêm alimentando novos referentes como condição para a afirmação da cidade sempre criativa, antecâmara para uma inovação que exige novos futuros – pela vocação transitória pelo carácter alternativo que a própria cidade anseia, potenciada pelas tangências antes inusitadas entre a arte e o design, cujas fronteiras surgem agora mais ténues, pela implicação resultante do diálogo interdisciplinar que o fazer cidade exige.

Das resultantes desta relação cultural fica a possibilidade dúplice da sua percepção, ou a dúvida que autoriza a interpretação múltipla que resulta dos recursos formativos, interpretativos e culturais actuais, convicção que a arte e o design contemporâneos vêm acentuando no âmbito da educação formal⁵¹ ou informal⁵² dos seus agentes. Artistas e designers, cujos processos de criação e inovação não prescindem da imersão em territórios comuns, como condição para um entendimento mais aprofundado dos seus universos de acção.

A relação de aproximação formal e conceptual, representativa de dinâmicas que acontecem nos meandros das correntes e tendências vigentes, têm por fundo o problema da imagética – pois tratam-se de objectos e contextualizações que radicam cada vez mais no campo aberto das artes visuais, agora sujeito às virtualidades do digital.

As metodologias e tecnologias subjacentes à consecução das várias soluções decorrem sobretudo de estratégias híbridas, oriundas das práticas artísticas e de design, o que torna a legitimação pública dos objectos e espaços apenas possível por adição física e psicológica dos próprios utilizadores e fruidores – o que nos permite inferir da tendencial propensão destas áreas para a promoção de experiências sensoriais que confisquem a atenção do público.

Convicção que nos leva a considerar actualmente o design no âmbito das subjectividades crescentes da interacção utilizador-objecto, situado ou não em contexto espacial, e que convoca os aspectos sociais e simbólicos para a sua análise (Norman, 2004). De acordo com o autor, a cognição e a emoção são inseparáveis no processo de design, condição que converte os objectos e espaços em realidades sujeitas à apreciação e/ou aceitação dos seus destinatários – afinal, uma condição próxima da obra de arte.

Aquela asserção leva-nos a invocar também o carácter lúdico e pedagógico de espaços e objectos geradores de situações em que a propensão criativa dos sujeitos utilizadores acontece de forma livre e adquire maior expressão quanto maior for o potencial subjectivo da realidade – podendo estabelecer-se neste quadro a relação entre as questões da forma e da função e do imaginário reivindicado pelas artes.

É o caso dos sistemas activos e interactivos que incorporam jogos de água, som e imagem, as esculturas virtuais dinâmicas, o vídeo-arte, os jogos de espelhos, os objectos que, tendo por referência a arte cinética, revelam imagens cuja plástica apelam à terceira dimensão, entre

51 Modelo que remete para um sistema de educação institucionalizado que, garantindo o desenvolvimento dos aprendentes, obedece a uma estrutura temporal hierarquizada em diferentes ciclos e níveis de formação, por sua vez centrados em orientações curriculares adequadas.

52 Processo circunstancial e espontâneo que decorre de experiências de vida a partir do estabelecimento de relações sociais, ambientais e culturais.



múltiplas outras possibilidades no contexto relacional em que o design se associa, viabilizando espaços, equipamentos e soluções que tornam possível a realidade ou a sua representação – pela exploração (in)corpórea do ponto, da linha, da forma, da textura e da cor.

No âmbito da presença da arte em contexto urbano, merece ainda referência, para além das manifestações da *live art* na relação com o património e equipamento urbanos, a actuação dos *graffers*, deixando marcas e códigos simbólicos de apropriação territorial, como reacção ou atitude política face ao contexto e à necessidade de se afirmarem em espaço público. Comportamentos de reacção à cidade e à sociedade, cada vez mais mimética nas atitudes, o que obriga à (re)interpretação destes fenómenos à luz daquilo que são os princípios e justificações dos seus autores.

Aos casos anteriores deveremos aditar a iluminação cénica e a *land-art* como expressões que fundem arte e paisagem, “(...) como método de implicación para inducir a la reflexión y para generar un contacto con un lugar, un contacto físico o mental përo, en cualquier caso, un modo de entrar a formar parte de un ecosistema en constante transformación.” (Galofaro, 2004, p. 101), reforçando-se assim o carácter público da função artística.

Outras realidades urbanas apresentam gestos que denunciam um carácter ambíguo, em que o design se disponibiliza ao uso, e a arte (de)termina a anatomia global do objecto, capaz da récita poética em espaço público.

Destes novos compromissos manifestados pela arte e pelo design em espaço público, importa recuperar a ideia das coreografias urbanas, para referir que constituem manifestações incontornáveis que pontuam e valorizam o imaginário das cidades, reforçam a identidade dos contextos nos quais resta sempre a expectativa de os podermos encontrar e com eles interagir na multideterminação dos seus efeitos.

É na aceitação e entendimento dos diferentes discursos e no carácter público das manifestações que integram a arte e o design, que poderão residir novas formas de realizar cidade e valorizar os espaços de sociabilidade, como espaços multifuncionais de cultura e de reflexão colectiva, tendo por referentes objectos que traduzem ideias e ideais – que afinal, são o reflexo de cada cidade e da sua sociedade.

2.2 DESIGN E IDENTIDADE – uso e apropriação da cidade

A participação do design na realização da intercontextualidade urbana, embora patente ao longo da história, apenas recentemente vem merecendo reconhecimento no quadro da realização de espaços e objectos que conferem identidade aos lugares da cidade. História à qual o design vem respondendo, materializando soluções que visam a qualificação do espaço público através da reformulação das suas dimensões material e imaterial, em função da sua natureza e vocação eminentemente sociais.

Este reconhecimento compromete e obriga à necessária qualidade dos projectos de intervenção, já que estão em causa dinâmicas sócio-urbanas que decorrem de diálogos entre espaços, objectos e o público – cujo objectivo se inscreve nos fenómenos de uso e apropriação, também eles desejavelmente qualificadores da cidade.

É um desejo condicionado pela tendencial efemeridade dos acontecimentos urbanos, cujo referencial instável dificulta a concepção de projectos capazes de corresponder cabalmente às necessidades do meio vivencial das urbes contemporâneas.

Contudo, o design, enquanto disciplina geradora de soluções, tornou-se protagonista de (e) feitos cuja diversidade dotou algumas cidades de *marca* - síntese pela qual se reconhecem e se afirmam culturalmente.

É no pressuposto das ideias expressas em síntese, que importa reflectir sobre as incidências do design na qualificação do espaço público – como atitude que se fundamenta no sentido de responsabilidade social que o assunto deve merecer por parte dos intervenientes directos e indirectos na reconceptualização da cidade.

2.2.1 Design e qualificação do espaço público

Da pequena cidade à grande metrópole, cujos desenvolvimentos parecem agora condicionados pelos fenómenos de desenvolvimento e pela renovação geracional, importa reflectir sobre os contributos do design para a qualificação do espaço público, tendo subjacentes as novas reformulações urbanas decorrentes dos processos de (i) mobilidade social em diferentes lugares do planeta.

Concretizando, assistimos em todo o mundo a fenómenos de mobilidade social impulsionada por factores associados fundamentalmente a diferentes índices de desenvolvimento económico. Contudo, a agenda do futuro poderá vir a determinar uma maior estabilização demográfica, fundamentalmente nos países ocidentais, motivada pela estagnação da renovação geracional. Em ambas as circunstâncias e por razões diferenciadas, a cidade sairá reforçada como território preferencial de radicação das populações, em função da qualidade dos seus espaços, equipamentos e infraestruturas.

Exactamente por isso e independentemente da realidade de cada país, os espaços públicos de cada cidade, sendo por natureza ecologias de relação social, deverão estar particularmente aptas para cumprir o desígnio qualificador dessas relações e dos contextos em que ocorrem, nesta nova era ou num novo ciclo,

“(...) que nos envolve com a fascinante onda de progresso que todos os dias nos recobre de novos e quase mágicos objectos, envolve-nos também de forma concomitante, com novos desejos e ânsias de posse, constituindo tal fenómeno uma das mais decisivas na compreensão do nosso tempo” (Sá-Chaves, 2003, p. 12).

Fundados nestes pressupostos, importará considerar os contributos do design para a qualificação do espaço público, com consequências benéficas para as populações que se sentirão mais próximas do seu ideal de cidade – as quais reconhecerão mais facilmente o papel do design na sua renovação.

Como tal, é exigido ao design o desenvolvimento de soluções que promovam novas formas de fazer cidade, (re)conciliando a funcionalidade, a estética e a ética na concretização de soluções urbanas e na consequente promoção de níveis de civilidade entre cidadãos e entre estes e a própria cidade.



Nesse âmbito, importa promover a religação da cidade nos seus processos de desenvolvimento, convocando o design nas suas diferentes escalas e nas suas múltiplas variantes, nas quais se expressa e encontra espaço para se evidenciar, nomeadamente no campo da comunicação, do equipamento, dos ambientes e de muitas outras áreas que convergem para um design social, que é cada vez mais percebido como recurso essencial.

Um dos compromissos que se espera do design com o espaço urbano, é a democratização das soluções, e nesse em particular, importa sublinhar o papel que tem vindo a promover no campo da usabilidade, permitindo o acesso por parte de diferentes perfis de utilizadores, o que na prática configurará a adopção de soluções aceites por um universo alargado de públicos, com condições, literacias, interesses e comportamentos distintos, na linha dos princípios do *design universal*⁵³.

Consiste numa corrente do design que não pretende inaugurar um novo paradigma ecológico, qual artificialidade que pretenda ofuscar ou depor a natureza, mas antes a de participar num esforço intencionalmente orientado para a abrangência de soluções capazes de gerar novas relações de equilíbrio entre o homem e os espaços e objectos integrados no espaço público, do qual não poderá estar excluída a própria natureza.

Esse compromisso não deve por isso negligenciar a especificidade e natureza públicas dos respectivos contextos, como tal, as soluções de design devem evidenciar para além da sua própria identidade, a sua propensão para se integrar, respeitando as preexistências, que, quando qualificadoras, deverão encontrar no design um reforço para a sua dignificação - em contraponto a outras realidades, nas quais o design surge como contributo, alterando-as e transformando-as para benefício público.

Ao longo da história das cidades vem sendo constatável a presença e vocação (re)valorizadora do espaço público pelo design, numa atitude sensível às mudanças accionadas pelas (r)evoluções técnicas e artísticas, com forte impacto social – merecendo referência, neste âmbito, a Revolução Industrial, mas fundamentalmente a Bauhaus, a qual fez emergir a complementaridade da técnica e da arte na produção de objectos ecléticos de uso público.

Este facto permite-nos afirmar que os espaços e objectos de design presentes no espaço público são testemunho dessas mudanças, recontando a história em soluções que, tendo atribuído importância à função e à técnica, não renegaram a dimensão formal e a estética, apresentando elementos que manifestamente são oriundos do cruzamento de diferentes tendências.

Dessas influências, e a título de exemplo, referenciamos as luminárias e os assentos públicos em ferro forjado ou em ferro fundido, cuja plástica denunciava a influência da Arte Nova em Portugal, apresentando a adopção de soluções de design que conciliaram a técnica à (re)composição e/ou (re)figuração estética.

Trata-se de uma reincidência a que se vem assistindo, sob a influência de outras tendências tecnológicas e ecológicas que, dando lugar a uma variedade expressiva de peças de mobiliário

53 De acordo com Simões & Bispo (2006), as soluções de design universal e matriz inclusiva devem garantir o uso equitativo, a flexibilidade no uso, o uso simples e intuitivo, a informação perceptível, a tolerância ao erro, o baixo esforço físico, o tamanho e espaço para aproximação e utilização.

urbano, iluminação, sinalética e informação, vêm qualificando técnica, estética e funcionalmente o espaço das cidades.

Este facto tem vindo a confirmar o reforço da qualidade das soluções projectuais de intervenção em espaço público, as quais evidenciam gradualmente e na generalidade, preocupação em corresponder positivamente à avaliação de entidades, técnicos e do próprio público.

Nesse âmbito, importa enunciar em síntese os critérios que Brandão (2002) estabelece para a avaliação das intervenções em espaço público, nas quais consideramos o design enquanto área disciplinar participante:

- *Identidade* – respeito pelas características dos contextos, a que subjazem o património histórico e natural e factores sociais, económicos e culturais;
- *Continuidade, permeabilidade* – contributo para a (re)ligação física e visual entre espaços e objectos que participam na realização do espaço público;
- *Segurança, conforto e aprazibilidade* – promoção e gestão da qualidade dos espaços e equipamentos a proporcionar aos utilizadores, designadamente aos níveis do microclima, da acústica, do visual, do ar e da segurança;
- *Mobilidade, acessibilidade* – determinação de soluções orientadas para o acesso ao espaço público da cidade por parte de todos os grupos da população;
- *Inclusão, coesão social* – promoção de lógicas integradoras que evitem a marginalização social e impeçam soluções restritivas ao acesso ou usufruto da cidade;
- *Legibilidade* – soluções facilitadoras do entendimento e compreensibilidade de um lugar, através de elementos que o tornam facilmente reconhecível e identificável;
- *Diversidade, adaptabilidade* – contributo para a criação de espaços multifuncionais, adaptáveis a diferentes públicos e a mudanças de hábitos e necessidades;
- *Resistência, durabilidade* – adopção de materiais adequados aos factores biofísicos e humanos, à natureza e intensidade de utilização e à sua conservação;
- *Sustentabilidade* – promoção de soluções que pressuponham uma visão global e integrada dos problemas, aos níveis social, económico e ambiental da cidade e contribua para a qualidade de vida da sua população.

Critérios e ideias que acentuaram o reforço da exigência na formulação de soluções projectuais de intervenção em espaço público, orientadas para a utilização civilizada dos contextos, e simultaneamente preocupada com os níveis de fiabilidade e durabilidade, de forma a que espaços e objectos possam resistir ao vandalismo e a outras formas de deterioração física, designadamente, por acção das condições atmosféricas ou da intensidade de uso, garantindo-se assim a sustentabilidade e a garantia de preservação pública da sua qualidade.

No âmbito das opções materiais e tendo por referência os contextos de intervenção, importará ainda valorizar soluções que conciliem os interesses ecológicos decorrentes do seu quadro ambiental, numa tentativa de integração de acções que contribuam para a renaturalização das cidades, designadamente, através de soluções de enquadramento vegetal, de anti-poluição,



ou pela adopção de materiais *amigos do ambiente*⁵⁴, que estabeleçam por sua vez diálogos tendentes à valorização da paisagem, afirmando-se deste modo a vocação ecológica e social do design.

As alterações profundas que emergem da evolução da cidade actual e do papel que o design nelas pode promover, implicam ainda a aceitação de novas linguagens, ou seja, a abertura a tipologias de espaços e objectos dotados de outras gramáticas, como resposta a outras formas de ver e usar a cidade. Em síntese, trata-se de fundar um novo olhar sobre o espaço urbano a partir de novas bases, de exigência e manifestação sociais, em que a participação do design se revele inovadora e renovadora da actual identidade do espaço público⁵⁵.

Ideias que nos levam a referir Ferrara (2002), já que segundo a autora a iconicidade dos lugares, normalmente resultantes da intervenção em espaço público, tendo subjacentes soluções morfológicas resultantes de opções formais e materiais, serão muitas vezes associadas à imprevisibilidade do resultado e efeito finais, a partir da integração do antigo e do novo, resultando normalmente na concisão do novo e na consequente renovação dos lugares.

Nesse âmbito, merecem particular referência as intervenções em contextos de maior intensidade patrimonial urbana, designadamente nos centros históricos das cidades, que implicam estratégias que configuram a inclusão de soluções contemporâneas, nos campos disciplinares da arquitectura, da arqueologia, da arte e do design.

São intervenções inscritas em processos de reabilitação, requalificação e revitalização, cujo propósito mediador não deve negligenciar as correlações de equilíbrio fundadas no respeito pelo património antigo em contraponto com os novos discursos, potenciadores do estabelecimento de diálogos entre ideias de antiguidade e de contemporaneidade, cujas dimensões temporais e culturais, sendo distintas, deverão ser desejavelmente conciliáveis e aceites por parte das populações.

Em síntese, o reconhecimento público do design reivindica uma grande exigência quanto à qualidade dos projectos de intervenção em espaço público - condição para que possa ser identificado como agente qualificador da cidade e desse modo merecer o estatuto de património.

2.2.2 Design e indução de comportamentos urbanos

O comportamento urbano, entendido como manifestação objectiva e subjectiva reflectida pelos cidadãos e pela própria cidade nas suas diferentes dimensões, suscitou a consciencialização dessas dinâmicas ao longo da história por parte de autores e gestores das urbes, por forma a promover-se a intercontextualidade e a gestão das relações de aproximação social.

Trata-se de uma asserção que coloca o design na senda das disciplinas que, participando na reequação das lógicas urbanas, responsabiliza aqueles agentes e cidadãos relativamente à

54 Materiais cujas características e técnicas de produção concorrem para o equilíbrio ambiental, obedecendo aos 7 R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar e Recuperar (<https://sites.google.com/site/reambientar/Home/os-7-r-s-do-meio-ambiente>).

55 Identidade cujas dimensões: *morfológica; visual e perceptiva; vivencial e funcional; social e cultural; económica e legal* - são detalhadas em Brandão (2008) *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. Lisboa: DGOTU, p. 16.



materialização de soluções e atitudes indutoras de novas formas de relação social, a que não são despidendo os factores suscitados pela nova cultura da virtualidade.

Da necessidade de uma moral pública urbana, emergiu a noção de coisa física cujas características fossem determinantes para (re)desenhar comportamentos capazes de (re)fazer cidade. Ideia cujo óbvio se justifica, já que nem todos os ocupantes da cidade são cidadãos na verdadeira acepção dessa condição, em face de uma conduta não enquadrável nos pressupostos que regem os deveres de cidadania, designadamente, a manifestação de comportamentos de civilidade e respeito pelo património urbano – ou daqueles, que, segundo Flusser (2008), entregues às não coisas próprias do mundo virtual, declinam o espaço público como contexto natural de relação social.

No quadro das problemáticas em processo de reflexão, os papéis da imagem, da forma e da função na determinação de novos comportamentos têm vindo a revelar-se imprescindíveis para que, segundo Brandão (2002), o espaço público corresponda “(...) às expectativas e necessidades dos utilizadores, e forneça espaços aptos a serem apropriados, estimados e usufruídos pelas suas comunidades” (p. 18). Perspectiva que corresponderá a uma ideia integradora que relaciona forma e fundo, público e espaço, na legitimação dos lugares enquanto palcos de frequência social das cidades.

São considerando que sublinham o espaço público como território pedagógico, indutor da preservação patrimonial e gerador de uma cultura que contrarie comportamentos desviantes praticados no espaço urbano. Desígnio que em nossa opinião poderá ser potenciado pelo design, quando reconhecida a sua vocação para promover dinâmicas entre espaços, objectos urbanos e cidadãos, conducentes à renovação qualificadora de comportamentos inscritos nas actividades do quotidiano, nas quais se incluem a animação, a cultura e o lazer.

Esta constatação, de acordo com Ferrara (2002), traduz-se em processos de reinvenção do relacionamento social, despoletada pela recursiva alteração da cidade, assumida como pano de fundo e coreografia de múltiplas manifestações e acções humanas na singularidade das suas diferentes ecologias.

Dessa ânsia de novos comportamentos urbanos, irrompe a ideia de cidade coreográfica, interactiva, produtora de fluxos e silêncios denunciados pela vida urbana, restando-nos a certeza de que a cidade é um território múltiplo de acontecimentos que se (re)produzem no *circo* urbano.

Das reciprocidades entre elementos e agentes exige-se ponderação sobre as implicações do design na indução de comportamentos que possam decorrer da relação contexto/objecto/utilizador. Do contexto, importa considerar a sua escala e especificidade, que podendo ser multivariada, projecta em quem o (re)produz uma intencionalidade que, diversa de caso para caso, é indutora de opções que condicionam ou determinam o uso e/ou apropriação da realidade.

Do simples utilizador, mais próximo do indivíduo cuja expectativa e interesse reside fundamental e especificamente na dimensão material e funcional do objecto, retemos o possível fruidor – aquele que, negligenciando objectivamente o lado físico da coisa, espera dela sobretudo os efeitos psicológicos, afectivos... que possam reverter a coisa na substância imaterial



dos seus actos. Tendência que gradualmente se vem adensando, já que “(...) a Ideia deixou definitivamente de ser fixa, fazendo emergir as “metáforas”, a “expressão”, ou o “sorriso” como uma nova atitude que liga emocionalmente a vida dos objectos aos utilizadores (...)” (Duarte, 2008, p. 18).

Tal ideia leva-nos a considerar que a interacção não poderá radicar única e exclusivamente no plano da pura utilidade, como “(...) la cualidad de la adecuación en el uso.” (Heskett, 2005, p. 39), mas antes e desejavelmente, num efeito que converta o objecto de design no prolongamento da satisfação dos nossos mais profundos desejos – e desse modo adquirir significados “(...) que a menudo se vuelven poderosos símbolos o iconos en los patrones de hábitos y rituales (Heskett, 2005, p. 40).

Será no enredo das convicções enunciadas que deveremos considerar a cidade das materialidades e das imaterialidades, das relações entre objectos e pessoas que se convertem em factores de (inter)desenvolvimento ou, pelo contrário, de inibição da própria cidade.

Deve sublinhar-se por isso a importância da forma como a cidade se insinua, se promove, se converte em espaço de interacção, e nesse particular, a sua capacidade de integração desses objectos, produtores de relações entre si e de comportamentos nos utilizadores do espaço urbano. Ou seja, a aptidão do design enquanto disciplina múltipla capaz de promover novas formas de estar e fazer cidade, ou seja, de induzir novas formas de viver a cidade, de a fruir e de a aceitar nas suas virtudes e nas suas imperfeições – já que “O objecto e o sujeito, abandonados cada um a eles próprios, são conceitos insuficientes.” (Morin, 2003, p. 61).

Importa, como tal, no campo das dinâmicas urbanas, das quais o design é cúmplice, reacentuar a importância do espaço público como projecto e das repercussões que o mesmo poderá determinar nas vivências da urbe, influenciadas pelo lado operativo das coisas, mas não menos importante, pela componente intuitiva indutora da sua compreensão.

São circunstâncias que remetem para as questões da facilidade de utilização, regulação dos sistemas, funcionalidade, e sobretudo, para a capacidade que objectos e contextos podem converter em relação física e afectiva, decorrente dos níveis de confiança suscitados pela segurança e conforto proporcionados.

Será pois no quadro das aptidões cognitivas que contextos e objectos se poderão projectar mais facilmente no utilizador, e daí decorrer a reinvenção de novos estilos de vida nas cidades, novas acções e interacções que concorrerão, por sua vez, para a invenção recursiva de novos objectos, representativos de novas soluções, e consequentemente, de novas atitudes em espaço urbano – contribuindo-se desse modo para a reutilização e revitalização do espaço público.

A importância que tais dinâmicas representam, levam-nos a referir, como contraponto, as *linhas de desejo* de Lidwell et al (2011), que não são mais do que as marcas de ‘transgressão’ ao estabelecido para o espaço público, e a preferência manifesta de métodos alternativos de interacção com o objecto ou a envolvente por parte do utilizador urbano.

Tais ideias centram-se mais uma vez na influência múltipla do design sobre o comportamento urbano, e apontam para a pertinência de uma abordagem que concilie as componentes em que se situam as analogias e as dissemelhanças que protagoniza e promove junto de potenciais utilizadores, e dos contributos inovadores que reivindica no campo do património identitário.

Assim, a presença e diversidade do design na cidade, co-responsáveis por alterações operadas no espaço público, constituem condições essenciais para o uso frequente e recorrente da própria cidade. Certeza que decorre da dimensão eclética e do carácter aberto que as diferentes perspectivas do design criativo suscitam, constituindo formas avisadas de promover o agir urbano, determinando um efeito inclusivo que se projecta no utente e se dissemina aos contextos, inaugurando diferentes formas de vida.

Ora, será na confluência das especificidades do objecto e do seu uso e apropriação, que poderemos afirmar que o design constitui hoje uma área de relevante interesse para a afirmação e reidentificação dos espaços de encontro, movimento ou contemplação – dimensão *vivencial e funcional* que Brandão (2008) remete para os espaços que proporcionem a vida colectiva, “(...) mas também o anonimato, a privacidade e a salvaguarda no ‘espaço vital’ da pessoa.” (p. 22).

Esta confluência decorre de uma complexa teia em que projecto, objecto e comportamento se cruzam – sendo nesse cruzar de influências que as identidades urbanas se têm vindo a rever por mediação das objectividades e subjectividades do design, conjuntamente com outras áreas disciplinares intervenientes na realização do espaço público.

Afirmção que nos leva a considerar que a identidade não pode ser perspectivada, circunscrita, confinada, restringida a um conjunto de factos puramente materiais, ela afirma-se e confirma-se no reconhecimento que os cidadãos manifestam sobre a sua cidade, decorrente do seu uso e apropriação, porque, nela reconhecem qualidade e justeza.

A abrangência que perpassa da diversidade de diferentes formas e oportunidades de uso, aponta para um processo que concilia a criatividade urbana operada pelos profissionais do design e a aceitação livre e participada dos seus utilizadores – atitudes inversas à condição da cidade renegada nas suas diferentes dimensões.

A desejável apetência do design para promover novas relações sociais parece, conforme decorre das ideias expressas, residir fundamentalmente na sua capacidade em resolver material e imaterialmente soluções que lhe são suscitadas no contexto da modernidade e que exigem da cidade a demanda de novos desenhos de vida – e daí essa possível competência do design em produzir espaços de socialização que transformam o uso em prazer.

2.2.3 Dimensão urbana e cultural(izante) do design

A afirmação do design enquanto disciplina cujas soluções prolongam o nosso corpo e (re) dimensionam o nosso espaço, tem vindo, por decorrência da sua qualidade e do seu reconhecimento disciplinar e cultural crescentes, a impor-se como uma certeza evolutiva em múltiplas áreas imprescindíveis à actividade humana.

A consciência dessa importância e desse papel no quotidiano social urbano parece, por isso, ter adquirido há muito uma dimensão cuja evolução tem gerado uma dinâmica cultural accionada por uma evolução de estilo conducente a novos discursos e desafios tendentes a responder a novas exigências culturais – missão atribuída a investigadores, profissionais e promotores do design.



Essa missão, visando conferir uma dimensão urbana e cultural(izante) ao design, exige um processo cooptado de interações, de natureza intra e extra disciplinar, que considera a cidade nas suas diferentes escalas e ecologias, de natureza física, social e ambiental, para, nessa sequência (re)definir a sua inclusão na vida urbana.

Desse desígnio, que exige a presença participante de muitos, para que se legitime a condição de cidade, o design vê-se confrontado com a efemeridade das realidades urbanas, facto que torna mais complexo o seu papel em face da ausência de referências estáveis, tidas como suporte à concepção, organização e produção de espaços e objectos geradores de cultura.

São dificuldades que têm influenciado as novas formas de produção de design em espaço público, desde logo pelas suas preocupações transversais ao nível da inclusão de soluções cuja diversidade, integração, adequabilidade e finalidade possam corresponder a um amplo núcleo de necessidades e vivências das populações. Ao mesmo tempo e de acordo com Belk, referido por Faggiani (2006), alguns objectos mudam ao longo da vida, visto que a necessidade e o desejo de representação de diferentes papéis também se modifica na nossa sociedade, o que torna ainda mais complexo o papel dos profissionais que o criam e (re)produzem.

Tais preocupações levam-nos a citar Brandão (2008), dado que se enquadram na dimensão *social e cultural* em que as “(...) necessidades psicológicas, segurança, auto-estima, a expressão estética e comunicativa, a arte, são índices da humanização da paisagem e da inclusão, na esfera pública (...)”, correspondendo a parâmetros susceptíveis de qualificar a vida urbana, logo a cultura.

Assim, a acção dos designers, cooperantes efectivos na instauração de uma cultura do design em espaço público, têm proporcionado a possibilidade de se gerarem entendimentos à volta do seu papel e presença disciplinares, o que tem assegurado o reconhecimento do objecto para além de si próprio, ou seja, a garantia de um estatuto que aduz modos colectivos de pensar, sentir e agir – dinâmicas concomitantes com a “(...) necessidade reincidente que o ser humano tem de fruir o novo, reinventar, registar o seu tempo sobre a epiderme da sua urbe.” (Paiva, 2009, pp. 80-81).

A constatação de que o design passou a assumir-se como área múltipla de feitos e efeitos urbanos, concorreu para a ideia de que passou a instituir-se como disciplina do domínio público, em que, da cultura do design, se transitou para um outro nível que remete em síntese, para o design como cultura (Paiva, 2011), ou seja, a convicção de que o design aceite e integrado colectiva e conscientemente na vida dos cidadãos se assumiu como (re) produtor de atitudes, também elas integradoras, assumindo-se assim e cada vez mais como disciplina social e herança cultural.

A admissão dos pressupostos enunciados, sustentados nos valores da cultura em contexto público, permitirão ao design integrar outras dimensões centradas em estratégias de promoção e de valorização da sua importância, pela consciencialização da sua relevância no quadro evolutivo das novas realidades urbanas.

Constituem exigências que colocam novos desafios ao design contemporâneo, obrigando à conciliação de soluções alternativas que respeitem as especificidades culturais de cada lugar e



impeçam uma standardização⁵⁶ de soluções aplicadas a todos os lugares e vivências. Como tal, legitima-se a ideia de um design de dimensão e abrangência públicas, convertido em disciplina cultural e culturalizante, de respeito pelo património e pela harmonização das vivências sociais, garantindo o reforço da sua aceitação e a promoção de níveis superiores de responsabilidade social.

Tais predisposições posicionam o design no centro da organização e satisfação das necessidades dos indivíduos, isolada ou colectivamente, designadamente dos modos de existir, do progresso, das suas memórias, afinal, das manifestações que ditam o desenvolvimento social – que sem renunciar à história e à natureza como referentes, contraria qualquer ideia de artificialização integral da vida.

Esta certeza, não dispensando o espaço, o objecto e o humano, reitera o design como recurso da vida urbana, nos campos da forma e da função, ou antes e conforme já dito, da pura e exclusiva fruição das coisas (in)tangíveis.

Exactamente, pelas abrangências suscitadas, o design é parte racional e emocional da vida urbana, havendo hoje a preocupação em congregar esforços que radicam na possibilidade, em muitos casos confirmada, de recuperação de uma ideia de vida comunitária há muito perdida, e que através de soluções de redesign dos objectos e espaços, se recupere a oportunidade de as pessoas se reencontrarem à volta de objectos concretos, como contributo para uma cidadania que valoriza a cultura social.

A dimensão pública do design coloca-o assim mais próximo de processos de consciencialização e interiorização por parte do homem, suscitados pelas vivências geradoras de cultura, da qual emergem evidências da sua participação e influência no quotidiano dos indivíduos, remetendo para uma ideia de cenografia social da vida, tendo como pano de fundo os actos de uma sociedade formada e transformada para e pelos objectos da cidade contemporânea que os reclama para se comunicar a si própria.

A aptidão e o efeito desses espaços e objectos tão próximos da pedagogia e didáctica urbanas terão a capacidade de integrar cidadãos na diversidade das suas culturas e das suas preferências activas em contexto. Ou seja, uma faculdade conciliatória que esses espaços e objectos garantirão no quadro das realidades sócio-urbanas e na promoção da qualificação da vida, a partir da acção que designers poderão garantir, gerando novas realidades urbanas, e logo, uma diversidade cultural de escalas e alcances diferenciados.

A dimensão e componente inclusivas do design, já referidas e associadas à democratização do acesso e utilização de espaços e objectos urbanos, constituem certezas cada vez mais presentes no quotidiano das preocupações dos produtores e reprodutores do design destinado a uso público. Esta atitude, fundada nos valores da ética, converge por sua vez para uma qualificação social das relações urbanas, (inter)mediadas pela qualidade contextual aduzida pelos contributos do design e por outras áreas disciplinares coniventes com esses processos de intervenção urbana.

56 Linha de concepção e produção de soluções que resultam na uniformização de objectos e contextos.



Constitui uma abordagem que não pode submeter o projecto de design a princípios de exclusividade ou usurpação do espaço público, transformando-o em guetos ou núcleos privados, cujo uso não reverta a favor das populações nem concorra para uma democratização cultural do território urbano. De acordo com Brandão (2002) “(...) deve ser combatida a apropriação do espaço público resultante da instalação de usos ou equipamentos, com intuitos económicos, eminentemente privados, altamente questionáveis por não apresentarem suficientes contrapartidas de benefício social.” (p. 39).

Na senda da criação de novas realidades sócio-urbanas é, como tal, essencial valorizar e reincluir na capacidade criadora como condição prévia para reinventar novos espaços e objectos de design, que, não sendo ilusórios quanto aos objectivos, possam cumprir os desígnios para os quais foram ficcionados, face à necessidade constatável de que a cidade, sendo um território de relações materiais e imateriais, está predestinada a continuar a garantir a radicação da grande massa demográfica do mundo - e como tal, a sua vocação e história há muito conhecidas, continuarão a merecer a atenção daqueles que sobre ela reflectem, e directa ou indirectamente nela intervêm.

Num mundo em que a “Ordem/desordem, tempo/espaço, certeza/incerteza, sujeito/objecto são pares constantes de um conhecimento evolutivo e assimétrico cujo único elemento constante é a crescente e inalienável complexidade.” (Morin citado por Ferrara, 2002, p. 133) – importa pois olhar a cidade, os seus contextos e objectos com sentido e responsabilidade, assumi-los como seus, venerá-los, já que são capazes da qualificação da vida, e desse modo, tornar possível a consistência de uma cultura que valorize a sua humanização.

A cidade que assim se pensa e cujo contributo do design reside nas suas entrelinhas implícitas e explícitas, corresponderá certamente àquela cujas subjectividades da fruição permitirão antecipar a urbe da poética centrada nos seus actores, protagonistas de novas formas de a sentir e de a viver.

Será deste modo que poderemos reivindicar a promoção e a renovação das vocações da cidade contemporânea à luz das lógicas de reelaboração que vimos enunciando, e que remetem a dimensão urbana e cultural do design para um conceito cada vez mais eclético e complexo, que apela à criatividade de todos aqueles que a vivem e a reinventam.

2.3 (INTER)DISCIPLINARIDADE DO DESIGN – ética e responsabilidade

A compreensão dos fenómenos em que se inscreve o design contemporâneo obriga a que o situemos no espectro alargado das suas relações e atentemos para as dinâmicas que convocam a ética e a responsabilidade resultantes da acção dos seus agentes.

O design não podendo confinar-se sobre si próprio, dando corpo a uma disciplina isolada, integra domínios que a obrigam a superar a sua própria disciplinaridade – especificidade que lhe confere uma dimensão eclética e o promove como espaço criativo, gerador de um conhecimento fundado na sua própria interdisciplinaridade.

A matriz e a vocação social do design coloca-o, por sua vez, no centro de outras relações disciplinares externas à sua própria intradisciplinaridade, propiciadoras de relações episte-



mológicas conducentes à resolução de problemas, cuja solução seria inviável se assumida a fragmentação de diferentes saberes.

Baseados nos pressupostos apresentados em síntese e dando sequência às ideias expressas, considerámos a importância da reflexão sobre as afinidades entre a disciplinaridade do design e a cidade enquanto espaço interdisciplinar e para a interdisciplinaridade.

Este propósito levou à ponderação complementar sobre acções (con)fiáveis do design visando o bem social, que encontra sentido na ética e na responsabilidade orientadas para a humanização do espaço público.

Tal ensejo permite concluir a sub-temática sob o lema da *educação e da formação para uma cultura do design*, entendida a partir de processos de desenvolvimento humano e integração social, resultantes de dinâmicas educativas e formativas institucionalizadas pela escola e pelo próprio design enquanto *currículo oculto*⁵⁷.

2.3.1 Design e interdisciplinaridade em espaço público

As afinidades sistémicas a que se assiste actualmente nos diferentes campos científicos, tecnológicos e artísticos apontam para um universo de natureza inter, multi e transdisciplinar que, conforme Patrocínio (2002), gerou uma civilização *tecno-lógica* promotora de mudanças em múltiplos domínios, o que accionou diferentes índices de relação e interdependência entre as várias áreas do saber e do fazer, e provocou alterações profundas nas sociedades das últimas décadas.

Como tal, e de acordo com Brandão (2005), não é viável uma qualquer clarificação disciplinar sobre a cidade sem o contributo de outras visões ou de outros campos de conhecimento – a Literatura, a História, a Geografia, a Antropologia e as tradicionais disciplinas do Desenho.

A valia dessas interacções, metodologicamente situadas para além da intenção focada sobre um determinado objecto específico, vem exigindo um processamento investigativo conducente à reflexão, à especulação e à probabilidade de outras vias alternativas de pensamento. Consiste numa estratégia viabilizadora da (re)conceptualização e concretização de objectos, por sua vez dependentes de outras variáveis, também elas de natureza interdisciplinar, como sejam os materiais, a contextualização ou os seus potenciais destinatários – factores que implicam a convocação de múltiplas áreas do conhecimento, sem o que, o risco de insucesso será muito expressivo, ou seja, a probabilidade da não-solução seria muito significativa.

Recusando a ideia de uma interdisciplinaridade convertida em “(...) mercado onde se trocam e vendem disciplinas, transformadas em bens de consumo.” (Moura, 2008, p. 55), consideramos antes o potencial técnico e científico que as estratégias interdisciplinares incorporam em si e nas quais o design se inscreve.

⁵⁷ Currículo oculto, diverso do currículo explícito, aqui entendido enquanto processo subjectivo, informal, e contributo implícito de espaços e objectos para a aquisição de saberes, atitudes e comportamentos qualificadores das relações com a cidade.



A garantia de sucesso muito dependerá da definição prévia de objectivos, mas sobretudo da aceitação do interdiscurso crítico dos vários agentes, decorrente da apreciação prévia do potencial que cada possível solução pode incorporar e daí decidir sobre as vias a seguir, tendo em vista o objecto final. O que, no contexto da cidade, território interdisciplinar por excelência, compromete particularmente as dimensões da ética e da responsabilidade social em face da sua tendencial componente pública.

Ora, no campo das redes interdisciplinares em que se situa o design, a validação dos seus projectos e a sua consequência devem resultar da efectiva cooperação entre técnica e tecnologia estribada na ciência, mas também nas artes, não podendo excluir-se igualmente os contributos das ciências sociais, para uma compreensão sustentada das realidades sócio-culturais incluídas nos espaços e tempos de acção do designer.

Trata-se obviamente de uma estratégia escrutinadora das problemáticas ou especificidades de cada contexto sócio-geográfico, com vista a perceberem-se os itinerários sócio-comportamentais na relação com os espaços e os objectos em contexto público, aduzidos pelos contributos científicos que a antropologia e a sociologia podem facultar.

Neste quadro, merece particular referência o contributo das artes na concepção de soluções de design, não só pela desejável interdependência já antes enunciada, mas sobretudo pelo pendor poético, simbólico e tantas vezes utópico que potencia a criação ou reinterpretação de soluções que, habitando o universo público das relações sociais, tornam mais rica e formativa essa relação.

Desta relação interdisciplinar, cujo interesse final reside no desenvolvimento de soluções de design que constituem respostas a perguntas do espaço público, assistiremos à intensificação das suas afinidades. Estratégia fundamental não só para a definição de prioridades e para o desenvolvimento de soluções técnica e esteticamente fiáveis, mas simultaneamente, para a aceitação e reconhecimento crescentes do design enquanto disciplina também ela social e socializadora.

A esta ideia associamos a perspectiva definidora da relação entre interdisciplinaridade, design e espaço urbano, sustentada por Brandão (2004), quando defende que a interdisciplinaridade legitimadora do design urbano⁵⁸, “(...) ao contrário da especialização, decorre da interactividade entre as práticas, profissionais e não-profissionais, e dos interesses e actores que “dão forma” à cidade.” (p. 113)⁵⁹.

Do amplo espectro de sinergias inter e transdisciplinares em que pontua o design, importa reflectir também sobre a intradisciplinaridade do próprio design, que transita entre o produto e os ambientes, passando pela comunicação, entre outros domínios nos quais o design

58 O autor assume, por simplificação, o Design Urbano como uma dimensão do desenho urbano, atribuindo-lhe traços próprios e afasta-o da lógica tradicional de planeamento urbanístico, já que o define como designio e desenho, como processo e projecto.

59 Conforme refere o mesmo autor (2005), entre os profissionais há que considerar o arquitecto, o artista, o paisagista, o designer, o engenheiro civil ou de infra-estruturas, os planeadores, o geógrafo, e os diversos profissionais das ciências humanas, desde o sociólogo ao historiador - mas também as organizações que suportam diferentes equipas profissionais.

tem vindo a adensar o seu papel influenciador na forma como as pessoas reelaboram os seus actos em sociedade.

A constatação de níveis de disciplinaridade internos ao próprio design remete, por sua vez, para a necessidade da promoção de interações mais consistentes, geradoras de uma cultura interna de relação e articulação orientada para a produção de soluções fiáveis e coerentes com as novas tendências estético-funcionais, tradutoras de especificidades que concorrem, por seu lado, para um design cujo potencial comunicativo seja objectivo e subjectivamente mais rico.

Esta aspiração que vem sublinhar a necessidade elementar de se atentar sobre os níveis de poder comunicante gerado a partir dos próprios objectos de design em espaço público, assume-se por si como discurso, sem que isso se traduza objectivamente no recurso à comunicação codificada – ou seja, o objecto comunica-se *per se*⁶⁰, manifestando a sua função ou atributo, numa atitude natural de diálogo assertivo e directo com o contexto e com o utilizador.

É uma preocupação que deve dar lugar à investigação regular junto dos públicos-alvo, a fim de se perceberem os níveis de aceitação das várias soluções de design, que em primeira análise constituirão indicadores importantes para aferir da qualidade das soluções implementadas.

Preocupação que encontra eco nas palavras de Rui Duarte (2008), quando refere que “(...) redesenhar a cidade pressupõe um domínio crítico com vários níveis de complexidade e competências disciplinares, que vão muito para além das formas, consubstanciando o domínio de todos os acontecimentos, enquadrando os espaços de vivência com as profundas leituras e apropriações intercontextuais dos lugares.” (p. 26).

A interdisciplinaridade em design passa inevitavelmente por uma cultura de projecto que concilie um conjunto diverso de factores, assumidos como referentes essenciais na fase de conceptualização e no desenvolvimento de soluções que incorporem valor, resultante da diferenciação, da inovação ou da criação aplicadas aos objectos e aos espaços das cidades, que por sua vez não podem estar excluídos da reinvenção de novas formas de agir profissionalmente.

O projecto de design em espaço público, tendente a perseguir os desígnios da qualidade, terá obviamente que resultar de processos que incluem estudos aprofundados sobre os contextos a intervencionar. O que quer dizer que o projecto não pode isolar as partes do todo, mas responder de forma integradora às necessidades e especificidades contextuais, pois, de acordo com Vieira (1995), o projecto enquanto desejo “(...) inscreve-se na possibilidade do domínio não só sobre a matéria, (...), como sobre a propriedade dos bens, o seu usufruto e, acima de tudo, o seu efeito sobre a vida dos outros.” (p. 54).

Como tal, para a promoção de uma relação interdisciplinar responsável que recrie novas soluções, ajustadas às necessidades das populações e às realidades sócio-espaciais em mudança, o que reforça a ideia de que o objecto desligado da sua efectiva razão de ser não constitui condição bastante para a sua legitimação. Antes pelo contrário, para se afirmar enquanto

⁶⁰ Termo do latim, que significa, *por si*, e que se refere à capacidade de proceder.



objecto de design, deve responder no quadro das suas atribuições estéticas e funcionais de uso público – ou seja, trata-se de um design interdisciplinar cujos princípios se revêem no bem social, desígnio que permitirá identificá-lo com os interesses das populações, e no limite como pertença da alma colectiva.

Estamos perante considerandos relevantes para a prática do design, logo, para os níveis de exigência que os profissionais devem assumir como referência e estratégia facilitadora para a geração de soluções integradoras, contrariando uma cultura orientada para um design elitista, condicionador da possibilidade de se privilegiarem soluções inclusivas, promotoras da socialização do espaço público como garantia da preservação e do direito à dignidade da vida em sociedade – convicções que situam a importância das relações interdisciplinares no centro das problemáticas urbanas.

2.3.2 Ética e responsabilidade do design(er)

Da importância da (intra)disciplinaridade do design às dinâmicas interdisciplinares com outras áreas, importa reflectir seguidamente sobre a participação ética e responsável do design(er) em acções abrangentes situadas fundamentalmente em espaço urbano.

O âmbito sub-temático em causa obriga a uma alusão preliminar à acção profissional que concorre para a prática do design em espaço urbano, no qual deverá ser exigido ao designer o condicionamento da sua actividade criativa às circunstâncias contextuais e assuma, como desígnio ético, a sua humanização.

Contextualizando e reforçando o carácter subjacente à temática deste capítulo, o exercício do design “(...) exige uma cultura dinâmica, interdisciplinar, feita do conhecimento de experiências antigas mas ainda válidas, de conhecimentos actuais sobre a relação psicológica que se estabelece entre projectista e utilizador, de conhecimentos tecnológicos actuais, de todas as experiências exequíveis nos nossos dias.” (Munari, 2004, p. 41), garantindo assim a fiabilidade da sua acção, sujeita a um escrutínio crítico expressivo em face da sua condição de agente público.

Neste sentido, fica claro que o papel do designer acontece no cruzamento de sinergias e campos de investigação que “(...) irá redefinir sistemas operativos de conjugação de uma criatividade multisectorial permitindo transposições de inovação entre diversas áreas ex-disciplinares (...)” (Duarte, 2008, p. 19), visando a adequação renovada de soluções aos contextos e às características e necessidades físicas e psicológicas dos indivíduos, isolada ou colectivamente organizados – premissa que inscreve o design no campo integrador dos fenómenos sociais, económicos e culturais.

Esta inferência permite por conseguinte, associar o design “(...) à competitividade económica, às estratégias de diferenciação de produto e imagem, ou outro plano, às demandas relativas à acessibilidade social ou à temática da sustentabilidade ambiental (...)” (Brandão, 2004, p. 132) – problemáticas que na sua globalidade suscitam a convocação da ética e da responsabilidade no exercício da profissão.

Fundados nestes princípios, consideramos que a acção do designer na e sobre a cidade, determina, pelo carácter público das suas produções e pelas consequências que essas acções podem representar para a própria cidade, uma ética da responsabilidade que de modo algum

pode ser negligenciada, já que coloca o designer “(...) perante a noção de (...), interesse público, no dilema da compatibilização da esfera pública, com a esfera privada, também envolvida no desenho da cidade.” (Brandão, 2004, p. 55).

Ora, segundo o mesmo autor, os ideais messiânicos e os paradigmas éticos totais estão hoje desvanecidos, contudo, “(...) em benefício de uma cultura que se interessa mais pelos direitos subjectivos, como o direito à qualidade de vida, à autonomia, à segurança e ao prazer.” (p. 58), o que remete em síntese para a “(...) valorização de valores éticos (porventura menos heróicos) que não podem deixar de tocar as profissões, em particular os profissionais do desenho, quando interferem com a pessoa, a cidade ou o ambiente,” (p. 58), que afinal dita o mote desta tese.

Desta dialéctica inscrita no domínio do público, a ideia de causalidade associada às responsabilidades e consequências co-relacionadas com a arte de conceber, reunir ou dispor, impõe ao autor uma atitude diferenciadora que decorre transversalmente das relações múltiplas com as quais está actual e irremediavelmente confrontado.

Essa perspectiva, segundo Brandão (2004), aponta para uma responsabilidade conivente com uma agenda que regista e da qual transparece a competitividade, a performance mediática, o binómio quantitativo-qualitativo, a gestão, a produção, a organização e a motivação – com uma *agenda ético-cultural da responsabilidade* que exige dos seus portadores a promoção profissional das melhores condições para qualidade de vida na cidade, à luz dos valores da cultura contemporânea.

Estaremos perante uma exigência que, no quadro da organização, estruturação ou determinação de espaços e objectos urbanos, imputa ao designer uma autoria que, reflectida no tempo, redundará na ampliação da sua responsabilidade face à dimensão histórica que a sua acção poderá assumir no contexto da própria cidade. Ou seja, a intervenção no espaço urbano e as suas determinantes temporais acentuam os níveis de responsabilidade que essas acções suscitam, dada a possibilidade do carácter perene e das marcas que as mesmas podem representar e projectar na imagem e cultura urbanas.

Será na linha deste raciocínio que importará referir a dimensão cognitiva da própria cidade, a partir daquilo que são as acções dos seus autores, mas também da percepção, influência e avaliação protagonizadas pelos próprios cidadãos. É a cognição urbana que emerge das operações que a convertem em organismo complexo, que se altera e se desenvolve ao ritmo da mudança que os vários actores operam nas cidades, transformando-as em espaços representativos de cultura, conferindo-lhe essa capacidade da cidade se (re)conhecer a si própria, se reelaborar e reagir ao tempo e ao modo contemporâneos, por mediação ética do design.

Estas ilações entre outras possíveis, levam-nos a concordar com Flusser (2008), quando defende que as questões da responsabilidade moral e política do designer adquiriram um novo significado na actualidade, considerando mesmo o carácter de urgência da sua discussão.

Os fundamentos e as perspectivas enunciadas permitirão reorientar a nossa reflexão no sentido de se considerarem as preocupações ecológicas, estéticas e cívicas como extensão ou indução de um roteiro de inquietações latentes nas sociedades urbanas actuais, e para as quais se exigem atitudes de cidadania e profissionalidade.



Reconhecimento que decorrendo da conciliação de factores que sendo endógenos ao próprio design, o comprometem no sentido da qualificação da paisagem urbana, seja ela natural ou humanizada – inferência que decorre da especificidade dos multicontextos da cidade e da consequente implicação disciplinar do design na resolução de problemas emergentes.

Dessa expectativa, aguarda-se a atitude criativa do designer, gerando surpresa positiva no âmbito das suas acções e contribuindo para a evolução de uma cidade determinada pela sua inventiva, através da inovação e renovação que, na linha de Papanek (1995), apele aos valores espirituais do design que, pela via da funcionalidade, permita aceder à beleza.

Dando sequência às ideias expressas e sustentados nos pressupostos aduzidos, o design(er) deve, ainda, conciliar soluções tecnológicas com o ambiente - já que vai longe o tempo em que o potencial virtuoso do automóvel era proporcional à nuvem de fumo que o envolvia, deixando multidões em delírio – o mesmo se poderá dizer das cidades que exibiam longas chaminés apontadas ao céu sinalizando um desenvolvimento infindo.

No quadro actual e na senda do equilíbrio ambiental da cidade, o design tem a responsabilidade de contribuir com soluções que, salvaguardando as questões de integração formal, deve intentar a valorização desses contextos através de soluções que promovam a amenidade e apazibilabilidade dos locais, a higiene urbana, a organização e a sustentabilidade dos sistemas urbanos.

São estratégias que devem contemplar ainda a preservação e a reabilitação da imagem urbana, em que o design se deve assumir como agente de modernidade, contrariando soluções que reincidem em erros do passado, integrando novas ideias que correspondem a diferentes entendimentos orientados para a reconversão contemporânea da cidade inclusiva – materializando uma prática profissional fundada no bem comum.

A intensidade desta relação entre o autor designer e a criação ética deve convocá-lo ainda para o seu próprio território histórico num processo de consciencialização, isto porque no preciso momento da finalidade da vida – a morte – o autor libertar-se-á do objecto, mas o objecto não se libertará dele.

O exercício profissional do designer tendo por base as ideias expressas, implica, por sua vez, a disponibilidade para uma interacção estreita com os gestores da cidade, poder representativo das suas sociedades, agindo em articulação e interacção directa, como estratégia condizente com o paradigma actual de gestão e governação das cidades – agentes que têm a obrigação de agir de forma cooptada tendo em conta o interesse público e os valores da ética e da responsabilidade social.

2.3.3 Educação e Formação – para uma cultura urbana do design

A escola e a cidade constituem ecologias complementares e interdisciplinares nas quais desvelamos diferentes possibilidades de aprender e de reproduzir o saber, através de estratégias que remetem para uma pedagogia cultural⁶¹, na qual a formação e a educação se revelam

⁶¹ Perspectiva centrada em paradigmas educativos que, entre outros objectivos, promovem a defesa dos valores patrimoniais e culturais orientados para diferentes entendimentos e funcionalidades, designadamente, a função didáctica – e ainda enquanto bens imateriais resultantes da compreensão dinâmica dos contextos físicos e humanos, visando o sentido e o exercício da cidadania (Paiva, 2009).



indispensáveis para a compreensão do quotidiano social, tendencialmente comprometida com a necessidade de uma renovação consentânea com os desafios que, recursivamente, se colocam à sociedade.

Entendemos assim, “(...) que a cidade e a escola, percebidos como espaços complementares no contexto urbano, podem garantir um papel importantíssimo, enquanto prolongamento mútuo do seu estatuto e função transformadora, pelo campo alargado de aprendizagens e da acção dialéctica entre os sistemas educativo e cultural (...)” (Paiva, 2010).

É no quadro amplo desta perspectiva que deveremos considerar o papel das instituições de educação e de formação nas áreas das artes e tecnologias, em que o design se inscreve, elegendo a relação trans e interdisciplinar e os *princípios de inacabamento*⁶² e de *continuidade*⁶³ propostos por Sá-Chaves (2000), como referentes operativos essenciais no âmbito das interações em que “(...) a dialéctica entre o sujeito em formação e os contextos em permanente evolução evidenciam não apenas a extrema complexidade dos processos formativos como, sobretudo, a total incerteza, instabilidade e consequente imprevisibilidade das condições futuras do exercício profissional.” (p. 96).

Tal consciencialização, no âmbito da problemática que subjaz à temática em processo de reflexão, deve-nos deter sobre a responsabilidade e as implicações que o papel das ecologias educativas e formativas têm na produção de novos autores, confrontados que estarão com a complexidade contemporânea, sobre a qual Morin (2003) alerta – “Já não há mais solo firme, a «matéria» já não é a realidade maciça elementar e simples à qual se podia reduzir a *physis*.” (p. 27).

Ora, a autoria, foi já objecto de algumas considerações que sinalizavam a ideia de que, ser autor não remetia ou se circunscrevia a um estágio de privilégio ou predestinação sobrenatural, mas a um estatuto ético e socialmente responsabilizante pela sua intervenção e exposição no quadro da produção, criação ou instauração de algo situado no plano do (con)domínio público.

Assiste por isso à escola⁶⁴ o despertar para as questões da ética e da responsabilidade na dialéctica com as restantes áreas do currículo – contudo, dispensam-se os paradigmas formativos, rígidos e prescritivos, obstáculo à criação e inovação imanentes da afirmação e autenticidade daqueles que, em diferentes níveis de aprendizagem, querendo ser autores, recusam justificadamente o que outros já disseram, fizeram ou estabeleceram.

Esta afirmação é matéria particularmente sensível na área do design, o que nos leva a citar Nóvoa (1992) quando refere que a (auto)formação “(...) implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.” (p. 25), desafio que

62 Ideia construtivista que, segundo Sá-Chaves (2000), admite a continuidade dos processos de desenvolvimento, de devir e transformação, como garante de uma evolução apoiada em expectativas de confiança visando a mudança.

63 De acordo com Sá-Chaves (2002), o *princípio de continuidade* configura um processo reiterado de reflexão e sistematização, face aos processos relacionais e formativos decorrentes de transições ecológicas e interações orientadas para o desenvolvimento pessoal e profissional.

64 Aqui considerada do 1.º Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Superior.



ansiando os percursos da diferença, nos leva a acrescentar, “(...) sin creatividad nos es posible el progreso.” (Saturnino de La Torre, 1991, p. 21).

De acordo com Morin referido por Paiva (2009), cabe, portanto, às escolas e aos seus aprendentes, em que se incluem os seus próprios mestres, ampliar e aprofundar o seu quadro de competências no sentido da abertura, da flexibilidade, do sentido crítico, da disponibilidade para construir, reconstruir e renovar o conhecimento pertinente, como contributo para uma compreensão mais apurada das dimensões éticas e estéticas, enquanto extensões capazes de condicionar positivamente o conhecimento do futuro.

Situamos esta certeza e desejo sobre os espaços de acção dos actuais e novos designers, potenciais autores de soluções, cujas determinantes redundam na circunstancialidade da vida das pessoas – pela capacidade de reivenção do futuro, conferindo-lhe uma nova roupagem conceptual mais próxima das novas realidades e exigências sociais, ou seja, a capacidade de reproduzir novas formas de ser sociedade, aprendendo a vida nas cidades.

São perspectivas que exigem contudo espaços de formação em cuja “(...) supervisão não se restringe à possível (trans)acção de informação entre diferentes elementos do sistema de formação, mas inscreve-se numa matriz de intercultura que potencia, reconhece e desenvolve os sistemas de conhecimento no interior dos próprios sistemas de vida” (Sá-Chaves, 2000, p.128).

Será desta possibilidade diversa, não reduzida à ortodoxia da originalidade ou à disciplina da tradição protectora do *dejá vu*⁶⁵, que a escola actual, situada na periferia de múltiplas influências, deverá apresentar contributos válidos para a formação de novos criativos, tendo por condicionante ou vantagem a possibilidade de acontecer em sítios e realidades culturais diferenciadas – potenciadoras de diferentes formas de apreender e partilhar, decorrentes da mobilidade de alunos e de professores por diferentes paragens, que suscita a necessidade de reflexão sobre os novos referentes culturais do design.

A resultante destas perspectivas obrigam-nos a uma reflexão complementar assente no pressuposto de que para além da vocação formal da escola, o design *per se* constituirá uma disciplina educativa e formativa, quando remetida para os contributos e funções percebidas em contexto urbano, e fundamentalmente, quando perscrutamos nos espaços e objectos por si gizados, um contributo essencial para uma cidade ajustada a uma cultura relacional comprometida com os valores da civilidade urbana.

Assim, o design é entendido como texto e contexto para o desenvolvimento humano, providenciando a modelação qualificada de comportamentos – perspectiva que centra no indivíduo o pretexto para a legitimação da importância do design na configuração da cidade cívica. É uma ideia transversal que repõe o acento tónico na relação entre realidade física e comportamento social, indiciadora de um *currículo manifesto*⁶⁶ e de um *currículo oculto* que resultam dos atributos racionais e emocionais dos objectos – e que se devem afirmar como preferencialmente educativos e formativos.

⁶⁵ Do *já visto*, *vivido* e que não aduz nada de novo.

⁶⁶ Modelo formal que aponta para orientações curriculares explícitas apoiadas em objectivos definidos de aprendizagem e formação.



Dando (con)sequência às ideias em síntese apresentadas e num âmbito mais focado, importa desde já considerar o papel do design no estabelecimento de metodologias adequadas à aquisição de noções técnicas conducentes a diferentes níveis de literacia aos níveis teórico, mas também prático, designadamente, o desenvolvimento da intuição, da capacidade de manipulação e uso de objectos em intercontexto físico e social.

À sua componente didáctica, o design deve associar a dimensão pedagógica, ou seja, não será suficiente o domínio da forma de usar, é necessariamente importante adquirir e consolidar formas de agir que substanciem um efeito pedagógico. Ou seja, ao design não estará conferida apenas a função isolada ou a predeterminação técnica e/ou estética da coisa, deve estar também imbuído da aptidão para promover aprendizagens que possam contribuir para formas alternativas e qualificadas de ser e de estar, neste caso, em contexto de espaço público – afinal, a viabilização de uma cultura crítica decorrente da consciencialização do próprio design.

Perspectivar assim a participação do design na cidade, qualificando comportamentos sociais, consciencializando os cidadãos para a importância dos objectos de design urbanos, da sua preservação e importância que assumem na qualidade de vida urbana, implica considerá-lo enquanto disciplina do currículo secular presente no desenho da própria cidade – ecologia funcional, simultaneamente afectuosa e estimulante, geradora de uma cultura de envolvimento, induzida pelas estruturas espaciais e pelas linguagens representadas.

A reflexão produzida evidencia a importância da educação e da formação em design, convicção que nos leva a afirmar que não é possível suspender a produção de ideias conducentes a soluções que vêm incorporando e representando o design ao longo do tempo histórico das sociedades e das cidades. O que nos permite acentuar a ideia de que se trata de uma disciplina recursiva que deve conjugar o passado e o presente em devir – pois, “Solo cuando el diseño sea adecuadamente entendido, estudiado y definido como algo vital para todos, empezará a comprenderse plenamente el potencial de esta capacidad humana.” (Heskett, 2005, p. 201).

Donde, as potencialidades interdisciplinares, didácticas e pedagógicas do design são de grande actualidade, condicionando ou promovendo acções que em complementaridade contribuem para a qualificação e dignificação global das ecologias urbanas, as quais contribuem como referência colectiva para a reprodução qualificada de manifestações de convivialidade e aproximação social, com reflexos directos na cultura educativa e formativa dos cidadãos.



Referências bibliográficas

- BRANDÃO, P. (2004) Introdução. In Brandão, P. & Remesar, A. (eds.) *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 5-14.
- BRANDÃO, P. et al. (2002). *O chão da cidade – guia de avaliação do design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design.
- BRANDÃO, P. (2008) *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- CAUQUELIN, A. (2008) 2.^a ed. *A invenção da paisagem*. Lisboa: Edições 70.
- CULLEN, G. (1996) *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.
- D'OREY, C. (2007) Introdução. In *O que é a arte?*. Lisboa: Dinalivro, p. 9-25.
- DUARTE, R. (2008) *O Voo da Fénix*, Papiro Editora, Lisboa.
- DUARTE, R. (2011) *Arquitetura, representação e psicanálise*. Lisboa: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA.
- FAGGIANI, K. (2006) *O Poder Do Design: Da Ostentação À Emoção*. Brasília: Thesaurus Editora.
- FERRARA, L. (2002) *Design em espaços*. São Paulo: Edições Rosari.
- FLUSSER, V. (2008) *O mundo codificado*. São Paulo: Cosac Naify.
- FOUCAULT, M. (2005) *A arqueologia do saber*. Coimbra: Livraria Almedina.
- GALOFARO, L. (2004) 2.^a Ed. *Artscapes – El arte como aproximación al paisaje contemporáneo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- GEHL, J. & GEMZOE, (2000) *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.
- GOODMAN, N. (2007) Quando há Arte? In D'orey, C. (Org.), *O que é a arte?* Lisboa: Dinalivro, pp.119-133.
- HESKETT, J. (2005) *El diseño en la vida cotidiana*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- LIDWELL, at al (2011) *Principios universales de diseño*. BLUME: Barcelona.
- LYNCH, K. (2000) *A imagem da cidade: arte e comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- MORIN, E. (2003) 4 ed. *Introdução ao pensamento complexo*. Col. Epistemologia e Sociedade Lisboa: Ed. Instituto Piaget.
- MOURA, M. (2008) *Design Em Tempo De Crise*. Lisboa: Edição Braço de Ferro.
- MUNARI, B. (2004) *Artista & Designer*. Lisboa: Edições 70.
- NORMAN, D. (2004) *Emotional Design*. New York: Basic Books.
- NÓVOA, A. (1992) Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A. (Coord.),
- PAIVA, B. (2011) *Design e Identidade Urbana – Contributos do Programa Polis*. In Livro de Resumos do 6.º Congresso Internacional de Pesquisa em Design. Lisboa: CIAUD.



- PAIVA, B. (2010) *Educação, arte e tecnologia – para uma cultura do Design*. In Livro de Actas da 1.ª Conferência Internacional em Design e Artes Gráficas. Lisboa: ISEC.
- PAIVA, B. (2009) *Urbanidade e Educação Cultural – Supervisão e Formação em Educação Artística e Tecnológica*. Penafiel: Editorial Novembro.
- PAPANEEK, V. (1995) *Arquitectura e Design – Ecologia e Ética*. Lisboa: Edições 70.
- REMESAR, A. (2003) Arte e espaço público. Singularidades e incapacidades da linguagem escultórica para o projecto urbano. In BRANDÃO, P. & REMESAR, A. (eds.). *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 26-40.
- REMESAR, A. (2003) Urbanismo e design. In Brandão, P. (Dir.). *A alma do design*, Lisboa, Centro Português de Design, pp. 120-121.
- SÁ-CHAVES, I. (2005a) *No fio do tempo – marcas de lugar*. Oliveira do Bairro: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- SÁ-CHAVES, I. (2005b) *Acende-se um lume*. Oliveira do Bairro: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- SÁ-CHAVES, I. (2005c) *Textos sobre textos – resgatar a ideia*. Oliveira do Bairro: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- SÁ-CHAVES, I. (2003) *Interpretação e apropriação de mudança nos quadros conceptuais de referência*. Santarém: Edição ESES – Escola Superior de Educação de Santarém.
- SÁ-CHAVES, I. (2000) *Formação, conhecimento e supervisão: contributos nas áreas de formação de professores e outros profissionais*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- SIMÕES, J. & BISPO, R. (2006) *Design Inclusivo – Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes*. Lisboa: Centro Português de Design.
- WARNIER, J-P. (2002) *A Mundialização da Cultura*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MORIN, E. (2000) *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PATROCÍNIO, J. (2002) *Tecnologia, educação e cidadania*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional – Ministério da Educação.
- VIEIRA, J. (1995) *O desenho e o projecto são o mesmo?* Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto.

Referências webgráficas

- ICSID (2011) Definition of Design. [Internet] Disponível em <http://icsid.org/about/about/articles> 31 [Consultado em 30 de Outubro de 2011]
- 7 R's: Amigos do Meio Ambiente. [Internet] Disponível em <https://sites.google.com/site/reambientar/Home/os-7-r-s-do-meio-ambiente> [Consultado em 11 de Maio de 2012]



CAPÍTULO 3

PROGRAMA POLIS – *requalificação e valorização* de cidades portuguesas



As cidades portuguesas, na linha da génese e desenvolvimento das urbes europeias, devem a sua evolução a factores de carácter morfológico, geográfico e cultural, designadamente, a uma posição natural que garantisse a sua defesa, à proximidade a linhas e frentes de água, entendidas como recurso e meio de ligação a outros destinos, e ainda à existência de elementos de relevante interesse histórico, patrimonial e turístico – factores que, associados ao desenvolvimento social e económico, favoreceram o progresso das cidades em Portugal.

Do litoral ao interior são vários os casos de cidades que reconheceram nos seus territórios de inserção a vantagem para, na sequência da sua fundação, ‘desenharem’ as condições promotoras do seu estatuto, sendo evidente que as urbes localizadas no litoral se afirmaram como pólos de atracção e fixação preferenciais, e como tal, sofreram processos de desenvolvimento mais rápido e acentuado que as cidades do interior do país.

Razões de vária ordem contribuíram para tal, sendo de destacar que foi no litoral que estrategicamente se localizaram e fomentaram as principais dinâmicas empresariais e se promoveram meios e vias de comunicação que, tardando no interior do país, comprometeram o seu desenvolvimento.

Um dos efeitos da evolução urbana em Portugal, com consequências nefastas para o ordenamento do território⁶⁷, é a dispersão da sua ocupação, tornando o país um território

⁶⁷ “O ordenamento do território procura a sua fundamentação no conhecimento da geomorfologia dos sistemas e dos ecossistemas concretos, observando a distribuição racional das diferentes actividades humanas. O ordenamento decorre da análise física e da resolução dos diversos interesses em confronto, nos termos da lei, identificando as diversas estruturas invariantes do território, fixando classes de uso do solo para cada unidade territorial.” (Pardal et al, 1993, p.2).

quase ligado em contínuo por diferentes estruturas urbanas, cidades, vilas e aldeias, o que compromete a qualidade do ordenamento e a coesão do espaço territorial português sob o ponto de vista urbanístico e da sustentabilidade das estruturas que o suportam.

Problema acentuado a partir de 1974, data a partir da qual “As cidades portuguesas, nomeadamente as de escala intermédia, sofreram profundas transformações no período que sucedeu à instauração do regime democrático em 25 de Abril (...)” (Domingues, 2006, p. 12). Este fenómeno é caracterizado pela expansão das cidades de acordo com uma lógica que o mesmo autor sintetiza como (re)agrupamentos funcionais, designados por *novas centralidades*, ou, paradoxalmente, por *centralidades periféricas* próprias da cidade alargada.

Aqueles problemas territoriais e urbanísticos têm vindo a ser objecto de discussão interna e externa, decorrendo daí a produção de diversos planos, programas e reflexões tendentes a definir estratégias conducentes à regulação e alteração do panorama urbano nacional, por forma a qualificar o sistema territorial numa perspectiva nacional e de enquadramento europeu.

No quadro das políticas públicas tendentes a contrariar os efeitos perversos do crescimento das cidades e na senda da humanização das urbes portuguesas, o *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades* pretendeu responder a problemas de abandono e degradação dos centros históricos das cidades, ao consequente esvaziamento da sua função residencial e à transição pontual para outros tipos de uso não consentâneos com a sua vocação funcional - realidade particularmente sensível em vastas zonas urbanas ocupadas por bairros sociais, e nas quais não se verificavam incentivos à reabilitação (MAOT, 2000a).

O desordenamento do território protagonizado por extensões urbanas cada vez mais distantes do centro, cujas infraestruturas técnicas e sociais não proporcionavam condições de vivência urbana aceitável, constituía um outro problema das cidades portuguesas a interencionar, a que se associavam ainda problemas de congestionamento de tráfego, motivado pelos *movimentos pendulares*⁶⁸ *habitação-emprego* das novas gerações de habitantes (MAOT, 2000a).

A estes problemas acrescia-se a degradação da paisagem urbana, com particular destaque para a desqualificação do espaço público, desprovido de espaços verdes e de circulações que privilegiassem o peão em detrimento do automóvel (MAOT, 2000a).

Factores que, fundamentados nos objectivos e princípios definidos no Programa, obrigaram ao estabelecimento de parcerias entre diferentes agentes, no sentido da produção de dinâmicas críticas, já que de acordo com Correia (2007a), “A Polis, enquanto espaço de cidadania, implica a participação informada nos processos de construção da cidade. Aqui a Polis assumiu um carácter inovador com as parcerias estabelecidas com as autarquias, a criação de comissões locais de acompanhamento e uma comunicação permanente com os cidadãos.” (p. 6) – estratégia que, apoiada numa atitude cívica de participação, conduziu a soluções de referência que contribuíssem para qualificar o *sistema urbano nacional*.

⁶⁸ Dinâmicas associadas à deslocação diária de pessoas com recurso a diferentes meios de transporte, sobretudo em horas de ponta, a fim de desenvolverem as actividades quotidianas fora do seu ambiente residencial – factor negativo influenciador da sua qualidade de vida.



Do complexo e abrangente programa de iniciativas merecem referência as intervenções nos contextos patrimoniais históricos e naturais das cidades e nos sítios que, afastados das rotinas quotidianas dos cidadãos, deram lugar à fundação de novos contextos urbanos, dotados de identidade e nos quais foi possível gerar novas dinâmicas de conhecimento, cultura e lazer, inscritos, segundo Sá-Chaves (1989), na predisposição da sociedade contemporânea em dialogar com as ecologias e perspectivar a qualificação ambiental com vista à sua fruição.

Conferindo sentido e continuidade às ideias expressas, importa salientar os processos de (re)desenho e (re)qualificação de núcleos das cidades integradas no Programa Polis, na linha do que Duarte (2008) refere, quando afirma que “O (re)desenho urbano proposto pelo Programa Polis, (...) cria a consciência sobre a possibilidade de voltar a dar urbanidade ao que, por falta de visão e de dimensão cultural, se foi construindo como signum dum modelo de desenvolvimento simbolizado por um futuro massificado, desestruturado e sem sentido” (p. 27).

Em síntese, “(...) o Programa Polis pretendeu investir no futuro, apostando por um lado na qualidade urbana com intervenções profundas nas cidades portuguesas, e por outro lado na proximidade com o cidadão, fomentando o exercício da cidadania. No mundo contemporâneo, o crescente e diversificado processo cultural socializou o espaço de vivências, conferindo-lhes imagens que o identificam com os anseios, valores, e rituais dos indivíduos.” (Correia, 2002, p. 3).

3.1 PROGRAMA POLIS – enquadramento e caracterização

O enquadramento e caracterização do Programa Polis são fundamentais para uma percepção integral do seu contorno no âmbito desta investigação, pelo que se considera essencial a apresentação de antecedentes que estiveram na base da sua génese, e que tornaram possível uma visão integrada e consciencializada de problemas urbanos do país que levaram à definição dos objectivos fundadores da iniciativa.

Foram objectivos e princípios orientadores que consideraram a amplitude e a complexidade do quadro programático, designadamente, o carácter geral das intervenções, a sua natureza e o *efeito demonstrativo*⁶⁹ pretendido no âmbito das iniciativas do Programa – elementos que se assumiram como recurso clarificador e influenciador da natureza casuística deste estudo.

A inclusão e referência a casos específicos de regeneração ecológica e urbana em múltiplos contextos, pela sua diversidade e tratamento por outros autores⁷⁰, não foi considerada no âmbito desta abordagem, tendo-se dado preferência às políticas e programas nacionais e internacionais que a seguir se referem.

⁶⁹ Constituiu um dos desígnios do Programa Polis, que o carácter exemplar das intervenções, aos mais diversos níveis, pudessem constituir referência para a qualificação dos diversos pólos urbanos nacionais (MAOT, 2000a).

⁷⁰ Entre outros, KRAUEL, J. (2008) *Landscape Design Promenades*. Barcelona: Carles Broto i Comerma e FERREIRA, S. (2007) *Programa Polis e a componente ambiental – Três abordagens de integração*. Lisboa: PARQUEXPO - Coleção EXPOENTES, pp, 59-68.

3.1.1 Gênese e fundamentos do Programa Polis

No quadro das abordagens ao Programa Polis tendentes à sua compreensão e fundamentação, importa desvelar alguns dos antecedentes e razões que influenciaram e determinaram o desenho estratégico do Programa nas suas múltiplas implicações e determinações.

Começamos por referir que, previamente ao Programa Polis, ocorreram nas últimas décadas várias iniciativas protagonizadas pelo Estado Português que visaram a intervenção em espaços urbanos, com o objectivo transversal de contribuir para a resolução de problemas emergentes ou lactentes nas cidades portuguesas.

De acordo com dados do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT, 2000a), e no âmbito deste estudo, merecem particular destaque as seguintes iniciativas:

- O 1º Plano de Desenvolvimento Regional (1.º PDR), que decorreu de 1989 a 1993, foi orientado para a melhoria das condições de vida das populações através da construção de infraestruturas básicas, designadamente, saneamento básico e acessibilidades;
- O 2º Plano de Desenvolvimento Regional (2.º PDR), implementado de 1994 a 1999, que, pese embora, não tenha cumprido integralmente os seus objectivos, se traduziu num avanço significativo, ao eleger a qualificação da vida urbana a partir de preocupações de natureza ambiental e de reabilitação e revitalização das cidades, colocando a *coesão social* no seu eixo prioritário;
- O Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional⁷¹ e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais (PROSIURB), vigente também de 1994 a 1999, definiu como objectivo contribuir para a *valorização das cidades médias e dos centros urbanos da rede complementar*, a partir da elaboração de planos estratégicos, decorrentes da reflexão sobre o seu papel nos quadros regional e nacional, Programa que confinou genericamente os seus efeitos ao planeamento⁷² urbano;
- O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), orientou a reflexão para a importância das cidades no desenvolvimento do país e defendeu *Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI* (MEPAT, 1998) – cujo teor enfatizava a relevância estratégica dos sistemas territoriais urbanos como factores de competitividade, mobilização e influência das cidades, as quais, sendo objecto integrado de protecção e valorização ambiental, concorreriam e contribuiriam para o equilíbrio ecológico do sistema urbano nacional;
- Ainda no âmbito do PNDES, o Estado assume particular relevância enquanto detentor e gestor da coisa pública, demonstrando e assumindo o seu dever mobilizador de parcerias e sinergias, implicando autarquias e outros agentes no desenho de acções que visassem a qualidade de vida dos cidadãos – quadro transversal que vem afirmar-se posteriormente como matriz fundadora do Programa Polis;

71 Rede de cidades portuguesas que integra também os núcleos urbanos das zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, e que por sua vez estão associadas às *áreas de dinâmica* referenciadas na nota de rodapé 75.

72 “O planeamento é um processo de apoio à administração urbanística que recorre à exploração de modelos normativos específicos, directamente aplicáveis a determinado espaço – os planos – e que os instrumentalizam através da gestão. Os planos contêm uma componente regular fundamentada e particularizante da Lei Geral, que só assim se operacionaliza e aplica, no respeito pelas bases de ordenamento.” (Pardal et al, 1993, p.2).



- O 3º Plano de Desenvolvimento Regional (MEPAT 1999), cuja vigência se situa entre os anos de 2000 a 2006, vem, na linha dos objectivos e preocupações enunciadas anteriormente, ambicionar a materialização de processos de *requalificação urbana e valorização ambiental de cidades*, ambição favorecida pela integração no mesmo ministério das componentes *ambiente e ordenamento do território*.

“Assim, entre as orientações estratégicas deste PDR, no que respeita ao ordenamento do território e ao ambiente, constam, entre outras, as seguintes: criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas; reconstrução e requalificação urbanas, bem como qualificação ambiental dos espaços urbanos e valorização de factores geradores de novas identidades; reforço e consolidação de um sistema urbano equilibrado em termos nacionais, baseado na rede das cidades de média dimensão, que assegure qualidade de vida e condições ambientais.” (MAOT, 2000a, p. 21).

Contudo, e de acordo com o MAOT (2000a), o 3.º PDR não permitiria resolver todas as questões estruturais do sistema urbano nacional e o desenvolvimento sustentável das cidades, mas constituiu desígnio da tutela que se assumisse como contributo efectivo para o reequilíbrio da componente ambiental das cidades, bem como para a sua requalificação, reforço da sua competitividade, contributo para a organização do território e melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Na prática, seria cumprir o espírito do estudo sobre o *Sistema Urbano Nacional* promovido pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGO-TDU) em 1997, no qual se afirmava a necessidade de “(...) passar além da fase da experimentação em matéria de políticas urbanas e consagrá-las como pilares das novas políticas regionais e de ordenamento do território” (MAOT, 2000a, p. 21).

Em complementaridade aos contributos dos vários planos, programas e outras acções concomitantes, importa ainda reportar e reflectir sobre alguns aspectos que concorreram para a clarificação das opções tomadas, e que de acordo com MAOT (2000a) legitimaram a pertinência do seu lançamento e concretização no âmbito próprio de cada realidade urbana, designadamente:

- A transformação acentuada do território nacional iniciada na década de 70, decorrente de diferentes lógicas de ocupação, a que se associaram fenómenos migratórios com repercussões profundas nas estruturas sócio-urbanas, o que exigiu a redefinição de algumas das suas vocações e funções – ou seja, não é suficiente a gestão urbana sustentável, há que, num novo tempo, produzir novos modos de ser cidade;
- A consciência pedagógica de um passado “povoado” de erros urbanísticos que importa sempre corrigir ou evitar no futuro, gerindo os processos de transformação induzidos pelos fluxos migratórios e pelo consequente alargamento dos perímetros de ocupação das grandes cidades, degradando e desqualificando os patrimónios histórico, natural e cultural – processos potenciados pelos supostos paradigmas de um progresso apoiado na aleatória densificação urbana e presença do automóvel, em oposição e desrespeito pela condição e pelos pretensos direitos dos cidadãos;
- Por sua vez, as autarquias revelavam uma nova cultura de exigência para o espaço público, que se repercutisse para além da infraestuturação básica das cidades e investisse na refor-

mulação da vida urbana por via da sua qualificação ambiental - uma “(...) nova geração de questões que, em si mesmo, reflectem uma nova cultura de exigência e de ambição.” (MAOT, 2000a, p. 22);

- A EXPO 98 inaugurou, por sua vez, uma nova forma de fazer e viver a cidade, com impacte expressivo na ambição de regenerar e reinventar espaços e objectos de outras cidades, com consequências positivas aos níveis da qualidade do espaço urbano e valorização das suas componentes ambientais. O efeito demonstrativo da EXPO 98 foi, como tal, indutor de uma consciencialização da possibilidade de reprodução da qualidade patente nos espaços que transformaram uma área degradada num contexto marcante da cidade de Lisboa;
- Por último, a existência de experiências positivas no âmbito de parcerias entre Governo, câmaras municipais e empresas associadas de capitais públicos, e a consciência que esse património relacional poderia redundar no sucesso de um programa de requalificação e valorização de cidades portuguesas.

Pressupostos e razões que incorporam um conjunto de factores que, pelo seu alcance e ambição, justificaram a implementação de um programa de intervenção urbana alargado a um território nacional carente de renovação. Ecologias nas quais se tece uma parte importante do desenvolvimento do país e radicam cidadãos sem os quais a sua continuidade é inviável. Como tal, promover condições para a renovação e qualificação efectivas da vida urbana nas suas múltiplas vertentes foi assumido como propósito e dever fundamentais do Estado.

A reflexão sobre a génese e fundamentos do Programa Polis não poderia contudo excluir uma breve referência a factores que, sendo externos ao país, determinaram e continuam a determinar as decisões de cada Estado pertencente à União Europeia.

Esses factores consubstanciaram-se em instrumentos e acções disseminados ao longo do tempo, e que em síntese enunciaram ideias e estabeleceram objectivos orientados para a detecção de problemas, cuja resolução pudesse estabelecer um quadro de equilíbrio transversal para a sustentabilidade e qualificação urbana das cidades europeias.

Desses instrumentos e/ou acções que terão suscitado algumas das iniciativas em território nacional, apresenta-se lista e sinopse daqueles que, a partir das recolhas efectuadas, fundamentalmente a partir da literatura disponibilizada pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, merecem em nosso entender referência, nomeadamente:

- Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu, que determinou a publicação em 1990 do *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano* – no qual é apresentado um primeiro diagnóstico sobre os problemas ambientais das urbes europeias, referindo as origens e propondo orientações relativamente às políticas a implementar nessa matéria;
- 5.º *Programa de Ambiente da Comunidade Europeia*, cuja aprovação ocorre no ano de 1993, e que na linha das orientações do livro referenciado no ponto anterior, incide sobre os problemas urbanos, dando particular destaque à problemática do ruído;
- A iniciativa comunitária *URBAN* foi lançada pela Comissão Europeia no ano de 1994, tendo vindo a alargar o seu espectro de influência sobre as políticas urbanas e por indicação do Parlamento Europeu até ao ano de 2000, numa primeira fase, tendo sido alargada numa segunda fase até ao ano de 2006;



- Relatório *Cidades Europeias Sustentáveis*, produzido por um grupo de peritos em ambiente urbano no ano de 1996, no qual são estabelecidos um conjunto de princípios orientados para a *gestão urbana*, a *integração política*, a *reflexão ecossistémica* e a *cooperação e parceria* – cujo objecto principal e linhas orientadoras sublinhavam a problemática da sustentabilidade dos sistemas urbanos;
- Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu em 1998, intitulado, *Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia: um quadro de acção* – que procede a uma análise abrangente e detalhada das políticas comunitárias com incidência sobre as cidades, aos níveis da *economia*, do *emprego*, da *igualdade* e da *inclusão social*;
- Proposta de decisão do Parlamento e do Conselho Europeus no âmbito do *Quadro Comunitário de Cooperação para o Desenvolvimento Urbano Sustentável*, em 1999, cuja aplicação pretendeu criar um quadro de apoios às cidades envolvidas em acções de *sensibilização*, *cooperação* e *avaliação e controlo* no âmbito da *Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis*, e cujo lançamento e desenvolvimento esteve a cargo da Direcção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia e da Direcção-Geral da Política Regional, tendo sido dado particular ênfase às componentes *ambiente* e *ordenamento do território*;
- *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC) é o produto de um longo processo de reflexão entre 1989 e 1994 por parte dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território dos vários países, que coloca a tónica sobre a necessidade de garantir o equilíbrio dos índices de sustentabilidade e competitividade do território europeu, tendentes a assegurar a *coesão económica e social*, com particular incidência sobre as cidades cujas especificidades emergentes resultassem de novas dinâmicas e relações territoriais, para as quais era necessário garantir o seu desenvolvimento sustentável;
- Relatórios da Agência Europeia do Ambiente (AEA), em 1995, 1998 e 1999, que sublinhavam temáticas associadas ao *ambiente* e *stress* urbanos e clarificaram as relações entre *ambiente* e *ordenamento do território* reflectidas sobre as cidades;
- Movimento *Projecto de Cidades Europeias Sustentáveis*, que deu lugar em 1994 à *Campanha das Cidades Sustentáveis*, cujos princípios orientadores estão consagrados na Carta de Aalborg (1994) e no Plano de Acção de Lisboa (1996), e que contou com um número muito expressivo de autoridades locais empenhadas na sustentabilidade dos sistemas urbanos.

De entre os vários instrumentos e acções enunciados, e tendo em conta o seu amplo espectro de influência, situado para além dos territórios estritamente locais, o EDEC é no entendimento do MAOT (2000a) o instrumento que veio aduzir contributos mais relevantes para a reflexão conceptual sobre a relação entre ambiente e ordenamento do território, e para uma visão estratégica com reflexos sobre o planeamento territorial – o que no caso do nosso país se revelou essencial para promover políticas de intervenção tendo em conta os problemas já referenciados.

Ora, a visão integrada da situação urbana do país resultante dos múltiplos contributos sustentados em estudos e reflexões sobre as problemáticas enunciadas, e o impulso motivador promovido pelos instrumentos e programas europeus, suscitaram processos de consciencialização da situação da realidade urbana no país e concorreram para que se elegesse a



requalificação das cidades e a sua valorização ambiental como uma das prioridades políticas consagradas no Programa do XIV Governo Constitucional.

A consciencialização, expressa na Resolução do Conselho de Ministros n.º 26 (2000), de que a vida urbana se tornou na “(...) fonte de alguns dos principais problemas ambientais sentidos directamente pela população, especialmente no que diz respeito à ausência de espaços públicos de qualidade (...)” (p. 2106), determinou que se promovesse um programa alargado ao território nacional, com principal incidência sobre espaços urbanos que proporcionassem aos cidadãos condições de equilíbrio ecológico, convertendo-os em contextos geradores de vivências qualificadas sob as mais diversas especificidades e manifestações.

Na expectativa dessas condições, considerou-se também que a materialização desses objectivos redundaria na renovação e no desenvolvimento social e económico dessas cidades, ampliando a sua capacidade de atracção e a indução de factores de (re)identificação, pois como é referido em (MAOT, 2000a), “Há uma identidade e um “carisma” em muitas cidades que é preciso valorizar, porque é precisamente aí que reside a diferenciação e a atractividade” (p. 17).

Como tal, entendeu-se que está acometido à cidade um papel de particular relevância, perspectivado não só ao nível da realidade de cada país, mas também, enquanto membro do espaço europeu, ao qual são exigidos índices de competitividade que garantam não só a sustentabilidade desse sistema mais amplo e complexo, mas reverta simultaneamente num equilíbrio que o possa promover positivamente no contexto da nova realidade global.

O Programa Polis foi, como decorre da breve exposição, resultado de uma reflexão e da consolidação de ideias que tomaram forma na década de 90 do século passado em Portugal e, num âmbito mais alargado, na própria União Europeia – assumindo o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território um papel fundamental na sua implementação.

Assim, o Programa Polis, conforme foi já aludido, assumiu como referentes principais o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social e o 3.º Plano de Desenvolvimento Regional, que elegeram “(...) a requalificação dos meios urbanos como um dos principais objectivos que se revestem de importância estratégica para o desenvolvimento do País” (MAOT, 2000a, p. 13).

Por sua vez, a vantagem da existência justificada de um ministério governamental dedicado estritamente aos sectores complexos do *ambiente* e do *ordenamento do território*, em face da responsabilidade social, política e económica que esses âmbitos implicam, propiciou as condições para se avançar para o lançamento do Programa (MAOT, 2000a).

O Programa Polis foi precedido, por decisão governamental contida no despacho n.º 47/A/MAOT/99, de 18 de Novembro, pela criação de um *Grupo de Trabalho*⁷³ constituído por figuras relevantes das áreas do *ambiente* e do *ordenamento do território*, com o objectivo de concretizarem as seguintes acções:

- “(...) estabelecer as linhas mestras de um Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades;

73 De acordo com MAOT (2000a), o *Grupo de Trabalho* foi constituído pelos Prof. Francisco Nunes Correia, Arq. João Biencard Cruz, Dr. Rolando Borges Martins, Eng. Pedro Manuel Liberato e Arq. Luís Filipe da Silva Morbey.



- caracterizar as condições de acesso e de participação para os diferentes tipos de projecto, incluindo iniciativas estruturantes ou de efeito demonstrativo;
- analisar os instrumentos necessários para a viabilização do Programa, nomeadamente origens de financiamento, aspectos jurídicos e urbanísticos, formas de contratualização com as Autarquias Locais e potencialidades do recurso a soluções empresariais”; e ainda a “(...) análise preliminar de um conjunto de projectos de requalificação urbana, em curso ou previstos no país, que foram considerados relevantes ou demonstrativos do tipo de intervenção que se pretende apoiar no âmbito do Programa Polis” (MAOT, 2000a, p. 13).

Importa ainda, no decurso deste enquadramento, e tendo em conta a sua pertinência, enunciar problemas específicos das cidades portuguesas, cuja síntese resultou do estudo que antecedeu o lançamento do Programa, e que de acordo com Félix Ribeiro (1999), referido em MAOT (2000a), apontam para o seguinte:

- “esvaziamento da função residencial dos centros históricos, que atravessam em muitos casos processos paralelos de «terciarização», de desertificação, de abandono e degradação;
- processo acelerado de degradação de património edificado, em vastas zonas do «casco» urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais associado à inexistência de estímulos de mercado à reabilitação urbana (vd. impacto das opções tomadas há décadas quanto ao regime de arrendamento urbano, sem acautelar medidas de conservação dos imóveis)” (p. 27), o que no entender do autor levaram a:
- “intensificação das extensões suburbanas, muitas vezes realizadas de modo caótico, desprovidas, ou com deficiência, de infraestruturas técnicas e sociais e com fracas condições de vivência urbana;
- segmentação etária do espaço da Grande Lisboa e do Grande Porto, com os «centros» destas grandes áreas urbanas a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a serem deslocadas para «coroas suburbanas» cada vez mais distantes;
- crescente congestionamento do trânsito, associado, pelo menos em parte, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego;
- degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de espaços públicos, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado” (MAOT, 2000a, p. 27).

O *Grupo de Trabalho*, consciente de todos os contributos, produziu um documento que, para além de definir um conjunto de linhas orientadoras tendentes à implementação do Programa, estabelecia ainda *quatro grandes desígnios emblemáticos* que adoptaram a cidade enquanto referente central: *Cidades Verdes*, *Cidades Digitais*, *Cidades do Conhecimento e do Entretenimento* e *Cidades Intergeracionais*.

Foram designadas por *Cidades Verdes* aquelas que tendo resolvido os problemas de infraestruturação ambiental básica, se predispunham a atribuir ao ambiente um papel relevante nos

processos de requalificação urbana, visando a sustentabilidade dos sistemas e a minimização dos efeitos da *pegada ecológica*⁷⁴.

Como *Cidades Digitais* foram consideradas aquelas que, possuindo uma rede qualificada de serviços de comunicação digital, promoveram uma cultura de abertura à utilização positiva daqueles recursos para os mais diversos fins sociais, institucionais e de implicação cívica, no quadro das novas relações e interações contemporâneas.

A designação de *Cidades do Conhecimento e do Entretenimento* foi atribuída às urbes dotadas de um abrangente núcleo de infraestruturas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais, capazes de atrair, formar e fixar uma população jovem capaz da revitalização criativa da cidade.

Fechando o grupo, foram designadas por *Cidades Intergeracionais* aquelas que privilegiavam a inclusão social e as vivências urbanas nas suas diversas vertentes, reabilitando e conferindo novas funcionalidades ao património histórico e habitacional, de forma a atrair e fixar novas gerações, potenciando-se assim a possibilidade da coexistência de diferentes formas de sentir e viver a cidade na relação com os demais (MAOT, 2000a).

Em síntese, um programa abrangente e ambicioso que, não pretendendo resolver todos os problemas urbanos do país, se pretendeu afirmar positivamente pelo seu *efeito demonstrativo* e pelo contributo para a renovação qualificante da paisagem urbana portuguesa.

A materialização das acções previstas no Programa, pela sua escala, natureza complexa e pelas implicações financeiras daí decorrentes, teve no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) a sua fonte principal de financiamento, propondo-se contribuir para “(...) a consolidação do sistema urbano português, com base nos princípios de sustentabilidade, da complementaridade, da solidariedade e da competitividade, visando a melhoria das condições de vida nas cidades e contribuindo, assim, para a afirmação da identidade de Portugal no seio da União Europeia” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26, 2000, p. 2118) - cabendo à Administração Central e às Autarquias Locais, numa percentagem global de 28% e a outros agentes e promotores numa percentagem muito limitada de 10%, a comparticipação financeira para a concretização das acções previstas no Programa.

De entre as mais de setenta cidades concorrentes ao Programa Polis, a sua implementação incluiu trinta e nove, com especificidades e localizações diversas, o que se traduziu na “(...) influência em dezenas de outras, designadamente a melhoria e modernidade dos projectos e o seu impacto real, fruto de uma visão de conjunto, urbana e ambiental, sob o lema «viver a cidade»” (Leite, 2007, p. 9).

Importa finalmente referir o Gabinete Coordenador do Programa Polis (GCPP), sob a tutela directa do MAOT, enquanto *estrutura de dinamização e acompanhamento* das várias fases do processo, sendo sua competência:

“ – Promover acções de divulgação dos objectivos, das oportunidades e dos resultados do Programa Polis;

74 Indicador desenvolvido por William Rees e Mathis Wackernagel na década de 90 do século passado, para medir a área e capacidade produtiva de terra e mar necessária à produção de recursos para satisfazer a população mundial e, ao mesmo tempo, calcular os recursos materiais e energéticos consumidos e a capacidade de assimilação de resíduos produzidos (<http://www.futureng.pt/pegada-ecologica>).



- Participar na análise das intenções de investimento enquadráveis no Programa Polis e no aconselhamento dos promotores;
- Estabelecer os contactos com os serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e com os responsáveis pelas intervenções operacionais incluídas no QCA III que sejam consideradas necessárias para a consecução dos objectivos do Programa Polis e da sua eficácia;
- Formular pareceres sobre os projectos enquadráveis no programa Polis e candidatos a financiamento a intervenções operacionais incluídas no QCA III;
- Promover a articulação das acções enquadráveis no Programa Polis, dos respectivos financiamentos e das necessárias sinergias;
- Apoiar as intervenções operacionais incluídas no QCA III nas acções necessárias à fundamentação das correcções a propor aos órgãos responsáveis pela execução do QCA III, no sentido de melhorar a eficiência na prossecução dos objectivos do Programa Polis;
- Recolher e tratar a informação relativa aos indivíduos e estatísticas de acompanhamento dos projectos enquadráveis no Programa Polis;
- Promover a avaliação dos progressos realizados no âmbito do Programa Polis;
- Participar na orientação e na realização de estudos, conferências e outros eventos relativos às cidades” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26, 2000, p. 2118).

De salientar que o Gabinete Coordenador do Programa Polis merece referência particular no âmbito deste estudo, pelo papel essencial que protagonizou, prestando informação e disponibilizando materiais indispensáveis à investigação – cumprindo assim os objectivos aplicáveis à circunstância e dando oportunidade à produção de conhecimento científico.

3.1.2 *Objectivos e princípios orientadores do Programa Polis*

A natureza do Programa Polis, cuja matriz se depreende dos pressupostos já enunciados, deixa clara a ideia de que se tratou de uma iniciativa complexa, em face da diversidade das realidades em processo de análise, e cuja materialização veio aduzir novo conhecimento de âmbito multidisciplinar.

Em face da complexidade do quadro programático, a equipa governamental definiu em Diário da República – I Série-B, datado de 15 de Maio de 2000, e no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, os *objectivos e princípios orientadores* do Programa Polis – republicados pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território no documento *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades*, resultante do Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 47/A/MAOT/99 e destinado à apresentação pública do Programa POLIS.

Assim, definiu como objectivo principal e transversal ao Programa “Melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional” (MAOT, 2000a, p. 27).

Este objectivo, no entendimento do governo, convoca as autarquias locais para o estabelecimento de parcerias que possam promover e desenvolver um conjunto de intervenções, as quais, pela sua qualidade, possam afirmar-se como referência para outras iniciativas em contexto urbano (MAOT, 2000a).

Detalhando o alcance daquele objectivo geral, foram definidos os seguintes objectivos específicos:

- “ – Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos, que promovam a multifuncionalidade desses centros;
- Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa;
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.” (MAOT, 2000a, p. 27).

São objectivos que clarificam e afirmam a intenção de intervir para a requalificação, valorização e revitalização de ecologias urbanas, privilegiando as componentes ambiental e patrimonial e apoiando a expansão das áreas verdes e pedonais em detrimento da presença automóvel.

No âmbito dos *princípios orientadores* tendentes à estruturação e desenvolvimento do Programa Polis, merecerá referência preliminar o facto de a tutela defender inicialmente um número limitado de intervenções, cuja qualidade e escala, pudesse patentear um *efeito demonstrativo* a nível nacional.

Importa, por isso e de seguida, pelo contributo ampliador da compreensão do próprio Programa, proceder à apresentação dos *princípios orientadores* nas suas linhas essenciais, designadamente:

- Os casos de *efeito demonstrativo*, referido, poderem assumir uma *tipologia* de intervenção específica;
- Privilegiar-se a *ancoragem* dos projectos de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental marcante e específico de cada cidade, visando-se a sua valorização e reapropriação;
- *Re-centrar* as cidades, revitalizando os centros históricos e as suas múltiplas valências, designadamente a cultural e turística, de forma a evitar-se a desertificação e declínio desses centros;
- Promover-se uma dinâmica de conhecimento, de cultura e de lazer, fazendo com que essas componentes se integrassem e potenciassem a exemplaridade das acções a desenvolver;
- Apostar-se, nalguns casos, em intervenções que, reunindo já condições de concretização, convocassem agentes locais e projectos já concluídos. Noutros casos deveria ser o próprio programa a suscitar iniciativas e a desencadear projectos, evidenciando a sua importância e oportunidade;
- Poderiam ser apoiadas ainda outras candidaturas que se revestissem de interesse e contribuíssem para o objectivo geral do programa;



- As cidades com estatuto de Património Mundial concedido pela UNESCO, sendo cidades com especial valor emblemático, constituíam desde logo casos de requalificação urbana baseada em *âncoras* patrimoniais de grande importância, e que o Programa Polis deveria apoiar inequivocamente;
- O Programa Polis não poderia deixar de incluir também a qualificação de espaços adjacentes a zonas ou bairros decorrentes de processos de realojamento, sendo esta componente de grande alcance social, contribuindo assim para cidades mais equitativas e interclassistas;
- Deveriam ser consideradas também algumas acções de menor dimensão destinadas a complementar ou valorizar projectos já realizados, ou a melhorar aspectos muito específicos da qualidade do ambiente urbano, tais como o desvio de trânsito do centro das cidades, a instalação de redes de monitorização ambiental, ou ainda, intervenções de valorização urbanística ou ambiental junto de estabelecimentos de ensino (MAOT, 2000a).

O ambicioso quadro programático marcou as agendas políticas e organizacionais locais⁷⁵, pela ampla abrangência dos seus objectivos e princípios orientadores – as quais viriam a repercutir-se nas múltiplas acções e intervenções ocorridas no espaço urbano português.

3.1.3 Componentes, Linhas e Tipologias do Programa Polis

A estruturação do Programa, determinada pela necessidade da sua organização, avaliação, monitorização e gestão, estabeleceu uma matriz organizada em:

- Componentes – que traduzem o carácter geral das várias intervenções;
- Linhas de intervenção – que especificam a natureza das intervenções integradas nas várias componentes;
- Tipologias – que são transversais aos casos que apresentam uma *escala e efeito demonstrativo* exemplares.

De acordo com o enunciado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 26 (2000), procede-se à síntese integrada das características das várias *componentes* e respectivas *linhas de intervenção*, visando-se a sua clarificação no quadro do Programa Polis:

- Componente 1 – *Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental* – que sendo a mais significativa, integrou um número limitado de intervenções assumidas como *modelos* para outras iniciativas e nas quais foi relevante a valorização ambiental dos contextos;
 - Linha 1 – *Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar* – que foram objecto de pré-selecção fundamentada com base na relevância e potencial demonstrativo das várias acções;
 - Linha 2 – *Outras intervenções a identificar* – que na sequência de candidatura e pela reconhecida qualidade dos seus projectos mereceram a sua integração no Programa;
- Componente 2 – *Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial* – que reconhecendo a sua marca no contexto nacional e o estatuto concedido pela

⁷⁵ Castells (2000) defende que os processos de alteração urbana têm associada uma ideologia que reverte as cidades em entidade política, a que se associa a economia e a cultura.

UNESCO aos centros históricos das cidades de Angra do Heroísmo, Évora, Sintra e Porto, pretendeu o reforço da sua qualificação urbana e patrimonial;

- Componente 3 – *Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento* – que pretendeu qualificar urbanística e ambientalmente as áreas envolventes aos núcleos urbanos resultantes de operações de realojamento;
- Componente 4 – *Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades* – que pretendeu contribuir para um conjunto diversificado de intervenções destinadas a melhorar a qualidade de vida urbana, decorrentes da iniciativa e proposta principais das autarquias;
 - Linha 1 – *Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano* – que implicou as autarquias na promoção de soluções que privilegiassem o peão em detrimento do automóvel, através da adopção preferencial do transporte público e da criação de novas vias pedonais e cicláveis;
 - Linha 2 – *Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental* – que apoiou medidas de caracterização e monitorização do ambiente no espaço urbano, designadamente, da qualidade da água, do ar, do ruído, e ainda ao nível dos sistemas de recolha selectiva de resíduos, reutilização da água e uso racional dos recursos naturais;
 - Linha 3 – *Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino* – que pretendeu a requalificação e valorização de áreas envolventes às escolas, como recurso pedagógico para a educação e formação dos alunos através da promoção da qualidade ambiental;
 - Linha 4 – *Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano* – que pretendeu promover acções educativas e de consciencialização dos cidadãos para as questões ambientais, visando-se novas atitudes e comportamentos cívicos nos seus contextos de vivência;
 - Linha 5 – *Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana* – que, pela sua qualidade, natureza ou dimensão, não estando definidas nas componentes e linhas anteriores, pudessem ser aceites no quadro da qualificação ambiental urbana.

No âmbito dos princípios orientadores definidos pelo *Grupo de Trabalho*, aplicáveis às intervenções que apresentassem uma *escala e efeito demonstrativo* exemplares, nos quais se integram alguns dos sub-casos presentes neste estudo, foram, de acordo com MAOT (2000a), definidas as seguintes *tipologias*:

- Tipologia 1 – *Requalificação de zonas industriais deprimidas*;
- Tipologia 2 – *Criação de novas polaridades em áreas metropolitanas*;
- Tipologia 3 – *Valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas*;
- Tipologia 4 – *Valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade*;
- Tipologia 5 – *Requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica, mas com uma vida urbana de pouca qualidade*;
- Tipologia 6 – *Valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional*.



A avaliação dos projectos de intervenção a ocorrer nas *áreas de dinâmica*⁷⁶ do sistema urbano nacional, obedeceram a dois critérios síntese de avaliação – *intervenção muito significativa* e, *intervenção com alguma relevância*, tendo em conta os contributos dos projectos para o reforço do sistema urbano nacional e para o cumprimento dos desígnios do Programa Polis.

Na sequência das tipologias enunciadas, o *Grupo de Trabalho* definiu ainda outras tipologias aplicáveis aos projectos de requalificação urbana e de valorização ambiental, as quais constituíram um vasto quadro de referência, no qual se integraram as várias iniciativas distribuídas pelas diferentes *componentes e linhas* referenciadas.

Pela extensão da lista daquelas *tipologias* e porque se aludirá à sua natureza ao longo do texto, considerou-se dispensável a sua apresentação nesta fase, reservando-se contudo uma atenção particular à especificidade de projectos integrados na Componente 1, Linha 1 e Tipologia 4, que serão objecto de análise integrada na segunda parte desta tese.

3.2 PROGRAMA POLIS – manifestações no património urbano

A amplitude do Programa Polis que, reconhecidamente, retemos da sua complexa matriz programática, evidencia uma pluralidade de intervenções em contextos patrimoniais de cidades, designadamente, nos seus patrimónios histórico e natural - que merecerá de seguidamente um reporte transversal.

Dessas intervenções, importa sublinhar a intervenção qualificadora em contexto urbano, determinante para a inauguração de novos referentes capazes de recontinuar a cidade contemporânea, reforçando ou conferindo-lhe sentido e identidade.

Das iniciativas conducentes à mudança, é essencial esclarecer que as mesmas não pretenderam repercutir exclusivamente os seus efeitos sobre a materialidade dos contextos urbanos, pelo que se salientarão neste particular as dinâmicas de conhecimento, cultura e lazer geradas a partir das iniciativas promovidas pelo Programa Polis.

3.2.1 Intervenção nos patrimónios histórico e natural

A natureza diversa das intervenções do Programa Polis orientou-se, entre outras, para a “Valorização do património, requalificação de espaços públicos nos centros das cidades e a reconversão de áreas urbanas degradadas (...)” (MAOTDR, 2007b, p. 13) - processo que integrou as componentes histórica e natural, visando a sua valorização material e imaterial, na tentativa de gerar cultura e desse modo responder aos novos tempos e modos da cidade e dos cidadãos. Considera-se que noutros casos se questionou a realidade e se geraram novas possibilidades de produzir cidade, respondendo aos anseios e críticas dos cidadãos, que reconhecendo nela potencial, se afirmaram como co-responsáveis pela convocação de sítios que quiseram e viram transformados em lugares.

76 Sistema urbano do Norte Litoral; Sistema urbano do Nordeste; Sistema urbano do Centro (eixo Coimbra – Figueira da Foz e Viseu); Sistema urbano do Centro (eixo Guarda – Fundão – Castelo Branco); Sistema urbano de Lisboa e Vale do Tejo (Subsistema da Alta Estremadura); Sistema urbano de Lisboa e Vale do Tejo (Área Metropolitana de Lisboa); Sistema urbano do Alentejo; Sistema urbano do Algarve (MAOT, 2000a).

Numa análise breve à terminologia que percorre transversalmente o documento que suporta o Programa Polis, encontramos reincidentemente os termos *qualificação, requalificação, valorização, revalorização, projecto, intervenção, ... ambiente*, entre outras que confirmam a intenção deliberada de promover mudanças na paisagem física, humana e simbólica das urbes.

Encontramos ainda ao longo da enunciação das *componentes*, das *linhas de intervenção* e das *tipologias* a confirmação do alargamento do ímpeto da intervenção a áreas urbanas situadas nos limites do território nacional, ou ainda, as cidades medianas cuja débil qualidade urbana as tem excluído dos roteiros de atracção, e as zonas inseridas em áreas metropolitanas nas quais se reconheceu a necessidade da criação de novas polaridades.

Merecem-nos particular interesse, no âmbito desta investigação, as operações centradas em contextos patrimoniais com elevado potencial ecológico-urbano, tendo subjacente a participação de espaços naturais e naturalizados, ou do património histórico, cuja legitimação decorre da intenção não só da sua valorização, mas sobretudo e também do estabelecimento de diálogos que resultam na sua própria (re)integração, através de processos de renaturalização, reconversão, regeneração, reabilitação, renovação e revitalização, entre outras possibilidades de recuperação de identidades perdidas, ou da sua instituição, já que de acordo com a opinião de Trindade (2002), “A sobreposição e densidade que caracterizam os núcleos mais antigos, a acumulação das inúmeras situações que guardamos em memória, deu lugar a uma nova (des)urbanidade nas periferias dos grandes centros. (...) Falta-lhes, sobretudo, tempo.” (Trindade, 2002, p. 5).

Os contextos naturais e naturalizados, incorporando em muitos casos uma forte componente patrimonial, marcada pelo seu *rasto* histórico e cultural, resultante da sua relação com a cidade e com os cidadãos, determinaram intervenções que recuperaram espaços e ambientes do seu quotidiano secular.

Baseados nestes pressupostos e certezas, que incluem elementos incontornáveis da paisagem das cidades, importa citar (MAOTDR, 2007e), quando refere que “No início os rios, as ribeiras, as rias começaram por acolher as cidades!

Hoje as cidades têm rios e pouco se lembram que foram eles que as convidaram a conviver.

Conhecedor, o Polis aproximou os rios das pessoas, tornando de novo as suas margens em locais verdes e aprazíveis para um momento de lazer, um passeio, uma contemplação “ (p. 41).

Frentes marítimas e lugares ribeirinhos, parques e jardins, são entre outras, existências que foram objecto de operações integradas no Programa Polis, das quais resultou, num número expressivo de casos, a intensificação das relações entre a cidade e os cidadãos, mediadas pela acção de autores que, num tempo novo geraram diferentes possibilidades de olhar a cidade e de participar na sua paisagem renovada, ou mesmo na sua reinvenção.

Importa sublinhar ainda as intervenções em contextos urbanos classificados pela UNESCO como património mundial, cujos objectivos e alcance pretenderam preservar a memória e conferir dignidade aos seus espaços e objectos pertença dos cidadãos do mundo.

Pois, de acordo com (MAOTDR, 2000d), “As cidades com o estatuto de Património Mundial, concedido pela UNESCO, possuem um especial valor emblemático, não tendo sido, por isso, esquecidas pelo Programa.” (p. 19).



Mas também a outros casos que, integrando a história do seu próprio contexto de inserção, exigiram o respeito traduzido em acções de qualificação e valorização, na linha do que defendeu MAOTDR (2007d): “A herança dos antepassados foi assumida pelo Polis que promoveu a sua recuperação e modernização, contribuindo desta forma para a nossa identidade e memória colectiva.” (p. 16).

Essa renovação e reinvenção do património nas suas diferentes naturezas confirma a mudança na e da cidade, induzida por uma nova atitude perante os elementos que a compõem, o que em síntese se traduzirá num processo de regeneração que legitima e confere novo sentido ao património do passado na contemporaneidade – sendo este um dos desígnios cujas objectividade e subjectividade identificamos nas linhas essenciais do Programa Polis.

3.2.2 Fundação de novos contextos urbanos

O *efeito demonstrativo* assumido na génese do Programa como condição para as intervenções sujeitas a escrutínio, parece ter sido determinante para os índices de qualidade e exigência que viessem a responder à criação de novos referentes urbanos, cujo efeito exemplar se disseminasse a outras cidades portuguesas.

Daí a convicção da tutela, ao referir que “A importância de concretizar uma política audaciosa e promover uma concertação de esforços para requalificar as cidades, melhorar a sua competitividade, reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes está plenamente reconhecida e assumida.” (MAOT, 2000a, p. 21).

Será no pressuposto deste efeito renovador, alicerçado na intenção ponderada de desvelar novas possibilidades de (re)fazer cidade, que se situaram as oportunidades de recuperação de lugares tomados pelo *cansaço* do tempo, conferindo-lhe vida, ou transformando espaços anónimos em cidade efectiva, disponível para participar nos novos quotidianos urbanos.

A simbiose resultante daquelas intencionalidades, presentes nos propósitos do Programa, parecem orientar os seus (e)feitos para os cidadãos que habitam a cidade, que assim vêm nela um recurso essencial às suas rotinas, e simultaneamente um bem a preservar e qualificar – assim, “(...) dar resposta a esta nova geração de questões (...) reflecte uma nova cultura de exigência e de ambição.” (MAOT, 2000a, p. 22).

É na senda destes efeitos, que encontramos em cada cidade Polis uma realidade diferenciada, obviamente sujeita aos mesmos objectivos transversais, mas reclamando sempre as suas especificidades históricas, físicas e culturais na prossecução de soluções integradas.

Sítios sem objectos, objectos sem sítio, tornaram-se assim uma das preocupações do Programa, que conduziu à concretização de novas realidades, propiciadoras do reforço da identidade das cidades, e da ampliação do seu papel na vida dos cidadãos e da sua participação numa rede urbana nacional mais congruente com os princípios de qualidade que devem reivindicar-se, na linha da convicção de Leite (2007b), quando salienta que, “Mais competitivas, mais atractivas, mas com a identidade que as caracteriza, as nossas cidades ficaram mais próximas e o País mais coerente.” (p. 9).



No amplo quadro das várias intervenções, e porque se trata de iniciativas com importância fundamental na qualidade de vida das cidades, merece também referência complementar a renovação das vias e acessos, permitindo formas alternativas de mobilidade no espaço urbano.

Mas também os espaços de lazer que proporcionam bem-estar às populações e potenciam a aproximação social, os equipamentos de monitorização e gestão ambiental, com influência nos níveis de preservação e melhoria dos sistemas ecológicos em que se inserem, entre outras situações de recontextualização urbana, designadamente, a intervenção nas imediações de estabelecimentos de ensino ou de zonas habitacionais de cariz social – operações que se revestem de um papel didáctico e pedagógico com influência na educação e formação dos cidadãos.

As alterações promovidas pelo Programa Polis vêm assim defender um efeito regenerador resultante dos processos de qualificação e valorização de contextos urbanos, produzidos no passado e apresentados às gerações presentes, em processos de reconceptualização e reenendimento que convocam a contemporaneidade.

Dinâmicas que redefinem relações e a disponibilidade dos cidadãos para participarem na re-identificação da sua cidade e a aceitarem criticamente, por via das mudanças decorrentes das novas coreografias que conciliam a urbe com a sua própria vida.

A compreensão integrada das acções do Programa Polis exigem assim um olhar abrangente e simultaneamente atento às particularidades que caracterizaram as várias manifestações em território urbano. Isso impõe uma reflexão sobre a pluralidade e singularidade de espaços e objectos que traduzem a especificidade das diferentes opções – não que essas opções se tenham assumido como mero objectivo material, mas antes como atitude responsável perante os desafios que cada realidade terá colocado⁷⁷. Pois, de acordo com Trindade (2002), o objectivo terá sido, “(...) antes de mais, o de contornar a indiferença com que a generalidade das pessoas se relaciona com o território, particularmente com o espaço com que se confrontam quotidianamente, iniciando a discussão a partir da singularidade de um projecto específico.” (p. 6).

Dessa pluralidade dos lugares, dos tempos de cada terra, em cada sítio, os autores deram lugar aos lugares para um todo que o Polis quis inteiro, afinal a pluralização feita coisa única, porque no entender do autor antes citado,

“A multiplicidade de situações impossibilita estabelecer uma estratégia única para a operação. A primeira condição a aceitar é, portanto, a necessidade de entender a diversidade e especificidade de cada lugar, encontrando entre cada sítio e o que nele se permite sonhar a resposta para a sua re-invenção.” (Trindade, 2002, p. 5).

Importa salientar ainda o facto de as iniciativas do Programa Polis se incluírem num tempo demarcado, correspondente a um paradigma discursivo próprio e disseminado por um número expressivo de cidades portuguesas, correndo-se o risco de uma certa standardização das opções técnicas e estéticas, numa espécie de efeito globalizador, logo uniformizador das intervenções. Plausibilidade que confrontada com a argumentação reflexiva anterior e

⁷⁷ A prática projectual no âmbito do Programa Polis teve por referentes vários Planos de Pormenor que definiram e estruturaram o espaço público.



face às evidências do Programa, inibe a sua confirmação, tendo por referentes os próprios dirigentes, quando assumem que “(...) as cidades comunicam melhor umas com as outras, os cidadãos percebem melhor a sua cidade e o país assume e respeita a singularidade de cada uma delas.” (Leite, 2007b, p. 9).

Em síntese, das ideias que indiciam e confirmam a diversidade de intervenções, retemos os meandros que vinculam a montanha ao mar, ao rio, à cidade; a rua que desagua na praça cuja história contamina uma envolvente que a olha e venera; continuidades que aceitam as virtudes que perfazem o caminho; preexistências que renascem e aceitam (re) desenhar a nova paisagem; estruturas verdes que permitem e acentuam o diálogo ecológico; vias que rejeitam o automóvel e refuncionalizam a teia cerzida pelos peões; instantes sobre a água que amarram margens e olhares – momentos únicos que conciliam a pluralidade e a singularidade em realidades a que o Programa Polis chamou *cidades*.

3.2.3 Dinâmicas de conhecimento, cultura e lazer

Independentemente dos objectivos de requalificação e revalorização do património urbano, o Programa Polis fez repercutir as suas intervenções em campos de natureza diferenciada, situados no âmbito do social e que apontaram basicamente para a promoção de dinâmicas de conhecimento, cultura e lazer.

No que respeita às dinâmicas de conhecimento, salienta-se o facto de as várias operações integrarem uma substancial participação de saberes científicos, técnicos e artísticos, decorrentes da especificidade e diversidade dos vários contextos – os quais convocaram a implicação desses saberes, não só para a resolução de problemas, mas também e sobretudo, para a sua inclusão efectiva em contextos do próprio Programa.

Os Centros de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA) são exemplo prático dessa participação técnica e científica, mas também outros centros (parques lúdico-pedagógicos) e equipamentos que, complementares a outros papéis dos espaços Polis, integraram essas funcionalidades, assumindo um papel de controlo, monitorização, ou afirmando-se como recursos didácticos e pedagógicos para as populações das cidades.

Quanto à componente lazer, ela incorpora várias naturezas, especificidades ou modalidades, “(...) de forma a garantir a possibilidade de um uso e de um usufruto diário, por parte de quem ali vive, de quem ali quiser passear ou permanecer, constituindo-se como um espaço alternativo, lúdico, com funções simultaneamente pedagógicas e de educação ambiental, capaz de responder às necessidades da população, no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida.” (MAOTDR, 2007e, p. 67).

A garantia de espaços e objectos que congregam o conhecimento e o lúdico, abertos a múltiplas iniciativas e disciplinas, determina que se transformem em contextos humanizados, pela capacidade que detêm em se tornarem espaços de grande atracção, uso e apropriação – passando a fazer parte dos roteiros preferenciais da cidade, e desse modo gerarem identidade e cultura.

Convicções que nos permitirão inferir que os fenómenos de uso e apropriação decorrentes de dinâmicas de conhecimento, cultura e lazer são promotores de novos entendimentos e

atitudes, logo de novas formas de viver as cidades, a partir de intervenções que conduzem a diferentes reinterpretações e aprendizagens da vida urbana.

3.3 PROGRAMA POLIS – design e urbanidade

A temática deste projecto de investigação exige que, na linha de continuidade do processo analítico e reflexivo, se considerem o *design* e a *urbanidade* como conceitos basilares, daí eleger-se a sua pertinência na conclusão deste capítulo.

Retomando o design, ampliamos a sua importância nos processos de (re)qualificação da cidade, tendo em conta o espectro interdisciplinar em que se movimenta e se materializa, dando lugar a soluções múltiplas determinadas pelos contextos urbanos e pelos autores que criticamente os reinventam.

Baseados nessa premissa, emerge o design enquanto disciplina dialogante com os patrimónios com os quais estabelece relação, ou, na sua ausência, se afirma enquanto disciplina capaz de conferir dimensão patrimonial aos contextos em que é protagonista.

Dos paradigmas funcionais, estéticos e formais em que se apoia e se fundamenta o design, importa reflectir ainda sobre a possibilidade de se gerarem identidades, accionadas pela sua vocação em estabelecer novas urbanidades.

3.3.1 Design e processos de (re)qualificação da cidade

Da evolução das cidades retemos a ideia transversal de que as urbes são organismos dinâmicos dotados de ciclos diferenciados de desenvolvimento e, como tal, disponíveis para nos permitir diferentes interpretações.

Assim, “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, mudam-se as finalidades. A cidade evolui ao sabor do tempo e o tempo traz consigo novos desafios. À necessidade de dar novos usos a espaços que se perderam com funcionalidades ultrapassadas, o Polis respondeu com novos horizontes. As cidades ganharam novas funções, novos espaços, novas dinâmicas.” (MAOTDR, 2007d, p. 77).

Dessas mudanças e das sociedades que as determinam, elegemos os seus autores e gestores enquanto participantes proactivos, conciliando espaços e dispondo objectos mediante operações induzidas pelas próprias cidades enquanto referentes, e pelos novos paradigmas funcionais, estéticos e formais suscitados pelo design, que transferem por sua vez para a urbe a possibilidade de novas relações visuais e paisagísticas.

Tais considerandos suscitam a reflexão à volta da evolução brusca das cidades e da necessidade de responder aos desafios que as mesmas suscitam. Ora, de acordo com as recolhas efectuadas, o Programa Polis quis responder àquele repto, denunciando a necessidade de intervir em várias cidades portuguesas tendo em conta os erros urbanísticos cometidos ao longo do tempo, ou pura e simplesmente, responder activamente à inércia de que foram tomadas e que impediram a sua evolução transformadora e a sua aceitação por parte dos seus cidadãos.



Importa contudo neste âmbito referir Trindade (2002), quando rejeita “(...) a ideia de imaginar o Polis como uma operação de limpeza, medida correctiva de erros urbanísticos anteriores ou ambição de brancura e asseio das cidades portuguesas. De implosão dos edifícios demasiado altos para uniformização da cêrcea dominante. De restituição da traça original.”, preferindo antes “(...) aceitar a sobreposição de dissonâncias que concorrem para a construção do espaço urbano como aquilo que, em resumo, estabelece a noção de cidade.” (p. 5).

De acordo com o mesmo autor, o Programa Polis corresponderá a “(...) um novo estrato, de um tempo específico e do modo de pensar que lhe corresponde, acumulado como um novo layer finíssimo – ainda assim decididamente transformador – na história e futuro de cada uma das cidades onde decorre.” (Trindade, 2002, p. 5). Donde se infere a consciencialização de um conjunto de iniciativas qualificadoras de várias cidades, estimulando a mudança, pela implicação de vários intervenientes e disciplinas, nas quais se inclui o design como recurso imprescindível à intervenção em espaço público.

Ainda na linha do raciocínio anterior, no entender do MAOT (2000a) e no âmbito de intervenções do Programa, “Há situações em que a quietude perante o existente é a maior virtude (...). Ao invés de deixar a marca, qual compositor, o arquitecto foi apenas intérprete de uma música já composta.” (MAOTDR, 2007d, p. 59), podendo afirmar-se o mesmo para o designer, em face da presença que determinados elementos protagonizam em contexto urbano.

Porém, noutros casos, mais complexos procedeu-se a intervenções profundas, alterando panoramas urbanos marcadamente culturais, contudo ironicamente desqualificadores. Essas alterações implicaram a “revogação” de preexistências e a (re)definição de espaços e objectos com recurso a materiais, texturas e cores que introduziram mudanças plásticas substantivas, propiciadoras de soluções de design que, participando na reelaboração da cidade, se repercutiram também na literacia interpretativa das urbes por parte dos seus próprios utilizadores.

As dinâmicas promovidas pelo Programa Polis pretenderam ainda o aumento de zonas verdes e a afirmação de pólos de atracção e vitalidade urbanas – congregando essas intenções um conjunto de iniciativas projectuais e materiais que, através de soluções de design, pretenderam gerar uma nova cultura de transformação urbana, com objectivos muito precisos de reelaboração, inovação e renovação das suas funções e da imagem da própria cidade.

No caso específico da problemática que subjaz a este estudo, importa referir que para além da importância da discussão genérica à volta do estatuto e participação do design na realização dos casos Polis, não pode negligenciar-se o interesse das suas escalas de incidência micro, meso ou macro nas diversas intervenções, assim como a lógica e a visão que aceitam a singularidade e a pluralidade dos seus contributos na estruturação da globalidade.

Será com base nessa premissa que é importante sublinhar os contributos diferenciadores do design na realização da cidade, a partir de processos que levam ao seu (re)desenho contextual, o qual advém da significância de cada objecto *per se* e da sua pluralização. Serão processos que, sustentados numa lógica projectual fundamentada, deverão dar lugar à qualificação

detalhada das cidades, dado que é a partir da participação de cada solução que a cidade se compõe e se completa nas suas diferentes escalas.

Em termos prospectivos estaremos a falar de soluções efectivas de design cujos atributos são determinantes para o redesenho coerente e solidário da cidade, designadamente, nos contextos do Programa Polis, entre outras razões, pela consciencialização da “(...) falta de qualidade do espaço público, entendida ao nível das infraestruturas, do desenho (...)” (MAOTDR, 2007a, p. 63).

Em face dos problemas detectados, foram gizadas várias soluções que contemplaram a requalificação de espaços emblemáticos, designadamente, de parques históricos que, apresentando sinais evidentes de abandono e degradação, foram objecto de valorização através da incorporação de soluções de design.

Soluções que, não se limitando à reconfiguração global do seu desenho, introduziram novas texturas de pavimento, novos cromatismos, novos equipamentos e objectos, que em respeito pelas preexistências, suscitaram diálogos entre o passado e o presente – estratégia similar adoptada para espaços adjacentes a monumentos classificados, em processos de valorização e dignificação mútuos.

Nos processos de reconversão e reabilitação de zonas urbanas degradadas foram ainda projectadas soluções que refuncionalizaram espaços e qualificaram envolventes, introduzindo soluções consentâneas com as suas especificidades, nas quais o design foi convocado e participou com soluções técnicas, estéticas e de inclusão social.

As frentes de rio e de mar constituíram outra das áreas em que o Programa Polis foi particularmente incisivo e revelou capacidade de transformação dessas linhas de forte presença ecológica e urbana, apostando em soluções de design ao nível dos percursos pedonais e cicláveis, mobiliário urbano, sistemas de iluminação e elementos verdes de enquadramento, entre outras soluções que decorreram “(...) da necessidade de equilibrar a fruição quotidiana destes espaços e a aposta em estruturas diferenciadas que promovam a atracção de públicos mais exigentes” (MAOT, 2000g, p. 27), proporcionando-se assim a fruição desses contextos.

No âmbito das relações entre o peão e o automóvel assistia-se em múltiplos casos “(...) a uma utilização desregrada do automóvel que estava em conflito permanente com os peões (...)” MAOTDR, 2007a, p. 63), tendo sido condicionado em várias situações urbanas o acesso de veículos, alteradas lógicas de circulação, assim como, ampliados os passeios, nos quais foi proposta a instalação de sinalética e elementos impeditivos do estacionamento.

Outras acções e intenções foram cumpridas em espaços abandonados com forte presença na paisagem urbana, para os quais foi defendida a presença do design de forma muito expressiva, com recurso a decisões que incorporaram em muitos casos soluções produzidas no país, e projectadas por técnicos reconhecidos pela qualidade do seu percurso profissional, conforme enfatiza Correia (2002): “Apostou-se simultaneamente na funcionalidade e na estética da obra, envolvendo nomes que dispensam apresentações.” (p. 3).



3.3.2 Design e (re)integração patrimonial

O design protagonizou na fase projectual e concretizou no Programa Polis o propósito de estar associado aos processos de integração e (re)integração de elementos e ecologias patrimoniais na cidade, afirmando-se como factor de coesão urbana.

Participação que pretendeu contrariar a desqualificação de contextos e objectos patrimoniais por via do seu abandono ou incúria públicas, ou ainda por acções de vandalismo que foram ocorrendo no espaço urbano.

O design, no quadro das diversas operações, veio imiscuir-se nos processos interdisciplinares de recuperação do património histórico e natural, ou ainda, nos espaços comuns das cidades, participando na sua infraestruturação, ou contribuindo com soluções que, cruzando a funcionalidade e a estética, se assumiram dotados de um novo discurso e de uma nova simbólica.

Dessa possível cumplicidade entre património e design estabeleceram-se objectivos determinantes para a (re)integração do património antigo e para a inauguração de um novo património, tornando as cidades mais atractivas e gerando fenómenos de vitalidade urbana antes comprometidos ou mesmo inexistentes.

São consequências (in)directas que decorrem de factores tão primários, como sejam a higiene urbana, a informação, a usabilidade ou a mobilidade, entre outros, tornando a cidade mais amigável, com particular destaque para os espaços patrimoniais, elementos nos quais os cidadãos se revêem e que por isso são muito valorizados no seu imaginário colectivo.

Dos projectos e iniciativas sobre o património das cidades, no qual é visível a presença do design, salienta-se ainda “(...) a requalificação de alguns dos mais significativos largos e praças (...)” MAOT, 2000b, pp. 27-28), ao mesmo tempo que se promoveram ligações de “(...) espaços culturais a monumentos através de percursos pedonais, permitindo o usufruto pleno de espaços públicos estruturados e de um ambiente realmente qualificado (...)” (MAOT, 2000a, p. 92).

Em complementaridade, e de forma a valorizar a presença patrimonial de alguns elementos notáveis, procedeu-se à demolição de algumas edificações para dar lugar a espaços mais amplos e permitir novos efeitos perspectivos, sendo essas acções complementadas pelo design através de equipamentos, que pretenderam dotar esses lugares de apreciável qualidade urbana.

No âmbito da integração e preservação patrimonial merecem também referência as intervenções de natureza arqueológica, em cujos contextos foi defendida a participação do design através de soluções de delimitação e apoio, iluminação, assim como, elementos de comunicação e informação essenciais à sua compreensão.

Nos contextos natural ou naturalizado, merecem igualmente menção os sistemas de informação e comunicação relacionados com a história dos locais, espécies vegetais e/ou animais existentes, mapas de circulação e orientação, equipamentos desportivos ou de manutenção física, para além dos sistemas de recolha de resíduos, mobiliário urbano e iluminação, permitindo uma utilização fácil e viabilizando nalguns casos novas relações entre natureza e cidade.

Um dos aspectos centrais presentes nas linhas fundadoras do Programa Polis prendeu-se com a valorização paisagística das cidades, por via de um conjunto de diligências que materializ-

zassem essa intenção – evidência que se infere das várias soluções projectuais concretizadas nas várias unidades morfológicas urbanas.

Facto que veio introduzir e validar em muito casos novas formas de reenquadramento contextual, protagonizadas por soluções parcelares, cuja estética redundou em situações de um protagonismo visual cuja plasticidade e harmonia, inicialmente questionadas pelas populações, acabaram por merecer a sua aceitação e consequente legitimação.

São várias as evidências presentes nas memórias que descrevem, traduzem e justificam as intenções projectuais dos autores do Programa Polis. A título de exemplo referimos o “(...) desenho de um novo sistema de pavimentação, realizado em lajes de granito de largura constante e comprimentos variáveis, assentes, em todo o espaço da intervenção, segundo o mesmo alinhamento” (MAOTDR, 2007d, p. 71), ou ainda, uma “(...) extensa área ajardinada e arborizada, com árvores de pequeno porte mas de variada coloração, que é atravessada em toda a sua extensão por um sinuoso caminho de peões e ciclistas” (p. 83).

Da cidade nocturna foi reivindicada também a sua imagem, numa tentativa de superação da sua própria presença patrimonial recorrendo à iluminação, de forma a “(...) harmonizar as projecções cénicas com a restante envolvente (...) A ideia nuclear assenta no conceito de hierarquização do património através da cor da luz (...)” (MAOTDR, 2007d, p. 35), ou convergir para elementos tão específicos como “A (...) iluminação e valorização da antiga muralha (...) de forma a atribuir uma imagem (...) ajustada ao seu passado.” (MAOT, 2000i, pp. 28-31).

Situações representativas de outros casos disseminados pelas realizações Polis, e que encontraram no design o recurso disciplinar para resolver problemas e gerar situações valorizadas da funcionalidade e da imagem das cidades, com repercussões ao nível da sua própria promoção turística.

No âmbito do Programa, merecem ainda referência as soluções orientadas para a resolução de problemas de infraestruturação e funcionalidade urbanas, nomeadamente, pontes e elementos pedonais de transição que conciliaram a engenharia e o design e que, para além da utilidade, resultaram em excelentes contributos simbólicos para as cidades - ou ainda, os anfiteatros destinados ao acontecimento cultural ou simplesmente à contemplação.

Em síntese, intervir na cidade, renovando e qualificando o seu património, através da introdução de novas funcionalidades e novas linguagens, representa a disponibilidade para responder à cidade em mudança, reinventando-a e despertando nos seus cidadãos o gosto pela sua própria *polis*.

3.3.3 Design e factores geradores de novas identidades

A identidade urbana é uma condição essencial ao reconhecimento da cidade física e social, já que é inviável a sua interpretação a partir do isolamento de uma dessas componentes – ou seja, a sua identidade resulta de uma dialéctica cultural que alia a sua circunstância física à sua condição social.

Contudo, e tendo em conta o campo de reflexão centrado no Programa Polis, não será suficiente restringir a nossa argumentação às dimensões física e social, é necessário incluir



agentes, causas e condições para desvelar os princípios que estão no centro dos efeitos que produzem e reproduzem a cidade desigual – por isso, rica e diversa nas suas idiossincrasias. Factores que o Programa Polis valorizou ao considerar que “Há uma identidade e um «carisma» em muitas cidades que é preciso valorizar, porque é precisamente aí que reside a diferenciação e a atractividade.” (MAOT, 2000a, p. 17).

O Programa Polis, na sua base programática, assumiu aqueles princípios e promoveu uma política de reforço do *sistema urbano nacional*, mas ao mesmo tempo, “(...) respeitando a identidade própria de cada lugar e apelando à participação cívica dos cidadãos.” (MAOTDR, 2007e, p. 13), ou seja, aceitando e reforçando estrategicamente a singularidade cultural de cada cidade, com o propósito de garantir a qualidade global do Programa.

É na senda dessa estratégia que as intenções projectuais não terão subestimado os processos de (re)identificação de espaços e objectos, convocando soluções formais e materiais capazes da diferenciação identitária entre intervenções.

Concretizando e a título de exemplo, refira-se, no âmbito de um dos objectivos emblemáticos do Programa Polis, as “(...) Pequenas e grandes acções, integradas em programas de valorização ambiental (...) que tenham uma face visível de qualificação urbana, de reforço de identidade, de empenhamento numa cidade que reforça a sua relação com a natureza.” (MAOTDR, 2007e, p. 13).

Convictos da participação do design nos processos de identificação e reidentificação urbanas, devemos acrescentar que as estratégias subjacentes foram em muito casos desígnio e condição de garantia de novas identidades.

A identidade a que nos reportamos está, como se infere do conteúdo da reflexão anterior, directamente relacionada com a socialização de espaços e objectos urbanos de que se compõe a cidade, tendo o design um papel fundamental na indução de fenómenos comportamentais com influência na dinâmica da própria urbe, desenhando roteiros de uso e apropriação de velhos e novos lugares. Talvez por isso se tenha defendido que “A nossa cidade é diariamente o nosso cenário. Um cenário que por diversas razões perdeu a sua qualidade, fruto de novos elementos introduzidos ao longo dos tempos.” (MAOTDR, 2007d, p. 57).

O Programa Polis procurou renovar e criar cenários tendo em conta a resolução formal dos espaços, a anatomia dos objectos, a sua cor, o conforto proporcionado, entre outros apelos que condicionam ou impulsionam normalmente o desenvolvimento de circunstâncias urbanas, e que determinam a transformação de sítios anónimos em contextos de relação social.

O Programa chamou a si este compromisso, gerando soluções de comunicação da própria cidade, ao defender soluções promotoras do diálogo entre a cidade e os cidadãos, recuperando o discurso de lugares históricos, ou dando voz a novos espaços e objectos, cujas linguagens despertassem a cidade e os próprios cidadãos para novas formas de interacção.

Constituem estratégias e factores que geraram fenómenos de coesão em torno da própria cidade e dos seus lugares, justificando a sua existência e convertendo-os em agentes de dinamização e desenvolvimento cultural das próprias urbes, de acordo com princípios complementares resultantes da necessidade de equilibrar a fruição quotidiana e a aposta em estruturas diferenciadas promotoras da atracção de públicos mais exigentes (MAOT, 2000g).

Entre as várias intenções, referem-se como exemplos a “(...) criação de praças e pracetas na zona envolvente e imediatamente adjacente ao rio (...), de modo a tornar possível a sua fruição pela população.” (MAOTDR, 2007e, p. 69), a atribuição exclusiva aos peões de “(...) novos espaços de circulação e de permanência, em estreita relação com (...) a paisagem” (MAOTDR, 2007e, p. 37) - intenções conducentes ao desenvolvimento de novos hábitos de lazer, ou ainda à criação de percursos didácticos, turísticos, culturais e históricos (MAOT, 2001b).

São intenções e consequências que remetem para uma diversidade expressiva de concretizações, que pretenderam em tantos casos o “(...) convívio e proximidade urbana, reforçando a coesão do próprio tecido urbano, apostando na valorização das estruturas ecológicas presentes – o espaço cidade natural – através de desenvolvimentos de usos e vivências associadas ao património natural e paisagístico (...)” (MAOTDR, 2007e, p. 93), a que não foi diversa a mediação do design.

No âmbito das suas atribuições, verifica-se que o design está presente nas fases anterior e posterior ao projecto, numa relação e contributo interdisciplinares muito importantes, tornando-se num factor incontornável de socialização, pela adição de soluções imprescindíveis ao bom funcionamento dos espaços e equipamentos urbanos.

Como tal, a convocação do design no âmbito do Programa Polis materializou soluções do foro da função - contudo, e perante as fronteiras cada vez mais ténues entre áreas disciplinares técnicas e artísticas, a sua participação traduziu-se em situações que, estando para lá da mera funcionalidade, se converteu em matéria do sensível e contendeu com o cidadão proporcionando-lhe mais do que o uso elementar das coisas.

Esse design do sensível, tradutor da autenticidade da sua própria expressão na relação dialógica com as ecologias de inserção, permite ao leitor ou utilizador aceder aos domínios da fruição em contexto – coisa inviável se confinado à sua condição estritamente material.

Desta possibilidade, emerge o carácter representativo e o reconhecimento emblemático do objecto, condição essencial à sua reinterpretação e valorização no quadro de comportamentos tendencialmente mais qualificados, promovidos pelo papel formativo que o design pode determinar no desenvolvimento ético e estético dos indivíduos.

Convicções que inscrevem o design em múltiplos contextos do Programa Polis e o aproximam da dimensão emocional, e logo mais da inspiração, do encantamento e da poética, “Com reconhecido propósito de visibilidade, mas sobretudo como apelo à capacidade de imaginação, de disponibilidade para a invenção de projectos que alterem o sentido de leitura do espaço da cidade (...)” (Trindade, 2002, p. 6).

São evidências que parecem decorrer das instâncias de um Programa que não se ficou pela incisão territorial, técnica e material, já que nas entrelinhas dos seus projectos percebemos a ênfase sobre o panorâmico e o cenográfico (MAOT, 2000h), a indução da contemplação e da reflexão (MAOT, 2000c), a partir de objectos como uma “(...) plataforma singular, nivelada e dura, como lugar de cenário, jogo e repouso.” MAOT, 2001c), ou, “(...) uma forma geométrica peculiar, (...) definindo um espaço de encontro que proporcionará um ambiente de paragem, descanso, reflexão e pensamento.” (MAOTDR, 2007a, p. 23). Afinal, lugares com vocações diferenciadas, cujo registo remete para o encontro de cada um com o silêncio dialogante de si próprio.



“E porque o cidadão vive de símbolos, surgiu a necessidade de identificar, nas intervenções Polis, projectos que se assumissem como referências inequívocas das grandes mudanças operadas nas cidades portuguesas.” (Correia, 2002, p. 3). São narrativas contextuais e comportamentais cujas reciprocidades suscitam novas reinterpretações objectiva e subjectiva da realidade urbana, indutoras do reforço das simbologia e poética mútuas, que o Programa Polis promoveu no seu ideário e parece ter concretizado em vários dos seus projectos concretos.



Referências bibliográficas

- CASTELLS, M. (2000). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CORREIA, N. (2007a) O conceito Polis e o Modelo Institucional. In *VIVER AS CIDADES Programa Polis – O modelo institucional, os planos e a comunicação e sensibilização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, p.6.
- CORREIA, N. (2007b) O conceito Polis e a Requalificação Urbana. In *VIVER AS CIDADES Programa Polis – Os projectos e as obras de requalificação urbana*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, p.6.
- CORREIA, N. (2002) O Polis e a arte urbana. In *Projectos de referência – Programa Polis – Viver as cidades*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, p. 2.
- DOMINGUES, A. (Coord.) (2006) *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum Edições.
- DUARTE, R. (2008) *O Voo da Fénix*, Papiro Editora, Lisboa.
- LEITE, J. (2007b) O Programa Polis e as Cidades Portuguesas. In *VIVER AS CIDADES Programa Polis – O modelo institucional, os planos e a comunicação e sensibilização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, pp. 8-9.
- MAOT (2000a) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000b) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Beja*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000c) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Bragança*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2001b) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Coimbra*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2001c) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico do Porto*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000g) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Viana do Castelo*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000h) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Vila Nova de Gaia*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.



MAOT (2000i) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Vila Real*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

MAOT (2000j) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Viseu*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 26/2000. D.R. I Série – B, N.º 112, de 15 de Maio.

SISTEMA URBANO NACIONAL: CIDADES MÉDIAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS (VOLUMES 1 E 2) (1996). Lisboa: Quaternaire Portugal / DGOTDU

TRINDADE, J. M. (2002) Projecto de referência: Projectos singulares. Em: *Projectos de referência – Programa Polis – Viver as cidades*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, p. 4.

MAOTDR (2007a) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – As arquitecturas*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

MAOTDR (2007b) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – O modelo institucional, os planos e a comunicação e sensibilização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

MAOTDR (2007d) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – Os projectos e as obras de requalificação urbana*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

MAOTDR (2007e) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – Os projectos e as obras de valorização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

PARTE 2

METODOLOGIA, CONTEXTUALIZAÇÃO E ESTUDO DE CASO



CAPÍTULO 4

Metodologia geral do processo investigativo



A história é reveladora de fases de profunda crise dos sistemas, o que deixa patente a variável complexidade dos fenómenos sociais e a fundamental mobilização da inteligência humana e da aptidão praxica na sua superação.

A perspectiva enunciada em síntese, indiciadora da carência de produção de conhecimento pela experimentação, determinou uma ruptura epistemológica com o *positivismo*⁷⁸, em favor da valorização do qualificável e do consequente alargamento do campo de procedimentos de análise, conducentes à interpretação aprofundada de fenómenos objectivos e subjectivos em estudo, visando a sua compreensão.

A hermenêutica⁷⁹ patente nesta teoria, à qual subjaz uma estratégia epistemológica própria, conduziu a que se instituíssem categorias paradigmáticas no campo da investigação científica, com consequências directas na sua própria natureza e nas relações estabelecidas entre o investigador e o conhecimento produzido - facto que parece assumir particular relevância, quando estão em causa a análise da diversidade intercontextual e o depoimento de sujeitos, cuja implicação é determinante na interpretação das realidades e dos factos.

Associando a perspectiva epistemológica que sustenta esta investigação ao quadro teórico-conceptual que a fundamenta, em estreita coerência com os procedimentos metodológicos,

78 Corrente filosófica fundada por Auguste Comte no século XIX que baseava o conhecimento na experiência e factos observáveis, renunciando a formulações de carácter reflexivo ou especulativo acerca da realidade.

79 Análise e interpretação reflexiva de (con)textos visando a compreensão do seu verdadeiro sentido e expressão, a partir da sua gramática, léxico e concordância, o que permitirá estruturar o pensamento e a formulação de novas ideias.

foi possível estabelecer claramente os pressupostos paradigmáticos que validaram e valorizaram o seu desenvolvimento.

Assim, definidos os campo de estudo, métodos e técnicas de recolha e análise de dados, e conscientes da abrangência dos contextos e agentes implicados, revelou-se essencial a pertinência da identificação de paradigmas que suportassem e legitimassem teoricamente, e no essencial, as grandes linhas de orientação da investigação, a saber, os paradigmas *construtivista*, e da *complexidade*, a que associamos uma perspectiva holística com a qual se identifica este estudo.

O *paradigma construtivista*, embora integrando outras teorias, assume a importância do papel pró-activo do sujeito na estruturação do conhecimento decorrente da interacção com os contextos, facto indiciador de novos reenquadramentos e de uma dialéctica capaz de promover uma visão mais rica das realidades intercontextuais e de novos entendimentos sobre a percepção e acção humanas (Soares, 1995).

Trata-se de um paradigma cujo pendor ideológico e científico nos parece adequado ao quadro de (inter)acções a que esta investigação está associada, bem como ao carácter ecléctico e à variabilidade que caracteriza os contextos em processo de análise e reflexão, o que se repercutirá na qualidade técnica e científica do estudo e ampliará e reconfigurará o próprio processo de desenvolvimento do investigador.

Complementando a referência paradigmática anterior e tratando-se de um estudo cujo alcance se reveste de uma especificidade investigativa distinta, pelas suas dinâmicas e particularidades disciplinares, contextuais, sociais e institucionais, consideramos a inclusão do *paradigma da complexidade*, pelos contributos que pode aduzir a uma investigação cuja pertinência, densidade e actualidade se materializa na produção de novo conhecimento sobre a cidade contemporânea.

Destacando Morin e Le Moigne, enquanto autores que têm sustentado os fundamentos deste paradigma, citamos Morin (2003) para referir que “À primeira vista, a complexidade é um *tecido* (*complexus* o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogéneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Na segunda abordagem, a complexidade é efectivamente o tecido de acontecimentos, acções, interacções, retroacções, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal” (p. 20).

Retomando o mesmo autor e porque este estudo não se situa no plano (r)estrito do *tecido de acontecimentos*, mas inclui outras realidades complexas situadas no campo das variabilidades contextuais, refere que “(...) a complexidade coincide com uma parte da incerteza, quer mantendo-se nos limites do nosso entendimento, quer inscrita nos fenómenos (...) não se reduz à incerteza, é a incerteza no seio dos sistemas ricamente organizados” (p. 52).

Em complementaridade, as perspectivas que configuram os paradigmas *construtivista* e da *complexidade* vêm suscitando há muito a emergência de um *pensamento holístico*⁸⁰, que con-

80 Pese embora a sua génese se situe na antiguidade clássica com Heraclito, é retomado posteriormente com Plotino, e mais recentemente com Shelling na modernidade.



sideramos enquadrar-se na matriz estratégica de pensamento e acção deste estudo - ou seja, no reconhecimento da existência de partes complementares de um sistema, o qual exige uma visão integrada e integradora, conducente à validação e reconhecimento dos pressupostos que estabelecem e regulam o carácter diverso, logo, inter e transdisciplinar da investigação.

Assim, ao considerarmos as problemáticas do design, da cidade, do património, da cultura, da identidade e da urbanidade, inscritas no âmbito de um programa de requalificação e valorização urbanas em Portugal, estaremos perante um sistema complexo que exige uma leitura e análise que, não podendo limitar-se à participação isolada das partes, considera as especificidades e multideterminações na sua globalidade.

Assumidos os paradigmas *construtivista* e da *complexidade* como referentes, aos quais associamos o *pensamento holístico* de matriz reflexiva, desenhou-se a investigação tendo por referência o enquadramento teórico-conceptual e o Programa Polis como realidade casuística em estudo.

Dando sequência aos conceitos e fundamentos anteriores e no quadro disciplinar das artes visuais, em que se integra o design, exige-se que se reflecta sobre processos e métodos plausíveis de investigação, dado o carácter alargado das suas implicações, designadamente, sobre a presença e influência que exerce sobre o comportamento social e sobre as subjectividades que tecem o conhecimento em diferentes campos da ciência.

Partilhamos por isso a *ecologia dos saberes* de Boaventura Sousa Santos, quando refere que “(...) a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos, tem de ser confrontada com identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais. Essa credibilidade contextual deve ser considerada suficiente para que o saber em causa tenha legitimidade para participar de debates epistemológicos com outros saberes, nomeadamente com o saber científico. (2006, p. 98).

Como tal, a diversidade de interacções que decorrem das dinâmicas, suas certezas e ambiguidades, e a ruptura epistemológica actual com metodologias rígidas e prescritivas, obriga a que se questione a natureza das opções metodológicas. Nesse sentido, e tendo em conta a implicação marcadamente do social e as variabilidades intercontextuais que caracterizam o estudo, consideramos a adopção preferencial de metodologias qualitativas de pendor interpretativo, em detrimento de metodologias quantitativas, condicionadas em nossa opinião pela rigidez e generalização aritmética dos resultados estatísticos.

Trata-se de uma opção coerente com as linhas paradigmáticas anteriormente referenciadas, e que de acordo com Bogdan & Biklen (1994) determinam um conhecimento que decorre de processos heurísticos⁸¹ e interpretativos, com influência (in)formativa para o investigador, e que Erickson (1986) relega positivamente para o âmbito do humano, nas suas singularidades e significações.

A convicção sobre as opções metodológicas defendidas para esta investigação encontra contudo oposição nos autores das metodologias quantitativas, que atestam que as metodologias de natureza qualitativa contrariam a objectividade que deve caracterizar a investigação científica. Juízo que em nosso entender condiciona a análise estruturada e aberta de dados e

81 Estratégia metodológica indutora ou viabilizadora da descoberta de elementos relevantes para a investigação, a partir da sua recolha em diferentes fontes.

factos observáveis, os quais tendem a inviabilizar a aplicação fórmulas predefinidas, já que está implícita uma subjectividade decorrente de processos de análise de natureza crítica, em oposição ao saber objectivo e à compreensão espontânea (Bardin, 2004) para o qual apontam tendencialmente os estudos de natureza quantitativa.

Importa referir ainda que o estudo não é exclusivamente aplicável aos (inter)contextos e situações a observar, mas também aos participantes que directa e indirectamente cooperaram no processo de investigação - argumentos que orientaram os diversos procedimentos para uma natureza heurística quanto ao tratamento e percepção da informação recolhida.

Contudo, entendeu-se que o recurso complementar a procedimentos de natureza quantitativa, ao nível do tratamento de alguns dados e análise da informação obtida por administração de questionários, seria adequado e garantiria uma fiabilidade acrescida dos resultados, pela ultrapassagem de eventuais níveis de incerteza, ampliação do campo de análise e discussão dos problemas. A complementaridade deste recurso permitiria ainda um maior aprofundamento reflexivo, com consequências positivas no quadro da interpretação das problemáticas associadas (Sá-Chaves, 2002), contribuindo-se assim para um sentido e dinâmica metodológica mais adequado ao quadro da investigação que, em síntese, remete para uma metodologia mista não-intervencionista.

Estamos perante entendimentos fundamentados na preocupação de credibilidade das metodologias adoptadas e tendentes à validação da própria investigação que, segundo Kirk & Miller (1986), se deve basear na coerência programática das suas fases e componentes, na pertinência dos procedimentos de recolha de dados tendo em conta os objectivos da investigação, e também, na consistência entre aqueles objectivos e a recolha de dados resultantes da superação de dificuldades dessa articulação recíproca.

Daí, a preocupação em diferentes momentos desta tese em se explicitarem métodos, estratégias, instrumentos e procedimentos de análise (Miles & Huberman, 1994), os quais, possibilitaram, pela resultante da sua operacionalização, a triangulação como método de validação geral do estudo. Validação decorrente das evidências potenciadas pelo estabelecimento de relações entre resultados e interpretações provenientes de diferentes recursos informativos, métodos e perspectivas processados de acordo com diferentes técnicas, inferências ou conclusões, ou ainda do recurso a juízos externos, decisivos para a adopção definitiva dos procedimentos de investigação.

Dando sequência ao enquadramento geral do processo investigativo, a natureza transversal da temática orientou o estudo para uma perspectiva integrada de acções de pesquisa que implicou unidades contextuais, responsáveis e autores de áreas disciplinares diferenciadas, bem como utilizadores associados às ecologias específicas e às problemáticas aqui consideradas em processo de reflexão - pelo que a natureza holística do objecto deste estudo o inscreve na categoria de *estudo de caso* (Yin, 2001), na variante *multicaso* (Sá-Chaves, 2002), já que integra uma visão plural de situações e problemas que decorreram da rede de relações complexas enunciadas, e que foram objecto de análise e interpretação contextualizada do investigador.

A validação transversal dos dados obtidos, designadamente, da interpretação que lhe conferiu sentido e significado, decorreu da experiência, saber e valores de natureza social, cultural



e profissional do investigador (Yin, 2001), do aporte teórico-conceitual deste documento e do apoio e orientação de especialistas, entre os quais se destacam os orientadores desta tese - factores e pessoas determinantes para a coerência epistemológica e rigor do desenho desta investigação.

4.1 Tema, definição e campo de estudo

“DESIGN E URBANIDADE – CumpliCidades do Programa Polis”, constitui o título da tese e sintetiza o enredo conceptual subjacente à temática do estudo, inscrito na área científica do design, com particular interesse na investigação sobre a sua participação nos processos de (re)desenho e (re)qualificação de contextos patrimoniais e culturais de cidades portuguesas.

A associação conceptual *DESIGN E URBANIDADE* é justificada pela pertinência do entrelace que concilia uma área disciplinar com uma qualidade do urbano - entrelace do qual se pretendem evidências de socialização criativa de espaços e objectos no quadro evolutivo da(s) complexidade(s) das(s) cidade(s).

CumpliCidades do Programa Polis assume-se como subtítulo, e traduz a convivência daquele programa na promoção da *urbanidade*, por via de processos de requalificação urbana e revalorização ambiental de cidades nos quais o *design* foi participante.

Das argumentações expressas resulta a designação conjunta, *DESIGN E URBANIDADE – CumpliCidades do Programa Polis* – cumplícidades que, recorrendo ao uso de dois “C” maiúsculos, integra a dupla subtileza do ser *cúmplice* na *cidade* do *design* e da *urbanidade*.

Reiterando e ampliando a explicitação conceptual, o *design* é assumido como área disciplinar que pretende reivindicar um papel socializante no respeito pela ecologia urbana nas suas múltiplas dimensões, designadamente, na responsabilidade pela inclusão, na criatividade e inovação, na defesa da (re)valorização e (re)invenção do património cultural – numa dinâmica transdisciplinar que integre a sociedade, a economia, o ambiente e a cultura.

A *urbanidade* é entendida como conceito e espaço de reflexão remetidos para uma perspectiva centrada na evolução das urbes, tendo por pressuposto fundamental a participação dos autores, gestores e cidadãos na reflexão sobre a cidade cognitiva, que assume o espaço público como palco de exercício da cidadania.

O *Programa Polis* é uma iniciativa pública de intervenção em espaços de cidades portuguesas, cuja abordagem nesta tese, pretende clarificar o seu papel e a sua importância na qualificação das urbes, designadamente através da participação efectiva do design.

O campo de investigação e as razões que em síntese justificam a escolha desta temática remetem para dois níveis genéricos de abordagem, subentendidos transversalmente nos objectivos do estudo:

- A investigação sobre as co-relações actuais entre *design* e *urbanidade* tendo por pressupostos a evolução e a importância crescente das ecologias urbanas;
- O reconhecimento da pertinência e actualidade dos contributos do Programa Polis nos processos de possível indução de níveis de *urbanidade* no contexto das cidades.

A temática desta tese encontra ainda sentido e justificação nas afinidades entre património físico e dimensão humana, as quais não podem ser renunciadas pela cidade que se deseja atenta aos problemas contemporâneos e à sua evolução histórica e patrimonial. Com efeito, é uma problemática que legitima a pretensão em se investigar sobre novas formas de recontinuar e requalificar a cidade física e social com a participação disciplinar das áreas científica, artística e tecnológica – e como contributo cívico para uma visão dialéctica que cruza *design* e *cidade*.

4.2 Estudo de Caso – definição e abrangência

A natureza transversal da investigação, orientada para a implicação diversa de contextos, agentes e áreas disciplinares, associada ainda a um objecto de estudo e a um plano metodológico exigente, determinaram, conforme já foi referido, que se adoptasse a estratégia investigativa de *estudo de caso* na *variante multicaso*.

Foi uma decisão apoiada na dimensão holística e significativa dos fenómenos e das ecologias presentes na investigação, sujeitas à exploração naturalística e interpretação subjectiva das realidades, estratégia por sua vez complementada pelos contributos decorrentes dos resultados estatísticos, objecto de interpretação supletiva que validasse as inferências do investigador, e que por associação, fosse capaz de formular novas significações e novas compreensões à volta das realidades estudadas.

De acordo com Yin (2001), o *estudo de caso* é uma investigação empírica que toma por objecto, fenómenos situados em contexto real, cujas relações não estão claramente delimitadas e que, por isso mesmo, conta com muitas variáveis de interesse que obrigam à adopção de diferentes ferramentas e fontes para as investigar.

Considera-se assim que o *estudo de caso* se assume, de acordo com Cohen et al. (2003), como estratégia preferencial nesta abordagem de natureza tendencialmente qualitativa, e ainda como uma ferramenta de investigação adequada ao quadro de preocupações de análise aprofundada. Argumentação que encontra razão acrescida na possibilidade da reflexão e das dialécticas que podem conduzir à descoberta de relações significativas a partir da interpretação situada e contextualizada, induzida pelas diferentes iniciativas protagonizadas pelo investigador e alargada a outros intervenientes que o próprio processo investigativo convoca e compromete.

De referir ainda que, decorrente da pluralidade de contextos em processo de investigação, merece referência a adopção da extensão designativa, *variante multicaso*, que Yin (2001) designa de *casos múltiplos* em oposição ao *caso único*, e que Sá-Chaves (2002) defende e acentua face à amplitude das realidades e circunstâncias em processo de investigação. Opção que exige um desenho protocolar que confira estrutura, coerência e valide a estratégia, e que desse modo contribua para gerar novas vias de encontro e entendimento distintos.

Ao investigador que opta pela metodologia de *estudo de caso* exige-se, ainda de acordo com Yin (2001), que seja capaz de formular boas perguntas e seja capaz de as interpretar; seja bom ouvinte e imparcial face às suas ideologias ou noções preconcebidas; se revele flexível de forma a que as novas situações não sejam vistas como *ameaças*, mas como *oportunidades*;



tenha uma noção clara do âmbito que está investigando - ou seja, seja competente no recurso e uso desta estratégia metodológica.

O reconhecimento da adequação do *estudo de caso* deve ainda, de acordo com o autor referido, ser significativo sob o ponto de vista do interesse público; adoptar uma ampla gama de procedimentos, desde a definição dos instrumentos à colecta de dados; considerar diferentes perspectivas de análise a partir de diferentes proposições; e por fim, apresentar evidências que de forma criteriosa e efectiva, revelem a clarividência que permita um julgamento independente da qualidade e mérito da análise.

Conscientes dos pressupostos que justificam a opção metodológica adoptada, e como nota final, merecem referência os conceitos *design, cidade, sociedade, património, espaço público, cidadania, identidade cultural, ambiente, Programa Polis e urbanidade* - consideradas simultaneamente as palavras-chaves deste estudo, ao qual estão associadas onze cidades portuguesas.

4.3 Objectivos – geral e específicos

A dimensão da investigação e as problemáticas a ela associadas suscitaram a definição de objectivos cuja convergência pretendeu cumprir o propósito de clarificar aspectos fundamentais da diáde, *design* e *urbanidade*, enquadrada e tendo por referência cidades integradas no Programa Polis.

A sua formulação pretendeu revelar-se ainda adequada ao âmbito estrito da investigação e aos pressupostos que lhe estão subjacentes, compatibilizando o seu conteúdo com diferentes áreas e circunstâncias do estudo, e visando resultados decorrentes da articulação com as questões orientadoras da investigação.

Assim, prévio aos objectivos específicos, definiu-se o seguinte objectivo geral:

- Contribuir para o reconhecimento e promoção do design nos processos de qualificação e valorização de contextos patrimoniais e culturais de cidades portuguesas contemporâneas
 - tendo como pano de fundo os novos paradigmas e modelos de comportamento sócio-urbano, e concomitantemente, as novas manifestações de urbanidade.

Em sequência, definiram-se os seguintes objectivos específicos:

- Compreender e avaliar os efeitos globais do Programa Polis no âmbito da *requalificação urbana e valorização ambiental* de cidades portuguesas;
- Verificar os níveis de participação e influência (inter)disciplinares do design nos processos de reinvenção e revalorização dos patrimónios material e imaterial de cidades do Programa Polis;
- Identificar os atributos e contributos técnicos, estéticos e simbólicos do design no âmbito da sua participação nos processos de inovação e renovação de espaços integrados no Programa Polis;
- Avaliar a atitude inclusiva do design na humanização da cidade, tendo por referência a materialização de objectos, equipamentos e ambientes utilizáveis nos contextos do Programa Polis;

- Reconhecer o carácter identitário de espaços e objectos patrimoniais urbanos enquadrados no Programa Polis, cujo uso e apropriação cívica possam ser resultantes da influência ou determinação do design;
- Reflectir sobre a dimensão e alcance cultural do Programa Polis nos eventuais processos de indução, promoção e geração de novas urbanidades.

Definidos os objectivos, importa enunciar transversalmente os pressupostos que lhes estão associados, de acordo com as linhas orientadoras⁸² que estruturaram o processo investigativo:

- *CIDADE E PROGRAMA POLIS* – Pressupõe-se que o Programa Polis, no âmbito alargado das suas intervenções de requalificação e revalorização do património urbano, merecerá reconhecimento e anuência reflexiva em face de condições propiciadoras da qualificação da vida e do sentido de cidadania urbanas;
- *DESIGN E PROGRAMA POLIS* – Pressupõe-se que a participação efectiva do design nas intervenções do Programa Polis terá contribuído para a inovação e renovação do espaço público, ao introduzir novas referências funcionais, materiais, estéticas e simbólicas;
- *URBANIDADE E PROGRAMA POLIS* – Pressupõe-se que a implicação da dimensão inclusiva do design no âmbito do Programa Polis terá sido promotora de novos usos e apropriações de espaços e objectos urbanos, factores geradores de cultura e identidade, com possível influência na fundação de novas urbanidades.

4.4 Problemática e enunciado do problema

A complexidade de que se revestem as mudanças operadas nas cidades contemporâneas com repercussões directas na qualidade de vida urbana, suscita a ponderação sobre a participação do design no (re)desenho de comportamentos - logo, a necessidade de novos contributos reflexivos que, enquadrados na temática em causa, possam ser geradores de novas visões sobre problemáticas latentes nalgumas cidades portuguesas.

Assim, assumindo o design como disciplina presente no espaço público, e tendo como protagonistas autores e actores na sua realização e possível reconhecimento, importa que, previamente às *questões* que nortearam a pesquisa, se enuncie o *problema*:

- A participação do *design* na concepção e realização do espaço público de cidades portuguesas, no quadro amplo das actuais relações de (inter)disciplinaridade e influência críticas, não parece determinar ainda um reconhecimento público que legitime o seu estatuto participativo, a sua qualidade e a sua dimensão cultural(izante), em face da sua possível influência nos novos usos e apropriações, logo na indução de novas urbanidades.

A problemática, circunscrita pelo enunciado do problema, remete para a concisão dos seguintes tópicos prospectivos:

⁸² Estrutura coerente e facilitadora da abordagem às várias sub-temáticas do estudo e base para a elaboração dos instrumentos, organização e análise da informação.



- O design, participante na concepção do espaço público de cidades do Programa Polis, carece de um reconhecimento que lhe confira um estatuto próprio legitimado pela sua presença, especificidade e pelos seus diferentes índices de qualidade;
- Embora se verifique a convivência do design na renovação das cidades do Programa Polis, não se percebe claramente a abrangência das relações de (inter)disciplinaridade e influência críticas que esses processos determinam;
- Face à emergência de novas formulações da vida urbana, a afirmação do design enquanto disciplina co-indutora da urbanidade só será possível se conseguir aceder a uma dimensão cultural(izante).

A problemática, delimitada pelos tópicos enunciados, legitimou em nosso entender a pertinência do estudo, em face de uma visão difusa e não consciencializada dos cidadãos relativamente aos espaços e objectos determinados pelo design, e da sua possível influência na usufruição colectiva dos lugares das cidades.

4.5 Questões de investigação e hipótese

Assumidos os pressupostos teóricos e metodológicos, definidos os objectivos e enunciado o problema, estruturou-se a pesquisa a partir da formulação das seguintes questões, às quais a investigação pretendeu dar resposta:

- Qual a importância estratégica do Programa Polis no quadro global da *requalificação urbana e valorização ambiental* de cidades portuguesas?
- Qual a importância da participação e influência (inter)disciplinares do design nos processos de reinvenção e revalorização dos patrimónios material e imaterial de cidades do Programa Polis?
- Quais os principais atributos e contributos técnicos, estéticos e simbólicos do design, promotores da inovação e renovação de espaços integrados no Programa Polis?
- Qual a relevância da participação do design no Programa Polis, designadamente, aos níveis do desenvolvimento e materialização de objectos, equipamentos e ambientes utilizáveis por todos?
- Qual a influência ou determinação do design na (re)identificação de espaços e objectos urbanos do Programa Polis, designadamente, através do seu uso e apropriação cívica?
- Dada a ambicionada qualificação da cidade física e social, qual a dimensão e alcance cultural do Programa Polis nos processos de indução, promoção e fundação de novas urbanidades?

O elenco de questões reitera e sublinha a pertinência da problemática em causa, por forma a aceder-se a uma compreensão dialéctica do papel, contributos, importância e implicação do design na qualificação das cidades integradas neste estudo, bem como a confirmação ou infirmação da hipótese que seguidamente se formula.

Segundo alguns autores, a formulação de *hipóteses* está exclusivamente orientada para estudos de natureza quantitativa, no entanto, e tendo em conta a natureza mista desta investigação,

considerámos a viabilidade da sua admissão estribados na coerência da argumentação metodológica apresentada, nas representações do investigador e na expectativa que os resultados a viessem confirmar.

Segundo Gil (1994), hipótese é uma proposição que sujeita a teste, pode enunciar a solução do problema. Cervo e Bervian (1983) consideram que as hipóteses possuem uma dupla função prática e teórica: a primeira a de orientar o investigador na direcção da causa plausível; a segunda, a de dirigir e complementar os resultados já obtidos, facilitando o processo e a sua inteligibilidade.

Assim, com base nos diferentes contributos, admite-se a seguinte *hipótese*:

- O design assume no contexto das realizações urbanas contemporâneas, designadamente nas intervenções integradas no Programa Polis, uma participação efectiva na (re)qualificação e (re)valorização de cidades portuguesas, ao mesmo tempo que contribuiu para a geração de uma cultura identitária que pode vir a revelar-se determinante para a fundação de novas urbanidades.

De modo a clarificar a *trama* estrutural da hipótese formulada, procede-se à sua explicitação sustentada nos seguintes pressupostos:

- O design é um participante efectivo nos contextos do património histórico e natural do Programa Polis, suscitando novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas;
- O design contribuiu para a qualificação das ecologias sócio-urbanas presentes no Programa Polis, concorrendo para a melhoria da qualidade de vida e revalorização das cidades;
- O design induziu uma cultura de uso e apropriação cívica e colectiva de lugares promovidos pelo Programa Polis - factor gerador ou mesmo fundador de novas urbanidades.

A hipótese formulada, centrada no *design* e na *urbanidade*, em contextos do Programa Polis, sublinha a importância da investigação sobre a cidade, que sob o espectro de interferências e determinações múltiplas, importa trazer ao debate para se clarificarem as relações inter-sistémicas e interpessoais de matriz comunitária, geradoras de processos de humanização e revitalização cultural.

4.6 Estudo de caso na variante multicaso

A diáde *design* e *urbanidade*, conceitos estruturantes desta tese, suscitaram a necessidade de produzir novo conhecimento reportado a situações concretas, designadamente a novos espaços que parecem querer apelar a novas vivências urbanas em Portugal.

Como tal, o Programa Polis, pela sua ambição programática, contemporaneidade e protagonismo no contexto nacional, revelou-se o *caso* propício à investigação sobre os níveis de implicação do design nas novas formas de viver as cidades e nas cidades portuguesas - com particular incidência sobre aquelas que integraram a Componente 1 (*Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental*) – Linha 1 (*Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar*) – Tipologia 4 (*Valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade*) do Programa Polis.



Da fundamentação produzida e do estudo piloto⁸³ realizado, ao qual nos reportaremos adiante, considerou-se que a investigação não deveria limitar-se ao estudo de um *caso* único, mas apoiar-se num grupo de casos que, integrados na *componente, linha e tipologia* referenciadas, espelhasse de forma mais significativa a possível evidência transversal da presença do design em espaços do Programa Polis.

Essa pretensão determinou a implicação de vários agentes institucionais, públicos e privados, bem como cidadãos, sem os quais não teria sido possível o desenvolvimento da componente empírica do estudo, cuja gestão e dinâmicas processuais se explicitam seguidamente.

4.6.1 Identificação dos casos e sua justificação

Dando sequência ao enquadramento anterior e previamente à justificação que validou a sua escolha, merecerá referência o grupo de cidades em cujos contextos foi particularmente sensível a implementação de projectos dos quais resultaram intervenções que, de acordo com MAOT (2000a), deveriam assumir uma forte componente de valorização ambiental e natureza exemplar, e ao mesmo tempo, pudessem servir de modelo a outras iniciativas que viessem a ocorrer no País.

Assim, referem-se as cidades e principais zonas de intervenção, consideradas no decurso da investigação:

- Aveiro – Ria, canais e zonas adjacentes;
- Beja – Centro histórico e parque da cidade;
- Bragança – Rio Fervença, margens e antigo mercado/centro histórico;
- Coimbra – Parque Verde, zonas e elementos adjacentes;
- Castelo Branco – Parque da cidade e centro cívico;
- Guarda – Parque urbano e centro histórico;
- Leiria – Rio Liz, pontes pedonais e Jardim de S. Agostinho;
- Viana do Castelo – Parque da cidade, centro histórico e zona ribeirinha;
- Vila Nova de Gaia – Afurada e ciclovias;
- Vila Real – Rio Corgo, centro histórico e Bairro dos Ferreiros;
- Viseu – Cava de Viriato, Feira de S. Mateus e margens do rio Pavia.

O caso do Porto, também integrado no quadro inicial de contextos Polis a estudar, designadamente, os Jardins da Avenida de Montevideu e passeio marítimo, foram excluídos do programa de investigação, em virtude de a Câmara Municipal daquela cidade não ter revelado disponibilidade para colaborar no estudo.

Quanto ao Programa Polis de Coimbra, referenciado na listagem anterior, constituiu numa primeira fase o caso que foi alvo de estudo piloto, com o objectivo de se definir uma estratégia que propiciasse o sucesso da investigação no âmbito mais alargado do grupo de casos.

⁸³ Na sequência da definição de objectivos e da formulação de hipótese(s) de investigação, procede-se ao estudo prévio de uma acção ou instrumento, através da sua aplicação a uma realidade ou amostra específica, a fim de se proceder ao seu teste, com o objectivo de se garantir a fiabilidade da acção ou do instrumento final.

Nessa sequência, assumiu-se como referente e foi objecto de um estudo mais aprofundado, cujas acções de recolha da informação incidiram sobre as seguintes unidades de execução:

- Parque Dr. Manuel de Braga;
- Parque Verde do Mondego (margem direita);
- Ponte pedonal e ciclável Pedro e Inês;
- Parque Verde do Mondego (margem esquerda);
- Entrada poente da Praça da Canção - fronteira ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

Excluem-se, por não terem sido realizadas:

- A adaptação do Convento de S. Francisco e zona envolvente;
- O desnivelamento da Avenida Inês de Castro.

A estratégia metodológica de considerar um grupo de casos, da qual se destaca o caso de Coimbra, justificou-se na medida em que:

- Se pretendia uma leitura abrangente das intervenções nacionais do Programa integradas na componente, linha e tipologia referenciadas;
- Se pretendia amplificar a informação por comparação entre os vários casos, e daí obter substância relevante para a qualidade da investigação;
- Se pretendia estabelecer comparações entre a informação obtida a partir do grupo de casos e o caso de Coimbra;
- Se pretendia uma maior proximidade e um conhecimento mais detalhado de um dos casos Polis, sendo Coimbra aquele que reunia essas condições, por ser a cidade de residência do investigador.

A opção selectiva pelos casos referenciados decorreu ainda da sua integração tendencial na *componente, linha e tipologia* consideradas, do seu estado de conclusão ou avançado estado de realização - e por se ter estabelecido como objecto preferencial, o estudo de casos que incorporassem dimensões relevantes no quadro das intervenções, tais como:

- *A requalificação urbana e valorização ambiental;*
- *A relevância e natureza exemplar das operações;*
- *A valorização dos patrimónios histórico e/ou natural;*
- *O carácter (re)integrador das intervenções na cidade;*
- *A qualificação intencional da vida urbana.*

As razões e os factores que presidiram à selecção do grupo de cidades, para além de uma percepção mais complexa e simultaneamente mais rica das problemáticas em causa, estimularam este projecto cívico de investigação, considerando-se que as opções descritas se inscreveram transversalmente nesse desígnio.

4.6.2 Estatuto e função dos participantes no estudo

O núcleo integrado de acções definido pelo programa, conducente ao desenvolvimento do estudo empírico, implicou o recurso a entidades públicas específicas (Anexos 1 a 3) e pessoas que viabilizaram a sua concretização (Anexos 4 a 6), ou seja, exigiu uma participação



cooptada a diferentes níveis de envolvimento, em função do seu estatuto, papel e situação, e cujos critérios de selecção resultaram dos próprios objectivos e sentido da investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Assim, em função de cada área de interesse e especificidade dos vários contextos, foi necessário estabelecer contactos e parcerias conducentes à obtenção de apoios humanos e materiais, de forma a que, na sequência das várias interacções, se pudesse cumprir o programa de investigação nas fases de levantamento da informação e consulta documental, entrevistas e questionários - a par de outras interacções complementares essenciais à resolução de problemas não previstos na planificação inicial e que, a não serem cabalmente ultrapassados, poderiam comprometer o desenvolvimento e conclusão do processo.

Assim, e no âmbito das várias interacções com as instituições competentes nos domínios e contextos implicados no estudo, destacam-se as seguintes:

- Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território – Gabinete Coordenador do Programa Polis (GCPP) – entidade governamental que promoveu e coordenou o Programa Polis em parceria com as instituições de cada cidade⁸⁴;
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – autoridade nacional de território nacional de ordenamento do território e de urbanismo;
- Câmara Municipal de Coimbra – entidade que, em parceria com a tutela, promoveu e supervisionou a concretização do Programa Polis de Coimbra.

No âmbito de outras interacções complementares, merecem referência:

- Responsáveis do Programa Polis das cidades referenciadas que participaram directamente, com funções directivas e/ou técnicas, no desenvolvimento e concretização do Programa Polis respectivo;
- Camilo Cortesão & Associados – Arquitectos, Lda., que elaborou o Plano de Pormenor⁸⁵ do Parque Verde do Mondego⁸⁶;
- Gonçalo Byrne Arquitectos, Lda., que elaborou o Plano de Pormenor em que se integra a Entrada Poente do Parque Verde do Mondego⁸⁷.

O envolvimento das entidades e pessoas referidas resultou num processo motivador, de implicação cívica e institucional, que concorreu para um conjunto de diligências e acções que, tendo por referentes a temática e problemática implícitas, serão sublinhadas nas dinâmicas que de seguida se circunscrevem, e que tiveram no investigador um papel estruturante aos níveis da concepção, desenvolvimento, monitorização e avaliação do processo.

84 As funções principais do GCPP foram as de divulgação dos objectivos, a análise de propostas de intervenção, a emissão de pareceres, o apoio e articulação das várias acções, a recolha de informação e avaliação do desenvolvimento do processo e a participação na realização de estudos e eventos associados ao Programa (MAOT, 2000a).

85 De acordo com Pardal e tal (1991), o Plano de Pormenor (PP) “[...] detalha e concretiza as disposições relativas à estrutura urbana e ao uso do solo definidas no PDM e no PU, definindo a forma e a imagem urbanas no seu detalhe, constituindo assim a base operacional para a elaboração dos projectos de realização das infraestruturas, dos edifícios e dos espaços exteriores urbanos.” (p. 226).

86 Autoria do Arq. Camilo Cortesão e da Arq.^a Mercês Vieira.

87 Autoria do Arq. Gonçalo Byrne e do Arq. José Manuel Laranjeira.

4.6.3 Dinâmicas do processo de investigação

O ciclo integrado de acções sob a supervisão da equipa de orientação científica⁸⁸, assumiu como referentes os onze casos do Programa Polis, a partir dos quais foram definidas dinâmicas propiciadoras da reflexão crítica decorrente do conhecimento dos contextos e das interacções do investigador com agentes institucionais, em reuniões e encontros de trabalho.

Nessa sequência, foram designadas áreas preferenciais de abordagem, tendo em conta os objectivos da investigação e a especificidade dos contextos, de modo a que a pesquisa contextualizada garantisse níveis de aprofundamento que validasse os pressupostos definidos e permitisse responder às questões orientadoras do estudo.

Neste âmbito, merece particular referência o facto de o papel das instituições, na pessoa dos seus responsáveis e técnicos, ter sido de primordial relevância na caracterização rigorosa dos vários casos e respectivas unidades de execução - factores que se revelaram extremamente importantes ao estabelecimento de compromissos e definição de estratégias, donde resultou benefício para a qualidade e fiabilidade da investigação.

Do enquadramento transversal efectuado, merecem alusão os seguintes participantes e dinâmicas indispensáveis à implementação, desenvolvimento e materialização das várias acções:

- Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território – Gabinete Coordenador do Programa Polis – reuniões técnicas de orientação e informação sobre o Programa Polis, indicação de responsáveis pelos casos em estudo, disponibilização de material documental, designadamente, peças escritas, desenhadas e imagens, e concessão de entrevista;
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – apoio informativo e disponibilização de material do seu acervo documental;
- Câmara Municipal de Coimbra – apoio técnico e informativo sobre o Programa Polis de Coimbra, reuniões de trabalho, indicação de contactos dos projectistas dos planos de pormenor e das unidades de execução, mediação entre investigador e projectistas, disponibilização de diverso material documental, resposta a questionário e concessão de entrevista;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – disponibilização de material do seu centro documental e colaboração na fase de administração de questionários;
- Responsáveis do Programa Polis das cidades referenciadas – informação sobre o Programa Polis da cidade respectiva e resposta a questionário;
- Camilo Cortesão & Associados – Arquitectos, Lda – disponibilização de informação técnica e resposta a questionário sobre o Programa Polis de Coimbra;
- Gonçalo Byrne Arquitectos, Lda. – disponibilização de informação técnica e resposta a questionário sobre o Programa Polis de Coimbra;
- Outras instituições públicas e privadas de Coimbra – autorização e colaboração na administração de questionários a funcionários e colaboradores, utilizadores dos espaços do Programa Polis de Coimbra;
- Utilizadores – resposta a questionário sobre os espaços do Programa Polis de Coimbra.

⁸⁸ Doutor Rui Barreiros Duarte, professor catedrático; Doutor Fernando Moreira da Silva, professor associado com agregação - ambos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.



As visitas do investigador aos contextos Polis em estudo, para (re)conhecimento e recolha de informação relevante, aconteceram em duas fases distintas, de acordo com o Quadro 1. Decorreram em dias coincidentes com o fim-de-semana e ao longo das várias estações do ano, em condições atmosféricas similares, preferencialmente com tempo de sol ou céu pouco nublado - factores facilitadores da observação e de garantia de equidade.

No caso de Coimbra, as várias observações aconteceram em diferentes datas e condições ao longo dos anos de 2010 e 2011, dado tratar-se do caso principal e se situar na zona de residência do investigador.

Quadro 1

Calendário de visitas realizadas aos casos do Programa Polis

CIDADE	1ª VISITA	2ª VISITA
Aveiro	4 de Abril de 2010	19 de Dezembro de 2010
Beja	6 de Junho de 2010	16 de Janeiro de 2011
Bragança	4 de Julho de 2010	6 de Fevereiro de 2011
Castelo Branco	30 de Maio de 2010	20 de Fevereiro de 2011
Coimbra	*	*
Guarda	23 de Maio de 2010	27 de Fevereiro de 2011
Leiria	13 de Junho de 2010	26 de Dezembro de 2010
Viana do Castelo	10 de Julho de 2010	5 de Fevereiro de 2011
Vila Nova de Gaia	11 de Julho de 2010	9 de Janeiro de 2011
Vila Real	3 de Julho de 2010	22 de Janeiro de 2011
Viseu	16 de Maio de 2010	23 de Janeiro de 2011

* Em várias datas e circunstâncias, por se tratar do caso de estudo principal.

As várias visitas, preparadas previamente e com a duração mínima de um dia cada, aconteceram na sequência de consulta e análise documental associadas aos vários casos - visitas que permitiram a sua percepção, designadamente, a qualidade das intervenções e os níveis de frequência dos lugares em momentos e épocas diferenciadas do ano.

Neste âmbito, e porque, entre outros, também nos posicionamos neste paradigma, citamos Fortuna (2009), ao referir que Lefebvre se mostrava convencido que “(...) a cidade tem muito mais do que somos capazes de ver nela e revela-se também no que assegura uma relação de familiaridade ou estranheza dos sujeitos com o lugar. A proposta de “ritmanálise” constitui um método particular de percepção da cidade que tanto permite escutá-la como um todo, como autoriza uma leitura confinada a territórios específicos – um mercado, ou uma praça por exemplo – e captar o seu pulsar natural.” (p. 87-88).

Ainda a propósito de *ritmanálise* e face à possibilidade das leituras diversas em intercontexto, recorreremos ainda a Bachelard (2005) para justificar que “Quando nos tornamos sensíveis a uma ritmanálise, passando da casa concentrada para a casa expansiva, as oscilações repercutem, amplificando-se. Os grandes sonhadores professam, como Supervielle, a intimidade do mundo, mas aprenderam essa intimidade meditando a casa.” (p.79).



Os processos de recolha de informação suportada em instrumentos elaborados para o efeito e explicitados no capítulo sete⁸⁹, designadamente, a observação, o levantamento e o registo fotográfico complementar, permitiram um cruzamento diferido no tempo, com muito interesse para a reflexão e aprofundamento sobre os contextos.

Numa retrospectiva sumária, importa acentuar ainda que o projecto de investigação ganhou coerência e legitimação, pela compreensão e sentido de abertura de entidades e pessoas, ao manifestarem o seu assentimento e receptividade à ideia de participarem na investigação sobre realidades em que se auto incluíram com os seus contributos.

Dessa atitude é legítimo inferir-se o reconhecimento público da pertinência da investigação, e simultaneamente estabelecer-se uma aproximação entre a academia e a comunidade institucional e social, na procura de novos saberes à volta de interesses e valores comuns.



Referências bibliográficas

- BARDIN, L. (2004) 3.^a ed. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BOGDAN, R., & BIKLEN, S. (1994) *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- CERVO, A. & BERVIAN, P. (1983) *Metodologia Científica*. 3.^a ed. São Paulo: Mac Graw-Hill do Brasil.
- COHEN, L., et al. (2003) *Research methods in education*. London: Routledge / Falmer.
- ERICKSON, F. (1986) Qualitative methods in research teaching. In Wittrock, M. (Ed.), *Handbook of research on teaching*. New York: MacMillan, pp. 119-162.
- GIL, A. (1994) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- KIRK, J. & MILLER, M. (1986) *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hill: Sage.
- MILES, M. & HUBERMANN, A. (1994) *An expanded sourcebook. Qualitative data analysis (2nd. Ed.)* Thousand Oaks: Sage Publications.
- MORIN, E. (2003) 4 ed. *Introdução ao pensamento complexo*. Col. Epistemologia e Sociedade Lisboa: Ed. Instituto Piaget.
- MAOT (2000a) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- SÁ-CHAVES, I. (2002) *A construção do conhecimento pela análise reflexiva da Praxis*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia.
- SOARES, I. (1995) Supervisão e inovação numa perspectiva construtivista do desenvolvimento. In Alarcão, I. (Ed.), *Supervisão de professores e inovação educacional*. Aveiro: CIDINE.
- YIN, R. (2001) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- SOARES, I. (1995) Supervisão e inovação numa perspectiva construtivista do desenvolvimento. In Alarcão, I. (ed.) *Supervisão de professores e inovação educacional*. Aveiro: CIDINE.



CAPÍTULO 5

CIDADES e Programa Polis



Figura 2 - Localização geográfica dos casos Polis em estudo

A amplitude do estudo determinou a adopção de uma estrutura de abordagem integradora e coerente, que se traduz no estabelecimento de uma matriz caracterizante dos vários casos, sinalizados geograficamente na Figura 2 e cuja lógica se identifica com o desenho conceptual dos instrumentos de recolha de informação, designadamente, das entrevistas e questionários. Esta lógica, pela possibilidade de integração de conteúdos multivariados, permitirá a obtenção de informação sobre o amplo quadro das realidades em estudo, e garantirá a fiabilidade, congruência e credibilidade da investigação.

A informação apresentada resulta da consulta de fontes bibliográficas e documentais disponibilizadas pelo Gabinete Coordenador do Programa Polis, bem como de dados complementares facultados pela mesma entidade, de documentos municipais e da DGOTDU, dos contributos de responsáveis dos vários casos e dos processos de leitura, levantamento e síntese crítica efectuados pelo investigador.

Do processo enunciado na súmula anterior, importa fazer uma referência particular ao ponto *Design e Urbanidade - leituras e induções do investigador*, presente em cada caso Polis, e que resulta da análise sensível do urbano, que Fortuna (2009) sustenta de acordo com Henri Lefebvre, propondo uma análise que consiste na percepção e “(...) reinterpretação da cidade através da heurística da rua e dos ritmos da vida quotidiana” (p. 87) – metodologia já adoptada em 2005 no âmbito da dissertação de mestrado do investigador sob a designação transversal de, *um outro olhar* – que, complementar ao discurso da racionalidade científica, assume o registo metafórico e simbólico, indutor de novas visões e diferentes inteligibilidades sobre a cidade⁹⁰.

Assim, foi adoptada para análise e apreciação dos vários casos, à excepção do caso de Coimbra, que será tratado no capítulo 3, uma estrutura que obedece aos seguintes pontos:

- *Cidade e Programa Polis* - breve apresentação de cada cidade, tendo subjacentes aspectos essenciais da sua história, geografia, ambiente, património e cultura, e enquadramento do respectivo Programa;
- *Incidências da intervenção* - referência aos *eixos de intervenção* e/ou *ações* concretizadas, complementadas por peça gráfica ilustrativa da escala e simulação final de cada intervenção, e apresentação das *áreas, elementos e valores de design* que, na perspectiva analítica do investigador, predominam nos contextos principais do respectivo Programa;
- *Design e Urbanidade - leituras e induções do investigador* - perspectiva (re)interpretativa e livre das realidades observadas, tendo como referentes centrais, a *cidade*, o *design* e a *urbanidade*;
- *Apreciação global da intervenção* - síntese preliminar e avaliativa do investigador sobre o Programa Polis, a participação e contributos do design e as resultantes transversais sobre o espaço público⁹¹.

De referir que, em coerência com os vários instrumentos de recolha da informação, e com a estrutura de análise dos diversos casos, são apresentadas peças desenhadas esquemáticas e imagens⁹², que acentuam e complementam o quadro textual⁹³ - sendo mais frequentes e detalhadas no caso de Coimbra.

Ainda neste âmbito, deve merecer referência a impossibilidade de apresentação de imagens dos contextos antes das respectivas intervenções, dado o elevado número de peças que tal representaria, a data distante da sua eventual realização face a este estudo e ainda a dificuldade em aceder aos autores desconhecidos e/ou instituições proprietárias das mesmas. Assim, procede-se à apresentação de imagens representativas da tríade *cidade, design e urbanidade*, que traduzem em nosso entender a especificidade das intervenções patentes nos casos desta investigação.

Como nota final, e face à temática e incidência casuística do estudo, considera-se de particular relevância o conteúdo a seguir enunciado, pelo caudal informativo sobre os diversos casos e pelas perspectivas analítica e reflexiva do investigador – factores essenciais a uma compreensão integrada do processo investigativo, designadamente, do seu design, resultados e conclusões.

90 Estratégia metodológica apoiada em Fortuna, C. (2009), Bachelard, G. (2005), Santos, B. (2006) e Ferrara, L. (2002).

91 Apreciação importante no âmbito do seu cruzamento posterior com os contributos dos demais participantes.

92 Imagens isoladas legendadas e imagem-mosaico associada ao Programa Polis de cada cidade, adoptando-se nesse caso uma legenda geral.

93 No caso dos textos intitulados *Design e Urbanidade - leituras e induções do investigador*, há uma relação entre *imagem-mosaico* e conteúdo escrito, o que reforça e complementa o discurso imagético - considerando-se assim dispensável a legendagem individualizada de cada elemento da *imagem-mosaico*.



5.1 Aveiro e Programa Polis

Aveiro, cidade cuja origem remonta ao século X, deve a sua génese a um povoado de pescadores e salineiros atraídos pelas condições defensivas proporcionadas a norte pela geomorfologia da orla marítima – condições que originaram mais tarde a laguna de Aveiro e que permitiram o desenvolvimento desse aglomerado, antigamente designado por Alavario. A referência mais antiga sobre a fundação da vila menciona o século XI, tempo de D. Sisenando de Coimbra, de acordo com Gaspar (1997) referido por MAOT (2001a).

Ao redor da Igreja de S. Miguel e no século XIV assistia-se já a uma concentração de edifícios que indiciavam o centro nevrálgico da vila, contudo, até ao século XV “(...) a vila de Aveiro era muito modesta no quadro dos aglomerados urbanos portugueses” (MAOT, 2001a, p. 17).

Em 1485, D. João II doou a vila à sua irmã, Infanta D. Joana, recolhida no Mosteiro de Jesus, facto que favoreceu um desenvolvimento que já se projectava para além da muralha mandada construir por D. Pedro e que dotou a vila de “(...) uma grandeza cénica e de um estatuto de grande espaço urbano, ao nível de outros aglomerados portugueses e de uma simbologia de nobreza, que efectivamente até aí não possuía” (MAOT, 2001a, p. 17).

Na margem norte do canal existiu a chamada Vila Nova, ocupada pela classe marítima e pela burguesia, a quem chamavam os *cagaréus*; a sul da porta da vila existia um outro núcleo habitacional cujas gentes se ocupavam da agricultura, os chamados *ceboleiros* (www.cm-aveiro.pt).

Em 1759 foi-lhe atribuída a categoria de cidade, após um período de acentuada depressão, marcada pela obstrução da barra marítima em 1575, pela dominação castelhana e pelo terramoto de 1755.

A abertura de uma nova barra no século XIX e a criação de estruturas viárias e ferroviárias projectaram a urbe para nordeste – factores que lançaram “(...) Aveiro num clima de cultura e progresso com uma forte implementação do estilo “Arte Nova”” (MAOT, 2001a, p. 18). Dessa época merece referência a nova imagem da cidade decorrente da revalorização e reenquadramento dos seus elementos notáveis, pela introdução de eixos e perspectivas induzidos pela arquitectura e por outros objectos do espaço público (MAOT, 2001a).

As oscilações de crescimento e desenvolvimento da cidade muito dependeram das sucessivas aberturas e encerramento da barra, logo da sua ligação ao mar e a um porto que vem acolhendo desde há muito os seus navios, mas também aos seus recursos e vocação agrícolas.

A sua localização e a infraestruturização ocorrida durante o século XX tornaram-na num importante centro industrial, em que predominam múltiplos sectores produtivos, por sua vez ligados ao importante centro de conhecimento - a Universidade de Aveiro.

Em pleno século XXI a cidade reflecte diferentes momentos históricos, planos e políticas urbanas, influenciadas por agentes imobiliários e pelo ímpeto industrial – condicionando a urbe de si fragmentada e descaracterizada, “(...) não só, pelo fenómeno de verticalização mas também por um conjunto de expansões periféricas desligadas entre si e do resto da cidade” (MAOT, 2001a, p. 20).

Aveiro, ao consciencializar-se da perda de algumas das suas especificidades morfológicas, veio promovendo a criação de vários planos desde os anos 60, tendo culminado com o Plano

Director Municipal⁹⁴. À data da implementação do Programa Polis estava em elaboração o *Plano de Urbanização*⁹⁵ da Cidade que, tendendo a resolver problemas decorrentes da evolução urbana, preconizava uma estratégia de ajustamento e articulação entre as várias zonas da urbe, por forma a conferir-lhe coerência urbanística.

Aveiro situa-se na região Centro e pertence à sub-região Baixo-Vouga, possuindo actualmente 78 463 habitantes.

Servida por vários eixos viários e dotada de equipamentos de apoio ao funcionamento da cidade, possui uma interessante rede de comércio e serviços, tendo desenvolvido uma estrutura produtiva inicialmente assente na pesca e agricultura, evoluindo posteriormente para um tecido empresarial denso, em que predominam a metalomecânica e a cerâmica e se alarga a outros sectores produtivos em pequenas e médias empresas.

O património aveirense apresenta vários testemunhos de Arte Nova e Art Deco disseminados por vários edifícios públicos e privados de arquitectura civil dos séculos XIX e XX, mas também uma outra arquitectura presente na Costa Nova, numa reelaboração que assume como referentes a arquitectura popular autóctone de outros tempos – a *casa gandaresa*.

A arquitectura religiosa é também muito notada, desde a sua catedral a um conjunto diverso de igrejas e outros elementos patrimoniais, como o pelourinho e a estátua de Santa Joana presentes no espaço público.

Quanto ao património natural, Aveiro possui uma riqueza imensa que se intensifica à medida que nos aproximamos do campo ou do mar, sendo que, não poderia deixar de ser referida a Ria de Aveiro, com a qual concluímos citando MAOT (2001a),

“A ria é um território de fronteiras imprecisas e prodigiosas, uma paisagem plana e geometrizada onde tudo se confunde e toma sentidos vários: o constante fluxo e refluxo das águas, a margem incerta das terras, a neblina que, ora mistura e esconde o céu, a água, os campos, a cidade, ora, dissipando-se, descobre um cenário luminoso, o azul reflectido no espelho de água, as montanhas mágicas do sal, o recorte preciso das salinas. A Lua, o comando das marés, acende pinceladas de prata à flor da água; à noite a ria é um firmamento ao contrário, um condensador do cosmos e dos seus enigmas. Nestas paragens o Homem parece mais pequeno. A geografia dos sonhos é mais forte do que a geografia dos lugares” (pp. 20-21).

94 “O plano director municipal corresponde ao nível estratégico, em que se definem as opções mais estáveis e estruturantes do sistema territorial com uma validade de médio prazo e uma concepção que se procura alcançar a longo prazo.” (Pardal et al, 1990, p. 11) - conceito generalizável aos restantes planos directores municipais..

95 “O plano de urbanização e respectiva área de influência corresponde ao nível de aglomerado ou centro urbano e define a sua estrutura urbana, as categorias e intensidade de uso do solo, políticas urbanísticas localizadas e regras de alteração e conservação.” (Pardal et al, 1990, p. 11-12) - conceito generalizável aos restantes casos.

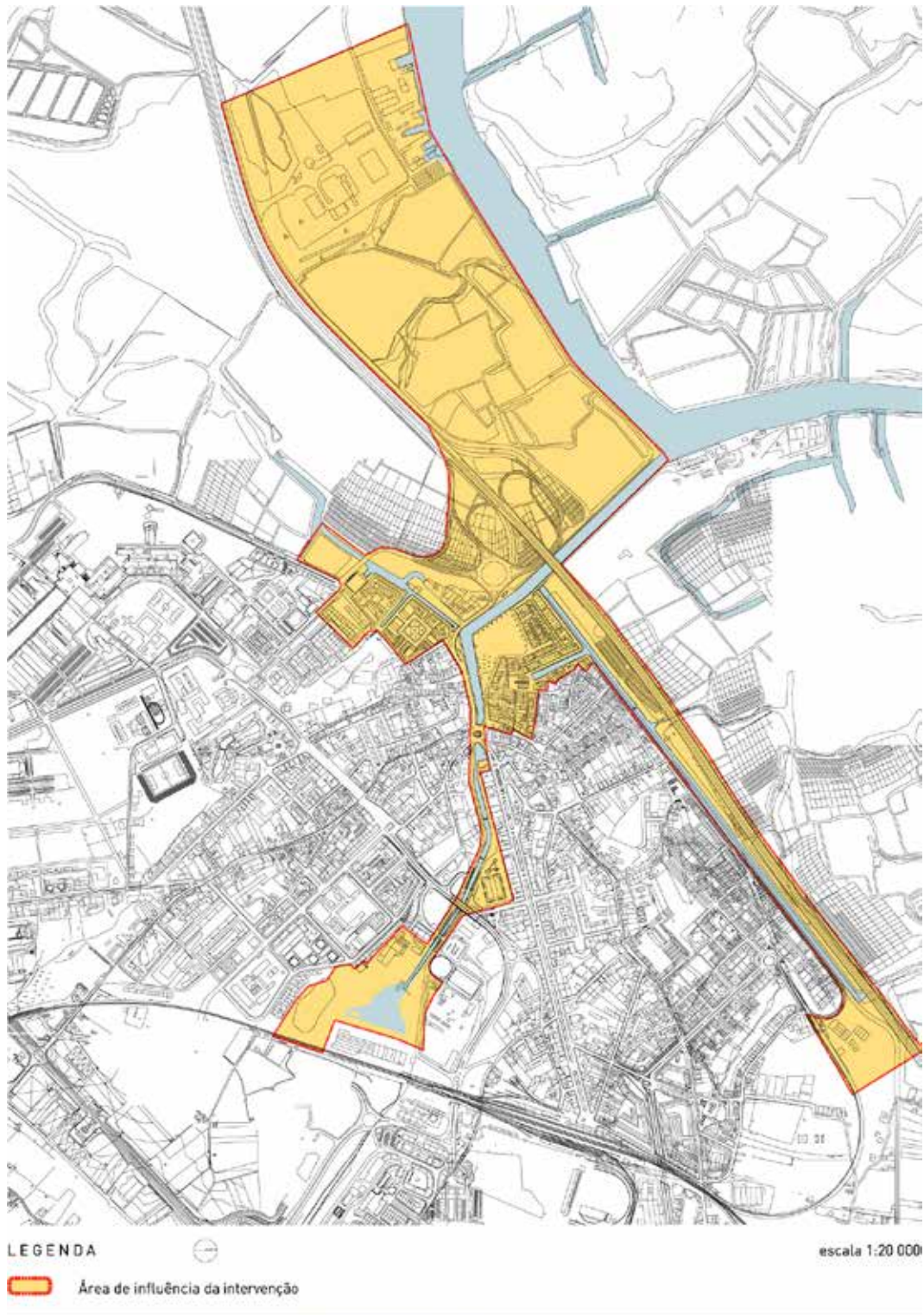


Figura 3 - Área de influência do Programa Polis de Aveiro

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Aveiro / GCPP

O Programa Polis de Aveiro pretendeu para a sua cidade uma intervenção integrada de acções valorizadoras e qualificadoras dos seus espaços e do seu ambiente, tendo como âncora fundamental o seu ecossistema natural: *a ria*.

Dessa estratégia, desenhou-se um slogan que convida simbolicamente a cidade “a pôr o pé na água”, a partir de uma nova centralidade funcional, intergeracional e de entretenimento protagonizada pelas margens que reúnem espaços e equipamentos multifuncionais revitalizadores da realidade contextual.

Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “A valorização das faixas de espaço público que separam a cidade e as marinhas ligando as memórias das actividades históricas em vias de desaparecimento e, ao mesmo tempo, pelas suas margens, a cidade antiga e a moderna, e ambas a um novo eixo urbano que as atravessa pelo interior;
- O aproveitamento da intervenção do aterro do Porto Velho para estender o casco urbano, oferecendo funções de centralidade, de cultura, lazer, turismo e trabalho, valorizadas pelas panorâmicas e proximidade das águas que a ria oferece ou que teriam dificuldade em se inserirem na malha existente;
- A valorização da presença da ria e suas marinhas, quer como objecto de conhecimento e divulgação científica, quer como ambiente privilegiado de lazer e prática náutica de aveirenses e visitantes” (MAOT, 2001a, p. 34).

Do Programa e objectivos definidos e das acções neles implícitas subentende-se a intenção de uma intervenção sobre o espaço físico que recupera a relação ancestral com elementos da sua história e da sua ecologia, e propicia novas formas de viver a cidade.

Percursos e transições intermargens, estruturas de apoio à navegação, esplanadas, recintos de espectáculos, espaços verdes e qualificação do tecido urbano constituíram algumas das razões materiais para religar a cidade e gerar novos desenvolvimentos sobre um ordenamento urbanístico que aceitou a valorização mútua.

Intenções que promovendo a qualificação do espaço público, deixaram claro o propósito complementar de respeitar a memória, reformular a relação entre o natural e o artificial, regenerar a vida de uma cidade, que se quer lugar de partilha e interacção social.



5.1.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Aveiro, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011⁹⁶, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Requalificação Ambiental e Urbana da área delimitada pelo canal central, canal das Pirâmides, IP5 e “TERTIF” – realizado totalmente;
- Requalificação da envolvente do canal de S. Roque, canal dos Botirões e Mercado do Peixe – realizado totalmente;
- Requalificação das áreas envolventes ao canal do Côjo e ao canal da Fonte Nova – realizado totalmente;
- Construção/Recuperação dos muros e equipamentos dos canais urbanos – realizado parcialmente;
- Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental - realizado totalmente.

⁹⁶ Data em que se encerrou o processo de recolha de informação, com base no organigrama definido para as várias acções do processo investigativo.

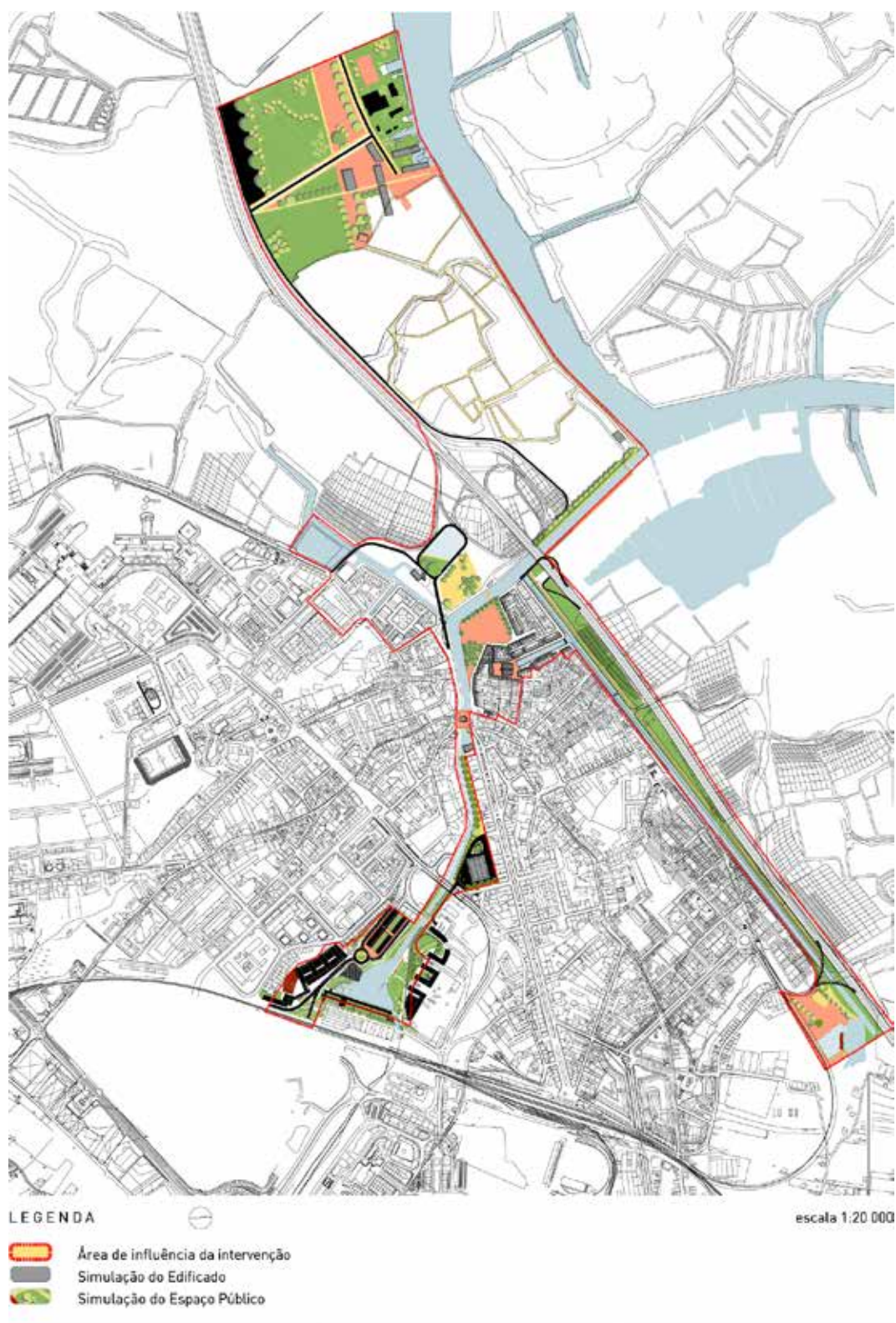


Figura 4 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Aveiro

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Aveiro / GCPP



Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco*⁹⁷ do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas, elementos e valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 2

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Aveiro

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Iluminação urbana
	Sinalética
	Acessibilidades
	Monitorização ambiental
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Renovação
	Pavimentos
	Textura(s)
	Cromatismo
	Legibilidade
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança
	Conforto
	(Multi)Funcionalidade
	Integração
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência
	Manutenção
	Higiene urbana
	Sustentabilidade
	Ambiente
	Paisagem
	Ecologia
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação
	Responsabilidade social

A intervenção global do Programa Polis de Aveiro evidencia uma relação de equilíbrio entre as várias áreas descritas, condensadoras de um conjunto de *elementos e valores* demonstrativos da participação de um design qualificador dos contextos, nas suas dimensões patrimonial e ambiental, e por consequência, influenciador dos níveis de dignidade da imagem da cidade e do seu espaço público.

⁹⁷ Termo do latim, que significa, *no próprio lugar*, e que aqui remete para a recolha circunstanciada de informação essencial ao processo por parte do investigador - com recurso a instrumentos elaborados para o efeito e aplicáveis aos casos em estudo.

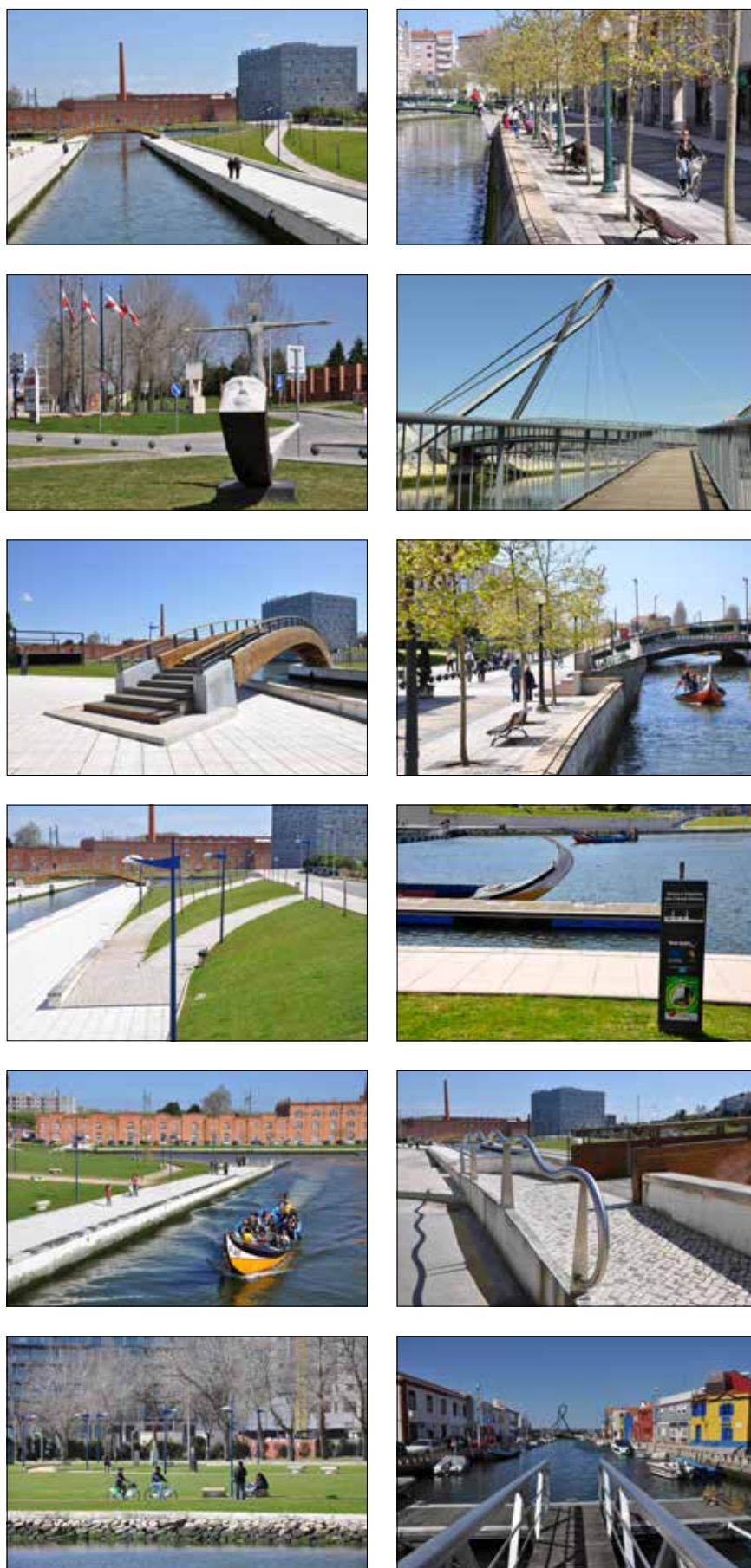


Figura 5 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Aveiro



5.1.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Aveiro é uma cidade de terra e mar que meandras pelas calmas ruas de água e gente que
aporta nas suas margens.
Barcos inundados de seres sobem e descem a ria num ritual (in)variável de olhares que
pressagiam a narrativa insuperável da paisagem.
São moliceiros que esmagam a água deixando um rasto branco ondulado.
A luz estilhaça-se sobre a água instável... espelho de ápices que se finam num
tempo difuso.
Os caminhos claros que ladeiam a ria têm gente consigo passeando em terra firme.
O desenho de diferentes linhagens e (intens)idades ensaia o diálogo possível... propala o
tempo e o modo, debate metamorfoses, fica-se pela paisagem.
O espaço alastra entre árvores, bancos e luminárias ancoradas ao chão.
A cenografia urbana contém pontes entre diferentes acontecimentos e lugares.
Completem-se sobre as margens dos que levam consigo a coreografia de passos singulares.
Pass(e)antes em terra e na água cruzam-se no sítio anónimo do olhar...
na esperança da visibilidade do próprio lugar sobre si próprios.
A bicicleta... a buga encosta-se a uma luminária hirta esperando o chão fugidio...
acelera a distância numa cronologia ecológica... logo mais detém-se num
equilíbrio metálico.
Outra luminária... parece um objecto alado aguardando do alto o chão da noite.
Obras de arte bracejam... deslumbra-se, entregam-se, exultam, identificam os lugares,
dão-se à cultura... educam.
O verde desenrola-se pelo chão na esperança da vida que sobre si aconteça...
a sombra acentua essa ironia.
A festa vislumbra-se nos espaços transitórios... há objectos que esperam a música...
talvez a dança.
O desenho (ar)risca-se em objectos e espaços que reclamam a civilidade... da cidade.
A coreografia náutica traz novamente consigo barcos e gente... sentada e de pé ensaiando
a teatralidade do prazer.
No fim da ria, onde a água é circular, os barcos de silhueta rápida pairam numa pose
hesitante... sobre um anfiteatro quieto.
A comunicação acontece... objectos codificam rumos e acções sobre superfícies lisas.
A geometria digitaliza o chão policromado de materiais que fccionam destinos.
Crianças divertem objectos que recriam e transformam por adição do seu corpo... de
emoções e comportamentos livres... um jogo (in)formal de sedução mútua.
Os jardins, urbanos, delicados, calmos, entrepõem-se por entre casas, ruas e gente
que fica depois do fim.
Estar não é uma atitude, é uma cultura que se sente e se converte na circunstância do lugar.
Paira um espírito veneziano que encontra na água, nos canais e no casario a razão dessa
miragem.
O colorido de casas ribeirinhas despede-se a caminho do mar.
Gaivotas em movimento lateral trazem ondas no voo... piam anúncios de chuva sobre a
cidade.

5.1.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global⁹⁸ do Programa Polis de Aveiro, salientando-se o seguinte:

- O Programa Polis qualificou e valorizou o património histórico e natural(izado) da cidade, promovendo a regeneração da ria, a reconversão e refuncionalização das margens dos leitos de água, a ampliação de áreas verdes, a criação e/ou renovação de percursos pedonais, cicláveis e fluviais, e ainda o ordenamento urbano na zona central da cidade;
- O design está presente nos espaços do Programa Polis constituindo um factor de renovação e modernização da cidade, de identificação com valores ecológicos e paisagísticos e de qualificação da vida dos seus cidadãos;
- A nova realidade urbana gerou fenómenos de revitalização e (re)identificação urbanas, induzidos pela fusão de elementos da história e da memória da cidade e dos novos apelos contemporâneos, convertendo a nova centralidade num espaço múltiplo de fruição pública, vocacionado para o lazer, para a cultura e para o turismo.

⁹⁸ Apreciação que decorre da relação entre os objectivos definidos para o Programa e a avaliação transversal do investigador - procedimento aplicável a todos os casos.



5.2 BEJA E PROGRAMA POLIS

Beja é anterior à ocupação romana, mas é exactamente nesse período que se afirma como capital de um dos distritos administrativos da então Lusitânia.

No ano de 715, Beja é tomada pelos Mouros, situação que se inverte em 1232 com a reconquista cristã, sendo reconstruídas as muralhas de defesa por D. Afonso III que também lhe concede foral em 1253 – processo de reabilitação continuado por D. Dinis em 1291, que lhe concedeu também foral e mandou erigir a sua Torre de Menagem no local onde terá existido a Pax Júlia romana.

A cidade, condicionada pela topografia e pela necessidade de se defender, deve o seu desenvolvimento primário a um núcleo central circular, à volta do qual se organizou e ganhou coerência, podendo falar-se de um equilíbrio entre os agrupamentos de edifícios e a sua relação com os monumentos.

Só no século XVI acontece o transbordo da cidade para além da muralha, contudo, Beja revelou uma grande contenção relativamente à expansão da mancha urbana ao longo do tempo, pese embora no século XIX se tenha assistido a um progresso induzido pelo desenvolvimento industrial e pelo surgimento dos caminhos-de-ferro (MAOT, 2000b).

Nos finais do século XIX e princípios do século XX, o Visconde da Ribeira Brava decide modernizar a cidade derrubando as edificações antigas com o objectivo de abrir ruas mais largas – o que resultou numa perda significativa da sua história patrimonial.

Com o Estado Novo assiste-se a um conjunto de intervenções de reabilitação, designadamente, no castelo e zona envolvente e na Praça da República, com a recolocação do pelourinho, devendo referir-se também a destruição da Cadeia Filipina para implantar um novo edifício destinado ao serviço de finanças (www.cm-beja.pt).

A evolução da cidade obrigou à gestão territorial, surgindo em 1954 o primeiro Plano Geral de Urbanização, e mais tarde, em 1986, o Regulamento do Plano Parcial de Urbanização do Núcleo Central Histórico de Beja, completado com Planos de Pormenor específicos, tendo sido publicado em 1992 o Plano Director Municipal (PDM).

Depois da publicação do PDM foram elaborados o Plano Estratégico da Cidade e outras unidades de planeamento e gestão urbana – sendo neste quadro que acontece a intervenção do Programa Polis.

Capital de distrito, Beja pertence à região e sub-região Baixo Alentejo, contando actualmente com 35 730 habitantes.

A cidade, condicionada pela sua interioridade, vem-se afirmando “(...) nos últimos anos no espaço nacional através da oferta de equipamentos sociais e infraestruturas, fundamentalmente ao nível do ensino superior e profissional, e da qualidade do ambiente urbano. Apesar de a agricultura ser a actividade tradicional dominante, são as empresas de comércio e hotelaria as que nos últimos anos floresceram devido à influência de uma população escolar numerosa” (MAOT, 2000b, p. 20).

Do património cultural retemos o seu espaço público, no qual nos deparamos com várias edificações classificadas como monumentos nacionais – o castelo, a Igreja da Misericórdia, as Portas de Évora, o Hospital da Misericórdia, a que se devem acrescentar outros elementos notáveis de arquitectura religiosa e civil, que participam da coreografia urbana e se apresentam como locais de cultura e para a cultura.

Do seu património natural e naturalizado merecem referência o Parque da Cidade, os espaços verdes de enquadramento e toda uma imensa planície que constitui parte integrante do património paisagístico da própria cidade.

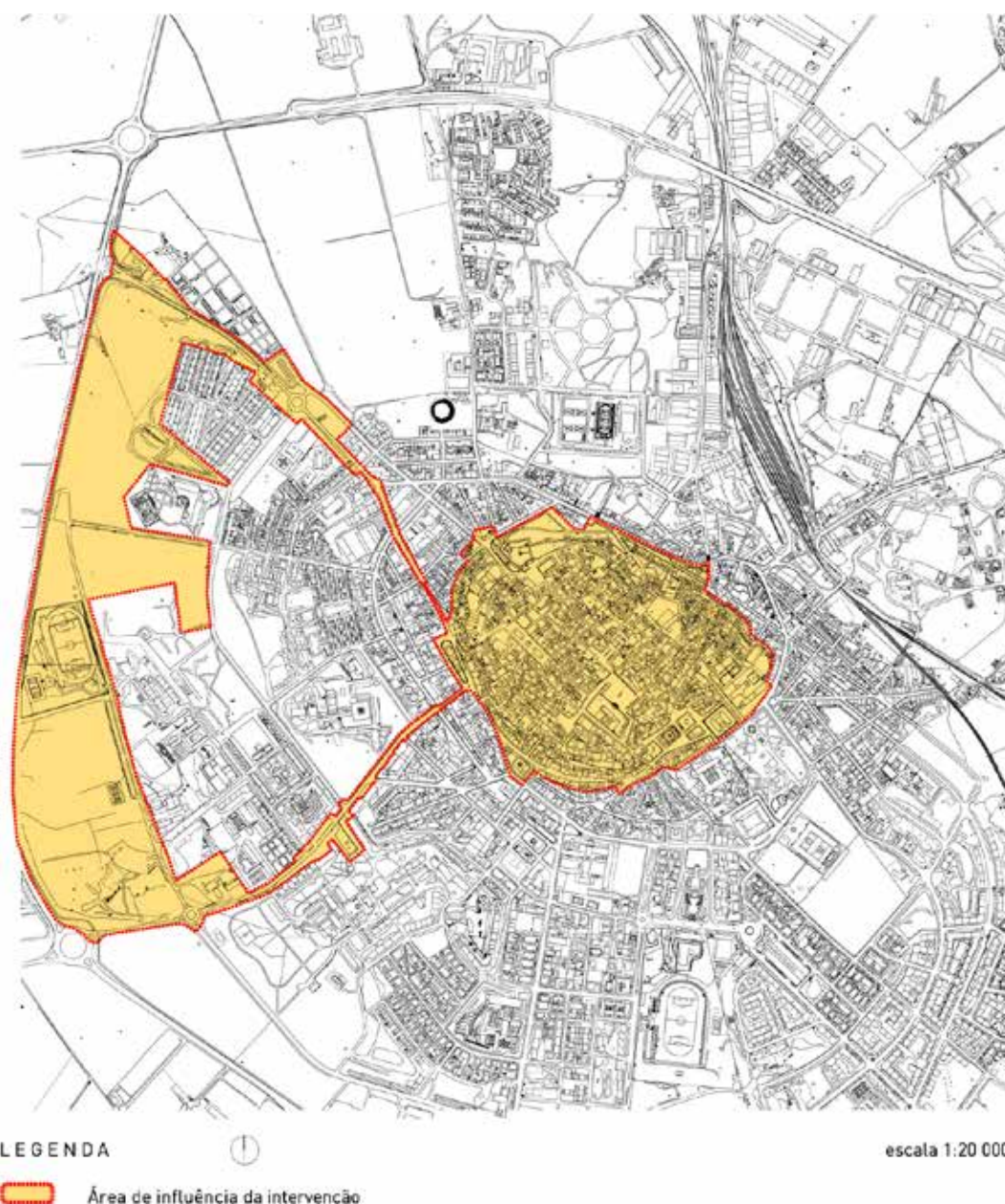


Figura 6 - Área de influência do Programa Polis de Beja

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Beja / GCPP



O Programa Polis de Beja assumiu como referentes alguns dos desígnios orientados para a valorização espacial, funcional e ambiental da cidade. Desta iniciativa destacam-se a intervenção no Núcleo Central Histórico de Beja, a promoção da mobilidade urbana sustentável, a criação de um parque destinado à cultura, ao desporto e ao lazer, e uma estrutura verde que estabelece a ligação entre diferentes zonas da cidade.

Assim, foram adoptados os seguintes objectivos:

- “Assumir-se como pólo de valorização e divulgação da cultura e património regionais;
- Promover o ordenamento e a qualidade do espaço urbano;
- Preservar e valorizar o património histórico, cultural e natural;
- Promover o desenvolvimento de serviços culturais na cidade;
- Valorização e promoção do centro histórico” (MAOT, 2000b, p. 21).

Do Programa e objectivos enunciados depreende-se a intencionalidade de um conjunto de intervenções que, pela sua vocação, pretendem afirmar o seu património, recuperando-o e complementando-o com espaços e equipamentos que acentuem o seu uso e apropriação por parte dos cidadãos.

5.2.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Beja, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Requalificação, remodelação e/ou recuperação do Centro Histórico, designadamente, do Núcleo Central Histórico – realizado totalmente;
- Criação do Parque da Cidade – realizado totalmente;
- Ligações do Centro Histórico ao Parque da Cidade – realizado totalmente;
- Sensibilização e comunicação ambiental – realizado totalmente.

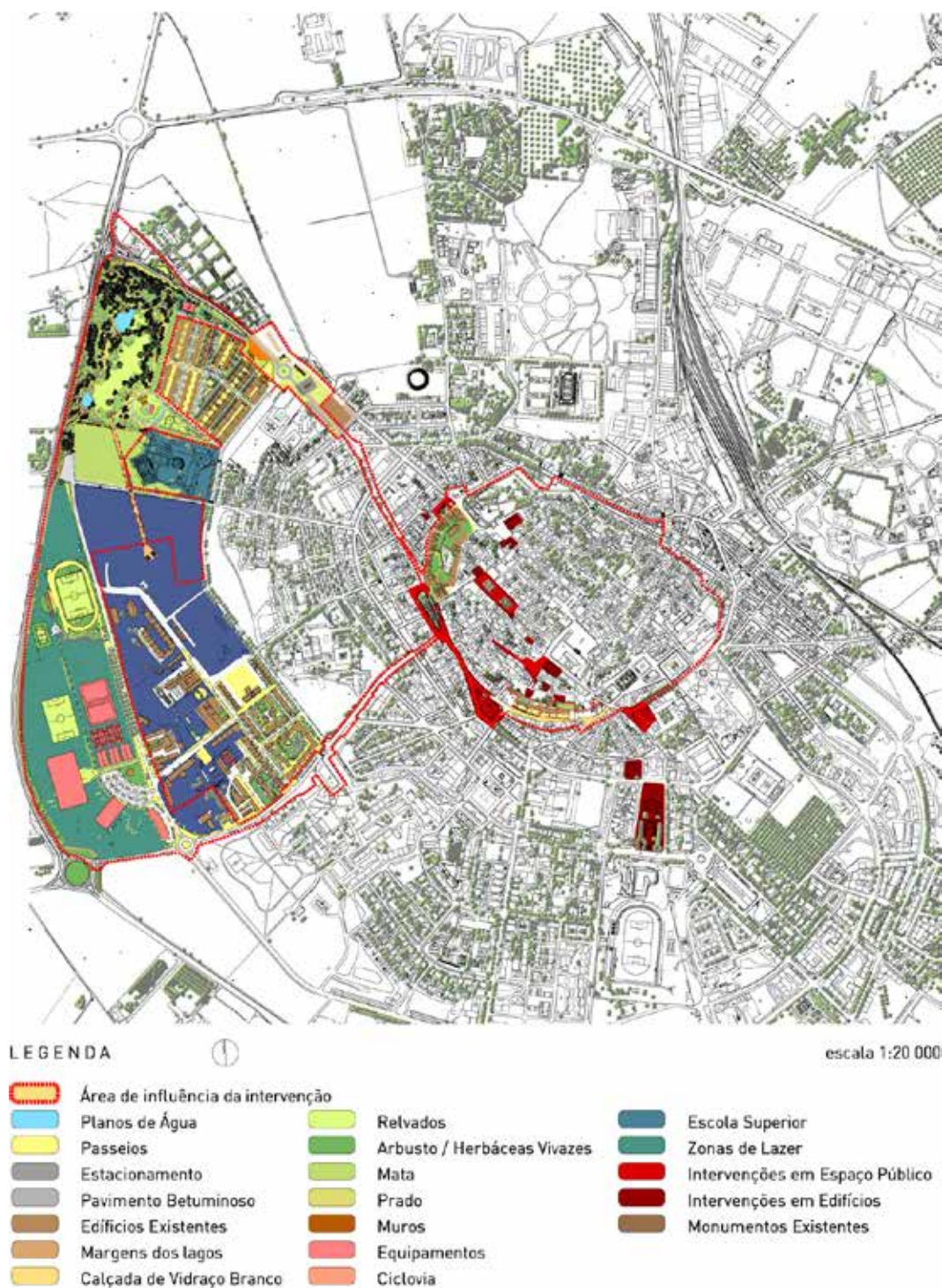


Figura 7 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Beja

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Beja / GCPP





Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas, elementos e valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 3

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Beja

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Iluminação urbana
	Equipamento lúdico
	Acessibilidades
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Renovação
	Diversidade
	Pavimentos
	Textura(s)
	Cromatismo
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança
	Conforto
	(Multi)Funcionalidade
	Integração
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência
	Higiene urbana
	Ambiente
	Paisagem
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público
	Inclusividade

Na globalidade, o Programa Polis de Beja evidencia a participação do design no equipamento, qualificação e renovação do espaço público - factores propiciadores da sua utilização em diferentes contextos e momentos da vida da cidade.

Contudo, é de referir que na área do *ambiente e sustentabilidade* se verificam falhas ao nível do binómio *durabilidade e manutenção*, aspectos constatáveis sobretudo nalguns elementos do mobiliário urbano e de delimitação viária.



Figura 8 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Beja



5.2.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Beja é uma cidade culta que se deslinda nos lugares da história.
O verde ironiza sobre a planície dourada... o viço faz-se de copas de árvore.
A arte declara a sua subjectividade... publicamente. Marca presença em
peças que recortam a anatomia de uma atmosfera lenta.
Há objectos que imitam o sol... à noite.
Sob a sua luz agitam-se movimentos... que esboçam rastos de obscuridade.
A presença da água abranda o tempo cálido que vacila sobre a cidade.
Objectos de sentar esperam que alguém aconteça... que os convoquem... que os comprometam.
Protecções e passeios marginam a artificialidade do grande lago que se refaz de ângulos
rectos que afiam transições na paisagem.
Guias de pedra delimitam a segurança de diferentes condições e idades.
Um tapete verde sob a generosidade sombria de árvores quietas assiste à
tranquilidade da água sob o murmúrio do sol.
Uma ponte de porta aberta aproxima-se lentamente da água... o acontecimento faz-se de
passagem.
Nenúfares que trazem a natureza à razão flutuam presos a raízes sem chão.
Uma teia de crianças olha a complexidade das linhas... do seu brincar.
Outras perseguem desejos e ilusões de uma bola que foge de si.
O património e a cidade repartem o tempo e a mudança... a memória.
A comunicação acontece em objectos disponíveis ao olhar de quem procura.
Árvores estacionam sobre polígonos que se elevam do chão.
O estacionamento... de bicicletas espera novos apeados... e de outros que partem sentados.
A obra de arte vermelha dramatiza o teatro em fundo.
Frades e lancis conduzem artificialidades urbanas em trânsito.
Linhas espessas de branco protegem passos que se atravessam na rua.
Mais arte que anuncia um corpo caminhando imóvel na cidade.
Há um asseio alentejano reiterado nas ruas e jardins reanimados.
A mobilidade ecológica recupera o tempo da humanização da cidade.
Pavimentos de cor e da sua ausência deambulam ao sabor de percursos e sombras.
O caminho que irrompe dos pés regista timbres desiguais... o material é a pedra de toque.
Os percursos conferem uma nova imagem aos retornos da cidade.
Há objectos que ensinam o uso cívico da cidade.
Peixes e outras manifestações lacustres abalam a calma latente... andorinhas furtivas
transgridem em voos sedentos beijando a água.
Bancos sobranceiros olham o lago e ouvem a água que liberta o seu corpo volúvel numa
cascata que se olha ao espelho.
A tarde esboça uma praça de silêncios e ausências... restam objectos de sentar e alumiar.
A iluminação difunde luz de diferentes (intens)idades e desenhos.
Há um lajedo de Trigaches que sepultou uma calçada portuguesa.
A tensão entre antigo e contemporâneo denuncia uma convivialidade arriscada.
Estacionar debaixo do chão não conseguiu acalmar a imagem da cidade à tona.
Laranjeiras e esplanadas jovens habitam o espaço... animam a cidade... celebram o espaço público.



5.2.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Beja, salientando-se o seguinte:

- Qualificou e valorizou a cidade ampliando a estrutura verde urbana, reestruturando as circulações viária, pedonal e ciclável, dissuadindo o trânsito automóvel, promovendo novas formas de mobilidade e reabilitando espaços e elementos da cidade histórica;
- A participação formal e funcional do design adquire visibilidade em diferentes contextos, sendo de destacar as soluções de equipamento, materiais e tratamento de pavimentos, factores influenciadores da imagem e multifuncionalidade de espaços antigos e contemporâneos da cidade;
- Da intervenção global resultou a intensificação das relações entre diferentes lugares da cidade, decorrente do uso e apropriação colectiva de novos contextos de inclusão e sociabilidade.



5.3 BRAGANÇA E PROGRAMA POLIS

Bragança deve a sua origem à ocupação humana no Paleolítico final, havendo também testemunhos da idade do bronze (1000-700 a.C.), designadamente, castros que terão sido ocupados pela gente Zoelae e uma civitas lusitana oriunda do povo Baniense (MAOT, 2000c).

Ocupada por Romanos e demandada por Suevos e Visigodos, Vergancia surge nas actas do Concílio de Lugo no ano de 569, como um dos povoados primários de Bragança, e no ano de 666, denominada de Bregancia.

D. Sancho I está associado à fundação da “cidade”, outorgando-lhe a *carta de foral* em 1187 – tendo sido arrasada aquando das lutas entre Mouros e Cristãos e novamente refundada em 1130 por D. Fernando Mendes, cunhado de D. Afonso Henriques – facto que terá permitido a renovação da *carta de foral* em 1253 por D. Afonso III e posteriormente por D. Manuel em 1514.

No século XV é construída a muralha e é conferido o título de cidade à Vila de Bragança. Nos finais desse século assiste-se ao progresso da cidade, promovido pela chegada de judeus expulsos de Espanha pelos Reis Católicos – circunstância que fomentou o desenvolvimento da urbe através da construção ou remodelação de igrejas, conventos e casas brasonadas, assistindo-se ainda ao florescimento da indústria de produção de sedas.

O século XVIII marca o início do declínio da cidade, com a decadência da indústria e da agricultura, para no século XX se assistir à “(...) ruralidade, estagnação e crescente interioridade da região, o que abre caminho ao início da emigração sistemática” (MAOT, 2000c, p. 17) – realidade parcialmente contrariada nos últimos anos.

A cidade cresceu lentamente até aos anos 40, assistindo-se com o Estado Novo a “(...) uma nova racionalidade urbanística que permite um planeamento urbano mais cuidado, bem visível nos arruamentos, jardins e praças deste período” (MAOT, 2000c, p. 18).

A partir de 1974 a cidade cresce bruscamente com os efeitos daí decorrentes, variando entre a ocupação consolidada, zonas de preenchimento e expansão e núcleos urbanos dispersos de carácter ruralizante, transferindo para o conjunto uma coerência resultante de um crescimento espontâneo “(...) ao ritmo do loteamento privado” (MAOT, 2000c, p. 25) – assistindo-se hoje a uma estabilização urbana, de algum modo regulada pelos vários planos criados desde 1947 – merecendo referência o Plano Director Municipal publicado em 1995, ao qual obedeceram as intervenções do Programa Polis.

Bragança é capital de distrito e sede de concelho, situa-se na região Norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes, possuindo actualmente 35 319 habitantes.

A cidade, localizada no nordeste do país, afastada do litoral e dos grandes centros de decisão nacional, tem na sua proximidade à fronteira a vantagem de se poder afirmar “(...) valorizando as complementaridades com os restantes centros da rede nacional e transfronteiriça e constituindo-se como “centro distribuidor” de relações económicas, culturais e turísticas (...)” (MAOT, 2000c, p. 21) – complementaridades que não podem deixar de incluir o Instituto Politécnico de Bragança como pólo de conhecimento, promoção e desenvolvimento da cidade.

“Bragança e a sua área envolvente constituem um enorme património paisagístico, arquitectónico, histórico e cultural” (MAOT, 2000c, p. 28). Dos vestígios e manifestações pré-históricas às igrejas, conventos e casas brasonadas, ao castelo e à cidadela, aos moinhos e fornos de pão - testemunhos da ancestralidade de um território milenar que a cultura bragantina não descuidou e que comprova o valor do tempo e das gentes desta região.

Objectos de arte pública, jardins e um rio de nome Fervença, força motriz do passado, perfazem um cenário que se completa na paisagem periférica rica de diversidade – património que justifica a existência do seu turismo cultural.

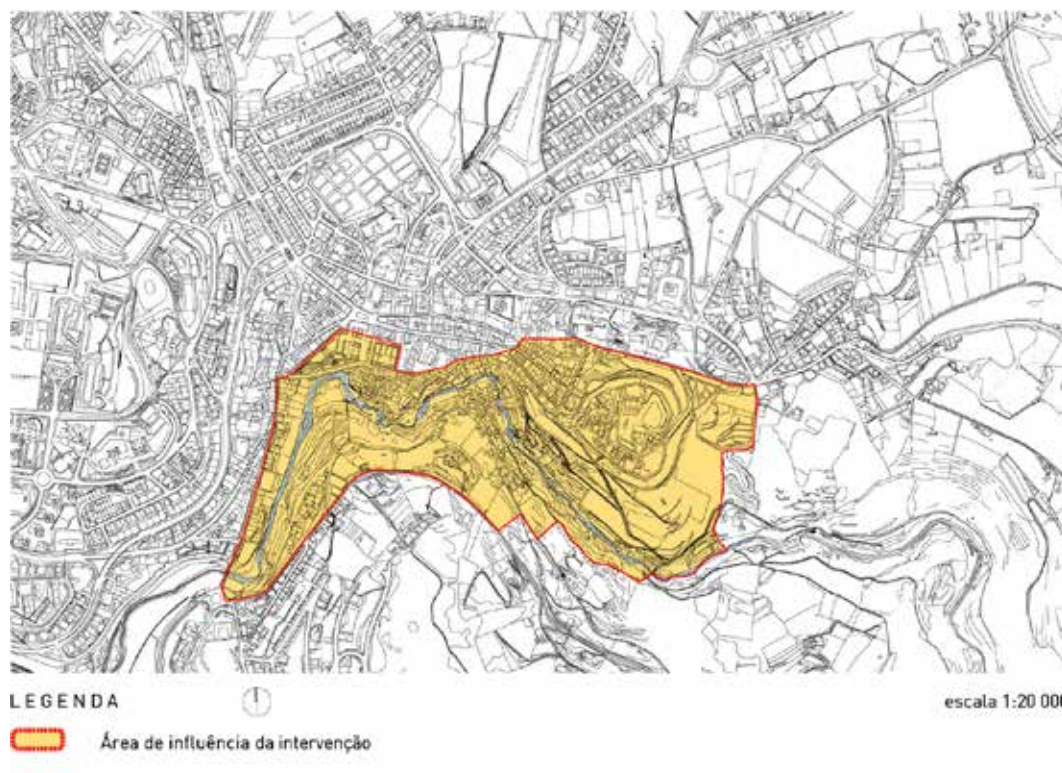


Figura 9 - Área de influência do Programa Polis de Bragança

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Bragança / GCPP

O Programa Polis de Bragança estabeleceu para a cidade um propósito abrangente de intervenção que integrou o património histórico, arqueológico, natural e edificado, visando a qualificação do espaço urbano nas suas vertentes física e ambiental – da qual se destacam a renovação da zona histórica, a reintegração do rio na urbe, a diminuição da presença automóvel e o aumento dos espaços pedonais.

Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “Requalificação e valorização do rio Fervença, com a criação de um contínuo verde envolvendo o rio “Corredor Verde”;
- Recuperação de zonas urbanas desqualificadas, com a constituição de um espaço público de qualidade;
- Redução do tráfego automóvel no centro urbano;
- Incremento do espaço pedonal;
- Valorização do património histórico, arqueológico, natural e edificado” (MAOT, 2000, pp. 35-36).



No quadro do Programa e dos objectivos definidos, fica explícito um conjunto de intervenções que, pela sua natureza e diversidade, pretendem a melhoria da qualidade urbana, preservando a sua identidade e ampliando a oferta de equipamentos e espaços destinados a oferecer aos cidadãos locais a renovação da dimensão pública e democrática da cidade – traduzindo-se simultaneamente no incremento do seu potencial turístico.

A intencionalidade do Programa em estabelecer e acentuar novas relações espaciais urbanas, com particular destaque para o corredor verde do rio Fervença, que se assume como *novo passeio público da cidade*, propicia novas formas de entendimento e vivência urbana, donde se infere a humanização dos espaços colectivos e a ânsia de uma certa urbanidade.

5.3.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Bragança, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Arranjo urbanístico do Corredor Verde do Rio Fervença (1ª fase) – realizado totalmente;
- Arranjo urbanístico do Corredor Verde do Rio Fervença (2.ª fase) – realizado totalmente;
- Arranjo urbanístico da Zona Histórica – realizado parcialmente;
- Requalificação da Encosta do Castelo, parque de estacionamento e parque de merendas – realizado totalmente;
- Parque de estacionamento do Mercado / Praça Camões – realizado totalmente;
- Iluminação cénica da cidadela – realizado totalmente;
- Criação de Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental – realizado totalmente.

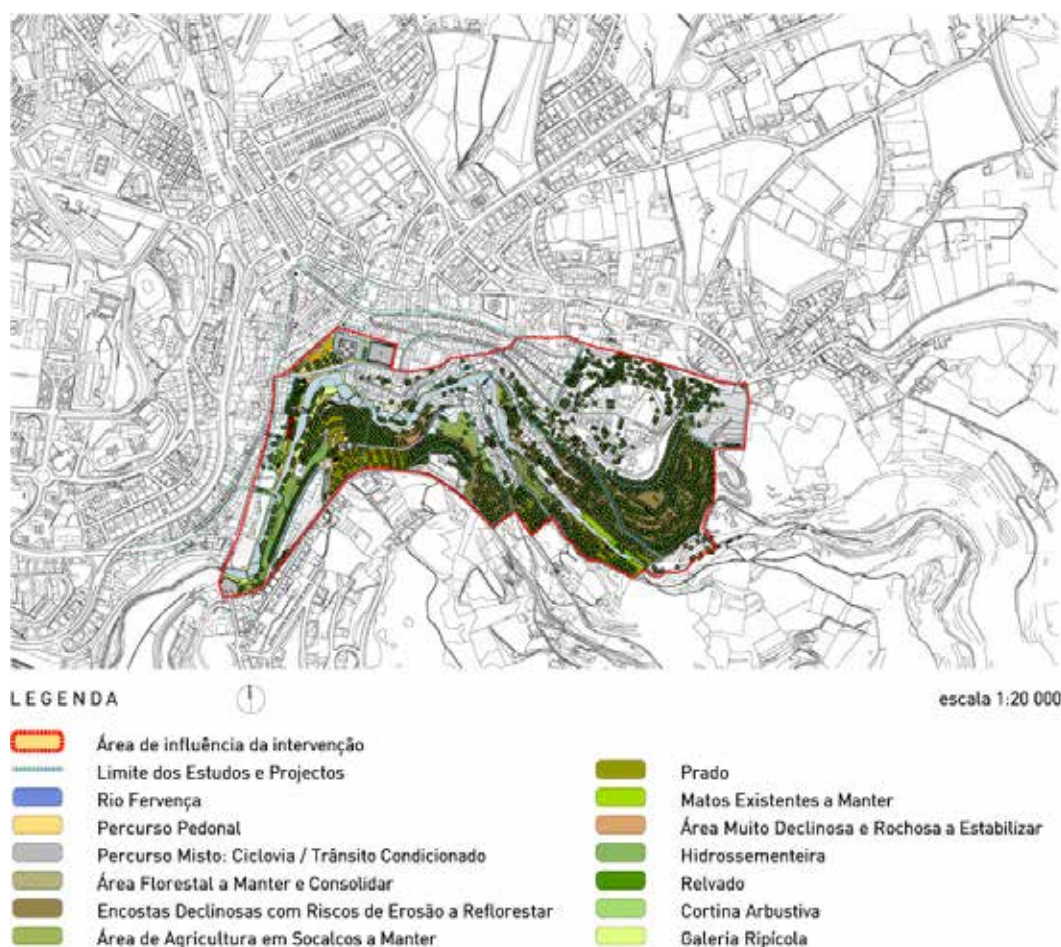


Figura 10 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Bragança

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Bragança / GCPP





Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas*, *elementos* e *valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 4

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Bragança

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Iluminação urbana
	Equipamento lúdico
	Sinalética
	Acessibilidades
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Renovação
	Diversidade
	Pavimentos
	Textura(s)
	Cromatismo
	Materiais
	Legibilidade
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança
	Conforto
	Ergonomia
	(Multi)Funcionalidade
	Integração
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência
	Manutenção
	Higiene urbana
	Sustentabilidade
	Ambiente
	Paisagem
	Ecologia
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação
	Responsabilidade social

Os espaços do Programa Polis de Bragança comprovam uma clara participação do design no quadro das áreas referenciadas, sendo possível constatar evidências dos diferentes *elementos* e *valores* nas intervenções realizadas em diferentes zonas da cidade – embora se assista pontualmente a focos de *over design*⁹⁹.

A materialização global da intervenção revela ainda uma dinâmica intra e interdisciplinar na consecução das várias soluções integradas de qualificação e valorização do seu património histórico e natural, tornando a cidade mais coesa física e socialmente.

⁹⁹ Adopção de soluções que configuram a presença excessiva e inadequada de elementos de design.



Figura 11 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Bragança



5.3.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Bragança é uma cidade que se quer amar.
As envolventes... vizinhas olham as (multifuncional)idades do seu tempo.
Jogos... e espelhos de água difundem o simbolismo magro do seu rio pela urbe.
Luminárias de anatomias distintas povoam a noite bragantina.
O desenho manifesta-se em novas atitudes urbanas.
A pedra limpa da calçada textura o chão de materiais que envaidecessem a cidade.
O discurso ocorre em objectos que anunciam sítios e monumentos.
A timidez do Fervença inunda as margens de uma calma que se senta, contempla, pensa.
O conforto faz-se de comportamentos mediados por coisas novas.
O parque infantil apela a brincadeiras (i)reverentes.
Há pavimentos que marcam o passo de quem fica... a mobilidade faz-se de toda a gente.
O chão harmoniza a natureza e a artificialidade das coisas.
Materiais e texturas publicam novas cores.
A segurança confia nas margens do rio e nas vias da cidade apeada.
Árvores atentas à rota solar protegem a sombra que turva o seu chão.
O silêncio passeia-se pelas veredas que festejam o verde.
Há uma escada que conquista a colina difícil degrau a degrau... num contínuo de novos gestos que se sentam a olhar. No cimo a paisagem é de alívio.
A água brinca sobre o anfiteatro público... a sua música versa a confidência revelada.
Ruelas e casas da seda tecem o ritmo de uma história suave... primária.
A escultura à tecedeira emociona-se. Lembra o gesto culto, humano, capaz de fazer feliz o tecido sobre o corpo.
O Fervença (re)conduz as margens que nos conta a cidade antiga...
e a vida que a reinventou.
A arqueologia jaz na cidade que dignamente informa do seu passado.
O antigo mercado comunitário legou a alma à cenografia urbana... parece ter falecido no chão... restam paredes com arte dentro. Sob si sepultam-se veículos transitórios.
O diálogo urbano é um face-a-face... entre património antigo e o da nossa duração.
Objectos... sentam as gentes de Bragança, conduzem-nas, elevam-nas... pelo diverso da sua cidade. A apropriação é um convite reiterado.
Há um bebedouro solitário à espera de sede.
O espaço excede-se aqui e ali de objectos teimosos.
O kitsch é ocasional.
Percursos de chão e água trazem à conversa outros temas e recatos.
O castelo despede-se à distância acenando com uma bandeira vermelha e verde.

5.3.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Bragança, salientando-se o seguinte:

- A intervenção promoveu um amplo processo de requalificação e valorização do património histórico e natural(izado) da cidade através do aumento da área verde, da criação e/ou reformulação das estruturas viária, pedonal e ciclável, da intervenção sobre o edificado, do condicionamento de trânsito automóvel e da criação de estacionamento, da integração paisagística do Fervença e da recuperação e reconversão das suas margens;
- O design constitui um factor influenciador da qualidade da intervenção, pelos seus contributos nas áreas do equipamento e acessibilidade, da imagem e inovação, da funcionalidade e segurança – aspectos relevantes para a renovação do carácter público dos vários contextos da cidade;
- A identidade da cidade surge reforçada pelo reconhecimento e valorização do seu património material e simbólico e pela redinamização urbana accionada pelos novos e renovados espaços de socialização – potenciadores do desenvolvimento turístico e dos índices de qualidade de vida urbana.



5.4 CASTELO BRANCO E PROGRAMA POLIS

Castelo Branco remonta à época romana, e de acordo com alguns autores, será originária da povoação de *Castra Leuca* – ou, quem sabe, de acordo com a lenda, a *Belcária* – terra de epidemias que a deixou desabitada.

D. Afonso Henriques, e mais tarde D. Afonso II, doaram à Ordem do Templo terras desta região beirã – e foi-lhes dada a missão, não de a fundar, já que existia uma população rural estabelecida, mas sim a de restaurar e povoar aquela vila que vieram a designar por Castelo Branco, e à qual foi atribuído o primeiro foral na primeira metade do século XIII pelo então Mestre dos Templários, Pedro Alvito. (MAOT, 2000d).

A cidade possuía uma muralha construída no século XIII e XIV, dotada de várias portas, em virtude das diversas vias que atravessavam a cidade – tratava-se de “(...) uma cinta de muralhas imponente, com pano duplo e barbacã do lado noroeste, defendida por cinco torres, sendo três delas sextavadas: típica construção de defesa fronteiriça. No alto da colina fica a alcáçova com torre de menagem e o paço. Num encosto, ajustado, o casario contrapõe-se à mancha simétrica do olival, hoje ainda presente” (MAOT, 2000d, p. 19).

Até finais do século XVI a Praça Velha, hoje Camões, hierarquizava a malha da estrutura urbana, tendo sido neste local, que no século XV, se implantou o centro cívico e económico local da *Domus Municipalis* (século XV a XIX), o antigo celeiro da Ordem de Cristo, o antigo pelourinho, desaparecido em 1880, e a antiga residência do Bispo – tendo sido durante algum tempo o local onde se realizou o mercado.

O crescimento da cidade para além das muralhas acontece no início do século XVII, sendo protagonizado por quarteirões repetitivos que se desenvolveram ao longo de ruas implantadas a partir de uma estrutura dorsal. O fenómeno de transbordo acentua-se, e no século XVIII uma parte significativa da povoação encontra-se já do lado exterior das muralhas, invadindo o campo onde se instalaram conventos, igrejas e palácios e se organizaram arrabaldes em torno de poços e chafarizes.

Da emergência urbana do século XVIII, de que resultaram testemunhos de arte e arquitectura significativos, o século XIX traz as tropas de Junot e uma degradação urbana indutora do desmantelamento da muralha, do Castelo e do Paço, por acção de particulares e da própria Câmara – fenómeno que acentua o crescimento de arrabaldes que ocupam a base da colina, estruturando a cidade ao longo da linha de cota de transição, com a construção dos eixos que configuram a actual estrutura viária (MAOT, 2000d).

Em 1891, a chegada da ferrovia e a construção da “(...) respectiva estação determinou que a cidade crescesse para sul, sendo sobretudo ao longo dos primeiros 50 anos do século XX que a cidade estabeleceu as suas raízes urbanas mais eruditas” (MAOT, 2000d, p. 20) – sendo de salientar que é nos finais do século XIX que se estruturou o actual Centro Cívico.

Durante o século XX a cidade cresce e consolida-se ao longo de novas avenidas, reforçando as estruturas urbanas intermédias e inaugurando equipamentos notáveis, sendo que nas décadas finais do século XX, se assiste ao surgimento de “(...) bairros periféricos de inferior qualidade urbana, arquitectónica e ambiental de fortes concentrações volumétricas e com alguns bairros de génese ilegal” (MAOT, 2000d, p. 21).

As novas áreas residenciais entraram em conflito com a cidade histórica, dando origem a complexos problemas de gestão urbana e crescimento equilibrado da urbe – problemas condicionados pela elaboração de vários planos e estudos urbanísticos iniciados em 1962 e que culminam com a publicação e aprovação do Plano Director Municipal de Castelo Branco em 1996, ao que se seguiram posteriormente outros estudos – sendo que o Programa Polis se integra no PDM vigente.

Castelo Branco é capital de distrito, com 56 033 habitantes, e situa-se na região Centro e sub-região Beira Interior Sul.

A melhoria das acessibilidades e as políticas de desenvolvimento dos sectores secundário e terciário, numa articulação histórica com o sector primário, designadamente o têxtil, veio inverter uma tendência emigratória nas últimas décadas do século XX (MAOT, 2000d).

No património histórico de Castelo Branco destaca-se a arquitectura religiosa como o Paço Episcopal e o seu jardim, a Sé Catedral, os conventos de Santo António e da Graça, várias igrejas e capelas e o Cruzeiro de São João.

Da arquitectura civil, salientam-se edificações centenárias, vários Portados Quinhentistas em edifícios notáveis da cidade, e a *Domus Municipalis*, edifício do século XVI.

Património que retrata várias influências, com particular relevo para as ordens dos Templários e de Cristo, mas também militares e judaicas – objectos onde é perceptível a presença dos estilos Manuelino, Barroco e Renascentista nas ruas e praças da cidade.

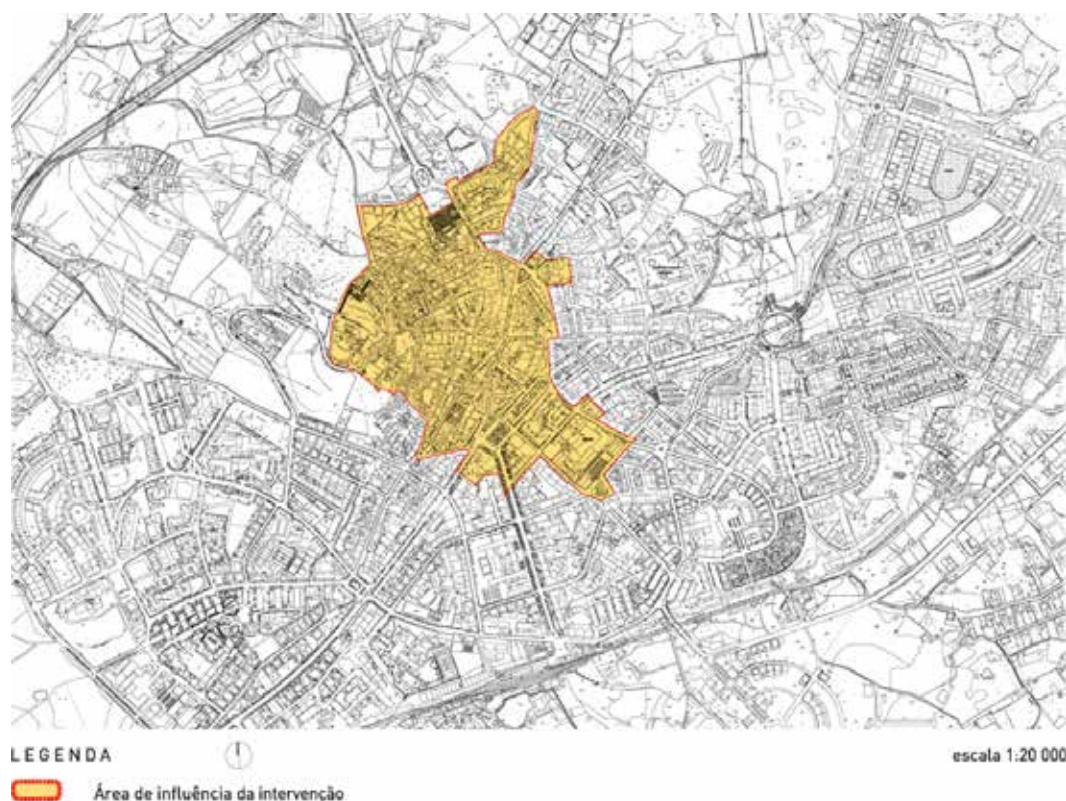


Figura 12 – Área de influência do Programa Polis de Castelo Branco

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Castelo Branco / GCPP



O Programa Polis de Castelo Branco veio assumir a requalificação da cidade, nas suas componentes urbanística, patrimonial e ambiental, com particular destaque para o seu Centro Cívico, assumido como elemento estruturante da cidade, e ainda para a recuperação de valores arquitectónicos e estruturas funcionais urbanas nas quais se incluem os espaços verdes.

Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “Requalificação ambiental e urbanística do Centro Cívico assumindo-se como elemento estruturante da cidade;
- Reordenamento da malha viária permitindo a criação de um amplo espaço pedonal ligando o Centro Histórico ao Centro Cívico;
- Recuperação de valores arquitectónicos existentes integrando-os em projectos urbanos de referência;
- Recuperação de estruturas urbanas desactivadas como espaços lúdicos, culturais e comerciais;
- Reforço e valorização da estrutura verde da cidade” (MAOT, 2000d, pp. 39-40).

Da análise do Programa e dos seus objectivos, reconhece-se uma particular ênfase nos processos de requalificação, recuperação, reordenamento e reforço de elementos que perfazem a cidade física, nomeadamente, ao nível das acessibilidades, circulações e equipamentos de valorização e usufruição públicas.

A estratégia delineada visou a revitalização da cidade, pela reabilitação e valorização da sua imagem e identidade históricas, perspectivando simultaneamente novos conteúdos orientados para a renovação da vida urbana, e no seu computo, para uma consciencialização cívica dos valores culturais e ambientais da cidade.

5.4.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Castelo Branco, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Requalificação e valorização do espaço público no Centro Cívico – Largo da Devesa/ex-Quartel – realizado totalmente;
- Reabilitação e construção de edifícios no Centro Cívico – Largo da Devesa/ex-Quartel – realizado totalmente;
- Reestruturação viária (túneis e estacionamento) do Centro Cívico – realizado parcialmente;
- Requalificação e valorização do espaço público no Centro Histórico – realizado parcialmente;
- Reabilitação e construção de edifícios no Centro Histórico – realizado parcialmente;
- Construção de parques de estacionamento no Centro Histórico – realizado totalmente;
- Requalificação do Parque da Cidade – realizado totalmente;
- Requalificação do Jardim do Paço – realizado totalmente;
- Monitorização e Sensibilização Ambiental – realizado totalmente.

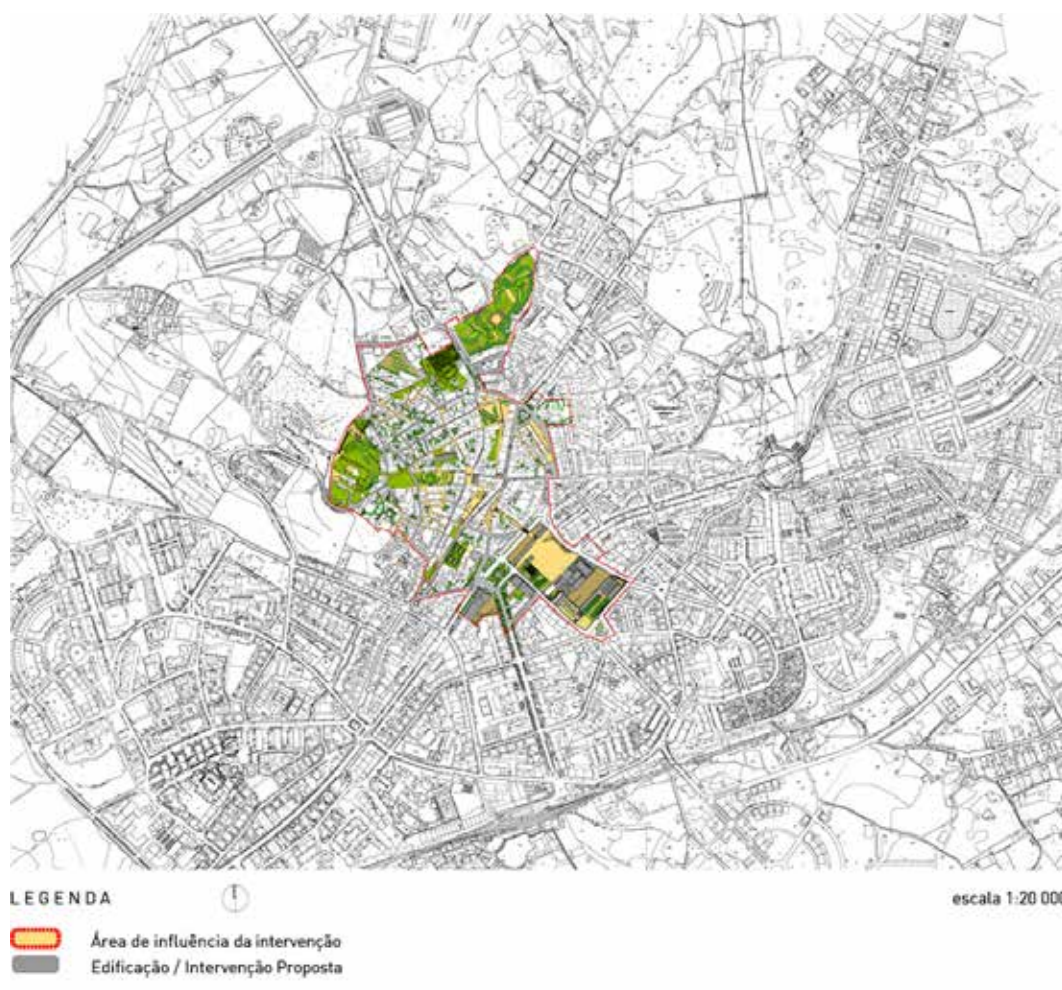


Figura 13 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Castelo Branco

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Castelo Branco / GCPP



Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas, elementos e valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 5

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Castelo Branco

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Iluminação urbana
	Equipamento lúdico
	Sinalética
	Acessibilidades
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Inovação
	Renovação
	Diversidade
	Pavimentos
	Textura(s)
	Cromatismo
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Legibilidade
	Segurança
	Conforto
	Ergonomia
	(Multi)Funcionalidade
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Integração
	Resistência
	Durabilidade
	Manutenção
	Higiene urbana
	Sustentabilidade
	Ambiente
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Paisagem
	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação
	Responsabilidade social

O Programa Polis de Castelo Branco promoveu um conjunto abrangente de obras de requalificação e valorização da cidade que implicaram várias disciplinas do desenho e que, como tal, não dispensou a participação do design nas suas diferentes áreas.

A sua presença é incontornável nos diferentes contextos, sendo clara a intenção de renovação das funções e da imagem da cidade – factores promotores de diálogos entre o património antigo e uma visão contemporânea de cidade, tornando-a mais moderna e atractiva para os seus cidadãos.

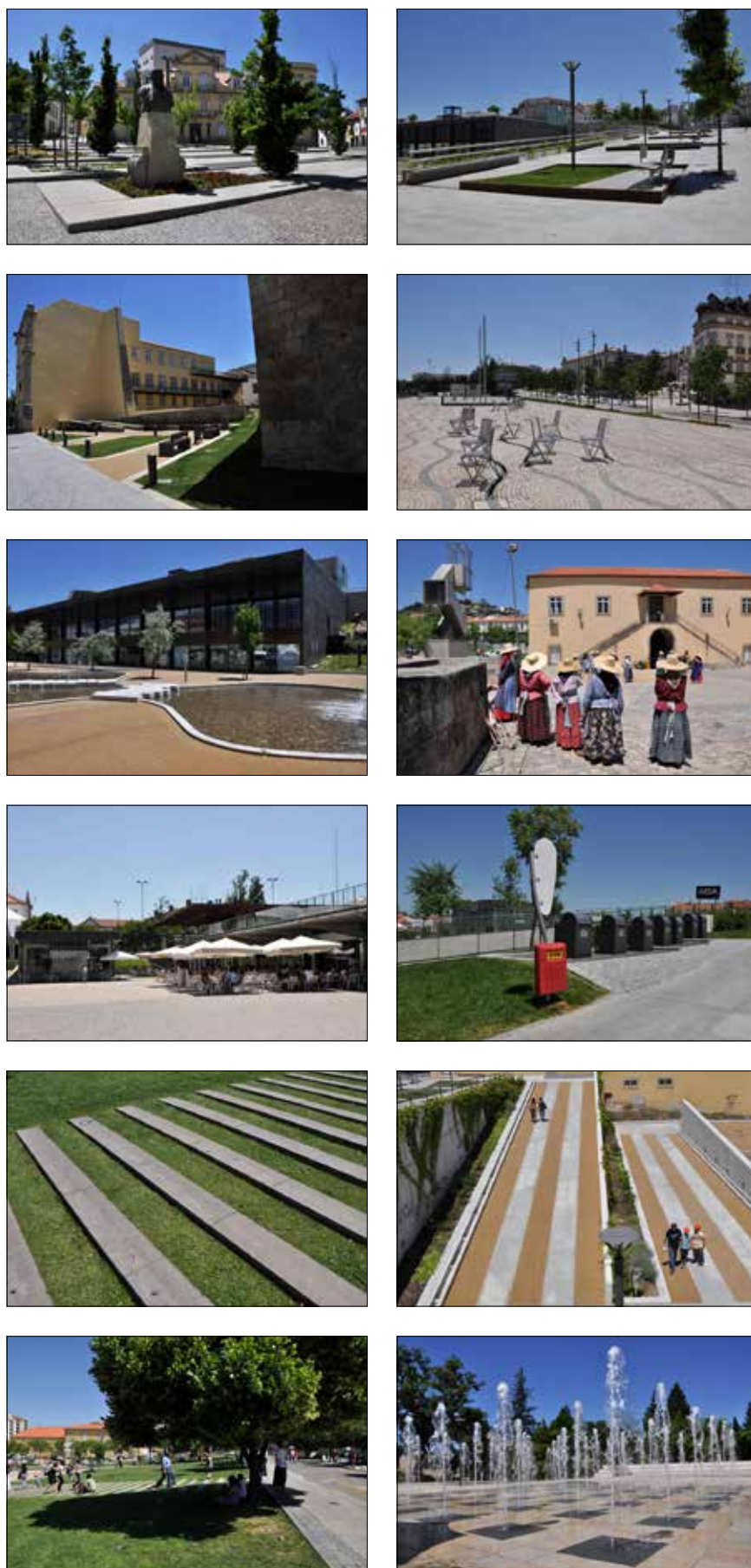


Figura 14 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Castelo Branco



5.4.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Do castelo a cidade inquieta-se... num desalinho de ideias muitas...
de tantos, da história.
Uma escada estreita desce ladeada pelo tempo de ciprestes eternos.
O miradouro é calmo, acolhedor, intimista... o panorama cala-nos.
Pela encosta descem caminhos contornando casas aventureiras. Desaguam na cidade baixa
à procura da planura de encontros e desencontros urbanos.
Há um ritual de organização e alinhamento... o asseio é uma condição de vida,
a higiene faz-se de pedra limpa.
Passeios rebaixam-se para ceder a passagem.
O espaço público é feito de inclusão física e simbólica.
As disciplinas do desenho são cúmplices assumidas... deambulam pela plástica de
paredes e calçadas.
Festas e evocações do passado cultural consagram espaços disponíveis aos
contrastes do tempo e do modo.
Mulheres vestidas de outro tempo simulam actos ancestrais de uma (agri)cultura que
cantam para colorir o esforço.
Quadrados recortados sobre a pedra arrumam troncos de árvores.
As luzes perseguem os meandros da cidade.
Crianças transpõem poldras brincalhonas que vencem a face da água.
Árvores vigiam a infância do movimento.
O sentido material das coisas é invocado no dobrar dos sítios.
Grafias e formas no pavimento animam cores e materiais.
A praça assiste ao riso cromático de canteiros e vivazes...
há árvores que participam na coreografia lá do alto.
A fluida naturalidade do passeio público é interrompida pelo excesso de alguns tiques artificiais.
A ideografia acontece no rosto de objectos que dizem.
O património recupera a história em espaços intimistas. O uso cultural desses espaços
seduz gente que se envolve com eles.
Os carros ficam debaixo do chão... a imagem da cidade reconhece.
Um outro jardim pinta o chão com flores de cor rompendo as pedras.
A água desce uma escada com o corpo todo... num chilrear hídrico.
O parque infantil fica sob a tensão de uma nova didáctica do brincar... partilham-se
possibilidades de gozo.
Há riscos de sombra sobre o desenho duro da pedra.
As árvores acolhem a sombra formal de gentes no jardim antigo.... outras deitam-se sobre
o tapete informal do jardim contemporâneo.
Linhas espessas de madeira (inter)rompem a relva. Permitem a passagem delicada sem a tocar.
Luz e objectos urbanos povoam espaços excessivos.
Há magotes de pessoas... confundem-se gestos e gente.
Cores, texturas e sinais subtis conduzem passos perdidos.
Depois a arquitectura moderna intromete-se entre repuxos de água...
que se aventuram no ar esperando alcançar o chão.
O centro cívico é tomado pela fama pública. Há uma sensação de
mediação profunda que renovou a memória da cidade.
Nas esplanadas há gente que fala e se cala... olham e são olhadas... é o espaço público.
Cadeiras... à espera de um destino incerto... são protagonistas de
um teatro ao sol, à chuva... ao tempo!

5.4.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Castelo Branco, salientando-se o seguinte:

- A intervenção determinou um processo integrado de acções de qualificação e valorização da cidade, de que se destacam o reforço da estrutura verde, o condicionamento do trânsito e o acréscimo de espaços de estacionamento, a criação e alargamento de espaços pedonais, a construção e recuperação de equipamentos lúdicos e culturais, a reabilitação do Centro Histórico e a criação de novas centralidades urbanas;
- O design surge associado à qualidade e diversidade da intervenção nos âmbitos do equipamento e acessibilidades, da imagem e inovação, da funcionalidade e segurança e do ambiente e sustentabilidade - constatações que se repercutem na qualidade do actual espaço público;
- Os novos diálogos entre os patrimónios antigo e contemporâneo e a afinidade entre diferentes lugares da cidade fomentaram dinâmicas culturais e de humanização dos contextos que concorreram para a revitalização e melhoria global da qualidade de vida urbana.



5.5 GUARDA E PROGRAMA POLIS

A presença humana na zona da Guarda data do final do período Neolítico, em face dos vestígios e achados arqueológicos, sendo que a fundação da cidade aconteceu em 1199, por concessão de foral de D. Sancho I.

Durante os seus 800 anos de existência, assistiu a múltiplos acontecimentos históricos – luta pela independência, sancionamento de tratados, estabelecimento de acordos diplomáticos e convocação das Cortes.

No reinado de D. Filipe II de Espanha, a Guarda contrai funções de *Porta Económica*, o que se vem acentuar em 1882, com o surgimento das linhas de caminho-de-ferro da Beira Baixa e Beira Alta.

Na época medieval o Centro Histórico encontrava-se intramuros, e foi à volta deste e até 1950 que a cidade se expandiu, sendo que, para lá das muralhas, havia um tecido urbano caracterizado por edificações dos séculos XVIII e XIX, ao qual foi sobreposto “(...) uma estrutura de espaços públicos e uma organização urbana referenciável a conceitos urbanísticos modernos e funcionalistas” decorrentes de planos de 1949 e 1972 (MAOT, 2000e).

Dessa estrutura são evidentes preocupações ao nível das circulações viárias, dos equipamentos sociais, saneamento e salubridade, sendo de destacar a implementação e redimensionamento de espaços verdes.

Mais recentemente e dada a fisionomia da cidade, acidentada e elevada, a sua expansão foi sendo feita ao longo de ruas e estradas, sendo que a “(...) forte expansão residencial dos anos 80 e 90 acentuou o crescimento urbano no sentido nascente apoiado na estrada de ligação do núcleo urbano central à estação de caminho-de-ferro” (MAOT, 2000e, p. 19) – o que não se revelou adequado à estruturação do espaço urbano e à qualidade de vida urbana.

A alteração deste cenário é defendida em 1994 com a conclusão da elaboração do Plano Director Municipal, sob o qual o Programa Polis pretendeu compatibilizar-se, com os ajustamentos considerados necessários.

A Guarda, capital de distrito e sede de concelho, situa-se na região Centro e sub-região Beira Interior Norte, possuindo uma população de 42 460 habitantes.

A localização geográfica da cidade acentuou a sua condição periférica no quadro urbano nacional, atenuada contudo pelo seu estatuto de capital de distrito e sede de concelho, o que foi determinante para, ao longo de muito anos, se afirmar como “(...) “centro distribuidor” de relações económicas, culturais e turísticas (...)” (MAOT, 2000e, p. 22), e desse modo, garantir a fixação de um núcleo populacional essencial à continuidade do seu estatuto de cidade viva.

Quanto ao seu património cultural, a Guarda é detentora de vários elementos arquitectónicos de origem militar e religiosa, dignos de registo: a Sé, várias igrejas, capelas, torres, paços, solares, entre outros testemunhos notáveis do património guardense, como as portas da cidade, castros e vários achados arqueológicos.

Do seu património natural e naturalizado regista-se a existência de jardins e outros espaços verdes que, à data da implementação do Programa, mereciam processos de qualificação física e ambiental, assim como o rio Diz e a sua envolvente.

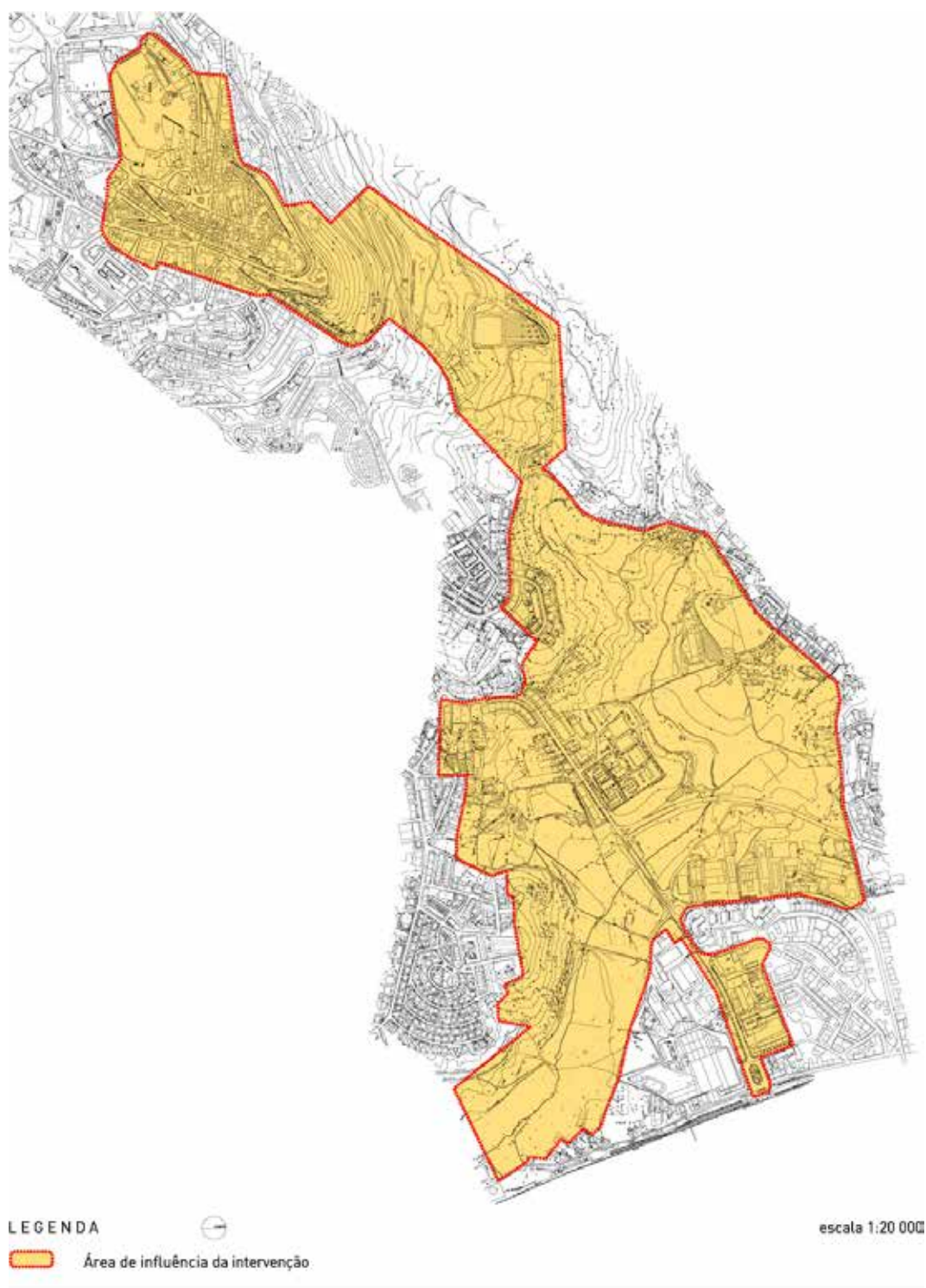


Figura 15 - Área de influência do Programa Polis da Guarda

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis da Guarda / GCPP

O Programa Polis da Guarda pretendeu, no quadro da realidade já indiciada anteriormente, um ambicioso quadro de intervenções não apenas circunscrito à urbe consolidada, mas articulado com a cidade imediata através da criação de um novo parque multifuncional, a que aliou a recuperação e reintegração do rio Diz – síntese que aponta para a valorização do património histórico, natural e edificado.



Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “Criação de um Parque Urbano, com a integração de novos equipamentos de cultura, recreio e lazer;
- Recuperação e integração do rio Diz no Parque Urbano como elemento de valorização ambiental e paisagística;
- Requalificação do Centro Histórico com o incremento das áreas pedonais e a constituição de um espaço público de qualidade;
- Constituição de um “verde contínuo” entre a zona histórica da cidade e o Parque Urbano” (MAOT, 2000e, pp. 40-41).

Objectivos cuja ambição das acções neles inscrita, permite uma alteração das relações espaciais e funcionais da cidade, decorrentes não só dos processos de qualificação da sua imagem patrimonial, mas também do estabelecimento de relações geradoras de uma articulação mais coerente entre o casco urbano antigo e as zonas de expansão urbana, em que se integra o novo parque e os planos de água do Diz.

A criação e/ou reformulação das vias e circulações, com particular interesse para as vias pedonais e cicláveis, convidam ao percurso e à utilização de diferentes contextos de uma cidade mais equipada e geradora de dinâmicas de ocupação alternativas.

O desenho da alteração de modos de vida urbana induzidos por novos espaços e equipamentos de cultura, recreio e lazer, apontam para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e das zonas limítrofes.

5.5.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis da Guarda, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Criação do Parque Urbano do Rio Diz – realizado totalmente;
- Requalificação e Valorização Paisagística da Encosta Norte da Guarda e da Zona da Feira – realizado totalmente;
- Requalificação Urbana da Avenida da Estação e espaço público envolvente – realizado totalmente;
- Requalificação do espaço público no Centro Histórico – realizado parcialmente;
- Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental e sinalética – realizado parcialmente.



Figura 16 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis da Guarda

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis da Guarda / GCPP



Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas, elementos e valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 6

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis da Guarda

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Iluminação urbana
	Equipamento lúdico
	Acessibilidades
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Inovação
	Renovação
	Diversidade
	Cromatismo
	Materiais
	Legibilidade
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança
	Conforto
	(Multi)Funcionalidade
	Integração
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência
	Durabilidade
	Manutenção
	Higiene urbana
	Sustentabilidade
	Ambiente
	Paisagem
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação
	Responsabilidade social

Da intervenção efectuada e dos processos que conduziram à mudança em zonas particulares da cidade, reconhece-se a presença do design nas suas diferentes *áreas, elementos e valores*, com particular destaque, no novo parque urbano e margens do rio Diz.

De referir que ao nível das soluções de *pavimentos* e respectivas *texturas*, sobretudo na Praça Luís de Camões, se verificam problemas de utilização, o que justifica a sua ausência do quadro anterior.

Globalmente, o design assume um papel importante na concretização das várias acções do Programa, pelos contributos formais e funcionais, indutores da utilização dos novos espaços e objectos urbanos.

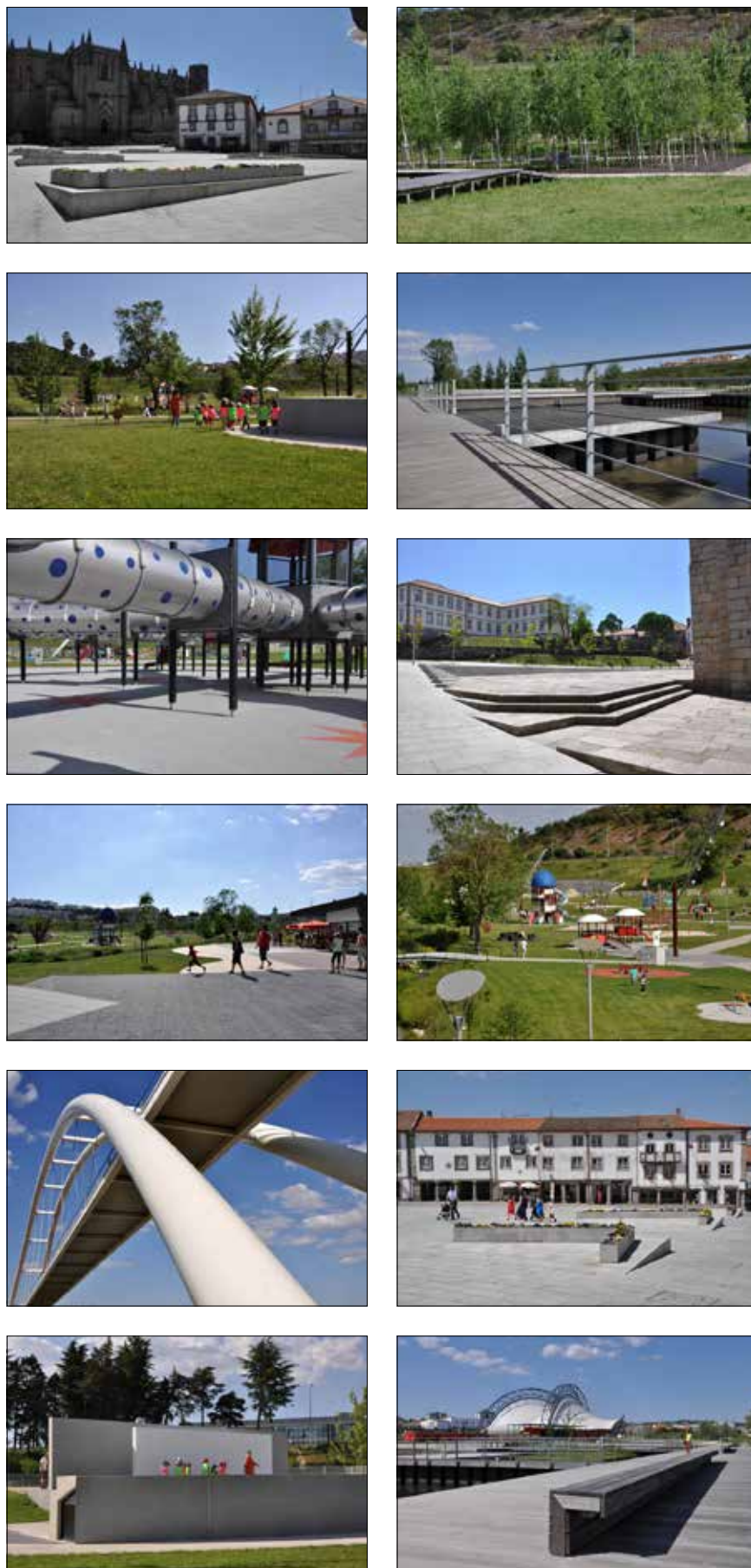


Figura 17 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Guarda



5.5.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Uma praça sob a consciência austera de uma catedral atenta
a uma espacialidade de identidade difusa.
D. Sancho deixou de ser protagonista... o jardim não existe... o centro ausentou-se.
O desenho (ar)riscou a nova realidade urbana.
O lajedo simples valoriza o chão, mas sente-se a ausência de vida.
A catedral não tem quem a desafie.
As pessoas invadem passivamente a praça... ressaltos interrompem o tactear do chão.
Ao centro passam os predestinados à missa... nas margens alguém fica ausente.
Há objectos automóveis que tangem a catedral humilhando a imagem do lugar.
Árvores e elementos metálicos hirtos disciplinam... protegem o património.
Na senda da cidade pressente-se a evolução formal e funcional de novos caminhos.
O novo parque é um sítio de retorno à ecologia... da natureza autóctone à
naturalização do território.
As pessoas encontram-se à sombra de conversas sob o viço de copas de árvores.
A arquitectura regista a exuberância de um objecto tenso... escultórico... lúdico... que
abriga crianças em fuga.
Planos de água abrandam sob plataformas de aço e madeira à espera de gente.
A linguagem mínima permite a atitude passiva... contextual.
Há protecções que evitam a água... em segurança.
Pelo verde... aqui e além, a terra eleva-se do chão à espera que a dominem.
Elementos de pedra magra alinham-se religiosamente.
O verde é interrompido por texturas que animam pés e mãos.
O parque é lúdico para crianças que desafiam a destreza.
A cor e a plástica abundantes... induzem ao brincar criativo.
As regras desenhadas no chão convertem curvas em rectas... e ângulos no fim do jogo.
Permite-se a diversão, o uso e a apropriação. As crianças hesitam entre tudo e nada.
Mais além uma ponte de andar a pé deixa um rasto de linhas brancas sob fundo azul.
Os equipamentos convidam a múltiplas actividades e momentos.
Percebem-se crianças que trazem os pais pela mão.
A arborização jovem anima bosquetes intimistas de um romântico ardente.
As zonas funcionais intrometem-se nos espaços de fruição e silêncio.
O bucólico é sublimado por um rio magro, diria um ribeiro que ... Diz.
No chão fica-se mais próximo da terra... é um prazer para os sentidos.
A informalidade do verde dispensa objectos supérfluos.
Novas luzes (re)animam quadros urbanos.
Uma linha de água tímida completa o cenário sob a torrente de sol.

5.5.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis da Guarda, salientando-se o seguinte:

- Da intervenção de requalificação urbana e valorização ambiental da cidade da Guarda, merecem particular referência o aumento de lugares de estacionamento público, o incremento da pedonalização e da ciclovias, o condicionamento parcial do trânsito automóvel, a requalificação do Centro histórico, a criação de um novo Parque Urbano multifuncional que contribuiu para um aumento significativo da área verde na cidade e a recuperação, integração e acessibilidade pública à frente de rio;
- A participação do design na intervenção contribuiu para a reinvenção e/ou transformação de espaços, participando com novas referências estéticas e materiais, fundamentalmente na área da imagem e inovação, o que se reflectiu na leitura e interpretação das (multi) funções e linguagens dos novos e renovados contextos urbanos;
- A consciencialização dos valores patrimoniais e ambientais suscitados pelos recursos históricos e naturais promoveram uma estratégia que conduziu ao estreitamento da relação entre a cidade antiga e a cidade recente - plano que conduziu à possibilidade de usufruto dos diferentes contextos, com particular destaque para os espaços de recreio, cultura e lazer proporcionados pelo novo Parque Urbano.



5.6 LEIRIA E PROGRAMA POLIS

Leiria, denominada Laberia Galla Flamina no século I, foi ocupada durante anos por Suevos e Visigodos e em 753 pelos Mouros. Foi tomada em 1135 por D. Afonso Henriques, novamente invadida pelos Mouros e reconquistada pelos Cristãos em 1142, ao que se seguiu a atribuição do seu primeiro foral e a aquisição do título de vila. Em 1190 foi novamente invadida pelos mouros, facto que leva à reconstrução da sua muralha por D. Sancho I e a atribuição de um novo foral em 1195 e um outro em 1510, concedido por D. Manuel (MAOT, 2000f).

Episódio de grande valor simbólico é a doação de Leiria a D. Isabel por D. Dinis – o qual manda erigir a torre de menagem do castelo e supostamente, terá ordenado a reconstrução e ampliação da cerca da vila e das respectivas torres de atalaia na encosta – em cuja base e no século XV os judeus se instalaram em grande número.

No século XVI a cidade expande-se, abandona a cerca antiga e aproxima-se do trajecto sinuoso do rio, transpondo-o e ocupando a margem direita do Liz.

O século XIX traz o caminho ferroviário e o incremento das ligações interurbanas, no entanto, só em 1956, Leiria intensifica a sua rede de comunicações com a construção da estação rodoviária.

O surgimento da electricidade acelera as primeiras obras de urbanização em 1912, mas é nos anos 60 que o modo de vida e a ocupação do espaço urbano se modifica, resultante do seu acelerado crescimento industrial – transição que determina que Leiria deixe de ser uma cidade-província.

Tais factores, aliados ao dinamismo comercial, resultaram na quase duplicação da população entre as décadas de 70 e 80, o que dá origem a uma grande densidade populacional nas zonas residenciais suburbanas, já ocupadas pela indústria, levando a uma alteração radical da paisagem. A separação física cidade-campo deixa de existir e o planeamento torna-se decisivo na gestão do crescimento urbano.

A elaboração de vários planos iniciados em 1949 culmina com a aprovação do Plano Director Municipal em 1995, com o qual o Programa Polis se compatibilizou, embora com ajustamentos posteriores (MAOT, 2000f).

Capital de distrito, Leiria localiza-se na região Centro e sub-região Pinhal Litoral, contando com uma população de 127 468 habitantes.

Situada numa posição geográfica privilegiada no contexto nacional, é dotada de acessibilidades e demais infraestruturas que a colocam numa posição que potencia o desenvolvimento da sua indústria, comércio e serviços, sendo de sublinhar a forte presença de escolas superiores, importantes à qualificação da sua população.

Cidade com história, apresenta um património que lhe marca a imagem, desde logo o seu castelo, mas também a Sé de Leiria e outros edifícios de arquitectura religiosa, museus e teatros, entre outros edifícios públicos e privados que marcaram o esforço de renovação estética da cidade ao longo do tempo e que definem a sua atmosfera patrimonial.

Do seu património natural e naturalizado, merecem referência jardins e zonas verdes de enquadramento, das quais não podemos dissociar o rio Liz e as suas margens, enquanto elemento agregador da evolução da cidade – e que esta ignorou durante décadas.

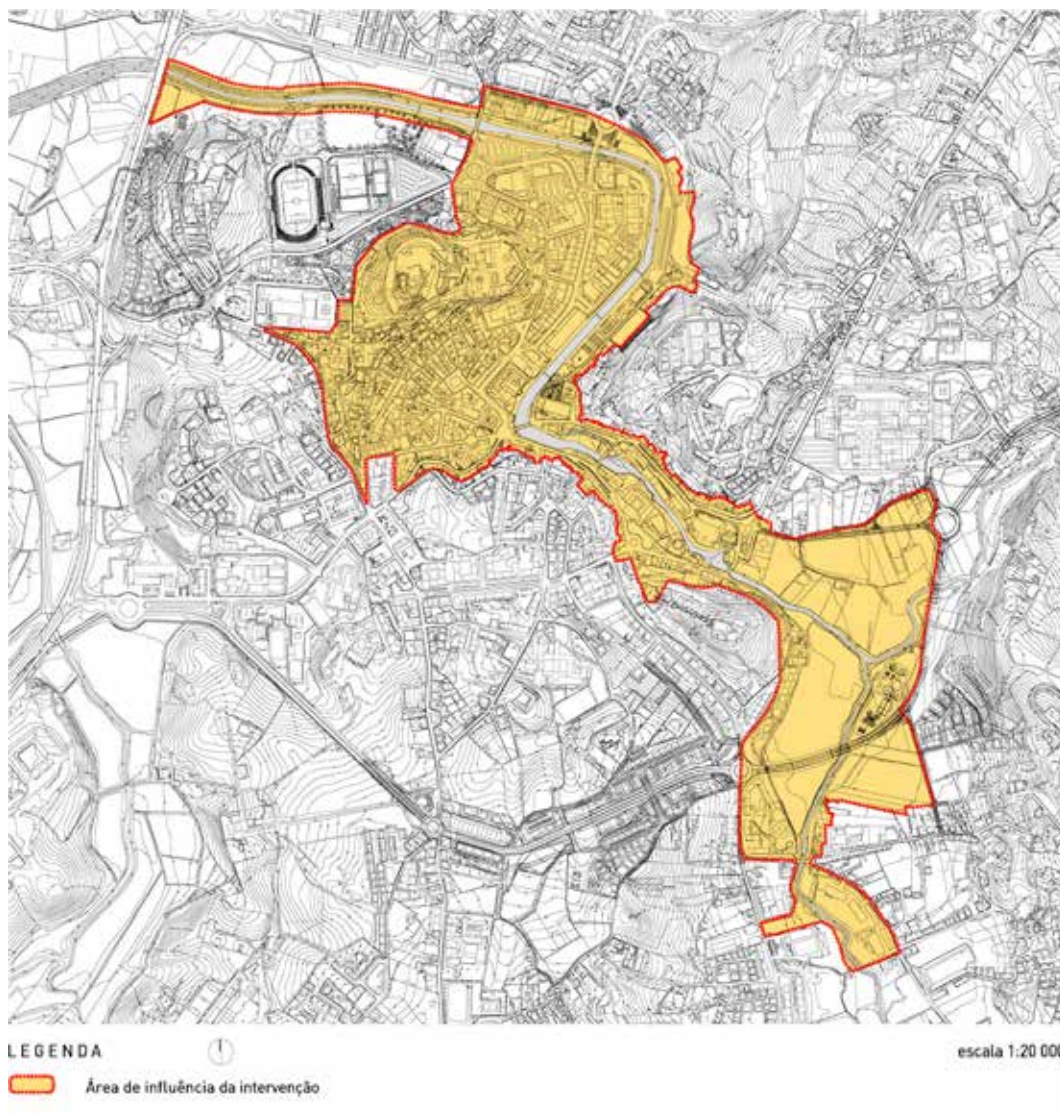


Figura 18 - Área de influência do Programa Polis de Leiria

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Leiria / GCPP

O Programa Polis de Leiria pretendeu, em primeiro lugar, a recuperação do rio como elemento estruturante de outras intervenções capazes de (re)organizar a cidade à volta de espaços e equipamentos participantes do ambiente e da paisagem urbana - plano que se designou por “Sistema Rio”.

Trata-se de um plano que, ciente de um rio, elemento da génese da cidade, o quis inscrever nas suas linhas centrais de orientação, regenerando-o e integrando-o na paisagem urbana presente e futura.



Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “Restituição do rio à cidade devolvendo-lhe o seu carácter estruturante;
- Constituição de um percurso pedonal/ciclovía, potenciando a fruição e valorização do património natural, arquitectónico e museológico;
- Criação de um “verde contínuo” como estrutura de valorização ambiental e paisagística da cidade;
- Reordenamento da malha viária, permitindo a criação de um amplo espaço pedonal ligando o Centro Histórico ao rio” (MAOT, 2000f, p. 40).

Da intenção global implícita no Programa e nos objectivos descritos, é claro o propósito de um processo integrado de requalificação, renovação e refuncionalização dos espaços marginais ao rio, chamando a cidade a si, através de novos percursos, pontes, estacionamento, equipamentos de conhecimento, cultura e lazer – uma nova imagem verde, a despoluição do rio e a recuperação de elementos ancestrais, como o moinho, que vai buscar à água a sua razão de ser.

Esta foi uma ambição que exigiu o compromisso interdisciplinar na reformulação e criação de novos atributos urbanos, ao mesmo tempo que o processo de reconciliação da cidade, com o seu centro tradicional, impôs a convocação dos valores da cidade histórica e ecológica – diligências que pretenderam a humanização dos contextos e a sua legitimação.

5.6.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Leiria, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Requalificação do espaço público de S. Romão – Sistema Rio – Zona 1 – realizado totalmente;
- Requalificação do espaço público do Lis/Sirol – Sistema Rio – Zona 2 – realizado parcialmente;
- Requalificação do espaço público e criação de estacionamento subterrâneo de S. Agostinho – Sistema Rio – Zona 3 – realizado totalmente;
- Requalificação do espaço público, túnel e estacionamento subterrâneo de S. Paulo VI – Sistema Rio – Zona 4 – realizado parcialmente;
- Requalificação do espaço público, designadamente, percursos pedonais e ciclovía Rio Lis – Sistema Rio – Zona 5 - realizado totalmente;
- Requalificação do espaço público, designadamente, percursos pedonais e ciclovía Rio Lis – Sistema Rio – Zona 6 – realizado totalmente;
- Requalificação do espaço público, designadamente, da Zona Histórica, elevação ao castelo e estacionamento subterrâneo – Sistema Rio – Zona 7 – realizado totalmente;
- Pontes viárias, pedonais e obras hidráulicas – realizado totalmente;
- Pontes pedonais (temáticas) – realizado totalmente;
- Monitorização e Sensibilização Ambiental – realizado totalmente;
- Educação Ambiental / Comunicação – realizado totalmente.

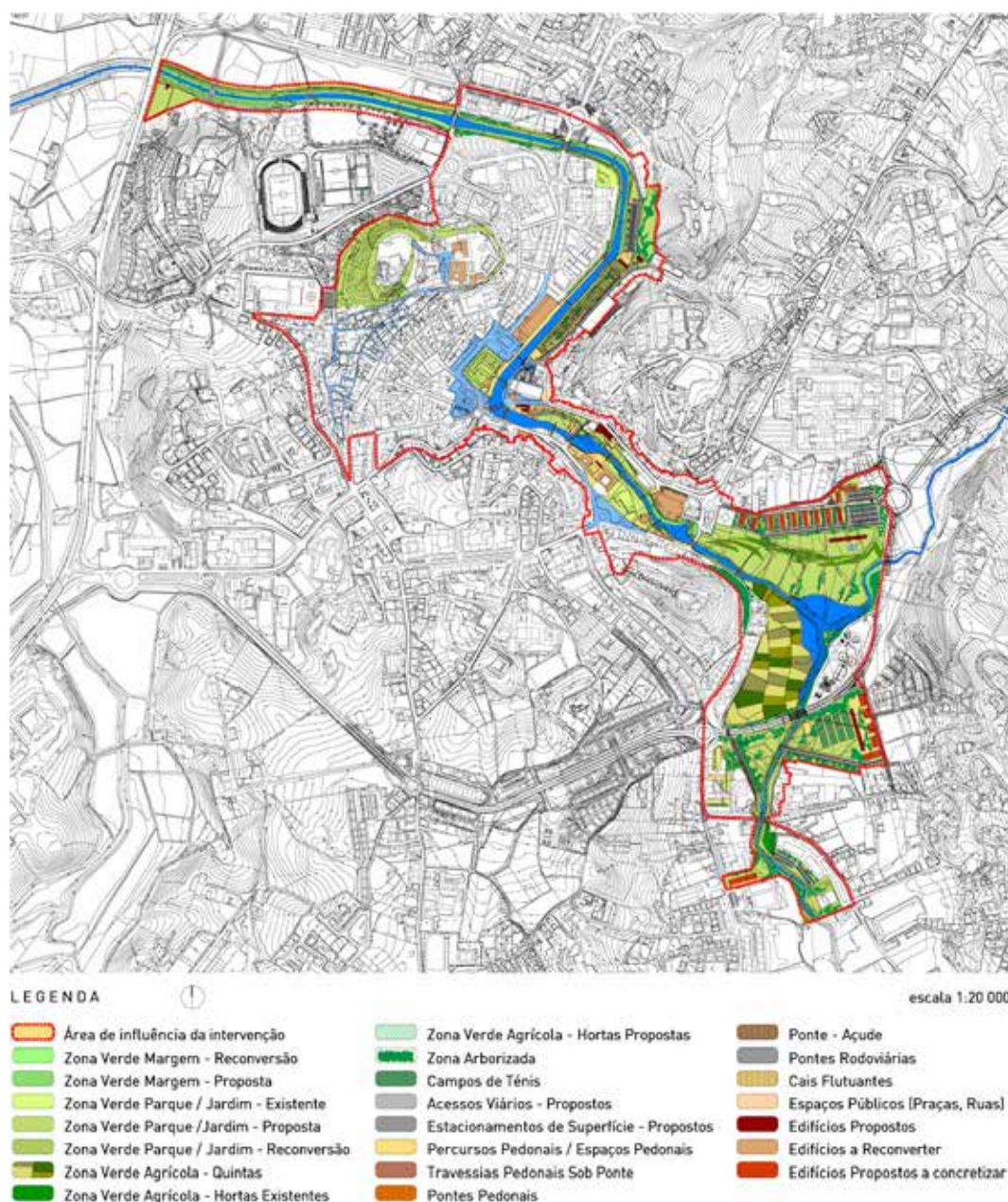


Figura 19 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Leiria

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Leiria / GCPP





Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas*, *elementos* e *valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 7

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Leiria

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Equipamento lúdico
	Sinalética
	Acessibilidades
	Monitorização ambiental
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Estética
	Renovação
	Diversidade
	Texturas
	Cromatismo
	Legibilidade
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança
	(Multi)Funcionalidade
	Integração
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Higiene urbana
	Ambiente
	Paisagem
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação

O Programa Polis de Leiria e a implicação do design na sua concretização retratam uma cumplicidade que é visível nos seus diferentes contextos patrimoniais e se repercutem na imagem e renovação da cidade.

De referir contudo que, ao nível do *mobiliário urbano* e *iluminação*, se verificam ausências que comprometem a qualidade final da intervenção nalgumas das suas zonas, o que justifica a sua ausência do quadro apresentado.

Genericamente, são contudo evidentes os contributos efectivos do design para o uso e apropriação de espaços e objectos, reforçando-se assim a relação da cidade com os seus cidadãos.



Figura 20 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Leiria



5.6.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

A cidade antiga anuncia-se da colina... o castelo parece sorridente.
O acesso ao topo do monte é feito de ferro e madeira por entre uma encosta de natureza.
As árvores registam a sazonalidade e pintam a cidade em tons difusos.
Pontes temáticas falam-nos das suspeitas intimidades entre a arte e o design.
Permitem-nos atravessar ou ficar à margem.
Materiais outros de naturezas tantas... a cor vibrante paira sobre a água em tons de vermelho.
Outras pontes ondulam sobre o rio
duvidando do conceito de passagem para a outra margem.
Objectos de design (pre)ocupam o espaço.
A ancestralidade do moinho gira numa roda que captura e lança água ao sabor do rio.
A mobilidade anda a pé e de bicicleta.
A ciclovía imita o movimento do rio e cruza a cidade.
Um plano texturado por esculturas prostradas no chão iluminam carros ocultos.
A comunicação indica o lugar da imobilidade.
O chão de calçada e relva é disciplinado por retículas de pedra negra.
Um xilofone urbano recupera sonoridades da terra.
A efemeridade traz e leva gente a sítios resgatados ao abandono.
O património urbano reinventa-se apelando a novos fins.
O rio Liz passeia-se curvando pela cidade... os muros amparam-lhe a deriva.
Há gente que olha, descansa, paira, conversa.
As árvores denunciam volumes entre luzes e noites.
Luminárias e papeleiras educam a cidade por entre olhos e mãos.
O rio marca presença sob a vénia de plátanos e de outra botânica autóctone.
Os pavimentos marcam o chão... desenharam a racionalidade do andar.
O mobiliário urbano é tranquilo... materiais e formas comprometem-se.
As pessoas gozam o espaço, apropriam-se dele, querem-no.
A democracia urbana ainda existe.
A sombra prolonga a romaria... o folclore evoca as cores do passado.
Jogos tradicionais sucedem-se... a malha acerta na voz de jogadores tardios.
A ciência também vem à rua numa atitude lúdico-pedagógica.
Mais longe... um parque eclético de múltiplos espaços, usos e apropriações.
Desportos de gente radical... graffiti a propósito. Vigia-se o perigo controlado.
Crianças e jovens voam sobre objectos que fogem do chão.

5.6.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Leiria, salientando-se o seguinte:

- A intervenção de qualificação e valorização do património urbano determinou a ampliação da área verde, a disponibilização pública da frente de rio, a criação de Centro de Monitorização Ambiental, o aumento de ligações intermargens, o incremento de percursos pedonais e cicláveis, a restrição e/ou regulação do acesso automóvel, a criação de lugares de estacionamento automóvel, o aumento da área de praças e a dotação de equipamentos de cultura e lazer;
- No que respeita ao design, deve sublinhar-se a sua participação no âmbito dos valores que integram a área da *imagem e inovação*, destacando-se a sua implicação nos exercícios interdisciplinares de criação de várias pontes temáticas, e no campo do equipamento, o seu contributo no domínio do lúdico;
- A *restituição do rio à cidade* concorreu para retomar o seu centro tradicional, renovar e ampliar os espaços de uso e de relação social - circunstâncias que vieram promover a fruição da paisagem e do ambiente numa perspectiva intergeracional.



5.7 VIANA DO CASTELO E PROGRAMA POLIS

Originária do período Mesolítico, Viana do Castelo recebeu carta de foral em 1258, concedida por D. Afonso III, enquanto Viana da Foz do Lima – tendo sido elevada a cidade no ano de 1848 por D. Maria II, com o nome de Viana do Castelo.

O seu património edificado, marcado por diversas tendências e estilos – Renascentista, Manuelino, Barroco e Art Deco – foi dando sequência aos vários legados, numa atitude de respeito pelo traçado antigo, que em 1374 se viu confinado por uma cerca e uma estrutura intramuros - uma miniatura de um burgo medieval.

No século XVI, com o desenvolvimento do comércio, do tráfico e tráfego marítimos e da construção naval, dá-se um incremento da criação arquitectónica e urbanística, o que vem influenciar a sua “(...) urbanidade e marcar de forma indelével o desenho da cidade pelo espantoso aumento do traçado viário, que excede largamente as necessidades de enquadramento urbanístico das construções, entretanto surgidas entre hortas e pomares, deixando uma estrutura apontada ao crescimento ordenado da povoação numa quadrícula que reflectia já a busca humanista da cidade ideal. Uma cidade onde à idealização da qualidade de vida e à perfeição das relações sociais se associava um desenho urbano baseado em formas rectilíneas puras” (MAOT, 2000g, p. 15).

O final do século XIX traz uma nova fase de crescimento urbano que fica marcado pela implementação da ferrovia que vem estabelecer e impor os limites da cidade. Mas tratando-se de uma cidade com amplas frentes de água, em 1917 são efectuadas grandes modificações para a construção de um cais e regularização das margens, que se prolongaram até finais dos anos setenta e que, com a deslocalização do porto marítimo, permitiu a existência de uma extensa área de margem disponível para a criação de uma frente urbana com grande potencial paisagístico (MAOT, 2000g).

A expansão da cidade para além dos limites da linha férrea durante o século XX, exigiu um planeamento que clarificasse a ocupação do território, o que veio a acontecer com o Antepiano de Urbanização de 1948, culminando com o Plano Estratégico da Cidade em 1995, e a aprovação e publicação do Plano de Urbanização da Cidade em 1999, no qual se integra a intervenção do Programa Polis.

Viana do Castelo, situada na região Norte e sub-região Minho-Lima, é capital de distrito e possui actualmente 88 767 habitantes.

A sua localização próxima do Porto e da fronteira, e as óptimas acessibilidades que a servem, tornam-na numa cidade muito atractiva pelas suas especificidades culturais e paisagísticas, conforme destaca MAOT (2000g) - “Situada na Foz do Lima, ou seja, entre o Rio e o Mar, tem sobranceira a si o Monte de Santa Luzia, local simbólico, de culto e de grande valor ambiental pela diversidade de espécies de flora que inclui.” (p. 21) – quadro com forte presença visual que concilia os ecossistemas ribeirinho, litoral e de montanha.

São ecossistemas que associamos à própria cidade, repositório de um acervo patrimonial singular - “Ecossistema do homem, espaço de criação de riqueza e de fruição do supérfluo, local do histórico e do moderno, da tradição e da inovação” (MAOT, 2000g, pp. 21-22).

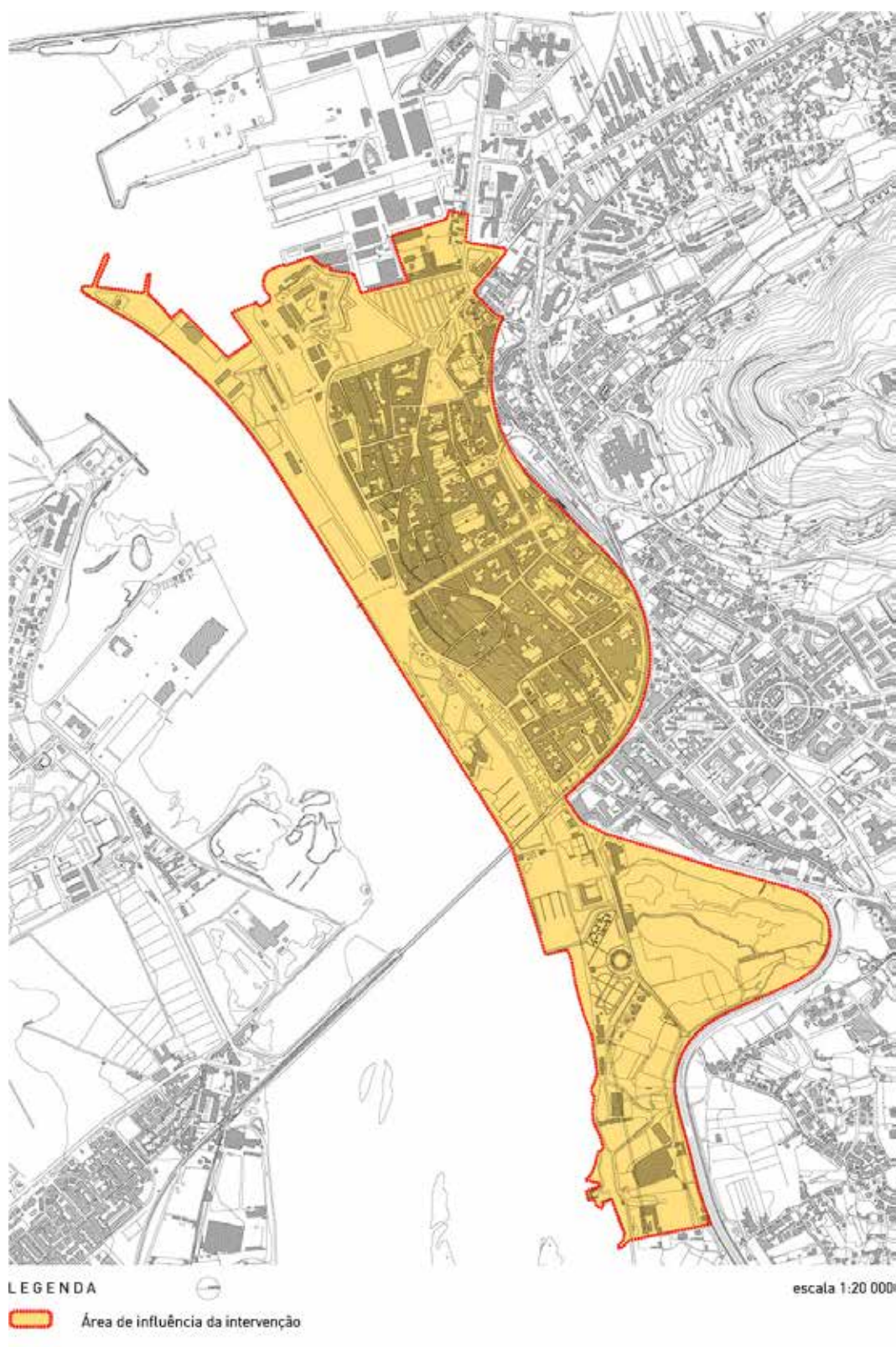


Figura 21 - Área de influência do Programa Polis de Viana do Castelo

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Viana do Castelo / GCPP



O Programa Polis de Viana do Castelo vem entender as novas intervenções na cidade como fazendo parte de uma história que se renova e se adensa num contexto integrador que reúne o mar, o rio e a serra – e não dispensa a cidade desse diálogo intenso.

Ao mesmo tempo convoca para o processo de recomposição de alguns dos seus espaços não só a dimensão material indispensável à sua concretização, mas sobretudo as dinâmicas funcionais, socais e culturais a ele associadas, denunciando o carácter plural do espaço público.

Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “Valorizar a proximidade da presença de três ecossistemas naturais (mar, rio e serra) e o seu cruzamento na cidade, aqui entendida como o ecossistema do homem;
- Qualificar o Centro Histórico, devolvendo-o aos peões e estudando alternativas para a circulação e estacionamento de veículos automóveis;
- Apostar na valorização de toda a Frente Ribeirinha, privilegiando o contacto com o rio e transformando-a num novo centro lúdico, cultural e administrativo da cidade” (MAOT, 2000g, p. 26).

A consciencialização de uma cidade que se revê em cada tempo está patente no Programa e no grupo de objectivos que fundem uma relação profunda entre os patrimónios histórico e natural – designadamente, dos diferentes ecossistemas, do reconhecimento e dos valores monumentais em presença e da amenização das relações com os equipamentos e objectos de uso público.

Fundamentos que sustentam o desejo de reafirmação de uma cidade que se identifica com os seus cidadãos, com o seu quotidiano presente e com o seu futuro que, querendo o mar, o rio e a serra consigo, só pode ter gente boa com ela.

5.7.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Viana do Castelo, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Requalificação do espaço público do Centro Histórico – realizado parcialmente;
- Requalificação do espaço público do Campo da Agonia – realizado totalmente;
- Requalificação do espaço público da Frente Ribeirinha – realizado parcialmente;
- Criação do parque da Cidade – realizado parcialmente;
- Criação de Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental – realizado totalmente.

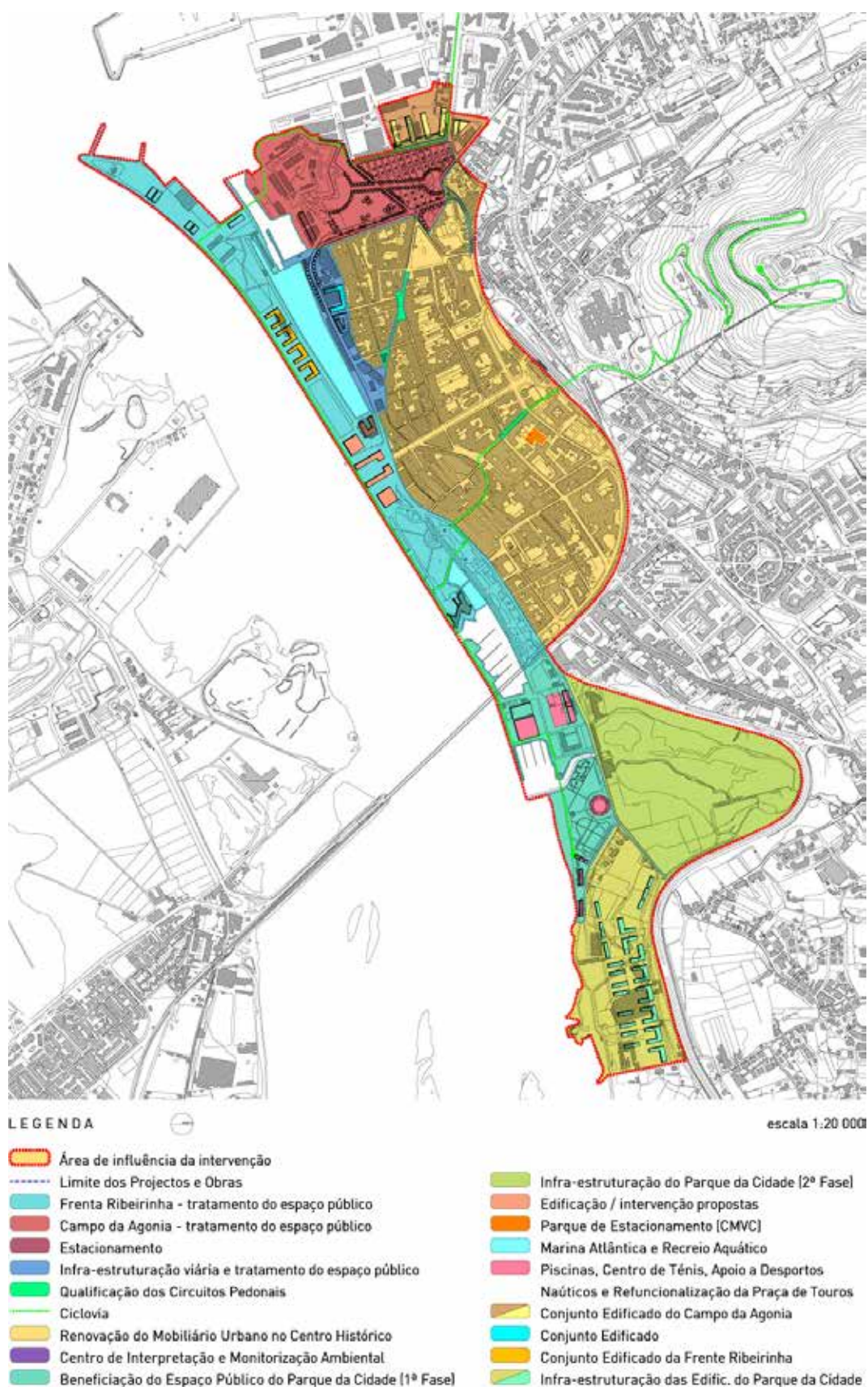


Figura 22 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Viana do Castelo

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Viana do Castelo / GCPP



Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas*, *elementos* e *valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 8

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Viana do Castelo

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Equipamento lúdico
	Informação
	Acessibilidades
	Monitorização ambiental
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Estética
	Renovação
	Diversidade
	Materiais
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Legibilidade
	Segurança
	(Multi)Funcionalidade
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Integração
	Resistência
	Durabilidade
	Manutenção
	Higiene urbana
	Sustentabilidade
	Ambiente
	Paisagem
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Ecologia
	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação
	Responsabilidade social

Da intervenção do Programa Polis de Viana do Castelo subjaz a presença e participação do design no âmbito das diferentes *áreas* consideradas, sendo de destacar o seu contributo no âmbito do *ambiente e sustentabilidade*.

De entre os elementos ausentes do quadro apresentado, destaca-se a *iluminação* como aquele que, sendo uma lacuna, merece referência como aspecto menos positivo da intervenção.

No quadro global e conforme já foi anteriormente sublinhado, trata-se de uma intervenção que dá continuidade a uma cidade que se renova no tempo e que, no âmbito em apreço, importa referir o design como disciplina participante nessa renovação.



Figura 23 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Viana do Castelo



5.7.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

A cidade dá-se delicada e bela.

O natural e o histórico são uma condição desta cidade intensa... das simbioses da paisagem que começa no cimo do monte.

O património passeia-se por ruas, largos e praças... espaço, tempo e gente.

Os objectos do desenho narram funções... insinuam formas.

O espaço (re)desenha-se aos olhos de quem passa e resta plácido.

O verde intensifica-se sob o olhar cromático do prazer... ecológico.

Há uma cumplicidade entre património e sociedade... a imagem faz-se de convivência.

Alinhamentos e axialidades lembram a razão cativa das coisas.

A arte urbana concede sentido à memória...

o espaço público reitera um estado de cultura.

Há automóveis sob o chão tranquilizando a paisagem da urbe.

O passado e o presente encontram-se sob a ambição do futuro.

Em frente ao rio há barcos que evocam o horizonte em movimento.

Pescadores tecem gestos entre malhas profundas intimando a dificuldade das mãos.

O chão acede a pavimentos disciplinados por linhas que fintam o ponto de encontro.

O mobiliário alia-se à disciplina do chão.

As narrativas acontecem em intensidades de fruição variável.

Gente de roupagens coloridas entroniza a festa no espaço público... a cidade está viva.

O folclore canta a festa e agita a vida rodopiante sobre o corpo de mulheres e homens.

Há um património perseverante que os olhos deslindam nos espaços densos da cidade fruível.

O espanto cala-se no olhar.

A rua autoproclama-se como via de aproximação... fluxos... metamorfoses sociais.

O asseio da mobília urbana faz-se de espaço e de público.

Há bicicletas que se detêm no lugar... próprio da ecologia... da sustentabilidade.

Assentos... e alinhamentos são feitos de uma fragilidade floral e de conversas de ocasião.

Pontes de madeira serpenteiam entre a calma lacustre, cuidando da natureza... as águas trazem (re)fluxos... a vegetação cerca a nudez natural da maré.

Há um novo quadro de objectos múltiplos que trazem gente que se move, se senta, se cala... num palavrear feliz.

Os patrimónios histórico e humano imitam-se: olham-se.

Os planos verdes contrastam com as linhas cinzentas que indicam o sentido do andar.

O rio e o mar interpelam-nos. Chamam-nos o olhar e o olhar responde olhando.

Ponte móvel... caminho ou precipício? Percebem-se os mastros de um barco navegando na encenação do objecto.

Outras pontes e passadiços propõem um discurso curvo imitando as subjectividades da água.

A liberdade é feita de chão, horizonte e objectos que nos sentam a ambição.

A arquitectura erudita... legou uma biblioteca que se pôs a ler o rio.

5.7.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Viana do Castelo, salientando-se o seguinte:

- O processo de requalificação urbana e valorização ambiental da cidade resultou na criação do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, na ampliação da área verde, na criação da ciclovia, no alargamento de circuitos pedonais, no tratamento e equipamento do Centro Histórico, na construção e/ou reformulação de espaços de estacionamento, no reordenamento da circulação viária e na renovação e refuncionalização da frente ribeirinha;
- O design está presente na intervenção revelando contributos técnicos e atributos estéticos influenciadores da renovação do espaço público e da sua apropriação, ao mesmo tempo que materializou soluções ecológicas que contribuem para a preservação de um património natural e/ou naturalizado tão relevante no contexto ecossistémico;
- A intervenção denuncia um processo coerente que radica na consciencialização de uma cidade patrimonial indissociável da sua história, da sua natureza e da sua cultura - condição que exigiu a concretização de soluções capazes da sua dignificação física, simbólica e social.



5.8 VILA NOVA DE GAIA E PROGRAMA POLIS

Vila Nova de Gaia tem as sua origem no Paleolítico, tendo sido invadida no século I pelos Romanos, os quais deixaram marcas da construção da via que ligava Olissipo a Bracara. O povoado ribeirinho da margem esquerda do Douro, designado por Portucale, adquire importância, tendo sido ocupado por vários povos resultante da invasão de suevos, visigodos, árabes e cristãos.

Em virtude do seu posicionamento estratégico, o *castrum antiquum do Portucale*, designação que o distingue do povoamento da margem direita, foi por diversas vezes palco da decisão sobre as fronteiras do reino.

Na sequência da fundação do reino de Portugal, foi concedido o primeiro foral a Gaia em 1255 por D. Afonso III, e a Vila Nova em 1288, por D. Dinis – registando-se o ano de 1834 como a data da sua fusão.

No século XVIII é instalada em Vila Nova de Gaia a Real Companhia de Vinho do Porto pelo Marquês de Pombal, atraindo estrangeiros interessados na comercialização do precioso líquido, o que promoveu um grande desenvolvimento urbanístico ao longo dos seus eixos viários.

O enquadramento paisagístico e a agradabilidade do local atraiu veraneantes no século XIX, com particular destaque para os estrangeiros, o que levou à fixação de numerosa população estrangeira da qual restam as marcas da toponímia de Vila Nova de Gaia.

Fenómeno que se acentuou a partir do princípio do século XX com a suburbanização dos concelhos periféricos ao Porto, tornando Vila Nova de Gaia numa das zonas urbanas com maior densidade populacional do país (MAOT, 2000h).

É em pleno final do século XX, 1984, que Vila Nova de Gaia adquire o estatuto de cidade, surgindo em 1994 o primeiro instrumento de gestão territorial – o Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia, ao que se seguiram alguns planos parciais – sob os quais acontece o Programa Polis.

Vila Nova de Gaia situa-se na região Norte e sub-região do Grande Porto, possuindo actualmente 302 092 habitantes.

É sede de um concelho de atravessamento entre o norte e o sul, apresentando-se como uma cidade que concilia rio e mar, áreas densamente urbanizadas, zonas industriais e até alguns núcleos de carácter ruralizante – o que lhe permitiu uma estrutura económica que se distribui pela indústria, comércio, serviços, agricultura e pescas.

Dotada de um património histórico e natural notáveis, são vários os elementos de arquitectura religiosa, civil e industrial que recontam o passado diverso de Vila Nova de Gaia, em diálogo com uma frente ribeirinha participante de um quadro paisagístico e ambiental únicos, que importa preservar e valorizar.

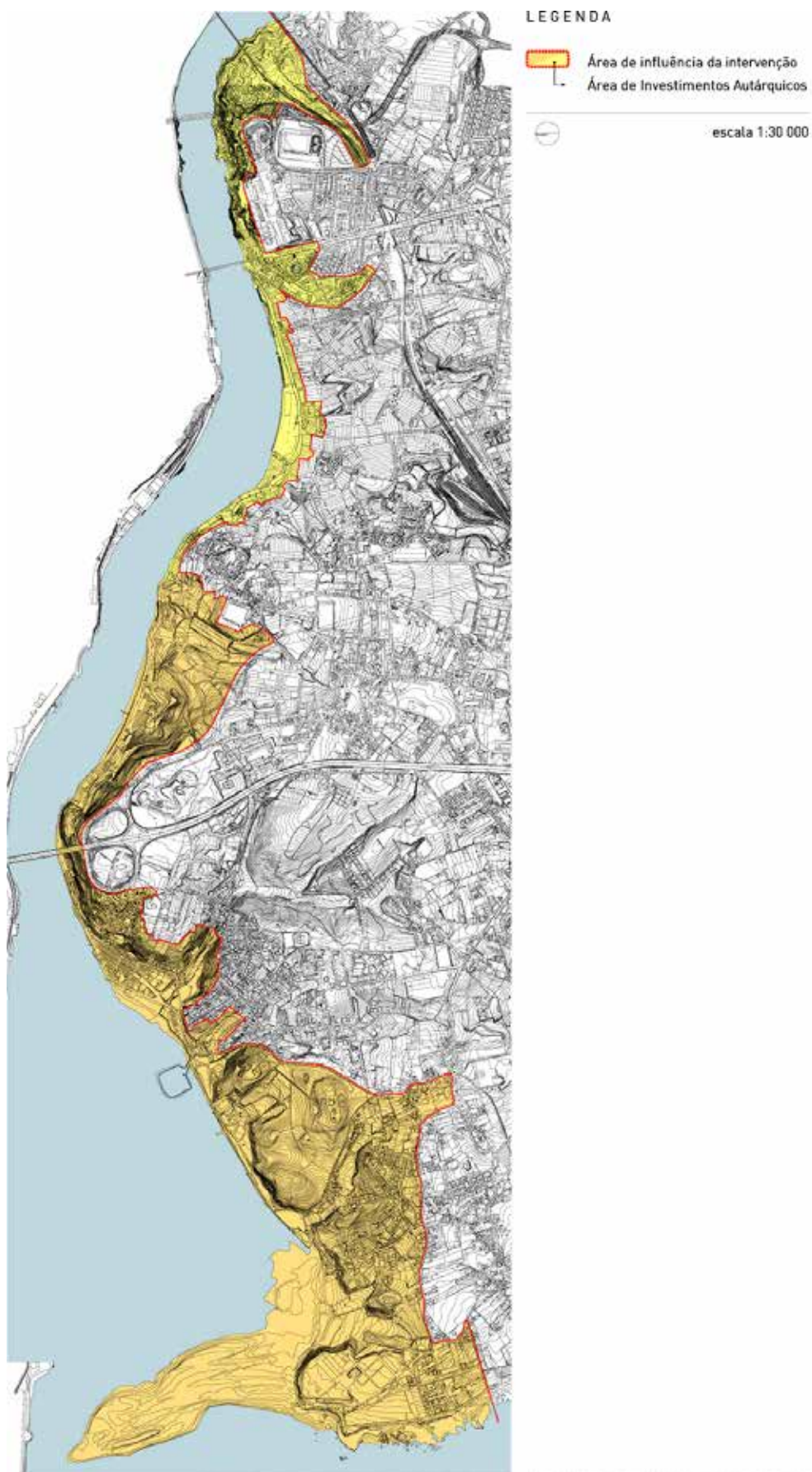


Figura 24 - Área de influência do Programa Polis de Vila Nova de Gaia

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Vila Nova de Gaia / GCPP



O Programa Polis de Vila Nova de Gaia pretendeu a implementação de um processo requalificador dos espaços e da imagem da cidade na relação directa com os ecossistemas naturais, rio e o mar, ao mesmo tempo que privilegiou a refuncionalização do seu espaço público, equipando-o e dotando-o de condições mais favoráveis à mobilidade pedonal e ciclável.

Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “Reabilitação da relação da cidade com o rio, elemento que constitui o seu enquadramento natural na paisagem global da foz do Douro;
- Beneficiação e incremento das áreas pedonais, optimizando a relação destas com a margem do rio e a cidade;
- Incremento das zonas verdes para fruição pública;
- Ordenamento do estacionamento de superfície e a inevitável reestruturação do conceito de trânsito automóvel na marginal;
- Requalificação dos espaços públicos e a regeneração e recomposição do edificado, nomeadamente no novo centro cívico da Afurada;
- Implementação de ciclovia e dos seus percursos pedonais associados, de observação, contemplação e interpretação ambiental, ao longo de toda a frente ribeirinha até ao mar;
- Implementar uma política de usos mistos do solo urbano reequilibrando e contrariando a concentração habitacional;
- Estimular actividades recreativas e culturais;
- Fomentar a utilização dos transportes públicos, formas de mobilidade alternativa como a bicicleta, e a circulação pedonal” (MAOT, 2000h, pp. 27-28).

O Programa e os objectivos definidos assumem a qualificação e valorização do potencial paisagístico da cidade como um dos seus desígnios fundamentais, tendo por referente o enquadramento intermargens de grande valor simbólico e turístico.

Do carácter funcional de que se reveste o resultado das acções implícitas, fica clara a intenção de ordenar o tráfego automóvel, reformular o traçado da marginal, gerir espaços de estacionamento, implementar vias pedonais e cicláveis e incrementar as zonas verdes, acções que pretendem reabilitar a relação da cidade e dos cidadãos com o rio, propiciando o uso cívico da frente ribeirinha, numa relação cultural indissociável da história, da vida e do futuro da cidade.

5.8.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Vila Nova de Gaia, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Requalificação e reperfilamento da Frente Ribeirinha – realizado totalmente;
- Operações de reestruturação urbana – realizado parcialmente;
- Plataforma do Porto de Pesca – realizado totalmente;
- Arrumos de aprestos de apoio à actividade piscatória – realizado totalmente;
- Construção do Centro Cívico da Afurada – realizado totalmente;
- Parque urbano do Vale da Afurada – realizado parcialmente;
- Beneficiação dos espaços públicos da Afurada – realizado totalmente.

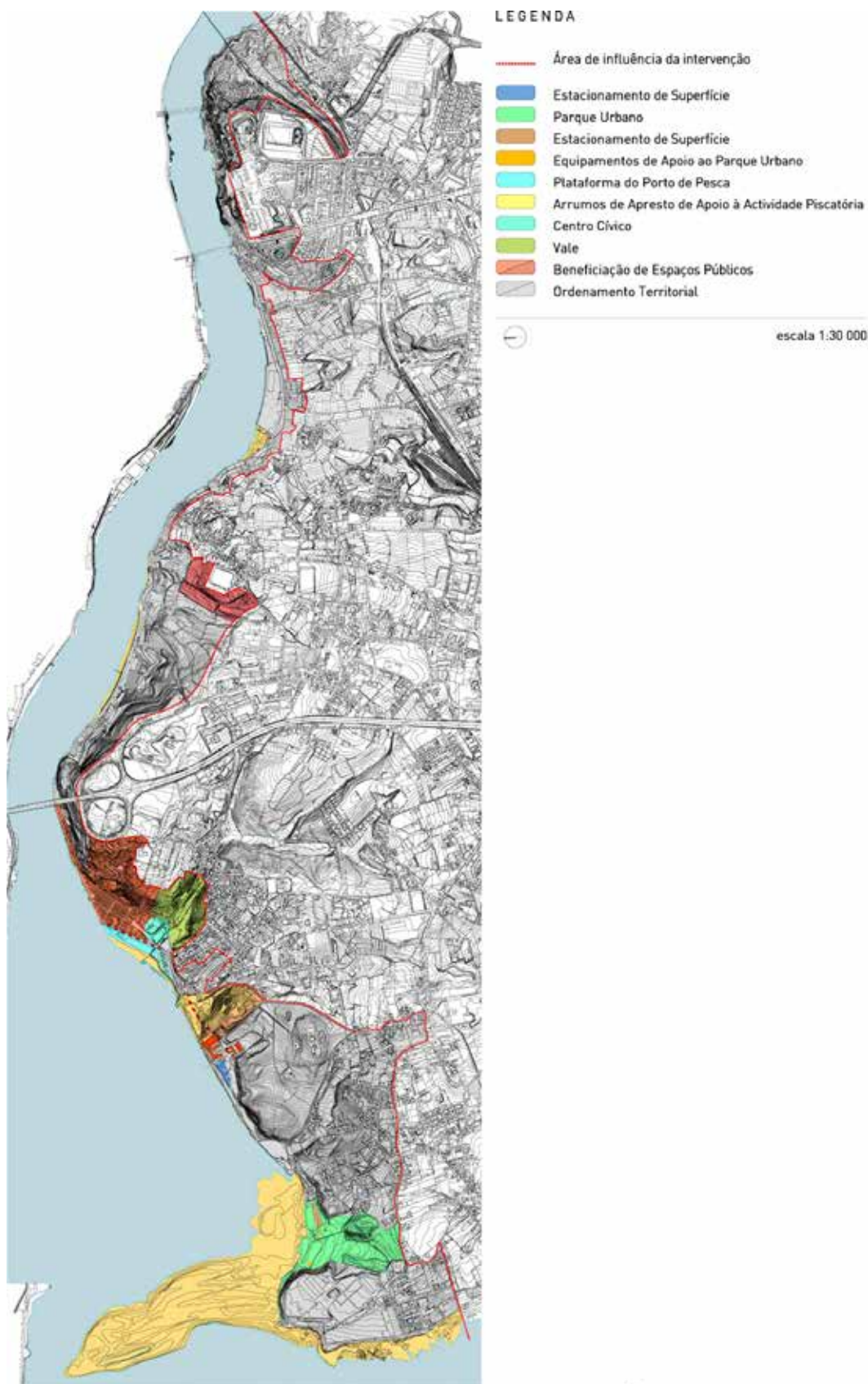


Figura 25 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Vila Nova de Gaia

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Vila Nova de Gaia / GCPP



Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas, elementos e valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 9

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Vila Nova de Gaia

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Iluminação urbana
	Acessibilidades
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Renovação
	Diversidade
	Pavimentos
	Texturas
	Materiais
	Legibilidade
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Conforto
	(Multi)Funcionalidade
	Integração
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência
	Higiene urbana
	Ambiente
	Paisagem
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação

No quadro paisagístico de Vila Nova de Gaia, designadamente, da sua frente ribeirinha, salienta-se a presença do design nas suas diferentes áreas, sendo de destacar a área do *equipamento e acessibilidade* como aquela que mais significativamente se afirma.

A presença de *mobiliário urbano*, e sobretudo de soluções que permitem e potenciam o *uso e apropriação*, assumem-se como factores centrais de uma intervenção que viabiliza assim uma relação mais intensa entre a cidade, o rio e as suas margens.

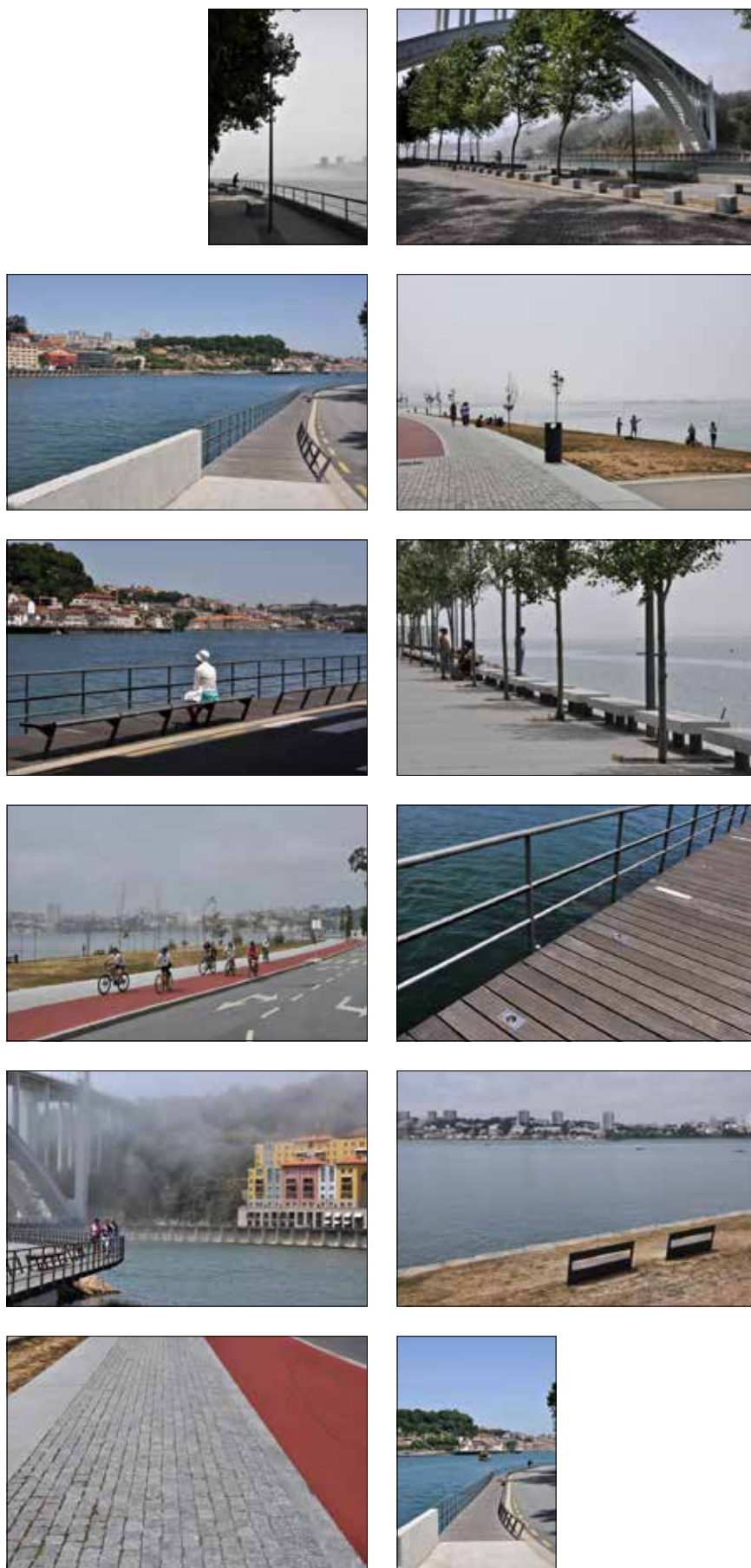


Figura 26 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Vila Nova de Gaia



5.8.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Uma frente de rio... aberta.
Do outro lado a cidade... do Porto. O cenário tange a paisagem.
Gente passeia solitária sobre as águas do Douro a caminho da foz solar.
Um lastro contemporâneo de aço e madeira hesita sobre o leito do rio.
Ao longo do percurso há curvas indolentes. Afastam-nos e aproximam-nos da margem na
tentativa sustentada de uma relação entre rio e terra.
Em terra o solo é denso... a pedra sobre o chão refuta a frágil passagem sobre a
água incerta.
Há peixes que trepam por fios de um nylon impossível capturados por canas amestradas.
Lancis, frades e baías acompanham o limite ribeirinho.
A luz sobre os bancos da noite restitui gente à margem só.
Objectos acompanham as margens e contendem com que passa.
Os barcos sulcam as águas e trazem a pose de turistas na proa... a bruma e o nevoeiro
denunciam as cercanias azuis do mar.
O desenho das coisas apela à mobilidade, ao conforto, ao privilégio da cidade expectante
na outra margem... explosões verdes de natureza deflagram entre o casario.
As pessoas vagueiam sob o prazer do andar a avistar... oferecem o seu movimento a quem
olha de lá.
O rio junta o que a água separa... as cidades frente e frente.
A solidão sentada desvenda o profundo sentido da cidade que desce ao rio.
Candeeiros de cabeça erguida ateam possibilidades de pesca nocturna.
A atmosfera da Afurada é atravessada por uma ciclovia vermelha.
Bancos descansam à beira de percursos de ócio. Alinham-se num convite formal à
contemplação luminosa da foz.
Embarcações dispersas... confusas... acreditam na partida.
Olhar a água e julgar a brisa é de um sentido marítimo.
Detalhes no chão e objectos alçados corrigem comportamentos.
Na margem de terra e areia há mais gente brandindo canas sobre a água.
O cenário é de encontros múltiplos... com a natureza... com os outros... com os
objectos que a tarde e a manhã trazem à costa.
As circulações desenham o rigor do movimento. Compreender o caminho faz-se de
sinais e símbolos... caminhando.
O cromatismo do chão e a textura designam procedimentos. A textura retarda o
andamento... a sua ausência acelera passos em roda livre.
Rectângulos no chão... esperam objectos (auto)móveis.
Pais e filhos passeiam novas formas de cidadania.
O Douro é um ser em constância...
vem de norte e quer (a)mar.

5.8.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Vila Nova de Gaia, salientando-se o seguinte:

- A ampliação das áreas verdes, a acessibilidade ao rio e ao mar, a criação de ciclovias, o incremento de percursos pedonais, a reformulação do traçado da marginal com a construção de estacionamento, a qualificação de espaços públicos adjacentes à frente fluvial constituíram as ações visíveis fundamentais de requalificação e valorização;
- A área do equipamento e acessibilidade constitui aquela em que o design mais se evidencia, designadamente, ao nível do equipamento orientado para a estada, contemplação e interpretação da paisagem, mas também de soluções de mobilidade e acessibilidade que privilegiam a circulação pedonal e ciclável ao longo da frente ribeirinha;
- O enquadramento paisagístico de excepção, que concilia o natural e o artificial, associado por sua vez a núcleos urbanos e comunitários diferenciados, foram complementados por novos espaços de encontro e de interligação que conduziram a novas oportunidades de relação social e de aproximação cultural - circunstâncias que vieram acentuar o potencial turístico da frente ribeirinha de Vila Nova de Gaia.



5.9 VILA REAL E PROGRAMA POLIS

Vila Real remonta à época Romana e integrava-se numa vasta área geográfica designada por Panóias. Foi-lhe concedido foral pelo Conde D. Henrique em 1096 e posteriormente em 1289 por D. Dinis, ano da fundação de Vila Real de Panóias, que viria a evoluir para a actual cidade de Vila Real (www.cm-vilareal.pt).

A tradição atribui a D. Dinis a escolha de um sítio difícil, delimitado pelo ímpeto das ravinas dos rios Corgo e Cabril, lugar aparentemente seguro e tranquilo que ainda hoje se chama Vila Velha, mas “(...) a difícil acessibilidade, a escassez de água e outros factores relacionados com a insegurança de pessoas e bens não favoreceram a sua colonização e durante todo o século XV a Vila Velha foi-se despovoando.” (MAOT, 2000i, p. 17).

Num planalto a norte desenvolveu-se Vila Nova, cujas condições permitiram o seu crescimento a partir do século XVI e o incremento de obras de infraestruturização do espaço público no século XVII, com particular destaque para as vias e pontes destinadas a evitar o isolamento da urbe (MAOT, 2000i).

“No século XIX é evidente a centralidade de Vila Real como sede administrativa de um vasto concelho, destacando-se pela coerência da sua estrutura, coesão e delimitação do tecido urbano, independência do espaço rural envolvente e concentração funcional.” (MAOT, 2000i, p. 17).

À semelhança de outras cidades, o crescimento urbano da parte norte e nascente da cidade ganha expressão no século XX, com a criação da linha de caminho-de-ferro em 1904, e com a construção de uma ponte metálica sobre o Corgo, em 1906.

No ano de 1925 transita da condição de vila para cidade, condição que lhe garante melhoramentos urbanos e a sua afirmação regional, surgindo o primeiro *Anteplano de Urbanização* em 1950, que, com a expansão urbana pós anos 70, se revela insuficiente e exige um novo planeamento.

A malha urbana antiga da cidade ficou comprometida com a alteração volumétrica das construções, de que a Universidade foi referência nos anos 80, condicionando a paisagem urbana na sua relação com uma orografia acidentada, perdendo-se a coesão urbana que caracterizava o centro histórico.

É um quadro que dá lugar ao Plano Director Municipal em 1993, ao Plano Estratégico para o Eixo urbano Vila Real/Régua/Lamego em 1995, ao Plano Corgo destinado às intervenções nos rios Corgo e Cabril, ao Plano de Pormenor para a Antiga Zona Industrial e zona de Tourinhas, e ainda às intenções para o Parque D'Além Rio – enquadramento no qual aconteceu o Programa Polis de Vila Real (MAOT, 2000i).

Vila Real é capital de distrito, situada na região Norte e sub-região Douro, com uma população de 52 219 habitantes.

A sua localização entre o interior e o litoral e a existência de infraestruturas viárias que permitem a ligação fácil a várias zonas urbanas, com particular destaque para a Zona Metropolitana do Porto, tem promovido dinâmicas económicas nas áreas do comércio, indústria e serviços, em grande medida por se inserir numa região ligada à produção vinícola - sendo de sublinhar o papel da Universidade, enquanto factor complementar de desenvolvimento e revitalização da cidade.

Vila Real detém um património histórico e natural que merece destaque – elementos da arquitectura religiosa, capelas e igrejas, e da arquitectura civil, casas e solares de figuras ilustres, para além de outros elementos notáveis do espaço público, povoam a cidade que sinaliza também alguns vestígios arqueológicos – e uma paisagem natural que tem uma forte presença nos vales do Corgo e do Cabril.

Em síntese, e de acordo com MAOT (2000i), “Vila Real é uma cidade com um património arqueológico e arquitectónico de valor significativo, uma forma urbana que no seu centro é facilmente reconhecível e apropriável, e um enquadramento paisagístico que impressiona, marcado pelos seus dois vales do Corgo e do Cabril, antigamente limites da cidade, hoje elementos naturais da própria urbe” (p. 27).

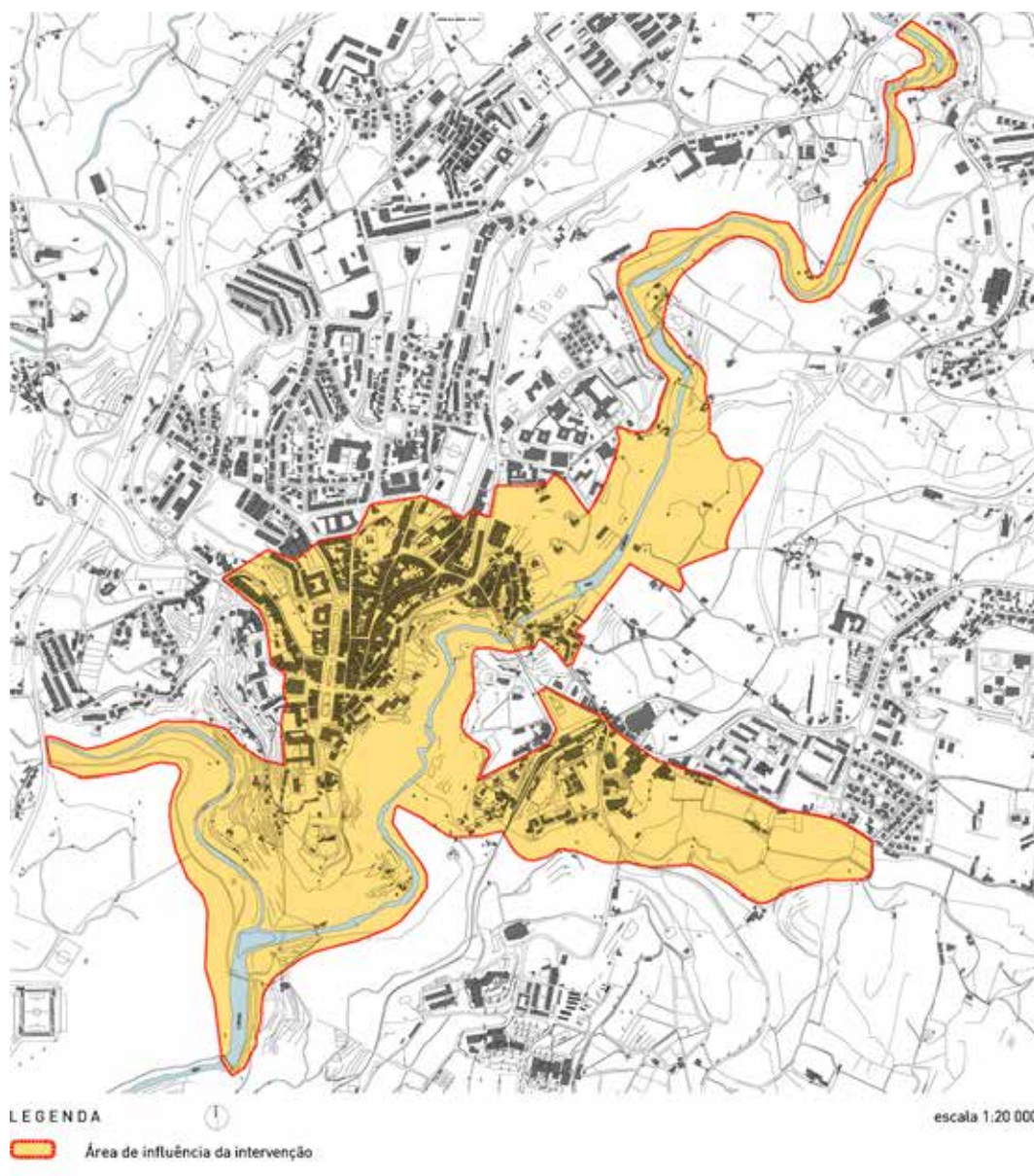


Figura 27 – Área de influência do Programa Polis de Vila Real

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Vila Real / GCPP



O Programa Polis de Vila Real assumiu a cidade como unidade integradora de vocação urbana e dimensão ecológica nos seus diferentes contextos, aos quais pretende responder com a sua valorização ambiental e funcional. Desígnio que atende à relação histórica e simbólica desses contextos com a própria cidade, e que pretende agora reconsiderar e dignificar com o reforço da presença do rio Corgo.

Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “Resolver um conjunto de situações de conflito ou suprimir deficiências estruturais fundamentais ao nível das acessibilidades e dos sistemas de circulação na cidade;
- Valorização das estruturas ecológicas inseridas na urbe, dadas as características biofísicas da cidade;
- Requalificação do espaço público – no Centro Histórico, na Vila Velha e no Bairro dos Ferreiros;
- Valorização da imagem urbana” (MAOT, 2000, pp. 28-31).

Decorre do Programa e dos objectivos descritos a possibilidade de resolução integrada de um conjunto de problemas que, comprometendo a coesão da cidade, exigem o tratamento e equipamento da cidade urbana e das suas estruturas ecológicas, designadamente, a da ligação ao núcleo verde marginal ao Corgo, que inclui o seu leito, o parque Florestal e o Parque d’Além Rio – sítios de grande potencial paisagístico e vocação para o *convívio ribeirinho*.

Da intervenção na cidade histórica, tendente à resolução de problemas de acessibilidade, circulação e estacionamento - do Bairro dos Ferreiros à Vila Velha - promoveram-se novos materiais e equipamentos - opções de qualificação da imagem da cidade, mas também, a de ‘ressuscitar’ sítios que, apelando à memória colectiva, se quiseram reafirmar como núcleos de vitalidade social e cultural.

5.9.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Vila Real, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Reabilitação urbana e paisagística de Vila Velha – realizado totalmente;
- Recuperação da Zona Natural do Parque do Corgo – realizado totalmente;
- Qualificação e valorização do Centro Histórico – realizado parcialmente;
- Reabilitação urbana e paisagística do Bairro dos Ferreiros – realizado parcialmente;
- Criação de um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental – realizado totalmente.

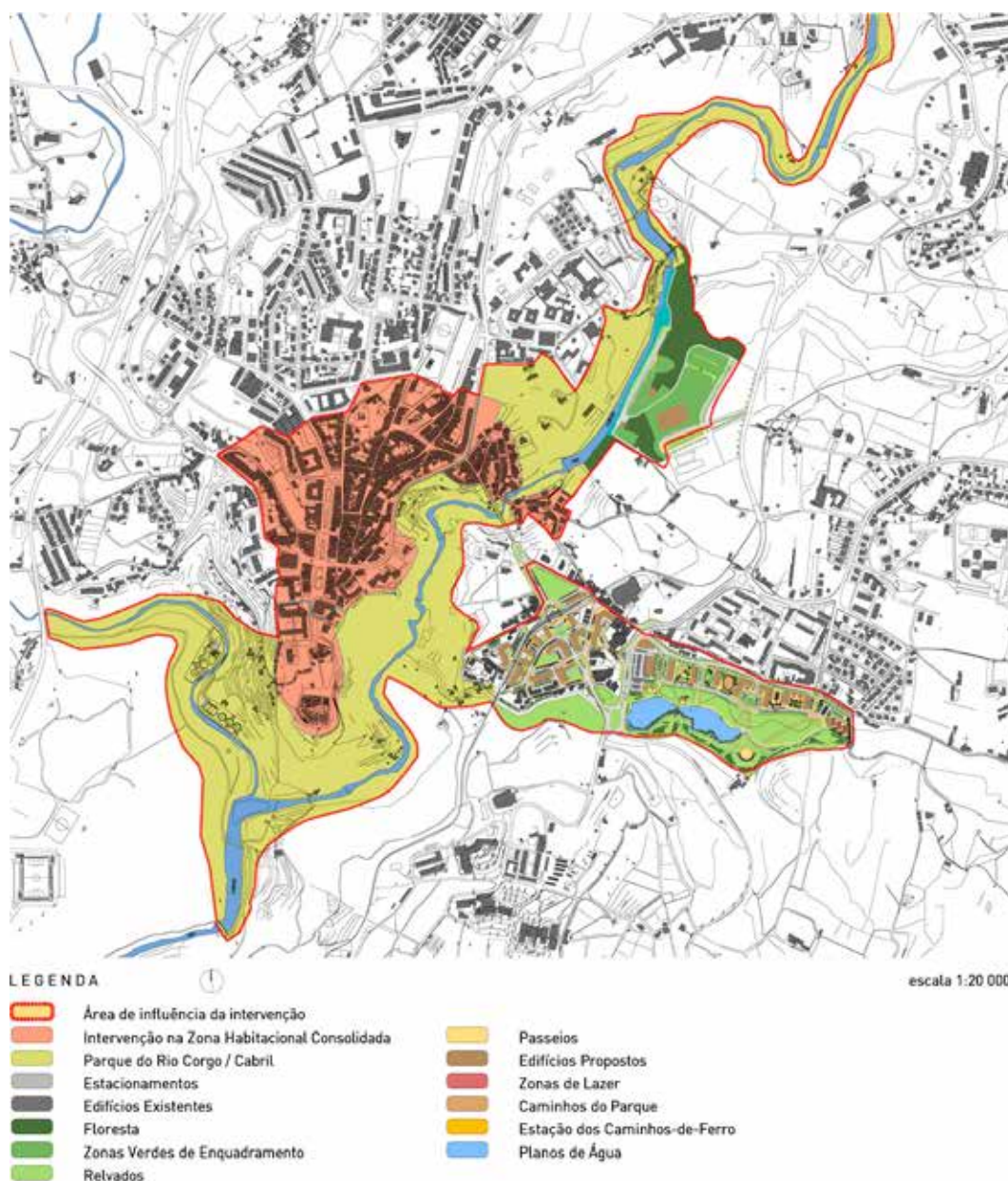


Figura 28 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Vila Real

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Vila Real / GCPP





Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas, elementos e valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 10

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Vila Real

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Iluminação urbana
	Equipamento lúdico
	Sinalética
	Informação
	Acessibilidades
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Estética
	Renovação
	Diversidade
	Texturas
	Legibilidade
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança
	Conforto
	(Multi)Funcionalidade
	Integração
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência
	Manutenção
	Higiene urbana
	Sustentabilidade
	Ambiente
	Paisagem
	Ecologia
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação
	Responsabilidade social

O Programa Polis de Vila Real protagonizou um conjunto de acções de grande impacto para a qualificação urbana e valorização ambiental da cidade, (re)conciliando os seus patrimónios histórico e natural.

Nesse processo conciliador verifica-se uma participação sensível do design nas suas diversas *áreas, elementos e valores*, o que se traduz num contributo que torna mais apelativos os diferentes contextos da cidade, e desse modo, a indução da sua humanização e revitalização.

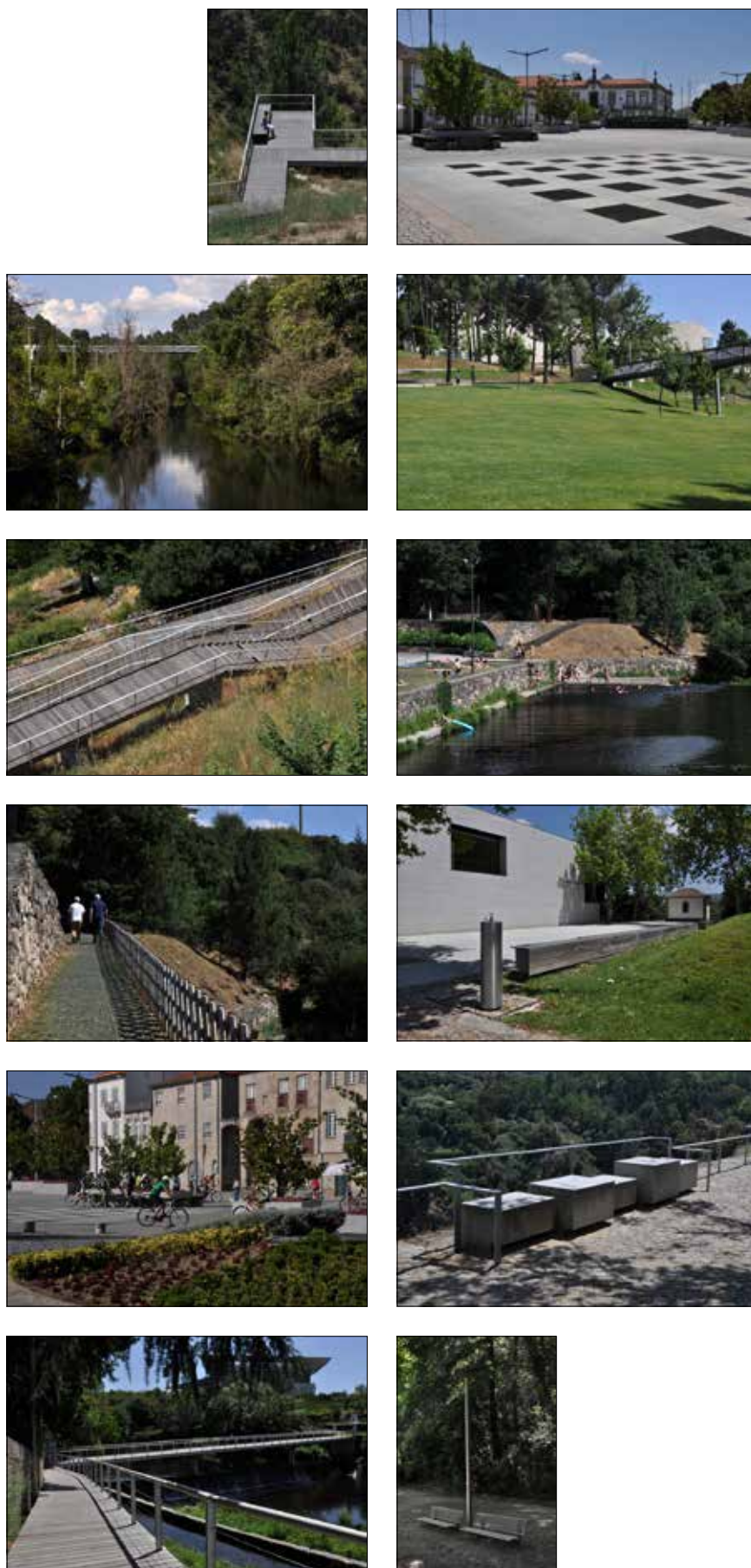


Figura 29 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Vila Real



5.9.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Os patrimónios antigo e contemporâneo desvendam o passado e o presente.
O abandono propiciou o resgate da vida de outro tempo no presente... de todos.
A herança respondeu ao desafio... asseando-se.
A luz acontece em objectos que reclamam um desenho límpido.
No Bairro dos Ferreiros há um espírito do lugar que jaz nas paredes da memória.
Pedras partilham um chão de ardósia e granito demarcando territórios negros.
O ambiente marca presença pedagógica... e de didáctica ambiental.
O Bairro evade-se por uma passagem de madeira magra à beira do Corgo.
A intimidade verde enreda-se na natureza.
A água galga açudes e pedras... mostra-se disponível para o cenário.
Há bancos de pedra triste entre a vegetação que medra livre.
O parque infantil copiou objectos de outras cidades... de outras culturas infantis.
A praça da Câmara fala da cidade digna... objectos pisam o chão e abrem os braços para
clarear a noite. Floreiras e assentos co-habitam o lugar.
Pedra e aço... pavimentos e jogos de água geometrizam a amplitude do chão.
A comunicação dá sentido a sinais e símbolos visuais.
A cidade anima-se em conversas esplanadas... murmuram sobre a
natureza pública do espaço.
A caminho do *campo santo* deseja-se uma cidade com final feliz.
O verde dá sentido à esperança eterna.
O largo do cemitério é demasiado sonoro... exigia-se mais silêncio formal.
Há bancos de uma dureza cúbica... quietos como a morte.
Deslizando ligeiro... um percurso pedonal desafia a encosta. Descansa em plataformas...
contempla... (ad)mirando a paisagem.
Objectos luzentes desvelam recantos e ruas nocturnas. Símbolos anunciam a religião.
O respeito pela cidade patrimonial faz-se de conservação.
Objectos novos pavimentam, sinalizam... iluminam o discurso contemporâneo.
O passado compreende.
O parque do Corgo... do outro lado é um prado de prazeres. O verde espreguiça-se
lentamente até à água. Objectos anunciam-no... há percursos que aceleram a chegada.
A paisagem é atravessada por pontes feitas de técnica... a natureza responde ao rept...
confisca-lhe a materialidade.
O bucólico enamora-se da artificiliade contemporânea...
a artificialidade apaixona-se primeiro.
Sentar e sentir conjugam-se no presente do indicativo do verbo gostar.
Luminárias indicam caminhos contrariando a corrente ribeirinha. Discretas, mínimas,
belas... por entre folhas que a noite há-de tornar luz.
Regatos titubeantes de água límpida apelam aos sentidos.
Uma represa de águas habitadas fala de gente reconciliada com a natureza.
Banhos de água e sombra verde mergulham no leito do Fervença.
O rio é aqui de uma beleza mansa... sereno... quieto à espera das
fragas que o farão sofrer adiante.
Bancos enamorados são vigiados pela claridade de uma luminária de olhar vertical.
As pessoas caminham devagar redimensionando o tempo e o corpo.
Muita gente, muito movimento, muita cidade!
A dignidade... aqui chama-se (urban)idade.



5.9.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Vila Real, salientando-se o seguinte:

- O programa de requalificação urbana e valorização ambiental da cidade concretizou um ambicioso plano de incremento da área verde utilizável, de regularização e limpeza das linhas de água, de extensão de percursos pedonais em espaço urbano e espaço naturalizado, da ligação viária entre diferentes núcleos da cidade, de melhoramentos do património e do espaço público e de aumento de lugares de estacionamento automóvel;
- O design apresenta-se como contributo relevante, entre outros, na área do *equipamento e acessibilidades*, apresentando soluções que favorecem a disponibilização de equipamentos e ambientes utilizáveis por todos em diferentes contextos - valorizando a dimensão pública dos espaços da cidade;
- A recuperação de núcleos antigos da cidade, espaços de história e memória, mas também das suas estruturas ecológicas, tornaram a cidade mais coesa e simultaneamente mais democrática - aberta a fluxos alternativos e apropriações que conciliam as obrigações do quotidiano com o convívio social e a fruição dos contextos.



5.10 VISEU E PROGRAMA POLIS

As origens de Viseu remontam ao Neolítico – Celtas, Lusitanos, Romanos, Suevos, Visigodos e Muçulmanos tomaram esta terra em diferentes momentos da sua história.

Com a fundação do Condado Portucalense, o conde D. Henrique e a rainha D. Teresa apropriam-se da cidade e, em 1123, após a morte de D. Henrique, é-lhe concedido o primeiro foral. A atribuição de um novo foral acontece apenas no reinado de D. Sancho I, por concessão de D. Afonso Henriques.

No século XV a cidade assiste ao fomento de obras arquitectónicas e ao desenvolvimento de outras artes, desenvolvendo-se para sul e nascente da colina da Catedral, mas só no século XVI transpõe a muralha afonsina que envolvia o burgo medieval, dando origem a povoados e arrabaldes.

No século XVIII a malha urbana da cidade é regenerada, tendo sido construídas capelas e solares que conferiram à cidade uma imagem de impressionante Barroco, que ainda hoje perpassa e que definiu espaços de transição, adros e praças, e alinhou ruas.

A Viseu “cidade moderna” surge apenas no século XIX com a revolução industrial, impulsionada pela melhoria dos meios de transporte, pela construção de novas estradas e pela implementação da linha de caminho-de-ferro – factores que possibilitaram a ligação da cidade ao litoral e à Europa e levaram ao desenvolvimento do comércio e da indústria (MAOT, 2000j).

A expansão urbana, controlada até meados do século XIX, conquista terreno extramuros e determina a construção de novos edifícios e a configuração de novos espaços públicos, o que introduz alterações significativas na fisionomia da cidade.

No século XX, o planeamento torna-se imprescindível à gestão urbanística e evolução da cidade, tendo sido elaborado em 1952 um *Plano de Urbanização*, e em 1995 é aprovado e publicado o Plano Director Municipal de Viseu, no qual se integrou o Programa Polis (MAOT, 2000j).

Viseu, capital de distrito, situada na região Centro e sub-região Dão-Lafões, conta actualmente com uma população de 99 593 habitantes.

É uma cidade geograficamente bem localizada e servida por importantes vias de comunicação, o que lhe permitiu afirmar-se como referência nacional na oferta de comércio e serviços, do vinho do Dão, dos produtos florestais, de componentes industriais do sector metalomecânico e também agro-alimentar (MAOT, 2000j).

O património histórico-cultural de Viseu é inegável, dotado de exemplares do tempo do Barroco e de outras épocas, disseminados pela cidade e pela periferia próxima quando falamos da Pré-História - sendo ainda exemplar ao nível do património natural e naturalizado, cidade referência a nível europeu sob o ponto de vista ambiental, povoada por vários parques, jardins e outros sítios urbanos que, associados a obras de arte pública, completam a urbe (www.cm-viseu.pt).

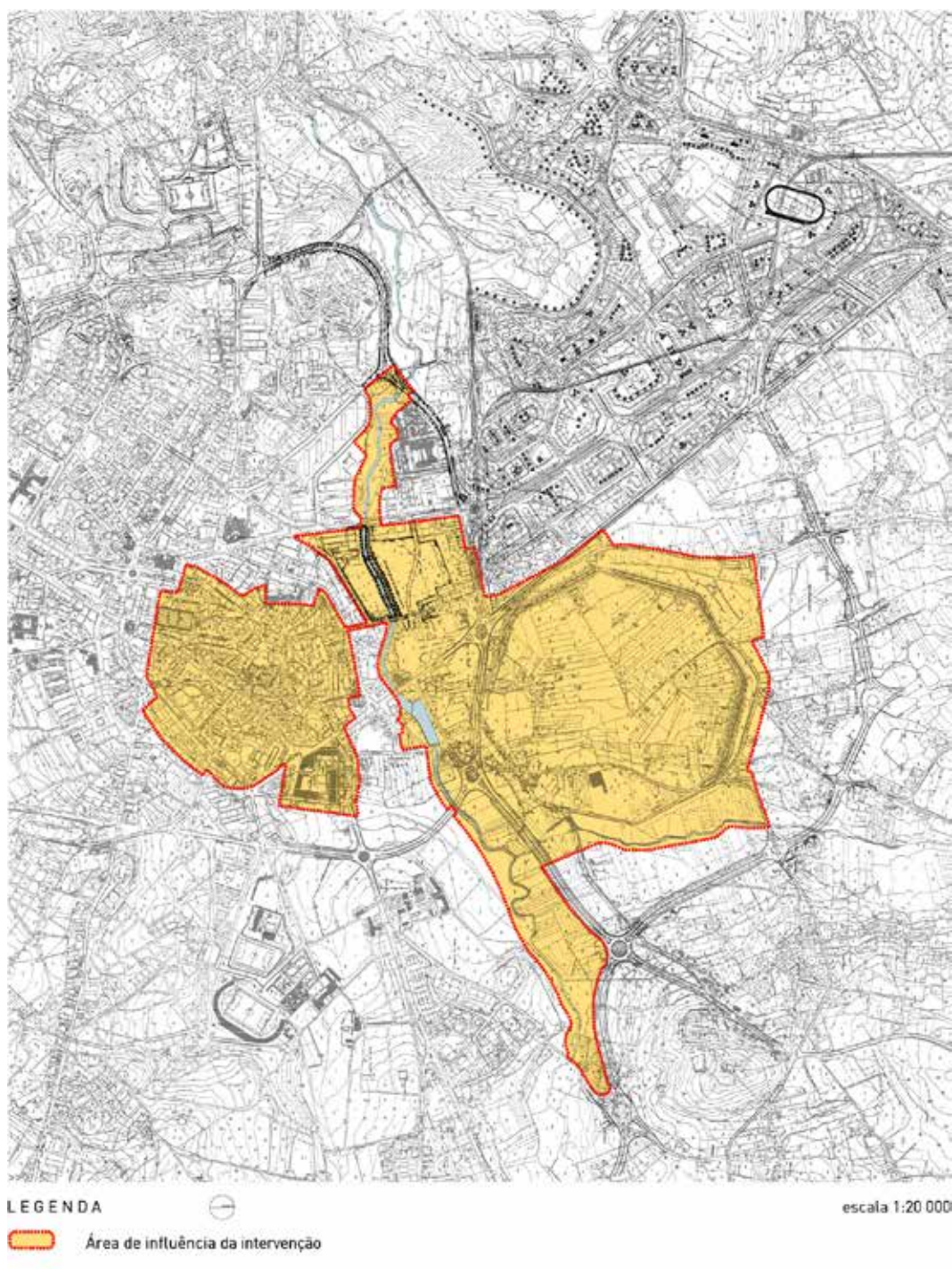


Figura 30 - Área de influência do Programa Polis de Viseu

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Viseu / GCPP

O Programa Polis de Viseu considerou um abrangente núcleo tipológico de intervenções, designadamente, no património histórico, arquitectónico, arqueológico, simbólico e cultural, com influência sobre a imagem e dignificação da cidade.

Em complementaridade, e sob o ponto de vista funcional, percebe-se o reforço das relações entre diferentes espaços da cidade, induzindo novas centralidades que aliam as componentes ecológica e patrimonial – Centro Histórico, Feira de S. Mateus, Cava de Viriato, parques urbanos da Aguieira e Radial de Santiago, atravessados pelo rio Pavia.



Assim, foram definidos os seguintes objectivos:

- “Reordenamento da malha viária, permitindo a constituição de um amplo espaço pedonal ligando o Centro Histórico, o novo espaço público qualificado de São Mateus e a Cava de Viriato;
- Recuperação de zonas urbanas desqualificadas, com a constituição de um espaço público de qualidade e a criação de equipamentos de cultura e lazer e espaços comerciais;
- Criação de dois novos parques urbanos, interligados por um contínuo verde envolvendo o rio Pavia;
- Valorização do património histórico, arqueológico, natural e edificado” (MAOT, 2000, p. 31).

A dimensão e especificidade das intervenções subentendidas nos objectivos do Programa, consideram zonas e valores de grande expressão na cultura urbana da cidade, ao mesmo tempo que se pretenderam gerar novas realidades com impacto no ambiente, na coreografia urbana e consequentemente na vida dos próprios cidadãos, donde se infere uma acrescida melhoria das condições de vida na cidade.

5.10.1 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Viseu, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis:

- Requalificação da zona de São Mateus – realizado totalmente;
- Requalificação da zona envolvente ao Largo da Nossa Senhora da Conceição – realizado totalmente;
- Reestruturação da estrutura viária e criação de nova Praça junto à Cava de Viriato – realizado totalmente;
- Requalificação e valorização do espaço público da Cava de Viriato – realizado totalmente;
- Implementação de um meio mecânico na Calçada de Viriato e estacionamento de apoio no Centro Histórico – realizado totalmente;
- Criação do Parque Linear do Rio Pavia – realizado totalmente;
- Criação do Parque Urbano da Radial de Santiago – realizado parcialmente;
- Qualificação do espaço público da Feira de S. Mateus – realizado parcialmente;
- Arruamento periférico do Parque Urbano da Aguieira – realizado totalmente;
- Ponte pedonal do Parque Urbano da Aguieira – realizado totalmente;
- Criação de um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental – realizado totalmente.

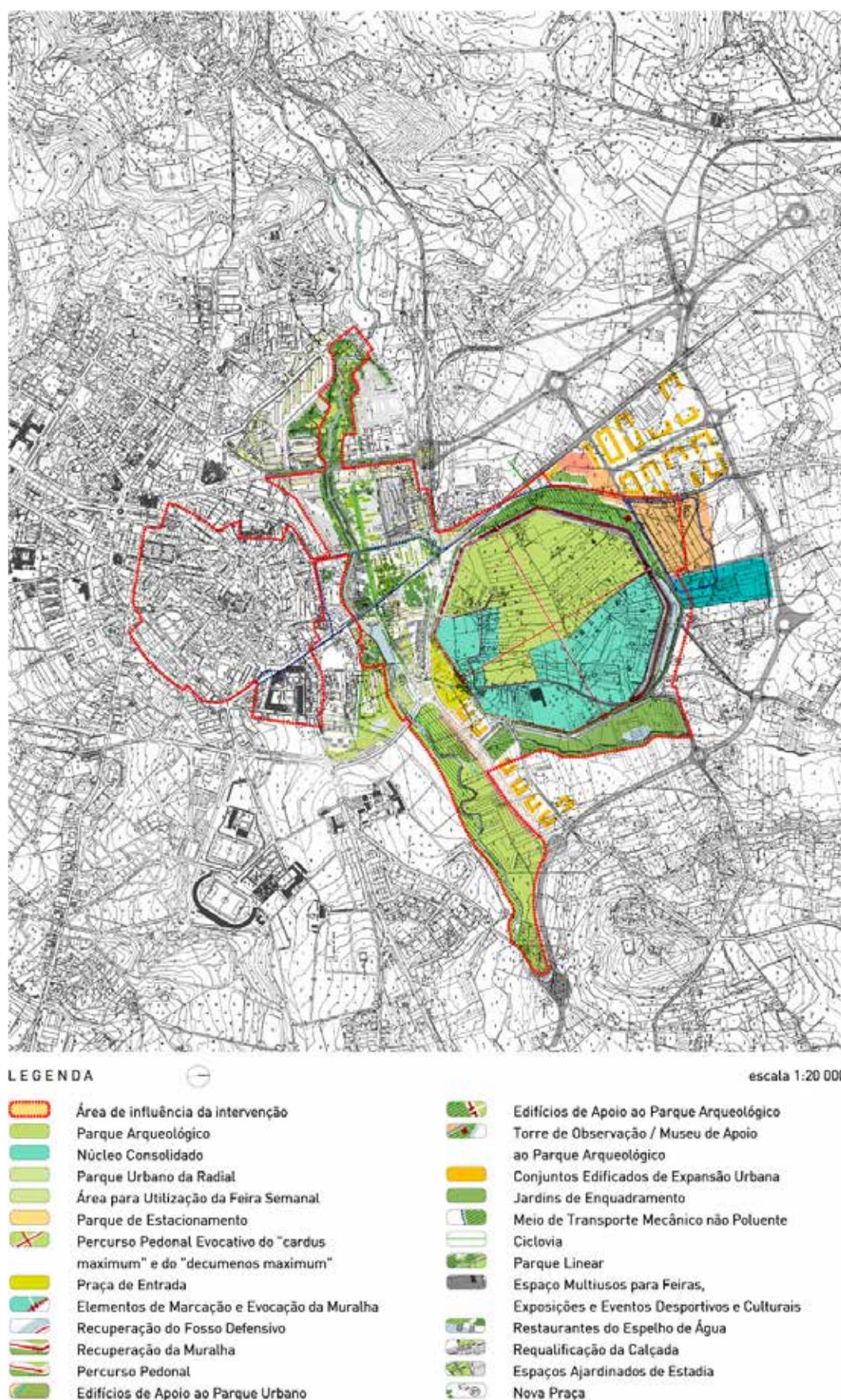


Figura 31 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Viseu

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Viseu / GCPP



Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *acções* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes, e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se, no quadro seguinte, as *áreas*, *elementos* e *valores de design* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 11

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Viseu

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano
	Iluminação urbana
	Informação
	Acessibilidades
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Estética
	Inovação
	Renovação
	Diversidade
	Pavimentos
	Cromatismo
	Materiais
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Legibilidade
	Segurança
	Conforto
	(Multi)Funcionalidade
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Integração
	Resistência
	Durabilidade
	Higiene urbana
	Sustentabilidade
	Ambiente
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Paisagem
	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação
	Responsabilidade social

O Programa Polis de Viseu integra um conjunto de realizações complementares muito importantes para a renovação da cidade nas suas vertentes patrimoniais - histórica e natural.

O design integrou essas iniciativas de intervenção urbana, assistindo-se a um equilíbrio muito significativo no que concerne às *áreas* definidas no quadro anterior, o que na prática se repercutiu na qualidade física dos vários espaços e, simultaneamente, no potencial de atractividade gerado à volta dos novos e renovados pólos da urbe.

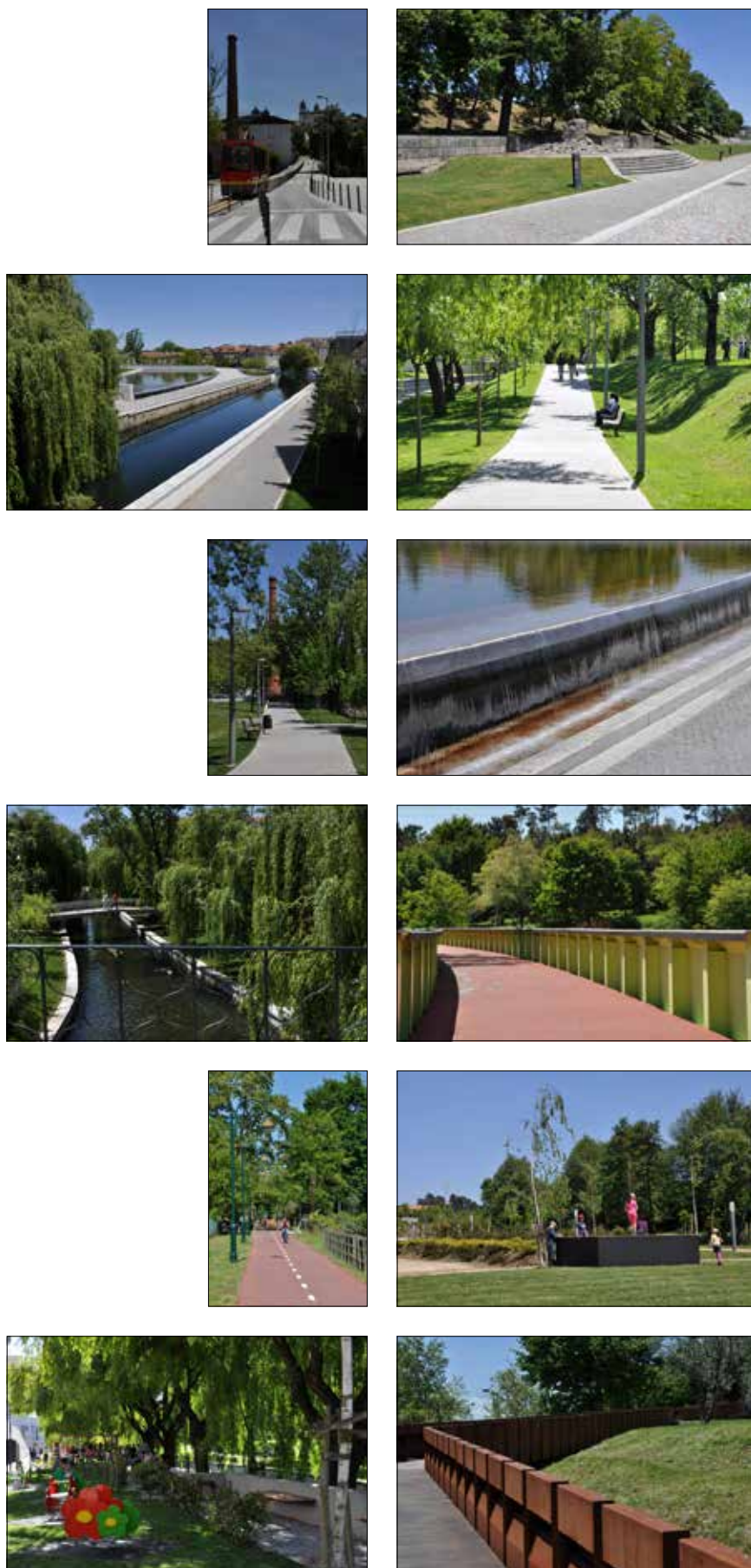


Figura 32 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Viseu



5.10.2 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Viseu é uma cidade atenta... ciosa do seu património.
A raiz está-lhe no chão... o granito denuncia-lhe a cor nobre.
A claridade do seu céu... do seu horizonte... recorta-lhe a silhueta.
Frades metálicos alinhados... disciplinam ruas e destinos.
Outros objectos reinventam afinidades com os cidadãos apeados e os demais mobilizados.
O funicular ecológico chama-nos à cidade patrimonial... culta, histórica...
anuncia-se ao longe em cores iniludíveis.
Largos e trajectos propalam a vida efémera da cidade que perdura eterna.
A natureza agita árvores que descrevem curvas... ladeiam destinos.
O rio que avança silente acorda sob a ponte que o avisa do precipício em cascata...
que canta a benignidade do lugar.
As árvores derramam-se sobre o chão... emocionam-se com quem delas quer penumbra.
A primavera resta tranquila debaixo de copas de um clima doce.
Um longo banco espera por quem se sente no momento incerto do seu corpo.
Escadas e rampas vencem depressões que esculpem taludes vegetais.
O desenho faz-se de objectos e atitudes... materiais e imateriais.
Um brilhante espelho de água com o rio à ilharga alastra no espaço... árvores e casas
pintam a cidade em matizes que se abstraem ao transbordar.
As bicicletas desafiam partidas e chegadas.
A Cava tem um Viriato que gesticula a história da cidade.
Percurso, limite... luminária oxidada pela atmosfera... uma escultura a caminho de uma
alameda de cedros... de um trilho de pedra ritmada.
Mais acima um parque multiusos flanqueado por um rio... regato de águas de uma
limpidez medieval.
Comunicação, jogos, objectos, luz e depois... a atenção de crianças e adultos.
A ciclovia a caminho da ruralidade rumo pelos tempos das histórias de aldeias e sonhos...
da natureza... parece reclamar a *land art* como postura.
Depois os materiais naturais ladeando destinos e reiterando a natureza.
Candeeiros verdes aliam-se a árvores frondosas e sábias.
A esplanada impõe a formalidade da tarde contrariando o carácter preliminar do lugar.
O parque infantil chama a paternidade dos filhos... abunda uma atmosfera de cores...
afectos... flores que sorriem.
Os pássaros não resistem ao delírio... também chamam a atenção sobre si.
Uma chaminé alonga-se e suplica ao céu o perdão do seu passado... hoje memorial de
um presente... mais ecológico.
O objecto e o prazer são coisas de um mesmo lugar.
As pessoas publicam-se em todos os lugares.
Viseu quer ser sempre cidade.

5.10.3 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Viseu, salientando-se o seguinte:

- No quadro da intervenção de requalificação urbana e valorização ambiental elegem-se como resultantes principais a alteração positiva ao nível da ampliação da área verde, a disponibilização pública da frente de rio, o incremento da área pedonalizada, o reordenamento viário e o condicionamento ao trânsito automóvel, a qualificação do património histórico, arqueológico e natural(izado), a criação de uma ciclovia e a implementação de lugares de estacionamento;
- O design assume um papel transversal muito importante nesta intervenção, predominando soluções das áreas do *equipamento e acessibilidade, da imagem e inovação e da funcionalidade e segurança*, o que influencia o comportamento social e se repercute na realização qualificada do espaço público;
- A ambição da intervenção redundou num expressivo programa de transformação e renovação da cidade, elegendo núcleos do seu património histórico e natural, que se assumiram como referentes propiciadores de novas formas de compreender e viver a cidade e se afirmaram como reforço da sua identidade.



Referências bibliográficas

- BACHELARD, G. (1996) *A poética do espaço*. S. Paulo: Martins Fontes.
- FERRARA, L. (2002) *Design em espaços*. São Paulo: Edições Rosari.
- FORTUNA, C. (2009) Cidade e Urbanidade. In Fortuna, C. & Leite, R. (orgs.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, SA, pp. 83-97.
- MAOT (2002) *PROGRAMA POLIS – Polis em Números* (2002). Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2001a) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Aveiro*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2001b) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Coimbra*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2001c) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico do Porto*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000a) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000b) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Beja*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000c) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Bragança*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000d) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Castelo Branco*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000e) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Guarda*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000f) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Leiria*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000g) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Viana do Castelo*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000h) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Vila Nova de Gaia*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.



MAOT (2000i) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Vila Real*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

MAOT (2000j) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Viseu*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

MCOTA (s/d) *PROGRAMA POLIS – Viver as cidades*. (s/d). Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

SANTOS, B. (2006). *A gramática do tempo – para uma nova cultura do tempo*. Porto: Edições Afrontamento.

Referências webgráficas

Câmara Municipal de Beja (s/d) CULTURA. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=41442 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Beja (s/d) HISTÓRIA DA CIDADE. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=27540 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Beja (s/d) INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=27294 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Beja (s/d) O QUE VISITAR. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=27423 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Beja (s/d) PATRIMÓNIO. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=7947 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Vila Real (s/d) CARACTERIZAÇÃO. [Internet] Disponível em http://www.cm-vilareal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=218&Itemid=164 [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Viseu (s/d) HERÁLDICA. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/historico/heraldica> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Viseu (s/d) HISTÓRIA. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/historico/historia> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Viseu (s/d) PERCURSO CONTEMPORÂNEO. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/turistico/percurso-contemporaneo> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].



Câmara Municipal de Viseu (s/d) PERCURSO HISTÓRICO. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/turistico/percurso-historico> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].

Câmara Municipal de Viseu (s/d) TURISMO. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/turistico/percursonatural> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].



CAPÍTULO 6

COIMBRA e Programa Polis



O caso de Coimbra apresenta uma estrutura de abordagem similar à dos casos anteriores, com aditamento de alguns pontos complementares que reforçam o efeito caracterizador e de compreensibilidade das suas variáveis, em virtude de se tratar do caso de estudo principal.

Consiste numa estratégia justificada pela necessidade de aprofundamento do estudo, com particular ênfase na avaliação de espaços e objectos, seu uso e apropriação, assim como dos aspectos simbólicos e culturais que emergem da nova realidade urbana.

Assim, consideram-se os seguintes pontos de abordagem:

- *Apresentação da cidade* - tendo subjacentes aspectos fundamentais da sua história, geografia, ambiente, economia, desenvolvimento, património e cultura;
- *Objectivos do Programa e linhas de intervenção* - enquadramento e respectiva definição;
- *Incidências da intervenção* - referência detalhada às áreas em que decorreram as principais acções e se verificou a participação do design, uso e apropriação dos espaços e objectos;
- *Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador* - abordagem que acentua os referentes *design* e *urbanidade* no quadro da realidade do Polis de Coimbra, a partir da sua livre análise e reinterpretação;
- *Apreciação global da intervenção* - síntese avaliativa dos efeitos do Programa Polis de Coimbra, designadamente, nos campos do *design* e da *urbanidade*, tendo em conta diferentes contributos, com particular relevância para a opinião crítica do investigador.

Em coerência com os vários instrumentos de recolha de informação e com a estrutura de análise, são apresentadas peças desenhadas esquemáticas e imagens que complementam e acentuam o corpo textual apresentado.

À semelhança dos casos anteriores, considera-se de relevância acrescida o conteúdo a seguir enunciado, pelo caudal informativo e pelas perspectivas analítica e reflexiva do investigador - factores essenciais a uma compreensão integrada do processo investigativo, designadamente, do seu design, resultados e conclusões.

6.1 Cidade e história

Coimbra deve a sua génese à colina e ao rio que propiciaram a fixação do homem e o posterior processo de romanização – pressupostos decorrentes das condições defensivas e dos recursos essenciais ao estabelecimento da urbe (Rossa, 2003).

Aeminium, topónimo romano atribuído ao aglomerado, corresponderá segundo alguns autores à sua implantação elevada no topo da colina – nome que foi alterado nos inícios do século X para *Conimbria* ou *Colimbria*, e que, com a evolução da língua deu lugar à actual designação, Coimbra (Alarcão, 2008).

Da sua localização importa referir ainda a sua posição estratégica ao nível das confluências viária e fluvial, designadamente, da via terrestre que ligava *Bracara Augusta* a *Olisipo*, e a via fluvial que estabelecia a ligação entre o interior e o litoral através do rio Mondego (www.cm-coimbra.pt).

Da *Aeminium* romana ficou um importante testemunho, o criptopórtico romano, actualmente integrado no museu Machado de Castro, cujas dimensões atestam da importância da cidade no contexto ibérico, a qual, deveria ocupar uma área delimitada pela implantação das muralhas medievais.

As invasões bárbaras no século V e muçulmana no século seguinte alteraram a *fácies* romana da urbe e contribuíram para que se afirmasse relativamente a outros aglomerados com prestígio económico e político – tornando-se num entreposto comercial entre o norte cristão e o sul islâmico.

Em 1064, a cidade é reconquistada por Fernando Magno e escolhida para primeira capital do reino por D. Afonso Henriques, dando-se início à reconquista e consolidação de Portugal como Estado independente, tornando-se na “(...) chave do sistema defensivo do Baixo Mondego e, também, base de ataque na posterior reconquista da linha do Tejo.” (MAOT, 2001b, p. 19).

Durante os primeiros reinados, a povoação estava circunscrita ao espaço intramuros, a *almedina*, não obstante, no *arrabalde*, espaço extramuros, surgirem pequenos núcleos de habitações nas imediações de igrejas, conventos e mosteiros distribuídos pelas zonas baixa e alta do território. Nos finais da primeira dinastia a cidade encontrava-se, decorrente dessa evolução, claramente dividida pela almedina e pelo arrabalde – a cidade aristocrática, política e militar vivia na primeira; a cidade mercantil, artesanal e laboriosa ocupava o segundo, estabelecendo-se desse modo uma separação entre indivíduos de diferentes condições sociais e económicas (MAOT, 2001b).

Em 1537, a cidade que até então tinha crescido de forma orgânica, sofre uma profunda transformação resultante da reinstalação definitiva da universidade em Coimbra. São rasgadas novas ruas, surgem novos bairros e constroem-se grandes edifícios e colégios universitários



– condição que permitiu a Coimbra desempenhar “(...) um papel relevante na recolha e difusão do saber.” (MAOT, 2001b, p. 19).

No final do século XVI a cidade apresenta um tecido urbano consistente e contínuo, posteriormente valorizado no século XVIII por algumas obras icónicas, como a Torre da Universidade, a Biblioteca Joanina ou o Jardim Botânico – cidade que pouco se alterou até finais do século XIX, no final do qual, se verificaram melhorias ao nível dos equipamentos e infraestruturas urbanas e as ligações aos mercados nacional e regional, através da implementação da linha férrea e criação de transportes rodoviários – factores que vão promover a evolução industrial e o crescimento urbano para além dos limites dominantes.

Em meados do século XX a cidade é marcada pelas polémicas obras de demolição de núcleos edificados da Alta, ordenadas pelo Estado Novo, para dar lugar a um novo campus universitário – operação que leva à construção de um grande bairro periférico, actual Bairro Norton de Matos, para alojar os desalojados da Alta e aumentar o património habitacional da cidade, de acordo com um plano ordenado de ocupação do território. (MAOT, 2001b).

“Nas décadas de 1960 e 1970 a cidade tradicional consolida-se, apoiada na estrutura viária aberta nas “linhas de feito”, preenchendo principalmente os seus espaços vazios. Por outro lado, assiste-se ao reforço das expansões residencial e industrial, a norte, e ao crescimento e reforço das características periurbanas da Margem Esquerda, sobretudo a partir de 1974.” (MAOT, 2001, p. 20).

O crescimento incontido da urbe e a aposta em novas centralidades por parte das iniciativas pública e privada, que se vêm verificando até aos nossos dias, deu origem a um “(...) visível prejuízo para a cidade consolidada, em termos de renovação e reestruturação urbanística e arquitectónica, nas zonas da Baixa e da Baixinha, estas com sinais evidentes de degradação física e social.” (MAOT, 2001b, p. 20), mas também da Alta – processo no qual a Universidade protagonizou a criação de dois novos pólos situados na periferia do centro da cidade, em detrimento da sua inclusão nas estruturas iniciais situadas na Alta e na Rua da Sofia (Rossa, 2003).

Embora tenham sido elaborados vários planos desde os anos 40, designadamente, por De Gröer, Almeida Garret e Costa Lobo, entre outros, é em 1983 que se inicia o processo de elaboração do Plano Director Municipal, que é publicado em 1994 - tido como instrumento regulador das intervenções urbanísticas mais recentes e sob o qual aconteceu o Programa Polis, com os ajustamentos decorrentes dos planos de pormenor elaborados para o efeito.

Na sequência da breve abordagem à história e evolução da cidade, e tendo em conta a zona de intervenção do Programa Polis, importa referir aspectos essenciais sobre a zona ribeirinha da cidade, para que se compreenda mais precisamente a relação *física e memorial* que a cidade veio tendo com o Mondego ao longo da sua história.

Baseados em autores de referência e imagens ilustrativas da cidade ao longo da sua existência, fica clara a presença marcada da colina e do rio na construção da paisagem que sinaliza a transição entre a Beira topograficamente instável e a planura que caracteriza os campos do Baixo Mondego.

No distante século XII, os cais da cidade marcavam o ponto de chegada dos barcos que vinham da costa marítima ou de Montemor, e das barcas procedentes de Foz-Dão, Raiva e

Gondelim – realidade que atesta da navegabilidade do Mondego e do seu papel como via de comunicação e transporte, viabilizada pela sua oro-hidrografia, facto que é confirmado por Alarcão (2008), quando refere que no século XII o pavimento da ponte se situaria a cerca de 9 metros abaixo da plataforma da actual, o que é revelador também da relação física da cidade com um rio de *humores instáveis*¹⁰⁰.

A reduzida diferença de cota entre Coimbra e a foz¹⁰¹ provocava a deposição fácil de inertes que se soltavam das encostas e margens ao longo do percurso, sobretudo a jusante de Coimbra, provocando cheias frequentes no Inverno. As torrentes tinham grande poder destrutivo, tendo havido necessidade de reconstruir a ponte romana em 1131 sob o patrocínio de D. Afonso Henriques, mais tarde por D. Manuel, tendo durado até 1872-1873, data em que foi substituída por uma ponte metálica que chegaria ao tempo do Estado Novo, o qual ordenou a construção da actual Ponte de Santa Clara (Alarcão, 2008).

Na periferia imediata da colina, o rio veio apresentando um percurso diverso do actual, sendo de referir que no século XVI a margem direita ainda banhava terrenos da actual Avenida Navarro e prosseguia no enfiamento da Avenida Fernão de Magalhães – realidade que foi objecto de alteração decorrente das obras de estabilização e encanamento do leito desviado do seu trajecto primitivo (Alarcão, 2008).

As cheias provocadas pelo Mondego levaram a que se equacionassem várias soluções que pudessem controlar as dinâmicas do rio, tendo sido promovida a alteração das cotas dos terrenos marginais, o que levou a que na década de oitenta do século XIX, o município comprasse uma longa faixa de terreno na margem direita em que se incluía o Porto dos Bentos, o qual daria assento ao actual Parque Dr. Manuel de Braga – operação que permitia ainda a construção das redes viária e ferroviária, implantar uma frente industrial, redesenhar o Largo da Portagem e criar condições para a construção da actual Ponte de Santa Clara (Rossa, 2006) – ponte que “(...) é quase uma rua, urbana e central, que pousa sobre o rio, dando continuidade e lógica à vida das margens.” (Bandeirinha, 2003, p. 46).

Na margem oposta, só na vigência do Estado Novo, viriam a ser implementadas obras de qualificação das margens com a introdução de “(...) estruturas lúdicas, como os equipamentos desportivos da Universidade e o parque temático Portugal dos Pequenitos.” (Rossa, 2003, p. 10), e mais tarde o Choupalinho, actual Praça da Canção, que veio ajustar a margem esquerda, conferindo-lhe um carácter mais urbano e disponível a desenvolvimentos posteriores (Bandeirinha, 2003).

O rio Mondego marcou a vida de Coimbra durante séculos, concentrando actividades ao longo das suas margens e promovendo uma relação intensa com a cidade antiga. Os espaços marginais ao Mondego foram desde muito cedo ocupados por edificações religiosas e por um número significativo de quintas, das quais ainda resistem alguns casos - ocupações que determinaram o quotidiano e as características funcionais dos territórios ribeirinhos (Faria, 2006).

100 O Mondego apresentava grandes caudais no Inverno e quase inexistência de água no Verão.

101 Que se localiza no estuário da cidade da Figueira da Foz a cerca de 50 quilómetros de distância.



Figura 33 - Imagens do quotidiano antigo da cidade ribeirinha

FONTE: Câmara Municipal de Coimbra

Até que o surgimento de outras vias e meios de comunicação e transporte, designadamente, o comboio e a estrada nacional, complementados pela ocupação e desenvolvimento industrial, geraram uma barreira que teve como consequência a suspensão de um vínculo secular da cidade com o rio - sobretudo entre o Largo da Portagem e o flanco norte da cidade.

Contudo, deste *basófitas*¹⁰², merece referência, nos princípios do século XX, a existência de praias fluviais, dando um carácter festivo ao areal, e as lavadeiras que ocupavam as margens também demandadas por estudantes e *tricanas*¹⁰³, tão cantadas pelo fado coimbrão.

A construção das barragens da Aguieira, Raiva e Fronhas vieram controlar as dinâmicas fluviais ao longo do ano, evitando as tradicionais cheias que, com menos impacto, foram ocorrendo até à década de setenta do século passado, fase a partir da qual se assiste a um controlo dos caudais, que veio permitir a estabilização de um espelho de água em frente à cidade com a construção complementar da ponte-açude, na proximidade da Mata do Choupal – obras que, apesar da sua importância, não foram no imediato determinantes para a recuperação da ansiada relação entre a cidade e o rio.

6.2 Geografia e ambiente

Coimbra pertence à região Centro e sub-região Baixo Mondego, é capital de distrito e concelho que possui uma população de 143 052 habitantes, de acordo com os dados dos últimos Censos.

O município, com 319,4 Km² de área, é limitado a norte pela Mealhada, a leste, por Penacova, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, a sul, por Condeixa-a-Nova, a oeste por Montemor-o-Velho e a noroeste por Cantanhede.

A sua posição geográfica, privilegiada no contexto nacional, torna-a num local de passagem entre o norte e o sul, apoiada por uma rede viária e ferroviária que a insere num eixo que se constitui como alternativa às zonas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Nesta cidade, em que predomina o sector terciário, e na qual se registou uma forte periferização até meados da década passada, verifica-se um significativo movimento pendular resi-

¹⁰² Assim chamado pelos conimbricenses ao Mondego, pela irregularidade sazonal do seu caudal.

¹⁰³ Designação atribuída a raparigas da região de Coimbra, mas também de Aveiro, de condição social tendencialmente originária do povo – e que no caso de Coimbra eram caracterizadas por penteado próprio sob lenço ou mantilha, usando ainda xaile e chinela.

dência/trabalho com recurso ao transporte particular, o que penaliza o ecossistema urbano, designadamente, ao nível da qualidade do ar e dos índices de ruído, nas horas de início e final da tarde. Contudo, e de acordo com medições efectuadas pela CoimbraPolis¹⁰⁴, verifica-se que os níveis de concentração de poluentes gasosos ficam abaixo dos limites previstos na legislação portuguesa e comunitária.

Quanto ao ruído e tendo por referência os valores publicados pela CoimbraPolis, verificou-se que a zona de intervenção é penalizada pelas vias e fluxos de tráfego adjacentes, concluindo-se que os valores médios registados de 73 dB, estão ligeiramente acima dos limites fixados pelo Regulamento geral do Ruído, 65 dB, à excepção do Parque Dr. Manuel de Barga, em que se registaram 63.5 dB.

Deverá, contudo, referir-se que o desvio de tráfego entretanto ocorrido¹⁰⁵ e o crescimento das espécies arbóreas e arbustivas na zona, permitirão a obtenção de valores que, com grande probabilidade, se situarão dentro dos limites regulamentares.

Ao nível da qualidade da água e tendo por objecto de análise principal o rio Mondego, a CoimbraPolis concluiu, na sequência de medições efectuadas, que a água apresenta características de qualidade adequada aos usos para o qual está vocacionado, designadamente, práticas lúdicas e desportivas e para consumo humano, após tratamento.

Quanto à recolha, reciclagem e tratamento selectivo dos resíduos sólidos urbanos, regista-se uma evolução muito significativa nos últimos anos – tendência que não se confirma ao nível do asseio e tratamento do espaço urbano, verificando-se focos de degradação e níveis de higiene urbana nalgumas zonas da cidade que não dignificam a sua condição de espaço público.

Coimbra, cidade de clima tendencialmente mediterrânico, apresenta uma ocupação verde caracterizada por matas, parques, jardins e algumas zonas agricultadas, que contribuem para o seu equilíbrio ecológico e paisagístico.

6.3 Economia e desenvolvimento

A cidade foi durante muitos anos e até meados do século XX um importante centro industrial dos sectores têxtil, cerâmico, alimentar, curtumes, metalurgia e metalomecânica, inicialmente no centro urbano e posteriormente a norte da cidade. Contudo, e gradualmente, Coimbra foi perdendo o seu tecido industrial, apresentando-se hoje como uma cidade quase exclusivamente voltada para o sector terciário e para unidades de produção de tecnologia de ponta destinada ao mercado internacional – dinâmica propiciada pela criação de novas áreas e equipamentos de implantação empresarial promovidas nos últimos anos pelo município.

Coimbra é ainda conhecida pelo seu potencial académico, protagonizado pela Universidade e pelo Instituto Politécnico, para além de se tratar de um dos mais importantes pólos hospitalares do país – unidades fundamentais na economia e dinamização da cidade.

104 CoimbraPolis – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, S.A. - sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que teve por objecto a gestão e coordenação do investimento a realizar na zona de intervenção (Decreto-Lei n.º 94/2001).

105 Garantido pela recente Variante Sul do IC2 entre o nó dos Carvalhais e a rotunda do Almegue, desviando um volume significativo de tráfego rodoviário da zona de intervenção Polis.

6.4 Património e cultura

Coimbra apresenta um património histórico e monumental de grande relevância cultural, o que terá determinado um Centro Histórico alargado a quase toda a cidade, sendo contudo na parte central da urbe que se localizam os principais testemunhos patrimoniais.

O casco urbano antigo apresenta duas zonas distintas, a Alta e a Baixa, nas quais se verificam manifestações representativas da história e da memória da cidade e se constata uma ocupação ditada pela difícil topografia da colina, que determinou “(...) ruas estreitas, ligadas por uma teia de travessas e becos, certamente, uma herança da ocupação árabe.” (www.cm-coimbra.pt).

O topo da colina é protagonizado por várias edificações de épocas distintas, merecendo referência especial o criptopórtico romano integrado no Museu Nacional Machado de Castro, e um conjunto expressivo de outras edificações predominantemente ligadas à Universidade.

A Baixa integra os espaços do antigo arrabalde medieval, no qual se organizava a vida de comerciantes, artesãos e gentes do povo, facto testemunhado pela toponímia existente, merecendo contudo alusão particular a existência de um conjunto de edificações históricas, públicas e privadas, que se disseminam pela Rua Ferreira Borges, Praça 8 de Maio e Rua da Sofia, sendo de destacar o Mosteiro de Santa Cruz, pela sua notoriedade arquitectónica, religiosa e política - jazendo ali o fundador da nacionalidade, D. Afonso Henriques.

Na margem esquerda do Mondego, é evidente a presença de um conjunto monumental significativo, sobretudo de arquitectura religiosa, devendo mencionar-se o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha como exemplo histórico e memorial que marca o imaginário coimbrão, já que por ali passaram figuras incontornáveis da história e cultura portuguesas – Rainha Santa Isabel e Inês de Castro, esta última, protagonista de uma trágica história de amor¹⁰⁶ que teve o seu epílogo na Quinta das Lágrimas – situada a escassa distância do Mosteiro e que é hoje uma reconhecida unidade turística.

Coimbra é ainda rica em espaços verdes, parques e jardins históricos, entre os quais se evidenciam a Mata do Choupal, o Jardim Botânico e o Parque Dr. Manuel de Braga, este último situado à beira do Mondego, projectado por Jacinto Nunes por volta de 1925, e que foi durante décadas um lugar de intensa vida social e cultural da cidade.

Do Mondego, de que já falámos, importa neste âmbito sublinhar que se trata de um elemento inseparável da história e do património da cidade, não só pela sua presença física e pelo seu papel na evolução da cidade, mas sobretudo por representar um dos rios mais cantado pela poesia portuguesa, desde Luís de Camões a Miguel Torga - espaço do povo, estudantes e *tricanas* que inspiraram poetas e fadistas que mantêm bem viva essa voz imaterial do rio.

6.5 Objectivos do Programa e linhas de intervenção

O Programa Polis em Coimbra pretendeu um conjunto de acções de requalificação urbana e valorização ambiental centrada no objectivo transversal de “revitalizar o centro, centrando a cidade no rio” (MAOT, 2001b, p. 37) – operação que pretendeu o reforço das relações formais e funcionais das margens, num quadro natural e paisagístico privilegiado.

106 História vivida entre D. Pedro I e Inês de Castro que terminou com o assassinio de Inês em 1355.

A área de influência da intervenção prevista (Figura 34) foi objecto de ajuste, pelo que o seu perímetro efectivo se apoia nos seguintes limites: a norte, Parque Dr. Manuel de Braga, Choupalinho e cerca do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha; a poente, cerca do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Nó das Lajes; a sul, zonas intermédias da Quinta das Lajes e Quinta do Junqueiro; a nascente, Avenida da Lousã e Avenida Emídio Navarro.



Figura 34 - Área de influência do Programa Polis de Coimbra

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Coimbra / GCPP

A intervenção exigiu a elaboração de dois planos de pormenor (Figura 35) cuja delimitação teve como base, *a coerência do conjunto, a identificação de limites e referências físicas e as características específicas das áreas a intervencionar*:

- Plano de Pormenor do Parque Verde do Mondego - que definiu a implantação de um parque urbano multifuncional destinado à usufruição da população na relação directa com o rio e o edificado envolvente;
- Plano de Pormenor do Eixo Portagem/Avenida João das Regras - que previa a resolução de problemas de circulação viária e pedonal através de uma intervenção que incluía o desnivelamento rodoviário e a construção de uma variante à Avenida João das Regras, e ainda, o tratamento de espaços adjacentes ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Convento e Igreja de S. Francisco. (MAOT, 2001b).



LEGENDA



escala 1:20 000



Área de influência da intervenção



1. Plano de Pormenor do Parque Verde do Mondego
Limite do Plano de Pormenor do Parque Verde do Mondego



1.1. 1ª Fase do PVM - consolidação do existente



1.2. 2ª Fase do PVM - conclusão da zona poente



1.3. 2ª Fase do Parque Verde do Mondego - Entrada Norte do Parque



1.4. 3ª Fase do Parque Verde do Mondego



1.5. 4ª Fase do Parque Verde do Mondego



1.6. 5ª Fase do Parque Verde do Mondego



1.7. Parque Manuel Braga



2. Plano de Pormenor da Av. João das Regras

2.1. P.P. da Av. João das Regras

Figura 35 - Delimitação dos Planos de Pormenor do Programa Polis de Coimbra

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Coimbra / GCPP

Quanto aos objectivos específicos definidos, sintetiza-se o essencial do conteúdo patente no respectivo Plano Estratégico:

- Revitalizar o Centro, centrando a cidade no rio, através do tratamento paisagístico das margens do Mondego, na Área Central da Cidade;
 - O que pressupõe a integração do rio e a aproximação das margens através de novas possibilidades de acesso;
- Valorização e reforço do eixo pedonal que, da Praça 8 de Maio se estende até ao Rossio de Santa Clara/Convento de S. Francisco;
 - O que pressupunha a resolução de problemas de circulação automóvel e pedonal e o reforço de um eixo patrimonial que reitera a ligação entre as margens da cidade;
 - Objectivo que não foi totalmente concretizado, devendo contudo referir-se o redimensionamento, repavimentação e tratamento dos percursos pedonais da Avenida João das Regras na zona de acesso ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Entrada Poente do Parque Verde do Mondego;
- Construção do Parque Verde do Mondego, abrangendo ambas as margens, na moderna concepção de parque urbano vivido e utilizado;
 - O que pressupõe a existência de equipamentos e condições que garantam a acessibilidade, a multifuncionalidade e a sua usufruição;
- Criação de um ambiente de grande qualidade paisagística;
 - O que pressupõe uma solução integrada que concilie a nova realidade com o quadro natural existente;
- Valorização do património histórico e arquitectónico, designadamente do Convento de S. Francisco para centro de congressos;
 - O que pressupunha o reconhecimento e valorização do espólio patrimonial existente na zona de intervenção;
 - Objectivo que não foi cumprido no âmbito do Programa Polis, tendo a autarquia assumido as obras de valorização em causa, em fase adiantada de conclusão, o que implicará a renovação e revitalização urbana local, em que se situam os Mosteiros de Santa Clara-a-Velha, Convento de Santa Clara-a-Nova, Portugal dos Pequenitos e Quinta das Lágrimas;



Figura 36 - Vista parcial da margem direita do Mondego antes da intervenção do Programa Polis



Figura 37 - Vista parcial da margem esquerda do Mondego antes da intervenção do Programa Polis

FONTE: Câmara Municipal de Coimbra

FONTE: Câmara Municipal de Coimbra



- Melhoria das acessibilidades na Área Central, através da construção de um sistema de elevação mecânica entre a Alta e a Baixa (MAOT, 2001b);
 - O que pressupunha a criação de equipamento electromecânico que garantisse a acessibilidade entre a Avenida Emídio Navarro e a Avenida Dr. Júlio Henriques – objectivo que não foi cumprido.

As *grandes linhas de intervenção* que decorrem tendencialmente das propostas avançadas no Plano Director Municipal e dos objectivos programáticos enunciados, estabeleceram as seguintes prioridades:

- Ambiente – *libertação e tratamento* das margens ribeirinhas para usufruição da população, em face da imagem global de degradação, usos indevidos e sinais de marginalidade verificados na zona;
- Lazer – criação de amplos espaços relvados e equipamentos que possibilitassem o uso por parte da população, nos seus diferentes escalões etários e em diferentes horas do dia e da noite, em face da ausência de equipamentos e espaços utilizáveis;
- Actividades culturais – dar continuidade e finalizar o espaço destinado a eventos e espectáculos, permitindo a concentração de um elevado número de pessoas, designadamente, da população juvenil e estudantil da cidade;
- Desporto – propiciar o uso do plano de água através de práticas como o remo, a canoagem e a vela, bem como o jogo informal praticável nos relvados marginais;
- Acessibilidades – permitir o acesso condicionado de automóveis, melhorar os percursos existentes e implementar novas vias de circulação pedonal, com particular destaque para a ligação entre as duas margens;
- Turismo – favorecer a chegada e estacionamento de visitantes, valorizar o quadro patrimonial, histórico e natural, e a imagem da cidade. (MAOT, 2001b).





Figura 38 - Simulação da ocupação final dos espaços do Programa Polis de Coimbra

FONTE: Plano Estratégico do Programa Polis de Coimbra / GCPP

Em síntese e de acordo com a Figura 38, o Programa Polis pretendeu a renovação da cidade patrimonial, histórica e natural, que assume o Mondego como *junta de ligação* e não como *junta de separação* (Paiva, 2009), legitimando-se assim o slogan: *duas margens, um rio, uma cidade*.

6.6 Incidências da intervenção

Baseados no enquadramento e objectivos do Programa Polis de Coimbra, importa referenciar os *eixos de intervenção* e/ou *acções* concretizadas total ou parcialmente até Março de 2011, de acordo com informação obtida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis e com o levantamento efectuado na zona de intervenção.



Assim, de acordo com os documentos técnicos produzidos pelas equipas projectistas e em coerência com as peças gráficas que apresentamos, agrupamos as zonas de intervenção definidas nos respectivos planos de pormenor, em quatro grandes áreas de análise:

– Plano de Pormenor do Parque Verde do Mondego;

- A1 - Parque Dr. Manuel de Braga - intervenção parcialmente realizada
- A2 - Quinta do Junqueiro e Ínsua dos Bentos - intervenção totalmente realizada
- A3 - Choupalinho e Quinta da Várzea - intervenção parcialmente realizada
- Ponte Pedonal Pedro e Inês - intervenção totalmente realizada

– Plano de Pormenor do Eixo Portagem / Avenida João das Regras;

- A4 - Entrada poente do Parque Verde do Mondego - intervenção parcialmente realizada

A figura 39, da página seguinte, localiza esquematicamente as zonas referidas e apresenta ainda as respectivas predominâncias funcionais – ilustrando-se assim a vocação global da zona, agora lugar.





PROGRAMA POLIS DE COIMBRA Predominâncias Funcionais

P Parque de Estacionamento	TT Ponte Pedonal	Parque Infantil
Parque de Merendas	Piscina	Restaurante
Ginásio ao Ar Livre	Parque Autocaravanas	Pesqueiros
Parque Radical	Parque Autocarros	a Ateliers
Mosteiro Sta. Clara-a-Velha	Museu da Água	Zonas Verdes
Exploratório - Ciência Viva	Clube Náutico	Rio Mondego
Portugal dos Pequenitos	Praça da Canção	Edificação
Quinta das Lágrimas	Pavilhão Centro de Portugal	

Figura 39 - Planta esquemática das predominâncias funcionais dos espaços do Programa Polis de Coimbra

FONTE: Câmara Municipal de Coimbra / GOUP

A1. PARQUE DR. MANUEL DE BRAGA

margem direita

O Parque Dr. Manuel de Braga¹⁰⁷, foi projectado em 1925 pelo paisagista e floricultor portuense, Jacinto Matos - enquanto jardim romântico de inspiração francesa, na linha da *cultura-mosaico*, que foi durante muitos anos o parque da cidade e o passeio público de referência da sociedade coimbrã.

Da sua fundação ao seu apogeu urbano e social, o Parque vem apresentando sinais de degradação e declínio, merecendo há muito uma intervenção regeneradora que o resgatasse, enquanto espaço físico e simbólico, para a cidade.

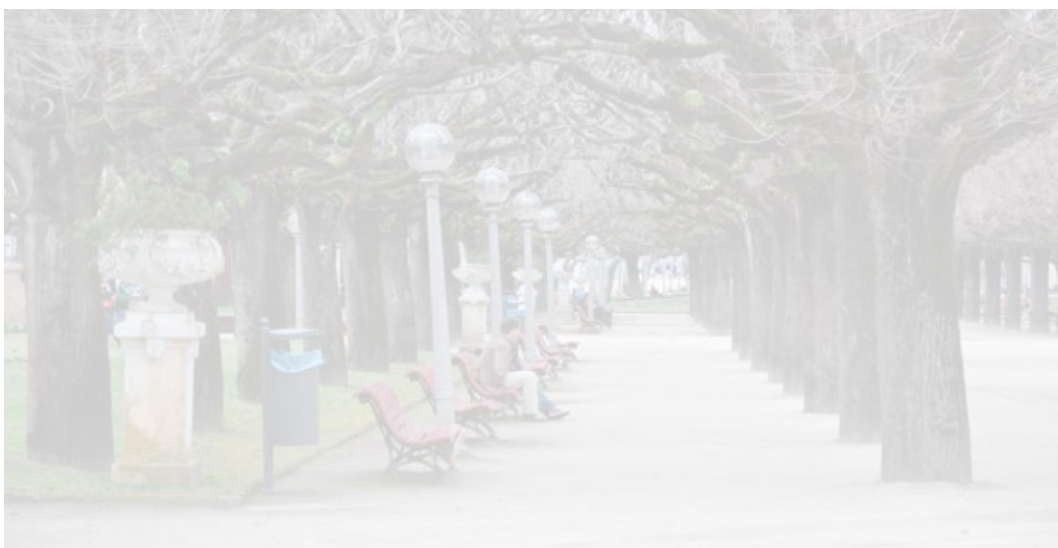
A intervenção prevista no âmbito do Programa Polis, pese embora perseguisse esse desígnio, acabou por se circunscrever às obras de ligação ao Parque Verde e à reconversão da antiga Estação de Captação de Água para Museu da Água/Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental – intervenções pontuais traduzidas no quadro seguinte.

Quadro 12

Elementos/acções em áreas de intervenção do Programa Polis de Coimbra

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS / ACÇÕES
PARQUE DR. MANUEL DE BRAGA margem direita	Posto de informação e apoio aos transportes públicos
	Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental / Museu da Água
	Acessibilidade e pavimentos (ligação ao Parque Verde)
	Iluminação pública (zona adjacente ao Parque Verde)

A Figura 40 define a geometria do Parque e localiza equipamentos e acessibilidades que, conforme referência anterior, exigem um processo global de recuperação e renovação que devolva a esta ecologia a dignidade de outros tempos.



¹⁰⁷ Designação que foi atribuída em 1955, como tributo a uma figura que tinha particular zelo pelos espaços da cidade.

PROGRAMA POLIS DE COIMBRA
Parque Dr. Manuel de Braga



Equipamento e Acessibilidades

- Banco
- Caixote do lixo
- Bebedouro
- Floreira
- Luminária
- Elemento de informação
- Barreira / protecção
- Delimitador
- Delimitador (contínuo)
- Elemento de arte pública
- ESP Esplanada
- Percurso / Acesso

Figura 40 - Localização esquemática do equipamento e acessibilidades do Parque Dr. Manuel de Braga



A2. PARQUE VERDE DO MONDEGO

margem direita

A intervenção que vincula a ligação entre os terrenos da Quinta do Junqueiro e da Ínsua dos Bentos veio alterar significativamente o quadro paisagístico local e intensificar a relação da margem com o Mondego.

Território aluvionar, visitado durante muitos anos pelas cheias de Inverno, constituía uma faixa marginal ocupada por laranjais abandonados e um parque de estacionamento quase anárquico - espaços cuja limpeza e desactivação constituíram a base para a renovação daquela margem da frente ribeirinha.

A ligação ao Parque Dr. Manuel de Braga, geradora de complementaridades, a presença de elementos com forte expressividade formal, os espaços verdes, os percursos de aproximação ao rio, os equipamentos multifuncionais e os espaços de estacionamento, constituem a síntese do quadro seguinte, que em detalhe caracteriza o alcance da intervenção de requalificação e valorização ambiental desta zona da cidade.

A Figura 41 sinaliza esquematicamente o equipamento e acessibilidades da margem direita do Parque Verde do Mondego, evidenciando ainda o desenho e a estratégia de ocupação daquele espaço do Programa Polis de Coimbra.

Quadro 13

Elementos/acções em áreas de intervenção do Programa Polis de Coimbra

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS / ACÇÕES
PARQUE VERDE DO MONDEGO margem direita	Escadaria
	Fonte
	Linha de água e talude
	Pesqueiros (plataformas de madeira, avançadas sobre o rio)
	Parque infantil
	Pavilhão Centro de Portugal
	Bares
	Esplanadas
	Módulos de equipamento de jardim/ateliers
	Parque de estacionamento para autocarros de turismo (5 lugares)
	Parques de estacionamento de ligeiros (440 lugares)
	Iluminação Pública
	Pavimentos
	Relvados/prados
	Maciços arbóreos/arbustivos
	Mobiliário urbano
	Ciclovia
	Ponte pedonal e ciclável (Pedro e Inês)
	Pista para competições de remo (plano de água)
	Elemento escultórico

PROGRAMA POLIS DE COIMBRA
Parque Verde do Mondego
Margem Direita



Equipamento e Acessibilidades

- Banco
- Caixaote do lixo
- Bebedouro
- Delimitador
- Delimitador (contínuo)
- Floreira
- Luminária
- Luminária (contínua)
- Telefone
- Elemento de sinalização
- Elemento de informação
- Barreira / protecção
- Boca de incêndio
- Elemento de arte pública
- Aluguer de equipamento lúdico
- Equipamento lúdico-desportivo
- Quiosque
- Barreira amovível
- Percurso / Acesso

Figura 41 - Localização esquemática do equipamento e acessibilidades da margem direita do Parque Verde do Mondego

A3. PARQUE VERDE DO MONDEGO

margem esquerda

A intervenção do Programa Polis na margem esquerda do Mondego veio materializar a criação de um parque que acentuasse a relação entre as duas margens e desse continuidade à operação anterior concretizada na zona do Choupalinho, com a resolução de um espaço destinado a eventos e espectáculos ao ar livre.

Contudo, a margem esquerda do Mondego, objecto de intervenção, apresentava-se na fase prévia à implementação do Programa Polis como uma área que, à excepção da zona de equipamento referida, era caracterizada por terrenos agrícolas abandonados, instalações de apoio à actividade náutica degradadas e acessos precários.

O novo projecto veio não só dar continuidade às iniciativas anteriores, como reforçar o quadro de intenções com a criação de novos apoios funcionais, percursos pedonais, cicláveis e fluviais que permitem a ligação a diferentes cotas e zonas – soluções que se revelam essenciais à utilização dos vários espaços ao longo de todo o ano.

A criação de equipamentos de apoio às actividades náuticas, zonas de lazer, espaços verdes, piscina, restauração e áreas de estacionamento, sintetizam um quadro que complementa as valências das margens ligadas pela ponte pedonal e ciclável, garantindo à população um núcleo integrado de usufruição pública.

Complementando a informação anterior, resumida no quadro 14, a Figura 42 ilustra a rede de acessos e percursos, e a localização de equipamentos presentes nesta área de intervenção.





Quadro 14

Elementos/acções em áreas de intervenção do Programa Polis de Coimbra

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS / ACÇÕES
PARQUE VERDE DO MONDEGO margem esquerda	Canal navegável
	Cais em pedra e passeio marginal
	Passeio elevado e encerramento do recinto de espectáculos
	Palco *
	Edifício de balneários, de sanitários e de apoio aos espectáculos *
	Percursos e locais de estadia
	Passagem inferior à Avenida Inês de Castro
	Parque infantil
	Parque radical
	Parque de merendas
	Elemento escultórico *
	Módulos destinados a instalações para desportos náuticos
	Módulo destinado a apoio ao parque e recinto de espectáculos *
	Parque de estacionamento para autocarros de turismo (15 lugares)
	Parques de estacionamento de ligeiros (460 lugares)
	Muro, linha de água e caminho pedonal
	Caminho pedonal ribeirinho
	Percurso sobre elevado
	Piscina descoberta, balneários e restaurante **
	Cais
	Equipamentos de carácter lúdico e cultural
	Equipamento – Exploratório Ciência Viva **
	Iluminação Pública
	Pavimentos
	Relvados/Prados
	Maciços arbóreos/arbustivos
	Mobiliário urbano
	Ciclovia
	Rotunda (Nó viário das Lajes)
	Ponte pedonal e ciclável
	Pista para competições de remo (plano de água)

* Elementos pré-existent

** Elementos realizados na sequência do Programa Polis



PROGRAMA POLIS DE COIMBRA
Parque Verde do Mondego
Margem Esquerda

Equipamento e Acessibilidades

- Banco
- Mesa
- Caixote do lixo
- ECO Ecoponto
- Bebedouro
- Floreira
- Luminária
- Luminária (contínua)
- Elemento de sinalização
- Elemento de informação
- Barreira / protecção
- Delimitador
- Boca de incêndio
- Elemento de arte pública
- EA Aluguer de equipamento lúdico
- EQ Equipamento lúdico-desportivo
- B Barreira amovível
- Percurso / Acesso

Figura 42 - Localização esquemática do equipamento e acessibilidades da margem esquerda do Parque Verde do Mondego

A4. ENTRADA POENTE DO PARQUE VERDE DO MONDEGO

margem esquerda

Os terrenos de aluvião a nascente do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, integrados em Área de Protecção do Centro Histórico da cidade, constituíram durante muitos anos um exemplo claro de degradação urbana, proliferando restos da invasão hídrica do rio, vegetação anárquica e vestígios construtivos, sem qualquer respeito pelo património e imagem pública da cidade.

O processo de recuperação do Mosteiro e a elaboração dos planos de pormenor, visando as intervenções Polis, constituíram a base para se inverter a situação existente, dignificando o espaço público e respeitando a memória do lugar.

A intervenção, que pretende afirmar-se como um *jardim de evocação histórica*, justificada pela presença de um monumento e de um rio que partilharam o mesmo passado, constitui um excelente exemplo de diálogo entre a cidade antiga e a cidade que se renova e regenera – numa simbiose em que as dimensões material e imaterial se confirmam na solução global apresentada.

Quadro 15

Elementos/acções em áreas de intervenção do Programa Polis de Coimbra

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS / ACÇÕES
ENTRADA POENTE DO PARQUE VERDE DO MONDEGO margem esquerda	Rampa/praza
	Plataforma/passadiço
	Circuitos pedonais
	Túnel pedonal de acesso ao Parque Verde do Mondego
	Escadas
	Relvados/prados
	Maciços arbóreos/arbustivos
	Iluminação pública
	Pavimentação
	Mobiliário urbano

Como informação complementar, apresenta-se a Figura 43, na qual se ilustra o desenho e ocupação desta zona adjacente ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e de acesso ao Parque Verde do Mondego.

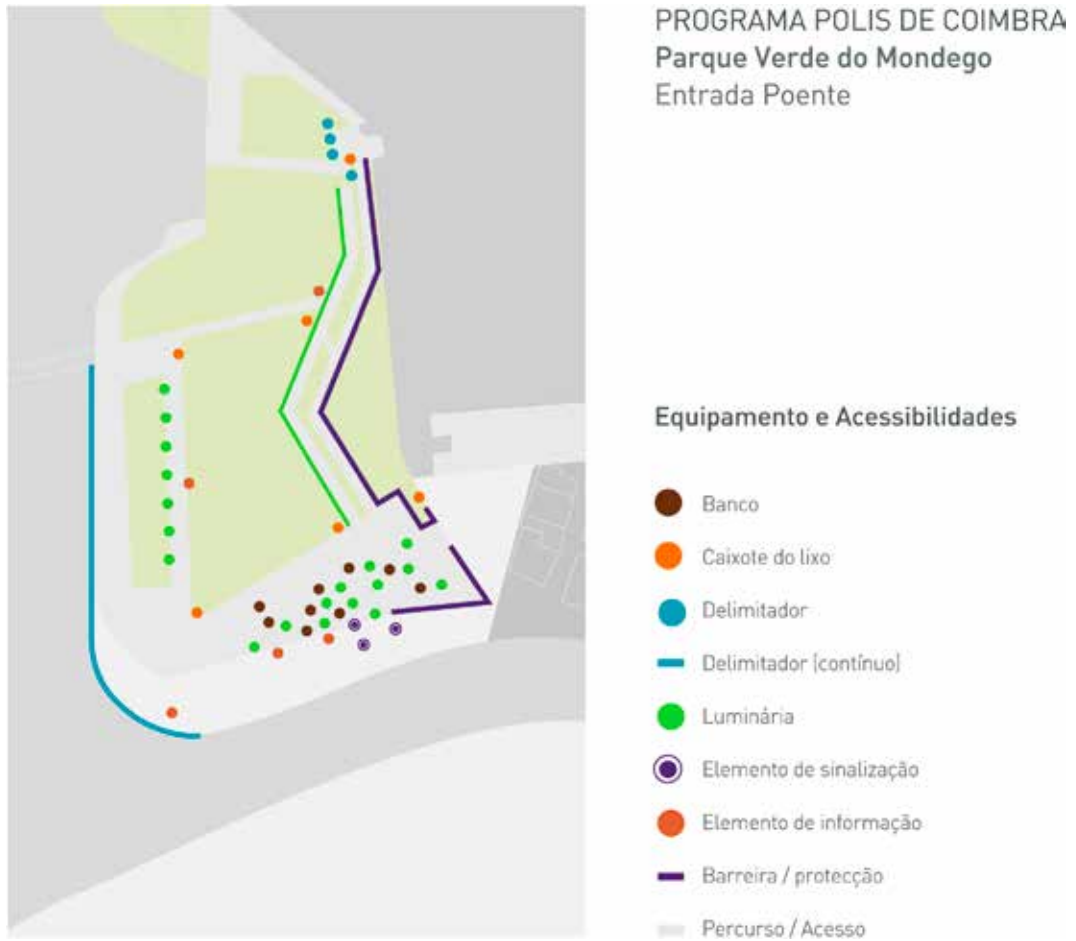


Figura 43 - Localização esquemática do equipamento e acessibilidades da entrada poente do Parque Verde do Mondego



Sequente aos *eixos de intervenção* e/ou *ações* referenciadas, e sustentados na informação obtida em diferentes fontes e fundamentalmente nas recolhas *in loco* do investigador, enunciam-se as *áreas, elementos e valores* predominantes nos contextos de intervenção:

Quadro 16

Áreas, elementos e valores de design predominantes no Programa Polis de Coimbra

ÁREAS	ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Equipamento lúdico
	Sinalética
	Informação
	Acessibilidades
	Monitorização ambiental
IMAGEM E INOVAÇÃO	Imagem
	Estética
	Inovação
	Renovação
	Diversidade
	Pavimentos
	Cromatismo
	Materiais
	Legibilidade
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Conforto
	(Multi)Funcionalidade
	Integração
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência
	Higiene urbana
	Sustentabilidade
	Ambiente
	Paisagem
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público
	Inclusividade
	Uso e apropriação

O Programa Polis de Coimbra é revelador de uma estratégia que conciliou o potencial paisagístico local com uma intervenção que convocou diferentes áreas disciplinares, nas quais se integrou o design, participando com vários *elementos e valores* que vieram garantir complementaridades importantes para o *uso e apropriação* das margens ribeirinhas da cidade – devendo registar-se contudo, lacunas ao nível do *mobiliário urbano*, da *iluminação* e da *manutenção*.



Ainda na linha do processo investigativo e de forma a ilustrar os níveis de uso/apropriação dos espaços e equipamentos do Programa Polis de Coimbra, apresenta-se a Figura 44, na qual é possível verificar a tendência de ocupação das zonas que, tendo sido criadas ou valorizadas, garantem níveis de atractividade diferenciados. A informação referida será objecto de análise e reflexão complementares no âmbito da apresentação dos resultados desta investigação.



PROGRAMA POLIS DE COIMBRA
Níveis de Uso / Apropriação



Figura 44 - Planta esquemática dos níveis de uso/apropriação dos espaços do Programa Polis de Coimbra



Figura 45 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Coimbra



6.7 Design e Urbanidade – leituras e induções do investigador

Coimbra passeia-se pelas colinas... que pinta de branco.
O rio embarcado nas margens detém-se em frente à cidade... antes de se entregar ao mar.
A veemência da silhueta urbana acentua a identidade romântica da cidade.
Quem nunca aqui chegou, abeira-se dos reflexos do Mondego... à procura da imagem de
Pedro e Inês... a água afoga-lhe a esperança.
O afecto acontece nas margens do desejo ribeirinho... da juventude dispersa entre árvores
e planos verdes... o rio canta amores e desamores, paixão e morte.
Pedras de um branco ortogonal recortam episódios de um caminho curvo.
Há um aroma hídrico contaminando árvores de ramagens chorando no chão.
Nas esplanadas de gente à sombra de pano branco há conversas partilhadas
entre dois ou mais sorrisos.
A informalidade leva as pessoas ao chão... o cheiro, a natureza chama-lhes o corpo e o
desejo. Ao fim da tarde chegam prontas a gozar tudo.
Aqui e ali o desprazer contextual... a natureza acorre a ocultar o desleixo.
A jovem pedra de mármore do chão contrasta com a
rugosa face do gótico de Santa Clara-a-Velha.
Luminárias cilíndricas desenrolam um filme de luz branca que protagoniza a noite.
A orla luminosa da ponte pedonal antecipa a imagem das submissas águas do rio.
A ponte saltita branca sobre a água... a “acrópole” assiste imóvel.
A cidade reflecte-se no espelho vaidoso do Mondego... remadas destroem-lhe a
imagem em repouso... que se inquieta e abstrai.
O Outono passeia-se por uma escada... desfolhando árvores.
Sob as águas marginais de Inverno, paira gente tacteando a luz.
O chão ziguezagueia em frente ao património gótico. Uma outra escada marca passos que
sobem e descem. Um banco de betão só... espera.
Há festas e rosas simbólicas de Isabel... a santa rainha.
A verticalidade da comunicação indica percursos... planos e curvos... sítios.
No parque radical reinventam-se novos passos... novos movimentos.
O Pavilhão do Centro de Portugal fica à margem.
Aqui e além... a ciência explora novas possibilidades de descoberta.
O chão divaga sob diferentes texturas... desafiando o colorido plano do vidro.
Os bancos... cúbicos de mármore sentam a solidão urbana.



Figura 46 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Coimbra



A iluminação assume diferentes nuances e feições... marcando a obscuridade.
Os actos marginais acontecem sob o manto da noite que não clareia a vida.
No parque infantil há um chilrear de infâncias que pousa sobre objectos lúdicos...
o urso que domina o lugar fica verde de espanto.
Do outro lado, um arraial excessivo desafia a tranquilidade ribeirinha.
Cores, formas e sons tentam o improvisado... só possível no universo do acaso.
Os pescadores exercitam a paciência... esperam por peixes que lhes fintem os anzóis em
dribles prateados. De quando em vez há uma cana que se eleva brandindo vitória.
A barca serrana, viúva e negra... conta a história de tempos idos. Assume a
reforma do tempo e do modo sob olhares inquietos... de dúvida.
O desleixo e o graffiti contrariam o espaço e o objecto... de passagem.
Barcos deslizam sobre o dorso do rio... rastos de rugas desfalecem nas margens.
A animação traz a noite sob a luz rasteira... bares e esplanadas convivem sob o
espectro da madrugada lacustre.
Os estudantes soltam capas negras ao som de um palco de músicas.
Há uma metafísica do prazer nas entrelinhas da paisagem coimbrã.
A (in)certeza intuitiva sobre a água acontece sob o ímpeto das gentes.
As margens (in)seguram quem chega.
O excesso e a ausência... variam ao sabor dos dias e das noites que marcam o calendário.
A itinerância dos seres urbanos experimenta a amplitude da paisagem.
Espaços e objectos comparecem construindo a civilidade do lugar.
A paisagem acalenta-se de metamorfoses múltiplas... que a natureza protagoniza.
Gestos híbridos acontecem sob a (i)materialidade da água.
A reinvenção do repouso acontece nos corpos que se acomodam sob a sombra dos dias.
Há um discurso cénico que se renova nos gestos do espaço, dos objectos...
das gentes em transição.
Os carros chegam e acantonam-se discretos.
A água é símbolo e substância.
O verde humanizado cresce à medida que a paisagem humana se amplia.
Árvores e arbustos reclamam uma identidade autóctone... e simbólica.
A população avança e fica a olhar... o rio... concentra-se e expande-se... em
movimentos determinados pelo desejo.
As margens disponibilizam diferentes ambientes e asseios. Aqui e ali há
caixas de higiene urbana.
Objectos de brincar e motivar o corpo chamam gente disponível para a acção.



Figura 47 - Imagens dos espaços e objectos do Programa Polis de Coimbra



A praça da canção está em silêncio transitório.
Degraus duros de metal e pedra trepam a uma ponte curva que leva e traz
gente consigo... num vaivém colectivo.
Crianças trazem os pais pela mão... que alimenta aves flutuando.
A nova atitude urbana reivindica o rio como símbolo do passado e do presente.
As pessoas reeditam um tempo que nunca existiu sobre o cenário renovado.
A amenidade psicológica faz-se da (i)materialidade presente e ausente.
As crianças consomem espaço e tempo sob a atenção da idade.
A apropriação tem a intensidade do lugar.
A confiança do chão vive da precariedade simbólica da água.
O ambiente reconhece as nuances da mudança.
As narrativas comportamentais acontecem ao sabor da fruição ansiada.
A transformação do público acontece no espaço das relações sociais.
As lavadeiras e as tricanas já não existem... os estudantes persistem sem elas.
O mobiliário formal contraria a informalidade do parque.
A imagem global da paisagem constrói uma estética que tem na luz a sua denúncia.
As texturas acordam-nos os pés... outras apelam às mãos que temos nos olhos.
Os materiais denunciam a resistência e a fragilidade das coisas de quem usa.
A conservação decresce por vezes... entre ervas altas.
O encontro é no sítio público da animação, da cultura e do prazer... da inclusão.
À noite a cidade deita-se no leito do rio... difundindo rastos luz.
A iluminação (re)acende passos e percursos. Um banco longo disponibiliza uma almofada
incandescente para quem pretenda um caminho de terra clara.
Outro assento solitário acolhe-se sob a sombra nocturna de árvores...
na companhia de uma luminária tímida.
Coimbra, logo mais... amanhece de novo sob a alvorada...
que pinta o parque de verde e o rio de água!

6.8 Apreciação global da intervenção

No âmbito do quadro referencial deste estudo, procede-se à síntese da apreciação global do Programa Polis de Coimbra, salientando-se o seguinte:

- A qualificação urbana e a valorização ambiental da zona patrimonial, histórica e natural, resultaram no alargamento da área verde utilizável, da acessibilidade e fruição da frente de rio, da implementação de uma rede de percursos cicláveis e pedonais, da ligação entre margens, do incremento de estacionamento automóvel e da criação de centro de monitorização e interpretação ambiental, funcionando actualmente como espaço museológico;
- O design revela-se um participante efectivo na concretização de soluções presentes nas áreas de intervenção, valorizando a imagem e garantido funcionalidades que respondem ao uso inclusivo e vocação ecológica dos diferentes contextos;
- A reconciliação da cidade com o rio redimensionou a *Área Central* da urbe e conferiu-lhe um novo potencial cultural, lúdico e desportivo - complementado pela renovação ambiental e paisagística do quadro urbano.

O conteúdo anterior encerra o processo de caracterização e análise dos *casos* que integram o *multicaso*, e cuja substância essencial será objecto de reflexão e aprofundamento no quadro abrangente dos resultados do processo investigativo - ao que se seguirão a discussão e conclusões.



Referências bibliográficas

- ALARCÃO, J. (2008) *Coimbra. A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BANDEIRINHA, J. & JORGE, F. (2003) *Coimbra vista do céu*. Lisboa : ARGUMENTUM, Edições, Lda.
- Decreto-Lei n.º 94/2001, de 23 de Março.
- FARIA, S. (2006) Evolução do espaço físico de Coimbra. In Rebelo, J. (Coord.). *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- PAIVA, B. (2009a) *Urbanidade e Educação Cultural - Supervisão e Formação em Educação Artística e Tecnológica*. Penafiel: Editorial Novembro.
- PLANO DE PORMENOR DO PARQUE VERDE DO MONDEGO (2004) CoimbraPolis, SA.
- PLANO DE PORMENOR DO EIXO PORTAGEM /AVENIDA JOÃO DAS REGRAS (2003) CoimbraPolis, SA.
- MAOT (2001b) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Coimbra*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- ROSSA, W. (2003) Coimbra como território. In Figueira, J. & Moniz, G. (eds.) *Inserções – Seminário Internacional de Desenho Urbano*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- ROSSA, W. (2006). O espaço de Coimbra – da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime. Em: Rebelo, J. (Coord.). *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Referências webgráficas

- Câmara Municipal de Coimbra (s/d) HISTÓRIA DA CIDADE. [Internet] Disponível em http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=186&Itemid=471 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Coimbra (s/d) O CASCO URBANO. [Internet] Disponível em http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=382&Itemid=472 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].

PARTE 3

RESULTADOS, DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES



CAPÍTULO 7

Procedimentos de recolha da informação e apresentação de resultados



A diversidade de contextos e intervenientes exigiu o recurso a diferentes instrumentos de recolha de informação e a adopção de procedimentos, designadamente, a observação e a inquirição, tendo em conta os diferentes níveis e objectivos da investigação.

De entre vários teóricos que têm produzido conhecimento sobre *observação*, merecem referência Damas e De Ketele (1985), os quais sustentam que “Observar é um processo que inclui a atenção voluntária e a inteligência, orientado por um objectivo terminal ou organizador e dirigido sobre um objecto para dele recolher informações” (p.27). Trata-se de um procedimento que, de acordo com os mesmos autores, exige uma atenta recolha e selecção dos estímulos recebidos para posterior codificação e tratamento, inferindo-se destes pressupostos a importância do rigor dos procedimentos conducentes à obtenção da informação.

Esta exigência, de acordo com Raposo (1995) e no âmbito deste estudo, não deve relegar-se à identificação ou mero registo dos objectos do campo perceptivo, mas integrar a apreensão do sentido comportamental dos indivíduos, pelo que, observar, constituirá um processo através do qual os observadores deverão captar e registar comportamentos manifestos verbais e não-verbais exibidos pelos observados e inscritos em determinados contextos físicos e sociais.

Na linha de exigência do processo investigativo e quanto às técnicas de investigação destinadas à recolha de dados, privilegiou-se a observação directa que, de acordo com Quivy & Campenhoudt (1998), é aquela em que o investigador procede directamente à recolha de informações mobilizando o seu sentido de observação, e a observação indirecta que,

conforme Chauchat (1985), agrupa uma grande diversidade de métodos, cujo princípio da objectividade regista diferenças ao nível da sua aplicação.

Em complementaridade, recorreu-se igualmente à observação naturalista, com função descritiva, ou seja, observou-se para descrever situações com vista a posterior análise sobre o observado, na linha do que defende Estrela (1994), quando refere a finalidade *biográfica* da observação naturalista a partir de várias unidades de comportamento - ideia enfatizada por Postic & De Ketele, (1990) quando acentuam que “Observar situaciones es centrar la atención en los implicados, es analizar la interdependencia de sus comportamientos” (p.20).

Os processos de observação apoiaram-se em fichas destinadas ao registo de notas de campo, sínteses descritivas e no recurso a meios complementares de recolha de imagens, estratégia que permitiu registar a natureza dos intercontextos e acontecimentos mais significativos.

A fotografia constituiu uma técnica essencial de recolha e registo de informação, em face da multiplicidade de contextos passivos e activos em observação para posterior análise, e ainda enquanto suporte múltiplo de evidências que, de acordo com Sá-Chaves (2000), se assumem como “(...) espaços multidiscursivos (...) um lugar privilegiado de reflexão, de análise, de produção de ideias e de troca de argumentos, isto é, um espaço de formação” (p.56).

Contudo, o processo de investigação, não devendo confinar-se à observação e constatação dos factos observáveis e daí retirar conclusões, ou ainda limitar-se a uma pesquisa descritiva, que Cervo & Bervian (1983) caracterizam como sendo aquela que “(...) observa, regista, analisa e correlaciona factos e fenómenos (variáveis) sem manipulá-los (...)”, foram considerados outros procedimentos para recolha de informação.

Assim, considerou-se a pertinência da realização de entrevistas e a inquirição por questionário a vários participantes directos e indirectos no estudo, para possível aprofundamento do conhecimento acerca dos contextos e das representações que os intervenientes detinham dos mesmos.

De acordo com Kvale, citado por Cohen et al. (2003), a entrevista constitui um intercâmbio de pontos de vista entre duas ou três pessoas sobre um assunto de interesse comum, em situação cooptada de interacção humana, donde decorre que uma entrevista não é exclusivamente subjectiva ou objectiva, é inter-subjectiva, uma vez que se assiste à discussão e interpretação dos inversos em que cada participante vive e se expressa.

As entrevistas efectuadas enquadraram-se no tipo de observação participante, dado que não sendo o investigador exterior ao acto, assume relações inter-individuais, logo o seu próprio envolvimento enquanto leitor e analista crítico - pelo que se considera ainda não-sistemática, introspectiva, auto-espectiva e (in)formativa e que, de acordo com Chauchat (1985), se trata de uma forma de observação indirecta, provocada, explícita e consciencializada pelos sujeitos participantes.

A inquirição, com recurso à administração de questionários aos responsáveis dos Programa Polis em estudo, e a projectistas e utilizadores do mesmo programa em Coimbra, assumiu-se como procedimento relevante e complementar de colecta de dados. O objectivo orientou-se para a recolha de opiniões e representações, e permitiu ao investigador, a partir dos dados



colectados, proceder ao seu tratamento e daí obter resultados que lhe permitiram triangular as informações obtidas por via dos restantes procedimentos.

Foram definidos objectivos específicos para os questionários, a partir dos quais se elaboraram perguntas, tendo sido previamente objecto de estudo piloto¹⁰⁸ através da aplicação dos vários questionários a amostras representativas e externas aos grupos finais de inquiridos.

A finalidade deste teste foi identificar os níveis de fiabilidade e rigor das questões, nomeadamente e de acordo com Gil (1994), se revelassem ou constatassem possíveis falhas de redacção, complexidade das questões, imprecisões, redundâncias e eventuais constrangimentos por parte de quem responde, entre outras falhas não determináveis previamente e que, como tal, justificaram o procedimento e determinaram pontuais ajustes a algumas perguntas, na sequência das impressões recolhidas junto dos indivíduos participantes.

A análise e tratamento dos dados quantitativos obtidos foram sujeitos a estudo estatístico descritivo e inferencial, sendo que os de natureza qualitativa foram objecto de registo através de sistemas de categorias, que explicam a natureza das respostas face aos objectivos da investigação, sujeita a posterior interpretação e tratamento, recorrendo-se à análise de conteúdo.

De acordo com Queiroz (2004), a análise de conteúdo pode caracterizar-se como uma técnica que pretende analisar sobretudo as formas de comunicação verbal, escrita ou não escrita, que se desenvolvem entre os indivíduos, através de vários procedimentos, desvelando o significado das palavras e ideias, e das implicações que lhes estão subjacentes no discurso dos sujeitos.

De referir ainda que, em complementaridade aos procedimentos anteriormente referidos, se adoptou parcialmente a *análise SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) como metodologia, no âmbito de um dos blocos de questões, que remetia os inquiridos para a avaliação directa de *elementos e valores de design*, admitindo-se a possibilidade de resposta alternativa entre *ponto forte* (*Strength*) e *ponto fraco* (*Threat*)¹⁰⁹.

Conscientes da complexidade da recolha, organização, tratamento e análise da informação obtida, admitimos uma flexibilidade coerente do processo que não colocou em causa a fidelidade dos dados e dos factos, já que concordamos com Ferrara (2002), quando sugere que a complexidade mediada pela experiência nos deve levar a reconsiderar a rigidez dos “(...) preceitos racionalistas da evidência e superar todas as estruturas epistemológicas ou metodológicas de pesquisa apoiadas em sistemas explicativos lineares ou causais.” (p.96).

Em síntese, o recurso a um conjunto diverso de estratégias e de técnicas, pelo seu efeito de complementaridade, facultaram a edificação de uma visão integrada e complexa do objecto de estudo nas suas diversas implicações, a partir de distintas fontes com recurso às técnicas enunciadas, tendo em vista a obtenção de informações diversificadas e relevantes, as quais, sujeitas a técnicas de triangulação, facultaram a validação do estudo.

108 Estudo prévio de um instrumento através da sua aplicação a uma amostra ou amostras específicas, a fim de se proceder ao seu teste, com o objectivo de se garantir a fiabilidade do instrumento final.

109 Metodologia adoptada na avaliação da participação do design em espaço público, patente na obra, *O chão da cidade*, publicada pelo Centro Português de Design em 2002.

7.1 Caracterização e justificação dos instrumentos de recolha da informação

A diversidade de instrumentos de recolha de dados exige a sua caracterização e justificação detalhada, de modo a facilitar a compreensão da sua complementaridade no processo transversal de análise e reflexão.

Assim, procede-se à apresentação dos seguintes instrumentos e procedimentos:

- Registo da análise documental;
- Ficha de observação;
- Ficha de levantamento;
- Registo fotográfico;
- Questionários;
- Guião das entrevistas.

No quadro dos instrumentos e procedimentos referidos, importa enunciar as áreas de recolha e análise, que em síntese estruturam e categorizam a pesquisa, designadamente:

- *Antecedentes do Programa Polis* – situação das cidades e respectivos contextos antes das intervenções do Programa Polis;
- *Cidade e Programa Polis* – situação geral dos contextos do Programa Polis de cada cidade, após as intervenções;
- *Design e Programa Polis* – evidências da participação do design nos contextos do Programa Polis;
- *Urbanidade e Programa Polis* – confluências entre a cidade física e social no âmbito das iniciativas do Programa Polis.

7.1.1 Registo da análise documental

Registo de informação em suporte livre, decorrente da pesquisa em documentos bibliográficos, técnicos e outros, que se revelou fundamental para o processo de investigação.

7.1.2 Ficha de observação

Instrumento cuja matriz conceptual se inscreve nos pressupostos enunciados anteriormente, designadamente, o registo livre em contexto e tempo reais, focado nas áreas de interesse do estudo.

A ficha apresenta uma imagem esquemática do contexto geral em análise e adopta uma estrutura gráfica que permite, no seu rosto, o registo de tópicos ou palavras-chave decorrentes da observação, e no verso, a descrição e/ou reflexão traduzida através de notas que objectiva e subjectivamente descrevam as realidades observadas e vivenciadas. (Anexos 7 a 17).

7.1.3 Fichas de levantamento e avaliação

O conceito e a solução gráfica deste instrumento subdividem-se em duas partes interdependentes, destinados ao levantamento tão detalhado quanto possível dos contextos Polis em estudo - com aplicação fundamental no caso de Coimbra.



Designado por *PROGRAMA POLIS - DESIGN E URBANIDADE – Tipologias, Elementos e Valores*, inclui um conjunto de pontos predefinidos, a confirmar ou não pelo investigador em cada caso Polis.

A sua estrutura abrange os *ELEMENTOS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO/URBANO*, os *ELEMENTOS DO PATRIMÓNIO NATURAL/NATURALIZADO*, os *PAVIMENTOS*, o *EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO URBANO*, os *ELEMENTOS DE ILUMINAÇÃO E ESTRUTURAS*, a *ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES*, os *INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS*, as *ESCALAS*, o *ESTADO DE CONSERVAÇÃO*, as *FUNÇÕES*, o *CONFORTO E CLIMA*, a *IDENTIDADE*, os *UTILIZADORES - ESCALÕES ETÁRIOS*, os *COMPORTAMENTOS E RELAÇÕES*, a *APROPRIAÇÃO E CONFLITOS*, deixando em aberto outras possibilidades de registo no campo *OUTROS*.

De referir que a construção deste instrumento teve por referência, autores, obras e entidades, designadamente: Gordon Cullen, Pedro Brandão, *Chão da Cidade* (Centro Português de Design), *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público* (DGOTDU), Programa Polis e projectos de unidades de execução do Programa – instrumento que pretendemos adaptável à abrangência dos casos em estudo¹¹⁰.

Complementando o instrumento anterior, adoptou-se uma matriz de avaliação de *elementos e valores de design* presente nos questionários, visando-se o registo dos níveis de apreciação em cada contexto Polis por parte do investigador¹¹¹.

No caso específico de Coimbra, foi elaborado um conjunto de fichas de levantamento destinadas à recolha de informação nas várias unidades de execução. Cada ficha inclui no seu *layout* um campo para registo de tópicos e/ou palavras-chave, e no verso um espaço para registo das situações enquadradas nas áreas referidas. A inclusão esquemática da planta geral de cada unidade de execução destinou-se ainda a registos gráficos diversos, designadamente, a presença de elementos de design, bem como comportamentos sociais - o que possibilitou a realização de peças diagramáticas complementares¹¹². (Anexos 20 a 26).

7.1.4 Registo fotográfico

A fotografia, enquanto recurso enquadrado nas acções de observação e levantamento, assumiu-se como recurso eficaz no âmbito do registo directo das múltiplas situações e como acervo para posterior consulta.

A recolha de imagens obedeceu a uma estratégia flexível em face das diferentes realidades, havendo contudo a preocupação de atender a três grandes áreas de abordagem, *Cidade e Programa Polis*, *Design e Programa Polis*, *Urbanidade e Programa Polis*, para que, desse modo, se revelasse como contributo coerente e valorizador do processo investigativo.

110 Anexo 18

111 Anexo 19

112 Anexos 20 a 26

O número e a qualidade das imagens produzidas revelou-se essencial à concretização de múltiplas tarefas da investigação, possibilitando leituras diferidas e inferências à volta de realidades concretas, a partir das quais foi possível reflectir e daí obter novas e alternativas visões sobre o observado.

7.1.5 Questionários

A adopção do questionário como instrumento complementar de recolha de informação foi determinada pela amplitude temática e pelas problemáticas associadas aos objectivos predefinidos para o estudo, bem como, pela intencionalidade prática e directa de aceder de forma estruturada às representações de responsáveis do Programa Polis, de projectistas e de utilizadores, sobre conceitos subjacentes às problemáticas inscritas na investigação - o que de outro modo se tornaria inviável e poderia colocar em causa os seus níveis de fiabilidade.

Dada a natureza do estudo e a heterogeneidade dos inquiridos, estabeleceram-se alguns critérios na elaboração dos questionários, designadamente:

- Possuírem um layout intuitivo e de fácil legibilidade;
- Serem de fácil interpretação para os diferentes inquiridos;
- Adequarem-se aos objectivos de recolha da informação;
- Embora objecto de análise estatística, conterem questões cujo formato permitisse uma posterior análise de conteúdo;
- Serem controlados quanto à sua extensão.

Estes critérios, de acordo com Hill & Hill (2002), desde a concepção de um layout atraente à clareza e extensão do questionário, revelam-se cruciais para o sucesso do processo, ou seja, a possibilidade de obtenção de respostas aumenta significativamente na proporção do cumprimento dos mesmos na sua elaboração.

Assumindo como referente o quadro de objectivos da investigação, foram definidos objectivos específicos para cada bloco de questões que possibilitaram a sua formulação¹¹³, sendo que prévio à sua administração, procedeu-se a um estudo piloto aplicado a uma amostra de 6 técnicos de áreas afins com as que caracterizavam genericamente as dos responsáveis e projectistas do Programa Polis, e de 12 utilizadores do Programa Polis de Coimbra, de diferentes intervalos etários.

Em face dos diferentes grupos de inquiridos, adoptaram-se os seguintes blocos de questões:

- Aos responsáveis dos Programa Polis, conhecedores do desenvolvimento, concretização, e utilização dos espaços do respectivo Programa, foram apresentados cinco blocos, nomeadamente, *CIDADE DE (...) E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS*, *CIDADE DE (...) E O PROGRAMA POLIS*, *DESIGN E PROGRAMA POLIS DE (...)* e *IDENTIDADE – indutora do uso e apropriação dos lugares*, com 12 questões cada. O quinto bloco remetia para a *AValiação de Elementos e Valores de Design nos Espaços Polis de (...)*, cuja resposta apontava para duas possibilidades em alterna-



- tiva, *PONTO FORTE* e *PONTO FRACO*. Os dados obtidos foram objecto de estudo estatístico descritivo e inferencial;
- Aos projectistas dos Planos de Pormenor do Programa Polis de Coimbra foram apresentados cinco blocos, nomeadamente, *CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS*, *COIMBRA E O PROGRAMA POLIS*, *DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA*, com 9 questões cada. O quarto bloco remetia para a *AValiação DE ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN NOS ESPAÇOS POLIS DE COIMBRA*, cuja resposta apontava também para duas possibilidades em alternativa, *PONTO FORTE* e *PONTO FRACO*. O quinto bloco, *OBSERVAÇÕES*, permitia o registo facultativo de contributos complementares. Os dados obtidos foram objecto de estudo estatístico descritivo e inferencial, à excepção do quinto bloco, cujas observações seriam objecto de análise de conteúdo;
 - Aos utilizadores dos espaços do Programa Polis de Coimbra foram apresentados cinco blocos, nomeadamente, *CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS*, *COIMBRA E O PROGRAMA POLIS*, *DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA*, com 9 questões cada. O quarto bloco remeteu para a *AValiação DE ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN NOS ESPAÇOS POLIS DE COIMBRA*, sendo que neste caso, prevendo-se uma amostra heterogénea quanto à literacia dos inquiridos, foram apresentadas breves definições sobre cada um dos pontos sujeitos a uma de três respostas em alternativa, *PONTO FORTE*, *PONTO FRACO* e *NÃO SABE/NÃO RESPONDE*. Finalmente, e no quinto bloco, disponibilizava-se a possibilidade de serem incluídos comentários críticos ao Programa Polis. Os dados obtidos foram objecto de estudo estatístico descritivo e inferencial, à excepção do quinto bloco, cujos comentários foram objecto de análise de conteúdo.

De referir ainda que os 3 blocos iniciais dos questionários destinados aos projectistas e utilizadores, e os quatro blocos iniciais dos questionários destinados aos responsáveis dos Programas Polis remeteram para afirmações cuja *escala de avaliação*, possibilitou *respostas alternativas* em função dos diferentes níveis de concordância, designadamente: *Discordo totalmente*, *Discordo*, *Nem discordo/Nem concordo*, *Concordo* e *Concordo totalmente*.

Na elaboração dos vários questionários foram adoptadas as seguintes designações: Questionário R/T-PP, Questionário R/T-PP 05, Questionário P-PP 05, Questionário U-PP 05, de acordo com a seguinte codificação:

- As letras “R/T” designam “responsável/técnico”;
- A letra “P” designa “projectista”;
- A letra “U” designa “utilizador”;
- As letras “PP” designam “Programa Polis”;
- O valor numérico refere-se à codificação sequencial das várias cidades participantes no estudo – a título de exemplo “05” refere-se à cidade de Coimbra.

Quanto à caracterização das diferentes amostras de inquiridos, deve referir-se que se solicitou ao grupo dos “responsáveis/técnicos” do Programa Polis apenas a indicação da formação académica e a função respectiva no âmbito das suas atribuições. Quanto aos projectistas não

era solicitada qualquer informação, por se considerar desadequada. No caso dos utilizadores e com vista à sua caracterização sócio-demográfica, solicitou-se que registassem apenas o seu escalão etário, género e formação académica.

Complementando o ponto anterior, destaca-se a preocupação das amostras de inquiridos representarem grupos que prestigiassem a fiabilidade e autenticidade dos resultados. Assim, e no que respeita aos “responsáveis/técnicos” do Programa Polis, houve a preocupação de, com a colaboração do Gabinete Coordenador do Programa Polis, serem considerados participantes que tivessem tido uma implicação directa em cada caso Polis e detivessem uma opinião fundada na experiência relacional com esses contextos, de forma a que as suas respostas pudessem espelhar com grande rigor cada realidade concreta.

Quanto aos projectistas do Programa Polis de Coimbra, optou-se pelos autores dos planos de pormenor, em face do seu conhecimento abrangente e integrado da realidade e dos vários projectos.

Quanto aos utilizadores não houve uma preocupação selectiva na sua escolha, mas é de realçar a heterogeneidade da amostra quanto à idade, género e habilitações académicas, o que em nosso entender aponta para uma representatividade qualificadora dos resultados finais.

O processo de administração sequencial dos questionários e respectiva recepção decorreu de acordo com as seguintes ordem e datas:

- Responsáveis/técnicos dos vários Programas Polis - de Dezembro de 2010 a Fevereiro de 2011;
- Utilizadores do Programa Polis de Coimbra - de Fevereiro a Abril de 2011;
- Projectistas do Programa Polis de Coimbra - de Fevereiro a Outubro de 2011.

A administração dos questionários aos projectistas, posterior aos dos utilizadores e responsável do Programa Polis de Coimbra, deveu-se ao facto de ter havido necessidade de proceder a uma análise prévia aos projectos elaborados, e ainda à dificuldade em obter resposta imediata ao pedido de colaboração.

Como nota final, refira-se a garantia de confidencialidade da participação e respostas dos inquiridos e a disponibilização pública dos resultados na fase posterior do estudo.

7.1.6 Guião das entrevistas

As entrevistas previstas no projecto inicial, designadamente, ao Gabinete Coordenador do Programa Polis e à Câmara Municipal de Coimbra, revelaram-se fundamentais ao desenvolvimento e aprofundamento da investigação. Obedeceram ao tipo de entrevista semi-estruturada, que possibilita aos sujeitos a livre estruturação do pensamento em torno do objecto perspectivado (Ruquoy, 1997) e de acordo com os seguintes princípios orientadores:

1. Evitar, na medida do possível, dirigir a entrevista¹¹⁴;
2. Entrevista semi-directiva - prévia estruturação da entrevista com a definição de objectivos gerais e específicos;

¹¹⁴ Dar a palavra aos entrevistados; não coarctar a palavra aos entrevistados; permitir a abordagem à temática e respectivas problemáticas, sem interferências; evitar a influência sobre os entrevistados (Estrela, 1994).



3. Possibilitar a reflexão alargada a outros âmbitos, sem contudo ser colocada em causa a temática central;
4. Esclarecer os quadros de referência utilizados pelos entrevistados, solicitando a clarificação de conceitos e situações (Estrela, 1994).

A adopção da metodologia de entrevista semi-estruturada estabeleceu a necessidade de elaboração de um guião orientador para a sua realização, tomando-se por referência Estrela (1994) que, não pretendendo constituir um instrumento prescritivo e limitador do processo de emissão e recolha da informação, se revelasse conveniente para a estruturação das mesmas.

Assim, consideraram-se em síntese quatro blocos para ambas as entrevistas, sendo que para a entrevista concedida pelo Gabinete Coordenador do Programa Polis, foram considerados os seguintes: *LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA E MOTIVAÇÃO DO ENTREVISTADO*, *ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA POLIS*, *DESIGN EM ESPAÇOS PÚBLICOS INTEGRADOS NO PROGRAMA POLIS* e *IDENTIDADE DOS LUGARES – ÍNDICES DE USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DO PROGRAMA POLIS*, remetendo as quatro questões dos segundo, terceiro e quarto blocos, para o âmbito transversal do Programa Polis¹¹⁵.

Relativamente à entrevista concedida pela Câmara Municipal de Coimbra, foram considerados os seguintes blocos de questões: *LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA E MOTIVAÇÃO DO ENTREVISTADO*, *COIMBRA E O PROGRAMA POLIS*, *DESIGN EM ESPAÇOS PÚBLICOS INTEGRADOS NO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA* e *IDENTIDADE DOS LUGARES – ÍNDICES DE USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA*, enquadrando-se as cinco questões dos segundo, terceiro e quarto blocos no Programa Polis de Coimbra¹¹⁶.

As designações que denominam os segundo, terceiro e quarto blocos de questões foram adoptadas para nomear as categorias da respectiva análise de conteúdo, que, conforme Anexos 31 e 32, integram sub-categorias que correspondem aos âmbitos semânticos das questões e das respostas.

As entrevistas foram precedidas por revisão da literatura e consulta documental relacionadas com a temática e problemáticas em estudo, nas quais se inscreve o Programa Polis, sendo que complementarmente aos vários blocos de questões constantes nos guiões referidos, foram definidos objectivos específicos para a sua consecução.

7.2 Apresentação e análise de resultados

A apresentação e análise dos resultados decorrentes da realização de entrevistas e da administração de questionários constarão neste capítulo de acordo com uma sequência que, em nosso entender, garantirá a coerência e compreensão transversal da informação, designadamente:

- Análise de conteúdo da entrevista ao Gabinete Coordenador do Programa Polis;
- Análise de conteúdo da entrevista à Câmara Municipal de Coimbra;

115 Anexo 27

116 Anexo 28

- Análise descritiva e inferencial dos questionários administrados a responsáveis dos Programas Polis em estudo;
- Análise descritiva do questionário administrado ao responsável do Programa Polis de Coimbra, pela autarquia;
- Análise descritiva do questionário administrado a projectistas do Programa Polis de Coimbra;
- Análise descritiva, inferencial e de conteúdo do questionário administrado a utilizadores do Programa Polis de Coimbra;

Consideramos, no âmbito das diversas análises, dois núcleos fundamentais de abordagem:

- O grupo dos casos em estudo, no qual se integra a informação decorrente dos contributos do Gabinete Coordenador do Programa Polis e dos responsáveis dos vários casos - visando-se uma percepção global do processo;
- O caso de Coimbra, no qual se integra fundamentalmente a informação decorrente dos contributos do responsável pelo Programa Polis de Coimbra, pela autarquia, de projectistas e utilizadores do mesmo Programa - visando-se uma leitura situada do caso principal, que será objecto de comparação transversal com o grupo dos restantes casos.

7.3 Entrevistas ao Gabinete Coordenador do Programa Polis e à Câmara Municipal de Coimbra – enquadramento

No âmbito do quadro metodológico definido para este estudo, considerou-se imprescindível a realização de entrevistas a pessoas, que, exercendo cargos de relevante interesse em entidades associadas ao Programa Polis, pudessem contribuir com o seu saber e competência para o desenvolvimento da investigação.

Assim, acederam a participar neste processo uma técnica superior do Gabinete Coordenador do Programa Polis, sedado no Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, profunda conhecedora do panorama global das intervenções em todo o território português, e um técnico superior, vereador da Câmara Municipal de Coimbra, acumulando o papel de responsável do Programa Polis pela autarquia da cidade.

A pertinência das entrevistas referenciadas inscreve-se no processo de aprofundamento que o estudo pretendeu promover, em primeiro lugar, no perímetro alargado das intervenções a nível nacional, e em segundo lugar, no caso circunscrito de Coimbra.

A sua concretização pretendeu, como tal, dissipar incertezas e fundamentalmente, alargar o espectro de análise pelos contributos críticos aduzidos pelos entrevistados nas suas condições de profissionais e responsáveis pela promoção, desenvolvimento, monitorização e concretização daquele Programa - que constitui transversalmente o campo a partir do qual o investigador pretendeu estabelecer novas bases de compreensão decorrentes do testemunho dos sujeitos entrevistados.

As entrevistas, cujas transcrições constam nos Anexos 29 e 30, realizaram-se no dia 5 de Agosto de 2010 no Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, em Lisboa, e no dia 28 de Setembro de 2010 na Câmara Municipal de Coimbra, tendo sido previamente acordado com os entrevistados o dia e a hora da sua preferência.



A duração das entrevistas variaram entre os cerca de 45 minutos e a 1 hora e 30 minutos, tendo havido por parte dos entrevistados total disponibilidade e colaboração, pelo que no final foram apresentados agradecimentos e a intenção de lhes facultar acesso ao estudo final.

Na sequência da realização das entrevistas, com recurso à gravação áudio, procedeu-se à sua transcrição e posterior envio aos entrevistados para leitura e verificação, tendo-lhes sido concedida a possibilidade de procederem a ajustes que correspondessem efectivamente às suas opiniões sobre os assuntos em questão.

A fase seguinte correspondeu à leitura flutuante para definição preliminar de categorias e sub-categorias de análise, unidades de registo e indicadores, em matrizes elaboradas para o efeito (Anexos 31 e 32), a partir das quais se procedeu à respectiva análise de conteúdo.

7.4 Entrevista ao Gabinete Coordenador do Programa Polis (MAOT)

A análise de conteúdo da entrevista realizada no Gabinete Coordenador do Programa Polis irá ser apresentada de modo sequencial e de acordo com a estrutura predefinida, sendo no entanto de realçar que, decorrente do tipo semiestruturado da entrevista, foi possível a recolha de excertos, que, pelo seu teor, foram convertidos em unidades de registo integráveis em diferentes categorias e sub-categorias de análise¹¹⁷ - e que se apresentam em *itálico* nos textos seguintes.

Explicitada a estratégia e características da entrevista, procede-se à sua análise numa tentativa de compreensão abrangente e simultaneamente integradora das problemáticas suscitadas, para que a partir do processo analítico e interpretativo, não só se aceda a um conhecimento mais informado, mas se contribua para a qualidade da investigação no domínio em que se inscreve este estudo.

7.4.1 ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA POLIS (Categoria B)

7.4.1.1 CIDADE e PROGRAMA POLIS - objectivos, princípios orientadores e componentes fundamentais (Sub-categoria B1)

QUESTÃO 1 – O Programa Polis pretendeu constituir-se como um projecto alargado ao território nacional. Como caracteriza o Programa quanto aos seus objectivos, princípios orientadores e componentes fundamentais?

ANÁLISE

Dada a ambição do Programa Polis em se assumir como iniciativa alargada a todo o território nacional, e perante o pedido de caracterização do Programa *quanto aos seus objectivos, princípios orientadores e componentes fundamentais*, a entrevistada começou por enquadrá-lo no contexto de uma realidade nacional assimétrica quanto à forma como o território tem vindo a ser ocupado, afirmando que *temos um país extraordinariamente litoralizado*, tenden-

cialmente dinâmico, em contraponto com uma *paisagem* protagonizada pela *decadência, sobretudo das cidades do interior*.

Ora, parece ser por esta razão, entre outras, que o *Programa Polis faz uma aposta na requalificação dessas cidades procurando reforçar o sistema urbano nacional*, não de forma arbitrária e unilateral, *mas em articulação e profunda sintonia com o que as autarquias pensavam e sentiam para as suas cidades*.

Esta ideia fundadora, em articulação com os 'governos' locais, foi a de integrar um conjunto de acções de maneira a criar uma lógica *coerente em todo um projecto para uma cidade*, que por sua vez, se transmitisse *a outras cidades como projecto de referência para as suas propostas de requalificação urbana*, assumindo assim um *efeito demonstrativo*. Contudo, essas intervenções não possibilitariam *pegar numa cidade e reestruturá-la completamente*, já que a escassez de *tempo e dinheiro* não o permitiria.

Assim, e tendo como grande referência os espaços da Expo 98, pretendeu-se nas várias cidades intervencionadas *desenvolver um projecto integrado que abrangesse várias vertentes* e que, por sua vez, se procurasse ancorar a *elementos ambientais ou elementos patrimoniais relevantes de cada cidade com os quais as pessoas se identificavam*.

Esta preocupação encontra eco na necessidade de cidades *mais dinâmicas, mais atractivas*, dotadas de *espaços de lazer e de encontro entre as pessoas*, afinal, a resposta ao fulcro da pergunta inicial e que a entrevistada sintetiza, afirmando que *o Programa Polis é um programa que tem como principal objectivo a melhoria da qualidade de vida das cidades portuguesas*.

7.4.1.2 CIDADE e PROGRAMA POLIS - recuperação e valorização da *imagem de marca* das cidades portuguesas (Sub-categoria B2)

QUESTÃO 2 – O Programa Polis definiu como uma das prioridades a recuperação e valorização da *imagem de marca* das cidades portuguesas. Qual a importância estratégica do Programa no quadro da requalificação e (re)valorização dos patrimónios físico, imaterial e cultural das cidades?

ANÁLISE

No quadro da recuperação e valorização da *imagem de marca*¹¹⁸ das cidades portuguesas, como uma das prioridades do Programa Polis, era importante aceder à opinião da entrevistada sobre a importância estratégica dessa prioridade, quando estão em causa os patrimónios físico, imaterial e cultural.

Na fluência estruturada da sua resposta foi possível deduzir essa intencionalidade programática quando, desde logo, refere que *o Programa teve um papel importante na recuperação da marca das cidades, inclusivamente na recuperação de casos em que essas marcas estavam apagadas ou abandonadas*. Ao afirmar a influência e determinação do Programa neste

118 Segundo Brandão (2008), a marca aponta para "[...] valores em que a comunidade se quer rever, dos conteúdos da imagem de identidade a programar e sua autenticidade enraizada. O processo de construção de marca não é 'exterior' à vida social, antes exige levantamento de traços de identidade e expectativas dos vários públicos e o desenho participado de estratégias de projecção da identidade presente no futuro." (p. 31).



âmbito, recupera um dos seus imperativos, ao considerar que *a imagem de marca de uma cidade do ponto de vista físico está muito associada a elementos patrimoniais e naturais dessa mesma cidade.*

Esse património, pela sua importância afectiva e simbólica, determina a existência de *elementos-chave na identificação da cidade*, que estabelecem as condições preferenciais para que, em sua opinião, *ao ancorar as intervenções a esses mesmos elementos, estamos a promover a imagem da cidade*, diríamos até, que quando devidamente acautelados os impactos, estaremos a reforçar essa imagem de marca.

Constitui uma argumentação que, situada tendencialmente no campo do material, deixava vaga a resposta quanto às questões da imaterialidade e de algum modo da cultura. Contudo, foi interessante perceber de forma subliminar essa intencionalidade complementar, quando, refere que *o Programa não agiu directamente sobre os factores imateriais e sobre os factores culturais, agiu sobre o património físico, o que permitiu depois desenvolver aspectos culturais e imateriais da cidade.*

Aquela declaração contraria as preocupações que tantas vezes nos ocorrem quando a intervenção na cidade se reduz à racionalidade puramente física do objecto, o que deixa essa possibilidade rica porque diversa, do seu uso e interpretação, inferência que é confirmada, quando reitera que *houve a preocupação de criar novas imagens de marca das cidades*, e acrescenta, *em que a revalorização dos patrimónios imaterial e cultural também estivessem presentes.*

7.4.1.3 CIDADE e PROGRAMA POLIS - valorização e reintegração do património histórico e natural (Sub-categoria B3)

QUESTÃO 3 – Na génese do Programa Polis foram definidas várias *tipologias* associadas a *linhas de intervenção*. Como é que o Programa poderá ter contribuído para a “Valorização do património histórico e natural e sua reintegração na cidade”?

ANÁLISE

Das dimensões material e imaterial do património à sua relação íntima com a cidade, era importante perceber, de acordo com uma das linhas do Programa Polis, quais os seus contributos para a *valorização do património histórico e natural e sua reintegração na cidade.*

A comunicação não-verbal manifestada pela entrevistada deixou desde logo antever ser essa uma das grandes finalidades do Programa, imediatamente confirmadas, quando refere que *o Programa foi logo desenhado à partida com este objectivo, integrar estes valores de volta na cidade*, e que por sua vez se assumissem, na linha do que atrás já foi referido, como *factores determinantes da imagem de marca da cidade e da vivência da cidade.*

Na sequência da sua posição, apresenta alguns exemplos que traduzem essa realidade concreta. Refere o caso de Coimbra como aquele que, manifestamente, reintegra de forma clara o património natural na cidade. No *passado o Mondego tinha uma grande apetência para ter a popula-*

ção, e por sua vez, *a população tinha tido uma ligação forte ao Mondego*. Ora o que o Polis fez foi criar *espaços para as pessoas o utilizarem*, voltando a trazer o Mondego para o centro da cidade.

Outro caso de integração do património natural na cidade foi o caso do Fervença em Bragança, porque *ele esteve sempre fora da cidade, era um rio quase periférico, e a intervenção permitiu integrá-lo e fazer do Fervença uma centralidade*.

Quanto a exemplos de integração do património histórico, elege no caso de Castelo Branco a *requalificação do Jardim do Paço, que também estava muito abandonado*, e que a intervenção Polis permitiu também voltar a integrar na cidade.

Em jeito de conclusão, considera que as preocupações estratégicas e programáticas cooptadas com as autarquias, com repercussões na determinação das zonas e áreas a intervencionar, foram factores determinantes. Aliás, defende que *foi desta forma que o Programa contribui de facto para a reintegração dos patrimónios históricos e naturais nas cidades*.

7.4.1.4 CIDADE e PROGRAMA POLIS - balanço do programa para o futuro das cidades portuguesas (Sub-categoria B4)

QUESTÃO 4 – Na abrangência nacional do Programa Polis, qual o balanço global que faz do Programa enquanto factor influenciador da qualidade urbana e da imagem do país no futuro?

ANÁLISE

A abrangência nacional do Programa Polis, com todas as determinações e indeterminações próprias de iniciativas desta dimensão, suscitaram a necessidade de um pedido de balanço global do Programa enquanto factor influenciador da qualidade urbana e da imagem do país no futuro.

Sendo uma pergunta aberta, a entrevistada começou por referir que *a qualidade urbana, independentemente dos gostos... a qualidade arquitectónica, a qualidade do design, a qualidade do desenho, do planeamento que foi feito na Expo deram o mote*, verificando-se efectivamente uma passagem da experiência da Expo para o Programa Polis.

Assumindo o caso Expo como exemplo na comparação com as intervenções Polis, afirma que *o que aconteceu nas cidades do Programa Polis é claro e evidente, a melhoria da qualidade urbana... a melhoria da qualidade do espaço público*.

A esta convicção, que sublinha como *um avanço significativo na qualidade urbana das cidades do Polis*, acrescenta e enfatiza que, *mais do que isso, a pedra de toque deste Programa, é que o efeito demonstrativo foi um efeito muito importante*, porque em sua opinião *induziu qualidade urbana noutras cidades porque os autarcas que não tinham Polis, quiseram ter o seu Polis*. Contudo acrescenta, *claro que isto também tem efeitos perversos, em determinado momento as cidades copiam-se umas às outras*, reconhecimento que merece reflexão e que por isso legitima também as nossas interrogações.

E quanto ao futuro? Refere que *o Programa foi de certa forma uma ruptura, foi uma maneira diferente de olhar para a cidade, de a sentir e de a viver, e penso que isto deixa frutos*, ao que acrescenta com uma certeza partilhada, *isto vai ter influência no futuro*, porque *isto a seguir tem que ser melhor* – num manifesto de ambição e esperança.



7.4.2 DESIGN EM ESPAÇOS PÚBLICOS INTEGRADOS NO PROGRAMA POLIS (Categoria C)

7.4.2.1 DESIGN e PROGRAMA POLIS - espaços e objectos urbanos (Sub-categoria C1)

QUESTÃO 1 – No contexto das singularidades das várias cidades, e na sequência das várias intervenções, qual o impacto decorrente das transformações de espaços e objectos urbanos protagonizadas pelo design?

ANÁLISE

Dado o objecto e a área disciplinar em que o estudo se insere, elegeu-se como primordial interesse o registo da opinião e das representações que a entrevistada detinha acerca da participação do design nos projectos e contextos do Programa Polis.

Como questão inicial, e estabelecendo-se como referências o carácter singular de cada cidade e das respectivas intervenções, quis-se saber qual o impacto decorrente das transformações de espaços e objectos urbanos protagonizados pelo design.

Consciente da importância do Design na participação e realização dos espaços Polis, houve *um empenho no início do Programa Polis em introduzir o design como factor distintivo das intervenções*. Contudo, acrescenta que *isso acabou por acontecer em algumas intervenções*, não em todas, *porque as intervenções Polis são autónomas, cada uma delas tem a sua gestão e orientação próprias*.

Este facto conduziu a que *o papel que o design teve na transformação dos espaços seja muito variável de intervenção para intervenção*, e refere a título de exemplos os casos de Leiria em que *as placas identificativas foram desenhadas especificamente para o seu Polis, ou também, as pontes que estão na fronteira entre a arte e o design*. No caso de Castelo Branco, refere as cadeiras que em sua opinião *são peças de arte concebidas para aquela praça*, talvez pelo carácter cenográfico e teatral que transferem para aquela unidade morfológica da cidade.

Sob o ponto de vista do uso e da função, alude à criação de *novas valências* protagonizadas pela presença de *elementos de design de mobiliário urbano*, que no seu ponto de vista *têm um papel muito importante na distinção dessas intervenções*, com claro proveito para as cidades e para as populações.

Reincidindo na afirmação da *imagem de marca* das cidades, para o qual o design terá contribuído em sua opinião, conclui com a ideia de que afinal o design está *associado também à qualidade estética da paisagem*, o que constitui um reconhecimento relevante para a disciplina no quadro amplo das coreografias urbanas, de que não pode dissociar-se a presença humana, utilizadora e possivelmente fruidora desses espaços e objectos que integram a paisagem.

7.4.2.2 DESIGN e PROGRAMA POLIS - dimensões inclusiva, ecológica e criativa (Sub-categoria C2)

QUESTÃO 2 – O Design (Inclusivo) tem vindo a assumir-se como uma disciplina promotora do desenvolvimento de produtos e ambientes utilizáveis por todas as pessoas. Reivindicando o Programa Polis o *desígnio fundador de novos contextos urbanos*, qual a importância da participação do design no Programa, designadamente, nas suas dimensões inclusiva, ecológica e criativa?

ANÁLISE

O âmbito do urbano não pode ignorar a sociedade, e nesse sentido, importa perceber como é que o desenvolvimento de produtos e ambientes utilizáveis por todas as pessoas constitui uma realidade nas cidades contemporâneas. A partir deste breve enquadramento, foi importante esclarecer qual a importância da participação do design no Programa, designadamente, nas suas dimensões inclusiva, ecológica e criativa.

Na sequência da questão, garante que *houve uma preocupação de criar peças de design específicas, incorporando soluções de inclusão*, associadas às *questões da mobilidade e à forma como as pessoas se podem deslocar nas cidades*, preocupação que desde logo suscitou *cuidado para que os projectos contemplassem o acesso de pessoas com mobilidade reduzida* aos espaços projectados.

Sob o ponto de vista da dimensão ecológica das intervenções tendo por referente o design, a resposta orientou-se para uma abordagem interpretativa de natureza sociológica, o que não deixa de ser interessante, já que defende que *a requalificação do espaço público induz uma relação diferente com o espaço, desde que essa requalificação seja feita ao encontro das pessoas e não contra elas*, o que concorre para a ideia de que qualidade da materialidade dos espaços e objectos são determinantes quando está em causa a imaterialidade traduzida pelo comportamento dos cidadãos.

Dimensão não menos relevante é a que se refere à criatividade inscrita na função e anatomia dos espaços e objectos em que o design se assume como protagonista. E se para muitos o design está ainda refém exclusivo da função, outros há que exigem dele outros apelos, designadamente, o de uma estética ética, e nesse sentido a entrevistada, recorre-se do exemplo das cadeiras do Polis de Castelo Branco para demonstrar que *passaram a ser um elemento daquela Praça e que têm um simbolismo grande, quase teatral, são peças de design criativo*, o que confirma a possibilidade de, perante um objecto como uma cadeira, eminentemente concreta, se reconhecer também o seu lado mais incorpóreo.

7.4.2.3 DESIGN e PROGRAMA POLIS - atributos e contributos técnicos e estéticos (Sub-categoria C3)

QUESTÃO 3 – As intervenções do Programa Polis exigiram soluções orientadas para a resolução de problemas específicos. Quais os principais atributos e contributos técnicos e estéticos do design, no quadro das realizações integradas no Programa Polis?

ANÁLISE

A diversidade das intervenções Polis terá exigido soluções orientadas para a resolução de problemas específicos. Nesse sentido foi importante perceber a implicação dos principais atributos e contributos técnicos e estéticos do design no conjunto das intervenções.

Ao desafio, a entrevistada legitimou esses atributos e contributos de forma subjectiva, ao reconhecer que *há elementos de design que estão presentes nas intervenções* e que no seu ponto de vista *têm um papel muito importante na distinção dessas intervenções*. Trata-se de uma certeza estribada no pressuposto de que *houve, de facto, intervenções em que a procura de elementos*



de design pudessem ser diferenciadores e que, como tal, contribuíssem para a qualificação singular do seu espaço de inserção.

Tal convicção deixa a entrevistada por vezes na dúvida, face ao carácter interdisciplinar das intervenções, quando desabafa, *não sei muito bem se hei-de chamar a isto design, se hei-de chamar arquitectura, se hei-de chamar arte urbana, porque há aqui sobreposição.* O que justifica a discussão recorrente sobre as zonas de fronteira das várias áreas disciplinares, e por outro lado, sobre a necessidade da confluência de interações que potenciem resultados afirmativos quando o “teatro” é povoado por múltiplos actores.

Mas sobre os atributos e contributos técnicos do design nos contextos Polis, associa-os inicialmente à função, considerando que *a presença do design na requalificação do espaço público tem aspectos de melhoria da funcionalidade* com repercussões no *conforto* de utilização por parte dos utentes do espaço público.

Contudo, acrescenta que *foi dada mais ênfase à parte estética do design, mais do que uma questão de funcionalidade, foram as questões da diferenciação estética que foram potenciadas na adopção do design*, opinião que poderá radicar nos factores de inovação tão presentes no design actual e que, de algum modo, se sobrepõem ao lado funcional do objecto.

Como corolário da sua resposta, não deixou de exprimir a opinião de que *é muito importante o papel de um bom designer, de um bom arquitecto* - confissão e exercício de consciência apoiado num conhecimento transversal e aprofundado das intervenções e, sobretudo, quando o que está em causa é o espaço público.

7.4.2.4 DESIGN e PROGRAMA POLIS - (re)invenção e (re)valorização do património urbano (Sub-categoria C4)

QUESTÃO 4 – Nas intervenções do Programa Polis verifica-se a participação do design nas suas múltiplas variantes - comunicação, equipamento, mobilidade, etc. Qual o balanço global que faz da participação do design nos processos de (re)invenção e (re)valorização dos patrimónios cultural, ambiental e paisagístico das cidades?

ANÁLISE

A participação do design no Programa Polis, convocando as suas múltiplas variantes, constitui uma evidência da qual não se conhecem concretamente os seus efeitos a partir do testemunho dos protagonistas que o promoveram ou que dele usufruem.

À questão abrangente sobre o balanço da participação do design nos processos de (re) invenção e (re)valorização dos patrimónios cultural, ambiental e paisagístico das cidades, a entrevistada refere que *do ponto de vista global, a participação do design, dos designers e da arquitectura na requalificação e no desenho dos lugares tiveram um papel muito importante.* Acrescenta contudo, *que houve intervenções* em que a participação do design *não foi claramente uma prioridade*, não que os objectos e os espaços design não existam, mas porque *ainda não está claro na forma de actuação de determinados projectistas, decisores, etc.*, na forma como entendem e incorporam o design nos seus projectos. Ou seja, o design é visto ainda como

um recurso acessório, não devidamente consciencializado, por parte de alguns profissionais que intervêm no espaço das cidades.

Da visão integradora do património, reportada à cultura, ao ambiente e à paisagem, privilegiou a reflexão entre passado e presente numa perspectiva de comunicação, ao sublinhar que *no Programa Polis conseguimos ter bons exemplos de elementos e de diálogos entre património antigo e património contemporâneo através do design, cuja linguagem contemporânea permitiu realçar o património antigo e inaugurar um novo património.*

Esta consciencialização permite-nos, ainda que preliminarmente, antecipar a categoria seguinte desta análise de conteúdo, que aponta para as questões da identidade, e que em síntese, aponta para o reconhecimento do design como protagonista de um *novo património*, que não colocando em causa a *memória* do passado, é responsável pela criação de *novos elementos identitários que acrescentaram valor aos lugares.*

Tal opinião vem legitimar o carácter inventivo e valorizador do património tendo por mediador o design, que deste modo, passa a integrar o circuito de reconhecimento social e profissional, e daí, poder ser gerador de uma cultura que o considera no âmbito da re-continuação da cidade.

7.4.3 IDENTIDADE DOS LUGARES – indutora do uso e apropriação dos espaços do Programa Polis (Categoria D)

7.4.3.1 IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS - uso e apropriação dos lugares (Sub-categoria D1)

QUESTÃO 1 – A dimensão sócio-cultural da vida urbana surge associada ao “desenho” do Programa Polis. Na sequência das várias intervenções, considera que este Programa reforçou a identidade das cidades através da promoção de uma cultura de uso e apropriação colectiva dos seus lugares? Se sim, como define esse reforço?

ANÁLISE

A identidade e os processos de reidentificação dos lugares não resultam apenas da condição isolada dos elementos que os compõem ou protagonizam - a legitimação da identidade do lugar é conferida pelos seus leitores, utilizadores e/ou fruidores, podendo revestir-se essa legitimação de múltiplas formas de validação objectiva ou subjectiva.

Dado que a dimensão sócio-cultural da vida urbana surge associada ao “desenho” do Programa Polis, era importante saber se na sua sequência se assistiu ao reforço da identidade das cidades através da promoção de uma cultura de uso e apropriação colectiva dos seus lugares.

A resposta à pergunta apoia-se, segundo a entrevistada, em informações gerais que decorrem da interacção com os responsáveis e/ou técnicos associados aos vários casos, não havendo, como tal, dados concretos sustentados em estudos científicos, facto que reforça a pertinência deste estudo.



Todavia, e tendo em conta a percepção geral da entrevistada, *há de facto uma utilização muito grande dos espaços e todos os indicadores que temos vão no sentido de haver uma apropriação por parte das pessoas.*

Essa utilização e apropriação deve-se fundamentalmente ao *facto de serem valorizados determinados ícones da cidade, e isso mexe muito com a emoção das pessoas, as pessoas identificam-se muito com determinados lugares*, cuja requalificação foi *determinante para a sensação de bem-estar e de bom relacionamento com a cidade*, donde se infere que os valores materiais mediados pelo reconhecimento humano se convertem em objecto de desejo, logo em coisa imaterial.

Exactamente por isso, reitera a convicção de que *quando estamos a melhorar a qualidade do espaço urbano, estamos a alterar a cultura de viver as cidades, a forma de as pessoas viverem as cidades*, e nesse sentido, considera que *passa a existir uma cultura de exigência que é promovida pela qualidade urbana e há um sentimento de espaço público como algo de seu, há uma apropriação do espaço, e penso que nas cidades onde houve Polis esse aspecto é muito relevante.*

Considerando a título de exemplo, casos de espaços abandonados e/ou desqualificados, constata que existem níveis elevados de uso e apropriação dos mesmos, atribuindo aos espaços do Programa Polis *uma apetência maior para o encontro, para a utilização do espaço público*, o que *altera obviamente a questão das relações sociais e de reaproximação das pessoas... e entre as várias gerações.*

Este facto realiza e torna-se *muito gratificante para quem trabalha nisto há algum tempo*, sobretudo quando essas evidências concorrem em seu entender para *uma evidente melhoria da qualidade de vida nas cidades.*

7.4.3.2 IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS - revitalização social e qualidade de vida (Sub-categoria D2)

QUESTÃO 2 – Em face das novas (re)formulações das vivências urbanas, como é que o Programa Polis poderá ter contribuído para a revitalização social e qualidade de vida nas cidades?

ANÁLISE

Na linha do referido anteriormente e apoiados na reflexão sobre as novas (re)formulações das vivências urbanas, mostrava-se importante, na sequência lógica das várias questões, perceber como é que o Programa Polis poderá ter contribuído para a revitalização social e qualidade de vida urbanas, pese embora, decorrente dos vários contributos contidos nas respostas anteriores, se possam antecipar algumas inferências.

Exactamente por isso, a entrevistada restringiu a sua resposta, começando por merecer referência o facto de questionar a possibilidade de se poderem aduzir fenómenos de revitalização social a partir das intervenções Polis. Trata-se portanto de uma questão que exigiria um estudo aprofundado que permitisse perceber até que ponto cada Programa Polis influenciou as questões da sociologia e economia urbanas. Não obstante essa dúvida, pensa que *a qualidade das cidades, induz atractividade, traz uma nova dinâmica económica às cidades*, factores que de algum modo são normalmente influenciadores do comportamento e desenvolvimento social das urbes.



Quanto à qualidade de vida, já referida ao longo desta análise, reitera o facto de que, em seu entender, *a qualidade de vida nas cidades está muito associada à existência de espaços que possam ser partilhados, possam ser utilizados, decorrente da qualificação e das questões da qualidade visual da paisagem, factores que são extraordinariamente importantes para o bem-estar dos cidadãos e para a boa relação que podem ou não ter com as cidades.*

7.4.3.3 IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS - exigência cívica e ambição social

[Sub-categoria D3]

QUESTÃO 3 – O Programa Polis pretendeu, ao nível dos projectos e da sua concretização, promover a inovação e a renovação no espaço público. Considera que o Programa terá contribuído ou poderá vir a contribuir para a formulação de diferentes níveis de exigência cívica e de ambição social sobre as cidades?

ANÁLISE

A participação cívica na vida das cidades é de primordial importância quando processos de inovação e renovação do espaço público merecem discussão prévia e participada. Ora, sendo esse um dos propósitos do Programa Polis transformar espaços de cidades, inovando e renovando a bem da dimensão pública dos seus espaços, quis-se saber se esses factores terão contribuído para a formulação de diferentes níveis de exigência cívica e de ambição social sobre as cidades.

Os contributos que decorreram da resposta à questão levantaram desde logo um pressuposto muito relevante quando está em causa a intervenção na cidade, pois, na opinião da entrevistada, *o Programa teve o mérito de nos obrigar outra vez a voltar a olhar para as nossas cidades, a pensar sobre elas, a discutir sobre elas, a discordar, e a querer mais.*

Este processo não se circunscreveu ao perímetro das opiniões técnica e política de projectistas e decisores. *Os cidadãos foram envolvidos durante todo o processo do Polis, nuns sítios mais, noutros sítios menos, houve sempre essa preocupação, de que resultou um índice elevadíssimo e portanto muito importante de participação pública nos projectos e nos planos de pormenor.*

Tal estratégia veio posteriormente a repercutir-se, quando, já depois da concretização dos projectos, os cidadãos tinham *imensas críticas a fazer - e porque não tem árvores suficientes, e porque os bancos não deveriam ser assim - isto acho que é o resultado de uma cultura crítica que deve ser promovida para que os cidadãos se sintam parte da sua cidade.*

Julga-se que desta atitude estratégica e dos seus resultados, o Programa Polis terá tido o *mérito de criar uma exigência crescente nos cidadãos relativamente à sua cidade, de lhes dar inclusivamente consciência da sua cidade, e mais do que isso, considerar que o Programa Polis terá tido um papel importante na ambição que os cidadãos têm para as suas cidades.*

Sendo *o Programa Polis apenas uma gota de água na vida das cidades, na história das cidades portuguesas, a participação pública foi um factor novo e muito importante, que pode ter repercussões no futuro, já que a qualidade do espaço urbano mediado pela opinião pública, induz exigência, induz um maior cuidado na utilização desse espaço.*



Em síntese, promoveu-se o reforço de atitudes e comportamentos individuais e colectivos que convertem a cidade em espaço plural de educação e formação cívicas.

7.4.3.4 IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS - indução, promoção e criação de nova(s) urbanidade(s) (Sub-categoria D4)

QUESTÃO 4 – Centrado sobre as preocupações de qualificação da cidade física e social, qual a dimensão e alcance cultural do Programa Polis nos processos de indução, promoção e criação de novas urbanidades?

ANÁLISE

O conceito de urbanidade, situado no eixo temático deste estudo, constitui um dos pontos fundamentais de reflexão deste processo investigativo, tendente a desvelar as afinidades e cumplicidades do design nos processos de qualificação da cidade física e social e, por decorrência, da cidade cultural.

Sustentados nesta premissa, e tendo o Programa Polis como caso de estudo, pretendeu-se saber qual a sua dimensão e alcance cultural nos processos de indução, promoção e geração de novas urbanidades - dada a circunstância de multicontexto associada.

A reflexão que suportou e conferiu substância ao conteúdo da resposta permitiu concluir que *o nome do Programa foi escolhido tendo em conta o conceito de urbanidade – a polis não apenas como espaço físico, mas como centro, como centro de decisão, centro de debate, centro de acontecimentos, espaço físico naturalmente, mas, a polis enquanto entidade viva*, o que deixa clara uma visão situada para além da materialidade e cuja instância permitiu a sua reinvenção.

Esta constatação encontra fundamento e verdade quando refere que *o Programa Polis teve de facto um papel muito importante nalgum reinventar da forma de estar nas cidades, no reinventar das cidades*, afirmação que suscita todavia uma rectificação: *de facto nós não transformámos as cidades por completo*, contudo acrescenta, concluindo, *mas... há um reinventar da maneira de olhar para a cidade, na maneira de a trabalhar, e depois na maneira de a viver*.

Este depoimento, na linha do já escrito e reflectido no quadro teórico desta tese, confirma a ideia síntese que situa a urbanidade na convergência da cidade com a vida - convergência que parece acontecer globalmente nas realizações do Programa Polis.

7.5 Entrevista à Câmara Municipal de Coimbra

Dando sequência à análise de conteúdo das entrevistas realizadas, apresenta-se seguidamente a que foi concedida pelo responsável do Programa Polis pela Câmara Municipal de Coimbra.

A sua importância informativa revela-se fundamental, não só pelo facto de remeter para o caso principal em estudo, como ainda pela comparação que permite estabelecer com os restantes casos.

À semelhança da anterior, trata-se de uma entrevista do tipo semiestruturada, possibilitando a recolha de informação pertinente a partir do depoimento de alguém com profundo conhecimento da realidade, e cujo testemunho será de seguida objecto de análise e interpretação¹¹⁹.

Importa referir que a estratégia que presidiu à elaboração do guião de perguntas para a entrevista à Câmara Municipal de Coimbra, similar ao adoptado para o GCPP, determinou, neste caso, que a primeira questão de cada bloco apontasse para a recolha de informação sobre os antecedentes do Programa Polis enquadrados na zona de intervenção.

7.5.1 COIMBRA E O PROGRAMA POLIS (Categoria B)

7.5.1.1 COIMBRA - história, geografia e ambiente (Sub-categoria B1)

QUESTÃO 1 – Coimbra é uma cidade particularmente determinada pela sua localização geográfica e pela morfologia do território em que se insere. Quer referir-se à história da “cidade ribeirinha” tendo em conta estes e outros factores que determinaram a sua evolução urbana até ao final do século XX?

ANÁLISE

O enquadramento do Programa Polis de Coimbra exige que se proceda a uma reflexão retrospectiva sobre a história, a geografia e o ambiente, factores que determinaram o desenvolvimento da cidade ao longo do tempo e lhe conferiram uma imagem e identidade próprias. Dessa perspectiva integrada, considerou-se essencial a alusão à evolução da “cidade ribeirinha” até ao final do século XX.

Dando início à análise induzida pela questão formulada, o entrevistado começa por dizer que *a cidade de Coimbra não é, do seu ponto de vista, uma cidade que deva prioritariamente a sua importância histórica ao facto de ser uma cidade ribeirinha*. Prefere antes apoiar-se no facto de Coimbra se situar numa *zona de transição física ou de fronteira entre o Portugal “atlântico” e o Portugal “mediterrânico, território que foi, também, a fronteira entre cristãos e mouros durante cerca de 200 anos*. Factos que, aliados a excelentes condições de defesa, terão em sua opinião levado D. Afonso Henriques a fixar-se na cidade e a fazer dela *a capital do Reino, factores que, pela sua relevância, lhe parecem essenciais para entender a evolução histórica de Coimbra*, e, como tal, *mais importante do que o facto de Coimbra ser uma cidade que nasceu encostada ao Mondego, pese embora esse factor tenha tido, provavelmente, alguma importância na sua origem*.

Depois a justificação de que *a cidade se desenvolveu, predominantemente, na sua margem norte, por dois motivos: qualidade de vida, melhor exposição solar, e melhores condições de defesa tendo o Mondego como obstáculo, aliás, o que é muito marcante na fase da reconquista cristã*.

Mas, o facto das razões aduzidas diminuírem de algum modo a importância do Mondego na evolução histórica da cidade, isso não obstou a que se referisse a ele enquanto protagonista de uma possível navegabilidade, quando menciona que *nos séculos XV e XVI, Montemor-o-*



-Velho era um importante porto de mar e é provável que em fases anteriores essa navegabilidade pudesse ocorrer até Coimbra, aliás, no século XII a influência das marés chegava a Coimbra.

Depois, a paisagem urbana e a sua relação com o Mondego evoluíram de forma significativa ao longo dos séculos, pois, do século XIII ao século XX o leito do Mondego elevou-se, devido ao assoreamento, cerca de 7 metros. Isto significa que a relação da cidade com o rio era no século XIII muito diversa da que é hoje.

Esse assoreamento acelerado fez com que uma parte da cidade à época tivesse desaparecido, restando alguns vestígios patrimoniais dos quais se destaca o Convento de Santa Clara-a-Velha, hoje visitável e transformado em pólo museológico de importância internacional reconhecida e potenciado pelo Programa Polis como um elemento marcante.

A aproximação ao Mondego como assunto acaba por conferir-lhe importância no quadro das razões que justificam este estudo, dado que é fundamentalmente nas suas margens que o Programa Polis se materializou. Importa, portanto, analisar alguns aspectos complementares da entrevista em que se refere que o caudal do rio variava entre períodos (Verão) em que o leito do rio podia quase ser transponível a pé, e períodos (Inverno) em que originava cheias particularmente significativas, que atingiam a própria cidade de Coimbra e todo o Baixo Mondego. O fenómeno das cheias apesar do impacto negativo que tinha na vida das populações urbanas, apresentava uma vantagem importante sob o ponto de vista agrícola, ou seja, esse regime permitiu que o Baixo-Mondego se transformasse numa zona extremamente fértil.

A sazonalidade do caudal do Mondego, associada a uma cidade universitária, que “afastou” a cidade do rio e a “virou para dentro”, olhava a existência do Mondego e das suas margens como uma zona complementar, cuja actividade dominante era a actividade agrícola mais ligada às quintas e a um ou outro mosteiro, mas não como uma zona de apropriação e expansão urbana. Daqui se infere uma importância e especificidade próprias para esta zona, que decorrentes das alterações geomorfológicas por acção do próprio rio, vieram alterando a sua vocação, como aliás refere o entrevistado quando reconhece que sempre terá havido uma noção da importância do rio, só que a importância que lhe foi sendo dada foi evoluindo ao longo do tempo.

Dessas percepções alternativas e evolução gradual, regista o entrevistado que a alteração desta realidade só vem a ocorrer mais tarde, à medida que novos meios de transporte vão permitir um maior afluxo de visitantes e residentes, um maior desenvolvimento das margens do rio, o que veio impor uma alteração, de alguma maneira, na relação (física) da cidade com as margens do Mondego.

Uma das primeiras iniciativas que, embora incorporando também uma função de defesa das águas do rio, promoveu as margens do Mondego, foi o Parque Dr. Manuel de Braga, do princípio do século XX, cuja realização exigiu a elevação da margem, de que resultou a utilização do plano de água. Contudo, considera mesmo assim que a aproximação das pessoas ao mesmo é quase inexistente e apenas visual, pese embora possa considerar que se assista já à evolução desse relacionamento.

Fica claro, a partir dos contributos referidos, que a conquista das margens do Mondego pela sociedade coimbrã, enquanto espaços de lazer, conceito relativamente recente, aconteceu paulatinamente a partir do primeiro quartel do século XX, evoluindo até aos nossos dias, com o controlo das cheias e a desmobilização da actividade agrícola na zona, e ampliada

pelo surgimento de uma cultura ecológica de aproximação e fruição da natureza pelos co-nimbricenses, que o Programa Polis terá vindo a acentuar.

7.5.1.2 COIMBRA e PROGRAMA POLIS - objectivos e estratégia de intervenção

[Sub-categoria B2]

QUESTÃO 2 – O Programa Polis constituiu um projecto alargado a várias cidades portuguesas no início do século XXI. Como caracteriza o Programa quanto aos objectivos e estratégia de intervenção no caso de Coimbra?

ANÁLISE

Coimbra é uma cidade reconhecida pela sua vetusta universidade¹²⁰, mas também pela imagem peculiar da sua colina que se entrega ao rio - uma imagem testemunhada pelo olhar de intelectuais e artistas ao longo do tempo. Perante tal património é manifestamente importante conhecer a estratégia adoptada e objectivos definidos para o Programa Polis de Coimbra.

Na perspectiva do entrevistado, considera desde logo que deveria ter havido uma *discussão mais alargada, para decidir se os objectivos estratégicos se deviam centrar mais na zona do rio, ou se devia dar-se mais peso à dimensão patrimonial, isto porque o Polis não obrigava à exclusão de nenhum dos cenários*, face ao conhecimento e consciência que tem sobre as características históricas e patrimoniais da cidade.

Talvez por isso e pese embora se reconheça a necessidade de uma reflexão mais aprofundada, a verdade é que *o Programa Polis de Coimbra acabou por abranger duas áreas sujeitas a dois Planos de Pormenor: o do Parque Verde, que é de longe o maior e que está significativamente realizado, e o do Eixo Portagem - Convento de S. Francisco, que “tocava” mais nas questões histórico-patrimoniais.*

Tal facto é reiterado quando refere que *os objectivos específicos do Polis de Coimbra acabaram por tocar nas duas vertentes patrimoniais - natural e histórica. Embora dando um peso significativamente maior ao património natural - as margens do rio - tocou também no património histórico com o segundo Plano de Pormenor.*

Este acontecimento vem inaugurar a tentativa de contrariar a existência de uma cidade dividida física e psicologicamente pelo Mondego, com consequências difusas ao nível da valorização das margens patrimoniais da cidade. Esta inauguração parece acontecer quando refere que *podemos passar a falar de uma maneira muito mais efectiva e real - de “um rio, duas margens, uma cidade”, que passou a constituir para o Polis Coimbra um “slogan” e uma “imagem de marca” identificadora, felizmente, tornada realidade.*

A afirmação do rio como “junta” de ligação e não como “junta” de separação acabou por apostar *em acções nas duas margens do rio e numa imagem integradora* para a qual contribuíram obras emblemáticas como *a ponte pedonal*, induzindo uma permeabilidade geradora

120 A Universidade de Coimbra foi fundada em 1290 por D. Dinis, tendo funcionado entre Lisboa e Coimbra até 1537, ano em que o Estudo Geral, composto pelas Faculdade de Artes, Direito Canónico, Direito Civil e Medicina, foi definitivamente instalado na cidade (<http://www.uc.pt/sobrenos/historia>).



de uma cultura de uso e apropriação das margens que contribui, por sua vez, para se validar um sentido amplo de lugar.

A consciência de que o *património histórico não é só o património construído* deixa à generosidade da natureza a possibilidade de se afirmar no contexto da vida das urbes e desse modo afirmar-se historicamente. Por isso o Polis de Coimbra *recaiu sobre uma área - as margens do rio Mondego - que, naturalmente, era muito sentida pela população.*

Como tal, *as intervenções pensadas, projectadas, programadas e realizadas procuraram manter e valorizar o mais possível a imagem do Mondego e das suas margens*, ao mesmo tempo que *havia que garantir o acesso das pessoas ao rio de uma maneira natural e não de uma maneira muito controlada.* Ou seja, proceder a uma ligeira correcção da cota existente de forma a estabelecer-se uma relação de grande intimidade com o Mondego, correndo-se o risco da cheia centenária poder vir a invadir as margens do Parque Verde, *mas este foi um risco assumido na própria forma como o Polis se desenvolveu e os planos de pormenor foram concebidos.*

Depois de uma obra tão abrangente e valorizadora da cidade, deverá referir-se, contudo, *que o sucesso total exige que seja possível realizar o Programa como foi planeado e acordado com a Câmara Municipal de Coimbra, existindo um conjunto de intervenções que não foram realizadas por falta de verbas*, mas que se encontram maioritariamente em fase de concretização.

7.5.1.3 COIMBRA e PROGRAMA POLIS - recuperação e valorização da *imagem de marca* de Coimbra (Sub-categoria B3)

QUESTÃO 3 – O Programa Polis definiu como uma das prioridades a recuperação e valorização da *imagem de marca* das cidades portuguesas. Qual a importância estratégica do Programa no quadro da requalificação e (re)valorização dos patrimónios físico, imaterial e cultural da cidade de Coimbra?

ANÁLISE

A requalificação intercontextual das cidades afigura-se como possibilidade de valorização e por vezes de recuperação da sua *imagem de marca*. Sendo esse um dos desígnios do Programa Polis, pretendeu-se saber se, estrategicamente, o caso de Coimbra contribuiu para a requalificação e revalorização do seu património físico, imaterial e cultural e, desde logo, para a valorização da *imagem de marca* da cidade.

O entrevistado começou por considerar a *imagem de marca* uma questão essencial, que no caso de Coimbra *emerge nos documentos de planeamento do município, nomeadamente no Plano Estratégico.*

Nesse quadro, estabelece dois planos para clarificar o assunto: a de que é consensualmente aceite que *a primeira imagem de marca de Coimbra é o Conhecimento*; a segunda, o rio, porque, *é verdade que Coimbra sempre foi identificada como a cidade do Mondego, portanto este elemento e esta ligação são muito importantes.*

Este reconhecimento ganha pertinência quando o que está em causa é o processo de intervenção nas margens do rio, com clara influência positiva sobre a sua presença e sobre a *imagem* da cidade, reconhecendo que *é verdade que o rio Mondego a marcou e marca profundamente.*

Logo, a valorização das dimensões física, imaterial e cultural emergem dos processos associados ao Programa Polis pelas evidências da *proximidade da cidade ao rio, do centrar a cidade no rio*, cujos efeitos encontram eco na atitude de aceitação dos cidadãos de Coimbra, e daqueles, que a visitando, retêm na sua memória uma imagem da qual não é possível excluir o Mondego.

7.5.1.4 COIMBRA e PROGRAMA POLIS - valorização e reintegração do património histórico e natural (Sub-categoria B4)

QUESTÃO 4 – Na génese do Programa Polis foram definidas várias *tipologias* associadas a *linhas de intervenção*. Como é que o Programa poderá ter contribuído para a “Valorização do património histórico ou natural e sua reintegração na cidade” de Coimbra?

ANÁLISE

Os processos de valorização dos patrimónios histórico e natural, bem como a sua reintegração nas cidades, fazem parte do eixo de preocupações e abordagens deste estudo, conforme se depreende das reflexões iniciais que apoiam o quadro teórico desta tese.

O Programa Polis adopta exactamente numa das suas linhas de intervenção estas problemáticas, na qual se inscreve o caso de Coimbra, e que, como tal, mereceu questionamento, pretendendo-se saber até que ponto o Programa contribuiu em Coimbra para a valorização do património histórico e natural e para a sua reintegração na cidade.

Dando resposta imediata à pergunta, o entrevistado *diria que é com o Polis que se dá quase pela primeira vez a “integração” do rio e suas margens como “elemento urbano”, entendendo-se a resposta como a confirmação do rio como “figurante” efectivo do “teatro” urbano coimbrão*. Constitui uma realidade que ganhou corpo pelo facto de a intervenção Polis não se limitar apenas a uma das margens, mas colocar frente a frente o resultado da valorização intermargens, quer pela via do património natural e naturalizado, quer também pela via do património histórico.

Trata-se de uma valorização e integração patrimonial reforçada pela qualidade ambiental que se pretendeu proporcionar aos peões, pela redução de tráfego automóvel, como ainda pelas vantagens culturais que advêm de recursos patrimoniais, designadamente, *a integração no Polis do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e criação do respectivo museu, a partir da designada entrada poente do Parque Verde*, um conjunto *hoje visível e entendível como uma mais-valia patrimonial de importância nacional e internacional, ao que se aditará posteriormente o Convento de S. Francisco*, que garantirá também uma função e dinamização culturais importantes para a cidade.

Tais acções aduzem uma nova forma de relacionamento muito próximo da sociedade com patrimónios de diferentes naturezas, numa simbiose que reivindica a possibilidade de se conciliarem de forma integrada a *atracção, o lazer e a valorização patrimonial*.

A forma de o concretizar passou, como se inferirá do que se tem vindo a referir, de opções subtis que consideraram *que à medida que se caminhava de jusante para montante, se fosse “transitando” de áreas de lazer formais para áreas de lazer cada vez mais informais*, chamando



e aproximando a cidade do rio, ao mesmo tempo que se introduziam elementos que vieram *valorizar muito a intervenção*, designadamente, a *Ponte Pedonal de Pedro e Inês que permite a ligação entre as duas margens*.

Contudo, importa referir que *só foi possível fazer uma verdadeira integração do rio na cidade, como cidade e espaço urbano de lazer, com as obras que permitiram a regularização e o plano de água e o controlo das grandes cheias*, através das obras da Barragem da Aguieira e do Açude-Ponte em Coimbra - um plano global de matriz ecológica e dimensão ambiental, que cruza a natureza, o urbano e o social, e que veio sendo cumprido ao longo do tempo.

7.5.1.5 COIMBRA e PROGRAMA POLIS - balanço do Programa para o futuro da cidade (Sub-categoria B5)

QUESTÃO 5 – Na abrangência local do Programa Polis, qual o balanço que faz do Programa enquanto factor influenciador da qualidade urbana e da imagem da cidade de Coimbra no futuro?

ANÁLISE

De acordo com os objectivos do Programa Polis, depreende-se que o complexo processo de intervenções não pretende confinar-se a um tempo e modo restritos, antes se deseja que os seus feitos físicos perdurem e os seus efeitos incorpóreos se projectem para além das inaugurações formais.

Nesse sentido, importa fazer um balanço prospectivo do Programa Polis de Coimbra, tendo por referentes a qualidade urbana e a imagem da cidade no futuro.

Da experiência e expectativa do entrevistado fica o julgamento de que o Programa Polis constitui *um balanço claramente positivo para o desenvolvimento de Coimbra e sua região, ou seja, as cidades estando hoje em competição, assumem as suas diferenças marcadas por dois ou três factores: a qualidade dos recursos humanos e a qualidade das infra-estruturas*, entendimento partilhado também pelo Gabinete Coordenador do Programa Polis.

Como tal, e reforçando a afirmação anterior, entende que *o Programa Polis assumiu uma importância significativa em Coimbra pela qualificação da cidade e na valorização da sua imagem*, considerando *o Parque Verde do Mondego uma área de lazer muito qualificada*, que tendo o rio como protagonista, *tornou provavelmente Coimbra a cidade portuguesa com maior extensão de parque verde ribeirinho do país*. É uma opinião que importa sublinhar face a respostas anteriores, que não valorizavam convictamente o carácter ribeirinho da cidade, ou melhor, com a intervenção essa evolução tende agora a revelar-se na forma como se vê a cidade na sua relação com o rio.

Considera também relativamente à segurança dos utilizadores que *o balanço é reconhecidamente positivo, é uma zona que se tem mantido segura, embora houvesse muita discussão à volta da segurança*, em virtude da relação directa das margens com o rio. Contudo, e relativamente à segurança de pessoas e bens existem algumas medidas que urge serem tomadas, numa fase em que a situação ainda se encontra relativamente controlada.

Considerando que Coimbra terá sido um dos casos Polis *onde se conseguiu talvez um maior impacto positivo*, o futuro agora “desenhado”, dependerá em sua opinião de um *trabalho de*

continuidade e manutenção, que é muito importante que se faça eficientemente, para que esse efeito se mantenha - e que, conforme faz questão de referir, é interessante constatar a reacção de quantos aqui retornam, sendo a sua primeira grande surpresa esta intervenção!

7.5.2 DESIGN EM ESPAÇOS PÚBLICOS INTEGRADOS NO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA (Categoria C)

7.5.2.1 RIO MONDEGO e MARGENS - antecedentes do Programa Polis (Sub-categoria C1)

QUESTÃO 1 – A vocação do Mondego e das suas margens induziu ao (re)desenho dos seus espaços e à instalação de equipamentos e objectos ao longo do tempo. Qual a memória que detém desses espaços, equipamentos e objectos antes da intervenção do Programa Polis?

ANÁLISE

Coimbra e a zona ribeirinha que se alonga em frente da cidade, tem, conforme se depreenderá do depoimento anterior do entrevistado, uma história propícia a várias leituras.

No contexto específico dos espaços de intervenção actual, é muito importante que se perceba a influência do Mondego ao longo do tempo, no que respeita ao (re)uso dos seus espaços marginais para além da sua vocação agrícola, e nessa sequência, perceber que os equipamentos e objectos foram ocupando o território local antes do Programa Polis.

Das memórias mais ou menos recentes do entrevistado, ressalta que *o que tínhamos antes na zona que veio a ser a área de intervenção Polis, pode ser resumido numa imagem. Na margem direita, correspondia ao Parque Dr. Manuel de Braga e para montante a espaços algo degradados: um parque de estacionamento pouco estruturado, e terrenos agrícolas e laranjais, nos últimos anos abandonados.*

Na margem esquerda havia basicamente uma área intervencionada no final dos anos oitenta, início dos anos noventa, na zona do Choupalinho, para apoiar a realização das Queimas das Fitas, e uma área improvisada de apoio a desportos náuticos, uma zona de pesca e tudo o resto eram campos agrícolas, também, parcialmente abandonados, donde se infere uma imagem pós-agrícola globalmente descuidada, que transferia para a cidade uma imagem pouco dignificante e que por sua vez não contribuía para o seu uso, fosse ele agrícola, piscatório ou de lazer.

Ou seja, no essencial considera que *excluindo o Parque Dr. Manuel de Braga e essa pequena zona na margem esquerda, que teve algumas pequenas intervenções para a Queima das Fitas, quanto ao resto prevalecia muito mais a imagem rural e agrícola do que qualquer outra.*

Efectivamente, foi com a elevação dos terrenos marginais em frente a uma parte da cidade, que se dá no século passado o primeiro passo para a sua alteração e qualificação. Estamos a falar na construção do Parque Dr. Manuel de Braga, um jardim de linguagem romântica e que se transformou num *parque profundamente urbano com impacto positivo sobre a cidade e nomeadamente, sobre a classe média e média alta, para além dos estudantes.*



Este espaço, contrastante com a sua envolvente, passou a constituir o *passeio de vaidades* da sociedade coimbrã desde a sua inauguração e ao longo do século XX, manifestando contudo sinais de declínio a partir de finais da década de oitenta do século passado.

Curiosamente, sob o ponto de vista agrícola, mas fundamentalmente simbólico, recorda os laranjais que perfumavam o ambiente bucólico entregue ao livre arbítrio da natureza por abandono do próprio homem - *laranjais que, no entanto, correspondiam a uma imagem de marca, ou melhor, marcante na paisagem*. Ao que acrescenta, *aliás não é por acaso que o plano Polis previu, a montante, a manutenção de alguns laranjais para procurar que essa memória não ficasse totalmente anulada* - solução que se confirma, embora merecendo tratamento. Mas talvez mais relevante é o facto de a laranjeira ter sido simbolicamente adoptada no tratamento dos espaços do Parque Verde, como manifesto da sua existência secular naquela zona.

Assumindo a cultura do lazer como algo que decorre para lá de meados do século passado, e dada a vocação natural do rio para banhos, refere *duas ou três zonas de praias fluviais, que eram frequentadas por aquelas pessoas que não tinham condições de ir para a Figueira da Foz*, afinal, uma forma sustentável de utilização de um recurso que hoje é potenciado por uma intervenção qualificante ao dispor dos cidadãos.

Como nota final, é de referir que sob o ponto de vista patrimonial resultante da acção do homem, apenas o Parque Dr. Manuel de Braga, dotado de equipamento apropriado para a época, designadamente, bancos, iluminação e equipamento lúdico infantil, para além do coreto, constituíam espaço digno para a cidade e para os cidadãos na zona ribeirinha da cidade, nomeadamente na sua margem direita, porque, como salienta a margem esquerda praticamente não existia como área de lazer, e não esquece que a zona do Convento de Santa Clara-a-Velha era de uma degradação total - hoje felizmente valorizada pela presença qualificada do monumento.

A percepção da realidade em estudo na fase anterior ao Programa Polis é pois de extrema importância para que se compreenda o impacto e o verdadeiro alcance global da intervenção Polis, para a cidade e para os cidadãos, sob a participação do design.

7.5.2.2 DESIGN e PROGRAMA POLIS - espaços e objectos urbanos (Sub-categoria C2)

QUESTÃO 2 – No contexto da(s) singularidade(s) da cidade de Coimbra, e na sequência das várias intervenções, qual o impacto decorrente da criação e/ou transformação de espaços e objectos urbanos protagonizados pelo design no âmbito do Programa Polis?

ANÁLISE

Fundados nos objectivos e pressupostos do estudo, com particular relevância para a participação do Design nos contextos do Programa Polis, pretendeu-se saber, tendo por referência o caso específico de Coimbra, qual o impacto decorrente da criação e/ou transformação de espaços e objectos urbanos protagonizado pelo design.

Da opinião recolhida, ficou patente a convicção de que *a intervenção não é agressiva, tendo-se proporcionado uma relação muito próxima entre a cidade, o contexto natural e o espaço natu-*

realizado, e considerando em complementaridade que os equipamentos e infraestruturas, na sua generalidade são bastante discretas, sendo que o que está realizado é já muito representativo e positivo e, essencialmente, estruturante.

À opinião favorável referida, refere o cuidado havido em manter a imagem essencial da cidade naquela zona, associada à preocupação do projecto em incorporar elementos muito bem integrados na paisagem, privilegiando apenas elementos essenciais muito qualificadores.

Considera que são vários os objectos de design que participam na qualificação e valorização daquela zona da cidade, conforme enunciado no capítulo de caracterização do Polis de Coimbra, o que de forma subliminar decorre das palavras do entrevistado. Refere, contudo, que a obra mais singular que se pode referenciar e de significativa alteração positiva da paisagem e uma peça verdadeiramente marcante é a Ponte Pedonal Pedro e Inês, a qual, em sua opinião, alia uma simplicidade e uma integração absoluta e apresenta um design muito próprio e marcante.

Trata-se de uma obra verdadeiramente singular e muito bem integrada, um exemplo e um contributo muito significativo de design urbano, que, na linha de que vimos defendendo para o design com efectiva função social, permite o encontro de quem atravessa a ponte e permite uma nova e excelente leitura do rio e das margens.

Do reconhecimento das virtudes e do papel do design na realização deste tipo de espaços, fica o testemunho do entrevistado quando refere que *o que estamos a fazer ali é cidade, integrando espaços com um novo desenho e aproximando as pessoas, espaços públicos*, que infelizmente ainda não são entendidos por alguns como bens colectivos, a respeitar e a proteger por todos.

É uma confissão que nos deve continuar a mobilizar no sentido da realização de uma cidade cívica e democrática, capaz de exercer o seu papel didáctico e pedagógico, e desse modo contribuir para a educação e formação de melhores cidadãos - esforço para o qual o design também deverá contribuir, apresentando soluções que desmobilizem os agentes que atentam contra o património comum.

7.5.2.3 DESIGN e PROGRAMA POLIS - dimensões inclusiva, ecológica e criativa

[Sub-categoria C3]

QUESTÃO 3 – O Design (inclusivo) tem vindo a assumir-se como uma disciplina promotora do desenvolvimento de produtos e ambientes utilizáveis por todas as pessoas. Reivindicando o Programa Polis o desígnio *fundador de novos contextos urbanos*, qual a importância da participação do design no Programa Polis de Coimbra, designadamente, nas suas dimensões inclusiva, ecológica e criativa?

ANÁLISE

Na linha da ideia de cidade democrática, aberta à participação colectiva e ao respeito pelo seu património, importa considerar o design como disciplina que se tem vindo a afirmar no desenvolvimento de produtos e ambientes utilizáveis por todas as pessoas.



Tendo por referência essa perspectiva, considera-se necessário aceder aos níveis de participação do design no Programa Polis de Coimbra, designadamente, nas suas dimensões inclusiva, ecológica e criativa.

Reportando-se à questão, o entrevistado começou por afirmar que *o design deve ser hoje entendido como algo que permite que os objectos existam devidamente integrados e funcionem*, mas que quase não *se sintam num primeiro olhar*. Donde parece inferir-se que defende uma integração e especificidade do design nas suas múltiplas escalas, de tal forma, que seja aceite como fazendo parte do organismo global.

Esta opinião tende quase a anular positivamente o design, quando refere que este projecto específico *foi realizado tendo por objectivo a integração das pessoas e permitir utilizações muito diferentes, mas que tivesse sempre gente*. Partindo-se do pressuposto de que os espaços, os objectos e os equipamentos são essenciais no cumprimento desse objectivo, torna-se evidente que o papel do design se tornou incontornável em todo o processo.

Na senda do design inclusivo, este projecto previu e materializou *equipamentos e criou eixos de circulação estruturada para as pessoas e bicicletas, garantindo mobilidade quer paralelamente às margens, quer no sentido transversal e atravessamento do rio com a Ponte Pedonal* - um desenho de dinâmicas que tendeu a incorporar todo o espaço de acções e inclusões.

Exactamente nessa linha, considera que *o grande objectivo foi cumprido, o de procurar que se incorporassem vários usos, várias gerações, várias pessoas com objectivos e comportamentos distintos, ou seja, o Parque neste momento é utilizável por todo o tipo de pessoas* - afirmando-se assim a vocação democrática e inclusiva destes espaços da cidade.

Quanto à componente ecológica das opções de design, considera que, indirectamente, *está presente em todo o projecto, pela razão que referi quando disse que à medida que se caminha para montante, houve a preocupação de se mexer cada vez menos no relevo*. Ou seja, uma atitude de preservação da pré-existência, que na relação com a solução global, configura uma atitude de design, centrado no respeito pela natureza, e que no caso de Coimbra *são profundamente marcantes e essenciais para a vivência e qualidade urbanas*.

Conclui com a ideia de que a criação do Parque não terminou com a conclusão das obras, já que a dimensão criativa do design não ficará exclusivamente refém da acção dos projectistas, mas também da forma evidente como as pessoas se apropriarem dos seus espaços - ao que acrescentamos, da capacidade objectiva e subjectiva de os reinventarem.

7.5.2.4 DESIGN e PROGRAMA POLIS - atributos e contributos técnicos e estéticos (Sub-categoria C4)

QUESTÃO 4 – As intervenções do Programa Polis exigiram soluções orientadas para a resolução de problemas específicos. Quais os principais atributos e contributos técnicos e estéticos do design no quadro das realizações integradas no Programa Polis de Coimbra?

ANÁLISE

A identidade dos lugares das cidades intervencionadas no âmbito do Programa Polis terão suscitado discussão e reflexão à volta das soluções a adoptar tendo em conta as suas especifici-

dades. No caso de Coimbra, pretendeu-se desvelar quais os principais atributos e contributos técnicos e estéticos do design no quadro das realizações integradas no seu Programa Polis.

O sentido dado à resposta deixou clara a ideia de que *o elemento estético é essencial e importante nos objectos urbanos, mas se estes não garantirem a funcionalidade, deixam de significar algo de muito positivo para os utilizadores*, donde parece concluir-se que, tratando-se de design em espaço público, deve atender-se prioritariamente à funcionalidade em detrimento da sua plástica subjectiva, o que, parece cada vez mais conciliável face à evolução que o design tem protagonizado nos últimos tempos.

Tal condição e possibilidade parece residir no caso em apreço, já que defende o entrevistado que *a componente estética, mas também a funcional, estão presentes em vários elementos da intervenção Polis de Coimbra, como por exemplo, na margem direita, nas plataformas de pesca, muito bem integradas, a valorização e recreação de uma linha de água, os quatro cubos com pequenas variações*, entre outros objectos que perseguem a mesma intenção *na margem esquerda*.

Momento curioso da entrevista, prendeu-se com o facto de se levantar uma problemática que cruza o papel intencional do designer, ou, num sentido mais lato, do projectista, com a leitura e interpretação dos utilizadores, quando considerou que *as pessoas nem sempre se apropriam dos espaços da maneira como nós as projectamos e por vezes imaginamos*. Referiu neste âmbito algumas evidências que permitiram *um conjunto de acertos que resultaram da apropriação do espaço pelas pessoas, e que ajudaram a realizar pequenas correcções antes da finalização da obra* - nomeadamente, na forma como os peões definiam o “desenho” dos seus percursos preferenciais, ao deslocarem-se de um sítio para outro naquela zona.

A título de exemplo que concilia funcionalidade e estética, reitera a Ponte Pedonal Pedro e Inês, cuja *imagem que se tem dela é a de um elemento muito esbelto que permitiu uma integração fácil, tendo havido a preocupação adicional de permitir a utilização do rio como área de desportos náuticos e lazer*, para além de permitir a passagem lenta e contemplativa das pessoas que demandam ambas as margens.

Conclui, levantando a incontornável importância da interdisciplinaridade em processos desta natureza, ao considerar em síntese que o Polis de Coimbra *é um trabalho de ordenamento, engenharia, arquitectura e paisagismo, em que o design está muito presente*.

7.5.2.5 DESIGN e PROGRAMA POLIS - (re)invenção e (re)valorização do património urbano (Sub-categoria C5)

QUESTÃO 5 – Nas intervenções integradas no Programa Polis verifica-se a participação do design nas suas múltiplas variantes – comunicação, equipamento, mobilidade, etc. Qual o balanço que faz da participação do design nos processos de (re)invenção e (re)valorização dos patrimónios cultural, ambiental e paisagístico da cidade de Coimbra?

ANÁLISE

O design emerge hoje, não como uma disciplina confinada a um núcleo restrito de variantes, mas antes, como uma área integradora que possibilita e potencia soluções muito



mais coerentes. Neste sentido foi importante que se procedesse a um balanço transversal da participação do design nos processos de (re)invenção e (re)valorização dos patrimónios cultural, ambiental e paisagístico da cidade de Coimbra.

A esta questão foram sendo deixadas respostas ao longo da entrevista, contudo, mereceu do entrevistado a afirmação de que *o sucesso de uma intervenção alcança-se e percebe-se em grande parte, pela forma como os espaços criados são apropriados pelas pessoas e pelo sucesso que é alcançado de forma persistente*. É uma opinião na qual se inscrevem os contributos do design para esses níveis de apropriação continuada, que se há-de rever na qualificação ambiental e paisagística, e consequentemente, na valorização do património cultural.

Esta convicção é comprovada quando acentua, relativamente ao Polis de Coimbra, que *a apropriação do espaço e a presença das pessoas continua a ser tão marcante, o que significa que veio preencher com certeza uma lacuna importante na cidade e a intervenção projectada, programada e realizada teve qualidade* confirmada pelos cidadãos que reconhecem nos espaços e objectos de design essa virtude.

7.5.3 IDENTIDADE DOS LUGARES – indutora do uso e apropriação dos espaços do Programa Polis de Coimbra (Categoria D)

7.5.3.1 RIO MONDEGO e MARGENS – história, património e memória (Sub-categoria D1)

QUESTÃO 1 – O Rio Mondego e as suas margens constituem um conjunto patrimonial inseparável das vivências e da imagem de Coimbra. Como define o seu valor identitário no quadro da cidade física, simbólica e cultural até finais do século passado?

ANÁLISE

No sentido de desvelar os antecedentes do Programa Polis e no âmbito da história, património e memória de Coimbra, reconhece-se que o Mondego é inseparável das vivências e da imagem da cidade, pelo que seria útil saber como é que o entrevistado define o seu valor identitário no quadro da cidade física, simbólica e cultural até finais do século passado.

Reconhecendo o facto de a resposta a esta questão já ter deixado rasto ao longo da entrevista, não deixou de reconhecer que *o rio Mondego, como já dissemos, é um elemento marcante na paisagem e vivência de Coimbra*, marcante pelo elencar de justificações já apresentadas, e ainda *por ser um elemento em permanente mutação, mas ao mesmo tempo um elemento com uma presença e uma continuidade que acaba por tornar-se incontornável na identificação das pessoas com a própria identidade da cidade*.

Este Mondego enamorado das suas margens *vem ao longo do tempo recreando as suas funções*. No passado, representava essencialmente um mundo rural complementando a cidade, hoje é integrado na cidade, o que o torna diferente *sob o ponto de vista patrimonial e de usufruição social* – património e sociedade de que não podemos prescindir quando a identidade é tema de reflexão.

Mas, mais profunda se tornou a evocação da identidade reportada a Coimbra e ao seu rio, quando da transitoriedade anterior, ainda complacente com a materialidade, se deteve para

evocar a poética, quando disse - *para Coimbra o Rio Mondego é uma referência, para os poetas é um elemento marcante pelos sentimentos que propicia, a beleza, a frescura e tranquilidade, mas também pela velha relação entre as tricanas e os estudantes.*

Afinal, trata-se do reconhecimento lúcido da essência das relações que o homem veio estabelecendo com os elementos da natureza que lhe conformaram a vida, mas também com quem dialogando, espera o assentimento para uma relação mediada pelo respeito que a memória não esquece.

7.5.3.2 IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS – uso e apropriação dos lugares

(Sub-categoria D2)

QUESTÃO 2 – A dimensão sócio-cultural da vida urbana surge associada ao “desenho” do Programa Polis. Na sequência das várias intervenções, considera que o Programa reforçou a identidade da cidade através da promoção de uma cultura de uso e apropriação colectiva dos seus lugares? Se sim, como define esse reforço?

ANÁLISE

Da memória do passado para a realidade sócio-cultural trazida pelo Programa Polis, importa saber se na sequência das várias intervenções se verifica o reforço da identidade da cidade através da promoção de uma cultura de uso e apropriação colectiva dos seus lugares, designadamente, dos que se inscrevem no perímetro dos planos do Programa.

A resposta à questão obriga-nos a recuperar previamente a essência da resposta anterior, isto porque o Mondego e as suas margens constituem uma marca impressiva da qual a cidade histórica não pode prescindir. Como tal, estamos perante um organismo em evolução, para o qual o entrevistado pede *que se tenha também a noção que a apropriação das margens do rio pela cidade - como cidade, não como espaço agrícola - só foi verdadeiramente possível começar a alcançar com as obras que foram realizadas no século XX, incluindo a regularização do Rio e a Barragem da Aguieira.*

As obras referidas foram um primeiro passo de que o Programa Polis tirou partido para implementar a intervenção numa zona que, reconhecidamente, tinha um enorme potencial, e portanto, da sua histórica *vocação agrícola* passou a garantir *actividades de lazer*, sendo convicção do entrevistado que *a intervenção Polis de Coimbra é uma das que mais possibilitou a apropriação colectiva.*

Da obra feita e, *para além do sentimento, aquilo que é visível e que se pode constatar com facilidade são os milhares de pessoas que utilizam e podemos encontrar, nomeadamente, durante o fim-de-semana, a usufruir deste espaço, penso aliás, que a apropriação é um dos elementos mais bem conseguidos e atingidos pelo projecto.* É uma constatação que não oferece dúvidas e que vem legitimar a ideia de que se assiste ao reforço da identidade da zona, cooptada pela intervenção e pelos elementos que dela fazem parte integrante.

Da evidência descrita, defende que *há que deixar que as pessoas assumam livremente a utilização desses espaços e se tire partido dessa “apropriação” para alcançar os objectivos do projecto.* Tal ideia é reforçada, quando julga *que terá sido um dos projectos mais bem conseguidos a nível nacional,* e, perante tais índices de uso e apropriação, interroga-se ao mesmo tempo ao *querer saber onde é que essas pessoas passavam os seus tempos livres e o fim-de-semana.*



7.5.3.3 IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS – revitalização social e qualidade de vida (Sub-categoria D3)

QUESTÃO 3 – Em face das novas (re)formulações das vivências urbanas, como é que o Programa Polis de Coimbra poderá ter contribuído para a revitalização social e para a melhoria da qualidade de vida na cidade?

ANÁLISE

De acordo com os objectivos definidos pelo Programa Polis, um dos objectivos fundamentais, para além da revitalização social das cidades, era o de promover a qualidade de vida urbana. Tendo em conta a alteração das vivências na cidade, decorrentes do Programa, importa verificar até que ponto é que foram atingidos aqueles objectivos.

Respondendo à questão, começou por reconhecer que *a cidade ganhou umas dezenas de novos hectares de área verde de lazer, que passou a poder disponibilizar aos seus residentes, mas também àqueles que a visitam*, para quem *a dimensão tem um impacto muito grande*, o que desde logo passou a constituir razão para que a revitalização e a qualificação tendesse a verificar-se.

Por sua vez, *o Polis acabou por criar alguns postos de trabalho - não estamos a falar de uma grande empresa de serviços*, mas foi responsável por alguns empregos *directos e indirectos*, o que associada à afluência e frequência da zona, poderá considerar-se que se assiste a alguns sinais de revitalização social.

Quanto ao acréscimo de qualidade de vida na cidade e para a cidade, considera *que é muito evidente*, conforme já havia ficado claro anteriormente, acrescentando que se trata de *um equipamento que está aberto à utilização (gratuita) de toda a população, não é um equipamento fechado*.

Conclui, julgando *que, efectivamente, podemos dizer que a cidade redistribuiu ou equilibrou e promoveu bem, dessa forma, quer a qualidade de vida quer a promoção social da sua população*, através de um processo de reconhecidas requalificação e valorização urbanas.

7.5.3.4 IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS – exigência cívica e ambição social (Sub-categoria D4)

QUESTÃO 4 – O Programa Polis pretendeu, ao nível dos projectos e da sua concretização, promover a inovação e a renovação no espaço público. Considera que o Programa terá contribuído ou poderá vir a contribuir para a formulação de diferentes níveis de exigência cívica e consequente ambição social sobre a cidade de Coimbra?

ANÁLISE

Qualificar e valorizar a cidade promovendo a inovação e renovação do espaço público, constituem factores que influenciam positiva e tendencialmente o comportamento social.

Da intervenção realizada em Coimbra no âmbito do Programa Polis, considera-se importante perceber junto do entrevistado, se o processo de intervenção poderá vir a contribuir

para a formulação de diferentes níveis de exigência cívica e consequente ambição social sobre a cidade.

Da sua intervenção deverá considerar-se uma análise parcelar e simultaneamente complementar, já que o conteúdo da sua resposta a isso obriga.

O entrevistado começa por considerar que *quanto maior qualidade existir nos espaços públicos da cidade, maior é e será a adesão das pessoas à sua correcta utilização*, e como tal, julga que existem algumas melhorias, mas há situações que devem merecer um esforço redobrado até se atingir o equilíbrio, opinião decorrente de alguns problemas que adiante serão reflectidos.

Refere ainda que sendo *um projecto indutor de uma maior exigência por parte das pessoas*, já teve alguns efeitos reprodutíveis, ou seja, existem outras áreas verdes e públicas que foram entretanto renovadas, fruto do querer e crescente exigência das pessoas e que, também, ocorreu ou se projectou nos municípios envolventes, como tal, considera que *essa exigência é evidente e já reconhecida*.

Contudo, e pese embora tenha havido uma *alteração importante*, é de opinião que *vivemos numa sociedade que, de uma forma incompreensível, olha para os espaços públicos ou de uso público, como espaços que não têm dono* - única e simplesmente, *as pessoas não se sentem responsáveis e donas desses espaços*.

Aliás, reforça essa ideia afirmando que *há por parte de algumas pessoas um desleixo na utilização dos espaços, ou seja, há quem os utilize provocando uma degradação para além do que é desejável e uma destruição para além do que entendível*.

No caso Polis de Coimbra refere *algumas vandalizações*, considerando que *há um trabalho a fazer que passa não apenas pela vigilância das autoridades e pela manutenção cuidada, mas muito pela formação e educação cívicas* - a que a escola, as associações e a família não podem ser alheias.

Mas reconhece em síntese que *o nível de exigência cívica e de ambição sobre a cidade* têm no Programa Polis um factor positivamente influenciador, não estando aquelas atitudes de cidadania dissociadas de uma cultura de *responsabilidade social*, tão importante na sociedade contemporânea.

7.5.3.5 IDENTIDADE e PROGRAMA POLIS – indução, promoção e geração de nova(s) urbanidade(s) (Sub-categoria D5)

QUESTÃO 5 – Centrado sobre as preocupações de qualificação da cidade física e social, qual a dimensão e alcance cultural do Programa Polis de Coimbra nos processos de indução, promoção e criação de nova(s) urbanidade(s)?

ANÁLISE

Da entrevista e das consequentes derivas, enriquecedoras para o processo de interpretação e análise da informação, solicitou-se, que centrado sobre as preocupações de qualificação da cidade física e social, pudesse referir-se à dimensão e alcance cultural do Programa Polis de Coimbra nos processos de indução, promoção e geração de nova(s) urbanidade(s).



Sendo o Programa Polis uma iniciativa que implicou e interpelou pessoas e instituições, e porque, a urbanidade não se situa no campo estrito da pura materialidade, entende que projectos desta dimensão devam convocar *as autoridades administrativas, as autoridades policiais, as associações cívicas e as escolas, iniciativas que levem a uma maior participação e responsabilidade cívicas, o que considero muito importante*. Donde se depreende que a urbanidade deve decorrer de um processo multiparticipado, capaz de induzir e promover novas realidades urbanas.

Esta convicção aberta sobre *urbanidade* veio sendo disseminada ao longo da entrevista que, nesta fase final, associa à *cidadania*, *já que se trata de um conceito que remete para as questões do território e complementarmente para as sociedades urbanas*.

Como tal, conclui recuperando um slogan do Programa Polis de Coimbra: “*Um rio, duas margens, uma cidade*”, expressão que por si só sintetiza a nova realidade - ou seja, uma nova urbanidade coimbrã.

7.6 Questionários – breve enquadramento do tratamento estatístico

No âmbito do processo investigativo por questionário, os dados foram tratados informativamente, recorrendo ao programa de tratamento estatístico Statistical Package for the Social Science (SPSS), na versão 19.0 de 2011. Para sistematizar a informação fornecida pelos dados, recorremos a técnicas da estatística descritiva e da estatística inferencial, nomeadamente, frequências (absolutas e percentuais), medida de tendência central (média aritmética) e testes estatísticos (teste Wilcoxon, teste U de Mann-Whitney, teste Kruskal-Wallis e teste do Qui-quadrado).

A opção pelos testes não paramétricos referidos justifica-se pela natureza ordinal ou qualitativa das variáveis envolvidas no estudo. Em todos os testes fixámos o valor 0.050 como valor máximo da probabilidade do erro tipo I, ou seja, como valor abaixo do qual se considerou que as relações ou diferenças em estudo eram estatisticamente significativas.

No sentido de garantir o capital informativo essencial à qualidade da investigação, predefiniu-se o estabelecimento de relações comparativas da informação decorrente das várias respostas enquadradas nos vários blocos de questões, designadamente:

- No caso do questionário administrado aos responsáveis/técnicos (R/T-PP) dos vários Programas Polis em estudo, estabeleceram-se relações comparativas entre os resultados decorrentes das respostas às questões dos Blocos 1 e 2, Blocos 2 e 3, Blocos 3 e 4 e Blocos 1 e 4;
- No caso dos questionários administrados aos projectistas (P-PP 05) e utilizadores (U-PP 05) do Programa Polis de Coimbra, estabeleceram-se relações comparativas entre os resultados decorrentes das respostas dadas às questões presentes nos Blocos 1 e 2 e Blocos 2 e 3, sendo que relativamente ao Bloco 5, os contributos foram alvo de análise de conteúdo, transitando a informação respectiva para a discussão de resultados;
- Estabeleceram-se comparações entre os resultados obtidos nos questionários dos responsáveis dos vários casos Polis e os resultados obtidos no questionário do responsável do caso Polis de Coimbra;

- De referir ainda que os questionários do responsável do Programa Polis de Coimbra, dos projectistas dos planos de pormenor e dos utilizadores dos mesmos espaços e equipamentos, apresentam diferenças pouco significativas, pelo que o seu âmbito e semântica se enquadram nos objectivos definidos para os vários instrumentos - o que viabiliza a comparação entre resultados obtidos.

7.6.1 Responsáveis do Programa Polis – caracterização académica e funcional

De entre os participantes directos inquiridos no estudo, os resultados seguintes referem-se a onze responsáveis pelo Programa Polis nas várias cidades, possuindo na sua maioria (81.8%) o grau de licenciatura, conforme se verifica na Tabela 1.

As funções desempenhadas pelos vários responsáveis, no âmbito da sua acção profissional em entidades associadas ao Programa Polis, variavam maioritariamente entre o Director Executivo, o Gestor do Projecto e o Gestor de Intervenção, disseminando-se depois de forma equitativa por outras especificidades funcionais, de acordo com o Tabela 2.

Tabela 1
FORMAÇÃO ACADÉMICA DE RESPONSÁVEIS DO PROGRAMA POLIS

Formação académica	n	%
Bacharelato	1	9.1
Licenciatura	9	81.8
Pós-Graduação	1	9.1
Total	11	100.0

Tabela 2
FUNÇÕES DE RESPONSÁVEIS DO PROGRAMA POLIS

Funções	n	%
Director executivo	4	36.4
Técnico da equipa de Gestão da Intervenção responsável pelo funcionamento comunitário	1	9.1
Vogal do Conselho de Administração	1	9.1
Gestor do projecto	2	18.2
Administrador do programa Polis	1	9.1
“Materialização” do conceito “sistema rio”	1	9.1
Preparação dos termos de referência para os projectos de execução	1	9.1
Acompanhamento da execução dos projectos e da elaboração e tramitação dos planos de pormenor	1	9.1
Apoio à comunicação	1	9.1
Gestor de intervenção	2	18.2
Total	11	100.0



7.6.1.1 QUESTIONÁRIO R/T – PP – análise descritiva e inferencial dos resultados

Dando início à análise dos resultados obtidos a partir da administração do questionário aos responsáveis do Programa Polis dos onze casos em estudo¹²¹, e no que concerne à *fase anterior ao Programa Polis*¹²², constata-se que os inquiridos tenderam a concordar totalmente com a existência de *desqualificação de elementos marcantes da paisagem urbana* (54.5%) e da *carência de um design promotor da inovação e renovação do espaço público* (54.5%).

Verifica-se, ainda, e numa linha de aproximação aos resultados anteriores, que os responsáveis tenderam a manifestar concordância com as afirmações relativas aos *processos de degradação do património histórico-cultural* (63.6%), aos *sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado* (54.5%), aos *espaços e/ou infraestruturas técnicas e sociais com fraca solução de design* (54.5%), aos *lugares da cidade pouco atractivos e com limitada frequência social* (54.5%), aos *focos de degradação da qualidade de vida sócio-urbana* (54.5%) e à *desqualificação global de contextos da cidade física, simbólica e social* (72.7%).

Pese embora se verifique uma repartição por outras opções de resposta, constata-se, também que a *desvalorização da componente ambiental da cidade*, a *quase inexistência de projectos de requalificação do património histórico subjacente à participação do design*, a *ausência de projectos de valorização do património natural e/ou naturalizado que implicassem a participação do design* e a *limitada intervenção crítica dos cidadãos relativamente à sua cidade*, mereceu por parte dos inquiridos uma opinião que se repartiu tendencialmente entre a concordância e a concordância total.

Em termos globais, e no que respeita à fase prévia ao Programa Polis, verifica-se que os responsáveis manifestaram maior concordância com o estado de *desqualificação de elementos marcantes da paisagem urbana* ($\overline{XX} = 4.45$), a *carência de um design promotor da inovação e renovação do espaço público* ($\overline{XX} = 4.45$) e de *lugares da cidade pouco atractivos e com limitada frequência social* ($\overline{XX} = 4.45$). Em sentido inverso, tenderam a manifestar níveis inferiores de concordância relativos à *existência de espaços e/ou infraestruturas técnicas e sociais com fraca solução de design* ($\overline{XX} = 3.91$), à *quase inexistência de projectos de requalificação do património histórico subjacente à participação do design* ($\overline{XX} = 3.82$) e à *desqualificação global de contextos da cidade física, simbólica e social* ($\overline{XX} = 3.73$).

121 Anexo 33

122 Tabela 3

Tabela 3
CIDADES E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS
Opinião de responsáveis do Programa

Na fase anterior ao Programa Polis verificava(m)-se:		DT	D	ND/NC	C	CT	$\bar{X}$
1.1 Processos de degradação do património histórico-cultural	n	-	-	1	7	3	4.18
	%	0.0	0.0	9.1	63.6	27.3	
1.2 Sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado	n	-	-	1	6	4	4.27
	%	0.0	0.0	9.1	54.5	36.4	
1.3 A desqualificação de elementos marcantes da paisagem urbana	n	-	-	1	4	6	4.45
	%	0.0	0.0	9.1	36.4	54.5	
1.4 A desvalorização da componente ambiental da cidade	n	-	1	-	5	5	4.27
	%	0.0	9.1	0.0	45.5	45.5	
1.5 A quase inexistência de projectos de requalificação do património histórico tendo subjacente a participação do design	n	-	1	3	4	3	3.82
	%	0.0	9.1	27.3	36.4	27.3	
1.6 A ausência de projectos de valorização do património natural e/ou naturalizado que implicassem a participação do design	n	-	-	3	4	4	4.09
	%	0.0	0.0	27.3	36.4	36.4	
1.7 A carência de um design promotor da inovação e renovação do espaço público	n	-	-	1	4	6	4.45
	%	0.0	0.0	9.1	36.4	54.5	
1.8 Espaços e/ou infraestruturas técnicas e sociais com fraca solução de design	n	-	-	3	6	2	3.91
	%	0.0	0.0	27.3	54.5	18.2	
1.9 Lugares da cidade pouco atractivos e com limitada frequência social	n	-	-	-	6	5	4.45
	%	0.0	0.0	0.0	54.5	45.5	
1.10 Focos de degradação da qualidade de vida sócio-urbana	n	-	-	2	6	3	4.09
	%	0.0	0.0	18.2	54.5	27.3	
1.11 Limitada intervenção crítica dos cidadãos relativamente à sua cidade	n	-	-	2	4	5	4.27
	%	0.0	0.0	18.2	36.4	45.5	
1.12 Desqualificação global de contextos da cidade física, simbólica e social	n	-	-	3	8	-	3.73
	%	0.0	0.0	27.3	72.7	0.0	

Legenda: DT – Discordo totalmente D – Discordo ND/NC – Nem discordo/Nem concordo

Quanto aos *contributos do Programa Polis*¹²³, verificamos que os responsáveis tenderam a concordar totalmente com o facto de o programa *desenvolver operações de (re)qualificação do património histórico-cultural* (54.5%), *promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade* (72.7%), *favorecer a requalificação paisagística da cidade e a sua usufruição* (81.8%), *promover o património histórico e/ou natural e a sua reintegração na cidade* (54.5%), *implementar iniciativas e fomentar dinâmicas de revitalização da cidade* (54.5%), *melhorar a qualidade de vida na cidade* (81.8%), *humanizar a cidade através da (re)criação de novos espaços de inclusão, sociabilidade e civilidade* (72.7%) e *valorizar novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas do espaço público* (81.8%).

Ainda no quadro dos *contributos do Programa Polis*, os inquiridos tenderam a concordar com o facto de o Programa *implementar projectos de intervenção em contextos patrimoniais marcantes, tendo subjacente a participação do design* (63.6%), *concretizar projectos de intervenção em contextos naturais e/ou naturalizados, que impliquem o recurso a soluções de design* (45.5%), *propiciar a melhoria da qualidade urbana e da imagem da cidade com o contributo do design* (54.5%) e ainda para *desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a multifuncionalidade de espaços e objectos da cidade* (45.5%).



Converging para uma análise globalizante, constata-se que os inquiridos assumiram uma maior concordância com o facto de o Programa Polis *favorecer a requalificação paisagística da cidade e a sua usufruição* ($\bar{X} = 4.82$), *melhorar a qualidade de vida na cidade* ($\bar{X} = 4.82$) e *valorizar novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas do espaço público* ($\bar{X} = 4.82$). Revelaram menor concordância relativamente aos contributos do Programa para *implementar projectos de intervenção em contextos patrimoniais marcantes, tendo subjacente a participação do design* ($\bar{X} = 4.00$), *concretizar projectos de intervenção em contextos naturais elou naturalizados que impliquem o recurso a soluções de design* ($\bar{X} = 4.00$) e para *desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a multifuncionalidade de espaços e objectos da cidade* ($\bar{X} = 4.00$), pese embora, conforme se pode conferir na Tabela 4, se verifique um registo percentual muito significativo nos dois níveis de concordância mais elevados relativos a estes contributos.

Tabela 4
CIDADES E PROGRAMA POLIS
Opinião de responsáveis do Programa

O Programa Polis contribuiu para:		DT	D	ND/NC	C	CT	$\bar{X}$
2.1 Desenvolver operações de (re)qualificação do património histórico-cultural	n	-	-	-	5	6	4.55
	%	0.0	0.0	0.0	45.5	54.5	
2.2 Promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade	n	-	-	-	3	8	4.75
	%	0.0	0.0	0.0	27.3	72.7	
2.3 Favorecer a requalificação paisagística da cidade e a sua usufruição	n	-	-	-	2	9	4.82
	%	0.0	0.0	0.0	18.2	81.8	
2.4 Promover o património histórico e/ou natural e a sua reintegração na cidade	n	-	-	-	5	6	4.55
	%	0.0	0.0	0.0	45.5	54.5	
2.5 Implementar projectos de intervenção em contextos patrimoniais marcantes, tendo subjacente a participação do design	n	-	-	2	7	2	4.00
	%	0.0	0.0	18.2	63.6	18.2	
2.6 Concretizar projectos de intervenção em contextos naturais e/ou naturalizados, que impliquem o recurso a soluções de design	n	-	-	3	5	3	4.00
	%	0.0	0.0	27.3	45.5	27.3	
2.7 Propiciar a melhoria da qualidade urbana e da imagem da cidade com o contributo do design	n	-	-	2	6	3	4.09
	%	0.0	0.0	18.2	54.5	27.3	
2.8 Desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a multifuncionalidade de espaços e objectos da cidade	n	-	-	3	5	3	4.00
	%	0.0	0.0	27.3	45.5	27.3	
2.9 Implementar iniciativas e fomentar dinâmicas de revitalização da cidade	n	-	-	-	5	6	4.55
	%	0.0	0.0	0.0	45.5	54.5	
2.10 Melhorar a qualidade de vida na cidade	n	-	-	-	2	9	4.82
	%	0.0	0.0	0.0	18.2	81.8	
2.11 Humanizar a cidade através da (re)criação de novos espaços de inclusão, sociabilidade e civilidade	n	-	-	-	3	8	4.73
	%	0.0	0.0	0.0	27.3	72.7	
2.12 Valorizar novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas do espaço público	n	-	-	-	2	9	4.82
	%	0.0	0.0	0.0	18.2	81.8	

Legenda: DT – Discordo totalmente D – Discordo ND/NC – Nem discordo/Nem concordo C – Concordo CT – Concordo totalmente

Comparando as fases anterior e posterior ao Programa Polis e os resultados que daí decorreram, verifica-se a existência de diferenças estatisticamente significativas nas respostas dadas pelos responsáveis, ao nível das afirmações que constam da Tabela 5.

Tabela 5

ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS DO PROGRAMA POLIS

Comparação das opiniões de responsáveis do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa

Na fase anterior ao Programa Polis verificava(m)-se:	O Programa Polis contribuiu para:	p
Processos de degradação do património histórico-cultural	Desenvolver operações de (re)qualificações do património histórico-cultural	0.046
Sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado	Promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade	0.025
Focos de degradação da qualidade de vida sócio-urbana	Melhorar a qualidade de vida na cidade	0.033
Desqualificação global de contextos da cidade física, simbólica e social	Valorizar novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas do espaço público	0.006

Ao nível da participação do design nos contextos do Programa Polis¹²⁴, os responsáveis tenderam a concordar totalmente com o facto de o design estar presente *promovendo soluções que valorizam a acessibilidade e mobilidade urbanas* (75.7%) e a concordar com todas as restantes afirmações que elegem e valorizam o papel do design no âmbito do Programa.

Sublinha-se, ainda, que os inquiridos tenderam a manifestar maior concordância com o facto de o design participar nos contextos do Programa Polis *promovendo soluções que valorizam a acessibilidade e mobilidade urbanas* ($\bar{X} = 4.55$), *promovendo o desenvolvimento e materialização de equipamentos e ambientes utilizáveis por todos* ($\bar{X} = 4.27$) e *influenciando ou determinando o uso e apropriação cívica e colectiva do espaço público* ($\bar{X} = 4.27$).

Como nota complementar e face aos valores expressos, os inquiridos manifestaram uma concordância menor relativamente à presença do design no Programa, *estabelecendo uma nova cultura de diálogo entre elementos dos patrimónios antigo e contemporâneo* ($\bar{X} = 3.91$) e *participando com novas referências materiais, simbólicas e estéticas nos espaços e objectos urbanos* ($\bar{X} = 3.82$).

Tabela 6

DESIGN E PROGRAMA POLIS

Opinião de responsáveis do Programa

O design está presente nos contextos do Programa Polis:		DT	D	ND/NC	C	CT	$\bar{X}$
3.1 Contribuindo para a (re)qualificação do património histórico-cultural	n	-	-	1	7	3	4.18
	%	0.0	0.0	9.1	63.6	27.3	
3.2 Participando na (re)criação de espaços com uma forte componente ecológica	n	-	-	2	6	3	4.09
	%	0.0	0.0	18.2	54.5	27.3	
3.3 Contribuindo para a (re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos do património urbano	n	-	1	1	5	4	4.09
	%	0.0	9.1	9.1	45.5	36.4	
3.4 Revelando contributos técnicos e/ou atributos estéticos para a renovação do espaço público	n	-	-	1	8	2	4.09
	%	0.0	0.0	9.1	72.7	18.2	

124 Tabela 6



O design está presente nos contextos do Programa Polis:		DT	D	ND/NC	C	CT	$\bar{X}$
3.5 Determinando soluções que contribuem para a dignificação e conservação patrimonial da cidade	n	-	-	1	7	3	4.18
	%	0.0	0.0	9.1	63.6	27.3	
3.6 Materializando soluções ecológicas que contribuem para o uso sustentável do património natural e/ou naturalizado	n	-	-	2	6	3	4.09
	%	0.0	0.0	18.2	54.5	27.3	
3.7 Estabelecendo uma nova cultura de diálogo entre elementos dos patrimónios antigo e contemporâneo	n	-	-	3	6	2	3.91
	%	0.0	0.0	27.3	54.5	18.2	
3.8 Promovendo o desenvolvimento e materialização de equipamentos e ambientes utilizáveis por todos	n	-	-	1	6	4	4.27
	%	0.0	0.0	9.1	54.5	36.4	
3.9 Contribuindo para a existência de espaços e equipamentos destinados à cultura e ao lazer	n	-	-	2	5	4	4.18
	%	0.0	0.0	18.2	45.5	36.4	
3.10 Promovendo soluções que valorizam a acessibilidade e mobilidade urbanas	n	-	-	2	1	8	4.55
	%	0.0	0.0	18.2	9.1	72.7	
3.11 Influenciando ou determinando o uso e apropriação cívica e colectiva do espaço público	n	-	-	1	6	4	4.27
	%	0.0	0.0	9.1	54.5	36.4	
3.12 Participando com novas referências materiais, simbólicas e estéticas nos espaços e objectos urbanos	n	-	1	1	8	1	3.82
	%	0.0	9.1	9.1	72.7	9.1	
Legenda: DT – Discordo totalmente D – Discordo ND/NC – Nem discordo/Nem concordo C – Concordo CT – Concordo totalmente							

Da comparação entre os contributos do Programa Polis e a presença do design nos contextos de intervenção, resultou a verificação de diferenças estatisticamente significativas ao nível das respostas dadas tendo por referência as afirmações apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 7
PROGRAMA POLIS E CONTRIBUTOS DO DESIGN
Comparação diferida da opinião de responsáveis do Programa

O Programa Polis contribuiu para:	O design está presente nos contextos do Programa Polis:	p
Desenvolver operações de (re)qualificação do património histórico-cultural	Contributo para a (re)qualificação do património histórico-cultural	0.046
Promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade	Participando na (re)criação do espaços com uma forte componente ecológica	0.008
Favorecer a requalificação paisagística da cidade e a sua usufruição	Contribuindo para a (re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos do património urbano	0.020
Promover o património histórico e/ou natural e a sua reintegração na cidade	Revelando contributos técnicos e/ou atributos estéticos para a renovação do espaço público	0.025
Humanizar a cidade através da (re) criação dos novos espaços de inclusão, sociabilidade e civilidade	Influenciando ou determinando o uso e apropriação cívica e colectiva do espaço público	0.025
Valorizar novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas do espaço público	Participando com novas referências materiais, simbólicas e estéticas nos espaços e objectos urbanos	0.004

No que concerne aos contributos do Programa Polis para o reforço da identidade das cidades¹²⁵, a maioria dos inquiridos concordou totalmente com o facto de, na sequência das várias intervenções, se ter promovido a *renovação ambiental e usufruição da natureza integrada na cidade* (63.6%), a *revitalização social e melhoria da qualidade de vida da cidade* (54.5%) e a *promoção e fundação de novas urbanidades através da qualificação da cidade física, simbólica e social* (54.5%).

Os responsáveis tenderam ainda a concordar com o facto de o Programa Polis ter reforçado a identidade da cidade *promovendo o sentido de responsabilidade e o respeito pelos valores ambientais* (54.5%), *concretizando novos projectos de qualificação do património urbano, em que se reconhece a participação do design* (81.8%), *criando elou qualificando espaços e objectos do património natural ou naturalizado, com a participação do design* (72.7%), *contribuindo para a existência de novas estéticas e funcionalidades no espaço público, protagonizadas pelo design* (72.7%), *promovendo dinâmicas interdisciplinares no desenvolvimento e concretização de soluções técnicas e estéticas com a participação do design* (54.5%), *gerando novos usos, apropriações e reconhecimento dos lugares* (72.7%) e *induzindo níveis superiores de participação cívica e ambição social sobre a cidade* (63.6%).

Perante as afirmações, *promovendo e qualificando o património histórico e cultural e recuperando elou valorizando elementos que constituem a imagem de marca da cidade*, os inquiridos tenderam também a concordar ou a concordar totalmente.

Em termos médios, regista-se que os responsáveis pelo Programa Polis manifestaram maior concordância com as afirmações, *contribuindo para a renovação ambiental e usufruição da natureza integrada na cidade* ($\bar{X} = 4.64$), *concorrendo para a revitalização social e melhoria da qualidade de vida da cidade* ($\bar{X} = 4.55$) e *promovendo e fundando novas urbanidades através da qualificação da cidade física, simbólica e social* ($\bar{X} = 4.55$), tendo manifestado uma concordância inferior relativamente à concretização de *novos projectos de qualificação do património urbano, em que se reconhece a participação do design* ($\bar{X} = 4.00$), à existência de *novas estéticas e funcionalidades no espaço público, protagonizadas pelo design* ($\bar{X} = 3.82$) e à promoção de *dinâmicas interdisciplinares no desenvolvimento e concretização de soluções técnicas e estéticas com a participação do design* ($\bar{X} = 3.73$) - devendo, contudo, ter-se em conta os níveis percentuais obtidos por estes contributos mediados pelo design, patentes na Tabela 8.

Tabela 8

IDENTIDADE – indutora do uso e apropriação dos lugares do Programa Polis
Opinião de responsáveis do Programa

Na sequência das várias intervenções, o Programa Polis reforçou a identidade da cidade:		DT	D	ND/NC	C	CT	$\bar{X}$
4.1 Promovendo e qualificando o património histórico e cultural	n	-	-	1	5	5	4.36
	%	0.0	0.0	9.1	45.5	45.5	
4.2 Contribuindo para a renovação ambiental e usufruição da natureza integrada na cidade	n	-	-	-	4	7	4.64
	%	0.0	0.0	0.0	36.4	63.6	



Na sequência das várias intervenções, o Programa Polis reforçou a identidade da cidade:		DT	D	ND/NC	C	CT	$\bar{X}$
4.3 Recuperando e/ou valorizando elementos que constituem a imagem de marca da cidade	n	-	-	1	5	5	4.36
	%	0.0	0.0	9.1	45.5	45.5	
4.4 Promovendo o sentido de responsabilidade e o respeito pelos valores ambientais	n	-	1	-	6	4	4.18
	%	0.0	9.1	0.0	54.5	36.4	
4.5 Concretizando novos projectos de qualificação do património urbano, em que se reconhece a participação do design	n	-	-	1	9	1	4.00
	%	0.0	0.0	9.1	81.8	9.1	
4.6 Criando e/ou qualificando espaços e objectos do património natural ou naturalizado, com a participação do design	n	-	-	1	8	2	4.09
	%	0.0	0.0	9.1	72.7	18.2	
4.7 Contribuindo para a existência de novas estéticas e funcionalidades no espaço público, protagonizadas pelo design	n	-	1	1	8	1	3.82
	%	0.0	9.1	9.1	72.7	9.1	
4.8 Promovendo dinâmicas interdisciplinares no desenvolvimento e concretização de soluções técnicas e estéticas com a participação do design	n	-	-	4	6	1	3.73
	%	0.0	0.0	36.4	54.5	9.1	
4.9 Gerando novos usos, apropriações e reconhecimento dos lugares	n	-	-	-	8	3	4.27
	%	0.0	0.0	0.0	72.7	27.3	
4.10 Concorrendo para a revitalização social e melhoria da qualidade de vida da cidade	n	-	-	-	5	6	4.55
	%	0.0	0.0	0.0	45.5	54.5	
4.11 Induzindo níveis superiores de participação cívica e ambição social sobre a cidade	n	-	1	-	7	3	4.09
	%	0.0	9.1	0.0	63.6	27.3	
4.12 Promovendo e fundando novas urbanidades através da qualificação da cidade física, simbólica e social	n	-	-	-	5	6	4.55
	%	0.0	0.0	0.0	45.5	54.5	
Legenda: DT – Discordo totalmente D – Discordo ND/NC – Nem discordo/Nem concordo C – Concordo CT – Concordo totalmente							

Comparando a fase anterior ao Programa Polis e os contributos do Programa para o reforço da identidade das cidades, constata-se a existência de diferenças estatisticamente significativas nas respostas dadas pelos responsáveis relativas às afirmações que constam da tabela seguinte.

Tabela 9

ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS E IDENTIDADE

Comparação das opiniões de responsáveis do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa

Na fase anterior ao Programa Polis verificava(m)-se:	Na sequência das várias intervenções, o Programa Polis reforçou a identidade da cidade:	p
Desqualificação global de contextos da cidade física, simbólica e social	Promovendo e fundando novas urbanidades através da qualificação da cidade física, simbólica e social	0.007

Quanto às *áreas, elementos e valores de design* reportados ao Programa Polis, constam da tabela seguinte os resultados gerais decorrentes da avaliação dos responsáveis dos vários casos.

Tabela 10
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS
Opinião de responsáveis do Programa

ÁREA	Elementos e valores de design	Ponto Forte		Ponto Fraco	
		n	%	n	%
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano	9	81.8	2	18.2
	Iluminação urbana	7	63.6	4	36.4
	Equipamento lúdico	8	72.7	3	27.3
	Sinalética	5	45.5	6	54.5
	Informação	7	63.6	4	36.4
	Acessibilidades	10	90.9	1	9.1
	Equipamento técnico	9	81.8	2	18.2
	Monitorização ambiental	8	72.7	3	27.3
IMAGEM E INOVAÇÃO	Pavimentos	10	90.9	1	9.1
	Imagem	10	90.9	1	9.1
	Estética	10	90.9	1	9.1
	Inovação	5	45.5	6	54.5
	Renovação	9	81.8	2	18.2
	Diversidade	9	81.8	2	18.2
	Textura(s)	7	63.6	4	36.4
	Cromatismo	7	63.6	4	36.4
	Materiais	9	81.8	2	18.2
	Legibilidade	10	90.9	1	9.1
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança	8	72.7	3	27.3
	Conforto	8	72.7	3	27.3
	Ergonomia	6	54.5	5	45.5
	Multifuncionalidade	9	81.8	2	18.2
	Integração	11	100.0	-	0.0
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência	5	45.5	6	54.5
	Durabilidade	5	45.5	6	54.5
	Manutenção	4	36.4	7	63.6
	Higiene urbana	7	63.6	4	36.4
	Sustentabilidade	6	54.5	5	45.5
	Ambiente	10	90.9	1	9.1
	Paisagem	10	90.9	1	9.1
	Ecologia	8	72.7	3	27.3
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público	11	100.0	-	0.0
	Inclusividade	11	100.0	-	0.0

Detalhando por *áreas*, e no que respeita ao *equipamento e acessibilidade*¹²⁶, verifica-se que, à excepção da *sinalética*, relativamente à qual a maioria dos responsáveis (54.5%) a classificou como *ponto fraco*, todos os restantes *elementos e valores de design* foram considerados como *pontos fortes*, destacando-se as *acessibilidades* (90.9%), o *mobiliário urbano* (81.8%), o *equipamento técnico* (81.8%), os *equipamentos* (72.7%) e a *monitorização ambiental* (72.7%).

126 Tabela 11 e Gráfico 1

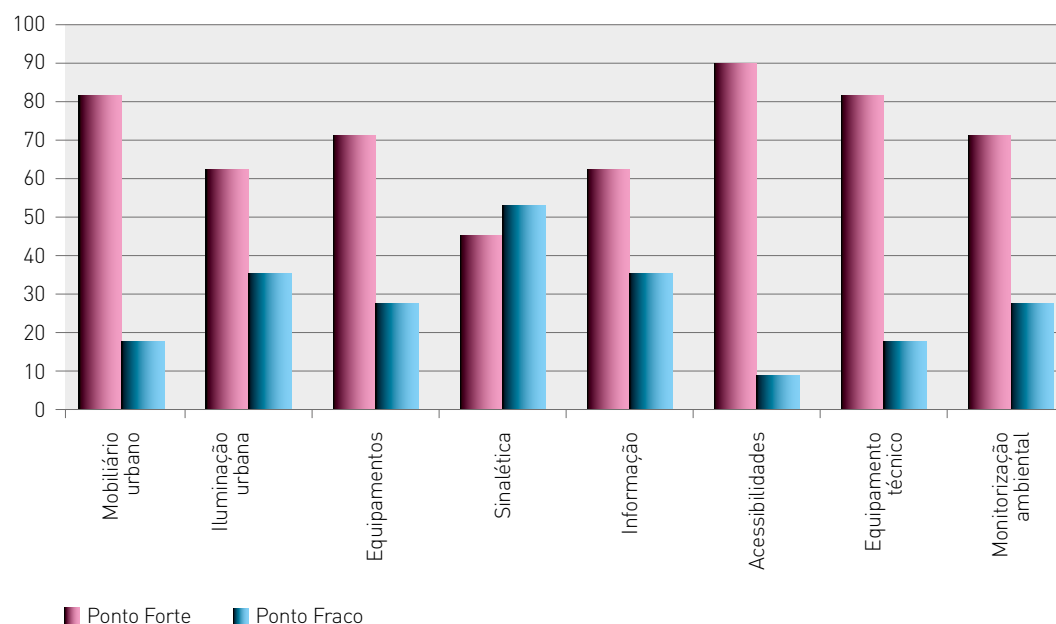


Tabela 11

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *equipamento e acessibilidade*

Equipamento e acessibilidade	Ponto Forte		Ponto Fraco	
	n	%	n	%
Mobiliário urbano	9	81.8	2	18.2
Iluminação urbana	7	63.6	4	36.4
Equipamentos	8	72.7	3	27.3
Sinalética	5	45.5	6	54.5
Informação	7	63.6	4	36.4
Acessibilidades	10	90.9	1	9.1
Equipamento técnico	9	81.8	2	18.2
Monitorização ambiental	8	72.7	3	27.3

Gráfico 1

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *equipamento e acessibilidade*

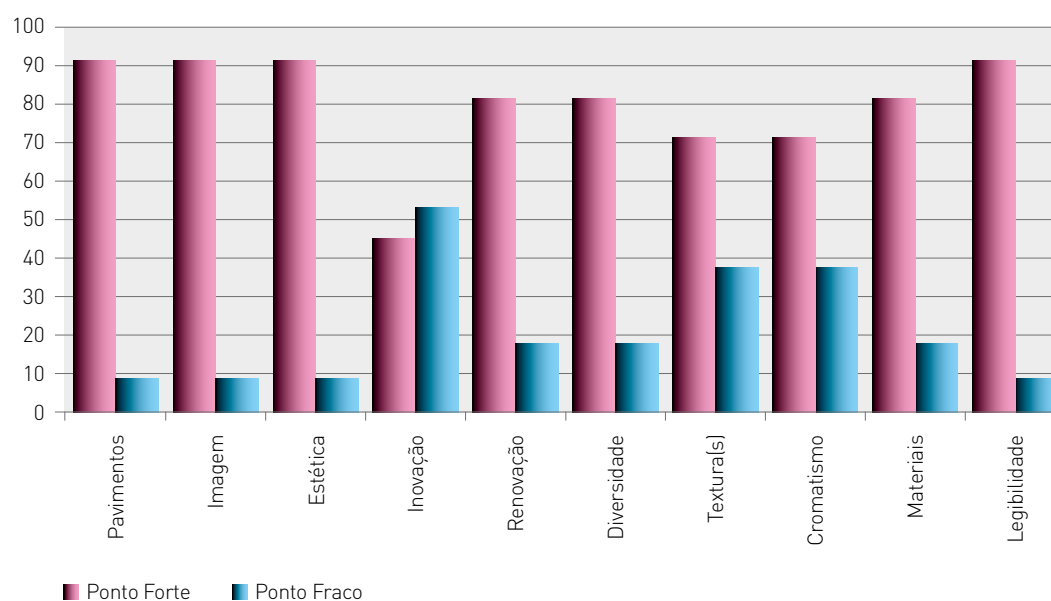
Ao nível da *imagem e inovação*¹²⁷ salientamos o facto de quase todos os responsáveis terem considerado como *pontos fortes* os *pavimentos* (90.9%), a *imagem* (90.9%), a *estética* (90.9%), a *legibilidade* (90.9%), a *renovação* (81.8%), a *diversidade* (81.8%) e os *materiais* (81.8%). A *inovação* foi o único *valor* que recolheu opinião negativa por parte da maioria dos responsáveis do Programa Polis (Tabela 12 e Gráfico 2).

127 Tabela 12 e Gráfico 2

Tabela 12
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *imagem e inovação*

Imagem e inovação	Ponto Forte		Ponto Fraco	
	n	%	n	%
Pavimentos	10	90.9	1	9.1
Imagem	10	90.9	1	9.1
Estética	10	90.9	1	9.1
Inovação	5	45.5	6	54.5
Renovação	9	81.8	2	18.2
Diversidade	9	81.8	2	18.2
Textura(s)	7	63.6	4	36.4
Cromatismo	7	63.6	4	36.4
Materiais	9	81.8	2	18.2
Legibilidade	10	90.9	1	9.1

Gráfico 2
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *imagem e inovação*



No que concerne à *funcionalidade e segurança*¹²⁸ verifica-se que a maioria dos responsáveis considerou como *pontos fortes* todos os parâmetros presentes nessa área, com particular destaque para a *integração* (100.0%) e para a *multifuncionalidade* (81,8%).

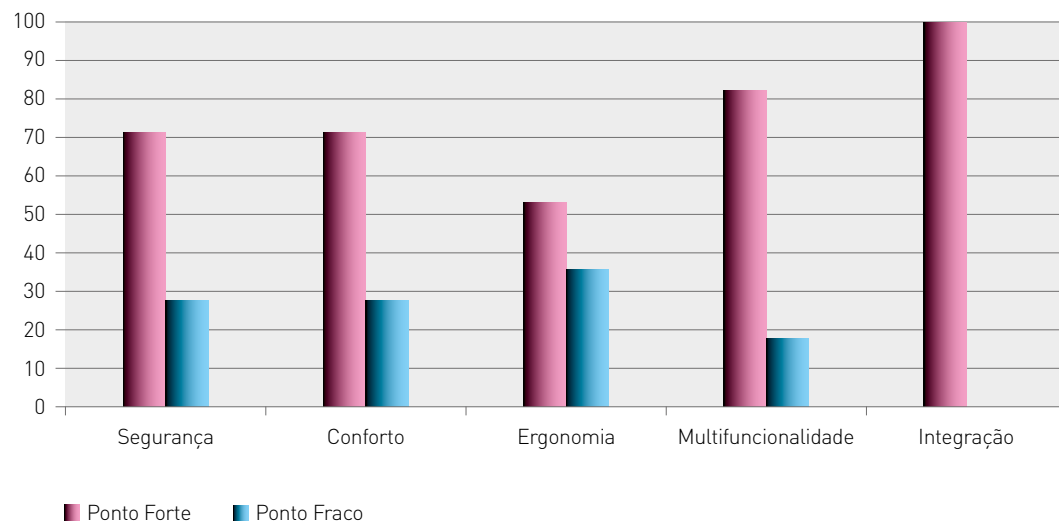
128 Tabela 13 e Gráfico 3



Tabela 13
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *funcionalidade e segurança*

Funcionalidade e segurança	Ponto Forte		Ponto Fraco	
	n	%	n	%
Segurança	8	72.7	3	27.3
Conforto	8	72.7	3	27.3
Ergonomia	6	54.5	5	45.5
Multifuncionalidade	9	81.8	2	18.2
Integração	11	100.0	-	0.0

Gráfico 3
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *funcionalidade e segurança*

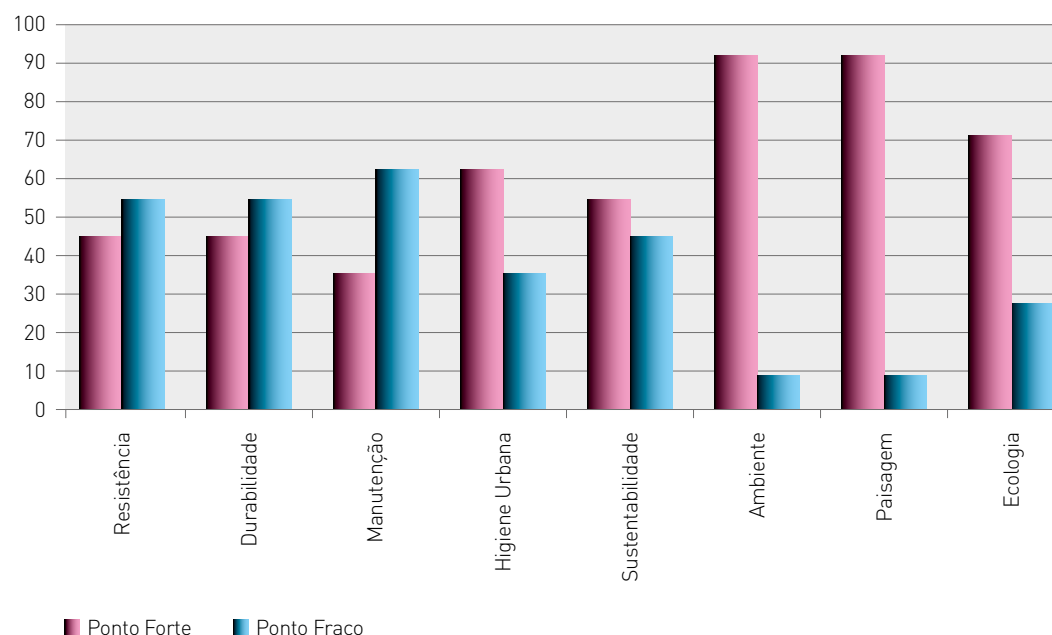


Quanto ao *ambiente e sustentabilidade*¹²⁹ regista-se que 90.9% dos responsáveis consideraram como *ponto forte* os elementos e valores referentes ao *ambiente* e à *paisagem*, seguidos da *ecologia* que recolheu 72.7% das opiniões positivas. Constatase ainda que a maioria dos inquiridos considerou como *ponto fraco* a *resistência*, a *durabilidade* e a *manutenção*.

Tabela 14
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *ambiente e sustentabilidade*

Ambiente e sustentabilidade	Ponto Forte		Ponto Fraco	
	n	%	n	%
Resistência	5	45.5	6	54.5
Durabilidade	5	45.5	6	54.5
Manutenção	4	36.4	7	63.6
Higiene urbana	7	63.6	4	36.4
Sustentabilidade	6	54.5	5	45.5
Ambiente	10	90.9	1	9.1
Paisagem	10	90.9	1	9.1
Ecologia	8	72.7	3	27.3

Gráfico 4
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *ambiente e sustentabilidade*



De registrar a expressiva opinião dos inquiridos relativamente à área *espaço público e identidade*¹³⁰, em relação à qual todos os responsáveis consideraram como *ponto forte* o *espaço público* e a *inclusividade* (100%).

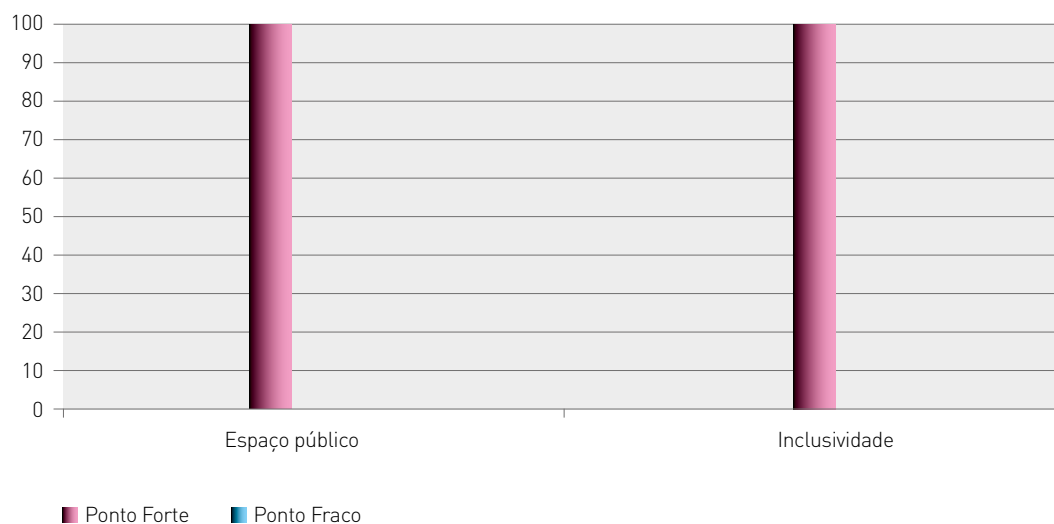


Tabela 15

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *espaço público e identidade*

Espaço público e identidade	Ponto Forte		Ponto Fraco	
	n	%	n	%
Espaço público	11	100.0	-	0.0
Inclusividade	11	100.0	-	0.0

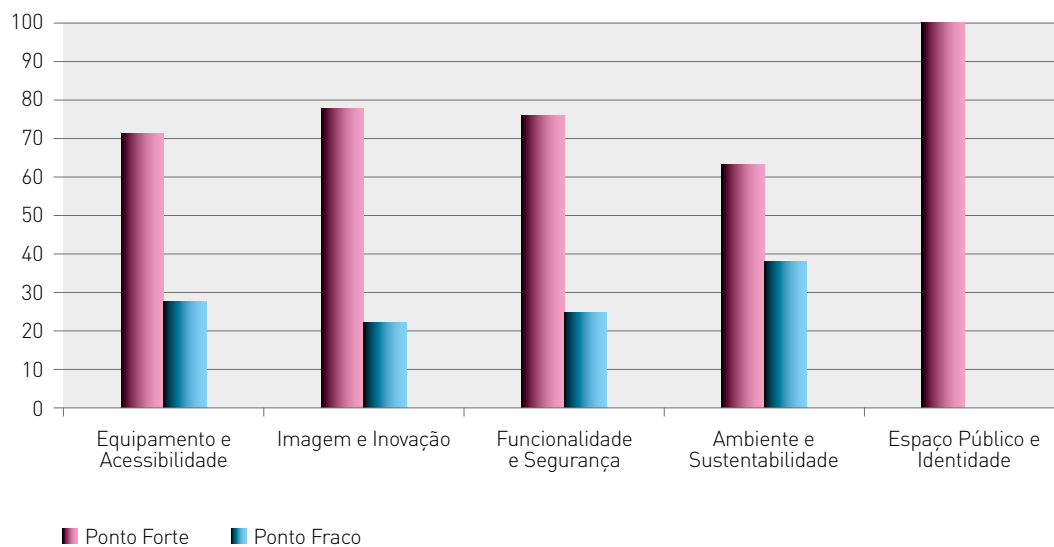
Gráfico 5

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *espaço público e identidade*

A análise global de cada uma das cinco áreas permitiu obter os resultados que apresentamos no Gráfico 6, o qual comprova que, em média, todas as áreas foram consideradas como *pontos fortes*, destacando-se o *espaço público e identidade* (100.0%), a *imagem e inovação* (78.2%), a *funcionalidade e segurança* (76.3%) e o *equipamento e acessibilidade* (71.6%).

Gráfico 6

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – avaliação por área



7.6.2 Responsável do Programa Polis de Coimbra – análise descritiva dos resultados do Questionário R/T – PP 05

A visão integradora do responsável do Programa Polis de Coimbra, por parte da autarquia local, determinou que se administrasse um questionário a partir do qual ficassem claras algumas das suas opiniões e representações acerca do Programa na cidade, e se permitisse ainda a comparação daquelas opiniões e representações com as de outros participantes na recolha de informação.

Da análise dos resultados obtidos e no que respeita aos *antecedentes do Programa Polis*¹³¹, o inquirido mostrou concordância com o facto de na zona de intervenção se assistir a *processos de degradação do património histórico-cultural*, se verificarem *sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado*, o que de algum modo constituíam factores de *desvalorização da componente ambiental da cidade*.

Revelou, ainda, a sua concordância relativamente à carência local *de um design promotor da inovação e renovação do espaço público*, o que se repercutia em *espaços e/ou infraestruturas técnicas e sociais* de fraca qualidade, e se reflectiria na pouca atractividade e *limitada frequência social* daquela zona da cidade.

Quanto às restantes afirmações, o inquirido manifestou a sua neutralidade de opinião.

Quadro 17

CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS

Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra

Na fase anterior ao Programa Polis verifica(m)-se:	Responsável do Programa Polis de Coimbra
1.1 Processos de degradação do património histórico-cultural	Concordo
1.2 Sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado	Concordo
1.3 A desqualificação de elementos marcantes da paisagem urbana	Nem discordo Nem concordo
1.4 A desvalorização da componente ambiental da cidade	Concordo
1.5 A quase inexistência de projectos de requalificação do património histórico subjacente à participação do design	Nem discordo Nem concordo
1.6 A ausência de projectos de valorização do património natural e/ou naturalizado que implicassem a participação do design	Nem discordo Nem concordo
1.7 A carência de um design promotor da inovação e renovação do espaço público	Concordo
1.8 Espaços e/ou infraestruturas técnicas e sociais com fraca solução de design	Concordo
1.9 Lugares da cidade pouco atractivos e com limitada frequência social	Concordo
1.10 Focos de degradação da qualidade de vida sócio-urbana	Nem discordo Nem concordo
1.11 Limitada intervenção crítica dos cidadãos relativamente à sua cidade	Nem discordo Nem concordo
1.12 Desqualificação global de contextos da cidade física, simbólica e social	Nem discordo Nem concordo

Quanto aos contributos do Programa Polis para a melhoria dos espaços de intervenção¹³², o responsável de Coimbra manifesta a sua total concordância com a maioria das afirmações apresentadas e a sua concordância com as restantes, o que atesta do nível de positividade da intervenção na opinião da entidade que representa.

¹³¹ Quadro 17

¹³² Quadro 18



Quadro 18
CIDADE DE COIMBRA E PROGRAMA POLIS
Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra

O Programa Polis contribuiu para:	Responsável do Programa Polis de Coimbra
2.1 Desenvolver operações de (re)qualificação do património histórico-cultural	Concordo
2.2 Promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade	Concordo totalmente
2.3 Favorecer a requalificação paisagística da cidade e a sua usufruição	Concordo totalmente
2.4 Promover o património histórico e/ou natural e a sua reintegração na cidade	Concordo totalmente
2.5 Implementar projectos de intervenção em contextos patrimoniais marcantes, tendo subjacente a participação do design	Concordo
2.6 Concretizar projectos de intervenção em contextos naturais e/ou naturalizados, que impliquem o recurso a soluções de design	Concordo totalmente
2.7 Propiciar a melhoria da qualidade urbana e da imagem da cidade com o contributo do design	Concordo
2.8 Desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a multifuncionalidade de espaços e objectos da cidade	Concordo totalmente
2.9 Implementar iniciativas e fomentar dinâmicas de revitalização da cidade	Concordo totalmente
2.10 Melhorar a qualidade de vida na cidade	Concordo totalmente
2.11 Humanizar a cidade através da (re)criação de novos espaços de inclusão, sociabilidade e civilidade	Concordo totalmente
2.12 Valorizar novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas do espaço público	Concordo totalmente

Comparando as opiniões relativas às fases anterior e posterior do Programa Polis¹³³, registamos que o inquirido sublinha os seguintes contributos: promoção e *(re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade*, favorecimento da *requalificação ambiental e paisagística da cidade*, promoção do *património histórico e/ou natural e a sua reintegração na cidade*, desenvolvimento de *acções e materialização de soluções de design que melhoraram a multifuncionalidade de espaços e objectos da cidade*, implementação de *iniciativas e fomento de dinâmicas de revitalização da cidade*.

Quadro 19
ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA
Comparação das opiniões do responsável do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa

Na fase anterior ao Programa Polis verificava(m)-se:	O Programa Polis contribuiu para:
Sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado	Promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade
A desqualificação de elementos marcantes da paisagem urbana	Favorecer a requalificação ambiental e paisagística da cidade
A desvalorização da componente ambiental da cidade	Promover o património histórico e/ou natural e a sua reintegração na cidade
Espaços e/ou infraestruturas técnicas e sociais com fraca solução de design	Desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a multifuncionalidade de espaços e objectos da cidade
Lugares da cidade pouco atractivos e com limitada frequência social	Implementar iniciativas e fomentar dinâmicas de revitalização da cidade

Questionado sobre a presença do design nos contextos do Programa Polis de Coimbra¹³⁴, o responsável concorda totalmente com as afirmações, *participando na (re)criação de espaços com uma forte componente ecológica, contribuindo para a (re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos do património urbano, determinando soluções que contribuem para a dignificação e conservação patrimonial da cidade, estabelecendo uma nova cultura de diálogo entre elementos dos patrimónios antigo e contemporâneo, promovendo o desenvolvimento e materialização de equipamentos e ambientes utilizáveis por todos, promovendo soluções que valorizam a acessibilidade e mobilidade urbanas e influenciando ou determinando o uso e apropriação cívica e colectiva do espaço público*, e manifesta concordância com as restantes afirmações.

Quadro 20

DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA

Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra

O design está presente nos contextos do Programa Polis:	Responsável do Programa Polis de Coimbra
3.1 Contribuindo para a (re)qualificação do património histórico-cultural	Concordo
3.2 Participando na (re)criação de espaços com uma forte componente ecológica	Concordo totalmente
3.3 Contribuindo para a (re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos do património urbano	Concordo totalmente
3.4 Revelando contributos técnicos e/ou atributos estéticos para a renovação do espaço público	Concordo
3.5 Determinando soluções que contribuem para a dignificação e conservação patrimonial da cidade	Concordo totalmente
3.6 Materializando soluções ecológicas que contribuem para o uso sustentável do património natural e/ou naturalizado	Concordo
3.7 Estabelecendo uma nova cultura de diálogo entre elementos dos patrimónios antigo e contemporâneo	Concordo totalmente
3.8 Promovendo o desenvolvimento e materialização de equipamentos e ambientes utilizáveis por todos	Concordo totalmente
3.9 Contribuindo para a existência de espaços e equipamentos destinados à cultura e ao lazer	Concordo
3.10 Promovendo soluções que valorizam a acessibilidade e mobilidade urbanas	Concordo totalmente
3.11 Influenciando ou determinando o uso e apropriação cívica e colectiva do espaço público	Concordo totalmente
3.12 Participando com novas referências materiais, simbólicas e estéticas nos espaços e objectos urbanos	Concordo

Quando comparados os resultados associados aos contributos do Programa Polis com os resultados decorrentes da presença do design nos espaços de intervenção, verificamos que o inquirido manifesta concordância com todas as afirmações, sendo contudo de destacar as afirmações constantes no Quadro 21 como aquelas em que reitera a sua total concordância em ambos os momentos da inquirição.

134 Quadro 20



Quadro 21

PROGRAMA POLIS DE COIMBRA E CONTRIBUTOS DO DESIGN

Comparação diferida da opinião do responsável do Programa Polis de Coimbra

O Programa Polis contribui para:	O design está presente no Programa Polis:
Promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade	Participando na (re)criação de espaços com uma forte componente ecológica
Favorecer a requalificação paisagística da cidade e a sua usufruição	Contribuindo para a (re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos do património urbano
Desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a multifuncionalidade de espaços e objectos da cidade	Promovendo o desenvolvimento e materialização de equipamentos e ambientes utilizáveis por todos
Melhorar a qualidade de vida na cidade	Promovendo soluções que valorizam a acessibilidade e mobilidade urbanas
Humanizar a cidade através da (re)criação de novos espaços de inclusão, sociabilidade e civilidade	Influenciando ou determinando o uso e apropriação cívica e colectiva do espaço público

Quanto aos reflexos do Programa Polis sobre os níveis identitários da zona de intervenção¹³⁵, o responsável revela a sua total concordância relativamente aos contributos para a *renovação ambiental e usufruição da natureza integrada na cidade*, para a promoção do *sentido de responsabilidade e o respeito pelos valores ambientais*, para a criação e/ou qualificação *de espaços e objectos do património natural ou naturalizado, com a participação do design*, para a geração de *novos usos, apropriações e reconhecimento dos lugares*, para a indução de *níveis superiores de participação cívica e ambição social sobre a cidade* - opiniões que culminam na promoção e fundação de *novas urbanidades através da qualificação da cidade física, simbólica e social*.

Quadro 22

IDENTIDADE – indutora do uso e apropriação dos lugares do Programa Polis

Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra

Na sequência das várias intervenções, o Programa Polis reforçou a identidade da cidade:	Responsáveis do Programa Polis de Coimbra
4.1 Promovendo e qualificando o património histórico e cultural	Nem discordo Nem concordo
4.2 Contribuindo para a renovação ambiental e usufruição da natureza integrada na cidade	Concordo totalmente
4.3 Recuperando e/ou valorizando elementos que constituem a imagem de marca da cidade	Concordo
4.4 Promovendo o sentido de responsabilidade e o respeito pelos valores ambientais	Concordo totalmente
4.5 Concretizando novos projectos de qualificação do património urbano, em que se reconhece a participação do design	Concordo

Na sequência das várias intervenções, o Programa Polis reforçou a identidade da cidade:	Responsáveis do Programa Polis de Coimbra
4.6 Criando e/ou qualificando espaços e objectos do património natural ou naturalizado, com a participação do design	Concordo totalmente
4.7 Contribuindo para a existência de novas estéticas e funcionalidades no espaço público, protagonizadas pelo design	Concordo
4.8 Promovendo dinâmicas interdisciplinares no desenvolvimento e concretização de soluções técnicas e estéticas com a participação do design	Concordo
4.9 Gerando novos usos, apropriações e reconhecimento dos lugares	Concordo totalmente
4.10 Concorrendo para a revitalização social e melhoria da qualidade de vida da cidade	Concordo
4.11 Induzindo níveis superiores de participação cívica e ambição social sobre a cidade	Concordo totalmente
4.12 Promovendo e fundando novas urbanidades através da qualificação da cidade física, simbólica e social	Concordo totalmente

Comparando a fase anterior ao Programa Polis e os contributos do Programa para o reforço da identidade da cidade, designadamente na zona da intervenção, verifica-se que o inquirido evolui de uma posição de concordância na primeira fase, para uma posição de total concordância com as afirmações enunciadas no Quadro 23, sendo que relativamente à generalidade das restantes afirmações revela também uma posição de concordância ou total concordância - posição diferenciada relativamente à fase anterior ao Programa, em que apresentava genericamente uma posição neutra.

Quadro 23

ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS E IDENTIDADE

Comparação das opiniões do responsável do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa

Na fase anterior ao Programa Polis verificava(m)-se:	Na sequência das várias intervenções, o Programa Polis reforçou a identidade da cidade:
Sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado	Contribuindo para a renovação ambiental e usufruição da natureza integrada na cidade
A desvalorização da componente ambiental da cidade	Promovendo o sentido de responsabilidade e o respeito pelos valores ambientais
Lugares da cidade pouco atractivos e com limitada frequência social	Gerando novos usos, apropriações e reconhecimento dos lugares

Questionado sobre a sua opinião relativamente aos *elementos e valores de design* presentes nos espaços Polis de Coimbra¹³⁶, verificamos que os avalia na generalidade como pontos fortes, à excepção da *iluminação urbana*, do *cromatismo*, da *segurança*, da *durabilidade* e da *manutenção*.

136 Quadro 24



Quadro 24

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA

Opinião de responsável do Programa Polis de Coimbra

ÁREA	Elementos e valores de design	Responsável do Programa Polis de Coimbra
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano	Ponto forte
	Iluminação urbana	Ponto fraco
	Equipamento lúdico	Ponto forte
	Sinalética	Ponto forte
	Informação	Ponto forte
	Acessibilidades	Ponto forte
	Equipamento técnico	Ponto forte
	Monitorização ambiental	Ponto forte
IMAGEM E INOVAÇÃO	Pavimentos	Ponto forte
	Imagem	Ponto forte
	Estética	Ponto forte
	Inovação	Ponto forte
	Renovação	Ponto forte
	Diversidade	Ponto forte
	Textura(s)	Ponto forte
	Cromatismo	Ponto fraco
	Materiais	Ponto forte
	Legibilidade	Ponto forte
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança	Ponto fraco
	Conforto	Ponto forte
	Ergonomia	Ponto forte
	Multifuncionalidade	Ponto forte
	Integração	Ponto forte
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência	Ponto forte
	Durabilidade	Ponto fraco
	Manutenção	Ponto fraco
	Higiene urbana	Ponto forte
	Sustentabilidade	Ponto forte
	Ambiente	Ponto forte
	Paisagem	Ponto forte
	Ecologia	Ponto forte
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público	Ponto forte
	Inclusividade	Ponto forte

7.6.3 Projectistas dos planos de pormenor do Programa Polis de Coimbra – análise descritiva dos resultados do Questionário P – PP 05

A administração de um questionário¹³⁷ aos dois projectistas dos *planos de pormenor* do Programa Polis de Coimbra foi considerada relevante pela sua percepção do território a intervir e pelas soluções que defenderam para os espaços inscritos em cada um dos planos.

Dada a dimensão reduzida da amostra, considerou-se apenas a realização de uma análise descritiva dos resultados decorrentes das respostas obtidas.

Assim, no que se refere aos antecedentes do Programa¹³⁸, ambos tenderam a *concordar* ou a *concordar totalmente* com o facto de na zona de intervenção existirem processos *de degradação do património histórico-cultural, sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado, a desvalorização da paisagem e ambiente*, pouca atractividade e uma *limitada frequência social*, bem como *focos de degradação da qualidade de vida sócio-urbana* - quanto às restantes afirmações, verificaram-se opiniões diferenciadas.

Quadro 25

CIDADE DE COIMBRA E ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS

Opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor

No âmbito dos projectos que realizou para os espaços integrados no Programa Polis de Coimbra e na fase prévia à sua implementação, verificou/constatou:	Projectista A	Projectista B
1.1 Processos de degradação do património histórico-cultural	Concordo	Concordo
1.2 Sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado	Concordo	Concordo totalmente
1.3 A desvalorização da paisagem e ambiente da zona ribeirinha da cidade	Concordo	Concordo totalmente
1.4 A quase inexistência de projectos de requalificação do património histórico tendo subjacente a participação do design	Nem discordo Nem concordo	Concordo totalmente
1.5 A ausência de projectos de valorização do património natural e/ou naturalizado que implicassem a participação do design	Nem discordo Nem concordo	Concordo totalmente
1.6 Espaços e/ou infraestruturas técnicas e sociais com fracas soluções de design	Nem discordo Nem concordo	Concordo totalmente
1.7 Uma zona pouco atractiva e com limitada frequência social	Concordo	Concordo totalmente
1.8 Focos de degradação da qualidade de vida sócio-urbana local	Concordo	Concordo totalmente
1.9 Limitada intervenção crítica dos cidadãos relativamente à sua cidade	Nem discordo Nem concordo	Concordo

Quanto aos contributos do Programa Polis¹³⁹, os projectistas manifestaram concordância e/ou total concordância com todas as afirmações, à excepção da afirmação que apontava para a implementação de *projectos de intervenção nesta zona histórica e patrimonial da cidade, tendo subjacente a participação do design*, que mereceu a concordância do projectista B e uma posição neutra do projectista A.

137 Questionário P-PP 05 - Anexo 35

138 Quadro 25

139 Quadro 26



Quadro 26
CIDADE DE COIMBRA E O PROGRAMA POLIS
Opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor

Considera que na sequência da concretização dos seus projectos, o Programa Polis terá contribuído para:	Projectista A	Projectista B
2.1 Desenvolver operações de (re)qualificação do património histórico-cultural local	Concordo totalmente	Concordo
2.2 Promover a (re)valorização do património natural e naturalizado da cidade	Concordo	Concordo totalmente
2.3 Favorecer a requalificação ambiental e paisagística da cidade	Concordo totalmente	Concordo
2.4 Implementar projectos de intervenção nesta zona histórica e patrimonial da cidade, tendo subjacente a participação do design	Nem discordo Nem concordo	Concordo
2.5 Concretizar projectos de intervenção em contextos naturais e/ou naturalizados que implicaram o recurso a soluções de design	Concordo totalmente	Concordo
2.6 Desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a utilização e a multifuncionalidade de espaços e objectos	Concordo	Concordo totalmente
2.7 Humanizar a cidade através da (re)criação de novos espaços de inclusão, sociabilidade e civilidade	Concordo totalmente	Concordo totalmente
2.8 Desenvolver soluções que melhoraram a qualidade de vida local	Concordo totalmente	Concordo totalmente
2.9 Valorizar novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas no espaço público	Concordo totalmente	Concordo totalmente

Na comparação das fases anterior e posterior ao Programa Polis¹⁴⁰, verifica-se uma compatibilidade de opiniões entre as diferentes fases, sendo de registar que ambos os projectistas consideraram que o Programa permitiu concretizar *projectos de intervenção em contextos naturais e/ou naturalizados que implicaram o recurso a soluções de design*, bem como *desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a utilização e a multifuncionalidade de espaços e objectos*.

Quadro 27
ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA
Comparação das opiniões dos projectistas do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa

Na fase anterior ao Programa Polis verificava(m)-se:	O Programa Polis contribuiu para:
Processos de degradação do património histórico-cultural	Desenvolver operações de (re)qualificações do património histórico-cultural
Sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado	Promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade
A desvalorização da paisagem e ambiente da zona ribeirinha da cidade	Favorecer a requalificação ambiental e paisagística da cidade
Uma zona pouco atractiva e com limitada frequência social	Humanizar a cidade através da (re)criação de novos espaços de inclusão, sociabilidade e civilidade
Focos de degradação da qualidade de vida sócio-urbana local	Desenvolver soluções que melhoraram a qualidade de vida local

140 Quadro 27

Quando analisadas as respostas sobre a presença e contributos positivos do design no âmbito do Programa Polis de Coimbra¹⁴¹, os projectistas concordaram e/ou concordaram totalmente com todas as afirmações sujeitas a avaliação, à excepção do seu contributo para a *utilização cívica e preservação dos espaços naturais e naturalizados*, a *(re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos do património urbano local*, e ainda a sua participação com *soluções para a requalificação e revalorização do património histórico-cultural*, que mereceram a concordância total do projectista B e uma posição neutra do projectista A.

Quadro 28

DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA

Opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor

Considerando a intervenção realizada, o design está presente nos contextos do Programa Polis:	Projectista A	Projectista B
3.1 Contribuindo com soluções para a requalificação e revalorização do património histórico-cultural	Nem discordo Nem concordo	Concordo totalmente
3.2 Participando no equipamento de espaços integrados no património natural e/ou naturalizado	Concordo totalmente	Concordo totalmente
3.3 Contribuindo para a (re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos do património urbano local	Nem discordo Nem concordo	Concordo totalmente
3.4 Promovendo a inovação e a renovação da zona com novas soluções técnicas e estéticas	Concordo	Concordo
3.5 Contribuindo para a utilização cívica e preservação dos espaços naturais e/ou naturalizados	Nem discordo Nem concordo	Concordo totalmente
3.6 Contribuindo para a existência de espaços acessíveis e utilizáveis por todos	Concordo	Concordo totalmente
3.7 Influenciando ou determinando o uso e apropriação colectivas do espaço público	Concordo totalmente	Concordo totalmente
3.8 Concebendo espaços e objectos destinados às necessidades e vivências locais da população	Concordo	Concordo totalmente
3.9 Participando com novas referências materiais, simbólicas e estéticas nos espaços e objectos urbanos	Concordo	Concordo

Comparando os contributos do Programa Polis e a participação positiva do design nos respectivos contextos¹⁴², verifica-se que os projectistas manifestaram concordância e/ou total concordância com as diferentes afirmações, o que permite inferir dos contributos positivos do design para a concretização do Programa.

Quadro 29

PROGRAMA POLIS DE COIMBRA E CONTRIBUTOS DO DESIGN

Comparação da opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor

O Programa Polis contribuiu para:	O design está presente nos contextos do Programa Polis:
Promover a (re)valorização do património natural e/ou naturalizado da cidade	Participando no equipamento de espaços integrados no património natural e/ou naturalizado
Desenvolver acções e materializar soluções de design que melhoraram a utilização e a multifuncionalidade de espaços e objectos	Contribuindo para a existência de espaços acessíveis e utilizáveis por todos
Humanizar a cidade através da (re)criação de novos espaços de inclusão, sociabilidade e civilidade	Influenciando ou determinando o uso e apropriação colectivas do espaço público

¹⁴¹ Quadro 28

¹⁴² Quadro 29



O Programa Polis contribuiu para:	O design está presente nos contextos do Programa Polis:
Desenvolver soluções que melhoraram a qualidade de vida local	Concebendo espaços e objectos destinados às necessidades e vivências locais da população
Valorizar novas dimensões funcionais, estéticas e simbólicas no espaço público	Participando com novas referências materiais, simbólicas e estéticas nos espaços e objectos urbanos

Quanto aos *elementos e valores de design*¹⁴³ é de sublinhar a avaliação positiva relativamente à sua maioria, havendo divergência relativamente ao *equipamento*, aos *pavimentos*, à *monitorização ambiental*, ao *cromatismo*, à *segurança*, à *durabilidade* e à *higiene urbana* - sendo de salientar ainda que ambos os projectistas consideraram como ponto fraco a *informação*.

Quadro 30

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA

Opinião dos projectistas dos Planos de Pormenor

ÁREA	Elementos e valores de design	Projectista A	Projectista B
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano	Ponto forte	Ponto forte
	Iluminação urbana	Ponto forte	Ponto forte
	Equipamento (culturais, lúdicos e desportivos)	Ponto forte	Ponto fraco
	Sinalética	Ponto forte	Ponto forte
	Informação	Ponto fraco	Ponto fraco
	Acessibilidades	Ponto forte	Ponto forte
	Equipamento técnico	Ponto forte	Ponto forte
	Monitorização ambiental	Ponto forte	Ponto fraco
IMAGEM E INOVAÇÃO	Pavimentos	Ponto fraco	Ponto forte
	Imagem	Ponto forte	Ponto forte
	Estética	Ponto forte	Ponto forte
	Inovação	Ponto forte	Ponto forte
	Renovação	Ponto forte	Ponto forte
	Diversidade	Ponto forte	Ponto forte
	Textura(s)	Ponto forte	Ponto forte
	Cromatismo	Ponto fraco	Ponto forte
	Materiais	Ponto forte	Ponto forte
	Legibilidade	Ponto forte	Ponto forte
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança	Ponto fraco	Ponto forte
	Conforto	Ponto forte	Ponto forte
	Ergonomia	Ponto forte	Ponto forte
	Multifuncionalidade	Ponto forte	Ponto forte
	Integração	Ponto forte	Ponto forte
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência	Ponto forte	Ponto forte
	Durabilidade	Ponto fraco	Ponto forte
	Manutenção	Ponto forte	Ponto forte
	Higiene urbana	Ponto fraco	Ponto forte
	Sustentabilidade	Ponto forte	Ponto forte
	Ambiente	Ponto forte	Ponto forte
	Paisagem	Ponto forte	Ponto forte
	Ecologia	Ponto forte	Ponto forte
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Espaço público	Ponto forte	Ponto forte
	Inclusividade	Ponto forte	Ponto forte

7.6.4 Utilizadores do Programa Polis de Coimbra – caracterização sócio-demográfica e académica

O estudo contou também com a colaboração de 415 utilizadores dos espaços integrados no Programa Polis de Coimbra, sendo que, conforme enunciado na Tabela 16 e relativamente às características sócio-demográficas, 30.6% se situavam no escalão etário dos 31 aos 45 anos, seguidos de 29.6% dos utilizadores que se situavam entre os 46 e os 60 anos de idade, e de 20.7% situados no escalão etário dos 16 aos 30 anos.

A maioria dos utilizadores, concretamente 53.0%, era do género feminino, cuja maioria (52.3%) possuía formação académica de nível superior, seguindo-se 41.4% dos inquiridos que possuíam como habilitação académica o ensino secundário e 6.3% portadores de habilitação ao nível do ensino básico.

Os 415 utilizadores que colaboraram no estudo constituem uma amostra representativa da população de Coimbra, com um grau de confiança de 95% e um erro máximo de 4.8%.

Tabela 16
CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DOS UTENTES

Características sócio-demográficas	n	%
Escalão etário		
16 a 30 anos	86	20.7
31 a 45 anos	127	30.6
46 a 60 anos	123	29.6
Superior a 60 anos	79	19.0
Género		
Masculino	195	47.0
Feminino	220	53.0
Formação académica		
Ensino Básico	26	6.3
Ensino Secundário	172	41.4
Ensino Superior	217	52.3

7.6.4.1 QUESTIONÁRIO U – PP 05 – análise descritiva e inferencial dos resultados

Quando solicitada a opinião dos inquiridos sobre a fase e estado anteriores dos espaços intervencionados no âmbito do Programa Polis de Coimbra¹⁴⁴, verifica-se que a maioria concordou com o facto de se assistir a *processos de degradação do património histórico local* (51.3%) e à *existência de espaços e equipamentos pouco qualificados* (51.8%). Entre a concordância e a concordância total relativamente à afirmação, *sinais de abandono do rio Mondego e das suas margens*, estiveram 48.7% e 41.9% dos inquiridos respectivamente, a *desvalorização paisagística e ambiental da zona ribeirinha da cidade*, (44.6% e 43.6%), a *quase inexistência de projectos de intervenção no património histórico*, (48.2% e 30.4%), a *ausência de projectos de valorização dos espaços naturais e naturalizados*, (48.4% e 34.5%), *uma zona pouco atractiva com limitada frequência social*, (42.7% e 43.4%), *focos de degradação da qualidade de vida urbana local*, (47.2% e 32.0%), e *limitada intervenção crítica dos cidadãos relativamente à*

144 Tabela 17



cidade, (42.2% e 24.3%) - sendo portanto clara a opinião negativa dos inquiridos sobre o estado e a situação dos espaços em que hoje se insere o Programa Polis de Coimbra.

De referir ainda que os utilizadores tenderam a concordar de forma evidente com as afirmações, *sinais de abandono do rio Mondego e das suas margens*, ($\bar{X} = 4.30$), *desvalorização paisagística e ambiental da zona ribeirinha da cidade*, ($\bar{X} = 4.28$) e *zona pouco atractiva com limitada frequência social*, ($\bar{X} = 4.25$). Embora concordando, regista-se uma concordância menor quando se referem os *focos de degradação da qualidade de vida urbana local* ($\bar{X} = 4.07$), *a quase inexistência de projectos de intervenção no património histórico* ($\bar{X} = 4.05$) e *a limitada intervenção crítica dos cidadãos relativamente à cidade*, ($\bar{X} = 3.83$).

Tabela 17

ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA

Opinião de utilizadores de espaços e equipamentos do Programa

Na fase anterior ao Programa Polis de Coimbra verificava(m)-se:		DT	D	ND/NC	C	CT	$\bar{X}$
1.1 Processos de degradação do património histórico local.	n	4	11	41	213	146	4.17
	%	1.0	2.7	9.9	51.3	35.2	
1.2 Sinais de abandono do rio Mondego e das suas margens.	n	2	8	29	202	174	4.30
	%	0.5	1.9	7.0	48.7	41.9	
1.3 A desvalorização paisagística e ambiental da zona ribeirinha da cidade.	n	5	6	37	160	181	4.28
	%	1.2	1.4	8.9	44.6	43.6	
1.4 A quase inexistência de projectos de intervenção no património histórico.	n	4	7	78	200	126	4.05
	%	1.0	1.7	18.8	48.2	30.4	
1.5 A ausência de projectos de valorização dos espaços naturais e/ou naturalizados.	n	2	10	59	201	143	4.14
	%	0.5	2.4	14.2	48.4	34.5	
1.6 A existência de espaços e equipamentos pouco qualificados.	n	3	6	42	215	149	4.21
	%	0.7	1.4	10.1	51.8	35.9	
1.7 Uma zona pouco atractiva com limitada frequência social.	n	3	14	41	177	180	4.25
	%	0.7	3.4	9.9	42.7	43.4	
1.8 Focos de degradação da qualidade de vida urbana local.	n	2	13	71	196	133	4.07
	%	0.5	3.1	17.1	47.2	32.0	
1.9 Limitada intervenção crítica dos cidadãos relativamente à cidade.	n	3	25	111	175	101	3.83
	%	0.7	6.0	26.7	42.2	24.3	

Legenda: DT – Discordo totalmente D – Discordo ND/NC – Nem discordo/Nem concordo C – Concordo CT – Concordo totalmente

Da análise dos resultados relativos aos contributos do Programa Polis de Coimbra¹⁴⁵ para a qualificação e valorização do espaço urbano em causa, consta que a maioria dos utilizadores concordou totalmente com o facto de o Programa *valorizar a paisagem e ambiente da cidade* (55.7%) e *atrair a população e gerar novos usos e apropriações dos espaços da zona ribeirinha* (56.6%). Concordaram, ainda, com o facto de se ter contribuído para *requalificar o património histórico da zona ribeirinha* (50.1%), *se recuperar e reintegrar o património natural e naturalizado na cidade* (52.0%), *se implementar projectos de requalificação nesta zona histórica e patrimonial* (56.1%), *se concretizar projectos de intervenção nas margens do Rio Mondego, criando novos espaços naturalizados* (50.4%) e *se gerar maior exigência e ambição nos cidadãos*

relativamente à qualidade dos espaços da cidade (56.6%). Nas afirmações referentes à dotação da zona com espaços e equipamentos destinados à animação, cultura e lazer e à promoção da melhoria da qualidade de vida local, os utilizadores dividiram as suas opiniões entre a concordância total e a concordância, resultados que evidenciam claramente a opinião muito favorável sobre os benefícios que o Programa Polis trouxe para a cidade em geral e para a zona de intervenção em particular.

Em termos médios, os utilizadores tenderam a concordar mais com os efeitos de valorização da paisagem e ambiente da cidade ($\bar{X} = 4.50$), de atracção da população e de geração de novos usos e apropriações dos espaços da zona ribeirinha ($\bar{X} = 4.50$) e com a dotação da zona com espaços e equipamentos destinados à animação, cultura e lazer ($\bar{X} = 4.42$). Sob uma concordância igualmente expressiva mas ligeiramente menor, refira-se a recuperação e reintegração do património natural e naturalizado na cidade ($\bar{X} = 4.33$), a implementação de projectos de requalificação nesta zona histórica e patrimonial ($\bar{X} = 4.26$) e a geração de maior exigência e ambição nos cidadãos relativamente à qualidade dos espaços da cidade ($\bar{X} = 4.06$).

Tabela 18

COIMBRA E PROGRAMA POLIS

Opinião de utilizadores de espaços e equipamentos do Programa

O Programa Polis de Coimbra contribuiu para:		DT	D	ND/ NC	C	CT	$\bar{X}$
2.1 Requalificar o património histórico da zona ribeirinha.	n	3	5	17	206	182	4.35
	%	0.7	1.2	4.1	50.1	43.9	
2.2 Recuperar e reintegrar o património natural e/ou naturalizado na cidade.	n	3	6	15	216	175	4.33
	%	0.7	1.4	3.6	52.0	42.2	
2.3 Valorizar a paisagem e ambiente da cidade.	n	2	3	11	168	231	4.50
	%	0.5	0.7	2.7	40.5	55.7	
2.4 Implementar projectos de requalificação nesta zona histórica e patrimonial.	n	1	1	34	233	148	4.26
	%	0.2	0.2	8.2	56.1	35.2	
2.5 Concretizar projectos de intervenção nas margens do rio Mondego, criando novos espaços naturalizados.	n	1	9	15	209	181	4.35
	%	0.2	2.2	3.6	50.4	43.6	
2.6 Dotar a zona com espaços e equipamentos destinados à animação, cultura e lazer.	n	1	7	15	187	205	4.42
	%	0.2	1.7	3.6	45.1	49.4	
2.7 Atrair a população e gerar novos usos e apropriações dos espaços da zona ribeirinha.	n	2	1	18	159	235	4.50
	%	0.5	0.2	4.3	38.3	56.6	
2.8 Promover a melhoria da qualidade de vida local.	n	2	4	20	194	186	4.34
	%	0.5	1.0	7.0	46.7	44.8	
2.9 Gerar maior exigência e ambição nos cidadãos relativamente à qualidade dos espaços da cidade.	n	2	8	75	210	120	4.06
	%	0.5	1.9	18.1	56.6	28.9	
Legenda: DT – Discordo totalmente D – Discordo ND/NC – Nem discordo/Nem concordo C – Concordo CT – Concordo totalmente							

Comparando as opiniões dos utilizadores relativas à fase anterior ao Programa Polis com os contributos positivos que este Programa trouxe para a cidade de Coimbra, constata-se e sublinha-se a existência de diferenças altamente significativas ($p < 0.001$) nas respostas dadas pelos utilizadores à quase totalidade dos conteúdos das afirmações que lhes foram apresentadas, o que merece referência particular e será tido em conta na discussão dos resultados.



Tabela 19

ANTECEDENTES E CONTRIBUTOS DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA

Comparação das opiniões de utilizadores do Programa na fase anterior e na fase posterior de implementação do Programa

Na fase anterior ao Programa Polis de Coimbra verificava(m)-se:	O Programa Polis de Coimbra contribuiu para:	p
Processos de degradação do património histórico local.	Requalificar o património histórico da zona ribeirinha.	<0.001
A desvalorização paisagística e ambiental da zona ribeirinha da cidade.	Valorizar a paisagem e ambiente da cidade.	<0.001
A quase inexistência de projectos de intervenção no património histórico.	Implementar projectos de requalificação nesta zona histórica e patrimonial.	<0.001
A ausência de projectos de valorização dos espaços naturais e/ou naturalizados.	Concretizar projectos de intervenção nas margens do rio Mondego, criando novos espaços naturalizados.	<0.001
A existência de espaços e equipamentos pouco qualificados.	Dotar a zona com espaços e equipamentos destinados à animação, cultura e lazer.	<0.001
Uma zona pouco atractiva com limitada frequência social.	Atrair a população e gerar novos usos e apropriações dos espaços da zona ribeirinha.	<0.001
Focos de degradação da qualidade de vida urbana local.	Promover a melhoria da qualidade de vida local.	<0.001
Limitada intervenção crítica dos cidadãos relativamente à cidade.	Gerar maior exigência e ambição nos cidadãos relativamente à qualidade dos espaços da cidade.	<0.001

Quanto à presença do design nos contextos do Programa Polis de Coimbra¹⁴⁶, verifica-se que a maioria dos utilizadores, tendeu a concordar com todas as afirmações apresentadas, assistindo-se a uma variação percentual de 67.7% relativa à afirmação, *participando no equipamento de espaços integrados no património natural e/ou naturalizado*, e 55.2% quanto à promoção da *inovação e renovação urbanas com novas soluções técnicas e estéticas*.

Tendo por referência os valores médios, foi possível ordenar as várias alternativas em função dos níveis de concordância e verificar que os utilizadores concordaram tendencialmente com as afirmações, *contribuindo para a transformação e valorização da imagem do espaço público local* ($\bar{X} = 4.17$), *fomentando a existência de espaços acessíveis e utilizáveis por todos* ($\bar{X} = 4.12$) e *desenvolvendo soluções que respeitam e promovem o património e a cultura da cidade* ($\bar{X} = 4.03$), e a concordar ligeiramente menos com as afirmações, *contribuindo para a utilização cívica e preservação dos espaços naturais e/ou naturalizados* ($\bar{X} = 3.94$), *contribuindo com soluções para a requalificação e revalorização do património histórico* ($\bar{X} = 3.92$) e *participando no equipamento de espaços integrados no património natural e/ou naturalizado* ($\bar{X} = 3.92$), o que traduz o reconhecimento da importância e participação do design por parte da população utilizadora.

Tabela 20
DESIGN E PROGRAMA POLIS DE COIMBRA
Opinião de utilizadores de espaços e equipamentos do Programa

O design está presente nos contextos do Programa Polis de Coimbra:		DT	D	ND/NC	C	CT	$\bar{X}$
3.1 Contribuindo com soluções para a requalificação e revalorização do património histórico	n	3	10	64	277	61	3.92
	%	0.7	2.4	15.4	66.7	14.7	
3.2 Participando no equipamento de espaços integrados no património natural e/ou naturalizado	n	4	11	60	281	59	3.92
	%	1.0	2.7	14.5	67.7	14.2	
3.3 Contribuindo para a transformação e valorização da imagem do espaço público local	n	3	7	34	244	127	4.17
	%	0.7	1.7	8.2	58.8	30.6	
3.4 Promovendo a inovação e a renovação urbanas com novas soluções técnicas e estéticas	n	3	10	67	229	106	4.02
	%	0.7	2.4	16.1	55.2	25.5	
3.5 Contribuindo para a utilização cívica e preservação dos espaços naturais e/ou naturalizados	n	1	17	68	247	82	3.94
	%	0.2	4.1	16.4	59.5	10.8	
3.6 Fomentando a existência de espaços acessíveis e utilizáveis por todos	n	1	13	42	240	119	4.12
	%	0.2	3.1	10.1	57.8	28.7	
3.7 Apresentando soluções que promovem a funcionalidade e a utilização de espaços e objectos	n	3	9	62	257	84	3.99
	%	0.7	2.2	14.9	61.9	20.2	
3.8 Concebendo espaços e objectos destinados às necessidades e vivências locais da população	n	3	10	69	250	83	3.96
	%	0.7	2.4	16.6	60.2	20.0	
3.9 Desenvolvendo soluções que respeitam e promovem o património e a cultura da cidade	n	3	8	55	258	91	4.03
	%	0.7	1.9	13.3	62.2	21.9	

Legenda: DT – Discordo totalmente D – Discordo ND/NC – Nem discordo/Nem concordo
C – Concordo CT – Concordo totalmente

Corroborando o que antes foi referido, salienta-se que a comparação entre os contributos do Programa Polis e a presença do design nos seus contextos em Coimbra traduz a existência de diferenças altamente significativas ($p < 0.001$) ao nível das respostas dadas perante as afirmações que constam da tabela seguinte, o que, na opinião dos utilizadores, comprova a importância do design nos contextos em análise.

Tabela 21
PROGRAMA POLIS DE COIMBRA E CONTRIBUTOS DO DESIGN
Comparação das opiniões de utilizadores de espaços e equipamentos do Programa

O Programa Polis de Coimbra contribuiu para:	O design está presente nos contextos do Programa Polis de Coimbra:	p
Requalificar o património histórico da zona ribeirinha.	Contribuindo com soluções para a requalificação e revalorização do património histórico	<0.001
Recuperar e reintegrar o património natural e/ou naturalizado na cidade.	Participando no equipamento de espaços integrados no património natural e/ou naturalizado	<0.001
Valorizar a paisagem e ambiente da cidade.	Contribuindo para a transformação e valorização da imagem do espaço público local	<0.001
Implementar projectos de requalificação nesta zona histórica e patrimonial.	Promovendo a inovação e a renovação urbanas com novas soluções técnicas e estéticas	<0.001
Concretizar projectos de intervenção nas margens do rio Mondego, criando novos espaços naturalizados.	Contribuindo para a utilização cívica e preservação dos espaços naturais e/ou naturalizados	<0.001
Dotar a zona com espaços e equipamentos destinados à animação, cultura e lazer.	Fomentando a existência de espaços acessíveis e utilizáveis por todos	<0.001



O Programa Polis de Coimbra contribuiu para:	O design está presente nos contextos do Programa Polis de Coimbra:	p
Atrair a população e gerar novos usos e apropriações dos espaços da zona ribeirinha.	Apresentando soluções que promovem a funcionalidade e a utilização de espaços e objectos	<0.001
Promover a melhoria da qualidade de vida local.	Concebendo espaços e objectos destinados às necessidades e vivências locais da população	<0.001

No âmbito alargado da avaliação de *elementos e valores de design*¹⁴⁷ aplicada aos espaços do Programa Polis de Coimbra, considera-se seguidamente um conjunto de resultados agrupados em áreas que incorporam a informação resultante da avaliação dos utilizadores.

Quanto aos *elementos e valores de design*, os utilizadores dos espaços do Programa Polis de Coimbra manifestam a sua opinião positiva relativamente à maioria daqueles elementos e valores, detalhando-se a análise nas tabelas e gráficos parciais adiante apresentados.

Tabela 22

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN DO PROGRAMA POLIS DE COIMBRA

Opinião de utilizadores de espaços e equipamentos do Programa

	Elementos e valores de design	Ponto Forte		Ponto Fraco		Sem opinião	
		n	%	n	%	n	%
EQUIPAMENTO E ACESSIBILIDADE	Mobiliário urbano	165	39.8	165	39.8	85	20.5
	Iluminação urbana	158	38.1	170	41.0	87	21.0
	Equipamentos	244	58.8	103	24.8	68	16.4
	Sinalética	114	27.5	171	41.2	130	31.3
	Informação	124	29.9	187	45.1	104	25.1
	Acessibilidades	319	76.9	61	14.7	35	8.4
IMAGEM E INOVAÇÃO	Pavimentos	231	55.7	109	26.3	75	18.1
	Imagem/Estética	312	75.2	47	11.3	56	13.5
	Inovação/Renovação	277	66.7	60	14.5	78	18.8
	Diversidade	225	54.2	100	24.1	90	21.7
	Texturas	146	35.2	106	25.5	163	39.3
	Cromatismo	211	50.8	100	24.1	104	25.1
	Materiais	167	40.2	108	26.0	140	33.7
FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA	Segurança	147	35.4	144	34.7	124	29.9
	Conforto/Ergonomia	196	47.2	105	25.3	114	27.5
	Funcionalidade/Multifuncionalidade	244	58.8	69	16.6	102	24.6
	Integração	252	60.7	70	16.9	93	22.4
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Resistência/Durabilidade	146	35.2	133	32.0	136	32.8
	Manutenção/Conservação	147	35.4	175	42.2	93	22.4
	Higiene urbana	197	47.5	139	33.5	79	19.0
	Sustentabilidade	255	61.4	53	12.8	107	25.8
	Ambiente	323	77.8	29	6.9	63	15.2
	Paisagem/Ecologia	346	83.4	34	8.2	35	8.4
	Espaço público	365	88.0	29	7.0	21	5.1
ESPAÇO PÚBLICO E IDENTIDADE	Inclusividade	317	76.4	44	10.6	54	13.0
	Níveis de uso e apropriação	325	78.3	36	8.7	54	13.0
	Responsabilidade social	186	44.8	114	27.5	115	27.7

Quanto à avaliação de elementos e valores de design dos espaços do Programa Polis de Coimbra, em termos de *equipamento e acessibilidade*¹⁴⁸, constatamos que, e tendo em conta os valores absolutos, apenas nos aspectos referentes a *acessibilidades* (76.9%) e aos *equipamentos* (58.8%), a maioria dos utilizadores manifestou a opinião de que eram pontos fortes. Nos restantes itens, e exceptuando o *mobiliário urbano*, em que, e se tivermos em conta os valores relativos, existe uma situação de empate, os utilizadores tenderam a considerar que eram pontos fracos, designadamente, a *iluminação urbana*, a *senalética* e a *informação*.

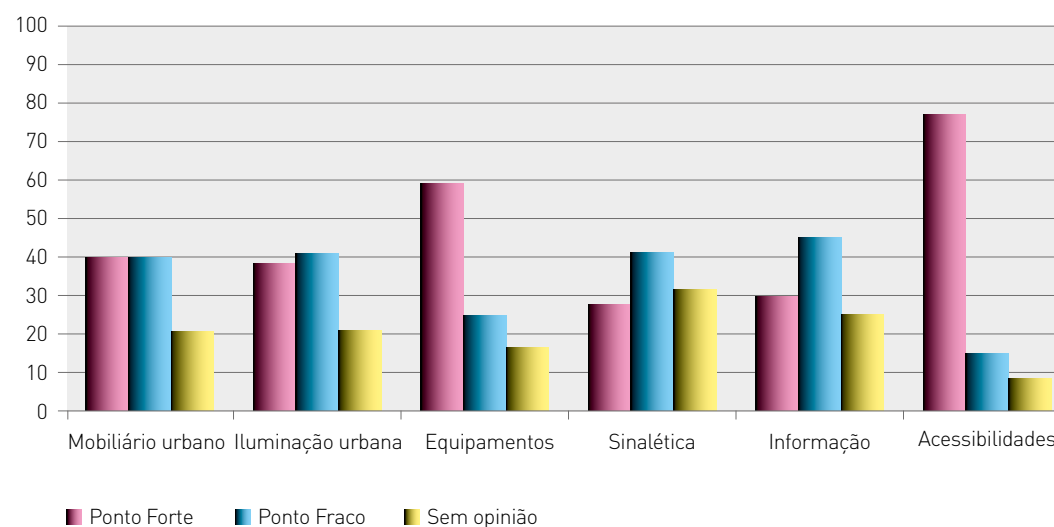
Tabela 23

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *equipamento e acessibilidade*

Equipamento e acessibilidade	Ponto Forte		Ponto Fraco		Sem opinião	
	n	%	n	%	n	%
Mobiliário urbano	165	39.8	165	39.8	85	20.5
Iluminação urbana	158	38.1	170	41.0	87	21.0
Equipamentos	244	58.8	103	24.8	68	16.4
Sinalética	114	27.5	171	41.2	130	31.3
Informação	124	29.9	187	45.1	104	25.1
Acessibilidades	319	76.9	61	14.7	35	8.4

Gráfico 7

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *equipamento e acessibilidade*



No que se refere aos elementos e valores da área *imagem e inovação*¹⁴⁹, verifica-se que a maioria dos utilizadores considerou como *pontos fortes* a *imagem/estética* (75.2%), a *inovação/renovação* (66.7%), *os pavimentos* (55.7%), a *diversidade* (54.2%) e o *cromatismo* (50.8%). Nos restantes pontos, *texturas* e *materiais*, registam-se apenas maiorias relativas na alternativa *ponto forte*.

148 Tabela 23 e Gráfico 7

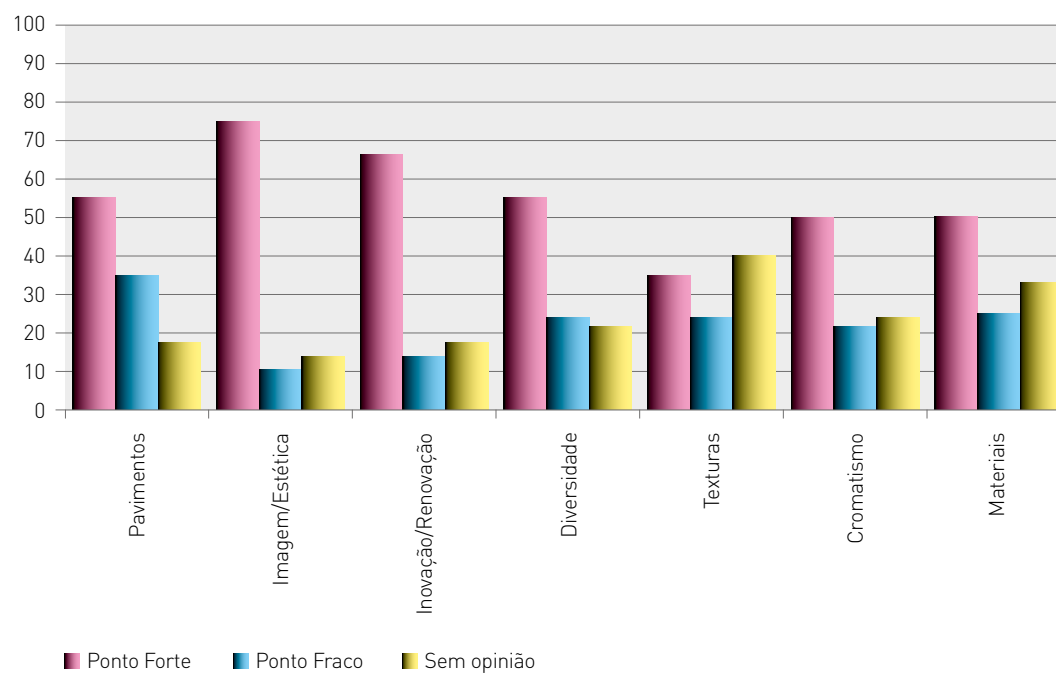
149 Tabela 24 e Gráfico 8



Tabela 24
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *imagem e inovação*

Imagem e inovação	Ponto Forte		Ponto Fraco		Sem opinião	
	n	%	n	%	n	%
Pavimentos	231	55.7	109	26.3	75	18.1
Imagem/Estética	312	75.2	47	11.3	56	13.5
Inovação/Renovação	277	66.7	60	14.5	78	18.8
Diversidade	225	54.2	100	24.1	90	21.7
Texturas	146	35.2	106	25.5	163	39.3
Cromatismo	211	50.8	100	24.1	104	25.1
Materiais	167	40.2	108	26.0	140	33.7

Gráfico 8
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *imagem e inovação*



Em termos de *funcionalidade e segurança*¹⁵⁰, e de acordo com os resultados apresentados, a *integração* e a *funcionalidade/multifuncionalidade* apresentam-se como *pontos fortes*, em termos de percentagem absoluta, com 60.7% e 58.8%, respectivamente, sendo que os restantes itens apresentam apenas maioria relativa.

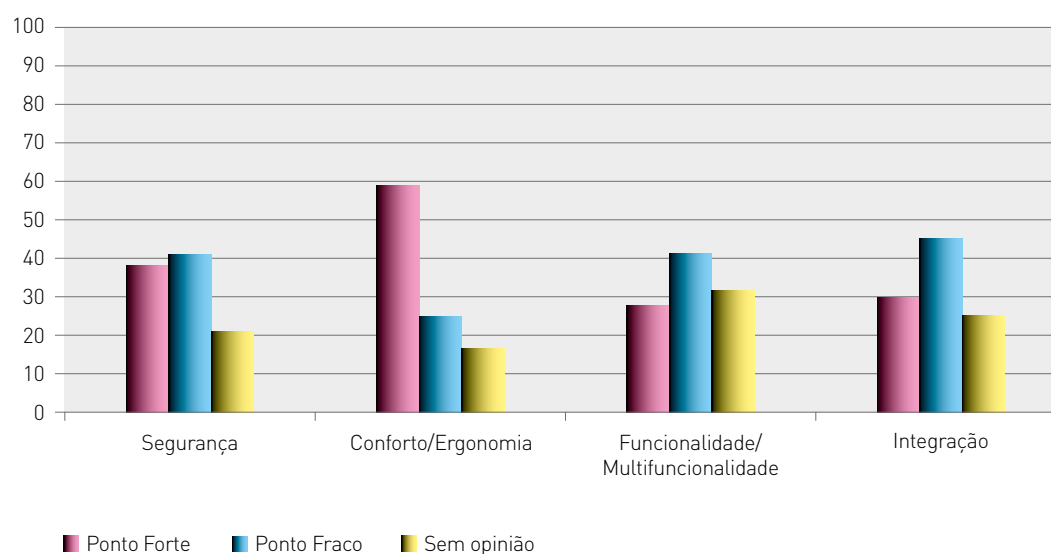
Tabela 25

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *funcionalidade e segurança*

Funcionalidade e segurança	Ponto Forte		Ponto Fraco		Sem opinião	
	n	%	n	%	n	%
Segurança	147	35.4	144	34.7	124	29.9
Conforto/Ergonomia	196	47.2	105	25.3	114	27.5
Funcionalidade/Multifuncionalidade	244	58.8	69	16.6	102	24.6
Integração	252	60.7	70	16.9	93	22.4

Gráfico 9

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *funcionalidade e segurança*



Da leitura da Tabela 26 e do Gráfico 10 relativos à área *ambiente e sustentabilidade*, a maioria absoluta dos utilizadores considerou como *ponto forte* a *paisagem/ecologia* (83.4%), o *ambiente* (77.8%) e a *sustentabilidade* (61.4%), tendo obtido maioria relativa os itens *higiene urbana* e *resistência/durabilidade*. A *manutenção/conservação* foi considerada *ponto fraco*.

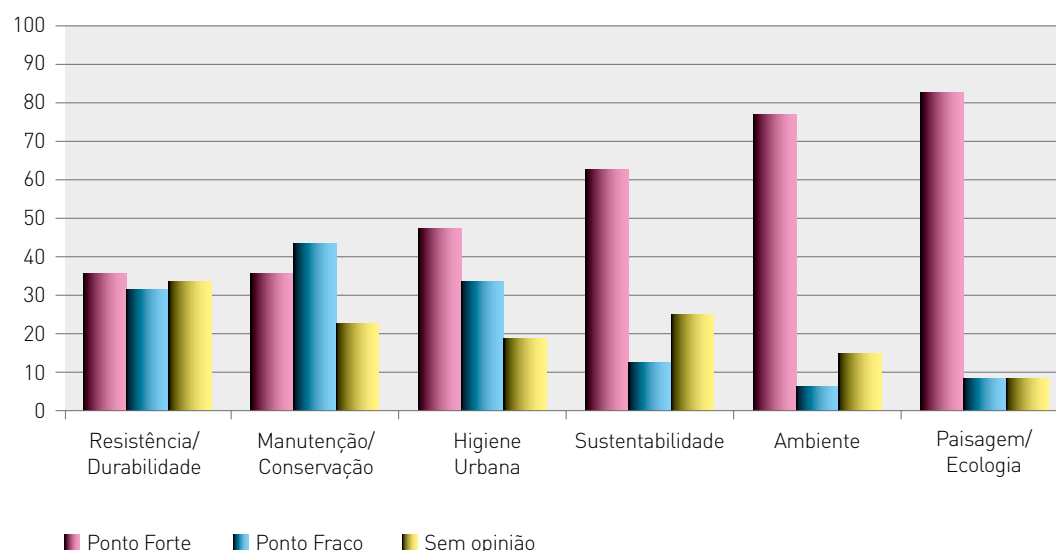


Tabela 26

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *ambiente e sustentabilidade*

Ambiente e sustentabilidade	Ponto Forte		Ponto Fraco		Sem opinião	
	n	%	n	%	n	%
Resistência/Durabilidade	146	35.2	133	32.0	136	32.8
Manutenção/Conservação	147	35.4	175	42.2	93	22.4
Higiene urbana	197	47.5	139	33.5	79	19.0
Sustentabilidade	255	61.4	53	12.8	107	25.8
Ambiente	323	77.8	29	6.9	63	15.2
Paisagem/Ecologia	346	83.4	34	8.2	35	8.4

Gráfico 10

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *ambiente e sustentabilidade*

Da avaliação dos parâmetros presentes na área *espaço público e identidade*¹⁵¹, apenas o ponto relativo à *responsabilidade social* obteve maioria relativa de respostas positivas.

Nos restantes, mais de três em cada quatro utilizadores consideraram como *ponto forte* a *inclusividade* (76.4%), os *níveis de uso e apropriação* (78.3%) e o *espaço público* (88.0%), o que é revelador do reconhecimento e legitimação das dimensões pública e identitária presentes neste Programa, o que merecerá também a adequada reflexão na fase de discussão e conclusões deste estudo.

151 Tabela 27 e Gráfico 11

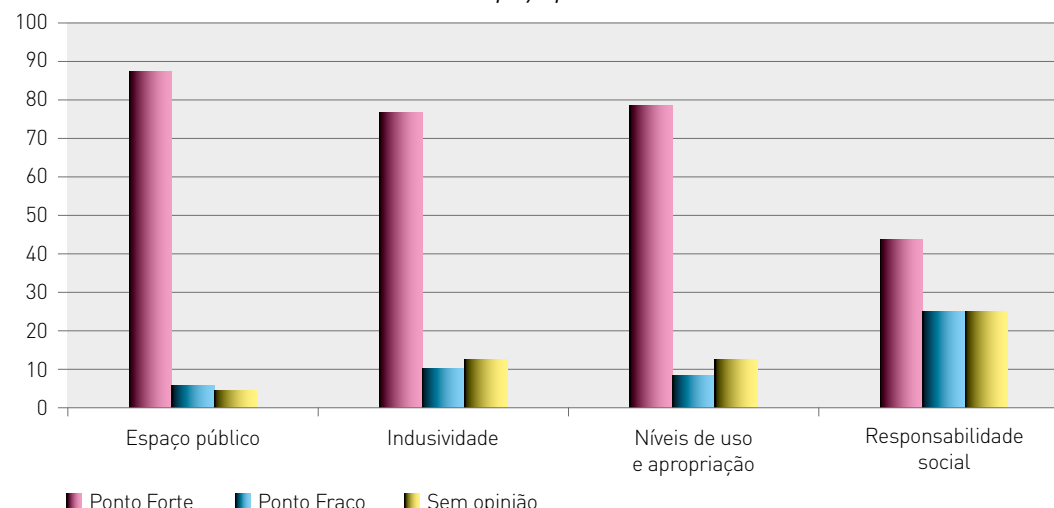
Tabela 27

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *espaço público e identidade*

Espaço público e identidade	Ponto Forte		Ponto Fraco		Sem opinião	
	n	%	n	%	n	%
Espaço público	365	88.0	29	7.0	21	5.1
Inclusividade	317	76.4	44	10.6	54	13.0
Níveis de uso e apropriação	325	78.3	36	8.7	54	13.0
Responsabilidade social	186	44.8	114	27.5	115	27.7

Gráfico 11

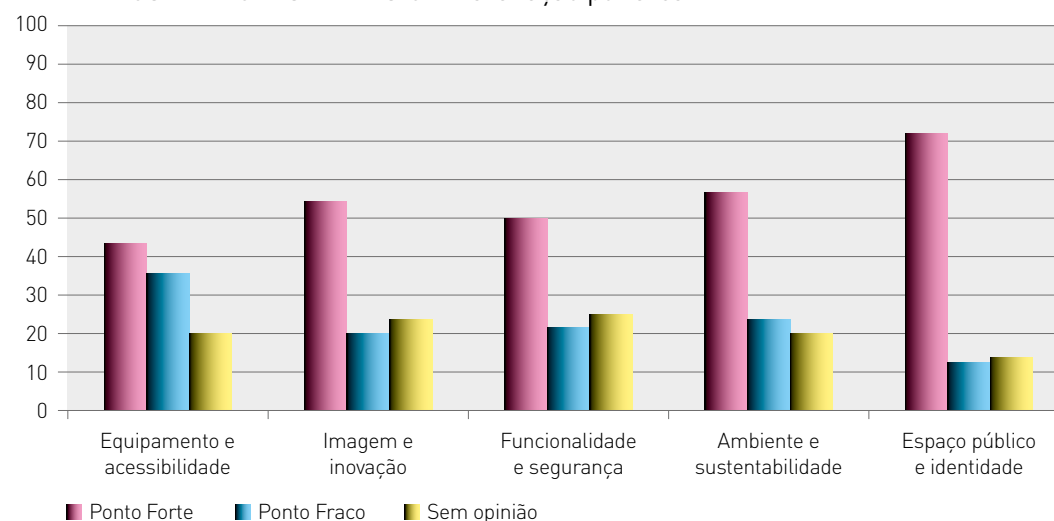
ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – *espaço público e identidade*



Em síntese e considerando de forma integrada as várias áreas¹⁵², verifica-se que a tendência média de respostas permitiu constatar que o *espaço público e identidade* (71.9%), o *ambiente e sustentabilidade* (56.8%), a *imagem e inovação* (54.0%) e a *funcionalidade e segurança* (50.5%), foram as áreas que apresentaram os mais elevados níveis de reconhecimento por parte dos utilizadores do Programa Polis de Coimbra.

Gráfico 12

ELEMENTOS E VALORES DE DESIGN – avaliação por área



152 Gráfico 12

7.6.4.2 Questionário U – PP 05 / Bloco 5 – Análise de conteúdo

Do conjunto de blocos do questionário U-PP 05¹⁵³, as respostas às questões do Bloco 5 foram, conforme já referido, objecto de análise de conteúdo sistemática e de natureza qualitativa. A integração deste bloco, que facultava aos inquiridos a possibilidade de registo de um breve comentário enquadrado no âmbito do caso em estudo, teve por objectivos salvaguardar eventuais lacunas nos blocos anteriores, e por sua vez, permitir a expressão livre de opiniões, sugestões ou reflexões que contribuíssem para a valorização do processo investigativo.

A participação facultativa do inquirido e a natureza aberta dos conteúdos permitiu, após leitura flutuante dos vários comentários, a elaboração de uma matriz¹⁵⁴ onde são consideradas as diversas categorias de análise e as unidades de registo, nas quais a relação semântica é mais evidente.

Dos 415 questionários respondidos por utilizadores dos espaços do Programa Polis de Coimbra, 63 procederam a comentários no Bloco 5, tendo sido consideradas como unidades de registo mais significativas, as que decorreram dos comentários mais relevantes e que melhor traduziram a opinião dos inquiridos, os quais foram objecto de cortes, não resultando daí a deturpação do seu sentido fundamental.

De referir ainda que, em face dos aspectos positivos e negativos enunciados, e de forma a permitir um cruzamento mais coerente com outros dados e resultados, foram consideradas como categorias de análise aglutinadoras das várias unidades de registo, as que decorrem do agrupamento dos *elementos e valores de design* do Bloco 4, designadamente, *equipamento e acessibilidade, imagem e inovação, funcionalidade e segurança, ambiente e sustentabilidade e, espaço público e identidade*.

Equipamento e Acessibilidade (1.^a categoria)

Nesta categoria, que integra problemas e soluções associadas ao mobiliário e iluminação urbanas, aos equipamentos, à sinalética e informação e ainda às acessibilidades, foi possível recolher um conjunto de opiniões, das quais se enunciam as ideias fundamentais e se registam excertos de algumas unidades de registo.

Do conjunto de comentários que os inquiridos se propuseram fazer, um dos aspectos críticos muito presente, remete para a opinião de que o Parque Verde, sobretudo na margem direita do Mondego, regista algum défice de mobiliário urbano, designadamente, bancos, caixotes do lixo e bebedouros, sendo estes últimos referidos também no caso da margem esquerda.

A paragem de autocarros com turistas e alunos de escolas, sobretudo na margem direita, nomeadamente, no topo sul do Parque Dr. Manuel de Braga, potencia a *invasão dos jardins com as merendas e farnéis*, promovendo o uso inadequado e a danificação dos relvados daquele Parque.

O equipamento sanitário disponibilizado é igualmente um aspecto referido como insuficiente, a que se associa a sua dispersão em ambas as margens.

153 Anexo 36

154 Anexo 42

A ausência de sinalética indicadora da localização pontual de bebedouros, mas também das instalações sanitárias, dificulta, na opinião de alguns inquiridos, a sua localização, quando referem que *os bebedouros estão mal identificados*, ou ainda, relativamente às instalações sanitárias, *a sinalética dos lavabos só existe nas portas*.

A amplitude da área abrangida pelo Programa Polis e as diferentes especificidades morfológicas e funcionais suscitam também um problema considerado muito sensível, que é *a fraca iluminação* de zonas importantes do Polis coimbrão.

Neste tipo de intervenções, verifica-se normalmente a tendência para se exigirem múltiplos e *modernos* equipamentos, contudo e no âmbito desta análise, merece referência o facto de um dos inquiridos ter questionado a inexistência de uma *piscina natural* que tirasse partido da proximidade do rio, o que por sua vez nos obriga a registar uma outra pergunta, em jeito de comentário, relacionada com a piscina realizada na margem esquerda do espaço Polis: *Com tanto espaço e faz-se uma piscina tão “aprisionada”?*

Conclui-se a análise enquadrada nesta categoria para referir a opinião de um inquirido que, apesar de considerar o *espaço bastante funcional e com bons acessos para a população em geral*, refere porém que existem *algumas falhas no que respeita à acessibilidade*.

Imagem e Inovação (2.^a categoria)

Quanto à categoria *imagem e inovação*, consideramos, a partir dos contributos dos inquiridos, aspectos relacionados com *pavimentos, imagem/estética, inovação/renovação, diversidade, texturas, cromatismo e materiais*, pelo que enunciaremos e analisaremos o essencial da informação crítica apresentada.

No que concerne aos pavimentos existentes surgem várias críticas, nomeadamente, ao que existe na Praça da Canção, o qual deveria *permitir a utilização de um pavimento adequado ao bem-estar dos utentes*, sendo referido como *propício à lama quando chove, e ao excesso de poeiras quando o tempo está seco*. Ainda neste ponto são referidos negativamente por outros inquiridos os percursos em *deck constituído por ‘réguas’ muito afastadas*, e o *piso de acesso à ponte pedonal* que consideram ser desconfortável.

Reconhecida a qualidade da *imagem e estética* dos espaços na sua globalidade, merece elogio particular a presença, beleza e luminosidade da Ponte Pedonal Pedro e Inês. Estes elogios permitem concluir que qualquer semelhança entre o presente e o passado é *pura coincidência*, o que contribuiu para que *após o Programa Polis, aquela zona da cidade se tivesse tornado mais estética, atractiva - um cartão-de-visita da Cidade*.

Concluindo os contributos inscritos nesta categoria de análise, merecem referência os *materiais utilizados nos equipamentos infantis* que, na opinião de um dos inquiridos, *não são adequados às altas temperaturas que se fazem sentir em Coimbra no Verão, o que faz com que as crianças não possam usufruir dos equipamentos durante todo o ano* - ou seja, alguns dos materiais utilizados sobreaquecem, condicionando o seu uso.

Funcionalidade e Segurança (3.^a categoria)

A categoria *funcionalidade e segurança* mereceu o contributo crítico de um número significativo de inquiridos, reportando as suas abordagens à *segurança*, ao *conforto/ergonomia*, à *fun-*



cionalidade/multifuncionalidade e à integração. Os comentários permitiram enunciar alguns aspectos pertinentes, acerca dos quais se procede seguidamente ao respectivo comentário.

As margens do rio Mondego, objecto da intervenção Polis, remetem para uma ecologia muito particular, e, desde logo obrigou a uma estratégia projectual cuidada quanto ao impacto e resultado final da intervenção. Este breve enquadramento pretende interpretar positivamente a solução adoptada, não podendo contudo, ignorar a preocupação da população que genericamente considera que há factores de perigo junto às margens, sobretudo para as crianças, *que não foram suficientemente acautelados.*

Depois, existem outros factores laterais relacionados com a segurança, que têm a ver com a necessidade de uma efectiva vigilância, que defenda os utilizadores dos espaços Polis, e que simultaneamente, evitem os *actos de vandalismo, como os que ocorrem na Ponte Pedro e Inês.*

Quanto ao conforto e ergonomia dos espaços, merecem reparo sobretudo as soluções adoptadas para alguns pavimentos, já antes referenciados, e que efectivamente condicionam o seu uso, sendo mesmo considerados pouco confortáveis *para grande parte das pessoas, em especial para os idosos.*

Relativamente à *funcionalidade e multifuncionalidade* de espaços e objectos, devem registar-se dois níveis de preocupações: tipologia e programação.

Quanto à tipologia dos espaços e respectivas soluções, verifica-se a opinião genérica de que deveriam ter sido contemplados espaços específicos para jogos, sobretudo com bola, o que obrigaria a soluções de pavimento alternativas às existentes, o que de acordo com a opinião recolhida, *seria um chamariz para esta zona de excelência da cidade*, e poderia valorizar ainda mais o carácter multifuncional da zona.

No que respeita à programação, é considerado que existem *dificuldades de articulação dos equipamentos culturais, desportivos e de recreio e lazer, resultantes da intervenção nas duas margens do rio Mondego* - o que seria desejável face ao investimento realizado e à aceitação tão expressiva da obra por parte das populações.

Uma crítica recorrente que também surge nos comentários é a *falta de sombras*. Neste particular, deve, por um lado considerar-se a juventude das espécies arbóreas e arbustivas em formação, e por outro, o facto da área de intervenção integrar vários sub-espacos, os quais garantem óptimas zonas de sombreamento, designadamente no Parque Dr. Manuel de Braga - pelo que não parece constituir uma crítica que deva merecer em primeira análise total acolhimento.

Fechando a análise respeitante a esta categoria, poderá afirmar-se que, relativamente à *integração* dos vários elementos nos espaços Polis de Coimbra, é possível fazer algumas inferências positivas e negativas a partir do enunciado anteriormente, sendo no entanto de sublinhar ainda a opinião que refere a não *preservação dos elementos naturais pré-existent*s, o que teria sido interessante, mas muito difícil de materializar face a um conjunto de operações técnicas e custos adicionais.

Ambiente e sustentabilidade (4.^a categoria)

O *ambiente* e a *sustentabilidade* assumiram, no âmbito do Programa Polis, áreas de grande interesse, que consideramos também neste estudo, remetendo para parâmetros como a *resis-*

tência/durabilidade, a manutenção/conservação, a higiene urbana, a sustentabilidade, o ambiente e a paisagem/ecologia, e sobre as quais nos iremos debruçar no âmbito desta categoria e na sequência dos contributos dos entrevistados.

Quanto à resistência e durabilidade dos objectos e equipamentos, não são apontados problemas muito objectivos pelos inquiridos, devendo-se os sinais de degradação fundamentalmente aos actos de vandalismo já antes referidos e de uma ou outra acção não controlada, designadamente a *permissão de circulação de triciclos e pequenos carros de aluguer* sobre os percursos e plataformas de madeira.

Um dos aspectos que merece um número muito significativo de reparos é a *manutenção* e a *conservação* que, na opinião de alguns inquiridos, deveriam ser *mais cuidadas* em toda a zona, havendo inclusivamente quem defenda que *simplesmente não são feitas*. Elegem o *mobiliário urbano* e a *iluminação*, como os elementos que apresentam maiores danos ou degradação, ao que se deve acrescentar a *guarda de protecção* da ponte pedonal, objecto habitual de vandalismo gratuito. Ainda neste âmbito, não poderá deixar de ser referido o histórico Parque Dr. Manuel de Braga, que tendo sido apenas objecto de uma parte da intervenção prevista pelo Programa Polis, *se encontra muito estragado e sem a conservação que lhe era devida* - um exemplo de ingratidão da cidade para com um dos seus referentes patrimoniais.

A *higiene urbana* é um dos problemas também muito apontado, reconhecendo-se, face à dimensão pública destes espaços, a necessidade de *limpeza e higiene* diárias, o que terá levado alguém a ter deixado o desabafo: *É pena um lugar muito bonito e tão mal cuidado!*

No que respeita à *sustentabilidade* do sistema que engloba todos os sub-espços da intervenção, um dos inquiridos coloca a *dúvida se os Gastos Monetários não terão sido excessivos por comparação com os objectivos e benefícios obtidos*. Não sendo objectivo do estudo proceder a uma avaliação financeira do investimento, considera-se no entanto que, pelos indicadores resultantes da investigação e pelo facto de estarmos a falar de espaços que anteriormente eram *não-lugares* e sendo hoje a zona ao ar livre mais frequentada pela população coimbrã, julga-se que o benefício se revela evidente, não só para os cidadãos, como para a dignidade da imagem que a própria cidade carecia e merece.

Apresentamos ainda duas notas suscitadas por outros respondentes: a primeira que levanta a necessidade de se optimizarem os equipamentos instalados, articulando-se as respectivas valências e vocação, em ambas as margens do rio; a segunda, que refere esta intervenção, que tira partido da sua riqueza patrimonial, como positivamente contributiva para *a economia da cidade*.

O *ambiente* mereceu também alusão particular, não só a propósito das nostálgicas laranjeiras que povoaram aquelas margens e que por contingências já mencionadas não foi possível preservar, mas também o rio e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, quando se valorizou o *elemento "água", vital numa qualquer cidade que pretenda a modernidade, sem descuidar o seu património*.

E porque a *ecologia* urbana vive tantas vezes da conciliação entre o natural e as artificialidades materiais, um dos inquiridos lamentou que nas proximidades desta zona qualificada tivesse sido possível a autorização *de uma urbanização* que em seu entender não contribuiu para o equilíbrio da *paisagem* urbana local.

Espaço Público e Identidade (5.^a categoria)

O *espaço público* e a *identidade* remetem para os domínios da cidadania a que o Programa Polis pretendeu também associar-se nas suas linhas programáticas. Consideramos nesta



categoria quatro pontos que decorrem da análise efectuada: *espaço público, inclusividade, níveis de uso e apropriação e responsabilidade social*.

Quanto à dimensão pública da iniciativa, um dos inquiridos considerou que globalmente a intervenção é *um pouco pobre em termos de ideias ou espaços de cultura e ocupação dos cidadãos*, em contraponto com a maioria dos inquiridos que consideraram as cumplidades patrimoniais, designadamente, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha que, embora sendo um projecto autónomo, integrou um dos planos de pormenor do Programa Polis, bem como o rio e as suas margens, cuja valorização constituíram uma mais-valia, *uma vez que veio trazer revitalização de zonas até então subaproveitadas e com pouca vida/luz. Foi um projecto virado para a cidade, para as pessoas de Coimbra, que merecem espaços requalificados. Foi uma iniciativa que aliou o ordenamento do território ao desenvolvimento sustentado, nunca esquecendo um aspecto essencial no desenvolvimento: o Homem*.

Do testemunho de um antigo conhecedor daquela zona da cidade fica a descrição de *um local não acolhedor, com sebes altas que durante o anoitecer metia “medo”. Agora finalmente as crianças podem correr livremente, brincar, jogar à bola, e os mais idosos podem passear e sobretudo os deficientes motores*, aspecto este que não recolhe unanimidade, em virtude da textura de alguns pavimentos.

Os *níveis de uso e apropriação* dos espaços são muito significativos e orientados para várias formas de utilização e fruição. De local de encontro e lazer, a espaço lúdico e de desporto, encontramos quem opte por uma atitude mais contemplativa para, *como disse Torga “Ver passar tranquilas as águas do Mondego”*.

Julga-se, contudo, que pode melhorar-se ainda o contexto com uma melhor programação e articulação entre os equipamentos existentes ou com outros serviços e eventos, contribuindo-se *para uma maior vivência e permanência no espaço e para uma maior diversificação de actividades, captando a atenção de um maior número de pessoas*.

Desta requalificação e valorização, fica a marca responsável das entidades governamentais e autárquicas em proporcionar melhores espaços e equipamentos aos cidadãos, afinal melhor cidade. Lamentam-se os índices de vandalismo que podem condicionar o futuro da qualidade da zona, pelo que se considera importante a vigilância do local por inerência das autoridades, competindo também aos cidadãos *mantê-la e conservá-la* numa atitude cívica de compromisso com o bem comum.

Notas complementares

Como notas complementares e usando da elementar justeza que merece a generosidade daqueles que deixaram os seus depoimentos de forma voluntária, consideram-se, ainda, as seguintes notas finais:

- Importância acrescida que estes espaços deveriam merecer por parte das instituições de educação e formação – podendo adiantar-se a propósito, que estas ecologias específicas têm sido já objecto de estudo, no âmbito de várias áreas formativas;
- A manifestação de que a requalificação e revalorização patrimonial da cidade urge ser considerada nalguns dos seus núcleos, como ainda a necessidade de uma ligação pedonal e ciclável entre a Portela e o Choupal, não ficando assim limitada apenas à zona a que respeita este estudo;
- Por fim, agradecer algumas sugestões e recomendações e o elogio manifestado pela realização deste estudo centrado numa das realidades patrimoniais de Coimbra.



Referências bibliográficas

- CHAUCHAT, H. (1985) *L'Enquête en psychologie*. Paris: PUF.
- CERVO, A. & BERVIAN, P. (1983) *Metodologia Científica*. 3.^a ed. São Paulo: Mac Graw-Hill do Brasil.
- COHEN, L., et al. (2003) *Research methods in education*. London: Routledge / Falmer.
- DAMAS, M., & DE KETELE, J. (1985) *Observar para avaliar*. Coimbra: Livraria Almedina.
- ESTRELA, A. (1994) *Teoria e prática de observação de classes*. 4.^a ed. Porto: Porto Editora.
- FERRARA, L. (2002) *Design em espaços*. São Paulo: Edições Rosari.
- GIL, A. (1994) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- HILL, A., & HILL, M. (2002) *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- POSTIC, M. & De Ketele, J. (1990) *Observer las situaciones educativas*. Madrid: Ed. Narcea.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- RAPOSO, N. (1995) *Estudos de psicopedagogia*. 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora
- RUQUOY, D. (1997) Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In Albarello, L. et al. *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, pp. 84-116.
- SÁ-CHAVES, I. (2000) Formação, conhecimento e supervisão: contributos nas áreas de formação de professores e outros profissionais. Aveiro, Universidade de Aveiro.

Referência webgráfica

- História da Universidade de Coimbra [Internet] Disponível em <http://www.uc.pt/sobrenos/historia> [Consultado em 11 de Maio de 2012].



CAPÍTULO 8

Discussão dos Resultados e Conclusões



A amplitude e complexidade do processo investigativo, decorrentes da diversidade e especificidade de casos e participantes, redundaram na possibilidade de uma leitura situada de cada ecologia específica, e simultaneamente, numa compreensão global do quadro de referência em que se inscreve o grupo de cidades que constitui o *multicaso*.

Desse conhecimento e compreensão integradas, e na sequência da apresentação e análise efectuadas no capítulo anterior, importa promover a discussão dos resultados, para um aprofundamento do estudo decorrente das diferentes representações, procedimento acentuado pelo carácter sistemático e interpretativo das opiniões comuns dos diferentes intervenientes. A metodologia adoptada obedecerá a uma estrutura de abordagem coerente com a investigação, a que subjazem os objectivos definidos e a hipótese formulada.

O exercício de meta-análise a que nos propomos pretende desvelar aspectos fundamentais que permitirão aceder a níveis de compreensibilidade essencial sobre a participação influente do design nos processos geradores de urbanidade nas cidades - exercício apoiado nas análises parcelares e na triangulação das sínteses oriundas das diferentes fases e opiniões críticas.

De acordo com a linha estratégica e metodológica definida, procederemos a uma dupla abordagem orientada inicialmente para a leitura interpretativa e crítica dos casos que integram a globalidade do estudo, concomitante com outra, que considera o caso específico de Coimbra.

Na parte final da tese recuperaremos os objectivos e a problemática, mediados por um efeito modelador, que permitirá uma visão informada e actualizada sobre as multideterminações do processo e das realidades em estudo, a que se seguirá a apresentação das conclusões finais sob a forma de síntese conceptual e apoiadas nas questões de investigação.

Concluindo o texto, far-se-á referência ao processo de disseminação da investigação, às limitações do estudo e apresentar-se-ão contributos para futuras investigações sobre a temática que cruza o *design* e a *urbanidade*.

8.1 Discussão – Representações comuns dos intervenientes

A interpretação de diferentes representações, dotadas de estruturas semânticas próprias, e o estabelecimento de afinidades entre si, é fundamental para uma percepção integrada do perfil de contributos inscritos na temática em causa, decorrentes directa e indirectamente do amplo quadro de participantes.

O exercício seguinte pretende assim sublinhar o essencial das várias representações, decorrentes da informação recolhida e de acordo com uma 'geometria' de análise¹⁵⁵ que compromete os vários intervenientes em diferentes planos operacionais, sob a opinião crítica e mediadora do investigador, enquanto detentor de uma visão circunstanciada e avaliativa dos casos¹⁵⁶ que enformam a globalidade do quadro investigativo.

8.1.1 Do Gabinete Coordenador do Programa Polis e dos responsáveis dos casos Polis

A estrutura do guião da entrevista¹⁵⁷ realizada ao Gabinete Coordenador do Programa Polis, similar à estrutura dos questionários administrados aos responsáveis¹⁵⁸ dos vários casos Polis, apresenta um conjunto de questões enquadradas nas temáticas e problemáticas do estudo, o que viabiliza a sua análise e interpretação, e possibilita a desocultação de representações comuns dos participantes.

*Cidades e antecedentes do Programa Polis*¹⁵⁹

Dos contributos dos responsáveis do Programa Polis dos vários casos emerge a evidência transversal de que na fase anterior às intervenções, as cidades apresentavam índices significativos de desqualificação da paisagem urbana, problema associável à desvalorização da sua componente ambiental, e complementado pela carência de um design capaz de promover a inovação e a renovação do espaço público. O que na prática e em seu entender se traduzia na existência de cidades dotadas de lugares pouco atractivos e com limitada frequência social.

Estabelecendo relações entre as opiniões daqueles responsáveis e do Gabinete Coordenador do Programa Polis, constatamos a existência de afinidades de opinião sustentadas no reconhecimento de um país desigual entre o interior e o litoral, cuja repercussão tornava evidente uma paisagem urbana marcada pela decadência. Onde se justificou a necessidade de intervenção qualificante, no sentido de uma maior equidade entre as várias zonas urbanas do país e desse modo promover-se o reforço do sistema urbano nacional.

155 Análise comparativa das representações dos vários intervenientes, cujos anexos serão referenciados em cada tópico de análise.

156 Conforme decorre dos tópicos de apreciação e avaliação presentes nos diversos casos.

157 Anexo 27

158 Anexo 33

159 Anexo 31 e Tabela 3



*Cidades e Programa Polis*¹⁶⁰

As representações que decorrem da opinião dos responsáveis sobre os efeitos do Programa Polis evidenciam uma inequívoca posição, quando constatamos a sua concordância ou total concordância com os efeitos benéficos que o Programa repercutiu na qualidade urbana das várias cidades.

Dessa posição, destacamos o facto de se reconhecer o efeito requalificador e revalorizador do património nas suas diferentes dimensões e naturezas, e de uma melhoria sensível da qualidade de vida urbana, o que em nossa opinião se terá repercutido na reconciliação de algumas cidades consigo próprias.

Desvelando as confluências entre o Gabinete Coordenador do Programa Polis (GCPP) e os responsáveis do Programa, encontramos desde logo representações comuns quando, do desígnio à sua materialização, confirmamos que a requalificação e a revalorização do património histórico e natural, nos seus elementos mais relevantes, é assumida como uma realidade constatável, desde a sua recuperação à sua reintegração urbana.

O mesmo se verifica ao ser partilhada a ideia de que a melhoria da qualidade de vida nas cidades se afirmou como objectivo essencial do Programa, e agora se reconhece na materialização de espaços e na disponibilização de equipamentos que vieram promover e dignificar a relação crítica dos cidadãos com a sua cidade.

Tal relação, indutora de novas e diferentes formas de a sentir e viver, gerou novos laços de sociabilidade e civilidade partilhadas, e propiciou condições para se aceder a níveis de humanização consentâneos com as exigências que a contemporaneidade e o futuro colocam às cidades em mudança.

A convergência de pontos de vista acontece ainda sob a perspectiva de que na generalidade das realizações Polis, as dimensões funcionais, estéticas e simbólicas emergiram a partir das diversas acções e contributos em contexto, na sequência de soluções projectuais integradoras que convocaram diferentes disciplinas, entre as quais perponderaram a arquitectura, o design, a engenharia e a arte. Dessa participação interdisciplinar são evidentes as repercussões na materialidade e imaterialidade de contextos que, interiorizadas pelos cidadãos, legitimaram a sua dimensão simbólica.

*Design e Programa Polis*¹⁶¹

Quanto à presença e participação do design nos contextos do Programa Polis, verifica-se uma concordância generalizada dos responsáveis com os âmbitos e as áreas transversais presentes, ou seja, é reconhecida a importância e o papel do design na realização da cidade física e social protagonizada pelo Programa.

Dando sentido a essa participação e importância, e tendo subjacentes os objectivos definidos e a hipótese formulada, importa destacar que, da relação comparativa entre os contributos

160 Anexo 31 e Tabelas 4 e 5

161 Anexo 31 e Tabelas 6 e 7

do Programa Polis para a requalificação e valorização das cidades e a participação do design nesses contextos de intervenção, verificam-se diferenças estatisticamente significativas que confirmam claramente o contributo do design na requalificação do património histórico-cultural, na (re)criação de espaços com uma forte componente ecológica, na (re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos urbanos, na apresentação de contributos técnicos e estéticos tendentes à renovação do espaço público, na influência ou determinação do uso e apropriação cívica do espaço público e, ainda, na sua participação com novas referências materiais, estéticas e simbólicas.

Ampliando o âmbito anterior, merece ainda referência o facto de os responsáveis registarem uma opinião quase unânime relativamente à importância do papel do design na promoção de soluções que valorizaram a acessibilidade e mobilidade urbanas, bem como a dimensão inclusiva que reconheceram em equipamentos e ambientes do Programa Polis - o que vem confirmar o seu papel nos processos de democratização da cidade.

A amplitude dos aspectos enunciados, tradutores da consciencialização de que o design é participante efectivo na realização das cidades, encontra paralelo no depoimento do Gabinete Coordenador do Programa Polis, confirmando-se uma partilha generalizada daquela entidade com as convicções dos vários responsáveis do Programa Polis, o que atesta dos níveis de positividade do design na promoção de espaços e equipamentos.

Conforme decorre de algumas referências anteriores, designadamente, da intencionalidade interdisciplinar das intervenções sobre o património histórico e natural, fica clara a presença de diferentes disciplinas do desenho, tendente a uma participação especializada, destinada também à valorização ecológica dos contextos.

Dessa participação existe a convicção comum da existência de evidências protagonizadas por espaços e objectos que mudaram significativamente o 'panorama' de várias cidades, não só por influência da sua função, mas também pelo seu apelo estético, o que redundou nalguns casos em factores de distinção, qualificação da paisagem urbana e de reidentificação contextual que contribuiu para a afirmação de novos lugares.

Concluindo este ponto de discussão, e pese embora estejamos a tratar de representações comuns, não poderia deixar de referir-se o facto de existirem posições tendencialmente diversas relativamente à ideia de estabelecimento de uma cultura de diálogo entre patrimónios antigo e contemporâneo. A entidade coordenadora entende que existem bons exemplos de design que propiciaram e valorizaram esse diálogo, opinião que não merece uma concordância tão expressiva por parte dos responsáveis.

A nossa opinião está em linha com o GCPP e traduz em muitos casos a inauguração de uma relação viabilizadora de novos *léxicos urbanos*, consentâneos com a transformação e evolução das cidades.

Identidade dos Lugares – índices de uso e apropriação dos espaços do Programa Polis¹⁶²

Da análise das representações que decorrem da opinião dos responsáveis do Programa Polis é evidente a sua concordância relativamente às áreas que, associadas às questões identitárias, se centram nas problemáticas da urbanidade e do design.

¹⁶² Anexo 31 e Tabelas 8 e 9



De entre os contributos do Programa Polis que promoveram o reforço da identidade das cidades, sublinhamos aqueles que mereceram total concordância por parte dos inquiridos, designadamente, a renovação ambiental e a usufruição da natureza integrada na cidade, a revitalização social e a melhoria da qualidade de vida, sendo de referir também a expressiva concordância com a ideia de recuperação e/ou valorização de elementos relevantes da *imagem de marca* das cidades - aspectos que pelo seu carácter diverso mas integrado, confirmam uma identidade que se apoia na coisa física e nos efeitos que a sua mudança qualificada reproduz nas cidades e se reflecte nos seus cidadãos.

Da comparação da opinião dos inquiridos relativa à fase anterior ao Programa Polis com os contributos do Programa para o reforço da identidade das cidades, e tendo em conta afirmações que se encontram na mesma linha semântica, verificamos a existência de diferenças estatisticamente significativas entre a *desqualificação global de contextos da cidade física, simbólica e social* e a *promoção e fundação de novas urbanidades através da qualificação da cidade física, simbólica e social* - o que confirma a preponderância dos processos de regeneração das cidades na prossecução daquele desígnio.

São opiniões que o Gabinete Coordenador do Programa Polis acompanha, ao assumir a promoção e concretização de projectos de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, retomando elementos particularmente importantes e influentes na qualidade paisagística e ecológica das urbes, e que em muitos casos, constituindo a *imagem de marca* dessas cidades, terão concorrido para suscitar dinâmicas de desenvolvimento económico, social e cultural, afinal, as bases nas quais se apoiam os fenómenos de revitalização urbana.

O mesmo deve ser referido a propósito dos contributos do Programa Polis para a promoção e fundação de novas urbanidades, suscitadas pela predisposição programática da iniciativa, posicionando-se a favor da cidade física e social, de abertura à participação cívica e democrática - atitude confirmada na sequência do lançamento e concretização das várias realizações, o que atesta do interesse e envolvimento dos cidadãos.

8.1.2 Do Gabinete Coordenador do Programa Polis e do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal

Das análises de conteúdo das entrevistas realizadas ao Gabinete Coordenador do Programa Polis e à Câmara Municipal de Coimbra importa proceder à interpretação e ao comentário das suas representações comuns, fundamentalmente sobre aspectos que concorram para um nível de compreensibilidade que contribua para sustentar as conclusões deste estudo.

*Cidade e enquadramento do Programa Polis*¹⁶³

Quanto aos *objectivos e princípios orientadores* que nortearam as intervenções, verificamos a valorização da importância da *articulação e sintonia* entre entidades promotoras do Programa Polis, pela relevância que esses entendimentos acentuam e promovem ao colocar no plano

163 Anexo 31 e Quadros 17 e 18

da reflexão as melhores opções estratégicas de requalificação das cidades, designadamente, do seu património histórico e natural.

Estas dinâmicas, no entender daquelas entidades, devem encontrar na elaboração dos projectos a coerência necessária a um desenvolvimento que considere os interesses sociais, históricos e culturais de cada cidade, e possa responder assim aos anseios e evolução natural e equilibrada das urbes.

Tal confluência de opiniões, pese embora as limitações orçamentais, ganha sentido ao defender soluções integradas que garantam a possibilidade de intervenções complementares assumidas pelas autarquias locais, no cumprimento dos seus programas de renovação das cidades.

A *imagem de marca* das cidades, sendo um aspecto relevante nos âmbitos material e imaterial das intervenções, mereceu particular referência face aos casos em que essas marcas, tantas vezes de significativo valor simbólico, se foram depreciando ou mesmo anulando ao longo do tempo.

É um facto constatável no quadro mais alargado dos casos, mas também e particularmente no caso de Coimbra, em que o Mondego é indissociável da cultura e da imagem da cidade. Ora, parece claro que, quando acautelados os impactos, a ancoragem das intervenções a elementos significativos do património histórico e natural das cidades, se assume como condição para a promoção e reforço da imagem de marca dessas cidades.

Da reiterada abordagem aos patrimónios histórico e natural, fica assim clara a ideia de que os processos de valorização e reintegração patrimonial foram decisivos para a reassunção de valores contextuais essenciais ao reconhecimento e valorização das cidades.

É uma constatação que clarifica a ideia transversal de que a reafecção desses valores veio contribuir para a emergência de novos e diferentes protagonismos urbanos, com repercussões na vivência e reidentificação de lugares das cidades, factores influenciadores da qualificação ecológica, perspectivada sob os pontos de vista físico e ambiental, e que conciliam a natureza, o urbano e o social.

Como balanço global do Programa Polis e em primeira análise, e pese embora a sua escala e disseminação por diferentes cidades do país, o balanço é positivo, não se remetendo a um simples fenómeno estetizante, mas antes a uma qualificação do espaço público que veio materializar um *efeito demonstrativo* influenciador de outros processos de qualificação urbana em cidades que, não tendo Polis, se acharam no dever de valorizar também os seus espaços urbanos.

Tal processo, ao introduzir novas formas de olhar e *viver as cidades*, terá elevado os níveis de exigência urbana, e consequentemente, influenciado o desenvolvimento das cidades portuguesas no futuro, nas quais se inclui o caso de Coimbra.

*Design em espaços públicos integrados no Programa Polis*¹⁶⁴

Quanto à participação e impacto do design na transformação das cidades, salienta-se o facto daquela área disciplinar ser assumida como *factor distintivo das intervenções*, valorizando contextos e/ou reidentificando novas realidades urbanas.

164 Anexo 31 e Quadros 20 e 21



Esta presença e contributo merecem referência particular quando reportada a sua influência estética na realização e qualificação da paisagem urbana, de forma particular e exclusiva, ou na complementaridade de outras áreas disciplinares técnicas e artísticas.

É esta uma paisagem da qual não podem estar arredadas as pessoas que, fazendo uso de espaços e objectos, legitimam novas valências protagonizadas pelo design que assim vê reconhecido o seu papel na realização das urbes.

Das dimensões inclusiva, ecológica e criativa, merecem especial ênfase as preocupações comuns associadas à mobilidade e à acessibilidade, tornando a cidade mais amigável e democrática, por isso aberta a diferentes destinos e condições pessoais.

Desta ideia de cidade feita a favor dos cidadãos e não contra eles, emerge uma nova perspectiva ecológica que, distanciando-se da objectividade material das coisas, encontra antes eco na imaterialidade comportamental dos indivíduos que acabam por determinar a natureza cultural dos contextos.

A dimensão criativa do design surge associada a duas perspectivas concomitantes que conciliam o carácter criativo e simultaneamente subjectivo de certos objectos, com o efeito diverso que os mesmos produzem sobre os potenciais utilizadores. Ou seja, na opinião daquelas entidades, a dimensão criativa do design não se esgota nos espaços e objectos, abrindo-se antes a um universo amplo e diverso que encontra em cada um a possibilidade de os reinventar.

Os atributos técnicos e estéticos do design redundaram na ideia de que a variabilidade das soluções e a sua maior ou menor complexidade exigem a participação interdisciplinar na sua realização, o que transforma por vezes os objectos em soluções híbridas, relativamente às quais é difícil atribuir-lhe a exclusividade da técnica ou da estética, e desse modo, atribuir-lhe uma identidade disciplinar única.

De qualquer modo parece consensual a ideia de que a dimensão técnica, muito valorizada e mais próxima do funcional, e a dimensão estética, tendencialmente associada às subjectividades formais, estão presentes e são reconhecidas em espaços e objectos dos contextos Polis, nos quais se inclui Coimbra.

Enquanto balanço global da participação do design nos processos de (re)invenção e (re)valorização dos patrimónios cultural, ambiental e paisagístico das cidades, não emergiram posições ou ideias de total confluência, sendo contudo de referir duas linhas principais: uma primeira, que, embora reconhecendo a existência de espaços e objectos que acrescentaram valor aos lugares, houve projectistas para os quais o design não foi uma prioridade; uma segunda que, confirmando o reconhecimento das novas realidades contextuais por parte das pessoas, afirma o design como disciplina participante e influenciadora da mudança qualificada do património urbano.

Identidade dos Lugares – índices de uso e apropriação dos espaços do Programa Polis¹⁶⁵

O reforço da identidade das cidades parece encontrar correspondência numa ideia transversal apoiada em indicadores existentes e em constatações efectivas que apontam para o uso e apropriação colectiva de lugares Polis.

A valorização de determinados ícones da cidade, com os quais as pessoas se identificavam e que foram objecto de intervenção, foi determinante para o reforço dessa aproximação e bom relacionamento com a cidade.

Estamos, de acordo com a opinião das entidades, perante fenómenos promotores de novas formas de convivialidade social e mudança cultural, que encontram sentido nos diferentes modos de viver as cidades e na inauguração de diferentes perspectivas e exigências sobre o espaço público contemporâneo.

Em consonância com os aspectos enunciados anteriormente, existe a convicção não comprovada de que os processos de requalificação e revalorização dos contextos urbanos terão induzido fenómenos de revitalização social, com influência nas dinâmicas de retorno financeiro para as cidades, designadamente, ao nível turístico, conquanto seja mais consensual o reconhecimento de que as intervenções Polis terão tido consequências positivas ao nível da qualidade de vida nas cidades.

Dos processos de inovação e renovação no espaço público, tendentes à sua qualificação, parece evidente que passou a existir um maior envolvimento dos cidadãos com a sua cidade, e como tal, uma atitude que aponta para diferentes níveis de exigência cívica e ambição social sobre as cidades. Tal resultante é atribuída não só aos processos de mudança, mas também a essa nova necessidade e predisposição para olhar as cidades, pensar sobre elas, criticá-las e delas obter a realização colectiva.

Contudo, regista-se a necessidade de uma educação e formação cívicas que contrariem os comportamentos desviantes que atentam contra o património colectivo, e promovam uma cultura de responsabilidade social.

Concluindo o processo de reunião e síntese das representações comuns do Gabinete Coordenador do Programa Polis e do responsável do Programa Polis de Coimbra, pela Câmara Municipal, importa sintetizar ainda a confluência de ideias e opiniões sobre a dimensão e alcance cultural do Programa Polis nos processos de indução, promoção e geração de novas urbanidades: a *polis* não se confina ao seu espaço físico, antes se encontra e legitima nos espaços abertos à cidadania e participação democrática, de que o Programa Polis se pretendeu constituir como instância e circunstância.

8.1.3 Do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal e dos responsáveis dos restantes casos

No quadro alargado da investigação e tendo por objectivo o seu aprofundamento, consideramos pertinente a interpretação das representações comuns do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal e dos responsáveis dos restantes casos acerca das temáticas e problemáticas inscritas na matriz dos questionários administrados.

Cidades e antecedentes do Programa Polis¹⁶⁶

Quando debruçados sobre a opinião dos inquiridos acerca da fase e situação anteriores dos espaços urbanos que foram objecto de intervenção, concluímos que os responsáveis dos vários casos manifestaram concordância com a generalidade dos problemas suscitados nas



várias afirmações. Em síntese, consideraram a existência de um quadro patrimonial, histórico e natural, no qual eram evidentes sinais de degradação, abandono, desqualificação e desvalorização, com repercussões no panorama paisagístico e ambiental das cidades, o que legitimou a implementação do Programa.

No campo do design, a tendência das representações dos responsáveis não se altera, levando-nos a confirmar a ausência de projectos de requalificação e revalorização patrimonial das cidades, projectos esses que implicassem a participação de um design de qualidade, capaz de promover a inovação e a renovação do espaço público, e desse modo afirmar-se como disciplina do foro público e para o público.

Estas opiniões culminaram na ideia transversal de que uma cidade que negligencia o seu património e ignora os contributos das disciplinas do urbano, entre as quais se inclui o design, é incapaz de se tornar afectuosa, atractiva, crítica e reconhecer em si própria a coexistência integrada do seu lado físico, simbólico e social, ideia sobejamente defendida no quadro teórico desta tese.

Quando comparamos as representações enunciadas com a opinião do responsável do Programa Polis de Coimbra, pela Câmara Municipal, tendemos a afirmar que nalguns aspectos essenciais existe coincidência de posições, designadamente naqueles que apontavam para um estado do património que exigia intervenção, para um quadro ambiental comprometido, para a necessidade de um design participante na renovação do espaço público, ou ainda, para o reconhecimento de uma cidade onde alguns dos seus lugares se apresentavam em “crise” – que era o caso específico daqueles em que se justificou e aconteceu a intervenção Polis.

Contudo, e no que respeita a outros aspectos importantes, verificamos uma posição difusa, que se abstém de considerar os problemas da qualidade sócio-urbana local, ou ainda, de uma desqualificação que atentava contra a cidade física, simbólica e social.

Tais representações evidenciam alguma distância relativa entre os inquiridos, o que parece demonstrar a existência de contextos e circunstâncias que justificam aquelas posições. Ou seja, a existência de uma realidade contextual, a do caso específico de Coimbra, que se apresentaria mais qualificada na fase prévia à intervenção, o que em nossa opinião e sustentados no conhecimento anterior da realidade, e na investigação alargada a todos os casos, se situaria na linha do estado traduzida pela opinião da globalidade dos responsáveis.

*Cidades e Programa Polis*¹⁶⁷

Quanto aos contributos do Programa Polis para a evolução afirmativa das cidades, constatamos que, contrariamente ao verificado no ponto anterior, os responsáveis dos vários casos e o responsável do Programa Polis de Coimbra evidenciam posições muito próximas ou mesmo concordantes entre si, relativamente aos vários aspectos suscitados pelas diferentes questões.

Assim, é evidente a expressiva concordância dos intervenientes com o facto de o Programa Polis ter contribuído para a implementação e materialização de acções de intervenção nos patrimónios histórico e natural, as quais redundaram na sua qualificação e valorização e se traduziram em muitos casos na sua reintegração – o que favoreceu a paisagem das cidades e propiciou níveis superiores de usufruição urbana.

Na linha de concordância e positividade anteriores, e pese embora o responsável do caso de Coimbra tenda a manifestar níveis superiores de concordância, isso não nos impede de considerar que, na globalidade, estamos perante um quadro cujas evidências apontam para uma participação efectiva e positiva do design, designadamente, em projectos que visaram a intervenção em contextos patrimoniais marcantes, com impacto na melhoria da multifuncionalidade de espaços e objectos e repercussão na qualidade urbana e imagem da cidade. São convicções que atestam da consciencialização daqueles responsáveis sobre a importância e visibilidade do design em contextos tão diversificados, donde poderemos inferir da influência crescente desta área disciplinar na cultura urbana.

Verificamos ainda uma quase total concordância de posições relativamente a aspectos que se cruzam no campo da urbanidade, nomeadamente, nas dinâmicas de revitalização e qualificação urbanas, nos processos de humanização das cidades e na valorização integrada das dimensões físicas, funcionais, estéticas e simbólicas, conceitos e efeitos essenciais à incorporação de uma ideia de cidade que se dissemina por um campo solícito à diversidade e às problemáticas das sociedades e cultura contemporâneas.

Design e Programa Polis¹⁶⁸

Da análise e interpretação da opinião global dos responsáveis dos vários casos sobre a relação design/Programa Polis, é-nos permitido concluir inequivocamente que o Programa integrou nas suas realizações os contributos do design, opinião sublinhada no caso de Coimbra.

São contributos desde logo presentes na (re)qualificação do património histórico e na (re)criação de espaços com uma forte componente ecológica, mas também na (re)invenção e/ou transformação de espaços e objectos urbanos, pela convocação da técnica e da estética conducentes à inovação e renovação do espaço público.

As soluções que foram implementadas terão contribuído para a dignificação e conservação patrimonial das cidades, bem como para o uso sustentável do património natural e/ou naturalizado, factos que terão promovido novas culturas de diálogo entre os novos elementos contemporâneos e o património antigo. Desenhou-se assim uma dimensão integradora e inclusiva de diferentes momentos históricos da cidade, que se alargou aos demais equipamentos e ambientes utilizáveis por uma faixa muito expressiva das populações.

Esses contributos e disponibilidade do design viabilizaram a circulação e acesso a diferentes áreas da cidade da cultura e do lazer, ao seu uso e apropriação cívica e colectiva. Factores e dinâmicas que propiciaram novos fenómenos de reidentificação urbana suscitados pela participação de um design capaz de assumir novas referências materiais, estéticas e simbólicas na renovação das cidades.

Identidade – indutora do uso e apropriação dos lugares do Programa Polis¹⁶⁹

Os valores identitários e os compromissos que os estabelecem e legitimam não poderiam estar arredados de um estudo que assume o conceito de urbanidade no eixo da sua reflexão -

168 Anexo 45

169 Anexo 46



circunstância que exige desde logo a percepção dos efeitos que a cumplicidade do Programa Polis e do design aduziram para a identidade das cidades.

A concordância de representações caracteriza a posição dominante dos responsáveis dos vários casos, designadamente, quando consideram que o Programa Polis reforçou a identidade urbana ao promover a reconciliação das cidades com o seu património histórico e natural, o que conduziu a uma perspectiva integrada de renovação ambiental, mas também da valorização dalgumas das suas imagens de marca. Facto que terá induzido certamente nos seus usufruidores um novo sentido de responsabilidade e respeito pelos contextos protagonizados pela história, pela memória e pela natureza.

Ideias às quais subjaz, na opinião daqueles responsáveis, a implicação do design nos processos de intervenção sobre o património, reclamando a promoção de novas técnicas, estéticas e funcionalidades, apenas possíveis no quadro alargado da cooperação interdisciplinar. Trata-se de uma dedução que torna evidente a necessidade actual de sinergias capazes de recontinuar a cidade, também ela, tendencialmente mais complexa e interdisciplinar.

A correlação simbiótica das asserções anteriores culmina na convicção de que Programa Polis e design estão presentes no reforço identitário das cidades, não só enquanto agentes capazes de gerar novos usos e apropriações e qualificar a vida urbana, mas afirmarem-se num quadro mais exigente que propicia a participação cívica e ambição social sobre a cidade renovada. Com efeito, é um desígnio apenas possível através da intenção deliberada de (re)conciliação da cidade física, simbólica e social, como condição essencial para a fundação de novas urbanidades.

São opiniões que o responsável do caso de Coimbra acompanha e acentua, à excepção da ideia de que o Programa Polis terá reforçado a identidade da cidade promovendo e qualificando o património histórico e cultural. É uma ideia que merece da sua parte uma posição de neutralidade, mas que em nossa opinião e tendo em conta todo o enquadramento histórico e simbólico em que a intervenção acontece, para além da transformação que promove, justificaria uma posição confluyente.

*Elementos e valores de design do Programa Polis*¹⁷⁰

Dada a extensão da lista a que se refere este tópico da discussão, e remetendo a informação completa e detalhada para o anexo 47, procedemos a uma síntese, afirmando que a tendência de opinião dos responsáveis de todos os casos Polis, incluindo o de Coimbra, avaliam positivamente todas as áreas que integram os diversos elementos e valores de design, designadamente, as áreas de *equipamento e acessibilidade, imagem e inovação, funcionalidade e segurança, ambiente e sustentabilidade e espaço público e identidade* - merecendo contudo um sublinhado particular o facto de, no âmbito da área *ambiente e sustentabilidade*, se verificar unanimidade negativa quanto à *manutenção* dos espaços e equipamentos do Programa Polis.

Esta posição merece-nos as seguintes inferências: inexistência de um grau de exigência adequado a estes novos espaços e equipamentos por parte das entidades responsáveis; ausência eventual de uma cultura operacional que promova níveis de manutenção que garantam a

continuidade e qualidade dos contextos; dimensão excessiva e complexidade de algumas intervenções; opções projectuais não adequadas às realidades em causa. Inferências de natureza especulativa que justificam em síntese e em primeira análise preocupação relativamente ao futuro de algumas intervenções Polis.

8.1.4 Do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal e dos projectistas do Programa Polis de Coimbra

Dada a importância do caso Polis de Coimbra no quadro da investigação, procede-se seguidamente à apresentação síntese das representações dos vários intervenientes co-relacionados, no sentido do reforço e clarificação do sentido global das representações sobre o caso.

Cidade de Coimbra e antecedentes do Programa Polis¹⁷¹

A convicção da existência de processos de degradação do património histórico-cultural, bem como a constatação da presença de sinais de abandono do património natural e/ou naturalizado fica clara, perante a interpretação que nos é possível fazer a partir das respostas apresentadas pelos participantes. Ou seja, constituem elementos que nos permitem concluir que aqueles participantes consideram que a zona de intervenção do Programa Polis de Coimbra era pouco atractiva, e evidenciava uma limitada frequência social antes da intervenção.

Cidade de Coimbra e Programa Polis¹⁷²

Do limitado nível de concordância verificado no ponto anterior, transitamos para um quadro substancialmente diferente, ao verificarmos que projectistas e responsável manifestam um grau de concordância muito expressivo - como fica claro no quadro presente no anexo 49.

Os processos de intervenção conducentes à (re)qualificação do património histórico e à (re)valorização do património natural e/ou naturalizado, com influência na melhoria do panorama ambiental e paisagístico da cidade, o recurso a soluções projectuais que implicaram o design, ou ainda factores de humanização contextual, mereceram o aplauso dos inquiridos, o que confirma a pertinência da intervenção e atesta da qualidade da sua resultante.

Design e Programa Polis de Coimbra¹⁷³

Da presença do design no Programa Polis de Coimbra, merece destaque a consciencialização da sua participação no equipamento, e consequente valorização, dos espaços integrados tendencialmente nas zonas de expressivo pendó ecológico, mas também de soluções técnicas e estéticas que vieram inovar e renovar a zona.

Estas soluções vieram ainda e de acordo com os participantes, corresponder a necessidades locais e propiciar novas vivências sociais, sob a preocupação da criação de uma realidade

171 Anexo 48

172 Anexo 49

173 Anexo 50



urbana acessível e utilizável por toda a população, o que terá contribuído para gerar novos usos e apropriações que vieram afirmar o sentido de lugar e legitimar o estatuto de espaço público àquela zona da cidade.

*Elementos e valores de design do Programa Polis*¹⁷⁴

Quanto às áreas de *equipamento e acessibilidade, imagem e inovação, funcionalidade e segurança, ambiente e sustentabilidade e espaço público e identidade*, nas quais se integram os *elementos e valores de design*, apresentam uma avaliação positiva, o que revela a qualidade das soluções propostas e concretizadas.

Importa, contudo, referir alguns elementos e valores que foram objecto de apreciação tendencialmente negativa, designadamente, a *informação, o cromatismo, a segurança e a durabilidade*. Trata-se de uma apreciação que acompanhamos fundamentalmente no que respeita ao risco de insegurança para as crianças em face da presença imediata do rio, e à durabilidade de algum mobiliário urbano e pavimentos de madeira que acusam já os efeitos do uso e da exposição atmosférica.

8.1.5 Do responsável do Programa Polis de Coimbra pela Câmara Municipal e dos utilizadores do Programa

*Cidade de Coimbra e antecedentes do Programa Polis*¹⁷⁵

A existência de processos de degradação do património histórico e os sinais de abandono do património natural e naturalizado, condicionadores da qualidade paisagística e ambiental da zona ribeirinha da cidade antes da intervenção Polis, mereceram concordância por parte de actuais utilizadores dos espaços e equipamentos do Programa, o que reforça a nossa própria opinião, sustentada no conhecimento da zona.

Processos e sinais que se foram adensando ao longo do tempo em face da ausência de projectos de intervenção no património local, bem como ainda da inexistência de espaços e equipamentos de qualidade.

Essa condição veio tornando aquela zona da cidade pouco atractiva e com limitada frequência social, condicionando a qualidade de vida urbana e afastando os cidadãos do seu papel cívico e crítico.

São posições com as quais nos identificamos na sua globalidade, mas que mereceram por parte do responsável inquirido concordância relativa, nomeadamente, nos aspectos associados à degradação e abandono do património histórico e natural, à inexistência de espaços e equipamentos qualificados, e à fraca atractividade e frequência social da zona.

A opinião predominante dos utilizadores, que corresponde a uma expressiva manifestação negativa sobre o contexto no passado, vem mais uma vez justificar a intervenção do Programa nas zonas adjacentes ao Mondego.

174 Anexo 51

175 Anexo 52

*Cidade de Coimbra e Programa Polis*¹⁷⁶

O Programa Polis veio, de acordo com as posições predominantes dos participantes, utilizadores e responsável, promover uma intervenção com impacto qualificador e revalorizador do património local, impacto esse que teve consequências positivas ao nível da paisagem e ambiente da cidade ribeirinha.

A implementação e concretização das acções tendentes à reconciliação da cidade com o rio permitiram uma aproximação da população urbana ao local, em virtude dos novos espaços e equipamentos destinados à animação, à cultura e ao lazer, circunstâncias que possibilitaram novos contextos de sociabilidade e civilidade.

A resultante da iniciativa traduz-se, de acordo com os utilizadores e responsável, na qualificação da vida local com repercussões na cidade que, voltada de costas para o rio há vários anos, encontrou nesta intervenção a abertura para uma fruição do Mondego e das suas margens.

*Design e Programa Polis de Coimbra*¹⁷⁷

Da análise da opinião dos utilizadores fica claro que o design está presente nos contextos do Programa Polis contribuindo para a requalificação e revalorização do património, e simultaneamente, participando com novas soluções que transformaram e reabilitaram a imagem do espaço público.

Esse processo renovador da zona propiciou ainda, através do design, a introdução de novas soluções técnicas e estéticas, ao mesmo tempo que promoveu a inclusividade e induziu à utilização cívica dos espaços naturais e naturalizados, aspecto este que nos merece alguma reserva.

Dos diferentes contributos do design merece referência final o facto de a promoção da funcionalidade e da utilização obterem avaliação positiva, factor complementado pela convicção de que o design participou na concepção de espaços e objectos que correspondiam a necessidades e vivências da população local.

Posições que têm correspondência tendencialmente reforçada por parte do responsável do Programa, o que legitima a certeza de que o design não só merece reconhecimento, como se afirmou enquanto disciplina que se destacou no quadro interdisciplinar que a cidade reivindicou para a renovação do contexto global em análise.

*Elementos e valores de design do Programa Polis*¹⁷⁸

Os elementos e valores de design foram considerados na sua generalidade como aspectos positivos, sendo de salientar discordâncias relativamente à *sinalética* e à *informação*, que foram considerados *pontos fracos* por parte dos utilizadores; ao *cromatismo* e à *segurança*, que foram avaliados como *prontos fracos* por parte do responsável.

176 Anexo 53

177 Anexo 54

178 Anexo 55



De referir ainda que relativamente à *segurança* e ao *mobiliário urbano*, os utilizadores atribuíram-lhe, numa maioria muito relativa, avaliação positiva, contudo, quase em empate técnico com a avaliação negativa, tendência que deve merecer reflexão.

A *iluminação urbana* e a *manutenção/conservação* foram objecto de concordância, tendo sido avaliados como *pontos fracos*, o que, em face de tão expressiva amostra, serão aspectos a rever no quadro da intervenção.

8.1.6 Dos projectistas e utilizadores dos espaços do Programa Polis de Coimbra

*Cidade de Coimbra e antecedentes do Programa Polis*¹⁷⁹

A degradação do património histórico e o abandono das margens do Mondego, situação que veio determinando a desvalorização da paisagem e ambiente ribeirinho, é a interpretação que, em síntese, fazemos da posição inequívoca de utilizadores e projectistas, quando se pronunciam sobre a fase anterior da zona antes da intervenção Polis.

O mesmo se verifica relativamente à fraca atractividade e frequência social da zona, bem como à existência de focos de degradação da qualidade de vida urbana – o que, tendo sido reconhecido também pelo responsável do Programa Polis, reconfirma essa realidade.

*Cidade de Coimbra e Programa Polis*¹⁸⁰

A valorização da paisagem e ambiente da cidade, decorrente dos processos de qualificação e valorização do património urbano local, corresponde à opinião generalizada dos participantes, que estando também na linha da opinião do responsável, atesta da pertinência e qualidade da intervenção.

A presente constatação só é possível pela implementação de projectos e concretização de obras nas margens do Mondego, que vieram promover a melhoria da qualidade de vida local e confirmar a necessidade da sua realização.

*Design e Programa Polis de Coimbra*¹⁸¹

A presença do design é reconhecida no âmbito do equipamento de espaços integrados no património natural e/ou naturalizado, recorrendo a soluções técnicas e estéticas que promoveram a inovação e renovação locais.

Este factor fomentou a existência de espaços acessíveis e utilizáveis por todos e poderá ter contribuído para comportamentos cívicos de preservação dos espaços naturais e naturalizados.

A concepção de espaços e objectos destinados às necessidades e vivências da população, complementada pela sua funcionalidade, tenderão a corresponder a uma utilização mais adequada à especificidade do contexto que agora se oferece à cidade – posições partilhadas por utilizadores e projectistas.

179 Anexo 56

180 Anexo 57

181 Anexo 58

*Elementos e valores de design do Programa Polis*¹⁸²

A concordância expressiva relativamente aos elementos e valores de design merece destaque particular, já que estão em confronto a posição de projectistas e utilizadores dos espaços e equipamentos do programa Polis de Coimbra.

Merecerão, contudo, referência situações pontuais em que claramente tal não ocorre, designadamente, na *iluminação urbana*, na *sinalética* e na *manutenção/conservação*, considerados pontos fracos apenas por parte dos utilizadores.

Verifica-se unanimidade relativamente à *informação*, tendo sido considerado ponto fraco, avaliação que em nossa opinião poderia obter resultado diferenciado caso fosse realizada actualmente, já que posteriormente à recolha de informação esse aspecto foi objecto de melhoria.

8.2 Discussão – transversalidades do multicaso ao caso de Coimbra

A complexa rede de acções e relações tecida ao longo desta investigação justifica que se reflecta sobre as transversalidades que resumem a sua globalidade - uma reflexão crítica que situará a nossa abordagem em dois planos complementares: um plano que aglutinando os vários casos, permitirá uma visão globalizante, e um plano focado que remete para o caso específico de Coimbra.

A evolução histórica e social das cidades portuguesas inscritas neste estudo determinaram mudanças e fenómenos que exigiram um novo olhar sobre o seu património histórico e natural, o qual, comprovadamente, vinha apresentando sinais de evidente desqualificação e desvalorização, comprometendo a sua identidade e os níveis de dignidade urbana que devem merecer os seus cidadãos.

A atitude cívica e responsável pautada pela leitura e permanente diálogo com a cidade, cooptada pelos agentes que a governam, é condição essencial para que se tomem as melhores decisões no devido tempo e se evitem os sinais de distanciamento físico e social a que chegaram muitos 'lugares' da generalidade das cidades que integram este estudo.

No caso de Coimbra, a realidade exigia a reconciliação da cidade física e social com o Mondego, rio que estabeleceu uma relação de profunda e controversa intimidade com o território ribeirinho ao longo do tempo, e que justificava há muito um plano de intervenção que, eliminando os focos de abandono e degradação, qualificasse o quadro ambiental e paisagístico que a cidade ansiava.

À semelhança do grupo amplo das demais cidades, houve factores que impediram a coexistência harmoniosa de Coimbra com alguns dos seus elementos marcantes, circunstância reportada a decisões que não terão acautelado a gestão equilibrada do rio e das margens que muito esperaram pelo protagonismo que merecem.

Uma nova visão estratégica e integrada dos problemas urbanos e a consciência do potencial patrimonial das várias cidades justificaram um Programa que veio alterar efectivamente o panorama das relações entre os espaços físicos e os actores urbanos.



As realidades observadas e escrutinadas deixam clara, em situações particulares e por razões diferenciadas, a possibilidade de soluções alternativas, mas isso não pode de modo algum referenciar o Programa Polis como um acontecimento falhado, muito pelo contrário, é reconhecidamente um evento que deixou marcas indeléveis em muitas cidades portuguesas com influências evidentes na sua renovação, reidentificação e na qualidade de vida dos seus cidadãos.

Desta iniciativa fica evidente a pertinência e o momento adequados à sua implementação, evitando-se a continuidade de processos de condicionamento da paisagem urbana, e restabelecendo-se a possibilidade da existência de novos espaços e objectos ou, noutros casos da sua reabilitação, tornando as cidades mais atractivas e dinâmicas e respondendo a um desígnio amplo de requalificação e revalorização do sistema urbano português.

O reconhecimento das repercussões positivas do Programa Polis é extensível ao caso de Coimbra, que encontrou nas realizações associadas, os tempos e os contextos para novas formas de vida sob um fundo renovado, que veio contrariar o quadro que antes marginava o Mondego.

As várias intervenções, nas quais se inclui a de Coimbra, exigem que se volte a olhar os espaços da cidade como propriedade colectiva que merece o comportamento ético e cívico, que critica, protege e conserva, para que desse modo se estabeleçam níveis de exigência e qualidade que permaneçam e influenciem o futuro da cidade em devir.

As múltiplas disciplinas do desenho emergem das várias intervenções do Programa Polis como factores imprescindíveis à materialização de soluções disseminadas pelas diferentes realidades contextuais - revelando-se o design como uma dessas disciplinas, convocando as suas diversas variantes e estabelecendo complementaridades que tornaram possíveis novas realidades formais, estéticas e funcionais que se converteram nalguns casos, em coisa do simbólico.

Desse papel e participação renovadora sobre a recomposição dos lugares, merece relevo particular a sua influência sobre os novos usos e apropriações, alterando comportamentos e dignificando atribuições que vieram reconfigurar a imagem que os cidadãos vinham tendo do espaço público das suas terras, ao qual passaram a reconhecer diferentes índices de modernidade consentâneos com outros quadros de referência urbana.

No quadro global das intervenções e concatenando algumas das percepções agora possíveis, importa deixar uma nota crítica que remete para o facto de nem sempre se assistir a soluções que tiveram em conta os níveis de durabilidade, resistência, segurança – ou ainda de manutenção. Os materiais adoptados, as condições climáticas, as exigências de uso e um desenho por vezes refém de uma certa *ortodoxia* estética, são razões que justificam a nota anterior e que devem merecer por parte dos projectistas cuidado acrescido, quando se trata do objecto convertido em coisa pública.

A avaliação global apresenta contudo níveis muito expressivos de reconhecimento da participação qualificada do design em diferentes escalas nos espaços do Programa Polis, o que atesta da evolução não só da qualidade particular dos objectos, mas também da sua própria integração nos novos contextos, factores fundamentais à distinção das intervenções e à afirmação cultural do próprio design.

Coimbra apresenta um quadro que se revê na síntese transversal anterior e reitera os aspectos essenciais que apontam para uma participação que veio reposicionar a relação dos cidadãos com os novos espaços de vivência comum¹⁸³.

A globalidade das intervenções marca a reciprocidade de uma nova atitude entre a cidade física e social, pautada por novas formas viver e olhar a cidade, accionadas pelos processos de renovação, regeneração e revitalização de lugares, ou da sua criação, o que alterará a geometria de relações, e concomitantemente, a identidade de vários lugares.

É uma convicção que se estriba na leitura e confronto directo com as realidades que agora apresentam tempos e modos abertos a novas imagens activas, sustentadas nos gestos cruzados entre os novos símbolos e os seus usufruidores.

Dessa leitura dos diferentes contextos, encontramos em Coimbra o seu reflexo e a sua confirmação, através de níveis de uso e apropriação, que só podem corresponder a um grande reconhecimento e identificação dos conimbricenses com o seu Programa Polis.

Em síntese, importa, com base nas ideias e circunstâncias expressas sobre o envolvimento do design no Programa Polis, referir que se apresenta como disciplina participante e efectiva nos contextos patrimoniais das cidades, suscitando novas dimensões formais, funcionais e simbólicas, o que não só contribui para a qualificação das cidades, mas também para a promoção da qualidade de vida urbana e para o sucesso do próprio Programa Polis.

183 Neste âmbito, é de referir uma significativa coincidência de opinião entre os utilizadores do Programa Polis de Coimbra e a globalidade dos responsáveis dos diversos Polis, com particular destaque para as questões do design – o que nos poderá permitir inferir da possibilidade da existência de opiniões similares por parte dos utilizadores dos restantes Polis presentes neste estudo.



Conclusões - consecução dos objectivos do estudo

A trama metodológica¹⁸⁴ que permitiu a validação da informação e conduziu a níveis de reflexividade que a mesma veio promover, comprovam, em primeiro lugar, a pertinência dos objectivos definidos para este estudo e, em segundo lugar, a dedução de que os mesmos terão sido atingidos na sua globalidade.

Assim, dando sequência aos propósitos da parte última desta tese, e assumindo como referentes os objectivos definidos para esta investigação, consideramos desde já que as diferentes fases do estudo permitiram a percepção dos enquadramentos conducentes à compreensão e à avaliação sustentada dos efeitos globais do Programa Polis¹⁸⁵, a partir de uma visão integrada dos diferentes processos de *requalificação urbana e valorização ambiental*, nos quais pontuam a participação do design e as novas realidades identitárias.

O aprofundamento do conhecimento das diferentes realidades contextuais propiciou a pesquisa e a reflexão à volta das suas especificidades materiais e imateriais, o que clarificou os níveis de participação e influência de diferentes áreas disciplinares na consecução das várias intervenções, e simultaneamente, a percepção do envolvimento disciplinar e intradisciplinar do próprio design nessas dinâmicas de transformação da cidade física e social.

184 Aqui reportada ao cruzamento da informação contextual recolhida e tratada pelo investigador, com os contributos dos restantes intervenientes: responsáveis, projectistas e utilizadores.

185 A EXPO 98 foi assumida como referente indutor no processo de regeneração urbana do Programa Polis – contudo, consideramos que não se verificou a sua vulgarização, dada a diversidade intercontextual e a consequente adequação das intervenções.

Tal circunstância, abriu a possibilidade de confirmar ou infirmar dimensões técnicas e estéticas do design presentes em diferentes contextos e intervenções, o que possibilitou o registo de inferências relevantes que permitiram sustentar ou não o papel do design nos processos de inovação e renovação dos espaços do Programa Polis, e desse modo reflectir sobre a sua propensão e estatuto no quadro da evolução das cidades.

Naquele sentido, e não podendo circunscrever-se o design ao restrito campo formal e funcional, foi possível perceber e avaliar globalmente as suas participações e realizações, na sequência de observações e múltiplas interacções que permitiram concluir da expressiva inclusividade do design presente em objectos, equipamentos e ambientes do Programa Polis.

Julgamos que aquela predisposição e condição do design foi determinante para compreender a existência de novos diálogos entre diferentes patrimónios, cuja resultante terá influenciado positivamente os níveis de uso e apropriação dos novos contextos urbanos, e consequentemente, a recuperação ou criação de novas identidades urbanas.

Tal condição permitiu desvelar contributos diversos, de múltiplas disciplinas e agentes, no sentido da recontinuação da cidade racional e emocional, o que induziu à reflexão sobre diferentes dimensões do Programa Polis, e possibilitou o deslinde da sua possível influência cultural sobre os novos lugares da cidade e sobre a sua propensão para a geração de novas urbanidades.

O amplo perímetro de contributos investigativos que a consecução dos objectivos validou apenas foi possível face a um estudo de largo espectro, que se revelou complexo, ambicioso e merecerá em nosso entender integrar o novo conhecimento sobre design em espaço público.

Conclusões - da problemática ao recorte final da investigação

A temática cujo entrelace considerou a cidade e o design, exigiu desde logo que se definisse uma matriz investigativa que considerasse os múltiplos tempos e lugares em que acontece a vida urbana, e nos quais se observavam problemas que importaria reconsiderar no âmbito do desenvolvimento das cidades.

Desse enredo, seria importante a cogitação sobre o papel do design no (re)desenho de comportamentos influenciadores da qualidade das relações sociais e da vida cívica em cidades portuguesas, bem como, do seu alcance cultural e reconhecimento públicos.

A dúvida, cujos contornos se sintetizaram, exige a recuperação do problema enunciado:

- A participação do design na concepção e realização do espaço público de cidades portuguesas, no amplo quadro das actuais relações de (inter)disciplinaridade e influência críticas, não parece determinar ainda um reconhecimento público que legitime o seu estatuto participativo, a sua qualidade e a sua dimensão cultural(izante), em face da sua possível influência nos novos usos e apropriações, logo na indução de novas urbanidades.

A problemática circunscrita pelo enunciado do problema, que a seu tempo deu lugar às questões de investigação a que adiante responderemos, merece-nos, após o decurso deste estudo, as seguintes notas prévias e complementares às conclusões finais:

– O design presente e participante na realização do espaço público de cidades do Programa Polis, pelas suas características, papel e actualidade, veio promover sinais de reconhecimento do seu estatuto disciplinar;



- A renovação das cidades do Programa Polis, a que se associaram diferentes disciplinas do desenho, deixou clara a coexistência de relações disciplinares internas ao próprio design, mas não ficou evidente o reconhecimento dessas relações no quadro alargado de outras dinâmicas transdisciplinares;
- O Programa Polis, pela sua visibilidade e impacto no contexto das cidades intervencionadas, veio promover o design ao adoptar soluções que, em diferentes escalas e sistemas de participação, passaram a constar do quotidiano físico, social e cultural dessas cidades.

Entendemos que as evidências descritas vêm confirmar uma alteração tendencial na forma como o design tem vindo a ser percebido, contrariando-se uma visão difusa do seu significado e das determinações influenciadoras da qualificação, valorização e usufruição colectiva do património das cidades, de que o Programa Polis constitui referência, cumprindo-se assim o espírito presente no objectivo geral da investigação.

Conclusões - roteiro de respostas da investigação

A actualidade e foco da temática mobilizaram disponibilidades para aceder à literatura de referência que, versando as matérias em questão, nos permitiram questionar o saber já feito e avançar para novas oportunidades de conhecimento, sustentados em saberes centrados em ecologias urbanas, nas quais prevalecem a história, a sociedade e a cultura.

Da teorização à praxis que rodeou esta tese, importa agora promover respostas condicionadas pelo tempo da investigação, porque, sendo dinâmica, há-de fazer emergir novas possibilidades de explicação sobre as realidades em mudança.

Assim, formulámos na fase inicial do processo, e previamente à admissão da hipótese e acções do projecto, seis questões de pesquisa, como indicadores de roteiro, às quais pretendemos responder agora sob a forma de síntese conceptual:

1. Qual a importância estratégica do Programa Polis no quadro global da requalificação urbana e valorização ambiental de cidades portuguesas?

A abrangência territorial do Programa e o processo integrado de intervenções de requalificação urbana e valorização ambiental foi gerador de equilíbrios entre cidades portuguesas o que, de acordo com a investigação, terão concorrido para o cumprimento de um dos objectivos fundamentais do Programa Polis - o reforço do sistema urbano nacional.

Quando circunscritos a cada cidade, e numa perspectiva geral, reconhece-se uma maior atractividade e competitividade decorrentes da recuperação e reintegração de ecologias singulares que marcaram e marcam o imaginário daquelas urbes, o que concorreu para a dignificação de diferentes dimensões do seu espaço público – contrariando a ideia de simples estetização urbana.

O impacto decorrente das diferentes transformações formais, funcionais e simbólicas, vieram contribuir ainda para a promoção de índices de satisfação social e melhoria da qualidade de vida, que conduziram a fenómenos de humanização das cidades, essenciais ao reforço da coesão social – o que legitima em nosso entender a acção e investimento da União Europeia e do Estado Português.

2. Qual a importância da participação e influência (inter)disciplinares do design nos processos de reinvenção e revalorização dos patrimónios material e imaterial de cidades do Programa Polis?

A visibilidade e impacto do design nas suas diferentes variantes conferiram, à generalidade das intervenções, uma qualidade acentuada pela resposta que conseguiu dar às diferentes especificidades patrimoniais urbanas, históricas e naturais – o que contribuiu para a sua afirmação e reconhecimento públicos.

Das relações que se estabeleceram entre diferentes disciplinas do urbano, nem sempre se revelaram claramente consciencializadas no âmbito de projectos integradores que assumiam preocupações sociais, técnicas e estéticas, o que parece revelador de um ‘hiato’ ainda latente entre o design, a arquitectura e a engenharia - entre outras disciplinas, cuja presença se exige e se deseja no quadro da discussão sobre o programa, o projecto e o processo de recontinuação das cidades.

Contudo, dessa participação, ficam evidências do estabelecimento de novos diálogos entre diferentes patrimónios, o que vem acentuar uma nova relação que se repercutiu no reconhecimento de objectos urbanos com diferentes vocações e naturezas, e cuja objectividade e subjectividade os tornou potencialmente influenciadores da cidade que se renova e se afirma na sua materialidade e imaterialidade.

3. Quais os principais atributos e contributos técnicos, estéticos e simbólicos do design, promotores da inovação e renovação de espaços integrados no Programa Polis?

A diversidade contextual do Programa Polis promoveu a adopção de soluções projectuais de design, exclusivas e de tipo standard, como pretensa resposta dos projectistas às especificidades patrimoniais e culturais, às condições de ordem ambiental e às exigências de uso específicas.

O recurso a diferentes materiais e tecnologias de produção, patentes nas soluções presentes nos espaços do Programa Polis, permitem concluir que as soluções standard manifestam sinais de resistência e durabilidade superiores às soluções não-standard, provavelmente menos testadas, a que se acresce o facto da manutenção destas últimas se revelar também menos fácil e sustentável.

Contudo, da implementação das várias soluções, é evidente a existência de interessantes resultados formais, estéticos e funcionais, ou mesmo simbólicos, com clara influência na renovação, na fruição do espaço público e na valorização da paisagem urbana – o que contribuiu para a afirmação de novos lugares e para a diferenciação entre as várias realizações.

4. Qual a relevância da participação do design no Programa Polis, designadamente, aos níveis do desenvolvimento e materialização de objectos, equipamentos e ambientes utilizáveis por todos?

A dimensão inclusiva do design nos espaços do Programa Polis é incontestavelmente um dos aspectos mais relevantes da sua participação, promovendo soluções que valorizaram a acessibilidade e a mobilidade urbanas, mas também equipamentos e ambientes em que visivelmente é notória essa preocupação.



O efeito dessa opção estratégica do Programa, por via do design, conduziu à facilidade de utilização de espaços e equipamentos por parte de pessoas de diferentes condições, traduzindo-se essa abertura na instauração da cidade democrática que, não prescindindo do humano, reivindica para si a inclusão de todos.

5. Qual a influência ou determinação do design na (re)identificação de espaços e objectos urbanos do Programa Polis, designadamente, através do seu uso e apropriação cívica?

O design presente nos espaços do Programa Polis, não se confinando à forma e a função, tangeu as subjectividades da *arte* para materializar soluções inovadoras que, marcando vários lugares das cidades, lhes conferiu uma nova identidade ou a sua renovação.

A evidência desta participação 'coreográfica' do design, objectivo e subjectivo, no contexto das várias intervenções, veio inaugurar novas formas de ler, entender e viver a cidade e, desse modo, propiciar o uso e apropriação cívica e colectiva do espaço público, protagonizado agora por novos referentes urbanos valorizadores da sua imagem de marca.

6. Dada a ambicionada qualificação da cidade física e social, qual a dimensão e alcance cultural do Programa Polis nos processos de indução, promoção e fundação de novas urbanidades?

O sentido de qualificação da cidade física e social, proposto pelo Programa Polis, foi determinante para renovar ou mesmo regenerar o quadro patrimonial de várias cidades portuguesas e, conseqüentemente, alterar os níveis de identificação dos próprios cidadãos com a sua história, a sua memória e o seu devir.

Essa mudança, operada pela dignificação do património urbano, histórico e natural, terá contribuído para redimensionar o seu (re)conhecimento profundo e a activação de uma responsabilidade social orientada para a intervenção cívica, crítica e criativa, em defesa dos valores de um futuro mais humanizado das cidades.

Convicção desde logo estabelecida nos desígnios do Programa, em colocar a polis na confluência do debate, da decisão e do acontecimento, reivindicando a participação múltipla de instituições e pessoas - dinâmica capaz de reinventar a cidade viva nas suas diferentes dimensões física e humana.

As convergências em perspectiva, e as evidências que decorrem deste estudo, apontam globalmente para a confirmação da hipótese formulada:

– O design assume no contexto das realizações urbanas contemporâneas, designadamente nas intervenções integradas no Programa Polis, uma participação efectiva na (re)qualificação e (re)valorização de cidades portuguesas, ao mesmo tempo que contribuiu para a geração de uma cultura identitária, que pode vir a revelar-se determinante para a fundação de novas urbanidades.

As conclusões finais deste estudo sublinham a importância reiterada da investigação sobre a cidade que, sob influências e determinações múltiplas, importa manter em debate para que salvaguardem a sua história, o seu património, a sua cultura – e um futuro de matriz humanista.

Disseminação da investigação e formação

No decurso do processo investigativo e acção profissional procedeu-se à disseminação da investigação em eventos científicos e publicações, na qualidade de participante, orador e/ou organizador, do qual se apresenta a seguinte síntese:

- Realização de conferência na Universidad de Málaga / Escuela Universitaria Politécnica, no dia 22 de Março de 2010, subordinada ao tema “DESIGN E PATRIMÓNIO URBANO”;
- Dinamização de Workshop na Universidad de Málaga / Escuela Universitaria Politécnica, no dia 23 de Março de 2010, subordinado ao tema “A CIDADE COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA”;
- Participação no 1.º Seminário Internacional de Investigação do CIAUD, que decorreu na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa nos dias 24 e 25 de Junho 2010, tendo realizado apresentação oral do projecto subordinado ao título “Design e Urbanidade – Contributos do Programa Polis” - com a participação do Conselho Consultivo do CIAUD.
- Orador na 1.ª Conferência Internacional em Design e Artes Gráficas de 27 a 29 de Outubro de 2010 em Lisboa, tendo apresentado comunicação oral intitulada “Educação, arte e tecnologia – para uma cultura do Design”.
- Participação no 5.º Congresso Internacional de Pesquisa em Design (CIPED), promovido pela Universidade Estadual Paulista – Campus de Bauru, em Outubro de 2009, tendo apresentado comunicação subordinada ao tema “DESIGN E CIDADE - para uma urbanidade inclusiva”;
- Orador Convidado para o 1.º Ciclo de Conferências da Escola Profissional da Lousã, abordando o tema “Áreas de Intervenção/Implicações do Design na Sociedade”, a 16 Março de 2011 no auditório daquela Instituição;
- Participação no 6.º Congresso Internacional de Pesquisa em Design tendo apresentado comunicação intitulada: “Design e Identidade Urbana – Contributos do Programa Polis” que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian em Outubro de 2011.
- Publicação nos anais do 5.º Congresso Internacional de Pesquisa em Design (CIPED), do artigo intitulado “DESIGN E CIDADE - para uma urbanidade inclusiva”, sob o código ISSN: 2175-0289;
- Publicação no livro de comunicações do 1.º Seminário Internacional de Investigação do CIAUD, do projecto “Design e Urbanidade – Contributos do Programa Polis”;
- Publicação do artigo “Educação, arte e tecnologia – para uma cultura do Design” no livro de actas da 1.ª Conferência Internacional em Design e Artes Gráficas;
- Publicação de resumo do artigo “Design e Identidade Urbana – Contributos do Programa Polis” no respectivo livro e no âmbito do 6.º Congresso Internacional de Pesquisa em Design - ISBN 978-972-99948-3-8 em Outubro de 2010.
- Publicação na Revista Attitude n.º 35 de Set-Out 2010 de projecto e texto intitulado “Gestos de Tempo”, associados às áreas da arquitectura e do design.
- “DESIGN & ESPAÇO PÚBLICO: Programa Polis”, artigo submetido e aceite pela Revista I+DISEÑO – aguardando publicação.



- Membro da Comissão Organizadora, designadamente, da Sub-Comissão Científica, do 6.ª Congresso Internacional de Pesquisa em Design, sob o tema “An Agenda for Design”, que decorreu em Lisboa em Outubro de 2011;
- Organização da visita do Professor Doutor Luís Paschoarelli da UNESP – Baurú, de 18 a 19 de Novembro de 2009, ao Instituto Politécnico de Coimbra e de conferência do visitante, subordinada ao tema: “Design Ergonómico – princípios e aplicações no design de mobiliário e equipamentos”, destinada a alunos e docentes das áreas da Arte e Design, Educação, Saúde e Engenharia Mecânica;
- Organização de seminário intitulado, “Marketing, arte e design”, pela Doutora Rosa Sobreira, docente na Escola Superior de Educação de Coimbra, realizado no dia 2 de Maio de 2011;
- Apresentou e defendeu perante júri para o efeito, o 1.º Ponto de Situação do Projecto de Investigação de Doutoramento, “Design e Urbanidade - Contributos do Programa Polis”, na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, em 16 de Abril de 2010;
- Apresentou e defendeu perante júri para o efeito, o 2.º Ponto de Situação do Projecto de Investigação de Doutoramento, “Design e Urbanidade - Contributos do Programa Polis”, na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, em 5 de Novembro de 2010;
- Apresentou e defendeu perante júri para o efeito, o 3.º Ponto de Situação do Projecto de Investigação de Doutoramento, “Design e Urbanidade - Contributos do Programa Polis”, na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, em 13 de Janeiro de 2012;
- Investigador/colaborador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design – Laboratório de Inovação em Design;
- Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

No âmbito da sua actividade académica, enquanto docente na área das artes visuais, protagonizou acções que versaram temáticas associadas e complementares ao processo formativo, entre as quais se referem as seguintes:

- Palestrante convidado do Curso de Comunicação e Design Multimédia da Escola Superior de Educação de Coimbra, para abordar a temática “Design - espaços e objectos da cultura urbana”;
- Participante no X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação em 2009, tendo apresentado em co-autoria com Idália Sá-Chaves uma comunicação subordinada ao tema “Complex(c)idade: para um novo compromisso formativo” - cujo conteúdo foi publicado no livro de actas do evento;
- Orador convidado na qualidade de autor do livro “URBANIDADE E EDUCAÇÃO CULTURAL – Supervisão e Formação em Educação Artística e Tecnológica”, no dia 8 de Maio de 2009, integrado no Fórum Arte, Ciência e Tecnologia – Um olhar da escola à vida”, promovido no Funchal pela Direcção Regional da Associação de Professores de Educação Visual e Tecnológica da Madeira;
- Dinamizou seminário subordinado ao tema “EDUCAÇÃO E PATRIMÓNIO CULTURAL – um projecto de cidadania”, no dia 8 de Maio de 2009, na Escola Básica e Secundária do Carmo, em Câmara de Lobos – Madeira;

- Autor do livro “URBANIDADE E EDUCAÇÃO CULTURAL – Supervisão e Formação em Educação Artística e Tecnológica”, publicada pela Editorial Novembro, com o ISBN 978-989-8136-32-9, que embora associada ao mestrado antes realizado, versa e acentua as problemáticas da urbanidade;
- Participação no lançamento do livro de sua autoria, “URBANIDADE E EDUCAÇÃO CULTURAL – Supervisão e Formação em Educação Artística e Tecnológica”, no dia 1 de Junho de 2009, no Centro Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha;
- Orador convidado para o 1.º Ciclo de Conferências do Mestrado de Educação de Adultos e Desenvolvimento Local tendo abordado o tema, “Educação, Património e Cultura – um projecto de cidadania”, no dia 4 de Dezembro de 2009, das 14.30 às 17.30 horas, no auditório da ESEC;
- Autoria de artigo publicado na Revista APEVT - MADEIRA / Fórum “Arte, Ciência e Tecnologia – Um olhar da Escola à Vida”, subordinado ao título “EDUCAR PELA ARTE E TECNOLOGIA – *na cidade patrimonial*”;
- Orador convidado para dinamizar seminário interdisciplinar do Curso de Música da Escola Superior de Educação de Coimbra, sob o tema “Visualidades e Sonoridades”;
- Colaborou na IWE2010_7th International Week of ESEC – Sustainable World, desempenhando funções de desenvolvimento e promoção de actividades associadas ao tema “Desenvolvimento Sustentável”;
- Colaboração na organização da CiCe Regional Conference e no Festival To-Gather que se realizou na ESEC de 18 a 19 de Janeiro de 2010, tendo colaborado na organização deste evento através da supervisão das actividades de arquitectura e design;
- Integrou o Painele 2 “Modelos de organização curricular para as áreas da expressão plástica e educação visual e tecnológica” no Encontro Nacional da APEVT em Maio de 2008.

No decurso do processo de formação foi-lhe atribuído o *Diploma de Estudos Avançados em Design* pela Faculdade de Arquitectura de Lisboa e, noutro âmbito, na sequência de candidatura, apresentação e defesa de provas públicas, o *Título de Especialista em Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação*, concedido pelo consórcio dos Institutos Politécnicos de Coimbra, de Lisboa e do Porto, a 24 de Outubro de 2011.



Limitações à investigação e recomendações para futuros estudos

O epílogo desta investigação convida a um breve olhar retrospectivo sobre episódios múltiplos que marcaram um processo de desafios, dificuldades e vitórias instigadoras de novas possibilidades de conhecimento.

O início da investigação, marcado pela complexidade do seu desenho, deixou explícitas dificuldades que afirmaram essa dúplice virtualidade de se constituírem como factores críticos de (in)sucesso, designadamente, a (im)possibilidade de interações múltiplas com entidades públicas e privadas, projectistas, técnicos, gestores e cidadãos.

O sucesso e o insucesso, a possibilidade e a impossibilidade decorreram em muito da capacidade de gerar sinergias, comprometer apoios ou ceder perante a evidência do irrealizável. Constituíram factores e circunstâncias associadas à disponibilidade ou indisponibilidade dos vários intervenientes estratégicos, da menor ou maior burocracia no desbloquear de determinadas solicitações, da disponibilização de informação pertinente e da limitação de tempo do nosso próprio tempo.

Foram variabilidades que colocaram em crise alguns momentos do processo investigativo e o seu contrário, mediadas pelo efeito ético de entidades e pessoas que reconhecendo a pertinência do estudo, se associaram a um propósito que se quis afirmar desde o primeiro momento e antes de tudo mais, como um projecto cívico de investigação.

Depois, a amplitude da área científica de design, quando associada à sua participação no contexto diverso das cidades e na tentativa de uma abordagem ambiciosa, exige procedimentos que tornam complexa a investigação.

Reconhecemos, contudo, que este estudo promoveu incursões e fundou vias de conhecimento sustentado na relação entre as formulações teóricas e o saber prático que, cremos, terão contribuído para a requalificação do sentido e das finalidades últimas da participação do design em contextos patrimoniais da cidade, e da sua possível contribuição para uma cultura indutora da urbanidade.

Em complementaridade, e reiterando o espectro alargado de outras possibilidades de investigação, consideramos *áreas em aberto* aquelas que, decorrendo objectivamente do mesmo quadro conceptual e da mesma intenção temática, internas ou externas aos contextos integrados no Programa Polis, considerem problemáticas do *design* em articulação com outras áreas científicas tendo por base a reflexão centrada na cidade.

Numa perspectiva mais focada, importaria a complementaridade de estudos que associassem materiais à resistência e durabilidade dos objectos adoptados; o desenho à segurança dos objectos; as cores e texturas aos contextos de inserção; o uso e apropriação à sustentabilidade; o design ao quadro interdisciplinar de outras áreas participantes; entre outras possibilidades nas quais se podem inscrever as problemáticas da cidadania e da responsabilidade social mediadas pelo design.

Em síntese, seria pertinente a formação de uma equipa interdisciplinar de investigação que, abrindo o leque de abordagens a outros âmbitos do design, contribuísse para uma compreensão sustentada e diversa dos efeitos do Programa Polis, e gerasse uma rede dinâmica de conhecimento que reiterasse e compromettesse a academia, as instituições e a sociedade.



- ALARCÃO, J. (2008) *Coimbra. A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ALMEIDA, B. (1996) *O Plano de Imagem: Espaço da Representação e Lugar do Espectador*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- ALVAREZ, J. (1991) *Las ciudades – morfología y estructura*. Madrid: Editorial Síntesis.
- AMADO, J (2009) *Estudos do património – museus e educação*. Coimbra: IUC.
- AMBRÓSIO, T. (1997). *Educação e meios urbanos: problemas e caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, pp.14-15.
- ASCHER, F. (1998) *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*. Lisboa: Celta Editora.
- AUGÉ, M. (2005) *Não-Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- AZEVEDO, M. (2004) 4.^a ed. *Teses, relatórios e trabalhos escolares*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- BACH, P. (2001) *New Land Marks: Public Art, Community, and the Meaning of Place*. Editions Ariel.
- BACHELARD, G. (1996) *A poética do espaço*. S. Paulo: Martins Fontes.
- BANDEIRINHA, J. & JORGE, F. (2003) *Coimbra vista do céu*. Lisboa : ARGUMENTUM, Edições, Lda.



- BARDIN, L. (2004) 3.^a ed. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BASTIÉ, J. & DEZÉRT, B. (1988). *L'espace urbain*. Paris : Édition Masson.
- BATISTA, T. (2002) *Da ontologia à deontologia do design – reflexão sobre os valores do design face às realidades sociais e ambientais no início do séc. XXI*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto.
- BAUDRILLARD, J. (1973) 4.^a ed. *O sistema dos objectos*. S. Paulo: Editora Perspectiva.
- BENEVOLO, L. (1998) *A Cidade e o arquitecto*. Lisboa: Edições 70.
- BENEVOLO, L. (1995) *A Cidade na história da Europa*. Lisboa : Editorial Presença.
- BENEVOLO, L. (1981) *Diseño de la ciudad 1 – la descripción del ambiente*. Barcelona : Ed. Gustavo Gili.
- BIRKELAND, J. (2000) *Design for sustainability – A sourcebook of integrated eco-logical solutions*. UK: Earthscan.
- BITTI, P. & ZANI, B. (1997) *A comunicação como processo social*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BOGDAN, R., & BIKLEN, S. (1994) *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- BORJA, J. (2003) *L'espai públic: Ciutat i Ciutadania*. Barcelona: Dipotació de Barcelona.
- BRANDÃO, C. (org.). (2006) *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BRANDÃO, P. & REMESAR, A. (eds.) (2004) *Design Urbano Inclusivo – uma experiência de projecto em Marvila*. Lisboa: Centro Português de Design.
- BRANDÃO, P. & REMESAR, A. (eds.) (2003) *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design.
- BRANDÃO, P. & REMESAR A. (2000) *Espaço Público e a Interdisciplinaridade*. Lisboa, Centro Português de Design.
- BRANDÃO, P. (2008) *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- BRANDÃO, P. (2005) *Ética e profissões no design urbano – convicção, responsabilidade e interdisciplinaridade. Traços da identidade profissional no desenho da cidade*. Tese de Doutoramento. Universidade de Barcelona.
- BRANDÃO, P. (2004) Introdução. In Brandão, P. & Remesar, A. (eds.) *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 5-14.
- BRANDÃO, P. et al. (2002). *O chão da cidade – guia de avaliação do design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design.
- BÜRDEK, B. (2006) *História, Teoria e Prática do Design de Produtos*. São Paulo: Edgard Blücher.



- BYRNE, G. & LARANJEIRA, J. (2003) Plano de Pormenor do Eixo Portagem/Avenida João das Regras. Lisboa: G. B. Arquitectos, Lda.
- CACCIARI, M. (2010) *La ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- CALVINO, I. (2006) 4.^a ed. *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.
- CARAÇA, J. (1993) Ciência, tecnologia e cultura numa sociedade em transição. In Santos, A. (Coord.), *Arte e tecnologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 187-194.
- CARVALHO, J. (2003) *Ordenar a cidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- CASTELLS, M. (2000). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTELLS, M. (1975) *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Editorial Presença.
- CAUQUELIN, A. (2008) 2.^a ed. *A invenção da paisagem*. Lisboa: Edições 70.
- CERVO, A. & BERVIAN, P. (1983) *Metodologia Científica*. 3.^a ed. São Paulo: Mac Graw-Hill do Brasil.
- CHAUCHAT, H. (1985) *L'Enquête en psychologie*. Paris: PUF.
- CHOAY, F. (1965) *L'Urbanisme – utopies et réalités. Une anthologie*. Paris: Éditions du Seuil.
- CHOAY, F. (1999) *A Alegoria do património: arte e comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- COCOZZA, G. (2007) *Paisagem e Urbanidade – Os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas*. Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo.
- COHEN, L., et al. (2003) *Research methods in education*. London: Routledge / Falmer.
- CONSIGLIERI, V. (2007) *As metáforas da arquitectura contemporânea*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CORREIA, F. & FARINHA, N. (2001) *Coimbra parques e jardins*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- CORREIA, N. (2007a) O conceito Polis e o Modelo Institucional. In *VIVER AS CIDADES Programa Polis – O modelo institucional, os planos e a comunicação e sensibilização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, p.6.
- CORREIA, N. (2007b) O conceito Polis e a Requalificação Urbana. In *VIVER AS CIDADES Programa Polis – Os projectos e as obras de requalificação urbana*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, p.6.
- CORREIA, N. (2002) O Polis e a arte urbana. In *Projectos de referência – Programa Polis – Viver as cidades*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, p. 2.
- CORREIA, J. (2001, Novembro). *Transformar, habitar – a construção do lugar*. Jornal dos Arquitectos n.º 203, pp. 9-15.
- CORTESÃO, C. & VIEIRA, M. (2004). Plano de Pormenor do Parque Verde do Mondego. Porto: Camilo Cortesão & Associados Arquitectos, Lda.



- COSTA, A. (2003, Dezembro) *O Património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade*. Jornal dos Arquitectos, 213, pp. 7-13.
- COUCEIRO, J. (Coord.) (1998) *Urbanidade e património*. Lisboa: IGAPHE.
- CULLEN, G. (1996) *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.
- D'OREY, C. (2007) Introdução. In *O que é a arte?*. Lisboa: Dinalivro, p. 9-25.
- DAMAS, M., & DE KETELE, J. (1985) *Observar para avaliar*. Coimbra: Livraria Almedina.
- DE KETELE J., & ROEGERS, X. (1999) *Metodologia de recolha de dados – fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DE KONINCK, T. (2003) *A nova ignorância e o problema da cultura*. Lisboa: Edições 70.
- DE LA TORRE, S. (1991) Como sistematizar la estimulación creativa? In Marin, R, & De la Torre, S. (Coord.). *Manual de la creatividad*. Barcelona, Ediciones Vicens Vives, S.A., pp. 21-33.
- DELEUZE, G. (2005) *Foucault*. Edições 70, Lisboa.
- DELFANTE, C. (2000) *A grande história da cidade – da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DESMOULIN, C. (1997). *Regards sur le patrimoine*. France: Editions du Sorbier – Edition UNESCO.
- DGOTDU (2005) *Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- DIAS, M. (2004). A organização de bocados da cidade. Mobilidade e densidade. In Brândão, P & Remesar, A. (eds.). *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 64-65.
- DOMINGUES, A. (Coord.) (2006) *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum Edições.
- DONNADIEU, B. (2002) *L'apprentissage du regard*. Paris: Éditions de La Villette.
- DONNE, M. (1979) *Teorias sobre a cidade: arte e comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- DORMER, P. (1995) *Os significados do design moderno*. Lisboa: Centro Português de Design.
- DUARTE, R. (2011) *Arquitetura, representação e psicanálise*. Lisboa: Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, SA.
- DUARTE, R. (2008) *O Voo da Fénix*, Papiro Editora, Lisboa.
- DURÁN, M-A. (1998) *La ciudad compartida. Conocimiento, afecto y uso*. Santiago do Chile: Ediciones SUR.
- ERICKSON, F. (1986) Qualitative methods in research teaching. In Wittrock, M. (Ed.), *Handbook of research on teaching*. New York: MacMillan, pp. 119-162.
- ESTRELA, A. (1994) *Teoria e prática de observação de classes*. 4.^a ed. Porto: Porto Editora.
- FACHADA, M. (1991) *Psicologia das relações interpessoais*. Lisboa: Rumo.



- FAGGIANI, K. (2006) *O Poder Do Design: Da Ostentação À Emoção*. Brasília: Thesaurus Editora.
- FARIA, S. (2006) Evolução do espaço físico de Coimbra. In Rebelo, J. (Coord.). *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- FERRARA, L. (2002) *Design em espaços*. São Paulo: Edições Rosari.
- FERREIRA, A. (s/d). *Dicionário de Latim – Português*. Porto: Porto Editora.
- FERREIRA, M. (Dir.) (2002) *Cidades – Comunidades e Territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais – ISCTE.
- FERREIRA, S. (2007) *Programa Polis e a componente ambiental – Três abordagens de integração*. Lisboa: PARQUExPO - Colecção EXPOENTES.
- FERREIRA, V. (2004) Espaços públicos urbanos e espaços públicos da cidade. In Brandão, P. & Remesar, A. (eds.). *Design Urbano Inclusivo – uma experiência de projecto em Marvila*. Lisboa: Centro Português de Design.
- FIGUEIRA, J. (2003, Novembro) *Portugal que urbanidade*. Revista Ano Nacional da Arquitectura'03, pp.4-5.
- FISKE, J. (1998) *Introdução ao estudo da comunicação*. Porto: Edições ASA.
- FLICK, U. (2005) *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Editora Monitor
- FLUSSER, V. (2008) *O mundo codificado*. São Paulo: Cosac Naify.
- FONSECA, A. (2002) *Projecto de referência: Ponte pedonal do Parque Verde do Mondego*. Em *Projectos de referência – Programa Polis – Viver as cidades*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, p. 32.
- FORTUNA, C. (2009) Cidade e Urbanidade. In Fortuna, C. & Leite, R. (orgs.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, SA, pp. 83-97.
- FORTUNA, C. (2006) *Centros históricos e patrimónios culturais urbanos – uma avaliação*
- FORTUNA, C. & SILVA, A. (2002) *Projecto e circunstância – culturas urbanas em Portugal*. Porto: Edição Afrontamento.
- FORTUNA, C. (org) (2001) 2.^a ed. *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- FORTUNA, C. (1999) *Identidades, Percursos e Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta Editora.
- e duas propostas para Coimbra*. Coimbra: Oficina do CES.
- FOUCAULT, M. (2009) *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, M. (2007) *Space, Knowledge and Power - Foucault and Geography*. UK: Ed. Jeremy Crampton and Stuart Elden.
- FOUCAULT, M. (2005) *A arqueologia do saber*. Coimbra: Livraria Almedina.
- FRANÇA, J. (1993) Arte-ciência-tecnologia. História e linguagem. In Santos, A. (Coord.), *Arte e tecnologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.177-185.



- FRANCH, M. et al (Coord) (1999) *Rehacer Paisajes - Arquitectura del Paisaje en Europa*. Barcelona: Edición Fundación Caja de Arquitectos.
- FREIRE, T. (2012) Pensar e sentir os espaços... Viver os lugares na cidade. In Filipe, A. et al. *Paisagem com Cidade e Maçãs Vermelhas*. Guimarães: Fraterna, Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social.
- FRIAS, A. & PEIXOTO, P. (2002) *Representação Imaginária da Cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra*, CES, nº 183, Coimbra.
- Gabinete Coordenador do Programa Polis / Trindade, J. (Coord.) (2002) *Projectos de referência*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- GALOFARO, L. (2004) 2.^a Ed. *Artscapes – El arte como aproximación al paisaje contemporáneo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- GAUSA, M. et al (2010) *Diccionario matápolis de arquitectura avanzada – ciudad y tecnología en la sociedad de la información*. Barcelona: ACTAR
- GAUTHIEZ, B. (2003) *Espace urbain. Vocabulaire et morphologie*. Paris: Editions du Patrimoine.
- GEHL, J. & GEMZOE, (2000) *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.
- GIL, A. (1994) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- GÓMEZ-GRANELL, C., & VILA I. (Org.). (2003). *A cidade como projecto educativo*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- GONÇALVES, J. (2006) *Os espaços públicos na reconfiguração física e social da cidade*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- GOODMAN, N. (2007) Quando há Arte? In D'Órey, C. (Org.), *O que é a arte?* Lisboa: Dinalivro, pp.119-133.
- GREENE, M. (2005) *Liberar la imaginación – ensayos sobre educación, arte y cambio social*. Barcelona: Editorial GRAÓ.
- HALL, E. T. (1986) *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio de Água.
- HESKETT, J. (2005) *El diseño en la vida cotidiana*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- HILL, A., & HILL, M. (2002) *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- HOUGH, M. (1995) *Naturaleza e ciudad – planificación urbana y procesos ecológicos*. Barcelona, Editorial G. Gili.
- INNERARITY, D. (2008, Abril). *A nova urbanidade*. Jornal Arquitectos – AO, 231, pp. 18-21.
- INNERARITY, D. (2007) La experiencia urbana de la diversidad. In Pires, E. (Org.), *Espços públicos, poder e comunicação*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 87-106.
- JORGE, V. (2000) *Arqueologia, património e cultura*. Lisboa: Instituto Piaget.



- KIRK, J. & MILLER, M. (1986) *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hill: Sage.
- KOOLHAAS, R. (2008) *La ciudad genérica*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- KRAUEL, J. (2008) *Landscape Design Promenades*. Barcelona: Carles Broto i Comerma.
- KRAUEL, J. (2007) *Elementos Urbanos*. Barcelona: Carles Broto i Comerma.
- LAMAS, J. (2007) 4.^a Ed. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LE MOIGNE, JEAN-LOUIS (1995) *O construtivismo das epistemologias* (Vol. II). Lisboa: Instituto Piaget.
- LE MOIGNE, J-L. (1994) *O Construtivismo dos fundamentos* (Vol. I). Lisboa: Instituto Piaget.
- LE MOIGNE, J-L. (1990) *La Modélisation des Systèmes Complexes*. Paris: Dunod.
- LEITE, J. (2007) O Programa Polis e as Cidades Portuguesas. In *VIVER AS CIDADES Programa Polis – O modelo institucional, os planos e a comunicação e sensibilização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.
- LEITE, J. (2007b) O Programa Polis e as Cidades Portuguesas. In *VIVER AS CIDADES Programa Polis – O modelo institucional, os planos e a comunicação e sensibilização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, pp. 8-9.
- LEITE, R. (2007) *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp.
- LIDWELL, et al (2011) *Principios universales de diseño*. BLUME: Barcelona.
- LITTLEJOHN, S. (1998) *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- LOPES, A. (1993) Da existência de meios tecnológicos à criação de um “objecto artístico”. In SANTOS A. (Coord.), *Arte e tecnologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.235-244.
- LOPES, F., & CORREIA, M. B. (2004) *Património arquitectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LYNCH, K. (2000) *A imagem da cidade: arte e comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- MANDANIPOUR, A. (2003) *Public and Private Spaces of the City*. London: Routledge Taylor and Francis Group.
- MARQUES, M. (2003) Heterotopias da urbanidade – Parque das Nações. In Brandão. P. (Dir.). *A alma do design*, Lisboa, Centro Português de Design, pp. 81-86.
- MELA, A. (1999) *A sociologia das cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.



- MENAGUELLO, C. (2009) Espaços e vazios urbanos. In Fortuna, C. & Leite, R. (Orgs.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, SA, pp. 127-137.
- MENDES, C. et al. (1998) *O Património local e regional: subsídios para um trabalho trans-disciplinar*. Lisboa: Departamento do Ensino Secundário.
- MILES, M. & HUBERMANN, A. (1994) *An expanded sourcebook. Qualitative data analysis (2nd. Ed.)* Thousand Oaks: Sage Publications.
- MOREIRA DA SILVA, F. (1999) *Colour/Space: Its Quality Management in Architecture – The colours/space unity as an until of visual communication*. Tese de Doutoramento. University of Salford.
- MORIN, E. (2003) 4 ed. *Introdução ao pensamento complexo*. Col. Epistemologia e Sociedade Lisboa: Ed. Instituto Piaget.
- MORIN, E. (2000) *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MOURA, M. (2008) *Design Em Tempo De Crise*. Lisboa: Edição Braço de Ferro.
- MOURÃO, T. (2000) *Santa Clara-a-Velha – reflexos do património*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.
- MUCCHIELLI, R. (1988) *L'analyse de contenu des documents et des communications*. Paris: Éditions ESF.
- MUNARI, B. (2004) *Artista & Designer*. Lisboa: Edições 70.
- MUNFORD, L. (1998) *A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- MUNFORD, L. (2001) *Arte & Técnica*. Lisboa: Edições 70.
- NORMAN, D. (2004) *Emotional Design*. New York: Basic Books.
- NÓVOA, A. (1992) Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A. (Coord.), *Os professores e a sua formação*. Lisboa, Edições Dom Quixote, pp. 5-33.
- NUNES, J. (2003, Novembro) *O imperativo territorial*. Lisboa: Revista Ano Nacional da Arquitectura '03, pp.4-5.
- NUNES, M. (2004) *Ruas de Coimbra* (2.^a ed.). Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.
- PAIVA, B. (2011) *Design e Identidade Urbana – Contributos do Programa Polis*. In Livro de Resumos do 6.º Congresso Internacional de Pesquisa em Design. Lisboa: CIAUD.
- PAIVA, B. (2010) *Educação, arte e tecnologia – para uma cultura do Design*. In Livro de Actas da 1.^a Conferência Internacional em Design e Artes Gráficas. Lisboa: ISEC.
- PAIVA, B. (2009) *DESIGN E URBANIDADE – para uma urbanidade inclusiva*. In Livro de Resumos do 5.º Congresso Internacional de Pesquisa em Design. Baurú: UNESP.
- PAIVA, B. (2009) *Urbanidade e Educação Cultural - Supervisão e Formação em Educação Artística e Tecnológica*. Penafiel: Editorial Novembro.
- PAPANEK, V. (1995) *Arquitectura e Design – Ecologia e Ética*. Lisboa: Edições 70.



- PARDAL, S, et al (1993) *NORMAS URBANÍSTICAS - Elementos de Direito Urbanístico, Loteamentos Urbanos e Ordenamento Agro-Florestal*. Lisboa: DGOTDU e Universidade Técnica de Lisboa.
- PARDAL, S, et al (1991) *NORMAS URBANÍSTICAS - DESENHO URBANO. PERÍMETROS URBANOS. APRECIÇÃO DE PLANOS*. Lisboa: DGOTDU e Universidade Técnica de Lisboa.
- PARDAL, S, et al (1990) *NORMAS URBANÍSTICAS - Princípios e conceitos fundamentais*. Lisboa: DGOTDU e Universidade Técnica de Lisboa.
- PATROCÍNIO, J. (2002) *Tecnologia, educação e cidadania*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional – Ministério da Educação.
- PEIXOTO, P. (2006) *O passado ainda não começou. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.
- PELLETIER, J. & DELFANTE, C. (2000) *Cidades e urbanismo do mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PERALTA, E. & ANICO, M. (org.) (2006) *Patrimónios e identidades – ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editoras.
- PEZZI, C. (1998) *La ciudad compartida. El género de la arquitectura*. Madrid: Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España.
- GONÇALO BYRNE ARQUITECTOS, LDA. (2003) *Plano de Pormenor do Eixo Portagem /Avenida João das Regras*. Coimbra: CoimbraPolis, SA.
- CAMILO CORTESÃO & ASSOCIADOS - ARQUITECTOS, LDA. (2004) *Plano de Pormenor do Parque Verde do Mondego*. Coimbra: CoimbraPolis, SA.
- PORTAS, N. et al. (2007) *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PORTAS, N. (2007) *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PORTAS, N. (2005) *Os tempos das formas – a cidade feita e refeita*. Braga: Universidade do Minho.
- POSTIC, M. & De Ketele, J. (1990) *Observar las situaciones educativas*. Madrid: Ed. Narcea.
- MAOT (2002) *PROGRAMA POLIS – Polis em Números (2002)*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2001a) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Aveiro*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2001b) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Coimbra*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.



- MAOT (2001c) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico do Porto*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000a) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000b) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Beja*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000c) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Bragança*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000d) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Castelo Branco*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000e) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Guarda*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000f) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Leiria*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000g) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Viana do Castelo*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000h) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Vila Nova de Gaia*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000i) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Vila Real*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MAOT (2000j) *PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Plano Estratégico de Viseu*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- MCOTA (s/d) *PROGRAMA POLIS – Viver as cidades*. (s/d). Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- PROVIDÊNCIA, F. (2004) Porto, comunicar a cidade. In Brandão, P & Remesar, A. (eds.) *Design Urbano Inclusivo*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 37-50.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- RAPOSO, N. (1995) *Estudos de psicopedagogia*. 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora



- REBELO, J. (Coord.). (2006) *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- REGATÃO, J. (2007) *Arte Pública e os novos desafios das intervenções no espaço urbano*. Lisboa: Quimera Editores.
- RELPH, E. (1987) *A Paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70.
- REMESAR, A. (Coord.) (2005) *Do Projecto ao objecto*. Lisboa: Centro Português de Design.
- REMESAR, A. (2003) Arte e espaço público. Singularidades e incapacidades da linguagem escultórica para o projecto urbano. In BRANDÃO, P. & REMESAR, A. (eds.). *Design de espaço público: deslocação e proximidade*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 26-40.
- REMESAR, A. (eds.). *Design Urbano Inclusivo*. Lisboa: Centro Português de Design, pp. 108-123.
- REMESAR, A. (2003) Urbanismo e design. In Brandão, P. (Dir.). *A alma do design*, Lisboa, Centro Português de Design, pp. 120-121.
- REMY, J. & VOYÉ, L. (1997) *A cidade: rumo a uma nova definição*. Porto: Edições Afrontamento.
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 26/2000. D.R. I Série – B, N.º 112, de 15 de Maio.
- RIBEIRO, A. (2004) *Abrigos – condições das cidades e energia da cultura*. Lisboa: Edições Cotovia.
- RODRIGUES, A. (2007) *As novas configurações do público*. In Pires, E. (Org.), *Espaços públicos, poder e comunicação*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 21-34.
- ROSSA, W. (2006). O espaço de Coimbra – da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime. Em: Rebelo, J. (Coord.). *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- ROSSA, W. (2003) Coimbra como território. In Figueira, J. & Moniz, G. (eds.) *Inserções – Seminário Internacional de Desenho Urbano*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- ROSSI, A. (2001) *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos
- RUQUOY, D. (1997) Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In Albarello, L. et al. *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, pp. 84-116.
- SÁ-CHAVES, I. (2005a) *No fio do tempo - marcas de lugar*. Oliveira do Bairro: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- SÁ-CHAVES, I. (2005b) *Acende-se um lume*. Oliveira do Bairro: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- SÁ-CHAVES, I. (2005c) *Textos sobre textos - resgatar a ideia*. Oliveira do Bairro: Câmara
- SÁ-CHAVES, I. (2003) *Interpretação e apropriação de mudança nos quadros conceptuais de referência*. Santarém: Edição ESES – Escola Superior de Educação de Santarém.
- SÁ-CHAVES, I. (2002) *A construção do conhecimento pela análise reflexiva da Praxis*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia.



- SÁ-CHAVES, I. (2000) *Formação, conhecimento e supervisão: contributos nas áreas de formação de professores e outros profissionais*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- SANTOS, B. (2006). *A gramática do tempo – para uma nova cultura do tempo*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCHÖN, D. (1983) *The reflective practitioner: how professionals think in action*. New York: Basic Books.
- SCHULZ, S. (2008) *Estéticas urbanas. Da Polis grega à metrópole contemporânea*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- SCHULZ-DORNBURG, J. (2002) *Arte y arquitectura: nuevas afinidades*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA.
- SERRA, J. (2000) *Manual d'elements urbans. Mobiliari i microarquitectura*. Barcelona: Institut d'edicions de la diputacio de Barcelona.
- SERRA, J. (2003, Novembro) *A cidade imaginária*. Lisboa: Jornal arquitectos – OA, 213, pp.85-91.
- SILVA, F. (2005) *Arte Pública, diálogo com as comunidades*. Editora C/ Arte.
- SILVANO, F. (2001) *Antropologia do espaço – uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- SIMMEL, G. (2001) *A Metrópole e a vida do espírito*. In Fortuna, C. (org). *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta Editora, pp. 31-44.
- SIMÕES, J. & BISPO, R. (2006) *Design Inclusivo – Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes*. Lisboa: Centro Português de Design.
- SISTEMA URBANO NACIONAL: CIDADES MÉDIAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS* (VOLUMES 1 E 2) (1996). Lisboa: Quaternaire Portugal / DGOTDU.
- SIZA, A. (1998) *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70.
- SOARES, I. (1995) Supervisão e inovação numa perspectiva construtivista do desenvolvimento. In Alarcão, i. (ed.) *Supervisão de professores e inovação educacional*. Aveiro: CIDINE.
- SOLÀ-MORALES, I. (2002) *Territórios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA
- STAKE, R. (1994) *Case studies - Handbook of Qualitative Research*. Londres: Sage Publications, pp. 236-248.
- SUBIRATS, J. (2003) Educação : responsabilidade social e identidade comunitária. In Gómez – Granell, C., & Vila I. (Org.). *A cidade como projecto educativo*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- TANDY, C. (1982) *Manual de paisaje urbano*. Madrid: Blume Ediciones.
- TÁVORA, F. (2007) 7ª ed. *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações.
- TRIGAL, L. (2010). *Diccionario de términos sobre la ciudad y lo urbano*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva



- TRINDADE, J. (2003, Março) *Polis, Projectos "Especiais"*. Lisboa: Jornal dos Arquitectos - AO 210, pp. 9-15.
- TRINDADE, J. M. (2002) Projecto de referência: Projectos singulares. Em: *Projectos de referência – Programa Polis – Viver as cidades*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, p. 4.
- VALENTE, P. (1986) *Reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- VALENTE, P. (2002) *Mobiliário urbano: abordagem e reflexão*. Tese de mestrado em Design Urbano. Universidade de Barcelona.
- VIEIRA DE CARVALHO, J. (1997) *Educação e meios urbanos: problemas e caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, pp.15-19.
- VIEIRA, J. (1995) *O desenho e o projecto são o mesmo?* Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto.
- VINTRÓ, E. (2003) Educação, escola, cidade: o projecto educativo da cidade de Barcelona. In Gómez-Granell, C., & Vila I. (Org.). *A cidade como projecto educativo*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- MAOTDR (2007a) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – As arquitecturas*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.
- MAOTDR (2007b) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – O modelo institucional, os planos e a comunicação e sensibilização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.
- MAOTDR (2007c) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – Os projectos e as obras de mobilidade*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.
- MAOTDR (2007d) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – Os projectos e as obras de requalificação urbana*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.
- MAOTDR (2007e) *VIVER AS CIDADES Programa Polis – Os projectos e as obras de valorização ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.
- VIVER COIMBRA - Programa Polis. (s/d) *Pare, Escute, Sinta, Olhe, Cheire*. Coimbra: CoimbraPolis – Sociedade para o Desenvolvimento do programa Polis em Coimbra, S.A.
- WARNIER, J-P. (2002) *A Mundialização da Cultura*. Lisboa: Editorial Notícias.
- WONDSTRA, J. & FIELDHOUSE, K. .(2000). *The regeneration of public parks*. London: E&Fn Spon.
- YIN, R. (2001) *Estudo de caso: planeamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.



Webgrafia

- Câmara Municipal da Guarda (s/d) CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA. [Internet] Disponível em <http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idSeccao=577&Action=seccao>
- Câmara Municipal da Guarda (s/d) MEMÓRIAS MUNICIPAIS. [Internet] Disponível em <http://www.mun-gurada.pt/index.asp?idedicao=51&idSeccao=578&Action=seccao> [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal da Guarda (s/d) PARQUE URBANO DO DIZ. [Internet] Disponível em <http://www.mun-gurada.pt/index.asp?idedicao=51&idSeccao=793&Action=seccao> [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Aveiro (s/d) / (s/título). [Internet] Disponível em http://www.cm-aveiro.pt/www//Teplates/TabbedContainer.aspx?id_class=1391&divName=1378s1391 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Beja (s/d) CULTURA. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=41442 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Beja (s/d) HISTÓRIA DA CIDADE. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=27540 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Beja (s/d) INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=27294 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Beja (s/d) O QUE VISITAR. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=27423 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Beja (s/d) PATRIMÓNIO. [Internet] Disponível em http://www.cm-beja.pt/Page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_qry=BOUI=7947 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Bragança (s/d) AMBIENTE – ESPAÇOS VERDES. [Internet] Disponível em http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=38366 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Bragança (s/d) GEOGRAFIA. [Internet] Disponível em http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=10432 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Bragança (s/d) PATRIMÓNIO. [Internet] Disponível em http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=40648 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Castelo Branco (s/d) HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE CASTELO BRANCO. [Internet] Disponível em <http://www.cm-castelobranco.pt/index.php?link=historiadois> [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].



- Câmara Municipal de Castelo Branco (s/d) PATRIMÓNIO. [Internet] Disponível em <http://www.cm-castelobranco.pt/index.php?link=patrimonio> [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Coimbra (s/d) HISTÓRIA DA CIDADE. [Internet] Disponível em http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=186&Itemid=471 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Coimbra (s/d) HISTÓRIA DA CIDADE. [Internet] Disponível em http://www.cm-viseu.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=186&Itemid=471 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Coimbra (s/d) O CASCO URBANO. [Internet] Disponível em http://www.cm-viseu.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=382&Itemid=472 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Leiria (s/d) CARACTERIZAÇÃO. [Internet] Disponível em http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=28551 [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Leiria (s/d) HISTÓRIA. [Internet] Disponível em http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=28568 [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Viana do Castelo (s/d) / (s/título). [Internet] Disponível em http://www.cm-viana-castelo.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=348&Itemid=573 [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (s/d) AMBIENTE. [Internet] Disponível em http://www.cm-gaia.pt/gaia/portal/user/anon/page/_CMG_0000.psm?categoryOID=E781808080DE87GC&contentid=8B81803381CO&nl=pt [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Vila Real (s/d) CARACTERIZAÇÃO. [Internet] Disponível em http://www.cm-vilareal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=218&Itemid=164 [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Viseu (s/d) HERÁLDICA. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/historico/heraldica> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Viseu (s/d) HISTÓRIA. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/historico/historia> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Viseu (s/d) PERCURSO CONTEMPORÂNEO. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/turistico/percurso-contemporaneo> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Viseu (s/d) PERCURSO HISTÓRICO. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/turistico/percurso-historico> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].
- Câmara Municipal de Viseu (s/d) TURISMO. [Internet] Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/turistico/percursonatural> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].



<http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu/turistico/percurso-contemporaneo> [Consultado em 30 de Janeiro de 2012].

<http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idSeccao=577&Action=seccao> [Consultado em 16 de Janeiro de 2012].

FIELDING, N. & SCHREIER, M. (2001) Introduction: On the Compability Between Qualitative and Quantitative Research Methods. In Forum Qualitative Sozialforschung/ Forum: Qualitative Social Research. [Internet] Disponível em: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm> [Consultado em 11 de Maio de 2012].

ICSID (2011) Definition of Design. [Internet] Disponível em <http://icsid.org/about/about/articles> 31 [Consultado em 30 de Outubro de 2011].

Pegada ecológica [Internet] Disponível em <http://www.futureeng.pt/pegada-ecologica> [Consultado em 11 de Maio de 2012].

7 R's: Amigos do Meio Ambiente. [Internet] Disponível em <https://sites.google.com/site/reambientar/Home/os-7-r-s-do-meio-ambiente> [Consultado em 11 de Maio de 2012].